



Passagens por Macau: Memórias e Trajectórias de Jovens
Portugueses no 'Oriente'

Inês Ramires Ferro da Costa Pessoa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Orientador:

Professor Doutor José Machado Pais, Investigador Coordenador do
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Dezembro, 2012

Departamento de Sociologia

**Passagens por Macau: Memórias e Trajectórias de Jovens
Portugueses no ‘Oriente’**

Inês Ramires Ferro da Costa Pessoa

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Júri:

Doutor Fernando Luís Machado, Professor Auxiliar do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa;

Doutora Glória Maria dos Santos Diógenes, Professora da Universidade Federal do Ceará;

Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Professor Associado do ISCSP-UTL, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Rui Pedro Pena Pires, Professor Auxiliar do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa;

Doutora Elsa Beatriz Padilla, Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa;

Doutor José António Machado da Silva Pais, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

[Dezembro, 2012]

AGRADECIMENTOS

As minhas primeiras palavras de reconhecimento dirigem-se à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo apoio financeiro concedido à pesquisa através de uma bolsa de doutoramento, permitindo-me através dela usufruir de condições de trabalho de excepção, quer em Portugal, onde o mesmo decorreu, quer no estrangeiro, no âmbito das conferências internacionais em que participei com o seu suporte institucional.

Um agradecimento muito especial aos jovens que passaram por Macau e se deram a conhecer, tanto nas entrevistas, trazendo para o presente com inextinguível entusiasmo memórias da vida vivida dentro e fora da China, quanto através do material biográfico cedido; assim como às várias pessoas de distintas gerações também ligadas ao território que, num registo mais informal, me facultaram documentação e os seus testemunhos - destaco a família Cabral Gonçalves, Ingrid Andersen, José Lages Ribeiro. Lembro com saudade Diogo Gonçalves Pereira. Estou igualmente grata a amigos e conhecidos pelo auxílio prestado no decurso da pesquisa: Luís Freire e Graça Santos, principais intermediários na aproximação às redes sociais de Macau; João Palla cuja casa na Taipa me foi emprestada para a realização do trabalho de campo; Amílcar e Rodolfo Martins, ‘guias’ de inestimável valor durante a estadia em Macau; João Pedro da Rádio Macau e Tian mediadores de contactos com jovens chineses; Maria, João e Pedro, companheiros das incursões pelo sudeste asiático. À Cristina, Graça, Sara, Ana e Sofia agradeço a amizade e as revitalizantes ‘tertúlias’ marginais à universidade; aos Drs. Manuela e Manuel o afecto e cuidado. Agradeço ainda à minha ‘pequena grande’ família - Sofia, precioso auxílio no rearranjo das imagens da Dissertação; mãe, grande entusiasta na revisão da penúltima versão da mesma; incansável na melhoria de comunicações e traduções, para tal revelando total disponibilidade. O enorme espírito de luta e perseverança de ambas foi inspirador para concluir a presente investigação.

Ao meu orientador, Professor José Machado Pais, deixo as palavras finais e a minha imensa gratidão pela sua sempre construtiva tutoria e generosa partilha de um vasto saber largamente reconhecido. Ensinou-me a converter desmotivação em dedicação; problemas em soluções, dúvidas em reflexões, impasses e recuos em avanços. Concedeu-me a oportunidade de melhor conhecer a sua forma de pensar e fazer Sociologia, enriquecendo-me muito enquanto investigadora. A infinita tolerância, compreensão, respeito e amizade que demonstrou (mesmo quando eu merecia o contrário...) transformaram-me como pessoa. Muito obrigada Professor.

À Avó Alice, pela sua imensa ternura, com enorme saudade...

Resumo

A presença de jovens migrantes portugueses em Macau nas décadas de 80 e 90 do século XX, na sua maioria filhos de profissionais qualificados que ali ocuparam cargos intermédios ou de topo no aparelho administrativo e/ou em instituições privadas, integra um dos múltiplos exemplos que formam a complexa e multifacetada teia de mobilidade geográfica. Exemplo singular, em virtude da ambiguidade do estatuto político-jurídico de Macau - território chinês então administrado por portugueses - e das especificidades socioculturais da sociedade de acolhimento; mas também pautado por características transversais a outros contextos migratórios. Desde logo, o desafio enfrentado pelos jovens de lidar com a ruptura ou enfraquecimento de alguns dos seus laços primários, em conjunto com a adaptação a um novo meio físico, social e cultural, tendo de gerir as “desparametrizações” e “reparametrizações” implicadas no movimento.

Privilegiando uma abordagem analítica de carácter qualitativo, assente em relatos de vida de jovens com idades compreendidas entre os 17 e os 32 anos, complementados com documentação biográfica e estatística relevante, procurou-se, neste estudo, dar conta de dinâmicas identitárias juvenis em trânsito construídas. Para tal, procedeu-se à caracterização do itinerário migratório em termos do perfil sociodemográfico dos intervenientes, dos móbeis estruturais, contextuais e individuais impulsionadores da partida, do enquadramento e suporte institucional obtido, a par da duração da estadia. Variáveis analisadas em estreita relação quer com as modalidades de integração dos jovens no meio hospedeiro - tendencialmente assimilativas ou etnicizadas; quer com as repercussões da estadia em Macau em matéria de condições e estilos de vida; sociabilidades e capital social; intercâmbios culturais e incorporação de referências ‘asiáticas’, reestruturação de sentimentos de pertença e do sentido de lugar.

Palavras-chave: Jovens, Macau, migrações, identidades, comunidade, relatos de vida

Abstract

The presence of Portuguese young migrants in Macau, in the 80s and 90s of the twentieth century, whose parents, mostly qualified professionals, occupied middle or top positions in the administrative sector and/or in private institutions of the territory, represents one out of the large number of examples that constitute the complex and multifaceted web of geographical mobility. A singular example in its character, because of the ambiguity of the legal-political status of Macao - at that time, a Chinese territory administrated by the Portuguese - along with its socio-cultural specificities; but simultaneously displaying some characteristics also observed in other migratory contexts. For instance, the young migrants' challenge of coping with the breaking or weakening of some of their primary commitments, and also the need to adapt to a new physical, social and cultural environment, having to manage the process of social de-entailment and re-entailment associated with the movement.

Basing our study in a qualitative analytical approach supported by life stories of young people aged from 17 to 32, complemented with relevant statistical and biographical documentation, we have focused on the young people's identity transformation within the context of geographical mobility. For that purpose, this migratory flow was characterized taking into account the migrants' profile, the structural, contextual and individual factors of their departure, the institutional framework and support provided, together with the length of their stay. These variables were, subsequently, analyzed in close relation to the young people's patterns of integration in the host society - assimilative or communitarian in tendency -, plus the repercussions of the stay in Macau in their life paths, concerning life conditions and lifestyles; friendship and social capital; intercultural exchanges and assimilation of Asian references, feelings of belonging and sense of place.

Key-words: Youth, Macao, migration, identities, community, life stories

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1	8
Formulação de um objecto de pesquisa	
Capítulo 2	
Migrações, pertenças culturais e juventude	15
1. O itinerário Portugal-Macau no quadro dos fluxos internacionais e nacionais	15
1.1 Migração: definição e critérios classificatórios	18
1.2 Porque se parte? A causalidade múltipla das migrações	23
2. Pertenças culturais: identidades, políticas de integração e modos de inserção dos migrantes nas sociedades de acolhimento	35
2.1 Identidade pessoal, social e cultural: definição e dimensões de análise	35
2.2 Identidade cultural em debate: ‘primordialismo’ versus ‘instrumentalismo’	41
2.3 Modos de integração dos migrantes nos países receptores: teorias e ideologias	45
2.4 Entre a assimilação e a etnicização: padrões ‘tipo’ de adaptação dos migrantes	49
3. Jovens, culturas e processos de identificação juvenil	58
3.1 Os jovens como objecto de estudo das ciências sociais	58
3.2 Jovens e vectores de identificação: idade, classe, género, pertenças culturais e disposições individuais	62
3.2.1 Identidade geracional e monocultura juvenil	67
3.2.2 Identidade de classe e (sub)culturas juvenis	69
3.2.3 Disposições plurais e múltiplas pertenças grupais	76
4. Modelo de Análise	90
Capítulo 3	
Vias metodológicas de aproximação ao objecto de estudo: os relatos de vida	91
1. Da unicidade à multiplicidade de narrativas biográficas	93
2. Relatos de vida paralelos e cruzados	95
3. Selecção e composição do grupo empírico	98
4. Condições das entrevistas, estrutura do guião e tratamento da informação	102
5. A triangulação da pesquisa	106
6. Jovens portugueses residentes em Macau nos anos 80 e 90 do século XX: caracterização do grupo empírico	110

Capítulo 4	
Estabelecimento dos portugueses em Macau: contextualização histórica e social	112
1. Perspectivas sobre a chegada a Macau no século XVI e a ambiguidade estatutária do território	112
2. Perfil sociodemográfico dos portugueses no seio da população residente	117
3. Configuração do movimento Portugal-Macau nos anos 80 e 90 do século XX	119
3.1 Factores macro-sociais no quadro dos mecanismos geradores e reprodutores da partida	119
3.2 Factores micro e meso-sociais: as motivações dos protagonistas da deslocação e a influência das redes de interconhecimento	124
3.2.1 Estímulos financeiros, profissionais e suporte institucional	124
3.2.2 Conhecimento da situação e redes sociais	127
3.2.3 “Momentos decisivos” e passado migratório	129
3.3 Sentimentos e reacções dos jovens face ao projecto migratório em Macau	134
Capítulo 5	
Jovens portugueses em Macau	141
1. Primeiras impressões e imagens do território	141
2. Alojamento provisório em hotéis, casas atribuídas e zonas residenciais	148
3. O meio escolar	156
4. A população residente em Macau sob o olhar dos jovens portugueses	161
4.1 A dialéctica entre representações sociais e identidades	161
4.2 Retratos da população local: homogeneização interna e diferenciação externa	163
4.2.1 Diferenças culturais: língua e padrões de orientação	165
4.2.2 Diferenças sociais e de estilos de vida	177
4.2.3 Diferenças no modo de ser, viver e afirmar a juventude	190
5. Das representações às relações sociais entre os portugueses e a população local	205
5.1 Interfaces no espaço público, vizinhança e meio laboral: “consenso funcional” e endocentrismo mútuo	207
5.2 (Des)encontros no meio estudantil: da coabitação ao gregarismo sociocultural	218
5.3 Amizades e afectos interculturais: contingência e excepção	228
6. (Des)agregação intracomunitária e eixos estruturantes das sociabilidades no segmento juvenil português	236
7. Intercâmbios culturais: referências simbólicas, práticas e consumos	253
7.1 Nacionalidade e nomes pessoais	255
7.2 Terapias ‘alternativas’ e crenças populares	257
7.3 A esfera cultural e do lazer	259

Capítulo 6	
Adeus Macau! Razões, sentimentos e desafios do regresso a Portugal	267
1. Motivos e motivações para regressar	268
2. A instalação em Portugal e os ajustes à realidade portuguesa	274
2.1 Ritmos de vida: reorganização temporal, espacial e sociabilística	276
2.2 Desagregação familiar e emancipação social	277
3. Sociabilidades e redes sociais	281
3.1 As amizades de infância e os ‘amigos de Macau’	281
3.2 Os novos circuitos de sociabilidade: desafios e oportunidades	290
Capítulo 7	
Repercussões do percurso migratório na identidade dos jovens portugueses	295
1. Ascensão social e reconfiguração do poder simbólico	296
2. Apropriação de signos de ‘asiaticidade’	303
3. Perfis cosmopolitas: consumos, práticas, sociabilidades e mobilidades	315
3.1 Sobre o cosmopolitismo	315
3.2 Cosmopolitismo disposicional e seus atributos	318
3.2.1 Ecletismo cultural e sociabilístico	319
3.2.2 Geografias biográficas: Portugal, porto de abrigo; o mundo como referência	325
3.2.3 A causalidade múltipla do cosmopolitismo disposicional	333
Conclusões	339
Referências bibliográficas	348
Anexos	372

Introdução

Constantes na história dos povos, os fluxos migratórios transportam-nos para realidades dinâmicas por meio das quais se relacionam países; encontram-se e desencontram-se indivíduos de diferentes origens e pertenças; quebram-se ou solidificam-se elos sociais e culturais primários, estabelecendo-se novos; alteram-se rotinas e estilos de vida; conquistam-se ou perdem-se assentos sociais; enfim, reestruturam-se identidades. Migração não significa apenas mobilidade geográfica mas, em simultâneo, transformação pessoal, mudança sociocultural, reconfiguração identitária.

Do passado ao presente, factores demográficos, ambientais, políticos, económicos, sociais e culturais têm conduzido milhares de pessoas para fora dos seus países levando-as a adoptar outros como sociedade de acolhimento. Estima-se que no dealbar do século XXI os migrantes internacionais contabilizavam cerca de 150 milhões de indivíduos, entre 2 a 4% da população mundial, 90% dos quais concentrados em meia centena de países, tendo a América do Norte e Europa Ocidental especial destaque (Castles, 2005: 28, 51; OIM, 2010). O continente asiático era de todos o que exibia o valor mais baixo de imigrantes no seio dos seus habitantes - representando apenas 1,4% - tendo o mesmo decrescido para 0,83% em 2010, segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2010).

As estatísticas relativas a 2005 apontam para o aumento contido (por comparação com as de 2000) da totalidade de pessoas que habitam em um território que não o de origem, aproximadamente 200 milhões, entreveendo-se uma tendência de crescimento gradual, bem como a afirmação de novas 'bacias migratórias', caso das regiões do Golfo Pérsico, Sudeste Asiático e África Austral onde a dinâmica migratória 'sul-sul' tem-se mostrado expressiva (Pires, 2007: 48). Em 2010, o total de migrantes internacionais no mundo totalizava os 214 milhões (OIM, 2010).

Se, por um lado, o parco somatório de migrantes internacionais, em termos relativos, denota que a expressiva maioria dos indivíduos vive e morre no país onde nasceu (Pires, 2007: 48; Pires e outros, 2010: 15), por outro, a minoria que se desloca participa num dos mais exigentes desafios enfrentados pelas sociedades de partida e chegada a diversos níveis, como o político, económico, sociodemográfico, cultural e urbanístico. Não por acaso os movimentos de população nas suas mais variadas expressões têm constituído, sobretudo desde os anos 90, um dos temas prioritários em

debate nas agendas políticas de inúmeros organismos internacionais (ONU, OIM e UE, por exemplo) e dos países directa ou indirectamente envolvidos neste processo, em virtude dos problemas que coloca e das questões que levanta.

A dissertação aqui apresentada versa sobre a corrente Portugal-Macau nas décadas de 80 e 90 do século XX, a qual configura pelas suas especificidades e atipicidades um caso sociologicamente exemplar no interior da emaranhada teia de fluxos geográficos à escala nacional e internacional. Mais concretamente, debruça-se em torno da população portuguesa instalada no território com especial enfoque no colectivo juvenil, isto é, nos filhos de profissionais qualificados e técnicos altamente especializados, portadores das competências laborais e/ou académicas requeridas para ocupar cargos intermédios ou de chefia nos sectores público e privado de Macau.

Este percurso migratório proporcionou aos jovens portugueses que o integraram o contacto com locais, gentes e referências muito diferentes dos que lhes eram familiares e sobre os quais não dispunham, antes da partida, de imagens e conhecimentos precisos, antes laivos desfocados, tantas vezes desajustados da realidade física, cultural e social encontrada. Jovens que, como tantos outros, conheceram a experiência de deixar para trás a terra, o bairro, a casa onde residiam, a escola que frequentavam, amigos e familiares, para se estabelecerem numa sociedade estranha e adaptarem a um novo alojamento, instituição escolar e ambiente social, por um período de tempo relativamente extenso, as mais das vezes, sem data de regresso marcada. Embora o grosso dos contratos laborais previsse os dois anos de permanência, a prática corrente de renovações contratuais resultou em estadias de longa duração, algumas somando mais de uma década. Tiveram, assim, de lidar com as “desparametrizações” e “reparametrizações” (sociais e estatutárias, culturais, sociabilísticas, identitárias) implicadas nessa trajectória de mobilidade geográfica (cf. Pires, 2003: 59), mudança redobrada com o retorno a Portugal.

Consumada a devolução do poder administrativo sobre Macau à República Popular da China em 20 de Dezembro de 1999, propõe-se a análise de um conjunto de dimensões relativas à permanência lusa naquela sociedade no arco temporal referido, mediante uma abordagem metodológica de âmbito qualitativo assente, sobretudo, embora não exclusivamente, em relatos de vida orais, a par da combinação de diversos contributos teóricos acerca das problemáticas migratória e juvenil, em suma, identitária. Contributos utilizados, na linha de Nico Mouzelis (1995: 148-154), como ferramenta analítico-conceptual orientadora da pesquisa, testados empiricamente.

Estabelecemos como prioritária a materialização de três objectivos intimamente relacionados entre si. O primeiro prende-se com a caracterização do fluxo Portugal-Macau nos dois últimos decénios de governação portuguesa do território, com o intuito de apurar, por um lado, o leque de vectores convergentes com outros percursos migratórios, como a “migração de quadros”, definida pela mobilidade geográfica de capital humano de alto valor, a saber, profissionais altamente qualificados e especializados (Castles, 2005: 58; Peixoto, 1999: 225; 2000: 134-135). Por outro lado, detivemo-nos em torno das componentes atípicas deste itinerário, que se afiguram em muito devedoras do estatuto ambíguo e singular por Macau detido no período em análise, enquanto território chinês sob tutela administrativa portuguesa (Amaro, 1997: 141). Pretendeu-se, neste plano, contextualizar o trajecto com base em vários parâmetros analíticos, com destaque para o espacial (migração nacional ou internacional) e temporal (migração “temporária” ou “permanente”), a par da organização social e institucional do fluxo; atendendo-se ainda à posição promotora ou refractora dos governos dos países emissor e receptor, seja por empreenderem políticas de ‘porta’ aberta ou fechada (cf. Portes, 1999a: 29, 88-90).

Importava também abarcar o perfil sociodemográfico dos migrantes - em termos de naturalidade, local de residência, idade, estado civil, nível de instrução, ocupação, profissão, tipo de actividade desempenhada e condição perante o trabalho - estando aqui incluído tanto o dos jovens integrados no nosso grupo empírico quanto o dos seus progenitores face a indicadores julgados relevantes. Contemplaram-se, em simultâneo, os factores impulsionadores da partida no que respeita aos móbeis dos protagonistas do movimento; aos estímulos de mediadores sociais e de agentes macroeconómicos; bem como aos laços históricos e políticos existentes entre as sociedades de partida e chegada, como é o caso dos vínculos que ligam países ex-coloniais às suas ex-colónias (Massey e outros, 1997: 263; Castles, 2005; Bendit, 2011b: 139).

Um segundo objectivo aponta para o estudo do processo de integração dos jovens portugueses no meio de acolhimento em termos de padrão adaptativo, tendencialmente assimilativo ou etnicizado, bem como às condições históricas, sociais e culturais que conduziram à prevalência desse padrão; ou à manifestação de ambas as tendências em distintas esferas sociais; ou porventura à sua alteração no decorrer da estadia. Interessou-nos nesta medida avaliar numa dupla vertente, objectiva e subjectiva, a forma como tal ou tais modos de integração se exteriorizaram, remetendo a primeira para condições reais de existência e estilos de vida, sobretudo práticas e consumos; a

segunda para o domínio das representações e relações sociais (Saint-Maurice, 1997: 33).

Especial atenção foi conferida às imagens construídas pelos jovens acerca dos migrantes portugueses e da população local; aos interfaces entre eles estabelecidos no espaço público, círculo de vizinhança, meio escolar e esfera laboral (para os que iniciaram uma actividade em Macau); aos intercâmbios culturais encetados e, em concomitância, no domínio simbólico, aos seus sentimentos de pertença, matrizes culturais e valorativas. Por outras palavras, procurou-se perceber como é que ao longo do ciclo biográfico contemplado os jovens geriram heranças e aquisições, isto é, os recursos socioeconómicos possuídos à partida, aliados às referências culturais primárias interiorizadas no decurso do processo de socialização experimentado no país de origem/saída (ou outros antes habitados) e aqueles, recursos e referências, apropriados no meio hospedeiro.

O terceiro e último objectivo reenvia-nos para as repercussões do percurso migratório nas identidades e trajectórias dos jovens portugueses, depois de consumado o regresso a Portugal, em conjunto com o significado ao mesmo atribuído. Sustentamos, na linha de Bertaux-Wiame (1993: 268), que "(...) as migrações não só têm causas mas também consequências", reforçando, assim, a ideia serem os fluxos migratórios muito mais do que deslocações territoriais.

Não obstante a sua pertinência e relevância sociológica, debruçámo-nos menos sobre as mudanças sociais, demográficas, culturais, políticas e económicas resultantes da presença passada e recente dos portugueses em Macau, à semelhança de outros estudos cuja tónica incide no impacto e implicações dos fluxos migratórios nas sociedades de partida e de acolhimento (cf. Castles, 2005: 44-45). Focámo-nos, antes, sobre as consequências - respectiva profundidade, consistência e durabilidade - que a passagem por Macau, assim como por outros países do sudeste asiático, teve para os jovens portugueses, relativamente a uma tríade de esferas que se interpenetram e complementam: socioeconómica (alteração das condições e estilos de vida, trajectórias de mobilidade social, mudança estatutária); simbólico-cultural (trocas culturais, nomeadamente a incorporação de parâmetros reportados à sociedade hospedeira em matéria de valores, crenças, práticas e consumos); identitária (sentimentos de pertença, desenraizamento ou enraizamentos múltiplos).

Enumerados os objectivos da presente pesquisa, resta-nos assinalar as várias razões impulsionadoras do seu desenvolvimento. Com efeito, o propósito de

reconstruir, à luz de narrativas juvenis, o ensaio migratório de portugueses radicados em Macau nos anos 80 e 90 do século transacto, bem como de proceder a um balanço dessa instalação, amiúde temporária, nos percursos e identidades de jovens que, em uma ou mais fases da vida, tiveram o território como morada, justificou-se por diversos aspectos.

Num plano preliminar, por uma pertinência de actualidade. Na verdade, é muito vasto o repertório de estudos científicos desenvolvidos sobre a presença secular dos portugueses em Macau, desde a chegada das primeiras embarcações, em meados do século XVI, à província de Guandong (Cantão). Contudo, não obstante se tratem de contributos inestimáveis para a compreensão do relacionamento “especial” mantido entre Portugal e a China (Guimarães, 1996), as análises empreendidas debruçam-se grosso modo ora sobre um passado mais longínquo do que recente, ora sobre o futuro incerto do território depois do término do ciclo administrativo português. Em paralelo, apresentam uma feição predominantemente histórico-cultural e político-jurídica (Guimarães, 1996; Fernandes, 1998; 2000; Saldanha e Alves, 1996), a desfavor de abordagens de carácter sociológico¹ ou antropológico, recaindo estas últimas, as mais das vezes, em torno da identidade singular e sincrética dos macaenses, em conjunto com o seu relevante papel enquanto intermediários entre a população chinesa e portuguesa (Amaro, 1988; Cabral e Lourenço, 1992, 1993a, 1993b, 1993c). Escusado será referir que salvo raras excepções como as de Cabral e Lourenço (1992, 1993a, 1993b, 1993c), Zhiliang (1993) e Silva (2004: 84) os jovens não figuram, ou constituem testemunhos praticamente inaudíveis, nesses tratados.

Julgamos, por conseguinte, que a tentativa de recuperar, no quadro de uma análise sociológica baseada em relatos proferidos por jovens que integraram o fluxo para Macau (a par da observação directa no território e do recurso a fontes de informação suplementares adiante especificadas), os padrões de integração da população portuguesa, sobretudo a juvenil, ali instalada durante uma fase relativamente significativa da sua trajectória biográfica, seus modos e condições de vida,

¹ Refira-se ainda assim a obra de Santos e Gomes (1998), bem como as dissertações de Mestrado de Horta (2000) e de Santos Silva (2004), a primeira sobre o modo como Macau é representado nos meios de comunicação social portugueses, com destaque para o último ano da presença formal de Portugal no território; a segunda acerca da questão da língua e cultura portuguesas na Região Administrativa de Macau (RAEM) no início do século XXI, com especial enfoque nos aprendentes de português (enquanto língua veicular ou estrangeira), sobretudo ao nível do ensino secundário e superior: 84,3% dos estudantes inquiridos pela investigadora são jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos e 33,4% detêm nacionalidade portuguesa, muito embora apenas 2,8% tenham nascido em Portugal, aspecto este a explicitar mais à frente no âmbito da nossa pesquisa.

sociabilidades, socializações, apropriações materiais, estatutárias, simbólicas e culturais, contribui de algum modo para minimizar essa lacuna.

Apesar de as narrativas compiladas cobrirem somente uma ínfima parcela do longo ciclo (superior a quatrocentos anos) de permanência lusa em Macau, o facto de se reportarem ao período precedente à transferência de poderes sobre o território de Portugal para a República Popular da China confere-lhes, a nosso ver, significativa relevância porquanto dão voz a testemunhos sobre os derradeiros anos de presença administrativa portuguesa naquela sociedade, numa época e contexto histórico, político e social deveras singular, colaborando assim a uma pequena mas nem por isso insignificante escala, para preservar as memórias em torno de trajectórias ali vividas. Em complemento entendeu-se que convocar Macau para o centro do nosso estudo tornaria mais próxima uma realidade não só física, social e culturalmente distante, mas também algo desconsiderada ao longo de vários séculos, quer ao nível político-institucional, pelos sucessivos governos portugueses, quer ao nível da produção mediática e literária nacional - ainda assim serviu de inspiração a dois grandes poetas, Luís Vaz de Camões e Camilo Pessanha, a par de outros escritores como Venceslau de Moraes (Horta, 2000: 175). Salvo casos pontuais em que o território foi lembrado, nem sempre pelos mais nobres motivos, e do segmento temporal preparatório da devolução de Macau à China que concentrou as atenções políticas e mediáticas em torno daquele complexo processo político, jurídico, social e cultural cujo sucesso se visava a todo o custo assegurar, tendeu-se de uma forma geral a ignorar Macau e a menosprezar os laços históricos entre Portugal e a China.

Realidade também desconhecida por muitos portugueses cujas representações acerca do território e, em concreto, sobre as vivências e experiências dos compatriotas que por lá passaram, permaneceram limitadas às poucas informações divulgadas no país, amiúde assentes em imagens estereotipadas em torno de um destino considerado misterioso, exótico e materialmente apetecível - como o elemento figurativo da ‘árvore das patacas’ tão bem ilustra. Limitação não confinada apenas a Macau e à China continental, mas aos demais países vizinhos e regiões da vasta Ásia.

Pretende-se, por isso, que esta pesquisa constitua uma janela aberta para revistar, sob diversas dimensões, Macau dos anos 80 e 90, através das narrativas e olhares de jovens portugueses que o tiveram como morada. Olhares juvenis próprios de uma fase da vida cuja condição sociodemográfica e sociocultural marca e deixa marcar-se pelos traços afectos a esse ciclo biográfico; olhares ‘lusófonos’ reveladores de

posicionamentos sociais e estatutários em Macau adquiridos e hoje reflexivamente reconhecidos; olhares 'ocidentalizados' mais ou menos viciados sobre um 'oriente' desbravado ou por desbravar; olhares só parcialmente distanciados de um passado que, recuperado por intermédio de memórias pessoais e colectivas, deixou importantes marcas nas trajectórias de vida examinadas.

Capítulo 1

Formulação de um objecto de pesquisa

Embora remetendo para um quadro histórico, político, social, cultural e espaço-temporal determinado, a pesquisa aqui desenvolvida é atravessada por problemáticas teóricas extrapoláveis, inferencialmente, a outros registos empíricos, ou com estes contrastáveis, sendo de destacar aqueles que se debruçam sobre biografias juvenis timbradas pela mobilidade geográfica e cuja análise convoca contributos conceptuais e analíticos da sociologia das migrações, da juventude e, em particular, das identidades nas suas mais variadas expressões - geracional, de género, de classe, cultural ou étnica, de *habitat*, disposicional - sua afirmação e reconfiguração em contextos migratórios.

Com efeito, a experiência migratória de jovens portugueses em Macau incide sobre o seu envolvimento simultâneo em vários trajectos entrelaçados. Ao itinerário geográfico que a partida de Portugal e a instalação em Macau representam, acopla-se o percurso biográfico inerente ao segmento de vida passado no território - a juventude e em alguns casos também a infância - a eles juntando-se a trajectória social relativa à possível alteração de condições materiais e de modos de vida² na sociedade hospedeira e, por conseguinte, dos respectivos lugares de classe. Acresce ainda um outro trajecto, de ordem simbólico-cultural, associado ao contacto com novos padrões valorativos e de actuação que, a par dos demais, não dispensa a análise do processo de reestruturação identitária, pessoal e social, dos jovens.

A esta luz, algumas questões comandaram o desenvolvimento do presente estudo com vista ao cumprimento dos objectivos atrás assinalados. No que diz respeito aos padrões de inserção dos jovens portugueses em Macau - tendencialmente assimilativos ou etnicizados - indagávamo-nos em que medida foram condicionados por variáveis tão diversas como os respectivos perfis sociodemográficos, com destaque para a idade, posicionamentos e estatutos sociais, modos de vida; pertenças e referências culturais (singulares ou múltiplas); a configuração social e o enquadramento político-institucional do movimento; a presença de conterrâneos e sua eventual participação numa modalidade de adaptação de pendor comunitarizado; o carácter e consistência dos vínculos directos e mediados, objectivos e subjectivos, mantidos por relação às

² Reimer (1995: 124; 1997: 75-79) define modos de vida “como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo adopta não só porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade.” Reflexões adicionais sobre o conceito encontram-se em Pais (1986: 49-50) e Guerra (1993: 70).

expressões culturais lusófonas; as representações sociais construídas em torno dos conterrâneos bem como da população local, em especial chinesa e macaense; a postura mais ou menos receptiva face à instalação dos portugueses em Macau, combinada com as políticas de integração que lhes eram dirigidas, promotoras ou refractoras de um padrão assimilativo ou comunitarizado; móbeis da partida e existência de um projecto migratório, duração da estadia na sociedade receptora e por fim, o estatuto político-jurídico do território, à época sob a égide da administração portuguesa.

Até que ponto a representação minoritária de portugueses em Macau, espaço físico de modestas dimensões, social e culturalmente distinto de Portugal, conduziu ao fomento de lealdades densas entre conterrâneos - intra e/ou intergeracionais - baseadas em denominadores comuns de natureza cultural como a língua, a religião, parâmetros valorativos, a ligação ao mesmo país de origem ou referência - Portugal, mas também ancoradas em afinidades de âmbito social, em termos estatutários e de idênticas condições de vida?

Terá o desenvolvimento dessa eventual ‘consciência étnica’ sido travado ou complementado pela partilha de uma identidade local com a população chinesa e macaense³ em geral ou segmentos desta - alicerçada em sentimentos de pertença a um mesmo território, a par de outras afinidades identitárias, sociais e culturais, assentes em convergências suplementares (sejam elas etárias, de género, escolares, profissionais, de classe, estatutárias, etc.), à semelhança do que sucede noutros cenários migratórios? (Machado, 2007; Saint-Maurice, 1997).

Dito de outro modo, será adequado falar da população portuguesa residente em Macau nos anos 80 e 90 do século XX como um colectivo com características comunitarizadas (Elias e Scotson, 2000; Bauman, 2001: 1-6; 50-73; Pires, 2003: 93-94, 104; Delanty, 2003: 186-195), admitindo-se como hipótese a constituição de redes intra-migrantes densas, coesas e endocentradas, pautadas pelo interconhecimento generalizado entre conterrâneos e sua interacção quotidiana, próxima e intensa nos

³ Com base no critério da naturalidade subjacente ao princípio *jus soli*, o termo macaense reporta-se genericamente a todos os nascidos em Macau, mas de acordo com os antropólogos que se têm debruçado em torno desta população, é o critério de ascendência que tende a presidir à sua definição identitária. Apesar de se atribuir, as mais das vezes, uma filiação exclusivamente luso-chinesa aos macaenses - também designados por ‘filhos da terra’ ou mesmo ‘portugueses do Oriente’, expressão que os diferencia dos portugueses de Portugal ou da ‘República’ (onde se incluem os jovens que entrevistámos) - Amaro (1997: 44) e Cabral e Lourenço (1992: 12-13) assinalam a sua ascendência euro-asiática, fruto em grande medida da miscigenação de europeus (muitos deles portugueses) com chinesas, indianas, malaias, japonesas, filipinas e paquistanesas.

diversos espaços frequentados (residencial, laboral, escolar, lúdico), participando predominantemente em “quadros próprios de interacção”? (Pires, 2003: 93-94, 104).⁴

Pena Pires (2003: 104) sustenta que “(...) quanto menores forem as competências formais e os recursos instrumentais disponíveis, maior é a probabilidade de os migrantes recorrerem, também na construção da integração, às redes que suportaram a sua deslocação, prolongando a sua existência no destino. Esta tendência deriva não só da procura de solução para problemas instrumentais, mas também da procura de um ambiente social seguro, construído como comunidade”. Acrescenta ainda (citando Bauman, 2001) que nos contextos migratórios “(...) os mais poderosos têm recursos que lhes permitem dispensar a comunidade como fonte fundamental de segurança”, considerando, nesta medida, que os níveis de vinculação às redes sociais tendem a variar na proporção inversa às competências formais e aos recursos instrumentais possuídos pelos migrantes.

Mas se o ‘comunitarismo’, sob o prisma de Bauman (2001: 1-5, 58), constitui amiúde um recurso dos mais desfavorecidos, os quais se privam da sua liberdade e se sujeitam a uma espécie de asfixia comunitária, isto é, ao controlo social tantas vezes panóptico que a ‘comunidade’ exerce, em troca da segurança ontológica a par de outros serviços ou benefícios proporcionados por essa vinculação, terá o grosso dos migrantes portugueses, portador de credenciais escolares e competências profissionais elevadas, prescindido dos elos comunitários com vista ao desenvolvimento de um padrão adaptativo de feição assimilacionista?

No que concerne em particular aos jovens, qual o peso e visibilidade das pertenças geracional, de género, de classe, cultural, em conjunto com a condição de migrante de nacionalidade portuguesa, nas relações interpessoais estabelecidas, nos circuitos de convivialidade em que se moviam, bem como no uso de tempos livres e práticas de lazer concretizadas?

Que representações sociais teriam os biografados dos jovens portugueses instalados em Macau e dos pares chineses e macaenses? Ver-se-iam como uma espécie de “nós, a juventude de Macau”, estando aqui implícita, como abordaremos adiante, a imagem de um dilatado agregado jovem unido, desde logo, por um sentimento de pertença territorial - a chamada “identidade de *habitat*” (Koschis, 1982: 32-54, citado

⁴ Uma discussão mais aprofundada do conceito de comunidade pode encontrar-se em Costa (1999: 88-89) onde é referida a atribuição de dois sentidos primordiais ao mesmo no campo sociológico clássico: um socioespacial e um outro, sociocultural (sentido Weberiano). Também Cabral e Lourenço (1992: 9-23, 1993a: 19-23; 1993b: 409) abordam este conceito ao estudar a identidade étnica dos macaenses.

por Pais, 1990b: 607)⁵, aliado a um outro de contemporaneidade, bem como de passagem (e paragem) por uma fase da vida - a juventude - à qual são com frequência reportadas práticas, consumos, interesses, mas também inquietações análogas, transversais aos jovens independentemente dos seus vínculos culturais primários e posicionamentos sociais? Por outras palavras, durante a estadia em Macau, os jovens portugueses tenderam a participar numa cultura “geracional”, supra sexual, classista e étnica, mediante a qual as distâncias sociais e culturais foram diluídas ou abafadas a favor de alianças assentes na idade?

Olhar-se-iam, antes, como ‘nós, a juventude portuguesa radicada em Macau’, fornecendo o retrato de um colectivo juvenil de pendor etnicizado, estruturado sobretudo por referências e lealdades simbólico-culturais comuns (como a língua, modos de vida, a ligação a um mesmo território), daí resultando a prevalência de vivências e sociabilidades endocentradas nas quais os jovens portugueses (con)viviam lado a lado com os pares chineses e macaenses sem se inter-relacionarem?

Equacionou-se ainda, tanto a possibilidade de formação de colectivos juvenis de carácter classista, intra e/ou intercomunitários, baseados no essencial em proximidades sociais e estatutárias susceptíveis de esbater, se não mesmo, aniquilar, diferentes vinculações culturais, quanto a hipótese de ligação dos jovens portugueses a múltiplos subgrupos e congregações juvenis (etárias, escolares, sociais, culturais, estilísticas, disposicionais, até mesmo instrumentais), aceitando na senda de Simmel (1955: 125-195), Lahire (2005: 14-38) e Maalouf (2002), serem as identidades formadas por várias pertenças e disposições, incorporadas no decurso de experiências e instâncias de socialização diversificadas, que em lugar de mutuamente exclusivas, se interceptam e complementam.⁶

⁵ Este padrão identitário remete para o sentido de pertença e ligação afectiva dos indivíduos a um mesmo meio físico, social e cultural, dotado de um conjunto de especificidades, neste caso Macau. Featherstone (1997: 91) exemplifica: “(...) ao encontrar-me com outro europeu na China, depois de ter lá vivido uma série de anos, seria de esperar que ambos reuníssemos um número suficiente de formas culturais comuns, relacionadas com a nossa experiência enquanto europeus, capazes de despertar memórias colectivas que pudessem constituir um sentimento temporário de uma identidade comum, ou de pertença a uma comunidade que contribuísse para nos demarcar, enquanto “nós”, dos “outros”, os nossos anfitriões. (...) Daí que as “imagens-nós” e as “imagens-outros”, geradas no seio de rivalidades locais e capazes de forjar uma identidade comum e excluir os de fora, não possam desligar-se da problemática relativa à densidade das relações de interdependência existentes entre indivíduos.” A relação entre identidade territorial e cultural é particularmente explorada por Costa (1999) ao reflectir sobre a identidade colectiva.

⁶ A hipótese da intercepção e complementaridade de disposições aplicada aos públicos de eventos culturais havia já sido por nós colocada na investigação sobre o público da Culturgest realizada no âmbito da dissertação de licenciatura (Pessoa, 1995). Sob a influência do debate promovido por Umberto Eco (1991) em torno da chamada ‘cultura de elite’ e ‘cultura de massas’ constatou-se, entre outros

As respostas às questões colocadas afiguraram-se indispensáveis para avaliar, em paralelo, os efeitos da estadia em Macau nas trajectórias dos jovens interpelados. À semelhança de outros movimentos migratórios que deixam marcas objectivas e subjectivas nas identidades de quem neles participou (Gonçalves, 1996; 2000; Amaro, 1985; Baganha e Góis, 1999), questionámo-nos se o efeito primeiro ou mais evidente deste fluxo estaria associado ao incremento das receitas materiais, capacidade aquisitiva e níveis de bem-estar dos jovens e seus agregados familiares, bem como à alteração dos respectivos padrões de consumo e estilos de vida, daí resultando a reactualização ou consolidação dos seus lugares na estrutura social⁷. A comparação, por via da análise diacrónica dos trajectos biográficos, entre as condições de existência, o volume e a estrutura de capitais possuídos antes e depois da deslocação para Macau permitir-nos-á aferir sobre a concretização de percursos de mobilidade social ascendente a par da conquista de poder simbólico, ou seja, dessa capacidade ‘invisível’ de reconhecimento e influência sociais por parte de indivíduos cuja distintividade é considerada e legitimada por terceiros (Bourdieu, 1994: 7-15; 1996: 127-142; 1997: 107-115).

Em concomitância, admitindo que Macau foi para os migrantes portugueses algo mais do que uma fértil “árvore das patacas” e aceitando na esteira de Fortier (2000: 2), o movimento geográfico como plataforma de produção de novas formas identitárias, emerge uma segunda interrogação relacionada com a possibilidade de incorporação manifesta ou subtil de signos de *asiaticidade*, materializados em parâmetros culturais (conhecimentos, valores, crenças, símbolos, práticas, rituais) reportados ao meio hospedeiro e países circundantes, apropriados no decurso da estadia e transportados para Portugal com o retorno.

Trata-se, em suma, de apurar o modo, intensidade e durabilidade com que o meio receptor entrou no “espaço de vida”⁸ dos biografados - termo de Courceau (1980: 17) a

aspectos, que o apreço por expressões da primeira não exclui idêntico apreço por manifestações da segunda, assim como pela variedade de formas que uma e outra comportam, para não falar das cada vez mais frequentes exibições indefinidas e mescladas.

⁷ Para a análise dessas (eventuais) trajectórias socorremo-nos dos contributos teóricos e empíricos fornecidos por Costa e outros (1990: 193-221); Machado e outros (2003: 45-80); e Almeida e outros (2006: 95-117), no quadro da sociologia das classes sociais.

⁸ De acordo com Domenach e Picouet (1995: 9), este termo, utilizado por Daniel Courceau em 1974, assemelha-se aos de “área de vida” e “densidade de residência”. Courceau (1980: 17-18) define “espaço de vida” de um indivíduo como a porção de espaço onde as suas actividades [residenciais, laborais, escolares, recreativas, sociabilísticas, familiares] se concretizam e as suas relações se estabelecem, acrescentando que as modificações ocorridas no âmbito dessas actividades ao longo do tempo derivam em mudanças nos contornos do “espaço de vida”. Assim, segundo o autor, o processo migratório

que Peixoto (1993: 280; 1998: 20-22; 1999: 54-56) confere acentuada relevância nas suas reflexões sobre a problemática migratória; de analisar em que contextos, circunstâncias e esferas do quotidiano se manifesta hoje, consumado o regresso; e de entender, a verificar-se, o significado social dessas influências simbólico-culturais para os mesmos.

Esse apuramento pretende de algum modo inverter a lógica imperialista subjacente ao elogio exclusivo do que os povos ditos (ex)‘colonizados’ assimilam dos (ex)‘colonizadores’, como se aqueles fossem receptáculos passivos, sujeitos a interiorizar mapas de orientação interna ou externamente consagrados e estes, por sua vez, agentes únicos de acção imunes a uma espécie de ‘contaminação’ simbólica não legitimada e que aplicada ao estudo em apreço se limitaria a conceder visibilidade aos signos de portugalidade deixados em Macau e usufruídos pela população local (língua, religião, gastronomia, costumes, grelhas valorativas, matrizes de referência jurídica, política, estética, património museológico e arquitectónico, obras públicas, etc.).

Recusando uma óptica canalizada para o estudo de influências só aparentemente unidireccionais adoptou-se, ao invés, uma perspectiva relacional de análise da presença portuguesa num território pautado pela diversidade cultural. Estendeu-se o enfoque a possíveis indicadores de permuta cultural, mediante a qual os jovens portugueses ter-se-ão apropriado de referências locais ao nível linguístico, gastronómico, estético, simbólico-valorativo ou outras, salientando, num contexto histórico, político e social de feição colonialista, o lado habitualmente silenciado da transacção. Silenciado, sobretudo, por concepções ideológicas de cariz etnocêntrico cujo olhar míope e essencialista engrandecedor de um ‘Ocidente’ modelar, prepotente e dominador, ao qual “tudo o resto” se pensa estar subjugado, vem sendo contestado no quadro dos chamados estudos pós-coloniais, sobretudo desde o último vinténio do século XX, já no período pós-independências, até à actualidade (Said, 1990; Beck, 2002: 22; Hall, 1992; Lévi-Strauss, 1996; Goody, 2000; Almeida, 2002).⁹

implica, “uma mudança” ou “transplantação” de geografias vivenciais, significando a alteração profunda dos vínculos territoriais e sociais dos indivíduos, bem como dos seus quadros de interacção quotidianos.

⁹ “The West and the Rest” é uma expressão usada por Hall (1992), a que outros autores também recorrem, visando denunciar os modelos analíticos e ideológicos homogeneizantes propensos a representar a imprecisa área geopolítica que é o ‘Ocidente’ como política, económica, social e culturalmente civilizada, desenvolvida e dominante por contraponto a um ‘Oriente’ atrasado e menosprezado face a esses modelos. Tal denúncia confina com a análise crítica pós-colonial que, em síntese, se debruça sobre os resultados do colonialismo e neocolonialismo - o último exprimindo a actual manutenção, por vezes velada, de práticas geopolíticas e socioeconómicas de controlo e exploração de recursos naturais e humanos em países outrora colonizados, as mais das vezes empreendidas por antigas potências coloniais que, através do imperialismo cultural, capitalismo e globalização, agem em seu

A eleição dos jovens como objecto de estudo para a apreciação desse intercâmbio cultural contém uma outra hipótese implícita. Mesmo que durante a permanência em Macau os padrões valorativos e comportamentais interiorizados no seio familiar, na escola e na esfera das sociabilidades apresentem uma predominância lusófona, como vaticinamos, admitíamos que - tendo o seu processo de socialização primária e/ou secundária, formal e informal, decorrido, total ou parcialmente, na sociedade hospedeira, por um lado; e sendo o segmento juvenil, regra geral, permeável à experimentação, bem como à incorporação de novas referências (Boëthius, 1995: 48), por outro - mostrar-se-iam, por isso, mais propensos a absorver um conjunto de parâmetros desse meio e a ser por ele influenciados ou moldados. Influência convergente com a de tantos outros filhos de migrantes que adoptam voluntária ou involuntariamente elementos culturais das sociedades receptoras adicionando-os, substituindo-os, entrelaçando-os aos de 'origem' e espelhando, em graus variáveis, expressões locais nas suas identidades pessoais e sociais.

próprio benefício e prosperidade, ao mesmo tempo acentuando o empobrecimento e a relação de dependência dos países onde directa ou indirectamente interferem. Muito embora o pós-colonialismo constitua um campo de estudos amiúde associado a disciplinas como a História, a Literatura, a Economia Política do Desenvolvimento e a Antropologia - esta elegendo a Etnografia como instrumento privilegiado de investigação das condições de vida e processos de identificação cultural das populações ex-colonizadas - o facto de algumas questões afloradas por esta abordagem atravessarem a presente pesquisa, como é o caso da feição não essencial, mas relacional das identidades, assim como do carácter assimétrico das relações de poder em sociedades de feição colonial, por exemplo, levou-nos a não desconsiderar os seus contributos (cf. Almeida, 2002: 25-33).

Capítulo 2

Migrações, pertenças culturais e juventude

1. O itinerário Portugal-Macau no quadro dos fluxos internacionais e nacionais

Nas sociedades contemporâneas os movimentos populacionais multiplicam-se, assumem uma pluralidade de contornos, enunciando protagonistas com os mais variados perfis e motivações de saída, rumo aos mais diversos destinos.

O itinerário Portugal-Macau concretizado nos anos 80 e 90 do século XX representa uma das modalidades contempladas na vasta tipologia de movimentos de pessoas registados ao longo dos tempos. Proceder à sua análise implica enquadrá-lo, numa primeira etapa, no âmbito de uma abordagem mais abrangente dos circuitos populacionais, destacando os contributos com maior pertinência para a compreensão de uma realidade tão antiga quanto multifacetada.

Como já mencionado, a partida de portugueses para o território configura, no cômputo geral, uma ‘migração de quadros’, definida pela partida de “elementos da população activa com uma posição hierarquicamente elevada nas estruturas profissionais e com um diploma de nível superior” (Peixoto, 1999: 225). O incremento nas três últimas décadas da mobilidade geográfica de ‘competências’, com destaque para a circulação de elites políticas, empresariais, artísticas e científicas reflecte-se na crescente visibilidade pública e sociológica que desde finais de 90 lhe vem sendo conferida, como observa Peixoto (1999: 4, 11-16, 42, 103). Na verdade, esclarece o autor (1998: 36; 2000: 134), à excepção do clássico *brain drain*, as migrações de ‘topo’ não figuravam como objecto de estudo prioritário das teorias migratórias, entre outros factores, por não constituírem um problema social em termos políticos e mediáticos; em virtude das dificuldades de contabilização estatística; e sobretudo dada a sua diminuta representação numérica no seio das migrações globais face ao predomínio quer dos fluxos massificados “de natureza económica”, protagonizados por indivíduos com parcas credenciais escolares e qualificações profissionais, quer dos movimentos ilegais, de refugiados, deslocados, com um peso também relevante.

Em nosso entender, estas mesmas razões justificam em grande medida a ausência de referências à deslocação de portugueses para Macau nos estudos migratórios nacionais. De facto, o território nunca se afirmou enquanto destino privilegiado para aqueles que, incentivados por móbeis políticos, económicos, sociais, culturais ou

outros, decidiram um dia deixar Portugal, preterindo-o por sociedades de acolhimento vistas como mais apelativas. Um breve olhar pelos principais ciclos da emigração portuguesa - grosso modo, movimentos internacionais de trabalho assentes em disparidades de pendor geoeconómico, nomeadamente em termos de empregabilidade - atesta-o com evidência (cf. Baganha e Góis; 1999: 232-253; Barreto, 2005: 22-23; Castles, 2005: 9; Lopes, 1999: 27-28, 36-51; 1996: 76; Garcia e outros, 1998).

Num primeiro ciclo, do século XVIII até aos anos 60 do século XX, imperaram as chamadas “migrações intercontinentais ou transoceânicas” materializadas em trajectos de longo alcance geográfico, com uma natureza tendencialmente duradoura e irreversível (associada à alteração definitiva de residência), fruto de uma satisfatória inserção nas sociedades de acolhimento, exercendo o continente americano e em particular o Brasil especial atracção (são também de mencionar os E.U.A., Canadá, Venezuela e, noutra área geográfica, as ex-colónias africanas e a África do Sul).

O período que medeia as décadas de 60 e 80 veio marcar uma segunda fase da emigração portuguesa, designada por “emigração de instalação”, eurocêntrica porque essencialmente vocacionada para a Europa, sobretudo França e Alemanha - países que ainda hoje se mantêm atractivos a avaliar pelas estatísticas do Banco de Portugal acerca das remessas dos emigrantes - e aos quais se adicionaram destinos como a Suíça, Reino Unido, Espanha, Bélgica e Holanda (cf. Pires, 2007: 56). Esta vocação eurocêntrica acentuou-se a partir de 1986 com a integração de Portugal na CEE e a consequente partida de trabalhadores pouco qualificados rumo aos países europeus mais desenvolvidos. Em comparação com o que ocorria anteriormente, os fluxos apresentam níveis de reversibilidade superior.

Não obstante a sobrevivência das duas modalidades ‘tipo’ assinaladas, a partir de meados dos anos 70 a dinâmica migratória começa a revelar, tanto em Portugal como no resto do mundo, uma configuração renovada, apelidada de “migração-circulação” ou “volante” - designação de Eduardo Lourenço (1999: 51). Dinamizada pela globalização das sociedades; a crescente transnacionalização e deslocalização das empresas; a multiplicação de laços e permutas inter-Estados nos domínios económico, político, cultural e social; a melhoria dos sistemas tecnológicos, de comunicação e transportes, com o consequente esbatimento de fronteiras geográficas, esta modalidade tem-se objectivado num intenso, se bem que temporário e intermitente, trânsito de indivíduos entre países e regiões, agora não apenas das periféricas para as centrais, mas também o inverso e ainda inter-centros (Cohen, 2005: 25-32; Castles, 2005: 41-46, 68-

81). Quando os destinos são geograficamente próximos, a residência original tende a conservar-se durante a ausência e a ideia de regresso está quase sempre presente.

Mas a grande diferença deste padrão reside no perfil dos migrantes, agora mais qualificados em termos escolares e profissionais. Perfil em muito diferenciado do dos migrantes 'clássicos', mão-de-obra barata e sem credenciais, regra geral proveniente de meios rurais - dos ramos agrícola e construção civil - onde se inseria o protótipo do trabalhador 'ideal', diligente e pouco reivindicativo, com frequência explorado e alvo de condições laborais desprestigiantes, que rumava para os centros urbanos dos países economicamente desenvolvidos (Jackson, 1991: 46; Barreto, 2005: 21; Baganha e Góis, 1999: 236, 241).

Castles (2005: 58), Pires (2007: 56; 2003: 94), Portes (1999b: 464-465), Peixoto (1999: 118-127, 226; 2000: 134-135) e Lopes (1999) fornecem alguns exemplos destas 'competências móveis', amiúde enquadradas por organizações, logo apoiadas em matéria de deslocação e inserção no destino. É o caso dos quadros e técnicos especializados (gestores, peritos e executivos) de empresas que se internacionalizam ou deslocalizam; de jornalistas e outros trabalhadores ligados aos meios de comunicação social; dos funcionários de organizações governamentais e não-governamentais - engenheiros, professores, juristas, sociólogos, profissionais de saúde, etc. - que, no âmbito de projectos de cooperação e desenvolvimento institucionalmente sustentados, se dirigem para regiões carenciadas nos domínios económico e tecnológico com o objectivo de "transferir conhecimentos". Juntam-se-lhes eurocratas, diplomatas, representantes culturais, artistas, estudantes e as 'inteligências' do *brain drain* contemporâneo que se deslocam dos países desenvolvidos para outros em desenvolvimento. Estes distinguem-se dos seus antecessores em vários aspectos porquanto a "fuga de cérebros" tradicional pressupunha, grosso modo, a partida isolada, destituída de vínculo institucional e com carácter de permanência, de quadros muito qualificados como cientistas e investigadores, das periferias ou semi-periferias para os centros, agindo em seu benefício - destacam-se os Estados Unidos, Canadá e Reino Unido (Peixoto, 1999: 17-63, 118-121).

Importa sublinhar que algumas destas formas de mobilidade representam "actividades transnacionais", isto é, transfronteiriças - de natureza política, económica social ou cultural - as quais, em virtude da sua regularidade, implicam o cruzamento recorrente das fronteiras administrativas de Estados-nação, bem como um dispêndio significativo de tempo por parte de quem nelas participa. Os protagonistas podem

converter-se em transmigrantes e vir a integrar “comunidades transnacionais” (Portes, 1999a: 4, 127-144; Portes, 1999b: 464; Portes e outros, 1999: 221-222; Castles, 2005: 41-81). Tais comunidades reflectem o engrossar de um movimento de indivíduos cujas vidas familiar social, profissional, religiosa são repartidas entre dois ou mais países, assentando numa lógica de dupla ou múltipla referenciação. O mesmo é dizer que possuem centros vivenciais [duais ou plurais] e afiliações sólidas em mais do que uma sociedade “falando [pelo menos] duas línguas, tendo casa em dois [ou mais] países, e fazendo a sua vida no contacto regular e continuado através das fronteiras nacionais” (Portes e outros, 1999: 217). É possível incluir também aqui aqueles que se estabelecem nos meios de acolhimento mantendo elos fortes e contactos contínuos com os seus lugares de origem ou referência.

1.1 Migração: definição e critérios classificatórios

Vasto e denso, o repertório teórico e analítico acumulado sobre a temática migratória tem procurado traduzir a multiplicidade, diversidade e complexidade de movimentos territoriais que desde tempos remotos aos nossos dias ocorrem no mundo¹⁰, abarcando, sob perspectivas distintas mas complementares - históricas, geográficas, demográficas, político-institucionais, económicas, sociológicas, antropológicas, psicológicas, etc. - as várias componentes deste processo: causas e consequências migratórias, cenários políticos, económicos e socioculturais que enquadram os fluxos, configuração social dos trajectos, perfil dos protagonistas, modos de integração na sociedade hospedeira.

No âmbito das acepções clássicas, Jackson (1991: 2, 6) define o conceito de migração como “o movimento de indivíduos e grupos entre duas sociedades: a que acabaram de deixar e aquela em que procuram inserir-se”, proposta idêntica à de Domenach e Picouet (1995: 7) e à de Held e outros (1999: 283).

Sobressai aqui uma dimensão fulcral em torno da qual a dinâmica migratória se desenrola, independentemente das especificidades de cada itinerário - a espacial. Na verdade, migrar implica, entre outros pressupostos, uma deslocação interterritorial de pessoas “através de uma fronteira administrativa bem definida”. Por contraponto à

¹⁰ Um retrato histórico abrangente e bastante sistematizado dos fluxos migratórios globais é fornecido por Held e outros (1999: 283-326).

migração interna que contempla as deslocações entre duas áreas - província, região ou município - dentro do mesmo país (Castels, 2005: 16), a migração internacional define-se como um “tipo de deslocação envolvendo indivíduos ou famílias que atravessam fronteiras nacionais, para se estabelecerem num país diferente” (Jackson, 1991: 11).

Porém, a componente espacial dos movimentos não é, por si só, suficiente para classificar uma deslocação como itinerário migratório, sob pena - anota Peixoto (1993: 278; 1998: 13) - de cairmos no “mito da migração” ou numa concepção insatisfatória, de abrangência exagerada e abusiva, que abarca no seio da mesma designação os mais banais percursos territoriais, no limite por todos já efectuados. É o caso das viagens realizadas com propósitos turísticos ou profissionais que implicam o cruzamento de fronteiras nacionais, não evidenciando contudo a intenção de permanência, por um período razoável, por parte dos protagonistas da deslocação (Castels, 2005: 17).

Nesta medida, os trajectos migratórios são filtrados por mais dois parâmetros: temporal, considerando que a instalação dos migrantes no destino deverá apresentar uma feição algo duradoura e continuada; e sobretudo social, na medida em que deslocações desta natureza acarretam uma “transição social bem definida, implicando uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico, quer social” (Jackson, 1991: 6), isto é, a renovação dos vínculos até então estabelecidos. A mobilidade inter-espacos sociais alia-se, assim, segundo Pena Pires (2003: 59), à mobilidade geográfica, dando origem a “(...) processos de desconstrução das inserções sociais estabelecidas e de (re)construção de novas inserções”.

Aliás, na óptica deste sociólogo, é o critério de integração (ou melhor dizendo, a desintegração social inerente à saída do país de origem ou referência e a subsequente reintegração no meio de acolhimento) que permite distinguir as migrações de outros movimentos geográficos: itinerários pendulares efectuados quotidianamente (de carácter profissional, escolar, doméstico, lúdico e sociabilístico); semanalmente (saídas de fim-de-semana para residências secundárias); sazonalmente (passeios, férias, turismo doméstico ou internacional); temporária ou intermitentemente (viagens de trabalho, participação em colóquios, estágios ou acções de formação de curta duração).

Com efeito, sem serem forçosamente inconsequentes, tais trajectos não produzem, amiúde, transformações significativas nos mapas vivenciais dos indivíduos (Domenach e Picouet, 1995: 7-10), logo, nos seus “espacos de vida”. O mesmo é dizer que, grosso modo, tendem a não desvinculá-los de forma considerável, visível e duradoura das suas referências territoriais, socioculturais, de amizade e lazer, ao

contrário do que as mais das vezes ocorre em contextos migratórios, estes pautados pelo "(...) abandono de um quadro social e a entrada num outro (...)” como assinala Eisenstadt (1953: 1)¹¹ ao definir migração, remetendo para a remodelação parcial ou total dos laços assinalados, por enfraquecimento, senão ruptura (Domenach e Picouet, 1995: 10; Jackson, 1991: 2).

É de registar que a distinção promovida entre migrações e outro tipo de trânsitos geográficos não pretende denotar qualquer homogeneidade interna daquelas por oposição ao carácter diversificado destes últimos. Pelo contrário. Do passado ao presente, das modalidades clássicas às emergentes, os fluxos migratórios têm apresentado feições renovadas, híbridas e cambiantes no que respeita às suas causas, aos móveis e perfis dos protagonistas, às distâncias percorridas, ao tempo de permanência nos destinos, às políticas migratórias, ao enquadramento legal dos movimentos, aos modos de integração no destino, bem como aos efeitos da estadia para as sociedades e indivíduos implicados (Castles, 2005: 16-42). Daí solicitarem a correspondente reactualização de abordagens, conceitos e tipologias de forma a dispor de suportes mais adequados à sua caracterização, comparação e compreensão.

Para melhor dar conta das transformações em curso e sobretudo proceder à análise do movimento de portugueses para Macau nos anos 80 e 90 do século XX, tomámos como referência os critérios classificatórios propostos por Rui Pena Pires (2003: 60-62) também eles contemplados nos trabalhos de outros autores (Portes, 1999a: 29-32, 88-90; Peixoto, 1993: 279; 1998: 26-27; Saint-Maurice, 1997: 52-53). Destacam-se, então, os seguintes:

a) Características intrínsecas ao fluxo migratório e respectivas dimensões:

- Espacial

Prende-se, como atrás referido, com a transposição de determinadas demarcações físico-administrativas, permitindo diferenciar as migrações nacionais/internas (locais ou inter-regionais) das internacionais (intra ou intercontinentais) que supõem a travessia de uma fronteira entre dois Estados e a aquisição, por parte do migrante, do estatuto de estrangeiro. Passível de incluir ainda no eixo espacial é a distância territorial percorrida (curta, média, longa), porquanto capaz de interferir, quer na tomada de decisão de partir, estimulando-a nos trajectos curtos ou desincentivando-a nos muito longos, quer nas modalidades de inserção no destino - a proximidade tenderá

¹¹ Citado por Daniel Courgeau (1980: 18) e Rui Pena Pires (2003: 58).

a incentivar a preservação de alguns vínculos com o país de partida, podendo repercutir-se num padrão de adaptação ao meio receptor de pendor menos assimilativo em uma série de domínios.

- Temporal

Reporta-se à duração e cadência da presença no destino, seja intencional ou efectiva. As categorias propostas por diferentes países para classificar padrões migracionais distintos em função da dimensão temporal mostram-se muito variáveis. Organismos oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE)¹² classificam um movimento de “temporário” quando a estadia contínua no meio hospedeiro é inferior a um ano e qualificam-no de “permanente” caso ultrapasse esse limite. Esta última categoria desagrega-se ainda em dois tipos: migrações de “povoamento” que apontam para o estabelecimento definitivo na sociedade receptora, ou, por outro lado, de “longa duração”, registando-se aqui a intenção de retorno.

No entender de Jackson (1991: 7), a diferenciação entre migrações “temporárias” (regulares ou sazonais) e “permanentes” assenta menos na medição temporal da estada do que nos vínculos residenciais estabelecidos: enquanto no primeiro caso o migrante mantém a primeira residência constante durante a sua presença em um outro concelho, cidade ou país, no segundo a alteração de residência é evidente e assumida. Para além destas incluem-se ainda as migrações pendulares que pressupõem deslocações frequentes entre duas sociedades, a de partida e a de acolhimento, sendo ainda de considerar, a nosso ver, a distinção entre trajectos inaugurais e secundários, bem como entre itinerários singulares e plurais (para um ou mais destinos).

- Configuração social do movimento

Remete para o padrão do fluxo e suas especificidades aos seguintes níveis: somatório e organização social dos actores envolvidos (atomizado, familiar, em rede, ou massa); níveis de espontaneidade ou coação (voluntário ou forçado por qualquer constrangimento formal, como sucede com os asilados, deslocados ou refugiados) e, com eles relacionado, o estatuto administrativo do fluxo (legal ou clandestino); as políticas migratórias dos países de partida e chegada, a par dos respectivos índices de

¹² Cf. <http://alea.ine.pt/html/actual/html/act40.html>

regulação do trajecto (promotores, indiferentes ou refractores); integrando-se também nesta dimensão o enquadramento institucional ou laboral, caso se verifique.

b) Móveis da deslocação: mecanismos geradores e reprodutores da migração

Os móveis da deslocação dizem respeito aos factores impulsionadores do trajecto geográfico. Contemplam-se neste domínio as motivações individuais ou familiares dos protagonistas - sejam elas económicas ou profissionais, ligadas ao ensino e à formação, políticas, culturais, demográficas, de saúde, religiosas; os estímulos de mediadores sociais (como as redes de conterrâneos), institucionais (agências de migrantes, organizações não governamentais) e ainda de agentes macroeconómicos colectivos (Estados e empresas). Acrescem os relacionamentos históricos e políticos inter-países, como por exemplo aqueles que unem países ex-coloniais às suas ex-colónias (Massey e outros, 1997: 263; Castels, 2005; Bendit, 2011b: 139).

De acordo com Pires (2003: 64) é imperativa a distinção entre as características dos itinerários e as razões apontadas pelos migrantes neles envolvidos (móveis efectivos e declarados) - no entender de Jackson (1991: 55) estas devem aceitar-se como motivos reais - de modo a apurar se são ou não coincidentes (um fluxo de cariz laboral poderá esconder a influência de redes sociais/extrafamiliares, “momentos decisivos”, etc.).

c) Perfil sociodemográfico dos migrantes

Reenvia-nos para as características dos protagonistas do itinerário, com destaque para a idade, estado civil, estrutura do agregado familiar (com ou sem filhos), local de residência; nível de instrução; ocupação (empregados, desempregados, estudantes, domésticas, reformados, etc.); profissão e tipo de actividade desempenhada (sector ou ramo); condição perante o trabalho (assalariado, independente, empresário, proprietário). A categoria relativa à composição social dos migrantes permite, assim, distinguir as migrações de ‘elite’, das de ‘massa’, como sugerido por McNeill (cf. Held e outros, 1999: 283-285), bem como descortinar as variáveis sociodemográficas tendencialmente mais favoráveis ou desfavoráveis à partida.

d) Modalidades de inserção na sociedade hospedeira

Reporta aos padrões adaptativos dos migrantes no meio receptor por relação a esferas diversas como a residencial, escolar e laboral, sociabilidades e lazeres, em

conjunto com o domínio do simbólico, mais concretamente, sentimentos de pertença face às sociedades de origem (ou partida) e de acolhimento, níveis de vinculação às referências e expressões culturais de ambas, etc.

e) Repercussões do fluxo migratório

Não figurando de modo explícito no esquema analítico em que nos baseamos (Pires, 2003), entendemos abranger este critério na análise do presente itinerário, menos no que respeita às suas consequências para os países envolvidos, do que no que toca às repercussões da experiência de mobilidade geográfica para os indivíduos directamente implicados: em termos socioeconómicos (volume e estrutura de capitais detidos versus adquiridos; percursos de mobilidade social ascendente ou descendente; manutenção ou alteração de padrões de consumo; valorização estatutária, etc.); simbólico-culturais (apropriações culturais, renovação de referências e matrizes de orientação, durabilidade dessa influência, sua utilização e significado social); sociabilísticos (manutenção ou renovação das redes de amizade); identitários (sentido de lugar, desenraizamento, enraizamentos múltiplos).

1.2 Porque se parte? A causalidade múltipla das migrações

Segundo Massey e outros (1997: 257) as ciências sociais têm-se debatido com a ausência de um modelo teórico suficientemente abrangente sobre migrações internacionais, antes dispendo de um leque algo disperso de teorias e modelos sectoriais que, não obstante a sua relativa operacionalidade no estudo de movimentos particulares, revelam-se inoperantes para compreender realidades cujas causas e consequências apresentam uma feição cada vez mais diversa, complexa e compósita.

De facto, proliferam as disciplinas, bem como as propostas teóricas que procuram explicar a génese e a reprodução dos fluxos migratórios, sendo estas, grosso modo, balizadas por análises de âmbito 'micro' que colocam os indivíduos e suas escolhas racionais no epicentro da opção pela mobilidade geográfica - racionalidade orientada por relação a fins ou a valores conforme a tipologia da acção social de Weber (1983: 75-76); e abordagens de âmbito 'macro', mediante as quais se privilegiam as componentes estruturais e dimensões contextuais mais vastas, das sociedades emissora

e receptora, que condicionam os movimentos, assim como os macro-actores¹³, caso do Estado e entidades empresariais, que os promovem, retraem, previnem, controlam, regulam e enquadram, em suma, neles interferindo (Pires, 2007: 50-51; 2003: 79-89; Massey e outros, 1997: 259; Baganha e Góis, 1999: 232-233, 246-247; Saint-Maurice, 1997: 6; Rocha-Trindade, 1995; Peixoto, 2004: 13, 38).

Não havendo aqui lugar para uma exposição exaustiva desse vasto leque de perspectivas analíticas¹⁴, distintas mas complementares, passaremos em revista aquelas cujos contributos melhor poderão auxiliar-nos a identificar, compreender e articular os factores que impulsionaram a partida de portugueses para Macau, em especial, nas duas décadas em estudo.

A abordagem (Neo)clássica das Migrações, encabeçada por Ravenstein em finais do século XIX e revista por Lee nos anos 60 da centúria seguinte, sustenta que o movimento migratório resulta de um cálculo individual, atomizado, racional e estratégico de maximização dos rendimentos por via da ponderação (razoavelmente informada) dos benefícios/custos da deslocação.

Nesta lógica de raiz economicista, assente nos pressupostos nucleares da Teoria da Escolha Racional (Abell, 2000: 223-244; Coleman, 1990: 1-23; Homans, 1964: 809-819; Boudon, 2003: 19-21), enfatizam-se como causa migratória os mecanismos de atracção-repulsão identificados pelos migrantes na tomada de decisão de partir. A atracção permanece associada aos proveitos económicos que o potencial destino migratório aparenta proporcionar mediante garantias de emprego e níveis salariais mais apelativos, proveitos estes susceptíveis de compensar, por via da melhoria das condições de vida, os custos financeiros, sociais e emocionais implicados no trajeto - encargos associados ao itinerário geográfico, à dimensão do núcleo familiar e às leis migratórias (Portes, 1999a: 7, 25-28; Peixoto, 2004: 15). Por seu turno, a repulsão

¹³ Convergindo com a argumentação de Nicos Mouzelis (1995: 148-149; 155-158), não excluimos do âmbito macro-social, os macro-actores, singulares, detentores de elevados recursos e poderes e cujo posicionamento social lhes permite a tomada de decisões ou medidas com avultadas repercussões ao nível estrutural e individual, quer no espaço, quer no tempo (determinadas opções económicas, sociais e políticas como o decretar de uma guerra, por exemplo). Porém, a proposta do autor (1995: 155) vai mais longe porquanto, ao ponderar variáveis como o poder e as hierarquias sociais, recusa a estreita associação do nível micro de análise ao domínio dos actores, da agencia e das interacções face a face e, por seu turno, a do nível macro às estruturas. Sustenta, ao invés, que independentemente de se analisarem actores/interacções ou estruturas institucionais, o nível macro abarca os casos nos quais o impacto das regras institucionalizadas (quando instanciadas) ou das práticas dos actores é alargado no espaço e no tempo, enquanto o nível micro aponta para as situações em que esse impacto permanece confinado espaço-temporalmente.

¹⁴ Para uma apreciação mais completa das mesmas cf. Massey e outros (1997: 9, 264), Portes (1999a: 3, 7, 25-27, 133), Jackson (1991: 20, 67, 83), Castles (2005), Pires (2003), Peixoto (2004).

decorre, no essencial, das dificuldades económico-sociais enfrentadas na sociedade de origem ou referência, sobretudo dados os baixos rendimentos aí usufruídos (como resultado do desemprego ou subemprego). Esta concepção postula, em síntese, que “se os benefícios esperados excederem os custos, as pessoas deslocam-se”, corolário criticado pelo excessivo simplismo (Portes: 1999a: 25; Castles, 2005: 53; Pires, 2003).¹⁵

Na verdade, verifica-se que uma larga parcela de movimentos geográficos não decorre de decisões voluntárias e ponderadas mas de mecanismos de coação exógenos, caso das migrações “forçadas” por condicionantes estruturais ou conjunturais de ordem política e social (“colapso” estatal e socioeconómico), ambiental (catástrofes naturais, desastres ecológicos) ou outra, as quais ultrapassam largamente os cálculos racionais e utilitários de indivíduos (Pires, 2003: 66; 2007: 49-50).

Ademais, relativiza-se o determinismo conferido aos cálculos individuais em torno de diferenciais salariais e condições de empregabilidade inter-países enquanto móbeis de mobilidade geográfica. Com efeito, se tais disparidades configurassem motores exclusivos, não só a eliminação das mesmas cessaria os fluxos - o que não ocorre uma vez que as migrações internacionais prosseguem mesmo na ausência de vantagens remuneratórias expressivas (os projectos de reunião familiar, a formação escolar, a par de expectativas de realização profissional constituem exemplos) - como a persistência de tais disparidades incrementaria de forma exponencial o volume de migrações, motivando um maior número de indivíduos a partir, sobretudo os mais pobres ou provenientes de regiões menos desenvolvidas, pautadas por salários e condições laborais assaz precários. Nessa óptica, ponderando as “vantagens comparativas da migração”, os habitantes desses países pouco teriam a perder com uma deslocação internacional, argumenta Alejandro Portes (1999a: 3, 25, 133), questionando os pressupostos fundamentais da teoria económica na explicação das causas migratórias.

Prosseguindo nesta linha, o autor constata a representação algo residual dos grupos sociais mais desfavorecidos nas dinâmicas migratórias, como conclui serem os países de desenvolvimento intermédio os principais emissores de mão-de-obra

¹⁵ Baseando-se nos mesmos princípios teóricos, a Teoria do Capital Humano acrescenta uma visão de longo prazo ao balanço entre custos/benefícios que precede a decisão migratória. Em lugar da ponderação dos proveitos imediatos que a mobilidade geográfica representa, tomam-se em consideração os retornos futuros provenientes do investimento dos migrantes (indivíduos e/ou membros do agregado familiar) na sua capacidade produtiva ao longo do projecto migratório, por via da formação escolar e/ou laboral, experiência profissional, entre outros (cf. Peixoto, 2004: 16-17).

migrante, deles provindo o grosso dos fluxos laborais. “As determinantes da emigração não radicam na pobreza ou nas diferenças absolutas de salários entre países receptores e emissores. Os mais pobres raramente emigram; fazem-no aqueles sectores de certos recursos mais afectados pela disparidade dentro do país de partida entre expectativas de vida modernas e os meios económicos para as alcançar”, afirma Portes (1999a: 3), acrescentando à frente (1999a: 25) que “(...) são as pessoas com alguns recursos (...) que normalmente iniciam e sustentam o movimento”.¹⁶

É também esta a posição de Pena Pires (2003: 76) e Castles (2005: 23, 56) segundo os quais nem todos os indivíduos se encontram em situação de igualdade perante a hipótese de se deslocarem porquanto não dispõem das mesmas valências materiais, socioculturais e simbólicas quer para aceder a determinadas fontes de informação sobre os procedimentos subjacentes ao fluxo migratório e ao meio hospedeiro visado (em relação a oportunidades de trabalho e perspectivas de vida aí oferecidas), quer para financiar os custos inerentes à migração (deslocação e outras despesas inerentes). Reconhece-se à componente informativa enorme relevância no processo decisional, sustentando-se que é o reconhecimento subjectivo das vantagens da partida (mais do que as vantagens em si) e dos modos de vida proporcionados na sociedade de acolhimento que impele os indivíduos a sair (Jackson, 1991: 53; Silva e outros, 1984: 173-178; Amaro, 1985: 354; Pires, 2003: 70-71 baseando-se em Lee, 1969: 287).

Tais vantagens, amiúde convertidas em estereótipos, (Helweg, 1987: 174 referido por Pena Pires, 2003: 76) tendem a ser veiculadas de forma isolada ou complementar por diversas vias: institucionalmente; pelos meios de comunicação social; e sobretudo por intermédio de conterrâneos estabelecidos no destino, ou já dele regressados, ou ainda de terceiros a eles ligados. Expõem-nas tanto através de narrativas quanto de manifestações materiais e simbólicas do sucesso migratório, no que respeita à aquisição de recursos económicos, património, competências profissionais, escolares e

¹⁶ Note-se, porém, que algumas análises sobre o processo migratório português destacam a mediocridade dos modos de vida enfrentados pelos migrantes como uma das principais causas de saída (cf. Silva e outros, 1984: 174-176, 192; Amaro, 1985: 353; Castles, 2005: 9). “É a eterna miséria que se esconde sob todas as emigrações que as empurra (...)” diz-nos Eduardo Lourenço (1999: 45) acerca das condições de existência dos que optaram por deixar as suas terras. Baganha (1990: 199) perfilha a mesma ideia por relação à emigração portuguesa para os E.U.A entre 1820 e 1930: “parte do país alimentava-se, mas o resto tinha de emigrar para o fazer”. Em nosso entender, estas conclusões não infirmam as posições supra registadas quanto às causas de mobilidade geográfica e aos perfis dos protagonistas envolvidos, remetendo antes para o retrato de dinâmicas migratórias em períodos históricos e contextos políticos e sociais específicos que dão corpo ao multifacetado universo dos movimentos populacionais.

culturais, gerando um “efeito de demonstração positivo” (Pires, 2003: 77, 89) e motivando outros a segui-los, alinhando no mesmo trajecto.

Defende-se, por conseguinte, que a participação na dinâmica migratória está longe de decorrer de resoluções individuais, atomizadas, alheadas daqueles que integram os círculos familiares e de relacionamento do migrante, assim como de permanecer dissociada de matrizes simbólicas e comportamentais partilhadas. A propósito, já Weber (1983: 73) havia concluído acerca da orientação social da acção instrumental, tendo em conta que ao agir o indivíduo atende à actividade de terceiros, sendo movido por “expectativas substantivas ligadas à sociabilidade”, posição mais tarde defendida por Rex (1988: 15-16) e Portes (1999a: 7-8).

Nesta linha encontra-se a chamada Teoria ‘Nova Economia das Migrações’ e a Teoria das Redes, ambas pressupondo quer a influência de unidades sociais mais vastas nas opções pela mobilidade geográfica, quer a sustentação do acto migratório numa série de esclarecimentos sobre diversas dimensões da sociedade hospedeira (Massey e outros, 1997: 260-265; Castles, 2005: 22-24).

A primeira concepção associa a decisão de partir menos a um projecto individual do que a uma deliberação concertada dos membros de um colectivo mais alargado - geralmente a família - em busca de melhores condições de vida (Jackson, 1991: 20; Castles, 2005: 54; Helweg, 1987, referido por Pires, 2003: 73-74). Sob este prisma, a ponderação da possibilidade migratória empreendida no seio do agregado doméstico vai muito além de estímulos objectivados em diferenças remuneratórias inter-países. Contabilizam-se incentivos suplementares tidos como de similar ou superior importância, a saber: novas oportunidades laborais e de investimento, a segurança e sustentabilidade do movimento, políticas migratórias favoráveis, aliadas às características sociais e culturais do meio de acolhimento, caso das infraestruturas locais disponíveis como sugere Lind (cf. Jackson, 1991: 24; Saint-Maurice, 1997: 4).

Também a Teoria das Redes, de nível ‘meso-social’, assinala não serem as migrações fruto das escolhas de actores isolados, antes de decisões tomadas sob o contágio e a força centrípeta de unidades sociais alargadas, designadamente circuitos informais de interconhecimento (Portes, 1999a: 27-28; Massey e outros, 1997: 264; Castles, 2005: 50; Padilla, 2006: 4-17; Grassi, 2008b: 752; Baganha e Góis, 1999: 246-252). Mas em que consistem estes circuitos ou redes? De acordo com Costa e outros (1990: 198) definem-se pelo “(...) conjunto de laços e relações, de diversos tipos e intensidades, que ligam um actor social a outros actores, bem como os eventuais laços

desses outros actores entre si.” Vínculos profissionais, de parentesco, amizade e conterraneidade susceptíveis de constituir, no quadro dos movimentos populacionais, um precioso capital social, traduzido em benefícios angariáveis por via dessas ligações, isto é, da pertença a tais redes (Castles, 2005: 2; Portes, 1999a: 16-24; 2000: 133-140).¹⁷

A importância das redes sociais manifesta-se, então, na capacidade de mobilização dos migrantes, logo, na dinamização e reprodução dos fluxos migratórios.¹⁸ Num plano preliminar, mediante a influência na tomada de decisão de partir, na selecção dos destinos e no auxílio à organização do trajecto, partilhando informações supostamente úteis e credíveis sobre o meio hospedeiro em matéria de habitação, oportunidades de emprego e modos de acesso ao mesmo, documentação administrativa, etc. Numa fase posterior, como suporte à deslocação e instalação na nova sociedade, prestando assistência social e afectiva, assim como colaborando para minorar os riscos e custos inerentes. Acto mediado em lugar de isolado, a migração internacional é, nesta óptica, alimentada de forma constante pelos elos sociais detidos entre os potenciais migrantes e aqueles já estabelecidos num dado destino - elos que se adensam com a multiplicação de contactos entre as sociedades de partida e chegada - deles dependendo a sua continuação.

Como assinala Alejandro Portes (1999a: 27), “Uma vez estabelecidas, estas redes permitem que o processo migratório se torne auto-sustentado e impermeável a alterações de curto prazo nos incentivos económicos”. Por outras palavras, qualquer efeito desmobilizador que o decréscimo dos níveis de remuneração e empregabilidade tenha na concretização de um dado percurso migratório poderá ser contrabalançado ou compensado pela capacidade de atracção das conexões sociais existentes, a par da

¹⁷ Bourdieu (1985: 248, citado por Portes, 2000: 134 e por Grassi, 2007: 17) define capital social como a “rede de recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”. Tais recursos são disponibilizados, grosso modo, ora com base em motivações ‘altruístas’ (resultantes de normas interiorizadas ou de lealdades), ora ‘instrumentais’ (decorrentes de obrigações sociais assentes no princípio da reciprocidade e de confiança exigível, salvaguardada por sanções comunitárias relativas a possíveis incumprimentos). Sobre as fontes, funções e consequências do capital social cf. Portes (2000: 133-158).

¹⁸ Além das redes de conterrâneos, o papel de mediação e suporte envolve, cada vez mais, novos actores sociais como entidades privadas, instituições de voluntariado e organizações clandestinas, cujo trabalho consiste em auxiliar o migrante potencial em todo o processo logístico e administrativo de entrada num dado país (apoando-o na deslocação, aquisição de vistos, contratos laborais, alojamento, crédito e, inclusive, de cônjuge, se necessário para a sua legalização). Embora, por princípio, agindo em benefício dos migrantes, as iniciativas empreendidas por estas redes resultam, amiúde, num mercado negro que visa o lucro mediante a exploração das suas vítimas, o qual, por seu turno, impulsiona a constituição de organizações humanitárias voluntárias dedicadas à defesa dos direitos destes indivíduos (caso da procura de um tratamento legal para os migrantes indocumentados). É a Teoria Institucional que se tem dedicado ao estudo desta realidade (Massey e outros: 1997: 265-266).

amortização dos custos migratórios por elas proporcionada, facto que confere a estes mediadores uma centralidade crescente nos estudos sobre movimentos de população (Castles, 2005: 24¹⁹, 56; Jackson, 1991: 67, 83; Portes, 1999a; Pires, 2003: 88, 1999: 15, 25; Peixoto, 1993: 291; Padilla, 2006: 4-17; Grassi, 2007: 9-22; 2008a: 160; 2008b: 749-768; Wieviorka, 2002a: 140-141; Monteiro, 1993: 325; Saint-Maurice, 1997: 49, 83-84; Rocha-Trindade, 1993: 875).

No seguimento da Teoria das Redes, Portes (2000: 144-146) desenvolve a Teoria dos Enclaves, significando estes “concentrações densas de empresas étnicas ou de imigrantes que empregam uma proporção significativa da força de trabalho co-étnica e que desenvolvem uma presença física distinta no espaço urbano”. A proximidade geográfica de conterrâneos resulta, em certos casos, da valorização proactiva, afectiva ou instrumental, dos vínculos sociais e culturais partilhados, mediante um processo de etnicidade “linear”, definido pela “continuação das práticas culturais aprendidas no país de origem” dada a existência de uma “memória cultural comum” (Portes, 1999a: 42-43, 106-108)²⁰. Noutras decorre da valorização defensiva desses mesmos vínculos face a manifestações de indiferença, hostilidade e racismo empreendidas pela população local, aliadas (ou não) a situações de iniquidade social promovidas pelo governo, entidades empresariais e organismos vários, traduzindo, nesse cenário, um processo de etnicidade “reactiva”. Não raras vezes, a disposição disjuntiva dos migrantes configura uma estratégia colectiva de obtenção de força e visibilidade para suplantar adversidades e conquistar direitos de cidadania no meio receptor.

As empresas e postos de trabalho criados nos enclaves destinam-se, no essencial, a absorver a mão-de-obra do colectivo imigrante, visando satisfazer internamente o próprio mercado e correspondentes necessidades ao nível de bens e serviços, daí resultando a sua auto-sustentação. As redes de interconhecimento e o “capital social”

¹⁹ Castles assinala, na linha de outros autores, que a génese dos fluxos migratórios remete geralmente para factores externos, dando como exemplo o recrutamento ou o serviço militar, embora possa também decorrer da iniciativa pioneira de determinados indivíduos. Uma vez estreado, esse percurso tende a ser reproduzido pelas redes sociais daqueles que o inauguraram.

²⁰ Tal proximidade física - que segundo Jackson (1991: 83) pode gerar um “efeito de aglomeração” - proporciona o afunilamento de laços pessoais em termos de cooperação e convivialidade, partilha de símbolos e instituições, assim como a intensificação das relações intracomunitárias. Por isso muitos imigrantes investem na recriação do universo abandonado participando em associações locais, desportivas e culturais; organizando encontros e festividades; acedendo a meios de comunicação social, como jornais e revistas, canais televisivos ou radiofónicos difusores de informação sobre o respectivo país; e ainda implementando ou frequentando estabelecimentos comerciais - restaurantes, bares, lojas - onde se oferecem produtos tradicionais (no caso português, o vinho, azeite, bacalhau e a “bica” constituem exemplos). Este revivalismo, geralmente apelidado de “folclorização” (Monteiro, 1994: 41), resulta na ligação mais ou menos directa à cultura de origem e sua exaltação num distinto contexto.

associado surgem mais uma vez, neste contexto, como um valioso instrumento de sustento e sobrevivência comunitária, porquanto constituem a base de recrutamento dos migrantes para o meio laboral, empreendimentos socioeconómicos, associativismo e demais iniciativas congregadoras. De facto, constroem-se, por e para servir os migrantes, infraestruturas culturais e sociais, estabelecimentos comerciais, instituições bancárias e outros serviços, associações, escolas, zonas de recreio e espaços de culto (à margem do Estado e das organizações locais), conduzindo a um modo de integração de pendor etnicizado, favorável à preservação de uma parcela significativa de referências culturais primárias, com destaque para a língua e a religião. Dão-se como exemplos, os enclaves chineses em Nova Iorque e São Francisco, o cubano em Miami, o coreano em Los Angeles, o turco em Paris (Portes, 1999a: 33-34; 2000: 144-145; Jackson, 1991: 115; Rocha-Trindade, 1995: 89), a que juntaríamos o enclave judeu situado no bairro de Williamsburg em Brooklyn, Nova Iorque.

A par dos enclaves, Portes (1999a: 33-34) alude ainda à formação de nichos étnicos objectivados na apropriação expressiva de um segmento laboral específico por uma dada população migrante, visando garantir a sua empregabilidade a desfavor da mão-de-obra local a quem é dificultado, senão mesmo vedado, o acesso. Aqueles já estabelecidos no meio receptor encarregam-se de informar, formar, orientar e supervisionar os recém-chegados no âmbito do sector de trabalho para onde são canalizados, daí que a integração dos migrantes em redes de conterrâneos os coloque frequentemente em situação de vantagem perante a fruição dessas e demais oportunidades sociais. O culto de vivências comunitarizadas surge, assim, para muitos como a via mais apropriada à concretização de projectos de mobilidade ascendente, em virtude do capital social que a partir delas se proporciona (cf. Portes, 1999a: 16-21; 2000: 133-140; Machado e Matias, 2006: 8).

Atente-se, no entanto, como bem realça Padilla (2006: 11-14), que a conterraneidade na qual assentam os processos de recrutamento profissional referidos, eventualmente apresentando uma configuração de nichos étnicos e, no limite de enclave, não é por si só garante de solidariedade interpessoal como por vezes se subentende, apesar de a “empatia” que inicialmente sustenta a aproximação entre migrantes co-étnicos nos espaços de acolhimento possa, com o decorrer do tempo, resultar em relações de amizade. Dito de outro modo, é inadequado deduzir de pertenças culturais comuns o desenvolvimento natural (ou essencial) de laços de afectividade, facto que alguns registos de exploração, competitividade, deslealdade,

cobiça e maledicência entre conterrâneos atestam. Em concordância com a autora, rejeitamos por isso um modelo único de redes sociais, dada a natureza diversa (e compósita) das alianças firmadas - a solidariedade, reciprocidade e instrumentalidade constituem exemplos. Tais alianças são moldadas, entre outros factores, pelo perfil dos migrantes e respectivos projectos migratórios, as características das sociedades de partida e chegada - caso das especificidades do mercado de trabalho (estrutura laboral mais ou menos segmentada, economia formal ou informal, sectores mais dinâmicos, leis laborais, etc.) - a par dos recursos e oportunidades existentes.

Se as propostas teóricas até ao momento discutidas se inscrevem, como anotado, nos chamados quadros 'micro' e 'meso' de análise, colocando, respectivamente, as decisões individuais e a interferência das redes sociais no cerne das explicações dos processos migratórios, por sua vez, a Teoria dos Sistemas Mundiais, reenvia-nos para uma perspectiva 'macro' dessa dinâmica. Associada ao nome de Wallerstein, esta abordagem de pendor economicista consolidou-se sobretudo a partir dos anos 60 do século XX, sustentando que as migrações internacionais, em especial as laborais, ultrapassam em muito as motivações dos indivíduos e seu livre arbítrio na tomada de decisão de partir, assim como o contágio dos círculos de interconhecimento. A mobilidade geográfica tem como principal motor, sugerem os defensores desta teoria, disparidades de desenvolvimento territorial entre países e regiões em matéria de capital, investimento, localização de actividades e recursos produtivos.

Dito de outro modo, a ideia força apresentada é a de que os movimentos populacionais, e em última instância as resoluções migratórias individuais, são induzidos por factores macroestruturais, com relevo para a estrutura assimétrica da economia mundo reflectida no posicionamento diferenciado de cada país no sistema internacional. Constitui, por isso, uma resposta aos ritmos, flutuações e desequilíbrios inerentes ao capitalismo global, bem como às oscilantes carências, por parte das economias centrais [ou dos centros que orbitam nas periferias, acrescente-se], de recrutar mão-de-obra das regiões onde a mesma é excedentária, proporcionando-lhes salários apelativos (Portes, 1999a: 134-135; Pires, 2003: 81; Peixoto, 2004: 26; Baganha e Góis, 1999: 232-234).

Ao ilustrar a visão macroeconómica Portes (1999a: 133-134) diz-nos: "(...) a imigração contemporânea é tributária de forças gêmeas que têm as suas raízes na dinâmica da própria expansão capitalista. Estas são, antes de mais, as necessidades de mão-de-obra dos países desenvolvidos, e também, a penetração, em países menos

desenvolvidos, de investimentos produtivos e padrões de consumo das sociedades avançadas. (...). Contrariamente às percepções mais difundidas, os imigrantes mudam-se para as nações mais ricas não tanto porque queiram, mas mais por serem necessários. Uma combinação de forças sociais e históricas levou ao agudizar das carências de mão-de-obra nestas economias.”

Além de se reconhecer a relevância que os desequilíbrios económicos interterritoriais detêm como promotores da mobilidade geográfica, particular destaque vem sendo conferido à interferência de macro-actores colectivos como o Estado, as empresas e organizações várias na dinamização dos fluxos por via de mecanismos de retracção, promoção e regulação político-económica (Pires, 2007: 51; 2003: 79-89)²¹, procurando, assim, garantir a funcionalidade, equilíbrio e coerência do sistema global.

Em convergência com a anterior, a Teoria dos Sistemas Migratórios enquadra os movimentos de população no âmbito de intercâmbios mais vastos entre determinados países que ao longo do tempo foram estabelecendo laços históricos, culturais, políticos, económicos e financeiros. É, então, na densidade e durabilidade de tais vínculos que a circulação de migrantes de/para determinadas sociedades assenta e perdura (Massey e outros, 1997: 263; Castles, 2005: 23). Daí que a migração internacional, não só de trabalho mas também associada a programas de desenvolvimento, formação escolar e reunião familiar, tenha substancial expressão entre países ex-coloniais e suas ex-colónias. A instalação em Portugal de imigrantes oriundos dos PALOP e Brasil, bem como o estabelecimento de portugueses naqueles países é disso exemplo, o mesmo ocorrendo com a partida de portugueses para Macau como adiante se aprofundará.

A par das concepções explicativas assinaladas, refira-se ainda a Teoria do Mercado de Trabalho Dual ou Segmentado, representativa de uma importante franja das migrações internacionais laborais. Enquanto a Teoria dos Sistemas Mundo coloca a tónica nas disparidades de desenvolvimento inter-países como principal causa migratória, por seu turno, a presente abordagem enfatiza as dinâmicas específicas do mercado de trabalho, ou seja, as diferenciações entre os vários sectores laborais. Estes são balizados por duas categorias ‘tipo’ ilustradas, de um lado, por um mercado ‘primário’, pautado por condições de emprego relativamente estáveis, favoráveis e gratificantes em termos contratuais, remuneratórios, promocionais e de protecção

²¹ Para o autor (2007: 51), se a regulação “significará, sobretudo, disponibilização de canais efectivos para a migração se fazer regularmente”, a promoção remete para a “constituição de instrumentos de recrutamento seleccionado operantes ao longo de todo o percurso migratório, desde a origem”.

social; de outro, por um mercado 'secundário', caracterizado pela instabilidade e precariedade ao nível dessas mesmas condições (cf. Peixoto, 2004: 23-24; Baganha e Góis, 1999: 241).

O principal corolário desta perspectiva é o de que a migração laboral internacional resulta, grosso modo, de práticas directas ou indirectas de recrutamento, empresarial ou estatal, de trabalhadores de países pouco desenvolvidos ou em desenvolvimento para outros mais ricos com vista a colmatar o défice sentido em certos segmentos de mercado, as mais das vezes, o 'secundário', com frequência desprezado pela população activa local. Segundo Massey e outros (1997: 261-262), os migrantes respondem a essa oferta laboral que é estruturalmente construída nas economias modernas e pós-industriais. Alejandro Portes (1999a: 1) dá como exemplo a angariação, no contexto do fim da guerra civil nos Estados Unidos, de mão-de-obra em países como a Irlanda, Itália (sul) e Polónia, por parte de grandes empresas industriais de Nova Iorque, Chicago e outras, dados os imperativos laborais. O mesmo se aplica à importação de avultados quantitativos de trabalhadores indiferenciados para reconstruir uma Europa Ocidental devastada pela segunda grande guerra.

Pese embora o incentivo à deslocação seja, amiúde, direccionado a mão-de-obra barata com baixas qualificações, também (e cada vez mais) se contempla a requisição de pessoal qualificado, com expectativas de mobilidade social ascendente, para desempenhar funções de prestígio no mercado 'primário' das regiões centrais, por via de elevados salários e aliciantes condições laborais, como sucede na chamada 'fuga de cérebros'. No presente, estes profissionais provêm sobretudo da ex-URSS, Ásia Central - com relevo para a Índia - e ainda da África Subsariana. Quanto aos destinos eleitos, sobressaem os Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e, na Europa, o Reino Unido (Pires, 2007: 50).

De tudo o que foi dito sobre a génese e reprodução dos fluxos migratórios - no seio dos quais se inclui aquele que se prende com a partida de portugueses para Macau - parece-nos clara a interferência de factores endógenos, individuais, e exógenos, estruturais. Como assinala Pena Pires (2003: 88) as migrações dependem da procura de oportunidades pelos migrantes, mas também da oferta das mesmas pelos empregadores do seu trabalho, o que leva à intercepção de "factores de emigração" com "factores de imigração" na análise dos movimentos.

As abordagens teóricas referidas, longe de incompatíveis ou mutuamente exclusivas, mostram-se, pois, complementares, o mesmo sucedendo com os móveis

migratórios enumerados: ainda que manifestando preponderância explicativa a respeito de um dado fluxo geográfico, nenhum deles o justifica isoladamente. A “incomensurabilidade das diferentes componentes do processo de decisão” torna, por isso, “impossível definir modelos de causalidade simples sobre o comportamento migratório”, regista Pena Pires (2003: 74). Do reconhecimento inequívoco da multicausalidade dos movimentos impõe-se a necessidade de conjugar, como sugerido por Peixoto (1999: 6), Pires (2003) e Castles (2005: 57) os níveis ‘micro’, ‘meso’ e ‘macro’ de análise para uma compreensão integral e integrada da problemática migratória.

2. Pertencas culturais: identidades, políticas de integração e modos de inserção dos migrantes nas sociedades de acolhimento

Discutidas as perspectivas teóricas que melhor contribuem para explicar a génese e reprodução dos fluxos migratórios, entre os quais aquele sobre o qual nos debruçamos, importa proceder ao escrutínio das diferentes modalidades de inserção dos migrantes nas sociedades de acolhimento, onde a problemática identitária (cultural ou étnica) adquire especial relevância, não sem antes nos determos sobre o conceito de identidade, processos de identificação e suas componentes fundamentais.

2.1 Identidade pessoal, social e cultural: definição e dimensões de análise

Diz-nos Phoenix (1998: 859) que o termo identidade é hoje ubíquo, ubiquidade particularmente expressiva numa abordagem sobre jovens em contexto migratório, assente em relatos de vida. Podemos defini-lo como um conjunto de traços que assemelham e diferenciam os indivíduos de outros, evidenciando o que têm [sentem ter, ou são representados como tendo] em comum, assim como de distinto face a quem os rodeia, anotam Bulmer e Solomos (1998: 826).

Ancorada em idiossincrasias individuais, a identidade pessoal reenvia-nos para a afirmação da singularidade dos actores sociais baseada na conjugação de atributos, heranças, pertencas, representações, disposições, recursos, competências, experiências, vivências, aquisições, mas também aspirações e projectos, aceitando, na senda de Giddens (1996: 64), que “o que uma pessoa quer ajuda a definir o que essa pessoa é (...)”. Transporta-nos, em suma, para modos e trajectórias de vida, cruzando presente, passado e futuro (Guerra, 1993: 59, 69-70; Saint-Maurice, 1997: 19).

Nesta medida, a identidade pessoal é em simultâneo um produto social enquadrado no espaço e no tempo, (re)formulado no decurso do processo de socialização primária e secundária (formal e informal), gerado em determinados cenários de interacção, no âmbito de relações interpessoais e de práticas institucionalizadas de etiquetagem, sendo continuamente renovado por contextos históricos, geográficos, situacionais, vivenciais (Jenkins, 1996: 20, 80). Emerge, assim, como intrinsecamente relacional não tendo sentido, nem podendo analisar-se como dissociada do social: “as identidades individuais e colectivas são sistematicamente

produzidas, reproduzidas e implicadas uma na outra”, anota Jenkins (1996: 25). A identidade social remete, por conseguinte, para as filiações grupais que aproximam os indivíduos a certos colectivos, fruto da partilha isolada ou conjugada de variáveis estruturadoras dessas pertenças - a idade, o género, o estado civil, a zona de residência, a profissão e situação profissional, posicionamentos e trajectórias sociais, estilos de vida, papéis desempenhados, vínculos culturais, disposições, entre outros exemplos.

Contudo, a identidade social faz sobressair não apenas as similitudes que os indivíduos partilham com outros, ressaltando, em complemento, um leque de dissemelhanças, ou seja, parâmetros que deles os distanciam, daqui resultando o duplo mecanismo de “identificação” (associação) e de “identização” (dissociação) assinalado por Madureira Pinto (1991: 218-219) com base nas expressões de Pierre Tap. O autor especifica este processo sustentando que “(...) as identidades sociais constroem-se por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridades, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes.” Fica assim claro que tanto identidade pessoal quanto social não se produzem por si só, nem se manifestam no isolamento, uma vez que ao reconhecerem as suas pertenças, os indivíduos ou os grupos onde se inscrevem necessitam sempre de referentes, isto é, de alteridades (Eriksen, 1997: 38-39; Bulmer e Solomos, 1998: 870; Pinto, 1991: 219; Fortuna, 1999: 16; Conde, 1990: 675, 688).

No processo de formação e exteriorização das identidades está, por isso, implícita uma dimensão relacional, de interface interpessoal ou intergrupar que opera, como assinalado, a dois níveis: “aquele que distingue o «eu» do «nós», ou seja, a afirmação da singularidade dentro de um grupo [relativamente] homogéneo (nível intragrupal) e o outro nível, que distingue o «nós» do «eles», patamar onde se geram e reproduzem as diferenças intergrupais, ao mesmo tempo que se reforçam as semelhanças entre os membros do mesmo grupo (nível intergrupar)” (Saint-Maurice, 1997: 114).

Segundo Merton (1968: 313) o intragrupo diz respeito ao núcleo social a que os indivíduos permanecem vinculados e às pessoas com quem mantêm uma relação próxima; enquanto o extragrupo reporta-se àqueles com quem não interage ou não detêm idêntica proximidade. Estamos, no entanto, em plena sintonia com o autor (1968: 313, 366, 384-393), quando observa que embora o conceito de “grupo de

referência” (inaugurado por Hyman) remeta num primeiro plano para o intragrupo, sendo “(...) geralmente reconhecido de que é o grupo ao qual a pessoa pertence que mais frequentemente e mais proeminentemente afecta o comportamento da pessoa”, também integra todos os outros que, com maior ou menor evidência modelam as suas atitudes, avaliações e orientam as suas acções, facto, as mais das vezes, negligenciado.

À dimensão relacional subjacente ao processo de identificação junta-se uma outra, avaliativa que se traduz na conotação positiva ou negativa de uma dada aliança. Esta convoca parâmetros cognitivos (reconhecimento da pertença através de atributos partilhados), bem como simbólico-valorativos e afectivos (sentimentos e significados emocionais que desperta nos próprios e naqueles com quem se interage). Tal como a visibilidade das pertenças identitárias depende da especificidade dos enquadramentos espaço-temporais, históricos e sociais onde os indivíduos se encontram, o mesmo sucede quer com o valor dessas filiações, quer com as emoções nelas investidas (Tajfel, 1978: 63; Costa, 1999: 96, 496).

Assinale-se ainda uma terceira dimensão, que designaríamos de aspiracional, porquanto as identidades revelam pertenças e exclusões mas também denunciam, como acima anotado, expectativas, projectos e ambições que configuram, no entender de Jenkins (1996: 8), repositórios de identidades alternativas. Liechty (1995: 167) mostra-se particularmente atento a este vector, registando o seguinte: “(...) identity refers to a person’s sense of inclusion in (or exclusion from) a range of social roles and ways of being, both ‘real’ (those derived from lived experience) and ‘imagined’ (those encountered in realms beyond the everyday: tales, religious epics, mass media, etc.). E acrescenta o autor: “Identities may be lived or imagined; while some identities are manifested daily in such things as labour and gender roles, other identities may never be actualized yet exist in the imagination as potentialities or desired ways of being”.

A identidade cultural, por sua vez, leva-nos ao encontro do conceito de etnia²², este representando um tipo de filiação colectiva ancorado em diversos elementos de entre os quais se salientam a partilha de uma ancestralidade, memórias, mitos, lendas e

²² Este termo, com uma conotação tradicionalmente cultural no vocabulário científico (Heuch, 1997: 185), deriva do grego *ethnos* (sinónimo de povo ou população) o qual, por sua vez, advém do vocábulo *ethnikos*, cujo significado original é o de pagão. O mesmo sentido prevaleceu, segundo Eriksen (1997: 33, 38), de meados do século XIV até metade do século XIX, quando passou gradualmente a designar características ‘raciais’. Nos E.U.A., a palavra ‘étnicos’ começou a ser usada por volta da segunda guerra mundial aplicando-se aos judeus, italianos, israelitas e outras populações consideradas inferiores ao grupo dominante, maioritariamente de descendência britânica. O vocábulo etnicidade, por seu turno, é bastante mais recente: atribui-se a sua primeira utilização ao sociólogo americano David Riesman em 1953 tendo sido incluído no Dicionário Oxford inglês somente em 1972 (Hutnik, 1991: 17).

tradições transmitidas de geração em geração, a par de referências simbólicas como a língua, a religião, modos de vida, a vinculação a um mesmo território, assim como a existência de um sentido de solidariedade capaz de, em certas circunstâncias, superar diferenças intragrupo de outra ordem (Cabral e Lourenço, 1993a: 44-45; Pires, 2003: 11; Castles, 2005: 101-103; Wieviorka, 2002a: 41; Brown, 1997: 81-82; Hall, 1992: 274, 297). Smith (1997: 27) constata que os processos de identificação baseados em parâmetros culturais atravessam toda a história da humanidade, conjugando dois traços basilares representativos do que designa por “paradoxo da etnicidade”: a sua persistente mutabilidade e a sua persistência através das mudanças.

De entre os pais da sociologia, Weber distingue-se pela atenção conferida ao conceito e seus sucedâneos. O autor (1997: 18) define os grupos étnicos como colectivos “que nutrem uma crença subjectiva na sua descendência comum, dadas as similitudes de tipo físico, ou de costumes, ou de ambas, ou as memórias de colonização ou migração (...)” Em seu entender, a história assume acentuada relevância na configuração dos grupos étnicos que considera partilharem memórias de um mesmo passado, certas tradições ou modos de vida, permanecendo ainda ligados a um território bem demarcado. Tais elementos podem sobreviver durante muito tempo na consciência colectiva dos indivíduos, inclusive quando migram ou deixam de contar com as instituições políticas que costumavam representá-los, acrescenta o sociólogo.

No quadro do duplo mecanismo de “identificação” e “identização” supra referido, no qual assenta a dimensão relacional das identidades, a definição de Weber torna saliente duas componentes não despiciendas implicadas nesse processo de associação e dissociação. A primeira, objectiva, baseia-se na existência de similitudes e diferenças interpessoais ou intergrupais, neste caso, de ordem antropofísica e/ou cultural, integrando parâmetros tão variados como características fenotípicas, a língua, religião, costumes, tradições, matrizes valorativas e comportamentais, e vinculação territorial.

A segunda, enfatizada pelo sociólogo no seu enunciado através da expressão “nutrem uma crença subjectiva na sua descendência comum”, prende-se com o reconhecimento de um sentido de pertença (ou exclusão) a um dado grupo ou colectivo com base nas tais similitudes (ou diferenças), juntamente com o significado e valor atribuídos a essa vinculação pelos próprios e aqueles com quem interagem, assim se evidenciando a componente subjectiva do processo de identificação, a par da sua dimensão avaliativa.

Entendemos, na linha de Eriksen (1997: 34-40), Heuch (1997: 189-195), Guibernau e Rex (1997: 5), ser sobretudo a valorização ou desvalorização das semelhanças e diferenças culturais, por parte de indivíduos ou colectivos, no decurso de interfaces sociais (componente subjectiva) que nos permite ou não falar de identidades etnicizadas, mais do que as semelhanças e diferenças em si (componente objectiva). Como argumentam os dois primeiros autores, por um lado, porque os parâmetros culturais que corporizam a componente objectiva da etnicidade (dialectos, religiões, práticas e costumes) não surgem sempre associados, nem tão pouco são propriedade exclusiva de um dado colectivo, tornando desde logo complexa a demarcação grupal a partir desse critério. Por outro lado, porquanto tais elementos simbólicos e expressões culturais transformam-se no decorrer do tempo, o mesmo sucedendo com os parâmetros que sustentam as auto e hetero-classificações individuais e grupais, e que se diferenciam de uns cenários de interacção para outros.

De facto, anotam Smith (1997: 32) e Eriksen (1997: 39), nem todas as dissemelhanças fenotípicas e culturais apresentam uma configuração étnica, somente aquelas a que os indivíduos conferem relevância nas suas relações com os outros. Assim, apenas quando as diferenças interferem nos relacionamentos interpessoais e intergrupais, mostrando-se socialmente significativas, pode dizer-se que estamos perante um elemento étnico.

A esta luz, a identidade cultural apresentará uma feição tanto mais etnicizada quanto maior for a ingerência de parâmetros culturais na aproximação e distanciamento entre indivíduos e grupos, isto é, quanto maior for a sua importância, absoluta e relativa, face a outras variáveis estruturadoras da identidade (como a classe social, género e idade, centrais na análise conceptual da 'juventude' que desenvolveremos adiante). A tónica na componente subjectiva do processo de identificação leva Jenkins (1996: 4-5; 1997: 46) a propor uma mudança de direcção no debate em torno da etnicidade, de modo a substituir a discussão sobre o que ela é, por aquilo que significa para quem a valoriza.

Julgamos indispensável clarificar que a relevância do vector cultural na vinculação dos indivíduos a determinados grupos ou colectivos não depende em exclusivo da sua própria subjectividade (auto-identificação, identidade cultural auto-reclamada, sentida, escolhida), mas também da daqueles com quem interagem (hetero-identificação, identidade cultural imputada), tratando-se, pois, de duas categorias de atribuição - *emic* e *etic* (termos de Pike referidos por Eriksen, 1997: 40 e Muñoz, 1992:

36).²³ Por outras palavras, o processo de identificação cultural ocorre quer internamente, com base na representação que os indivíduos detêm de si, quer externamente, a partir de construções simbólicas engendradas por terceiros e imputadas mediante categorizações sociais. Porém, auto e hetero-identificação cultural nem sempre coincidem, observando-se com frequência disparidades no modo como os indivíduos se definem e são definidos pelos outros.

Constituem exemplos tanto lealdades culturais não legitimadas externamente, quanto hetero-atribuições essencialistas e hierarquizantes, submersas em diferenciais de poder, preconceitos e estereótipos accionados pela população em geral ou segmentos dela e/ou por instâncias políticas e mediáticas, para etiquetar indivíduos ou grupos que não se reconhecem, objectiva e subjectivamente, nas categorias onde os inscrevem e/ou nos parâmetros que as suportam (Elias e Scotson, 2000: 131-133; Rapport, 2007: 231; Rex, 1988: 44-46). Nestas situações, a dissonância identitária produzida pela descoincidência entre atribuições e critérios classificatórios, internos e externos, conduz amiúde ao desenvolvimento de processos de estigmatização, marginalização, a par de conflitos interpessoais e intergrupais.

Tal descoincidência é particularmente notória na análise das identidades culturais de descendentes de imigrantes naturais dos países que acolheram os seus familiares. Os jovens portugueses de ascendência africana nascidos e radicados em Portugal ilustram-na de forma paradigmática: embora muitos deles se encontrem perfeitamente inseridos nas esferas social, cultural e económica de sociedades que consideram e são de facto suas, nem sempre escapam a categorizações imputadas por terceiros que os vinculam a colectivos com os quais não se identificam.

Assim, apesar de as hetero-atribuições não terem correspondente ao nível de elementos objectivos, tais como práticas sociais, modos de vida, expressões simbólicas (territorialidade, língua, religião) e, inclusive, sentimentos de pertença, os processos de diferenciação mantêm-se e o sentido de etnicidade persiste, resistindo o pensamento classificatório norteador da sua elaboração - interiorizado no decurso do processo de socialização, da influência persuasiva dos media ou outros (Wallman e Barth referidos

²³ Na literatura antropológica o termo *emic* refere-se ao ponto de vista do nativo, em contraste com o termo *etic*, associado aos conceitos, descrições e análises do pesquisador, ou seja, de quem está de fora. Essas categorizações derivam, respectivamente, nos chamados grupos “reflexivos” e “nominais”, sendo os últimos “(...) definidos por critérios introduzidos por observadores externos e que não figuram na consciência dos membros do grupo” (Vala, 1993a: 912, baseando-se em Wagner, 1992). Ambas as componentes, interna e externa, são igualmente assinaladas por Merton (1968: 370) ao enumerar os parâmetros que definem um grupo: um critério objectivo relativo à interacção social, e dois critérios subjectivos: a autodefinição como “membro” do grupo e o reconhecimento dessa definição por terceiros.

por Rex, 1988: 133-139; Hutnik, 1991: 133). Essa persistência leva Wallman e Barth a considerarem ser a “fronteira étnica” [subjectivamente delineada] “(...) que define o grupo e não o conteúdo cultural que a mesma encerra” (cf. Wood, 1998: 225).

Também não é invulgar desenvolver-se um processo de retroacção de determinadas representações e atribuições externas sobre as auto-representações dos indivíduos ou grupos, à imagem de uma ‘profecia que se cumpre por si mesma’, de tal forma que o seu sentido de pertença acaba por reflectir as identificações hetero-conferidas. Nesses casos pode dizer-se que os alvos de tais categorizações “size the category”, expressão de Bulmer e Solomos (1998: 825).

A complexidade do processo de identificação é exemplarmente sintetizada por Jenkins (1996: 50) ao afirmar o seguinte: “Self-identification involves the ongoing to-and-fro of the internal-external dialectic. The individual presents herself to others in a particular way. That presentation is accepted (or not), becoming part of her identity in the eyes of others (or not). The responses of others to her presentation feed back to her. Reflexively, they become incorporated into her self-identity (or not). Which may modify the way she presents herself to others. And so on. As presented here, it appears simple, sequential and linear; it is multiplex, simultaneous and tortuous in practice.”

O mesmo é dizer que a identidade cultural, à semelhança de outras formas identitárias, reflecte uma dialéctica ou transacção de sentidos, de esquemas simbólicos de avaliação, associação e de classificação entre auto e hetero-prescrições, como diversos autores têm realçado (Jenkins, 1996: 83; 1997: 47, 87-89; Guibernau e Rex, 1997: 3-4, 8; Rex, 1988: 52-53; 1997b: 272; Bashi, 1998: 965; Hutnik, 1991: 18-20; Pais, 1998: 36; Bastos e Bastos, 1999: 11-12). Convergimos, assim, com Fortuna (1999: 24) ao concluir que “as identidades passaram a ser entendidas como expressões compósitas de inter-subjectividades, em que a fronteira entre factores intervenientes externos e internos se tornou impossível de decifrar”. É nesse expressivo e contínuo diálogo (ou conflito) entre interior e exterior, entre o eu e o seu outro, que a identidade em geral e a cultural em particular se constrói e manifesta.

2.2 Identidade cultural em debate: ‘primordialismo’ versus ‘instrumentalismo’

A definição do conceito de identidade cultural conduz-nos à reflexão em torno dois modos distintos de olhar esta afiliação social, a saber, a perspectiva ‘primordial’ e

a 'situacional'/'instrumental' (Jenkins, 1997: 44-48; Morin, 1993: 101; Guibernau e Rex, 1997: 7; Rex, 1988: 48-53; 1997b: 270-272).

A chamada ideologia do 'primordialismo' é considerada uma concepção essencialista e atributiva da identidade cultural ou étnica naturalizando-a, uma vez que a define como um aspecto da "natureza humana", logo, inato, estático, persistente e inquestionável, assente em propriedades intrínsecas aos indivíduos, com as quais estes teriam nascido, como se geneticamente impressas (Jenkins, 1996: 65; 1997: 44). É o caso de traços de cariz biológico (fenótipo, descendência, consanguinidade ou parentesco) e histórico-cultural (língua, religião, símbolos, territorialidade, uma memória colectiva sobre um passado comum ou mito de origem), como assinala Clifford Geertz, a cujo nome esta abordagem permanece associada. Numa linha idêntica posiciona-se Gordon (citado por Rex, 1988: 49), para quem a etnia, ao invés do que sucede com os lugares de classe por exemplo, mantém-se intacta ao longo de todo o ciclo biográfico, à margem de variáveis sociais, económicas, políticas ou outras, pois a 'sociedade' concebe-a como um atributo "inalienável" que acompanha os indivíduos "do berço ao túmulo".

Reportando-se sobretudo a Geertz e às críticas por ele colhidas, a interpretação de Jenkins (1997: 45) sobre a perspectiva do antropólogo é a de que esta se baseia não tanto na componente objectiva dessa partilha (os atributos em si), antes na dimensão subjectiva da mesma (como preconiza Weber), remetendo, assim, para a representação que os indivíduos e colectivos dela têm, porquanto entendem os laços de sangue, linguagem e outras referências simbólicas como âncoras naturais e inefáveis, nelas investindo uma forte carga emocional, afectiva, por vezes irracional, quase tocando a ordem do sagrado, corporizando um sentimento de pertença dado no nascimento.

De acordo com o autor (1997: 47) a identidade cultural é ubíqua em virtude da ampla propensão dos indivíduos e grupos para, mediante reconhecimentos e diferenciações, se classificarem e classificarem os demais com base em parâmetros culturais. Contudo, argumenta que essa ubiquidade deve distinguir-se de "naturalidade" (conotada com fixidez, determinismo, espécie de causalidade pré-social), confusão que considera estar na base de muitas das apreciações contrárias à chamada perspectiva 'primordial' da identificação étnica, logo, do debate entre 'primordialismo' e 'instrumentalismo'. Sugerir que a etnicidade está sempre presente como um dos "dados" da vida social não significa, em sua opinião, rubricar qualquer argumento do ponto de vista primordial. Durante a primeira socialização interiorizam-

se certos marcadores identitários (língua, crenças religiosas, costumes) e neste sentido a etnicidade é susceptível de entender-se como parte integrante do indivíduo, caracterizando-se, sob circunstâncias locais, como uma dimensão “primária” da identidade individual. Mas nunca “primordial”, sublinha.

Por seu turno, a concepção ‘instrumental’ da etnicidade - ligada, entre vários seguidores, aos nomes de Barth e Wallman - contesta os pressupostos da abordagem ‘primordialista’, defendendo que longe de constituírem uma imposição à nascença, as pertenças culturais reflectem opções individuais e colectivas, por mais cimentadas e inflexíveis pareçam. Firmada ou abandonada de modo consciente, a identidade cultural pode, à luz deste princípio, ser racional ou estrategicamente accionada, investida e desinvestida pelos actores sociais no âmbito de representações, relações e contextos sociais particulares, com o propósito de servir interesses pessoais, sociais, económicos ou ideológicos (Jenkins, 1996: 65; 1997: 44-47; Neto, 1993: 50; Bulmer e Solomos, 1998: 826-827; Wieviorka, 2002a: 144; Hutnik, 1991: 19-20). Pressuposto que remete para a Teoria da Escolha Racional atrás analisada aquando da problematização dos processos migratórios. Nesta lógica, as pertenças culturais surgem como uma faca de dois gumes, convertendo-se, ora num ‘recurso útil’, caso operem em prol da reclamação de direitos e da concretização de projectos individuais ou colectivos, ora num instrumento de exclusão e discriminação social se evocadas para a negação dos mesmos (Rex, 1988: 50, 151).

Sustentando esta acepção, Wieviorka (2002a: 173) assinala: “No interior do mundo moderno a referência a uma identidade parece tornar-se cada vez menos da ordem da fixação ou da reprodução e cada vez mais da ordem da escolha. É assim quer se trate de adoptar a identidade em causa, de se reconhecer nela em seguida, de a reivindicar como própria ou ainda de a abandonar. Nasce-se, sem dúvida num grupo, numa comunidade, numa religião; tem-se uma origem nacional ou étnica, mas esta é cada vez mais escolhida: decide-se mantê-la ou não, ficar nela ou não ficar, regressar, em certos casos, após uma ou várias gerações. O indivíduo toma a decisão em causa porque se recusa a ser negado como sujeito, para se dar pontos de referência, para manifestar uma capacidade de acção, traçar a sua própria existência, controlar a sua experiência.”

De facto, há actualmente um consenso expressivo em torno do carácter aberto, flexível, dinâmico, mutável, transitório, compósito, cumulativo e sobretudo relacional e contextual dos processos de identificação em geral, bem como dos processos de

vinculação cultural em particular - na senda da abordagem interaccionista desenvolvida por Mead (1990), Goffman (1983: 1-17; 1993), Blumer (1969: 2), entre tantos outros²⁴. Vinculação cuja forma, saliência e significado se alteram em função, quer de diferentes contextos históricos, políticos, económicos, espaço-temporais e sociais - não por acaso, nesses quadros diferenciados, um mesmo indivíduo ou colectivo auto-representa-se e é hetero-representado de forma distinta; quer do volume e estrutura de capitais possuídos. “(...) aceita-se hoje que nas situações sociais do seu quotidiano, os sujeitos actuam de acordo com competências identitárias que, ao contrário do que sucedia na pré-modernidade, não são mais estáveis e rígidas mas se tornaram transitórias, plurais e auto-reflexivas. São objecto de escolhas e possibilidades individuais feitas de acordo com a própria percepção da estrutura das relações sociais e, portanto, desencadeadas em função dos recursos disponíveis e dos efeitos previsíveis” escreve Fortuna (1999: 24) sintonizando-se com este prisma.

É de registar, porém, dois aspectos. Por um lado, apesar de nos demarcarmos de um entendimento redutor da identidade cultural que a olha como uma condição inata, unitária, pura, totalizadora e imutável, reconhecemos na senda de Hall (1992: 29) e Costa (1999: 496-502) que o grosso das representações sociais correntes em torno dela construídas (o chamado senso-comum) tende a comportar essa feição essencialista. Por outro lado, admitindo que mesmo no âmbito de estruturas de dominação e classificação, entre adicionais estrangimentos, há resistência e agência, convergimos com Martiniello (1998: 914-915) e Jenkins (1996: 142-146) quanto ao facto de os indivíduos não estarem sempre em posição [ou em posição idêntica, precisaríamos] de escolher quem são, a que grupos pertencem, ou o que significa a sua identidade em termos das suas consequências sociais, dada a relevância que os diferenciais de poder (em matéria de capital cultural, económico e reconhecimento social, por exemplo), assim como as categorizações externas, demonstram ter no processo de identificação. Paraphraseando o último autor (1996: 21, 62; 1997: 169), “apesar da identidade étnica ser construída socialmente, não é infinitamente variável, maleável ou negociável”.

²⁴ Esta perspectiva atravessa inúmeras obras que se debruçam em torno da problemática identitária. Cf., por exemplo, Merton (1968: 321); Maffesoli (2000: 15); Jenkins (1996: 4-5, 25-29; 1997: 44-46); Hall (1992: 287-291); Eriksen (1997: 39); Rex (1988: 52); Sarup (1994: 102); Jones (1999); Wood (1998: 224); Bulmer e Solomos (1998: 822-823); Liechty (1995: 167); Phoenix (1998: 859-861, 876); Mouffe (1994, 107-110); Fortuna (1999: 2, 24); Canevacci (1996: 93); Wieviorka (1998: 887-903; 2002a: 229-230); Back (1996: 7); Braidotti (1998: 4-7); Conde (1990: 675; 1994: 51-52); Mendes (2001: 490-491); Machado (1994: 125-126); Costa (1999: 95-98, 496-502); Pires (2003: 100-101); Grassi (2008a: 155-172); Pinto (1991: 218-220, 230); Saint-Maurice (1997: 29-30, 120).

“(...) há limites para a plasticidade da etnicidade, tal como para a sua fixidez e solidez (...)”, facto que os nossos achados empíricos, mais à frente, evidenciarão.

2.3 Modos de integração dos migrantes nos países receptores: teorias e ideologias

Previamente à análise das modalidades de integração dos migrantes nos países de acolhimento importa dar conta do conjunto de factores susceptíveis de condicioná-las. Alejandro Portes (1999a: 29-32, 87-96) sintetiza-os em três eixos capitais.²⁵

O primeiro prende-se com a configuração socioprofissional das populações migrantes, com destaque para a presença ou ausência de redes sociais no destino, somatório e grau de coesão entre conterrâneos, a par dos níveis de escolaridade, qualificação profissional e actividades laborais desempenhadas.

O segundo remete para as atitudes e representações sociais da sociedade civil e da opinião pública sobre a presença de migrantes, não estando estas necessariamente em conformidade com a posição das entidades governamentais. De reacções positivas e abertas a preconceituosas e discriminatórias, passando pelas neutras, as possibilidades são múltiplas, ora incentivando, ora retraindo o enraizamento no meio hospedeiro.

O terceiro reporta às políticas veiculadas no país receptor face à imigração, a respeito da regulação e enquadramento legal dos fluxos, articulados com o apoio social à integração, apresentando, regra geral, uma de três tendências dominantes: receptivas (assistência e encorajamento activo através de benefícios, incentivos e protecção especial); indiferentes (aceitação passiva ou desinteressada); reactivas e hostis (oposição activa ou disfarçada por meio de entraves, iniquidade social ou exclusão). Particular relevância é conferida por Jackson (1991:10, 71), Peixoto (1993) e Bendit (2011a: 25; 2011b: 138) a este factor, enquanto Portes (1999a: 3) enfatiza os dois últimos: “o êxito do processo de adaptação depende menos daquilo que os imigrantes trazem consigo e mais de como são acolhidos pelo governo e sociedades receptoras”.

Proceder-se-á, por isso, a uma breve apreciação das concepções teóricas e ideológicas subjacentes às políticas adoptadas pelos países de imigração face à diferença cultural e integração das populações migrantes - variáveis de país para país e alvo de alterações ao longo dos tempos - de forma a melhor entender a respectiva

²⁵ Para uma apreciação mais aprofundada destas condicionantes cf. Pires (2003: 104-110).

influência nos processos adaptativos de quem se instala numa sociedade que não a de origem.

O anglo-conformismo figura, no século XVII, como uma das primeiras concepções ideológicas formuladas acerca da identidade cultural, obtendo máxima visibilidade em finais do século XIX e inícios do XX, nos E.U.A. Abordagem inspirada na teoria da evolução de Darwin, baseia-se em princípios segregadores de superioridade cultural e rância dos povos do Norte e Ocidente Europeu face aos do Leste e Sul. De feição imperialista, projectava a homogeneidade cultural nos países de imigração, crendo só assim se alcançar a estabilidade, ordem, desenvolvimento e coesão social almejados. Induzidos por mecanismos políticos accionados na sociedade hospedeira a renunciar às componentes chave da sua identidade cultural primária (língua, confissões religiosas, costumes, grelhas valorativas e comportamentais, modos de vida, etc.), os imigrantes deveriam, nesta acepção, conformar-se às pautas culturais prevalecentes, sendo a respectiva reconfiguração identitária tanto mais radical quanto maior a distância entre ambas (cf. Hutnik, 1991: 161; Kymlicka, 1995: 14-30). Trata-se de um modelo assimilacionista unidireccional, esquematizado, segundo Hutnik (1991: 26), pela equação: $A \rightarrow B = A$ (correspondendo o A ao grupo maioritário e respectiva cultura, considerada impermeável ao interface com B, as populações migrantes minoritárias e suas referências simbólicas, supostamente absorvidas pelas matrizes dominantes).

Criticada pelo seu automatismo, simplismo e pressupostos de hierarquização cultural, a teoria do anglo-conformismo viu-se contrariada por uma ideologia sua contemporânea, a teoria do *melting pot*, também desenvolvida no âmbito da sociedade norte americana (a sua formulação em princípios do século XX é atribuída ao imigrante judeu Israel Zangwill). Ao contrário do modelo anterior, pressupõe a reciprocidade do processo assimilacionista por parte das populações migrante (minoritária) e local (maioritária), em co-presença. Usando outros termos, postula-se que da interacção continuada entre indivíduos e colectivos com diferentes pertenças culturais resulta uma influência mútua, bidireccional, susceptível de reestruturar as matrizes de referência originais de ambos e de criar um projecto cultural comum e renovado, objectivado numa identidade única, conciliadora, dotada de forte homogeneidade, partilhada harmoniosamente por todos os cidadãos. A ilustrar esta concepção temos $A \leftrightarrow B = C$ (enquanto o A e o B representam respectivamente a população local e migrante, a par das suas lealdades culturais de origem, o C significa

o produto de permutas entre migrantes e locais, ou seja, uma cultura nova, amalgamada e singular (Hutnik, 1991: 30-31).

A percepção de que essa convergência identitária não se verificara veio pôr em causa o mito da uniformidade cultural subjacente às teorias do anglo-conformismo e do *melting pot*. Uma extensa parcela de migrantes não se convertia à cultura dominante (como previa a primeira), nem participava na construção de uma suposta ‘terceira cultura’, homogénea e unificadora (como augurava a segunda). Aliás, as sociedades onde se integravam eram, já por si, cultural e socialmente diversificadas. Muitos, incluindo filhos de imigrantes nascidos no meio receptor, logo, cidadãos nacionais, exacerbavam referências culturais herdadas nos domínios linguístico, religioso, valorativo e dos modos de vida em geral (Castles, 2005: 65; Sarup, 1994: 95, 103; Jackson, 1991: 73; Hutnik, 1991: 33; Portes, 1999a: 42, citando Greely e de Glazer e Moynihan). De igual modo, as tensões entre migrantes e locais, geradas por desigualdades sociais, relações assimétricas de poder e conflitos de interesse, contribuíram para questionar o tão ansiado projecto identitário supra classista e supra cultural, que, a concretizar-se, seria dificilmente compatível com os ideais democráticos de paridade social e direito à diferença cultural.

Daí que a partir dos anos 60, o multiculturalismo, nova abordagem em termos de política cultural cujos alicerces vinham sendo erigidos desde o segundo decénio do século XX, se tenha consolidado nos EUA e em diversos países europeus. Mantendo ainda hoje expressiva actualidade, o multiculturalismo define-se, em sentido lato, pelo reconhecimento e exaltação da diversidade cultural (perspectiva contrária à ideia clássica de assimilação), propondo a articulação entre, por um lado, o direito à diferença e autodeterminação sobre a filiação identitária desejada - materializada na língua, crenças e práticas religiosas, tradições, parâmetros simbólicos, modos de vida; e por outro, a salvaguarda dos direitos universais, políticos, jurídicos e sociais, visando garantir a igualdade de oportunidades e de condições existenciais dos grupos presentes (Rex, 1988: 186-207; 1997a: 206-218; Wieviorka, 1998: 885-895; 2002a: 84, 102)²⁶.

²⁶ De acordo com Wieviorka (1998: 886-900; 2002a: 84-124) o multiculturalismo não é tanto um problema, mas uma resposta político-institucional aos desafios que a existência de diferenças culturais nas sociedades democráticas modernas coloca. O autor distingue três dimensões do conceito: o “multiculturalismo integrado” cujo objectivo é adoptar “(...) medidas de reconhecimento cultural e meios específicos de redistribuição social e de luta contra as desigualdades”; o “multiculturalismo fragmentado” que dissocia o cultural do social, preservando a atenção na diferença cultural; o “multiculturalismo total” “que assume ao mesmo tempo a justiça social, a igualdade cívica, o reconhecimento dos particularismos culturais, a integração da nação, a democracia, o progresso e o

Segundo Rex (1997a: 218), tal articulação pressupõe a distinção entre dois domínios: o público, promotor de uma cultura baseada na noção de equidade social, que abarca as esferas da política, do direito, educação, emprego e saúde; assim como o privado, propício ao culto da diversidade cultural através da inculcação, no decorrer da primeira socialização, de matrizes comportamentais e simbólico-valorativas sobre as quais assenta a identidade individual e social. Em uma sociedade multicultural “(...) no individual has more or less rights than another or a greater or lesser capacity to operate in this world of conflict because of his or her ethnic category.” “Any suggestion that individuals or groups should receive differential treatment in the public domain is a move away from the multicultural ideal towards the plural society of colonialism”, escreve o autor (1997a: 211).

Hutnik (1991: 33, 155) traduz esta proposta teórica de “celebração da diferença” por via de um terceiro esquema, $A \leftrightarrow B = A + B$, que procura dar conta da coexistência de tantas filiações culturais quantos os colectivos presentes numa sociedade, sem que os interfaces por eles estabelecidos prejudiquem tal identificação, abafando-a.

Porém, a concepção multiculturalista tem sido, à semelhança das anteriores, alvo de acesas críticas (Rapport, 2007: 225). Considera-se que as políticas de integração que nela se baseiam dirigem-se aos migrantes enquanto membros cativos de uma dada comunidade relativamente auto-suficiente em termos linguísticos, populacionais, territoriais e de heranças culturais, admitindo logo à partida que os mesmos partilham características socioculturais algo uniformizadas, assim como sentimentos de pertença a esse colectivo. Com efeito, embora determinadas a salvaguardar e promover a diversidade cultural de grupos minoritários, bem como a defender os seus direitos de cidadania, as políticas multiculturais pecam quando se concentram nos colectivos de imigrantes a despeito dos indivíduos, enfatizando a comunitarização. Daí resulta a relevância da etnicidade e o reforço da ideia de identidade cultural enquanto essência. Machado (1994: 125), entre outros, alinha na reavaliação desta ideologia, por dela se tender a presumir “uma pluralidade de minorias étnicas totalmente demarcadas umas das outras e da cultura de acolhimento, com graus elevados de cristalização interna, de forma que cada criança pertence a um e um só universos de referências”.

Neste seguimento, questiona-se o pressuposto multiculturalista de que sucessivas gerações de migrantes reproduziriam, incessantemente e sob a mesma configuração, as

desempenho económico do país no concerto internacional.” Para uma leitura mais aprofundada cf. Hutnik (1991: 169), Bulmer e Solomos (1998: 829-831) e Kymlicka (1995: 10-33).

suas raízes, como se a identidade cultural, concebida em termos de legado, fosse estável e imutável. Na verdade, as alterações políticas, económicas, sociais e culturais em curso nas sociedades receptoras, combinadas com os interfaces que os migrantes e seus descendentes estabelecem quer com a população local quer com outros migrantes, propiciam o intercâmbio de experiências e referências. Delas decorre não tanto a réplica das matrizes herdadas mas a manifestação de lealdades plurais a par de renovadas e mescladas culturas 'emergentes'.

Distanciando-se das orientações multiculturalistas, as políticas de integração dos migrantes baseadas nos princípios do cosmopolitismo defendem que a promoção da diversidade social e cultural das sociedades receptoras implica o reconhecimento das diferenças dos indivíduos aí presentes no que respeita à multiplicidade e interligação de pertenças, lealdades e disposições individuais - herdadas, adquiridas e reinventadas. Mas não a exaltação de diferenças colectivas, ou seja, intercomunitárias.

Por outras palavras, ao suporte étnico-comunitário do multiculturalismo opõe-se a base individualizada e emancipadora do cosmopolitismo, e com ela o fomento de directrizes políticas capazes de assegurar que os migrantes, na sua condição de cidadãos nacionais e globais, livres, autónomos, responsáveis e competentes (e não como parte integrante de um agregado étnico bem demarcado do qual dependem), possam não só afirmar a sua individualidade social e cultural (limitada, claro está, ao ordenamento jurídico do país de acolhimento), como também usufruir de direitos de cidadania, esperando-se que cumpram em simultâneo com os seus deveres. A esta luz, a vinculação comunitária, a verificar-se, em lugar de traduzir uma pertença natural, ditada externamente (pela sociedade em geral e órgãos governativos), traduzirá uma escolha individual, voluntária e racional - afectiva ou instrumental - de manifestação de lealdades culturais por via de pertenças grupais que longe de serem adscritas se subscrevem (Rapport, 2007: 225-226).

2.4 Entre a assimilação e a etnicização: padrões 'tipo' de adaptação dos migrantes

Não obstante o carácter modelar das categorias contempladas nas diversas tipologias de análise dos padrões dominantes de interface dos migrantes com o novo meio social e cultural onde se estabelecem (e salvaguardando as necessárias cautelas na sua aplicação), estas permitem a sistematização teoricamente orientada dos achados

empíricos, revelando-se operacionais no que respeita, em particular, ao cumprimento do segundo objectivo da presente pesquisa atrás delimitado.

Pena Pires (2003: 95-97) propõe a apreciação de tais modalidades adaptativas a partir de um *continuum* balizado por uma dupla de categorias analíticas não mutuamente exclusivas - a assimilação e a etnicização²⁷. De acordo com o autor, a assimilação pressupõe a participação dos migrantes em quadros de interacção autóctones, a qual se manifesta em gradações variáveis: desde a partilha identitária e o desenvolvimento de sentimentos de pertença e referências comuns entre aqueles que coabitam num dado território, a uma dinâmica assimilativa tão-só instrumental ou funcional, objectivada na integração em alguns domínios da vida social local, com vista à satisfação de certos propósitos (recurso a serviços de saúde, financeiros, comércio, etc.).²⁸

Na senda de Park, a perspectiva do sociólogo português sobre o processo assimilativo não é a de homogeneização cultural, como veiculado pelas concepções clássicas, onde a assimilação tem subjacente a ideia de transferência afiliativa de uma cultura, a de origem, para uma outra, a do meio receptor. Pena Pires (2003: 98-99) anota que as sociedades hospedeiras nas quais os migrantes se instalam tendem à partida a revelar uma feição cultural heterogénea, resultando desse reconhecimento três corolários: “a assimilação é compatível com a existência de identidades culturais plurais (...) não significando, por isso, total homogeneização; a assimilação é compatível com a redefinição do espaço identitário comum no processo de inclusão de novas pertenças, não significando (...) mera adaptação (...); a assimilação é compatível com a emergência de dissensões no espaço normativo, não significando, por isso, consenso normativo”.

²⁷ Para além destas categorias, outras poderiam ser referidas como as que integram a taxionomia de Berry (1980) usada por Neto (1993: 40) e por Vala e Khan (1999) noutra estudo, ou ainda a de Hutnik (1991: 124-134), muito similar, no essencial, à anterior uma vez que alinha numa abordagem clássica das disposições adaptativas. A proposta do último autor abrange quatro protótipos tendenciais, a saber: a assimilação (supõe a apropriação integral dos referentes sócio-culturais do meio de acolhimento); a integração/aculturação (os migrantes orientam-se por dois universos de referência dominantes, de partida e chegada, ou seja, embora permanecendo presos e fieis aos parâmetros de referência originais, absorvem um conjunto de práticas e signos associados à sociedade receptora); a separação (auto ou hetero-demarcação clara dos migrantes face à população local e suas expressões simbólicas); e a marginalização (cenário extremo de insularização no qual o migrante se vê confrontado com sentimentos de exclusão, alienação ou “hipoidentidade” - expressão de Conde (1998) - corporizados numa dupla desvinculação simbólico-cultural (ao endo e exogrupo). É como se experimentasse o sentimento de estar em “cultura nenhuma”, para usar os termos de Vala e Khan (1999: 151).

²⁸ No seu livro “as migrações” Jackson (1991: 79), baseando-se em Marger, refere três graus para medir a assimilação: a) assimilação cultural; b) [assimilação instrumental] acesso, em todos os níveis, às instituições económicas, políticas e sociais; c) [assimilação social] igual aceitação, no plano dos grupos primários, dos casamentos mistos, da residência e do acesso à pertença a clubes.

Por seu turno, os processos de integração propensamente 'eticizados' traduzem a participação dos migrantes em esferas próprias de interacção (Pires, 2003: 95-103; Machado, 1992: 124; 1994: 117; 2002: 32), apresentando, à semelhança das dinâmicas assimilativas, diferentes níveis no que respeita à sua relevância.

Nas últimas décadas têm sido formuladas abordagens mais abrangentes da etnicidade que aliam aos parâmetros culturais outros de âmbito social. É o caso da definição proposta por Machado (1992: 124-131; 1994: 117) e Machado e Matias (2006: 16-17) que remete para os "contrastes e continuidades, sociais e culturais" observados entre as populações migrante e local. Enquanto a dimensão social se prende com a estrutura etária e sexual, a qualificação escolar, composição socioprofissional, ou de classe e localização residencial; a cultural, por sua vez, contempla as dimensões religiosa, linguística, racial, matrimonial, e genericamente, a dos modos de vida.

Para os autores, existem descontinuidades sociais quando o perfil sociodemográfico dos migrantes (em termos de idade, género, escolarização) e o seu posicionamento social contrastam de forma significativa com o da população local, acentuando-se nos cenários de concentração residencial daqueles. Do mesmo modo, falar-se-á de descontinuidades culturais se a afinidade linguística e religiosa entre migrantes e a maioria dos autóctones não se verificar, e ainda caso as sociabilidades dos primeiros apresentem um cariz endocentrado (no seio da família, redes de amizade e vizinhança, meio escolar e profissional), mantendo relações esporádicas e/ou superficiais com os segundos (Machado e Matias, 2006: 17-19). Neste seguimento, Machado (1992: 124-126; 1994: 117) assinala que "(...) a etnicidade ganha tanto mais relevância quanto mais acentuados forem os contrastes de uma minoria com a sociedade em que está fixada", podendo inclusive tornar-se disruptiva.

Em sintonia, Portes (1999a: 42-43, 106-108; 1999b: 465-466), Pena Pires (2003: 101) e Castles (2005: 88-89) destacam o carácter reactivo da disposição etnicizada ou comunitarizada, atrás definida aquando da explicitação da Teoria dos Enclaves. A esta luz, o modo de integração etnicizado e, sobretudo, o seu reforço, decorre não tanto dos vectores de identificação partilhados entre conterrâneos, ancorados numa eventual 'cultura das origens' que se pretende preservar no meio de acolhimento. De acordo com os autores citados, resulta, as mais das vezes, de uma postura defensiva dos migrantes frente a atitudes e representações negativas por parte da população e/ou de instituições da sociedade de acolhimento que através de manifestações de indiferença, hostilidade e racismo os empurram de forma evidente ou subterrânea para as periferias

espaciais e socioeconómicas daquela sociedade. Neste sentido Pena Pires (2003: 101) afirma: “aquilo que nos surge como identidade cultural unificada dos migrantes é, na maior parte dos casos, o resultado de uma construção simbólica que procura revalorizar o que é desvalorizado nos processos de discriminação a que estão sujeitos. Isto é, essas eventuais identidades são menos o resultado de uma memória do passado transportada pelos imigrantes e mais a construção que, no presente, estes têm de realizar para garantir a sua dignidade (...)”.

Inversamente, a etnicidade apresentar-se-á nula ou irrelevante em cenários pautados por contrastes reduzidos, sem “significado social, cultural ou político particular” (Machado, 1992: 124-126; 1994: 117). No entanto, se reconhecermos em consonância com a abordagem de Weber acerca do conceito de etnia previamente discutida que o processo de identificação cultural abarca duas dimensões, objectiva e subjectiva, consideramos que mesmo no quadro de descontinuidades culturais e sociais objectivamente acentuadas, a etnicidade poderá mostrar-se pouco relevante se os contrastes forem subjectivamente desvalorizados pelos indivíduos nos contextos de interacção. Igual lógica aplicar-se-á a descontinuidades que, embora revelando-se fracas, são alvo de sobrevalorização por parte dos migrantes e/ou dos habitantes locais. Não obstante, confinamos com Machado e Matias (2006: 17) na acepção da etnicidade enquanto processo de identificação “multidimensional” (pois combina vectores sociais e culturais); “processual” (porquanto reporta-se a dinâmicas e não a grupos); e ainda “relacional”, tendo em conta a inexistência de uma identidade etnicizada *per se*, mas sempre em relação a uma alteridade, nomeadamente a população local.

A reflexão sobre as modalidades de inserção das populações migrantes nas sociedades de acolhimento ficaria, porém, incompleta sem uns poucos esclarecimentos complementares. Em primeiro lugar, as categorias referidas, apesar de operatórias, estão longe de representar, como mencionado, casos puros e exclusivos, antes tendências mais ou menos prevalentes. Com frequência, os processos de integração dos migrantes no destino afiguram-se demasiado complexos, combinados, entrosados e cambiantes para serem ilustrados ou subsumidos em um só padrão, complexidade tanto maior quanto mais numerosas forem as lealdades sociais e culturais dos indivíduos (Maalouf, 2002; Wieviorka, 2002a: 23). Como afirma Hutnik (1991: 156) “(...) the issue of ethnic identification is not a simple either/or matter. In most cases, it is not a simple preference for one group to the exclusion of the other; it is a delicate graded balance of identification with both the ethnic minority group and the majority group”.

Dito de outro modo, o modelo analítico sobre identificação cultural em torno do qual assenta o presente estudo sustenta que os migrantes manifestam as suas vinculações através de dois eixos que apesar de amiúde confundidos nem sempre coincidem: o simbólico, ligado à auto-identificação, ao sentido de lugar, a sentimentos de pertença, a par de um corpo de crenças e valores; e o das práticas sociais, associado aos modos de vida (Hutnik, 1991: 135-165; Saint-Maurice, 1997: 138-139).

Por conseguinte, admite-se que o eixo simbólico se apresente como relativamente independente do comportamento social dos indivíduos face ao meio circundante, dissociação não contemplada pela tradicional convicção na concordância entre ambos os domínios. Tal independência é ilustrada por Barth (1969, citado por Hutnik, 1991: 19) ao referir-se a representantes das chamadas segundas e terceiras gerações de migrantes instaladas nos E.U.A. Evidenciando uma modalidade adaptativa à sociedade norte-americana de pendor assimilacionista, espelhada na adopção de signos, práticas sociais, consumos, ou seja, modos de vida também abraçados pela população local, mantêm, em paralelo, uma sólida lealdade a orientações valorativas reportadas à cultura de origem e um acentuado sentimento de pertença comunitário.

Outro exemplo é sugerido por Hutnik a propósito de migrantes indianos e seus descendentes residentes no Reino Unido. Um indivíduo pode sentir-se fortemente ‘indiano’ na esfera simbólico-valorativa (em termos linguísticos, religiosos, dos valores em geral e da ligação afectiva a um território de origem ou referência), mantendo um sentido subjectivo de ligação ao endogrupo em matéria de auto-categorização e, ao mesmo tempo, ser muito ‘britânico’ no seu comportamento social e referências quotidianas, chegando inclusive a diluir-se na população maioritária, constata. Presume-se nestas situações que a assimilação cultural ocorra à margem da assimilação identificacional.²⁹

²⁹ De modo a ilustrar essa diferença Jenkins (1996: 24, 87; 1997: 167, baseando-se em Barth) distingue “identidade nominal” (relativa à designação de dada vinculação identitária - por exemplo, português, europeu, africano) e “identidade virtual” (associada à vivência quotidiana de uma identidade no que concerne às suas consequências, as quais adquirem distintos contornos consoante diferentes contextos, espaços e tempos de interacção). “Is it possible for individuals to share the same nominal identity, and for that to mean very different things to them in practice, to have different consequences for their lives, for them to ‘do’ it differently,” afirma. Daí Hutnik (1991) considerar as abordagens que concebem a identidade étnica como a partilha de um “sentido de *peoplehood*”, como a de Gordon (a qual traduz a ideia de comunhão sociocultural baseada na origem, história, religião, características físicas ou algumas combinações destas), inadequadas para cobrir representantes das segundas e terceiras gerações de migrantes cuja vinculação ao grupo, com frequência, invoca apenas critérios afectivos, subjectivos, em lugar de afinidades objectivas assentes numa eventual ‘cultura das origens’.

Ademais, multiplicam-se os exemplos de afiliação bipolar ou mesmo multipolar em ambos os domínios - simbólico e de práticas sociais - de densidade variável, da mais sólida à elementar, por vezes revelando uma configuração “rizómica”.³⁰ Particularmente elucidativo é o investimento de diversos jovens migrantes na conciliação de laços familiares e sociabilísticos, a par de grelhas normativas, valorativas e comportamentais associadas a duas ou mais culturas e sociedades, por vezes habitando numa espécie de liminalidade sociocultural e espacial (Lopes, 1999: 188; Jackson; 1991: 18; Saint-Maurice, 1997: 121; Machado, 1994: 113; Martins, 1997; Grassi, 2008a: 155-171).

Amiúde seduzidos - ou pressionados (Bendit, 2011b: 146) - por agentes de socialização formal e informal, como a família, escola, grupo de pares e meios de comunicação social, que tanto os atraem para a preservação das raízes, mediante o culto de padrões culturais primários (ou melhor dizendo, primeiros), visando a reprodução de uma lógica de integração ‘tradicional’, quanto os estimulam ao enraizamento no país receptor através da apropriação de parâmetros locais - língua, práticas, normas e valores - os migrantes e seus descendentes tendem a absorver uma parcela dessas múltiplas influências, entrelaçando-as e transformando-as em novas referências que não constituem reproduções fiéis daquelas em que se basearam.

Tratam-se, regra geral, de “identidades culturais próprias” (Bendit, 2011b: 146, 152-153), as já mencionadas culturas emergentes, mescladas e compósitas - que Featherstone (1990, 1997) designa de “terceiras culturas” e Les Back (1996) de “novas etnicidades” - as quais denotam o entrosamento de parâmetros culturais dos países de origem (ou partida, pois nem sempre confluem) e de chegada, a eles associando-se porventura os de espaços adicionais outrora habitados, bem como as marcas de culturas globais que os jovens, através de práticas e consumos, incessantemente relocalizam, assim demonstrando as suas capacidades e competências agenciais.

Umás e outras referências são, então, exibidas, accionadas e administradas pelos migrantes ao sabor das suas necessidades, interesses e projectos delineados (objecto de estudo privilegiado das teorias da escolha racional); em função dos recursos sociais e culturais, políticas de integração, representações sociais veiculadas pelos *media* e estereótipos enraizados que limitam ou ultrapassam as suas escolhas e estratégias

³⁰ Recorrendo à metáfora aplicada à epistemológica por Deleuze e Guatari (1980), a identidade ‘rizoma’ representa a antítese de pertenças únicas, centradas numa só raiz, antes exprimindo a comulatividade de vínculos, de grau relativamente idêntico, a diferentes culturas e lugares.

(centrais nas análises estruturalistas); e/ou ainda consoante contextos de interacção diferenciados em que os mesmos se movem (alvo de especial atenção no âmbito do interaccionismo simbólico).

Uma segunda observação, estreitamente articulada com a anterior, prende-se com a possibilidade de um padrão dominante de integração dos migrantes no meio receptor não se manifestar de forma generalizada em todos sectores da sociedade, o que implica analisá-lo por relação quer a esferas sociais distintas (privada e pública, desdobrando-se esta última na área de residência e nos espaços laboral, escolar, lúdico, institucional, etc.); quer a dimensões diversas como os afectos e as relações interpessoais (de vizinhança, amizade, entre outras), as referências culturais (a língua, confissões religiosas, etc.), as práticas sociais e os modos de vida em geral. Reconhecendo a natureza sectorial da assimilação [e da etnicização, acrescentaríamos], Portes (1999b: 470) considera menos importante saber se ela ocorre do que averiguar os domínios sociais nos quais se manifesta. Exemplificando, a propensão etnicizada das sociabilidades estabelecidas pelos elementos de um dado colectivo imigrante, não obsta a que assimilem formal ou informalmente parâmetros associados à sociedade hospedeira como o dialecto local, grelhas valorativas, práticas e consumos.

Convém por isso reconhecer que, a constatarem-se, tais descoincidências não reflectem um paradoxo ou incongruência, mas uma realidade concreta, a do pluralismo identitário, traduzida em lealdades múltiplas (Simmel, 1955; Lahire, 2005; Maalouf, 2002). Na verdade, "(...) nem todos somos feitos de uma só peça" diz-nos Wiewiorka (2002a: 23), aludindo de modo elucidativo ao carácter diversificado e entrelaçado de afiliações só aparentemente contraditórias, que ora se afirmam isoladamente, ora se manifestam em simultâneo (Hutnik, 1991: 20; Bulmer e Solomos, 1998: 826; Cabral, 2000: 873).

A pluralidade, fluidez e dispersão de referências espaciais, temporais, sociais e culturais que os indivíduos absorvem e gerem quotidianamente, fruto das sociedades globalizadas em que habitam, veio no entender de Fortuna (1999: 16) complexificar os processos de identificação, dificultando qualquer tentativa de auto ou hétero-representação segundo parâmetros estáveis e delimitados que não se compaginam com 'eus' e 'outros' contingentes cujas identidades, reitere-se, se pronunciam diferenciadamente consoante os mais diversos contextos de interacção. "O outro é sempre contextualizado e, assim, tende a ser plural já que resulta de diferentes

ordenamentos sociais e códigos de referência valorativa que estipulam os termos daquele confronto” afirma o autor.

Em terceiro lugar, embora tanto as dinâmicas assimilativas quanto as etnicizadas representem tendências predominantes de integração, populacionais ou grupais, assentes em traços modais (Machado, 1992: 124; 1994: 117), importa sublinhar que a relação estabelecida com a sociedade receptora é susceptível de variar de indivíduo para indivíduo³¹. O mesmo é dizer que a propensão assimilativa ou etnicizada de uma dada população não se incompatibiliza com o desenvolvimento de, respectivamente, padrões disjuntivos ou conjuntivos por parte de migrantes a ela vinculados, adoptando de forma recorrente, intermitente ou pontual, um modo de relacionamento divergente daquele evidenciado pela maioria dos seus conterrâneos face à totalidade ou a uma parcela de esferas sociais (Neto, 1993: 41; Pires, 2003: 28).

Uma quarta consideração prende-se com a graduação ou escalonamento inerente a cada uma das categorias, como sublinhado (no sentido atribuído por Machado à “relevância da etnicidade”), uma vez que tanto a assimilação, quanto a etnicização oscilam em intensidade quer para cada grupo ou indivíduo, quer no que respeita a múltiplas dimensões sociais e culturais (o domínio perfeito da língua do país de acolhimento não é necessariamente acompanhado pela conversão dos migrantes à confissão religiosa prevaemente, por exemplo).

Acresce um quinto esclarecimento associado à transformação, ao longo do tempo, dos parâmetros sobre os quais os processos de identificação cultural dos indivíduos assentam. Concretizando, um padrão adaptativo predominantemente etnicizado desenvolvido por descendentes de migrantes poderá basear-se em marcadores culturais distintos daqueles herdados dos seus antecessores (e por eles ainda adoptados), mantendo-se, todavia, um sentimento de pertença comunitário acentuado, assim como a persistência de ‘fronteiras étnicas’, agora assentes em moldes renovados. Nesta medida, o facto de abraçarem diferentes referências para assinalar uma pertença cultural comum e de identificação comunitária, não significa que a sua

³¹ No seu estudo sobre a inserção de jovens africanos na sociedade portuguesa, Vala e Khan (1999: 148) alertam para as precauções com que utilizaram o sistema categorial de Berry pelo facto de se terem debruçado sobre casos individuais e não grupais. Embora esta ressalva se aplique igualmente à presente pesquisa, importa sublinhar que a despeito dos relatos dos nossos interlocutores remeterem para as suas próprias modalidades adaptativas em Macau, elas são, grosso modo, representadas como convergentes com o padrão dominante de integração da população portuguesa no território. Não por acaso, os biografados diluem as mais das vezes as suas vivências, experiências, atitudes e sentimentos no universo mais vasto do colectivo português, substituindo a primeira pessoa do singular (“eu”) pela terceira (“nós”), como se verificará adiante.

ligação afectiva à mesma se tenha alterado ou deteriorado. Pelo contrário, por vezes fortifica-se.

Por último, os migrantes não estão livres de experimentar durante a permanência nos países receptores os dois protótipos categoriais de adaptação examinados ou, como já referido, uma alternância ou mistura de ambos (cujo resultado ultrapassa a soma das partes). Com efeito, os modos de integração não são forçosamente lineares e estáveis, mas passíveis de sofrer pequenas flutuações ou, inclusive, alterar-se radicalmente no decurso do ciclo migratório (Hutnik, 1991: 159; Vala e Khan, 1999: 151).

Múltiplos factores (alguns já mencionados) colaboram para essa eventual flutuação ou mudança: o segmento biográfico em que os migrantes se encontram - com destaque para a idade e o estado civil; alterações no volume e estrutura de capitais possuídos; reforma de expectativas e projectos migratórios; modificação da postura e representações da população local a seu respeito e à sua presença; renovação do perfil sociodemográfico do intra e do extragrupo; variações nos contextos de interacção em que se movem³²; reestruturação das políticas governamentais face à integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento, entre outros).

Convergindo com Park (referido por Rocha-Trindade, 1995: 97) destacaríamos ainda o tempo de permanência no meio receptor como uma variáveis de relevo a considerar, partindo da hipótese que estadias de maior duração serão mais propícias ao desenvolvimento de padrões adaptativos tendencialmente assimilativos, conduzindo à participação crescente dos migrantes em quadros de interacção autóctones, por via da incorporação de referências e padrões de actuação reportados a esse meio; do estabelecimento de relações interpessoais com a população local, bem como do desabrochar de uma ligação afectiva e de um sentido de pertença à sociedade hospedeira. Entendemos que também a distância entre as sociedades de partida e de acolhimento é passível de interferir nos padrões adaptativos dos migrantes, favorecendo ou desincentivando (se mais próxima ou afastada) o perpetuar dos parâmetros culturais e dos vínculos sociais primários.

³² É de acordo com essas múltiplas situações que optam por evidenciar ou esconder a sua pertença comunitária (ou são condicionados a fazê-lo).

3. Jovens, culturas e processos de identificação juvenil

No quadro da análise de biografias juvenis em contextos migratórios, particular atenção vem sendo conferida à interferência e manifestação de pertenças sociais, bem como de referências culturais, no modo como os jovens migrantes afirmam e vivem a sua juventude, mais concretamente nas sociabilidades travadas, nas práticas de lazer e consumos empreendidos, nos marcadores juvenis seleccionados, bem como nos espaços físicos eleitos para as suas investidas lúdicas e de convivialidade. Nesta medida, considerando que um dos objectivos centrais do presente estudo é descortinar as variáveis estruturadoras das identidades e expressões culturais dos jovens portugueses em Macau, passaremos em revista reflexões incontornáveis gizadas em torno desses mesmos vectores de “identificação” e “identização” juvenil.

3.1 Os jovens como objecto de estudo das ciências sociais

O entendimento sobre o termo juventude tem variado ao longo dos tempos, espaços, culturas e sociedades, colhendo, em paralelo, distintas representações sociais e interpretações no seio de uma mesma sociedade ou cultura, a avaliar pelas definições conceptuais e critérios de delimitação analítica propostos nos mais variados campos científicos - biologia, história, psicologia, sociologia, antropologia, etc., já para não falar das diferentes perspectivas teóricas firmadas no interior de um mesmo ramo do saber, como veremos para o caso da sociologia. Daí reconhecermos a polissemia e pluridimensionalidade deste conceito.

A definição proposta por Johan Fornäs (1995: 3) ilustra ainda hoje de forma emblemática tal par de atributos: “Youth is, on the one hand, a physiological development phase, commencing in puberty and ending when the body has more or less finished growing. On the other hand, it is a psychological life phase extending through the different phases of adolescence and post-adolescence. Youth is also a social category, framed by particular social institutions - especially school, but certain rituals as well such as confirmation or marriage, legislation directed towards age limits and coming of age, and social acts such as leaving home, forming a family, getting educated and finding a profession. And finally, youth is something which is culturally

determined in a discursive interplay with musical, visual and verbal signs that denote what is young in relation to that which is interpreted as respectively childish or adult”.

O reconhecimento da juventude quer como categoria social diferenciada das demais, quer enquanto fase da vida plena de especificidades é, para a maioria dos autores contemporâneos, generalizado (Calvo, 2011: 39; Lagree, 1997; Griffin, 1993: 20; Pais, 1996a: 317-336; 2000: 219-232; Schmidt, 1990: 646; Simões, 1999: 163; Lopes, 1997: 40; Feixa, 1993: 27, 42; Cashmore, 1984: 12; Cruz e outros, 1984: 285-286). Representa, por conseguinte, um período de passagem entre a infância e a adultez pontuado pelas paragens inerentes ao processo de auto-construção de trajectórias³³ e identidades juvenis, “um tempo de individualização da biografia caracterizado pela incerteza e pela adaptação permanente a condições contextuais em mutação”, afirma Bendit (2011a: 20).

À semelhança de outros países, e para fins operativos, convencionou-se em Portugal que essa fase ocorre grosso modo entre os 15 e os 29 anos³⁴: se o limite mínimo coincide com aquele que até há muito pouco tempo indicava o fim do ciclo escolar obrigatório, o máximo aponta para a idade média que se entende anteceder a conquista (cada vez mais relativa, descoincidente e indeterminada) dos chamados “atributos de maturidade”, sinalizadores da entrada na idade adulta: independência económico-material, adquirida com a obtenção do primeiro emprego; familiar, associada ao matrimónio/união de facto e à procriação; e residencial, materializada na aquisição de um espaço habitacional autónomo (Simões, 1999: 163).

Embora possa haver a tentação de considerar que a juventude como estatuto social e segmento biográfico, sempre existiu, ela configura uma realidade algo recente,

³³ De acordo com Calvo (2011: 39, 49), no quadro da temporalidade juvenil devem distinguir-se os conceitos de trajectória e transição, dizendo aquele respeito ao “itinerário completo que o jovem traça desde que começa a sê-lo, a partir do momento em que abandona a sua infância, até que o deixa de ser quando entra na idade adulta” e este remetendo para “cada um dos episódios consecutivos em que se decompõe essa trajectória, sucedendo-se como fases transitórias ao longo do ciclo de vida juvenil: escolaridade, procura de emprego, início da carreira profissional, namoro e casamento, constituição de família, conquista da posição adulta...”

³⁴ É fundamental aceitar, na linha de Mauger (1989: 3), que “as classificações por idade, como todas as formas de categorização social, são produto de um trabalho de delimitação, de definição, de construção de identidade, de representação” (política, científica, mediática, do senso comum). Assim, deve reconhecer-se que a demarcação da população jovem em termos etários, para além de imprecisa, carece de consenso, pois não é possível estabelecer com rigor a idade em que se inicia o processo de autonomização e muito menos determinar quando se consolida. As alusões a essa arbitrariedade e às tentativas grosseiras na demarcação dos diversos ciclos vitais proliferam nos estudos sobre a juventude, quer se reportem ao passado quer ao presente (Eisenstadt, 1964: 30; Pais, 1990a: 146; Cruz e outros, 1984: 286-289). Em 1968 Sedas Nunes situava a juventude entre os 16 e os 25 anos; em 1984 Cashmore sugeria o arco temporal que vai dos 14 aos 25, e quase dez anos mais tarde, em 1993, Feixa questionava se o intervalo seria entre os 18 e 24 anos ou os 15 e 29, sublinhando a relatividade de tais delimitações operativas.

uma construção social e simbólica da modernidade ocidental. Constitui um produto das transformações demográficas, económicas, sociais, e culturais ocorridas nas sociedades industrializadas, as quais conferiram aos jovens espaços e tempos de socializações e sociabilidades para se afirmarem social e culturalmente, resultando ainda do entrosamento entre práticas, representações, ideologias e lógicas discursivas produzidas por agentes e instituições várias - políticas, educativas, mediáticas (Estanque, 2011: 395-396; Feixa, 1993: 11, 138; Eisenstadt, 1964: 21-22; Bourdieu, 1984: 144; Pais, 1990a: 146; 1996a: 26-32; Schmidt, 1985: 1053; Simões, 1999: 164; 2002: 27; Cashmore, 1984: 9; Ariès, 1988; Cruz e outros, 1984: 285, 290).

Na obra intitulada “A criança no antigo Regime”, o historiador Philippe Ariès (1988: 15, 149) frisa esta mesma ideia, dando conta, no que respeita ao período medieval, quer de sentimentos de algum desinteresse e desafeição dos adultos face às crianças, quer da ausência de uma fase intermédia específica de transição entre a infância e a idade adulta, susceptível de enquadrar os jovens. Para isso em muito contribuiu a inexistência de outras instituições sociais, para além da família, encarregues de dinamizar essa socialização intercalar, facto que só veio a ocorrer mais tarde, em particular com o desenvolvimento de esferas especialmente vocacionadas para as crianças e jovens enquanto colectivos diferenciados dos mais velhos, como é o caso do universo escolar.

Assim sendo, volvidos os primeiros anos de vida e alcançada alguma robustez física, a criança adquiria, mediante determinados ritos de iniciação³⁵, uma nova condição social e estatutária apropriando-se num ápice dos direitos, deveres e papéis correspondentes, convivendo, misturando-se e confundindo-se com os adultos no quotidiano, ao nível do desenvolvimento das tarefas domésticas, de actividades lúdicas, laborais e, inclusive, no modo de trajar, como se no mesmo segmento demográfico participassem.

A este propósito Ellis Cashmore (1984: 10) afirma o seguinte: “(...) a great many societies, past and present, simply wouldn’t recognize anything distinct about that category of people in that specific age group. You’re either a child or an adult, some

³⁵ Associadas a Arnold van Gennep, Junod e Victor Turner, as expressões “rito de passagem” e “rito de iniciação” incorporam o sentido de transição, mudança e metamorfose no que respeita ao domínio estatutário ou de papéis sociais (Cabral, 2000: 871). Tendem a ser usadas para representar a passagem de um segmento biográfico a outro - da infância ou juventude à adultez - por intermédio de práticas e cerimónias que variam de sociedade para sociedade, sendo as crianças ou jovens “desinvestidos” das características relativas à fase da vida em que se encontram e “investidos” com atributos reportados ao universo adulto, de um ponto de vista sexual e social. Constituem exemplos a mutilação do corpo, a circuncisão, a adopção de um novo nome, o baptismo simbólico, etc. (Eisenstadt, 1964: 31).

societies would say. And to demarcate between the two there are rituals or ceremonies, rites of passage: on reaching a specific age - maybe 14 or 15 - the child is made to undergo a series of tests or perform a sequence of tasks in order to ensure he is ready for manhood (or womanhood). After the rituals, the child is a child no longer, but a fully-fledged adult”.

Por seu turno, Feixa (1993: 17) afirma também não ter encontrado uma demarcação intergeracional assinalável, em termos estatutários e comportamentais, nas sociedades de agricultores, caçadores e pescadores que se tornaram objecto de reflexão de antropólogos e sociólogos. Tal não significa que no passado a infância e a idade adulta constassem como os únicos segmentos do ciclo biográfico dos indivíduos: a referência à adolescência, juventude e anciania na iconografia e em tratados medievais denotam a percepção de outras “idades da vida”, embora vinculadas a significados bem distintos dos vigentes no ocidente contemporâneo (Ariès, 1988; Feixa, 1993: 12).

Em sociedades estatais, como a da Grécia antiga, por exemplo, na qual se exaltava e cultivava desde cedo a vocação cívico-militar dos jovens, deles esperando-se que servissem o Estado duplamente, quer ajudando na criação de infraestruturas (como edifícios públicos), quer preparando-se para a guerra, o conceito de juventude apresentava, grosso modo, uma feição masculina. Até sensivelmente à idade moderna ser-se jovem permaneceu conotado com pujança e virilidade, qualidades perfilhadas pelos membros do grupo etário que hoje integramos na coorte adulta, ou seja, tratava-se de “homens jovens”.

A transição do século XIX para o século XX regista os primeiros ensaios científicos com vista a responder à questão “O que é ser jovem?”, sendo consensual a atribuição da “descoberta da adolescência” ao psicólogo norte-americano Stanley Hall com a obra intitulada “On Adolescence”, datada de 1904. À luz do seu modelo teórico, a entrada nesta fase da vida coincide com o início da puberdade, em concreto, com um processo atribulado de maturação fisiológica e psicológica, de “conturbação hormonal” e emocional, de descoberta da sexualidade e construção de identidade pessoal, pautado por acentuada agitação, incerteza e indefinição, traços estes que subjazem à representação dos jovens como pessoas vulneráveis (Griffin, 1993: 9-16, 197-202).

Os anos 20 e 30 do século XX conduzem-nos à génese das reflexões filosóficas, antropológicas e sociológicas sobre a juventude. Autores como Ortega y Gasset e Karl Mannheim debruçam-se em torno da ideia de geração, associando-a à partilha de um sentido de contemporaneidade por parte de indivíduos nascido na mesma época que,

por conseguinte, gozam de uma experiência distinta dos membros das demais gerações (Feixa; 1993: 49, 90).

Em paralelo, a antropologia cultural de Franz Boas e Margaret Mead entende o conceito de juventude como uma construção cultural tão mutável quanto as transformações que a produziram, propondo uma concepção alternativa à perspectiva biológica da juventude, durante muito tempo dominante. Dirigiam-se-lhe duas críticas basilares: por um lado, o facto de assentar quase estritamente a definição de juventude numa “evolução” física e psíquica, esquecendo dimensões assaz relevantes como a social e cultural; por outro, o de lhe conferir uma feição essencialista, determinista, universal e teleológica. A vulgarização de ambos os pressupostos terá, então, contaminado uma extensa parcela das reflexões subsequentes acerca da problemática juvenil, incluindo as da época contemporânea, deixando marcas profundas nas políticas e no formato das instituições dirigidas a este segmento populacional, em matéria educativa, laboral, de justiça, etc. (Feixa 1993: 32; Griffin, 1993: 11, 18).

Ainda nessas décadas de depressão económica, os investigadores da Escola de Chicago deitam vistas aos *gangs* juvenis dos bairros degradados e suburbanos dos E.U.A., elegendo-os como objecto de estudos empíricos. Procuravam-se explicações para problemas ao tempo marginalizados, caso da delinquência juvenil, de comportamentos classificados de ‘desviantes’, a par da constituição de modos de vida alternativos por parte dos jovens das classes trabalhadores (centravam-se, assim, na dimensão social da juventude). Estas questões viriam a ser retomadas mais tarde, em especial nos anos 70 e 80, pelo Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, em Inglaterra (Feixa, 1993: 34-38; Lagree, 1997: 5). Dado o primeiro impulso, a problemática juvenil acabaria por conquistar irreversivelmente um lugar cativo no seio das preocupações de âmbito sociológico. Vejamos em que moldes.

3.2 Jovens e vectores de identificação: idade, classe, género, pertenças culturais e disposições individuais

De acordo com Cashmore (1984: 22), a população juvenil saída do conflito mundial de 1949 não se apresentava nem se representava ainda como um agregado produtor e consumidor de uma cultura própria e diferenciada, tendendo a ser retratada

como passiva, isto é, conformada com a ordem estabelecida e legitimada, daí resultando a reprodução dos valores herdados da geração precedente, logo, a relativa continuidade intergeracional. “After leaving school, the person, rather than slipping into a new cultural realm, would hastily follow his or her elders into adulthood without pausing to create a youthful existence”, afirma o autor, acrescentando: “Young people had no distinct music, nor styles of dress or leisure patterns with which they could symbolically oppose older people; they were not different but simply younger versions of their parents. This is precisely the type of inter-generational continuity which militated against the emergence of the youth. Young people showed absolutely no interest in being anything other than adults, a situation that contrasted with all subsequent periods.”

Como explicita Cashmore, neste período do pós-guerra viviam-se sentimentos de alívio e entusiasmo acentuados a respeito da recuperação económica e social dos países envolvidos, induzindo uma espécie de entendimento e consenso intra e intergeracional em torno da concretização de objectivos comuns. Em lugar de pretenderem distanciar-se ou distinguir-se dos adultos, os jovens visavam antes a eles assemelhar-se, não só através da apropriação das suas pautas valorativas e comportamentais, signos e modelos culturais, como também vestindo a sua imagem segundo uma lógica mimética, convencional e conformista.

Não obstante o inestimável contributo fornecido pelos trabalhos pioneiros sobre a juventude elaborados nos primeiros três ou quatro decénios do século XX, Ellis Cashmore (1984: 21-23) reporta apenas a meados da década de 50 a tomada de consciência quanto à germinação de uma identidade juvenil, pautada por um leque de especificidades em matéria de modos e estilos de vida, padrões de consumo e lazer, preferências estéticas, signos linguísticos, visuais, musicais, entre outros, susceptível de distingui-la das demais coortes demográficas, designadamente da adulta (Clarke e outros, 1976: 18-20)³⁶. Identidade consagrada com o conceito de “cultura juvenil” proposto por Parsons com o intuito de realçar “(...) a distinctive world of youth structured by age and sex roles” (Wulff, 1995a: 3)³⁷.

³⁶ Griffin (1993: 19) associa a um período anterior (anos 40) o florescimento de culturas ou subculturas juvenis nos E.U.A, corporizadas em expressões simbólicas afro-americanas que serviriam de inspiração a produções juvenis das décadas posteriores, marcando as últimas mais a sua consagração, do que a criação propriamente dita.

³⁷ O que não equivale a dizer, como bem sublinha Amit-Talai (1995: 230), que as culturas juvenis se processam à margem da sociedade ou das restantes ‘gerações demográficas’, antes em intensa interacção

A criação desse “mundo distinto”, auto-reclamado e hetero-reconhecido, foi propiciada pela conjugação de uma tríade de factores estruturais e conjunturais. Políticos, já que o término do conflito mundial devolveu aos países implicados os avultados contingentes de jovens do sexo masculino que nele haviam participado. Socioeconómicos, dada a consolidação do Estado-providência e com, ou a par dela, a fruição de uma prosperidade financeira socialmente alargada, espelhada na diminuição dos níveis de desemprego, aumentos salariais e na conquista de maior poder aquisitivo por parte das populações, com destaque para os jovens, conduzindo ao incremento exponencial do consumo em geral e da procura juvenil em particular, aspecto realçado por Mark Abrams (Clarke e outros, 1976: 18).

Aos anteriores acoplam-se factores socioculturais tais como a valorização da escolarização, com a conseqüente sedimentação do processo de deselitização do ensino secundário e o prolongamento do período de permanência na escola (Calvo, 2011: 41, 52; Estanque, 2011: 395-396). Também a proliferação dos meios de comunicação de massa, a galopante expansão das indústrias culturais e de turismo, a criação de instituições sociais e de mercados direccionados aos jovens (materializados em revistas, discos, livros, filmes, séries, indumentárias, adereços e cosmética), em conjunto com a multiplicação de equipamentos culturais e locais de recreio, a dilatação do tempo livre e daquele confinado ao lazer. Mudanças que ocorrem no seio de uma sociedade da imagem e consumo em franca expansão, progressivamente massificada e “emburguesada” (Cruz e outros, 1984: 285; Griffin, 1993: 13; Wulff, 1995b: 70; Feixa, 1993) e cujas repercussões se observam nas esferas social e artístico-cultural (o *rock*, no domínio da música, assim como a arte *pop* no da produção artística ilustram de forma emblemática essa renovação).

As alterações mencionadas disponibilizaram, assim, aos mais novos espaços, tempos, recursos e conteúdos para afirmarem social e simbolicamente a sua condição juvenil, por via das respectivas redes de sociabilidade, de actividades lúdicas e expressões culturais diversas, interesses, disposições, aspirações, inquietações, práticas e modos de vida. Sintetizando, “a percepção contemporânea de juventude é em boa medida produto das múltiplas intersecções entre a realidade social cambiante (...), a aparição e difusão da «ideia de juventude» e a criação de um objecto teórico vinculado a esta ideia”, anota Feixa (1993: 29).

com as mesmas (o que aliás subjaz à definição de identidade atrás apresentada enquanto processo de identificação e diferenciação que não dispensa uma dada alteridade).

Neste contexto, jovens do sexo feminino e masculino passam a ser retratados como importantes agentes de transformação social e cultural. A sua participação, no decurso das décadas de 50 e 60, em movimentos sociais pacifistas e anti-coloniais, feministas, ecológicos e em defesa de direitos civis como a paridade de géneros, a liberdade sexual e a homossexualidade colaborou para vincar a associação do colectivo juvenil a uma imagem de inconformismo e heterodoxia³⁸.

A natureza pouco convencional ou mesmo irreverente atribuída aos comportamentos de alguns subgrupos juvenis - caso dos *skinheads*, *hippies*, *punks*, para referir exemplos de subculturas analisadas por Ellis Cashmore (1984) na supracitada obra “No Future” - conduziu à formulação de representações menos positivas em torno da ‘juventude’ vista por muitos como um problema para a sociedade, uma ameaça à ordem social³⁹ estabelecida e um desvio face à cultura dominante e padronizada ditada pela geração adulta, em matéria de matrizes valorativas e atitudes. Desvio traduzido pelos termos ‘subcultura’ ou ‘contracultura’ como se analisará adiante (Clarke e outros, 1976: 9, 71-72; Feixa, 1993: 40).

De acordo com Staneley Cohen, nesta época, os meios de comunicação de massa interferiram largamente na construção de um retrato pernicioso e estereotipado da juventude. Ao empolarem de forma “exagerada e falaciosa” desacatos intergrupais, contribuíram para a criação de um alarmismo social generalizado em redor dos jovens e do seu potencial desestabilizante - uma vez que a parte era tomada pelo todo - a que o autor chamou de “*moral panic*”⁴⁰ (cf. Cashmore, 1984: 26; Griffin, 1993: 14; Feixa, 1993: 80; Boëthius, 1995: 41).

³⁸ O espírito contestatário dos jovens e a sua capacidade de inovar são atributos realçados por Sedas Nunes (1968), para quem os colectivos juvenis configuram os grandes motores de renovação das sociedades, por contraponto às gerações demográficas adultas tendencialmente mais ortodoxas e adeptas da tradição.

³⁹ As perspectivas sobre o conceito de ordem social propostas por Weber, Durkheim e Parsons (procurando este reunir os contributos anteriores) revelam semelhanças. Weber considera que a acção dos indivíduos e os seus interesses pessoais são orientados em função das expectativas de terceiros, tendendo a conduta individual a adequar-se a um conjunto de normas e regras que se espera serem partilhadas pela maioria dos membros de uma sociedade, seja por um sentido de obrigação e dever moral ou de vinculação emocional. Em sintonia, Durkheim dá conta da socialização dos indivíduos para um complexo de crenças, valores e normas sociais (pré)existentes que regula, limita e constrange as acções e relações interpessoais. Nesta mesma linha, por via da construção da “teoria voluntarista da acção”, Parsons afirma que embora gozando de opções na persecução dos seus interesses, as escolhas dos indivíduos são estruturadas por regras de conduta e valores comuns, consensuais, interiorizados através de mecanismos de socialização. A acção individual (instrumental ou expressiva) é, por conseguinte, alvo de controlo e de sanções sociais quando dissonante do padrão normativo e valorativo dominante, legitimado, isto é, institucionalizado. (cf. Scott, 1995: 25-49; Cohen, 2000).

⁴⁰ Consagrada com o estudo intitulado “Folk Devils and Moral Panics. The Creation of Mods and Rockers”, esta expressão alude à construção de uma realidade social pelos *media*: a hiperbolização de um pequeno desacato ocorrido entre dois colectivos juvenis - os *mods* e *rockers* - não só fez deles rivais

Este sentimento de ameaça agravou-se quer face aos jovens imigrantes reportados a determinados grupos étnicos, quer aos membros das classes operárias sujeitos a maiores privações, “*folk devils*” nos termos de Cohen, ou bodes expiatórios a quem se imputavam condutas subversivas desviadas de uma concepção de normalidade juvenil idealizada pelos grupos dominantes, bem como toda a responsabilidade dos percalços sociais ocorridos. Imputação que, quando interiorizada, derivava em verdadeira subversão, cumprindo-se assim a “profecia por si mesmo”.

À medida que os jovens conquistam um estatuto distintivo no palco social, convertem-se numa “realidade sociológica específica” (Nunes, 1968: 78). Parsons e Coleman figuram como marcos de referência nas reflexões teóricas e estudos empíricos que se multiplicam em torno das práticas, consumos e estilos juvenis (Fornäs, 1995: 5). O conceito de estilo é definido por Feixa (1993: 96) como “dimensão simbólica das culturas juvenis expressa num conjunto de elementos materiais e imateriais que os jovens consideram representativos da sua identidade enquanto grupo”. À semelhança de Clarke (1976: 178), Clarke e outros (1976: 54-55), o autor ressalta que os estilos não devem encarar-se como mera usurpação mimética de signos, modas e aparências, mas antes entender-se como um leque de propostas criativas exibidas pelos jovens, fruto de um processo de “estilização”. Tal processo pressupõe um trabalho de selecção, transformação, reutilização, reorganização, reinterpretação e combinação de vários marcadores significantes - indumentárias, adereços, objectos, géneros musicais, espaços e práticas de lazer - nos quais os indivíduos investem com o intuito de delimitar a cultura juvenil a que pertencem, distinguindo-a das demais.

Sublinhe-se, na senda de Clarke (1976: 178) e Clarke e outros (1976: 54-55), não ser a mera posse e uso isolado de determinados objectos e artefactos condição suficiente para a construção de um estilo, uma vez que os mesmos estão destituídos de uma conotação ‘natural’, essencial, dada à partida. Como assinalam os autores, o significado é antes socialmente convencionado no âmbito de um dado sistema cultural e dos respectivos códigos de atribuição de sentido.

no domínio da opinião pública, como contribuiu para a difusão de uma imagem extremamente denegrida da juventude em geral.

3.2.1 Identidade geracional e monocultura juvenil

Tanto as expressões culturais e sistemas valorativos abraçados pelos jovens quanto as suas reivindicações e protestos analisam-se, preferencialmente, neste período histórico do pós-guerra, à luz daquilo que ficou conhecido como a corrente “geracional” da sociologia da juventude, cuja ênfase é colocada na variável idade enquanto eixo aglutinador deste segmento populacional, assim como nos valores e práticas transversais àqueles inseridos na mesma coorte demográfica.

De acordo com esta concepção, firmada entre meados dos anos 50 e a década de 70, a identidade juvenil manifesta-se através do duplo processo já explicitado (Pinto, 1991: 218-219). Por um lado, contempla um mecanismo de “identificação” (associação) segundo o qual os jovens se assemelham entre si por via de uma série de atributos partilhados. Especificando, além de participarem numa mesma geração “biológica” e “demográfica”, formam uma “geração social”⁴¹: nasceram aproximadamente na mesma época, fazem parte da mesma coorte etária, experimentam um mesmo sentimento de contemporaneidade, encontram-se na mesma fase da vida, deduzindo-se, por conseguinte, que comungam matrizes valorativas, comportamentais, estilísticas, linguísticas, a par de idênticas representações e inquietações (Nunes, 1968: 76-77, 87).

Em paralelo, essa identidade ‘geracional’ constrói-se com base num mecanismo de “identização” (disjunção), mediante o qual a ‘juventude’ se diferencia de outros segmentos etários, mais novos ou velhos, em virtude de um rol de dissemelhanças no que respeita a padrões de actuação e referência (Pais, 1990b: 591-592; 1996a: 37-43, Eisenstadt, 1964: 24), estabelecendo por meio de expressões simbólico-culturais

⁴¹ Para Sedas Nunes (1968: 76-77, 87) - cuja definição proposta é quase idêntica à que mais tarde viria a ser formulada por Attias-Donfut (1988, 1991, citada por Segalen, 1999: 221) - o conceito de geração desdobra-se em três sentidos basilares, a saber: o de “geração biológica” respeitante ao “intervalo de tempo que abrange o número médio de anos que decorrem entre um certo ano e aquele em que nascem os filhos dos indivíduos nascidos nesse ano (25 a 30 anos)”; o de “geração demográfica” definido como “um simples agregado estatístico de indivíduos cujas idades se situam dentro de certos limites” (por exemplo cada um dos escalões etários definidos pelo INE); e por último o de “geração social”, isto é, um “grupo (ou, mais provavelmente, um quase grupo) constituído por indivíduos cujas idades se concentram, com alguns possíveis desvios individuais, dentro de um intervalo relativamente estreito; os [seus] membros (...) serão portadores do sentimento comum de se encontrarem colectivamente em presença, na sociedade, de outros grupos distintos do seu pela idade e formados quer por indivíduos mais velhos, quer eventualmente por indivíduos mais novos; nos membros do grupo manifestar-se-á igualmente o sentimento de que, relativamente aos grupos sociais mais velhos ou mais novos em cuja presença eles a si mesmos se vêem, existem, além de significativas diferenças etárias, não menos significativas diferenças nas respectivas referências sociais e culturais (informação, valores, interesses, problemas, projectos, etc.)” Sobre o conceito de geração ver também Pais (1990b: 591), Cabral e Lourenço (1993a: 114) e Feixa (1993: 14, 90).

distintas e singulares uma espécie de descontinuidade, se não ruptura intergeracional, facto que a expressão *generation gap* tão bem retrata. “They feel they belong to a category of people who are in some, possible many, senses different from the rest of the population (...); it shows in their dress, their attitudes, their feelings, not to mention their economic position in the broad division of labour” afirma Cashmore (1984: 8-9), condensando assim de forma simples e modelar esta posição teórica⁴².

Sintetizando, à luz da corrente geracional, os jovens sobressaem como um agregado objectivamente identificável, activo, portador de uma cultura própria, una e única (na óptica dos que acreditavam tratar-se de um colectivo algo indiferenciado, dotado de uma certa homogeneidade), ou antes de uma cultura supra-estrutural, internamente conciliadora (para os que admitiam subdivisões juvenis).

Uma cultura sem dúvida distinta da preconizada pela *coorte* adulta mas não necessariamente antagónica, se bem que prevaleça a ideia de antítese valorativa e comportamental, corporizada em atitudes de contestação juvenil face à ordem social legitimada e às matrizes de referência abraçadas pela geração precedente, a avaliar pelas palavras de Sedas Nunes (1968: 85-86) ao referir-se à juventude portuguesa em finais dos anos 60: “de facto, em nossos dias, os jovens tendem a constituir, não apenas um conjunto estatístico de indivíduos dispersos, mas um sector sociologicamente diferenciado dentro da estrutura social - um «mundo próprio» caracterizado por modos específicos de pensar, de sentir e de agir e integrado por grupos formais situados à margem da sociedade dos adultos e frequentemente definidos, em relação a esta ou a certos grupos ou camadas desta, por um princípio de oposição mais ou menos acentuado e englobante (...)”. Posição inversa é defendida três décadas mais tarde por João Teixeira Lopes (1997: 50) ao concluir, na sua dissertação de mestrado, que os

⁴² Precisemos, de forma breve, que a “concepção geracional” reúne duas tendências teóricas de análise da juventude, a saber, as teorias da socialização (ancoradas no funcionalismo de Parsons, Eisenstadt e Coleman) e as teorias da geração (de Manheim e Ortega y Gasset). De acordo com a primeira, a juventude traduz-se numa fase de aprendizagem e preparação para a idade adulta, estágio em que se alcançaria acentuada estabilidade identitária (Griffin, 1993: 202), daí que uma socialização bem-sucedida e sem percalços deveria reflectir-se na reprodução ou sobrevivência intergeracional de sistemas valorativos, normativos e de actuação, em prol do consenso e conformidade sociais (Roberts e Parsell, 1990: 167; Eisenstadt, 1964: 25-33). Nesta óptica, consideravam-se disfuncionais as condutas e simbólicas juvenis que, pelas suas características subversivas, contrariassem essa interiorização passiva, pacífica e harmoniosa dos padrões culturais modais, colocando em causa a herança social transmitida unívoca e assimetricamente pelos adultos, mais experientes, virtuosos e com níveis superiores de conhecimentos, denunciando, assim, um processo de socialização primária deficitário. Por sua vez, para as teorias da geração as tensões intergeracionais reflectiam menos uma incorrecta incorporação das orientações fornecidas pelos mais velhos do que as especificidades de cada coorte demográfica e respectivas divergências. Um maior aprofundamento das perspectivas teóricas dominantes elaboradas em torno do conceito de juventude é empreendido por Machado Pais (1990a: 151-163).

jovens portugueses que participam na transição para o novo século “não se sentem, não se pensam e não actuam como membros de uma geração social.”

Não obstante os importantes contributos fornecidos pela abordagem geracional para o estudo da juventude enquanto problemática sociológica, verifica-se que a propensão para empolar a idade como principal vector estruturante das identidades e culturas juvenis conduziu à imputação algo indiscriminada dos mesmos atributos à juventude no seu todo, representada por meio de um modelo de cultura juvenil universalizado (Calvo, 2011: 52), em muito fomentado por estereótipos político-institucionais e mediáticos sobre ela construídos.

Desconsideravam-se, assim, tanto as partilhas intergeracionais, quanto as divisórias - de género, sociais, culturais e disposicionais - intrageracionais existentes. Concretizando, de tanto se procurarem os denominadores comuns àqueles situados na mesma coorte demográfica, silenciaram-se outros tantos eixos estruturantes dos processos de ‘identificação’ e ‘identização’ juvenil com equivalente relevância. Daí esta concepção permanecer, na óptica das demais abordagens sociológicas da juventude (caso da perspectiva classista que se analisará de seguida) conotada com visões simplistas e redutoras de um segmento da população cuja diversidade interna encontra-se longe de ser espelhada (Clarke e outros, 1976: 53). É, aliás, neste âmbito que Bourdieu (1984: 145) lança a pergunta: “Será que a juventude é não mais do que uma palavra?”, considerando, pois, “(...) un abus de langage formidable que l’on peut subsumer sous le même concept des univers sociaux qui n’ont pratiquement rien de commun.”

3.2.2 Identidade de classe e (sub)culturas juvenis

Tal como as representações sociais desenvolvidas em torno da ‘juventude’ reflectem os cenários históricos, políticos, económicos e socioculturais que as enquadram, o mesmo sucede com as concepções sociológicas que sobre ela recaem - as teorias formuladas sensivelmente a partir de meados dos anos 70 são disso um claro exemplo. A crise petrolífera e o apogeu da recessão económica mundial em 1975 e 76 afectaram de forma nefasta as populações em geral e sobretudo os grupos situados na base da pirâmide social, mais carenciados e vulneráveis. Vivia-se a “redescoberta da pobreza” como apontam Clarke e outros (1976: 25) e o “mito” da equidade e do

consenso tão em voga nos anos subsequentes ao fim da guerra mostrou-se fortemente abalado.

Começa a desenhar-se uma nova forma de olhar os jovens, com laivos de paternalismo, que se opõe ou acopla à anterior. A par dos estudos centrados na ‘juventude’ quer como motor de inovação cultural quer como causa de desordem social por via de uma postura irreverente e contestatária, empreendem-se investigações no seio das quais a população jovem ou segmentos dela são considerados vítimas dos desequilíbrios e transformações em curso na sociedade - as expressões “*bof-generation*”⁴³ e “*generation of the crisis*” usadas por Lagree (1997: 10) reflectem, respectivamente, esta mudança de perspectiva.

As atenções tendem a recair, neste período, sobre os inúmeros problemas enfrentados pelos jovens, com destaque para a degradação dos seus níveis de vida, a diminuição de poder aquisitivo, a incapacidade de responderem de forma positiva aos estímulos permanentes ao consumo, entre outras privações, a par das crescentes dificuldades em encontrar assento no mercado de trabalho após concluídos os estudos, o aumento dos índices de desemprego e de precariedade laboral, a multiplicação dos obstáculos enfrentados para se autonomizarem financeira e socialmente, os renovados níveis de dependência económica evidenciados face aos progenitores e, por arrastamento, a ampliação das incertezas e inquietações frente ao futuro (Roberts e Parsell, 1990; Cashmore, 1984; Pais, 1990a: 142; 1994a: 10; 1996a: 323; 1996b: 199). Realçam-se, em suma, as frustrações decorrentes do desfasamento entre expectativas ou ideais de vida e suas reais condições de existência (Nunes, 1968: 83, 122-124)⁴⁴.

Tendo em conta que em épocas de crise e turbulência social os fossos interclassistas acentuam-se - Clarke e outros (1976: 22) defendem, porém, que mesmo nas conjunturas de maior afluência, as divisórias sociais mantêm-se intactas - verificou-se não serem todos os jovens igualmente afectados pelos constrangimentos inerentes à fase da vida em que se encontram, nem de igual modo atingidos pelas conturbações socioeconómicas, de âmbito nacional ou internacional, ao tempo (como

⁴³ A sigla *Bofs* (*Boring Old Farts*) foi inicialmente imputada pelos *punks* a quem compactuasse com a cultura dominante emanada da coorte adulta, denotando, assim, o seu espírito de rejeição face à ordem estabelecida no domínio da família, trabalho, educação e religião, bem como ao conservadorismo das gerações mais velhas (Cashmore: 1984: 44), espírito este que acabou por permanecer associado aos membros da coorte juvenil da década de 60 e meados da de 70.

⁴⁴ Tal desfasamento leva Cashmore (1984: 80) a considerar que os jovens sofrem do “Síndrome de Tântalos”. Tântalos, um rei da mitologia grega, foi condenado a permanecer num abismo rodeado de frutas e água sem poder aceder-lhes, imagem aplicada pelo autor aos jovens, também eles “tantalizados” por inúmeros bens que não conseguem adquirir.

hoje) sentidas. É neste contexto, sob o ímpeto da chamada corrente “classista” da juventude, protagonizada pelo Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, que se procura desconstruir o pressuposto político, mediático, social e sociológico da homogeneidade juvenil (Simões, 1999: 162-163; Lopes, 1997: 36; Pais, 1990a: 140-149; 1990b: 640; 1996a: 32-36, 132; 1996b: 200; 2000: 231; Roquero, 1997: 193-194; Clarke e outros, 1976: 30). “Youth is not a uniform category, and young people's material conditions and lived experiences are by no means identical (...)” escreve Griffin (1993: 6) sumariando o essencial desta abordagem.

Com efeito, observam-se fracturas no universo juvenil indiciando que muitas das experiências, inquietações, aspirações, valores, práticas, consumos e estilos exibidos pelos jovens são condicionados não tanto por um efeito de geração, antes de classe, daí assemelharem-se ou diferenciarem-se entre si de acordo com a posse (des)igual de recursos económicos e competências socioculturais (Cruz e outros, 1984: 285)⁴⁵.

Nesta medida, se a perspectiva geracional focou o olhar nos atributos partilhados por indivíduos situados numa mesma fase da vida - a juventude - realçando a existência de uma identidade supra-classista e estatutária - a “*classless youth culture*”, nos termos de Clarke e outros (1976: 21, 27-28), mas também supra-étnica, supra-sexual e supra-disposicional, contrastante com os modelos valorativos, normativos e de actuação veiculados pela geração adulta; a corrente “classista”, por seu turno, faz esmorecer a tónica no pilar etário e nesse divórcio intergeracional. Ao invés, salienta os parâmetros culturais juvenis que dão conta quer de uma convergência identitária intraclassista, quer de uma divergência identitária intrageracional em função da localização social dos indivíduos. Localização que até então pouco valorizada nos estudos sobre juventude passa a entender-se como determinante na formação das múltiplas constelações juvenis e no modo como os jovens expressam a sua comunhão ou disjunção grupal.

⁴⁵ Constituindo a profissão e a situação profissional duas variáveis basilares na determinação dos lugares de classe dos indivíduos - podendo ser complementadas com a “escolaridade”, a “posição hierárquica” e o “ramo de actividade” (Almeida e outros, 1988: 15, 42; Almeida e outros, 2006: 98-99) - a tentativa de localizar os jovens no sistema de distribuição levanta alguns problemas de operacionalização (Costa e outros, 1990: 194-195) já que uma das características da condição juvenil prende-se precisamente com a inserção parcial ou incompleta (ou mesmo não inserção) dos jovens no mercado de trabalho. Porém, Costa e outros (1990: 195) sugerem ser possível contornar esta dificuldade mediante o recurso à família de origem como unidade de análise (em complemento com os conceitos de trajetória de classe e redes de sociabilidade), tendo em conta que “(...) no grupo doméstico se partilha um conjunto decisivo de recursos e de condições de existência, que dele se estruturam princípios organizadores básicos do sistema de disposições e que aí se geram boa parte das estratégias e orientações de vida”.

Esta proposta teórica visa, então, demonstrar que os lugares sociais objectivados no *habitus* de classe⁴⁶, para usar a clássica expressão de Bourdieu (1979), figuram como o mais importante eixo de identificação dos jovens. Já não em torno de uma monocultura, singular, como supunha, grosso modo, a corrente geracional, mas de múltiplas e distintas filiações culturais pelas quais se (des)agregam, o que comprova a existência não de um, mas de diversos modos de viver a juventude (Estanque 2011: 396; Pais, 1990a: 152-162; 1996a: 328-336; 2000: 224-225; Lopes, 1997; Nunes, 1968; Simões, 1999: 163-164; 2002: 28; Feixa, 1993: 138; Clarke e outros, 1976).

Note-se que as incontornáveis investigações levadas a cabo por Machado Pais (1996a) e Seda Nunes (1968: 104-113) sobre a população juvenil portuguesa acusam essa mesma heterogeneidade interna no que respeita a grelhas valorativas, atitudes, opções lúdicas e estéticas. Apesar da proximidade do último autor à corrente geracional, o sociólogo reconhece, em Portugal de finais dos anos 60, a existência de diferentes “tipos sociais de juventude” formados a partir da sua distribuição distinta na estrutura da sociedade, bem como das práticas e consumos proporcionados por tais lugares: a juventude “dourada” e a “activista intelectual” corporizam dois desses ‘protótipos’.

Também Ellis Cashmore (1984), como antes mencionado, debruçou-se sobre várias (sub)culturas juvenis britânicas difundidas um pouco por todo o mundo ocidental entre meados dos anos 50 e a década de 80 (os *Teds*, *Mods*, *Rockers*, *Skinheads*, *Hippies*, etc.), distinguindo-se pelos seus estilos inconfundíveis sobretudo em termos de indumentárias e adereços, gostos musicais, entre outros signos e rituais,

⁴⁶ Influenciado por Bourdieu, Atkinson (2010: 14) define as classes sociais do seguinte modo: “clusters of people with similar capital stocks, conditions of existence and thus habitus taken together for analytical purposes, and they are defined by their “relative positions” *vis-à-vis* one another in this overall structure as dominant (high volume of capital), dominated (low volume) or intermediate (...)”. Por seu turno, o *habitus* de classe (cf. Bourdieu, 1979; 1980: 88-102) reporta-se a padrões de actuação comuns a indivíduos cuja localização na estrutura da sociedade é a mesma ou muito próxima. O *habitus* traduz-se em estruturas mentais pré-reflexivas, inconscientes, algo mecanizadas, esquemas interiorizados no decurso do processo de socialização que permitem engendrar pensamentos, percepções, representações, por meio dos quais os indivíduos apreendem o mundo social. Segundo Bourdieu, este duradouro “sistema de disposições estruturadas e estruturantes”, fruto de particulares condições de existência e posições sociais, medeia estruturas e práticas, assim como interações, fornecendo um sentido de orientação aos agentes. Constitui o princípio unificador e gerador de todas as práticas, mas gera-se também a partir delas. Alvo de críticas pelo carácter algo determinista e redutor deste conceito ao qual subjaz o pressuposto de existência de uma relação de homologia entre *habitus* de classe e *habitus* individual, o sociólogo contra-argumenta que o *habitus* vai para além da condição de classe: o sistema de disposições que o caracteriza comporta quer o herdado, quer o conquistado, reflectindo a interferência de práticas quotidianas nas estruturas já incorporadas (através das esferas escolar e laboral, das redes de sociabilidade e experiências de vida). A “singularização do *habitus*”, não é mais do que a enunciação de propriedades intrinsecamente pessoais que permitem ao indivíduo, por via das especificidades da sua trajectória, o desvio a um percurso modal, característico de uma dada estrutura de classe.

diversidade em muito estimulada pela concomitante diversificação das indústrias e mercados juvenis.

Ao pressupor a existência de uma estreita homologia entre posições e disposições, ou seja, entre estrutura externa (objectiva) e interna (subjectiva) - o *habitus*, como diria Bourdieu (1979), a concepção 'classista' da juventude conclui que os jovens situados num dado patamar social partilham não só idênticos enquadramentos e padrões vivenciais, como os materializam em expressões culturais similares que, por sua vez, se distinguem das de outros diferentemente posicionados na sociedade.

Daqui resulta que as culturas juvenis representam, exprimem, reproduzem, em suma, objectivam culturalmente condições materiais de existência no que respeita a recursos e oportunidades, bem como diferenciais de poder e relações de dominação (baseadas na posse desigual de capital económico, cultural, social e simbólico), tornando-se sinónimos de "culturas de classe". Dito de outro modo, permanecendo a cultura, nesta acepção, intimamente associada à estrutura social, seu alicerce básico, defende-se que as fronteiras de classe delimitam as fronteiras dos diversos núcleos de jovens, do mesmo modo que estes grupos e respectivas subculturas denunciam "divisões estruturais" - designação pela qual fica conhecida a teoria que, no seio deste quadro analítico, considera os assentos sociais como estruturantes das culturas juvenis (Roberts e Parsell, 1990: 168).

Clarke e outros (1976: 10-13) definem o conceito de 'cultura de classe' "[as] the peculiar and distinctive 'way of life' of the group or class, the meanings, values and ideas embodied in institutions, in social relations, in systems of beliefs, in mores and customs, in the uses of objects and material life. (...) A culture includes the 'maps of meaning' which make things intelligible to its members. These 'maps of meaning' are not simply carried around in the head: they are objectivated in the patterns of social organization and relationship through which the individual becomes a 'social individual'. Culture is the way the social relations of a group are structured and shaped: but it is also the way those shapes are experienced, understood and interpreted". No entanto, a preferência pela forma plural da designação cultura, isto é, culturas, ou ainda pelo termo 'subculturas', parece melhor ilustrar, segundo esta perspectiva teórica, a feição plural e hierarquizada das práticas e expressões simbólicas abraçadas pelos jovens. Convém, por isso, precisar em que consiste o conceito de subculturas juvenis.

Num sentido lato julgamos poder usá-lo tão só para transmitir a ideia da diversidade intrínseca ao universo cultural dos jovens. Neste prisma, subcultura surge enquanto sinónimo de desagregação ou desdobramento do termo cultura de modo a evidenciar a coexistência de múltiplos núcleos juvenis diferenciados nos seus comportamentos, valores, disposições, práticas de lazer, consumos, códigos e linguagens, modos de vestir e de se apresentar, sem que esteja aqui implícito qualquer tipo de escalonamento, gradação, ‘desvio’ normativo ou valorativo do tipo social, ou seja, um princípio de exercício de autoridade, conflitos de interesses e relações de subordinação.

Nas análises empreendidas sobre as subculturas juvenis do pós-guerra, Clarke e outros (1976: 13-16, 35) entendem, no quadro da corrente classista da juventude, que o conceito de subcultura remete para estruturas intermédias de dimensão inferior à da estrutura cultural, logo, mais circunscritas, dotadas de relativa autonomia e focalizadas em torno de matrizes valorativas, estilísticas e de actuação particulares, mediante as quais os indivíduos que comungam experiências e modos de vida idênticos exprimem a sua pertença grupal. Estes pequenos colectivos, susceptíveis de apresentar um carácter duradouro ou efémero, encontram-se inseridos no interior de uma ou mais redes da cultura abrangente da qual derivam, também designada por “parent culture” (por exemplo, a cultura da classe trabalhadora ou a da classe capitalista). Com ela perfilham atributos, como o de serem condicionadas por lugares sociais, mas dela diferenciam-se consoante apresentem configurações identitárias muito ou pouco marcadas.

O sentido estrito do conceito ‘subcultura’ juvenil enfatiza a postura de subjugação ou de resposta crítica à mesma por parte dos jovens, ou de alguns deles, frente a uma suposta cultura modal veiculada pelos adultos (corrente geracional) ou por grupos sociais hegemónicos⁴⁷ (corrente classista), da qual se distinguem e distanciam. Daí que o prefixo ‘sub’ esteja conotado com desvio, marginalidade, confronto e oposição.⁴⁸ É tendo como pano de fundo tal conotação que certos comportamentos considerados desviantes (transgressões, infracções, desacatos, etc.) se analisam como manifestações de uma dada subcultura juvenil - embora veiculadores de

⁴⁷ Baseando-se em Gramsci, Clarke (1976: 189) define hegemonia como o domínio ideológico que os indivíduos melhor posicionados socialmente detêm sobre o grosso das instituições sociais (família, escola, igreja, tribunais, etc.), procurando modelar a cultura da sociedade à sua própria imagem.

⁴⁸ Assim o entende Cashmore (1984: 17) para quem o conceito de subculturas consiste no seguinte: “ways in which young people come to terms with the social order as they understand it, and frequently they articulate a dissatisfaction with the world as it stands. That dissatisfaction may take the form of a violent critique against the whole of society (à la punk), or it may be a forceful attempt to maintain a comfortable distance from the rest of society (for example Teds)”.

poder simbólico no seu seio - e tendem a imputar-se a jovens de extractos sociais material e simbolicamente fragilizados, como os das classes operárias estudados por Cohen, muito afectados pelas discrepâncias inerentes ao sistema capitalista (Clarke e outros, 1976: 12-15, 32-57). Recorrendo ao contributo de Merton (1968: 106-109; 153-155) sobre a problemática do desvio, este decorreria do fosso entre aspirações pessoais, recursos e oportunidades.

Todavia, se à luz das teorias da reprodução, a resignação dos indivíduos perante a debilidade das respectivas condições de vida constitui uma atitude algo implícita; na óptica das teorias da resistência - intimamente associadas aos estudos da Universidade de Birmingham - as (sub)culturas juvenis representam uma reacção à ideologia (ou classe) dominante e aos mecanismos reprodutores da sociedade, com o intuito de rejeitá-los, invertê-los e, inclusive, superá-los⁴⁹.

Tal forma reactiva de dialogar com a cultura legitimada e de procurar solucionar as contradições entre os próprios modos de vida e os desfrutados pelos membros das classes privilegiadas ocorre as mais das vezes por duas vias que os jovens accionam isolada ou complementarmente: ora repescando elementos dessa cultura ‘soberana’ (valores, referências linguísticas ou visuais) renovando-os; ora rentabilizando as suas valências pessoais e débeis recursos sociais, convertendo-os em criações estéticas e lúdicas alternativas, dotadas de originalidade. “Young workingclass people experience similarly contradictory and psychological and social demands, share common problems and, crucially, perceive that commonality. On the basis of that collective perception, they work out responses (...). They combine forces to produce their own distinct attitudes, beliefs, commitments to society, their own styles, fashions, actions, their own clubs, institutions, establishments. In the process, they create what we call youth”, escreve a este propósito Cashmore (1984: 12).

Nesta medida, os signos, modas, produções artísticas, práticas lúdicas⁵⁰ e estilos eleitos por segmentos juvenis carenciados traduzem uma postura simbólica de defesa ou, antes, de “resistência” face ao poder hegemónico, consagrado e influente, dos sectores mais favorecidos da sociedade, assim como estratégias colectivas para “resolver problemas” gerados na estrutura social - desemprego ou emprego precário,

⁴⁹ Exemplo paradigmático desta visão é a obra *Resistance Through Rituals, Youth Subcultures in Post-War Britain*, editada por Hall e Jefferson (1976).

⁵⁰ As actividades de lazer surgem nesta óptica não apenas enquanto modos de preencher o tempo livre das obrigações laborais ou escolares, mas como “(...) a contested space, time for the forging of creative collective cultural resistances” (Griffin, 1993: 146).

acesso desigual à educação, entre outros constrangimentos (Wulff, 1995b: 64; Clarke e outros, 1976: 49-50; Griffin, 1993: 146-147, 204; Roberts e Parsell, 1990: 168; Caputo, 1995: 21; Pais, 1990a: 158; 1990b: 612; 1996a: 48). Posto isto, seria, como se tem vindo a referir, com base numa identidade classista em vez de geracional que de acordo com esta proposta teórica se formam e solidificam os sub-núcleos juvenis.

3.2.3 Disposições plurais e múltiplas pertenças grupais

À semelhança da corrente geracional da juventude, também a concepção classista foi submetida a um conjunto de críticas (Pais, 1990a: 159; 1996a: 50-51) sintetizáveis em três apreciações nucleares. A primeira incide sobre a estreita correlação (ou associação de causa-efeito) entre culturas juvenis e lugares sociais configurando aquelas um espelho de identidades de classe a cujo princípio, argumenta Christine Griffin (1993: 6), subjaz uma ideologia igualmente hegemónica, bem como uma lógica reprodutora amiúde desfasada da realidade. Ao pressupor que a determinados posicionamentos na estrutura da sociedade corresponde um sistema coerente de disposições como sustentava Bourdieu (1979) - coerência por Lahire (2005) questionada e desconstruída - tal assumpção tende a subvalorizar, de antemão, a partilha de uma série de valores, disposições, consumos, práticas, signos, referências, lealdades culturais, expectativas, projectos e modos de vida por parte de jovens situados em diferentes patamares sociais. Similitudes sobre as quais assentam os relacionamentos sociais interclassistas, caso daqueles gerados no meio escolar. Atesta-o o estudo realizado por Costa e outros (1990: 202-203), onde se conclui que 61,9% das sociabilidades desenvolvidas entre estudantes do ensino superior português apresentavam já há cerca de duas décadas atrás um carácter social heterogéneo.

Acresce que o conceito de culturas juvenis analisado no quadro desta corrente teórica da juventude comporta ainda a ideia de uma propensa homogeneidade intraclassista. Sem as devidas ressalvas a mesma poderá induzir o esquecimento quer da diversidade valorativa, comportamental, estética, simbólica e lúdica de inúmeros núcleos juvenis formados debaixo de um dado tecto social - em finais dos anos 60 Sedas Nunes (1968: 86) reconhecia a coexistência de várias 'juventudes burguesas' e 'operárias', para referir alguns exemplos; quer da diversidade individual patente debaixo do mesmo tecto grupal.

Por conseguinte, é o olhar sobre o jovem singular - “actor e autor do seu percurso de vida” - “por detrás e para além” dos respectivos grupos sociais e culturais de pertença (Pappámikail, 2011: 88) - que nos permite dar conta da sua pluralidade disposicional e complexidade identitária, traduzida numa eventual vinculação a mais do que uma constelação juvenil com base nas afinidades geradas por tais disposições plurais. Ilustram-no bem as redes “uniplex” a que se reporta Portes (1999a: 15-16, 111; 2000: 154). Nas incursões efectuadas por circuitos de sociabilidade distintos, os indivíduos podem, inclusive, adoptar e adaptar diferentes estilos, isto é, imagens e linguagens, ao sabor das aptidões e inclinações que as suas identidades abertas, flexíveis, compósitas, dinâmicas e processuais comportam, mantendo com os pares com quem se cruzam laços profundos ou rudimentares, regulares ou episódicos (Lahire, 2005: 14-38; Granovetter, 1973: 1361-1378; Simmel, 1955: 125-195).

Na linha do que se sublinhou aquando da reflexão em torno da problemática identitária - pessoal, social e cultural - importa lembrar que geralmente as referências, pertenças e lealdades dos indivíduos não são únicas mas diversas, não são inconciliáveis mas compatíveis e complementares, não são estáticas mas renováveis e cambiantes, apesar de algumas sobreviverem por períodos de tempo prolongados. Sobretudo, evidenciam-se e gerem-se consoante recursos, competências, cumplicidades, necessidades e valorizações que ora se alteram e alternam com o tempo, espaço, modas, aprendizagens e aquisições proporcionadas por um mundo em constante transformação, ora se manifestam de forma cumulativa.

A última apreciação permanece intimamente associada às anteriores e prende-se com o facto de uma parcela significativa das investigações levadas a cabo no âmbito da concepção classista da juventude empolar o critério social enquanto eixo de estruturação identitária em detrimento de outros que, em diversos cenários de interacção, revelam igual importância nas alianças e divórcios juvenis, ou seja na afirmação da identidade colectiva dos jovens. O género, tradicionalmente reclamado pelas correntes feministas; as pertenças ou referências culturais salientadas, entre outros, por Calvo (2011: 53-54) e Bendit (2011b: 146-147) e cuja relevância, com frequência combinada com (as)simetrias sociais, por vezes autonomiza-se delas; o sentido de lugar e os vínculos territoriais amiúde cultivados em contextos migratórios, como se constatará no caso específico de jovens portugueses em Macau; a par de experiências e vivências comuns, constituem vectores a considerar. Tal empolamento da classe social, argumenta Griffin (1993), deriva sobretudo da sobre representação,

em tais pesquisas, de colectivos juvenis do sexo masculino pertencentes aos grupos sociais mais desfavorecidos em prejuízo quer de agregados formados por raparigas, quer da chamada ‘ordinary youth’, ou seja, jovens de classe média.

A esta luz, e considerando os resultados de alguns estudos empreendidos sobre processos de “identificação” e “identização” de jovens inseridos em contextos migratórios, assim como em sociedades pautadas por forte diversidade sociocultural que apontam a interferência não despidianda de factores culturais na formação de colectivos juvenis (Reynolds, 2007: 389-395; Rastas, 2005: 147-162; Singla, 2004: 30-32; Scheibelhofer, 2007: 322-328, Wulff, 1995b: 69⁵¹) traduzindo como assinala Bendit (2011b: 147) a preferência desses indivíduos para a manutenção dos seus interfaces sociais “em contextos informais de grupos intraétnicos”, sejam eles circuitos de amizade, associações recreativas, clubes desportivos ou outros, entendemos depositar especial atenção a esta variável.

Como atrás assinalado, quando os migrantes se instalam num dado país receptor, as modalidades de integração tendem a apresentar uma feição predominantemente assimilativa ou etnicizada, não obstante se registem traços entrelaçados ou acumulados de ambos os ‘tipos’ adaptativos face a diferentes subsistemas sociais nos quais os indivíduos participam (família, escola, sociabilidades, lazeres, trabalho), assim como a sua oscilação no decurso da experiência migratória, uma vez que não se tratam de padrões imutáveis, nem mutuamente exclusivos.

Embora admitindo que, passando a ser formal e informalmente socializados na sociedade hospedeira, os jovens migrantes encontram-se numa situação algo propícia para incorporar parâmetros culturais associados a esse novo espaço e participar em “quadros locais de interacção”, não raras vezes abraçam matrizes valorativas, práticas e sociabilidades que conferem um pendor comunitarizado à sua integração. Assim ocorrendo, o endocentrismo resultará de uma opção (‘eticidade linear’) ou de uma reacção a eventuais comportamentos discriminatórios (‘eticidade reactiva’), distinção explicitada por Portes (1999a: 42-43, 106-108; 1999b: 465-466) e analisada no capítulo anterior.

No domínio das relações afectivas, essa propensão centrípeta transparece caso os jovens elejam conterrâneos para os seus circuitos de proximidade (e, tratando-se de

⁵¹ Ao estudar um pequeno grupo de adolescentes do sexo feminino com distintas pertenças culturais e a despeito do relacionamento amistoso estabelecido entre todas as raparigas, a autora conclui que a escolha da melhor amiga recaía em alguém com a mesma cultura de origem.

descendentes de migrantes, aqueles cuja cultura familiar de origem é comum), baseando tal eleição na ligação directa ou indirecta a um mesmo território, em sentimentos de pertença, padrões comportamentais e referências simbólico-valorativas como dialectos, gostos musicais, preferências estéticas, entre outros aspectos. Parâmetros que, não sendo partilhados com a população local nem por ela valorizados (ou mesmo havendo partilha, não é percebida e/ou cultivada), aguçam um sentido subjectivo de ligação ao endogrupo em matéria de autocategorização. E é com frequência no campo dos lazeres, isto é, no universo das práticas e consumos culturais arredados da “regulação moral dos comportamentos” (Pais, 1996b: 207), bem como nos ‘territórios’ seleccionados para os desenvolver - convertidos, usando os termos de Pena Pires, em “esferas próprias de interacção” (seja o bairro, o domicílio, espaços de entretenimento e convívio) - que tais fronteiras grupais, de rigidez variável, se impõem.

Na verdade, verificámo-lo num estudo exploratório sobre estudantes dos PALOP a frequentar temporariamente universidades portuguesas (não devendo confundir-se com os chamados “novos luso-africanos”⁵²), para uma parcela dos quais a esfera das amizades e dos lazeres revelou ser culturalmente estruturada (Pessoa, 2003: 106-107). Apesar da ausência objectiva de contrastes assinaláveis em termos de posicionamento social entre estes jovens, os colegas portugueses e aqueles oriundos de outros países africanos de língua oficial portuguesa que, tal como os próprios, se encontravam em Portugal com o mesmo propósito - descontinuidades susceptíveis de justificar um propenso afastamento - de acordo com os nossos interlocutores⁵³, a maioria dos estudantes parece mostrar preferência pela aproximação aos conterrâneos também presentes no país a completar um curso de nível superior, optando por ocupar os tempos livres de forma endocentrada, embora estabelecendo um relacionamento cordial e desprovido de conflito com os colegas autóctones.

É o caso de vários estudantes universitários cabo-verdianos que no seio dos seus grupos de amigos comunicam em crioulo⁵⁴ e organizam encontros frequentes em suas

⁵² A expressão “novos luso africanos” integra luso-angolanos, luso-guineenses, luso-cabo-verdianos, luso-moçambicanos, luso-santomenses - descendentes de imigrantes africanos, nascidos em Portugal.

⁵³ Este trabalho baseou-se em entrevistas semi-directivas realizadas aos Presidentes das Associações de Estudantes angolana, moçambicana e cabo-verdiana, informantes privilegiados sobre os modos de vida, os projectos e as dificuldades experimentados pelos estudantes universitários oriundos dos países que eles representam na esfera associativa.

⁵⁴ No âmbito de uma investigação sobre jovens de origem africana residentes em Portugal, Grassi (2008a: 160-162) assinala que o crioulo constitui um dos vectores centrais de identificação e agregação cultural dos inquiridos cabo-verdianos: num total 200 indivíduos interpelados, 42% afirmam usá-lo nos seus quotidianos como primeira língua e 19,5% indicam a ele recorrer em conjunto com o português.

casas, as chamadas “tocatinas”, animadas pelos ritmos e músicas populares reportados ao país de origem. País a que se sentem afectivamente ligados e ao qual a maioria manifesta a intenção de voltar depois de finalizados os estudos. Contudo, não são apenas parâmetros culturais a sustentar a agregação destes jovens, mas também de ordem social e estatutária, dada a propensão para se demarcarem de conterrâneos previamente instalados na sociedade portuguesa no âmbito da chamada migração ‘clássica’, pouco qualificada, assim como dos seus descendentes, muitos deles com nacionalidade portuguesa - ainda assim estes possuem um perfil escolar e profissional mais qualificado do que o dos progenitores, convergindo as suas aspirações com as de jovens residentes nas grandes cidades (Machado, 2007: 181-182).

Por seu turno, as investigações de Padilla (2011: 166-178) e Contador (1998: 57-83) sobre os “novos luso africanos” residentes no Vale da Amoreira e o modo como reinventam a sua “cultura das origens” indicam não haver uma reprodução intergeracional da etnicidade (mais concretamente entre pais e filhos), tendo em conta que estes jovens desenvolvem uma cultura própria, inovadora e sincrética a partir de socializações, pertenças e referências múltiplas. De facto, recriam os parâmetros culturais da sociedade de acolhimento, bem como os dos países de origem dos seus familiares, aos quais entrelaçam signos globalizados, fabricados nos centros urbanos e suburbanos norte-americanos e norte-europeus.

No entanto, na mesma linha da investigação em torno dos jovens universitários oriundos dos PALOP supramencionada, a pesquisa de Contador (1998: 62-67) revela que o domínio das sociabilidades e dos lazeres destes indivíduos tende a ser étnica ou trans-eticamente delimitado. Delimitação que gira, por exemplo, em torno da língua, designadamente de um crioulo “urbano”, da música e dança “africanas”, em suma de uma identidade “sentimental” que os distancia, em alguns casos, dos jovens portugueses cujos progenitores não têm origem nos PALOP; em outros, dos “novos luso africanos” empenhados no culto de “diferentes ficções das origens” (cabo-verdiana, angolana, moçambicana, guineense, santomense) ou que, por razões várias, consideram estranhos à “africanidade” legítima, isto é, por eles legitimada. De acordo com o sociólogo (1998: 73), as fronteiras criadas entre os vários grupos ‘étnicos’ constituem, no essencial, uma estratégia encontrada pelos jovens para fazer face aos

Com base no mesmo inquérito, parâmetros adicionais de afirmação identitária englobam ainda a música, a gastronomia e a dança.

estereótipos correntes sobre uma suposta homogeneidade “africana” absolutamente aniquiladora de diferenças inter-culturais que os próprios entendem preservar.

Oliveira (2000) e Perez (1998) identificam uma vocação igualmente centrípeta por parte de bolseiros macaenses e chineses vindos de Macau inscritos em universidades portuguesas. No estudo de Perez (1998: 200-201), 45% dos estudantes interpelados referiram dificuldades de relacionamento com os jovens locais, dadas as barreiras linguísticas e diferenças culturais entre eles erguidas, acrescentando que já em Macau eram escassos os contactos estabelecidos com os pares portugueses ali instalados. A vivência endocomunitária destes bolseiros é confirmada pelo facto de 78% falarem chinês fora do contexto escolar e a maioria integrar apenas macaenses nos seus grupos de amizade. O factor tempo, ou seja, a estadia temporária destes jovens em Portugal, a par da existência de uma clara intenção de regresso ao país de origem ou referência, parece constituir um forte motor ao endocomunitarismo. Mas não suficiente, sobretudo no que aos bolseiros vindos de Macau respeita.

As entrevistas realizadas naquele território por Margarida Duarte (1995: 33) também a jovens chineses e macaenses (residentes em Macau embora possuindo nacionalidade portuguesa, herdada por uns, adquirida por outros por via afectiva e/ou instrumental) realçam, na senda das considerações já tecidas, a quota-parte que a maior ou menor receptividade demonstrada pela população local face aos migrantes detêm no modo como estes se integram nas sociedades de acolhimento e, previamente, na tomada de decisão de para aí migrar. Com efeito, a autora dá conta da hesitação dos inquiridos perante a possibilidade de virem um dia a residir em Portugal, dado terem sentido algum racismo, antipatia e frieza por parte dos portugueses em geral e dos jovens em particular, no decurso de visitas de férias ao país. Esta representação (individual e/ou colectiva) ajudará a explicar o endocentrismo evidenciado por aqueles que acabaram por estabelecer-se ainda que por um período curto, em Portugal.

Em jeito de balanço em torno das perspectivas teóricas analisadas sobre a juventude, estamos em total acordo com José Machado Pais (1990a: 149-151; 1990b: 640; 1996a: 32-36) ao referir que tomar os jovens como objecto de reflexão implica aceitá-los simultaneamente na sua “aparente unidade” e efectiva diversidade. Como sustenta Estanque (2011: 396) o encontro de convergências e divergências intrageracionais ou intrapopulacionais depende, grosso modo, da escala e ângulo de observação adoptado, assim como do objecto de estudo sobre o qual tal análise recai.

Dito de outro modo, quando comparado com outras coortes demográficas, reconhece-se a este colectivo uma certa “convergência” de valores, práticas, consumos, símbolos, apetências e aspirações (Conde, 1990: 676-692), isto é, “semelhanças morfológicas” ou de superfície, termos de Pais (1990b: 640) - nelas baseando-se o postulado da “homogeneidade” juvenil veiculado pela corrente geracional - permitindo-nos mais e mais olhá-las enquanto fenómeno globalizado, se bem que alvo de apropriação localizada em termos sociais, culturais, espaciais. Parafraseando Simões (2002: 27-28, 34-39) “se existem práticas que sempre foram globalizadas são as juvenis, constituindo a própria globalização uma característica intrínseca das mesmas. Tanto sob a forma de produtos à escala planetária, como através de diferentes representações sobre os interesses, actividades e problemas juvenis.”

Por outro lado, quando ampliada a escala de observação, identificam-se diferentes modos - individuais e colectivos - de interiorização, transformação e exteriorização desses denominadores comuns (Bendit, 2011a: 19; Pais, 1990b: 644; Schmidt, 1990: 647; Estanque, 2011: 396-398). Todavia, como demonstrado pelas concepções teóricas da juventude que vão além da ‘corrente classista’, a diversidade juvenil extravasa o efeito de classe social, em virtude da interferência de variáveis adicionais igualmente (des)agregadoras como o género, a par das pertenças e lealdades culturais, tantas vezes duplas ou plurais no caso dos migrantes e seus descendentes.

Encontra-se, em suma, uma relativa unanimidade acerca dos atributos susceptíveis de, ao mesmo tempo, agregar e desagregar os jovens, a saber:

Participação relativa ou mesmo nula de uma parcela significativa do segmento juvenil nas estruturas produtivas e reprodutivas da sociedade (Feixa, 1993: 47; Simões, 1999: 163; Costa e outros, 1990: 20). Com efeito, a carência de autonomia efectiva e a condição de dependência (ou semi-dependência), sobretudo económica, dos jovens face aos progenitores, leva-os a recorrer regularmente ao financiamento familiar como fonte primária ou secundária para os seus gastos e consumos pessoais - como cuidar da aparência e desenvolver as suas práticas de lazer - recurso que muitas vezes persiste mesmo depois de inseridos no universo profissional e de emancipados no plano residencial (Roquero, 1997: 187; Cavalli, 1997: 182-183; Cruz e outros, 1984: 289; Pais, 1996a: 323; Schmidt, 1990: 646-660).

Sobrevalorização dos circuitos de sociabilidade no âmbito dos quais se criam e perfilham cumplicidades, códigos, linguagens e “mapas de significação” orientadores das práticas colectivamente desenvolvidas. O gregarismo informal referido por Roberts

e Parsell (1990: 175) traduz justamente essa propensão dos jovens para se reunirem com os pares, nem sempre com objectivos pré-definidos uma vez que o encontro tem à partida valor em si mesmo. Figuras constantes dos universos juvenis, as redes de amizade constituem, por isso, modelos de referência incontornáveis de matrizes comportamentais e estilísticas nas quais os jovens se reveem, operando também como agentes de socialização informal e subterrânea, assim como “instâncias relacionais de validação e reconhecimento identitário” (Pappámikail, 2011: 91). Nessa medida são considerados um dos mais importantes elementos de estruturação das identidades deste segmento populacional (Pais, 1990a: 157; 1996a: 90-94; 1996b: 204-206; Lopes, 1997: 29; Sampaio, 1995: 56; Conde, 1990: 688-690; Bendit e outros, 1994: 80; Costa e outros, 1990: 199; Schmidt, 1990: 647).

Forte vocação para o entretenimento, diversão, evasão e convívio, daí que a esfera dos lazeres configure, na sua estreita relação com o domínio das sociabilidades, um laboratório privilegiado de análise dos processos de ‘identificação’ e ‘identização’ juvenil. De acordo com Pais e outros (1994: 88) a ocupação dos tempos livres e, no seu seio, a opção por determinadas actividades lúdicas, é fortemente condicionada pelos valores identitários dos grupos em que os jovens se inserem, donde “(...) as motivações culturais serão quase sempre desenvolvidas grupalmente (...)”. Ademais, espaços e tempos de lazer proporcionam aos jovens alguma liberdade e autonomia para viverem a sua juventude longe do controlo parental, fazendo-o, como referido, entre pares (Reimer, 1995: 135; Roberts e Parsell, 1990: 175; Feixa, 1993: 58).

De entre as propostas a exercer maior atracção sobre os jovens, sobressaem os audiovisuais, há muito alvo de adesão desenfreada, com destaque para o televisionamento massivo (Schmidt, 1993: 182), a audição musical, a par da crescente e generalizada apetência pelas novas tecnologias da informação e comunicação (a *Internet*, as consolas de jogos interactivos, os telemóveis, entre outros dispositivos), enquanto forma de diversão, sociabilidade e socialização (Lopes, 2011: 243-253). No que respeita aos jovens portugueses, ainda que no cômputo geral a domesticidade persista como palco privilegiado de ocupação dos tempos livres, estes tendem a evidenciar, por comparação com os demais grupos demográficos, maior predisposição para a cultura de saída (sobretudo para o chamado lazer comercial) como a frequência de cafés, esplanadas, bares e discotecas.

Não obstante as chamadas “características duradouras” do lazer juvenil, ou seja, práticas e consumos que tendem a perdurar no tempo como distintivas da ‘juventude’,

importa lembrar, pelas suas especificidades, a ligação de uma parcela de actividades a certos perfis sociodemográficos por via de variáveis susceptíveis de (des)agregar os diversos colectivos juvenis, como as referidas por Roberts e Parsell (1990: 175) na sua pesquisa sobre jovens britânicos. Note-se, porém, que as transformações em curso tanto ao nível da estrutura social, quanto da oferta cultural e lúdica disponível, por vezes conduzem ao enfraquecimento ou alteração de determinadas correlações clássicas entre opções lúdicas e variáveis sociais. Vejamos uns quantos exemplos.

a) Divisões sexuais: amiúde retratados sem rosto, a diferenciação do segmento juvenil em termos de género sobressai na análise de tipos particulares de lazer, acusando uma propensa disposição dos rapazes e raparigas para umas poucas propostas divergentes (sublinhe-se tratar-se de uma inclinação, não de uma associação exclusiva), muito embora tais diferenças se encontrem cada vez mais esbatidas. É o caso da prática de modalidades desportivas como o futebol, assim como a frequência de casas de jogos cuja adesão tende a revelar uma expressão maioritariamente masculina, da mesma forma que a apetência para certos consumos - roupas e adereços - e a frequência de salões de beleza, não sendo um hábito restrito ao (e a todo o) colectivo feminino ainda encontra nele superior adesão.

b) Divisões de classe: mantém-se algo visível o rol de propostas e espaços de lazer marcados por clivagens sociais, porquanto o volume de capital escolar, cultural e económico possuído pelos jovens tende a interferir nas actividades empreendidas, sua diversidade e regularidade, à semelhança do que se observa para as demais coortes demográficas. Em Portugal, por exemplo, estudos sobre os índices de leitura e a adesão a manifestações culturais de carácter algo erudito (teatro, espectáculos de música clássica, jazz e ópera) denunciam uma maior disposição por parte de jovens mais instruídos e com níveis razoáveis de poder aquisitivo. O mesmo sucede com a eleição de desportos afectos a um efeito de posicionamento social (equitação, *rugby*, ténis), assim como com a aquisição de determinados *gadgets* e outros dispositivos usados pelos jovens em momentos destinados ao entretenimento.

c) Divisões etárias: para além dos efeitos de género e classe supramencionados, algumas actividades de lazer sofrem também um efeito de idade, atendendo a que os interesses, disposições, gostos e preferências dos indivíduos transformam-se ao longo do seu ciclo biográfico e, inclusive, no decurso da fase da vida a que chamamos juventude. Se com o passar do tempo uns veem incrementada ou restringida a disponibilidade financeira para abraçar práticas e consumos dispendiosos; a maioria

conhece um acréscimo de autonomia e liberdade - as saídas nocturnas, de fim-de-semana e a realização de viagens com propósitos de lazer, sozinhos ou com amigos, constituem exemplos de propostas com superior incidência no segmento juvenil adulto.

Repegando na enumeração dos traços (des)agregadores da 'juventude', aludiu-se atrás à relevância detida pelas redes de amizade e a esfera dos lazeres nas vivências juvenis. A eles junta-se o investimento numa dada imagem, visual ou estilo, por meio dos quais os jovens afirmam a sua identidade pessoal e grupal demarcando as respectivas fronteiras face a outros colectivos juvenis e à população adulta, permitindo em concomitância que terceiros os reconheçam e situem, cultural e socialmente. Neste plano destacam-se quatro componentes básicas: os dialectos e linguagens específicas usadas pelos jovens para dar conta de valores, experiências, sentimentos, disposições e, eventualmente, das culturas ou subculturas a que pertencem; a estética, isto é, a aparência, composta por indumentárias, adereços, penteados e maquilhagens, configurando, segundo Clarke (1976: 175-190), um dos mais distintivos marcadores das subculturas juvenis; a música, uma vez que em torno dela investem uma extensa parcela de tempo livre e das poupanças amealhadas; e ainda as produções culturais concretizadas para, e por, jovens, evidenciando-se sobretudo nestas últimas o seu potencial criativo e capacidade de agência.

É de registar ainda a apetência pelo consumo e novidade. Embora tratando-se de uma inclinação algo generalizada a todas as faixas etárias e quadrantes sociais, tem especial saliência nos jovens, não obstante a diversidade de padrões desenvolvidos e o acesso desigual aos mesmos (Schmidt, 1990: 647), ressalva extensível a outros parâmetros acima analisados.

Assinale-se por fim, e em complemento, a permanência dos jovens num período intercalar entre a infância e a adultez cada vez mais duradouro em virtude das transformações históricas, demográficas, institucionais, tecnológicas e sociais que atravessam as sociedades dos nossos dias afectando, por arrastamento, as trajectórias biográficas dos indivíduos e respectivas transições para a vida adulta (Bendit, 2011a: 21; Estanque, 2011: 398; Calvo, 2011: 41-44; Pais, 1994a: 11; 2000: 220-223; 2001: 65-83). Tendo como pano de fundo o actual cenário de interdependências políticas, económicas, sociais e culturais geradas pelas dinâmicas da globalização; a crescente tendência para a individualização com o correspondente enfraquecimento, sobretudo nos grandes centros urbanos, das relações de solidariedade tradicionais - comunitárias e de vizinhança; em conjunto com a profunda alteração das estruturas familiares, ora

fragmentadas por via da monoparentalidade, ora marcadas pela coabitação de membros de dois ou mais núcleos domésticos e, como assinala Segalen (1999: 221), também de gerações, multiplicam-se, pois, os factores que mais directa ou indirectamente têm concorrido para a propensa dilatação da condição juvenil e o retardamento do processo de emancipação dos jovens. Segundo Calvo (2011: 54-55), em muito tributário de três instituições, a saber, a família, o Estado e o mercado, este com um peso preponderante.

De entre esses factores, constituem exemplos a democratização do ensino e a dilatação do tempo de permanência na escola; a vulnerabilidade social decorrente de debilidades estruturais nacionais, bem como de conjunturas políticas, financeiras e económicas internacionais com repercussões à escala local; os crescentes entraves e desafios colocados pelo meio laboral (desemprego e trabalho precário por um lado, especialização e competitividade por outro); a invisibilidade ou (quase) inexistência, no caso português em particular, de políticas impulsionadoras à emancipação dos jovens, sobretudo no que respeita às esferas da habitação e emprego; entre outras condicionantes. Daí resulta o protelamento do início da vida profissional, uma desvinculação da unidade familiar primária progressivamente retardada e incompleta, a par do adiamento da constituição de um novo agregado doméstico, bem como da decisão de procriar (Calvo, 2001: 44; Pais, 2001: 74; Casal, 1997: 123-124; Cavalli, 1997: 179; Abreu, 1995: 70; Cruz e outros, 1984: 294-296).

A estes acopla-se a propagação de uma ética hedonista e a interiorização, sobretudo no seio das classes médias, de padrões valorativos que privilegiam o conforto e o bem-estar incitando os mais novos a adiar a sua inscrição no mundo adulto, mundo por muitos considerado pouco atractivo porque conotado com estabilização, incremento de responsabilidades, rotinas, sacrifícios. Para o alargamento dessa trajectória biográfica, consubstanciada no culto da juventude, colabora ainda o facto de cada vez mais jovens poderem conciliar diversão, consumo, liberdade e privacidade sem terem de deixar a casa dos pais, fruindo de condições propícias a que vivam bem a sua juventude e de algum modo a “eternizem” (Calvo, 2011: 48; Bourdieu, 1984: 145; Roberts e Parsell, 1990: 172; Cavalli, 1997: 181-183).

Acresce ainda que a conquista das diversas maturidades associadas à entrada na adultez não é mais repentina, previsível e pré-determinada, sincrónica e sequencial como vaticinava o modelo da modernidade - modelo “linear” (Pais, 2001), “de sincronização” (Ferreira, 1997), “vectorial” ou “seta do tempo” (Calvo, 2011: 40, 44-50) que deu forma, corpo e conteúdo ao conceito de juventude - nem ocorre em

consonância para todos os indivíduos. No passado, longínquo e recente, o processo de emancipação dos jovens tendia a concretizar-se num intervalo etário algo estreito, operando segundo uma ordem progressiva, quase teleológica que pressupunha a transposição encadeada, simples e sem sobressaltos de um vasto conjunto de autonomizações - término dos estudos, entrada no mercado de trabalho, contracção de matrimónio e procriação - não raras vezes assinaladas por meio de ritos de passagem pautados por particularidades classistas, como assinala Calvo (2011: 41). De acordo com este autor, se entre meados do século XIX e XX tal transposição, prematura para aqueles situados na base da pirâmide social, reflectia, as mais das vezes sem flutuações, o cumprimento predeterminado de uma trajectória de classe, amarrando os jovens às mesmas posições ocupadas pela família de origem na estrutura da sociedade, fossem elas dominantes ou subordinadas; por seu turno, as transformações socioeconómicas ocorridas no período subsequente ao segundo grande conflito mundial (atrás enunciadas) possibilitaram que percursos de mobilidade biográfica passassem a configurar, em simultâneo, percursos de mobilidade social. Tal equivale a dizer que o aumento da permeabilidade entre os separadores das diferentes fases da vida teve o seu correspondente ao nível de uma maior porosidade das fronteiras sociais.

Hoje, pelo contrário, não é mais possível olhar para o processo de transição para a idade adulta com a simplicidade, linearidade e o determinismo de outrora - seja ele classista ou meritocrático como sustenta Calvo (2011: 45-55), dado tratar-se de uma passagem (para alguns, longa paragem) dinâmica, descompassada, contingente, incerta, irregular, errática, intermitente, repleta de indefinições, retrocessos, sinuosidades, hesitações e ambiguidades. Também personalizada e “auto-referenciada”, porque fruída a diferentes ritmos e de forma peculiar por cada indivíduo em função dos recursos, competências e estratégias, assim como das oportunidades e condicionantes que pontuam a sua trajectória biográfica, não obstante a partilha de inúmeras experiências, interesses, expectativas, aspirações, problemas, inquietações e incertezas pela população juvenil nesta fase da vida intersticial que medeia a infância e a adultez (Bendit, 2011a: 24-25; Roberts e Parsell, 1990: 172-175; Cashmore, 1984; Pais, 1994a: 9-11; 1996a: 35-36, 318-332; 2000: 220-223, 2001: 9-11, 72-73; Machado, 2007: 181; Hollands, 1997: 211; Elejabeitia, 1997: 67-68; Cruz e outros, 1984: 288-303; Casal, 1997: 137-138; Roquero, 1997: 188-193; Ferreira, 1997: 113-118).

Especificando, os requisitos básicos que antes reunidos quase em simultâneo pelo mesmo jovem conduziam à aquisição de tal estatuto, fragmentam-se, desconectam-se e alcançam-se agora em momentos descoincidentes: o início de uma actividade profissional, a conjugalidade e a procriação não são forçosamente acompanhados pela autonomização residencial; e esta, quando obtida, é amiúde conjugada com o celibato prolongado.

Além do mais, nem todos os participantes na coorte demográfica reportada à juventude, que se encontram vinculados ao mesmo grupo social ou habitam num dado país ou região (caso do espaço europeu) vivem, em sincronia, os episódios conducentes à vida adulta (Simões, 1999: 163): se após concluírem o ensino secundário (ou mais cedo ainda) uns quantos jovens inserem-se nos meandros do mercado laboral, conhecem a experiência da coabitação ou matrimónio, assim como da procriação, outros só muito mais tarde viverão tais acontecimentos e outros ainda não chegarão sequer a emancipar-se por completo.

Por último, a escalada rumo à adultez tornou-se crescentemente “desritualizada” e deixou de materializar-se em transitoriedades únicas e irreversíveis (como sustentava Eisenstadt, 1964: 21). Antes passou a ser dominada pelo “princípio da reversibilidade” nos mais diversos domínios - familiar, conjugal, profissional e escolar (Calvo, 2011: 40-47; Pais, 2000: 220-223, 2001: 9-11) pautando-se por migrações biográficas com a porta de retorno sempre aberta: é o caso daqueles que, ensaiados os primeiros passos na conquista de independência socioeconómica, residencial e familiar, regressam ao lar de origem em virtude de contextos tão variados como o desemprego ou o divórcio; retomam os estudos depois de uma ou mais experiências laborais; recuperam ou renovam sociabilidades e práticas lúdicas perante a ruptura de laços conjugais, apenas para citar alguns exemplos.

Metaforicamente falando, trata-se como assinala Pais (1994a: 11; 2000: 220-223; 2001: 65-83) da “Yo-yo-isação” da transição para a condição de adulto porquanto os jovens vivem trajectórias pendulares pautadas por vaivéns entre aquela e a condição juvenil. Daí sublinhar-se a “relatividade social da juventude”, “(...) o que quer dizer que se é e não é jovem em absoluto, mas apenas em relação a certas funções sociais” (Cruz e outros, 1984: 288). Convém, porém, precisar que embora subjaza ao princípio da ‘reversibilidade’ e ‘circularidade’ das trajectórias juvenis contemporâneas o retorno dos indivíduos ao espaço social, cultural e sobretudo simbólico de onde haviam saído (Calvo, 2011: 48-51) - a juventude - mediante a retoma de práticas, consumos,

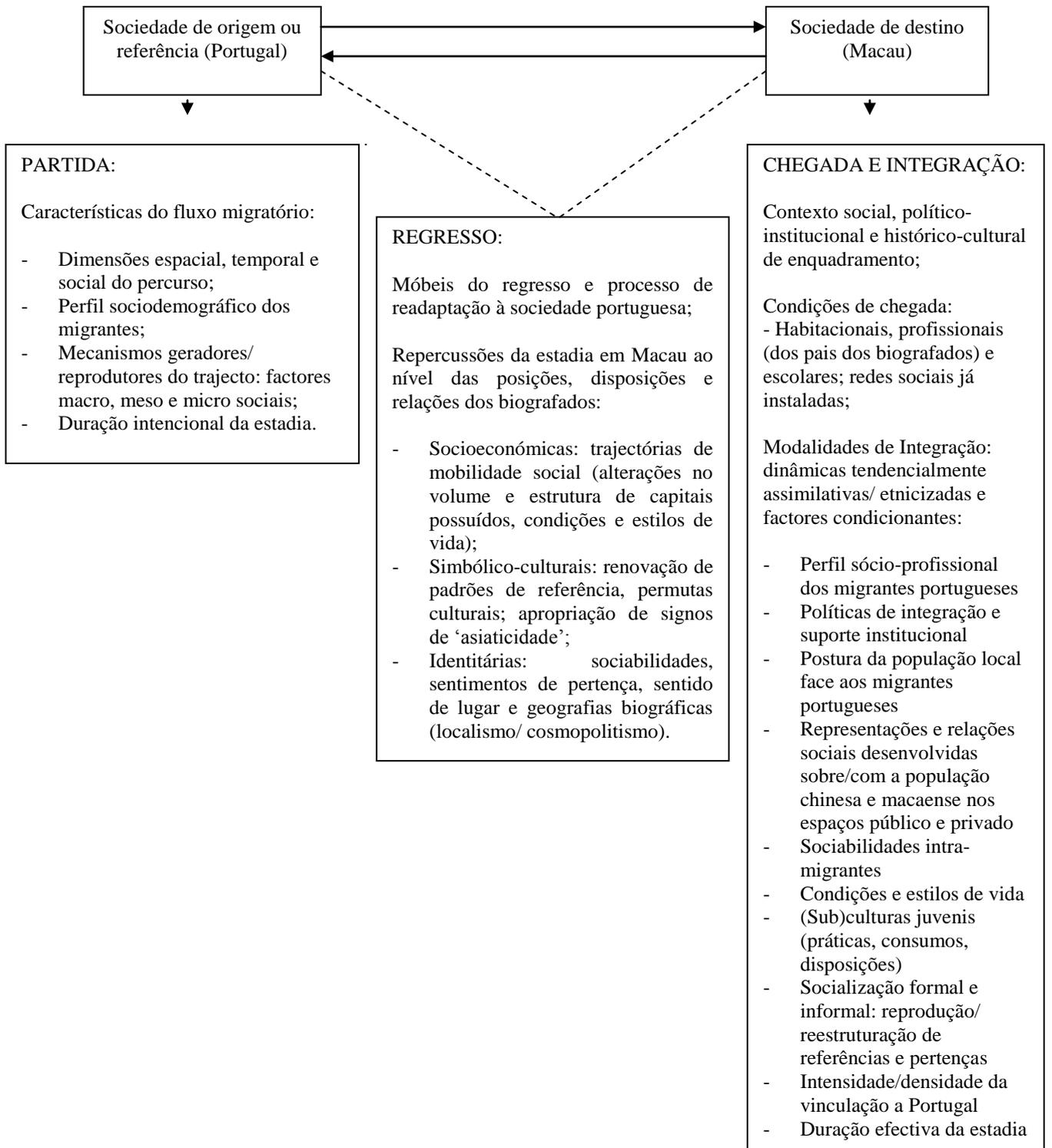
experiências e modos de vida a ele associados, em nosso entender importa enfatizar um aspecto que nos parece ocultado nesta perspectiva: tal como esse espaço, os actores sociais que a ele regressam não são mais, à chegada, idênticos ao que eram à partida.

Por conseguinte, o conceito de juventude do tempo presente reflecte em si mesmo a sua complexidade, heterogeneidade, plasticidade e “simbiose estatutária” (Conde 1996a: 181; 1990: 685, 691), isto é, um estatuto ambíguo caracterizado pela liminaridade, por uma permanência “*in between*” (Liechty, 1995: 177-179), dado conjugarem-se nessa fase intermédia da vida “manifestações identitárias juvenis” que singularizam os jovens, distinguindo-os das demais gerações, e “componentes da identidade adulta”, tornando difícil a clara demarcação das respectivas fronteiras (Conde, 1996a: 181; 1990: 685-691). Assim, não obstante a operacionalidade da delimitação do agregado juvenil num escalão de idades é necessário reconhecer que “(...) termos como identidade, juventude e o respectivo critério operativo, basicamente demográfico - a faixa etária dos 15-29 anos - não se recobrem nem se sobrepõe. (...) seria demasiado redutor fazer coincidir o conceito de identidade (...) com os limiares estabelecidos entre os momentos de entrada e de saída do processo juvenil, na medida em que, mesmo depois, podem perdurar modos de vida e sistemas valorativos juvenis”, constata Conde (1990: 676).

E na verdade perduram muito para além do limite superior daquele intervalo etário a avaliar pela perseguição feroz dos ideais de juventude por parte de uma crescente franja de adultos, os quais cada vez mais se apropriam de códigos, signos e aparências usualmente reportados aos jovens (Pais, 1990a: 155; 2000: 220), apesar de muitas das modas por estes veiculadas serem, como anota Weinstein (1995: 65), “(...) sonically, physically, and lyrically too rough for either little kids or adults”. Sublinhe-se, todavia, não ser este ‘saque’ ou mimetismo cultural, só por si, suficiente para extorquir significado ao conceito de juventude ou pôr em causa a sua existência: por um lado porque tal usurpação, quase sempre parcial, está longe de cobrir o vasto leque de expressões e simbólicas juvenis; por outro, porque o conteúdo da identidade juvenil não se esgota no plano cultural mas cruza, em paralelo, como indica a definição de Förnas que iniciou este subcapítulo, dimensões biológicas, psicológicas e sociais, assentando nessa complexa e desafiante combinação o sentido desta fase da vida.

4. Modelo de Análise

Percurso migratório de jovens portugueses para Macau



Capítulo 3

Vias metodológicas de aproximação ao objecto de estudo: os relatos de vida

“Mal envelhecemos um pouco o nosso passado transforma-se em história e a nossa história individual passa a pertencer à história”

(Augé, 1998: 34).

Não há histórias de vida iguais, nem tão pouco iguais formas de as contar. Existem, contudo, narrativas mais ou menos convergentes sobre experiências, vivências e itinerários que se assemelham ou partilham, como é o caso da participação de jovens portugueses no movimento geográfico para Macau entre o início dos anos 80 e finais da década de 90 do século XX.

Atendendo a que o projecto de investigação que nos propusemos desenvolver foi motivado pelo intento de apurar as principais características do trajecto em apreço, com destaque para o perfil sociodemográfico dos seus protagonistas e móveis da partida, em estreita articulação com a análise das respectivas condições de existência, socializações, sociabilidades, sentimentos de pertença, intercâmbios culturais, a par de percursos de mobilidade social, entre outras eventuais consequências do percurso experimentadas por jovens que o integraram, optou-se por uma abordagem metodológica de âmbito qualitativo centrada sobretudo em relatos biográficos, dado o elevado nível de detalhe, profundidade e exaustividade implicados na exposição retrospectiva (e também prospectiva) de uma vida.

De facto, as biografias comportam um acentuado potencial revelador, afirmando-se enquanto ferramenta extremamente útil para dar conta da realidade social incorporada, ou seja, individualizada, diria Bernard Lahire (2005: 14), quer por via de elementos pessoais e idiossincráticos, condições existenciais, itinerários e projectos individuais, ou seja, de traços “personalistas”, termo de Conde (1996a: 134), quer através de pertenças sociais, relacionamentos intra e inter-geracionais, vinculações culturais, marcas mais ou menos visíveis de contextos históricos, cenários políticos, processos de mudança sociocultural, permitindo situar os biografados em um dado espaço, tempo, no âmbito de uma ou mais culturas e grupos de referência. Por meio delas - e sobretudo em virtude do “contexto de descoberta” que as mesmas proporcionam - é assim possível descortinar relações de causalidade entre tais contextos, condições e pertenças, por um lado, e as práticas individuais e trajectórias de vida, por outro, evidenciando, em suma, como se jogam parâmetros estruturais e

agenciais (Feixa, 1993: 122; Bertaux, 1993a: 30; Bertaux-Wiame, 1993: 268; Digneffe, 1997: 206-210; Poirier e Raybout, 1995: 36; Ferrarotti, 1985: 33, 114; Pais, 2001: 123, Kohli, 1993: 176; Ribeiro, 1995: 133-135; Miguel, 1996: 12-49; Feixa, 1993: 122).⁵⁵

Não é demais sublinhar que os relatos de vida estão longe de representar somente indivíduos ou trajectos pessoais e atomizados. Parafraseando Lalanda (1998: 875), o “(...) universo subjectivo do actor, ou seja, as representações e os significados que confere ao mundo que o rodeia e aos acontecimentos que relata como fazendo parte da sua história [não são] um mero reflexo da individualidade desse actor, mas de um processo de socialização e de partilha de valores e práticas com outros, ou seja, resulta de uma intersubjectividade”.

No quadro das pesquisas sociológicas norte-americanas sobre movimentos de população, Alejandro Portes (1999a: 2) assinala a propensa desvalorização da voz dos indivíduos neles implicados, afirmando que “o ponto de vista do imigrante e a sua ‘definição de situação’ só raramente figuram em interpretações teóricas sobre as diversas etapas do processo de assimilação”. Em Portugal, diversos autores reconhecem a metodologia qualitativa (com destaque para a realização e análise de entrevistas), como bastante útil a um melhor entendimento de algumas vertentes da dinâmica migratória. Monteiro (1994: 55-56), por exemplo, debruçou-se sobre o estabelecimento de portugueses nos Estados Unidos, reunindo um conjunto de depoimentos de emigrantes com acentuada relevância para a apreciação dos seus padrões adaptativos. Também Peixoto (1998: 34) vê vantagem no uso de inquéritos mais aprofundados quando se trata de “conhecer as componentes causais ou consequências da migração (segundo a perspectiva dos agentes sociais): estudo das estratégias individuais (ou institucionais) de migração e formas de integração”. Sem prescindir da metodologia quantitativa, Grassi (2007: 18; 2008b: 763-766), por seu turno, alude aos benefícios da análise qualitativa para descortinar as características e o dinamismo das redes de capital social, em seu entender, dificilmente captáveis através do uso exclusivo de métodos do primeiro tipo.

⁵⁵ Para uma apreciação completa das virtualidades, mas também das limitações imputadas aos relatos de vida cf. por exemplo Muñoz (1992: 44), ou Morin (1993: 81-107) e respectivas sínteses.

1. Da unicidade à multiplicidade de narrativas biográficas

Na década de 20 do século transacto, a obra “The Polish Peasant” de Thomas y Znaniecki sobre um imigrante polaco inaugurava, nos Estados Unidos, a introdução dos relatos biográficos no seio das ciências sociais, abordagem cujo propósito inicial prendia-se com a preservação do passado de migrantes e suas histórias que corriam o risco de ser esquecidas com a instalação dos mesmos numa nova sociedade.⁵⁶ Desde então multiplicaram-se as designações propostas para ilustrar o processo de analisar a vida de alguém através de depoimentos escritos ou orais: auto-biografia, biografia, história de vida (*life history, histoire de vie*), relato biográfico (*life story, récit de vie*), biograma, contrabiografia, narrativa, testemunho, entre outros (Muñoz, 1992: 13-14; Poirier e Raybout, 1995: 19; Lalanda, 1998: 876).

O termo auto-biografia ou “relato de vida espontâneo” remete para histórias narradas e redigidas pelos biografados, geralmente sem intermediários e respectivas reflexões ou interpretações. As biografias, por sua vez, constituem narrativas estimuladas ou trabalhadas por terceiros, as mais das vezes, o investigador. Susceptíveis de apresentar-se em bruto ou sob a forma de segmentos textuais analiticamente trabalhados, tais relatos visam quase sempre ilustrar, reforçar ou corroborar uma dada interpretação científica, estabelecer o interface entre postulados teóricos e o objecto empírico, em suma “(...) situar a análise teórica numa realidade concreta” (Lalanda, 1998: 878), buscando exemplos, conexões, objectivando conceitos e categorias.

Embora frequentemente confundidos ou empregues em sentido lato como sinónimos, deve distinguir-se, num sentido estrito, as histórias dos relatos de vida uma vez que exprimem diferentes padrões biográficos. Segundo o sociólogo Norman Denzin (referido por Muñoz, 1992: 13), o primeiro consiste num estudo de caso profundo, exaustivo e detalhado da vida de um indivíduo, núcleo central da análise, cuja singularidade, relevância testemunhal, expressividade e distintividade biográfica e de perfil são de tal modo acentuados que justificam a total concentração do investigador em todos os registos capazes de auxiliar a reconstrução da sua trajectória,

⁵⁶ Jean Poirier e Raybout (1995: 12) consideram que grande parte dos projectos elaborados com base nesta ferramenta metodológica tem assumido basicamente duas orientações: a “neopopulista”, característica de muitos dos trabalhos franceses e da escola de Chicago, cujo interesse preferencial incide no estudo de minorias ou de populações excluídas (imigrantes, delinquentes) e uma outra, designada por “oral history” que se ocupa dos grupos dominantes ou privilegiados.

com particular incidência nas suas idiossincrasias, especificidades, “na originalidade do eu”, isto é, na identidade pessoal (trata-se de uma biografia única ou “completa”). Por isso, a história de vida é amiúde acoplada a outros materiais relevantes que sobre ela falem, esclarecendo-a ou complementando-a: relatos do próprio emitidos no passado, depoimentos de informantes vários (familiares, amigos, conhecidos, críticos, historiadores, etc.), fontes documentais sobre o biografado.

Por seu turno, o termo relato de vida reporta-se a relatos biográficos de menor abrangência e exaustividade, por comparação como o modelo anterior, em termos de exploração detalhada de todo o ciclo vital de um só interlocutor ou de todos os registos, pessoais ou documentais, que o revelem. As mais das vezes versa sobre diversas trajectórias biográficas, nelas distinguindo determinados momentos, acontecimentos, problemas em torno dos quais importa reflectir.

Às modalidades de narrativa referidas, Muñoz (1992: 14) acrescenta uma terceira designada por “biograma” (termo inaugurado por Abel, 1947) assente na compilação de um conjunto muito vasto de biografias, bastante mais abreviadas do que as anteriores, com propósitos comparativos. Outra designação usada é a de “estudo multicasos”, onde a busca de convergências e divergências discursivas configura um dos objectivos primordiais (Lessard-Hérbert e outros, 1994: 167-168).

Poirier e Raybout (1995: 22, 152-153) aludem ainda às contrabiografias, depoimentos de indivíduos presentes na narrativa de um dado biografado e cujo testemunho tem com principal propósito a autentificação de elementos da mesma (voltaremos a referi-las quando se discutirem os procedimentos de validação).

Em complemento, Lalanda (1998: 876) distingue a história de vida da narrativa e do testemunho por representarem, em seu entender, distintas orientações epistemológicas: a história de vida acentua o carácter autobiográfico do relato e sua abrangência, abarcando todo o ciclo vital do biografado; a narrativa não apresenta forçosamente a feição de uma autobiografia, embora o informante se pronuncie sobre a sua vida; o testemunho incide sobre o modo particular como um indivíduo viveu ou sentiu dada ocorrência.

2. Relatos de vida paralelos e cruzados

Incidindo sobre mais do que um testemunho biográfico, os relatos de vida desdobram-se, grosso modo, em dois tipos: “paralelos/acumulados” e “cruzados” (Poirier e outros, 1995: 39-40, 83-88, 153, Muñoz, 1992: 14, 52-55, 83). Os primeiros baseiam-se num conjunto de depoimentos autónomos emitidos por indivíduos que comungam um ou mais denominadores - por exemplo, serem jovens, migrantes, estudantes, profissionais de uma mesma área - pertencas estas que corporizam aquilo que em sentido lato designamos por “população”, isto é, “um agregado de unidades homogéneas sob um determinado aspecto (...)”, seja ele de carácter demográfico, cultural, profissional, estatutário, etc. (Ferrarotti, 1985: 133). A pesquisa centra-se na totalidade ou em uma só parcela das suas vidas, havendo um propósito comparativo subjacente: mediante o confronto de perfis, condições de existência, estilos de vida, socializações, disposições, representações, buscam-se (ir)regularidades inter-textuais, em função das questões de partida formuladas e das hipóteses enunciadas.

Os segundos, como o próprio nome indica, versam sobre biografias que se entrecruzam ou cruzaram por períodos de tempo consideráveis, representando uma história colectiva, proferida a “várias vozes”, em concreto, as de indivíduos associados a um grupo social de estreita dimensão e dotado de alguma uniformidade interna, no seio do qual interagem (caso de uma família ou comunidade). Nesta “polifónica” modalidade biográfica, termos de Muñoz (1992: 83), não existe necessariamente um interlocutor privilegiado mas vários depoentes a pronunciar-se sobre vivências ou ocorrências partilhadas que se pretendem estudar em profundidade. Daí dizer-se que o grupo prevalece face ao indivíduo, não obstante a relevância deste. A consagrada obra de Óscar Lewis (1970), “Los hijos de Sánchez”, sobre um agregado familiar mexicano, proletário e bastante carenciado, ao cruzar os discursos dos seus membros constitui um modelo emblemático deste tipo de narrativa.

Tanto os relatos de vida paralelos quanto os cruzados reflectem, amiúde, uma ‘memória comum’ e, no seu interior, uma ou mais memórias ‘colectivas’ que se visa preservar. Idalina Conde (1994: 64) distingue-as, considerando que a primeira “(...) releva da partilha de traços básicos de vida em certos quadros sociais e contextuais; nos *recits* virá restituída por temas ou conteúdos que descritivamente se referem a valores, práticas e modos de vida específicos. Mas para a memória colectiva já concorre sobretudo o envolvimento de indivíduos implicados em redes de interacção

com protagonistas próprios (...), pelo que no seio de uma mesma memória comum se podem configurar várias memórias colectivas possíveis em função das jurisdições de diferentes grupos ou círculos de referência. A existência, pois, de uma memória comum, embora “previamente” condição necessária, não parece suficiente em si para a assumpção de uma ou mais memórias colectivas ainda activas no seu interior”. Na linha de Conde, Leccardi (1997: 76-77) destaca como principal característica da memória colectiva o facto de ser uma forma de “história vivida”, humanizada, que os relatos objectivam e subjectivam em simultâneo, e cujos limites temporais coincidem com a biografia do núcleo social que a sustenta. Daí considerar que “o passado não é silencioso nem opaco. Vive através de nomes, caras, e acontecimentos os quais geram uma emoção inequívoca no grupo.” Por outras palavras, a memória colectiva pressupõe um grupo no seio do qual os seus membros transportam para o presente - sob a forma de representações partilhadas - ocorrências, experiências, cumplicidades, sentimentos, entre outros elementos vividos, seleccionando aqueles que pretendem ver lembrados. É a memória colectiva, designadamente o seu conteúdo material, simbólico e afectivo, que permite a valorização da identidade grupal no presente, bem como a sua continuidade no futuro, conferindo um sentido a essa mesma sobrevivência identitária e favorecendo a coesão social daqueles que nela se reconhecem.

A faculdade inerente aos relatos de vida para interligar passado e presente é enfatizada por Bertaux-Wiame (1993: 275) ao afirmar que “Contar uma história de vida não é só falar ou recordar; é um acto, um encontro com a realidade. Se este encontro parece limitar-se a um relato do passado, de facto está orientado para o presente de duas maneiras: em primeiro lugar, reconstrói o significado do passado do ponto de vista presente; em segundo lugar, e de maneira mais profunda, proporciona um significado ao passado com vista a conceder sentido ao presente, à vida actual desta pessoa.” Complementaríamos esta perspectiva nela incluindo o futuro, porquanto também ele, através de expectativas e projectos, interfere no modo como os indivíduos compreendem e avaliam as suas vivências, anteriores e actuais, ao mesmo tempo que é também essa interpretação que confere uma orientação às trajectórias subsequentes.

Assim sendo, no que respeita à investigação aqui apresentada, entendeu-se reunir, numa fase inicial, relatos de vida “acumulados/paralelos” de jovens integrados no contingente de migrantes portugueses que ao longo das duas décadas em estudo se instalaram em Macau, apesar de não pertencerem ao mesmo agregado familiar ou circuito de sociabilidade. Procedeu-se, com base neles, a uma análise intrabiográfica de

forma a apurar quer o contexto pessoal das narrativas naquilo que apresentam de singular, único, original, irreduzível ou “morfogénico” - conceito do psicólogo Allport (1962, referido por Muñoz, 1992: 42) - quer as representações construídas pelos biografados sobre o seu percurso de vida, com destaque para o segmento correspondente à estadia no sudeste asiático. Pretendia-se descobrir ‘o Macau’ de cada jovem aos mais diversos níveis e descortinar as repercussões da experiência migratória nas suas trajectórias individuais, bem como o sentido ou significado por eles outorgado a essa mesma experiência, dotando-a de coerência (Miguel, 1996: 39, 47; Ribeiro, 1995: 133; Bardin, 1991: 41; Pais, 2001: 107, 125). Como refere Jesús Miguel (1996: 138): “Diferentes pessoas de uma mesma comunidade podem registar, descrever e julgar acontecimentos idênticos e questões de forma particular, pois percebem, seleccionam e constataam os mesmos factos de modo distinto.”

Em complemento, efectuaram-se comparações interbiográficas em torno do perfil dos biografados, a par das múltiplas dimensões afectas à estadia em Macau buscando eventuais regularidades no que respeita a razões da partida, padrões adaptativos, processos de socialização, relações interpessoais e grupais, condições e estilos de vida, práticas e consumos juvenis, representações sociais, trajectórias de classe, contágios culturais, reconfigurações identitárias, entre outras.

A alusão persistente, por parte dos biografados, a amigos e conhecidos que com (e como) eles viveram em Macau impeliu-nos, numa fase subsequente, a realizar relatos cruzados, à semelhança do sugerido por autores como Poirier e Raybaut (1995: 37-42), Bertaux e Bertaux-Wiame (1993: 238) e Conde (1993: 207-208) uma vez que, citando a última, “ampliam o quadro de inteligibilidade da biografia”, permitem complementar e validar as narrativas individuais, evidenciando “o que cada *récit* tem de imaginário e factual, de projecção «autobiográfica» e de efeitos de «biografia social»”. Ademais, os relatos de vida cruzados possibilitam a “«verificação interna e externa» por via de quatro operações básicas: «horizontal», com recurso a «contra biografias» de outros depoentes; «vertical», submetendo o sujeito à interpelação do mesmo evento/tema depois de certo período, assim como a relançamentos diversamente focalizados na narração; «circular», tentando ver reformulações de temas/problemas junto do indivíduo e dos seus outros no âmbito de um novo questionamento; «oblíqua», pela colheita de informações e confirmações a partir de outras fontes julgadas pertinentes”, acrescenta Conde (1993: 207-208) baseando-se em Poirier e Clapier-Valladon (1980, 1983, 1984).

3. Selecção e composição do grupo empírico

Os primeiros contactos estabelecidos com os jovens biografados ocorreram no ano lectivo de 1999/2000, aquando da transferência de poderes de Macau para a China, processo que decretou o regresso a Portugal de uma expressiva parcela da população portuguesa ali instalada - não obstante, alguns optaram por ficar, outros regressaram ao território ao fim de uns anos e houve ainda quem o tivesse adoptado como sociedade de acolhimento já depois de instituída a Região Administrativa e Especial de Macau (RAEM), ali permanecendo no presente - em 2001, os naturais de Portugal representavam 0,4% da população total (cf. www.dsec.gov.mo).

O potencial heurístico dos relatos de vida recolhidos, bem como a multiplicidade de linhas de investigação que os atravessa, motivou-nos a desenvolver e aprofundar a pesquisa no âmbito do projecto de doutoramento iniciado em 2005/2006, assumindo uma perspectiva analítica longitudinal e processual das narrativas, com vista a dar conta de um conjunto de dimensões das trajectórias biográficas dos jovens e sua eventual transformação no espaço e no tempo. Tal perspectiva mostrou-se tão necessária quanto incontornável, entre vários aspectos, face ao propósito de responder adequadamente ao estudo das repercussões da estadia em Macau nas trajectórias pessoais e sociais dos jovens abordados. Repercussões que, como se veio a verificar, ou não eram ainda totalmente perceptíveis quando os jovens regressaram a Portugal, ou mesmo sendo evidentes requeriam uma avaliação atenta da sua consistência e durabilidade perante o conjunto de outras tantas experiências vividas e disposições adquiridas pelos biografados depois de reinstalados no país.

No que concerne à aproximação aos depoentes, socorremo-nos, para o efeito, de intermediários, jovens e adultos, vinculados a distintos circuitos de sociabilidade formados por portugueses que viveram em Macau, procurando alargar e diversificar tanto quanto possível o patamar inicial de contactos de forma a obviar a concentração das entrevistas em uma só rede de conhecimentos. Elaborada uma listagem de mais de meia centena de indivíduos situados no escalão etário dos quinze aos trinta e dois anos, procedeu-se à abordagem aleatória, por via telefónica, de jovens integrados no movimento geográfico em estudo, com vista à sua possível inclusão na pesquisa.

Pré-estabeleceu-se como requisito básico para a selecção dos entrevistados o facto de terem integrado o fluxo Portugal-Macau nos anos 80 e 90, bem como residido no território por um período mínimo de três anos, acautelando ainda a diferenciação de

perfis consoante o género; a idade; o ano da partida, de modo a contemplar jovens que passaram por Macau em fases distintas no âmbito do arco temporal determinado; a par do tempo de permanência no território, sendo que este ciclo migratório cobriu quase na íntegra a vida de alguns (até à data das entrevistas), de outros, tão só um pequeno segmento. Visava-se, assim, assegurar que o perfil sociodemográfico dos biografados cobria uma variedade considerável de parâmetros analíticos.

Efectuada a primeira sequência de entrevistas, realizou-se uma segunda série a partir da chamada amostragem em “bola de neve”, mediante a qual os entrevistados sugerem uns quantos depoentes que, por sua vez, referem outros tantos e assim sucessivamente (Almeida e Pinto, 1976: 113). Trata-se de um instrumento profícuo perante a impossibilidade de listar a totalidade dos elementos da população que se pretende conhecer (Carmo e Ferreira, 1998: 198) e/ou quando a mesma apresenta um leque considerável de similitudes, como sucede com o colectivo de portugueses que integrou o movimento migratório em análise. Duplamente relevantes, estas narrativas forneceram dados empíricos adicionais e complementares no que às hipóteses de trabalho colocadas e aos vectores analíticos delineados diz respeito, tendo contribuído também para o esclarecimento e a autenticação do material até então recolhido.

A cifra de relatos compilados foi determinada por dois critérios essenciais: desde logo, pela sua adequação aos objectivos da investigação e, em simultâneo, pela chamada ‘saturação informativa dos casos’ que serviu igualmente como estratégia de validação científica da pesquisa, questão sobre a qual nos debruçaremos adiante. Sugerido por diversos autores (Conde, 1993: 206; 1994: 64; Bertaux, 1993a: 27, 1993b: 156-159; Digneffe, 1997: 214; Ruquoy, 1997: 103-104), este processo assenta na reunião cumulativa de narrativas de indivíduos reportados a um dado agregado (demográfico, profissional, social, cultural) que se dá por concluída quando ao fim de um número razoável de entrevistas um novo testemunho pouco ou nada acrescenta aos anteriores. Dito de outro modo, a lógica de saturação atinge-se - e a inquirição termina - no momento em que se esgota a exploração discursiva de determinados temas ou abordagens de uma mesma experiência, acontecimento ou problema e/ou se evidencia um conjunto significativo de vectores constantes e convergentes nos relatos preferidos, pelo que a adição de novos torna-se repetitiva e redundante.

Exemplo paradigmático do uso deste dispositivo metodológico é o trabalho de Daniel Bertaux e Isabelle Bertaux-Wiame (1993: 249) sobre o grupo socioprofissional dos padeiros. Realizadas cerca de quinze entrevistas, os autores concluíram o seguinte:

“(...) cada nova história de vida confirmava o que a precedente nos havia mostrado. Uma e outra vez estávamos a recolher a mesma história sobre as origens dos pobres, frequentemente rurais, (...) acerca das deslocações do campo para a cidade (...). O que estava ocorrendo era um processo de saturação: nele se baseia a validade dos nossos pressupostos sociológicos (...)”. E mais à frente complementam: “Uma única história de vida permanece isolada, e seria arriscado generalizar com base nessa única história, a partir do momento em que uma segunda história de vida pode contradizer imediatamente as generalizações prematuras. Mas várias histórias de vida, tomadas do mesmo conjunto de relações sócio-estruturais, apoiam-se umas às outras e constroem, todas juntas, um corpo sólido de evidências.”⁵⁷

Sublinhe-se, no entanto, que “a saturação temática” tende a alcançar-se com maior celeridade - dispensando, por consequência, um somatório avultado de depoentes - quanto menor for a diversidade interna da população de referência; caso esta se caracterize por particularidades muito evidentes; ou ainda quando as suas práticas apresentam uma feição regular ou ritualizada, como assinalam Conde (1993: 206) e Ruquoy (1997: 104).

Nesta medida, convergimos com o último autor (1997: 103) na sua defesa de que o princípio da representatividade estatística não é, amiúde, relevante nas investigações de carácter qualitativo. Perspectiva idêntica é partilhada por Pais (2001: 109-110) ao explicitar os procedimentos metodológicos adoptados na pesquisa sobre jovens e o trabalho precário: “Cada vida foi considerada um caso, um caso de vida. Os estudos de casos, como acontece com as demais metodologias qualitativas, orientam-se por uma epistemologia interpretativa. Ao estudar-se um caso, o objectivo não é o de representar o mundo; basta a representação do caso. Aliás, um caso não pode representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se reflectir.” A ausência de representatividade estatística é, assim, compensada com o aprofundamento da realidade estudada e um substancial reforço analítico e interpretativo (Fornäs, 1995: 8). Neste sentido Machado Pais conclui acerca da aptidão dos casos analisados para ilustrar a problemática em apreço.

A abordagem do sociólogo vai precisamente ao encontro do que aqui se sustenta, uma vez que o desenvolvimento deste trabalho foi menos motivado por pretensões de

⁵⁷ Não obstante, pode também contemplar-se um testemunho central e informantes suplementares cuja importância reside na legitimação da informação proferida pelo biografado, ou no seu complemento com novos dados e apreciações.

generalização - no sentido de propor uma teoria nomotética, entendendo-se esta como uma “lei geral, aplicável a todos os elementos ou indivíduos pertencentes à categoria regida por essa lei” (Lessard-Hérbert e outros, 1994: 98) - do que de significação, tendo em conta quer a importância intrínseca das narrativas na ilustração de cada trajectória de vida, quer a sua eventual transferibilidade, traduzida pela capacidade de realçar um conjunto de vivências, experiências, sentimentos, onde outros jovens inseridos no mesmo ou em contextos migratórios similares se reveem.

A par da “saturação informativa dos casos”, servimo-nos de duas vias suplementares para garantir a consistência da validação deste procedimento metodológico alicerçado em depoimentos biográficos. Em primeiro lugar, recorreu-se a “contrabiografias”, caracterizadas pela busca de “casos negativos” como lhe chama Lindesmith (1947) que consiste, no quadro da pesquisa biográfica, em tentativas deliberadas de questionar, refutar ou infirmar, por meio de novos testemunhos, as relações causais detectadas nos relatos já compilados e, com base nelas, o modelo analítico proposto⁵⁸. Não se verificando essa infirmação considera-se que a validade do mesmo fica, assim, assegurada (Bertaux e Bertaux-Wiame, 1993: 248-250; Bertaux, 1993b; 159; Digneffe, 1997: 213, Lessard-Hérbert e outros, 1994: 73, 137).

Numa fase mais avançada, submeteram-se os resultados provisórios da pesquisa a uma discussão ‘multivocal’ ou “hermenêutica colectiva” (termo de Oevermann, referido por Pais, 2001: 122) na qual participaram biografados a par de outros jovens que viveram em Macau com vista a validar as inferências enunciadas, como ainda a objectivar e controlar empiricamente todo o processo colectivo (Muñoz, 1992: 83). Este instrumento de legitimação, também denominado por “validade de significância”, foi usado por autores como Jaume Botey (1981) na obra intitulada “Cinquanta-quatre relats d’immigración”, baseada em entrevistas cruzadas a vizinhos de um bairro (cf. Lessard-Hérbert e outros, 1994: 77). Neste contexto, estimulou-se o confronto de factos e representações, o esclarecimento de imprecisões ou incongruências, bem como a introdução de novos elementos aptos a favorecer uma melhor e mais abrangente compreensão da realidade em estudo (Muñoz, 1992: 67; Maroy, 1997: 154).

⁵⁸ Esta tentativa de falseamento/confirmação é apelidada de “método de discernimento” por Lazarsfeld (cf. Muñoz 1992: 35, 55).

4. Condições das entrevistas, estrutura do guião e tratamento da informação

Tanto a escolha dos contextos de interacção para a realização das entrevistas, quanto a postura adoptada ao longo do interface com os biografados, traduziram-se na busca de um doseamento equilibrado entre o distanciamento necessário a uma auscultação o mais objectiva possível e uma abordagem empática indispensável à livre e espontânea expressão dos jovens, no âmbito dos objectivos traçados⁵⁹. Assim o exigia o propósito da investigação, sendo que se tratava de envolver os interlocutores nessa complexa e reflexiva investida de reconstruir vivências e factos passados, verbalizar emoções e sentimentos, compartilhar ideias e representações⁶⁰. De contar a vida, em suma, com o que de mais banal ou excepcional, público ou privado, partilhado ou singular ela tem.

Desenvolveu-se uma orientação “*emic*” na aproximação ao objecto de estudo, conferindo atenção à subjectividade dos biografados, ou seja, às imagens por eles reveladas sobre si, os outros e a realidade circundante, a par do significado às mesmas outorgado, bem como aos contextos sociais em que tais sentidos são produzidos, na senda da lógica interpretativa proporcionada por uma hermenêutica do dito (Poirier e Raybaut, 1995: 148) ou “hermenêutica da vida” (Miguel, 1996: 72)⁶¹. Por conseguinte, adoptou-se um formato de entrevista flexível, aberto, isto é, semi-estruturado, desprovido de acentuada directividade - alinhamos com Conde (1993: 218) na defesa de que esta tende a variar no sentido inverso da espontaneidade, extensão e profundidade obtidas. Tratou-se de utilizar o guião “«com uma geometria variável», numa ordem ou noutra, segundo o andamento natural dos locutores”, como anota

⁵⁹ Alguns dos encontros decorreram no Jardim das Oliveiras do Centro Cultural de Belém, na Fundação Calouste Gulbenkian e no Museu de Arte Antiga, outros, por sugestão dos entrevistados, no seu domicílio. A discussão colectiva realizou-se em casa do investigador por questões logísticas. Antes de iniciada a inquirição, foram explicitados os objectivos genéricos da pesquisa e o âmbito em que a mesma se desenvolvia, bem como clarificados os procedimentos metodológicos usados na recolha e tratamento da informação. A duração dos encontros oscilou entre as quatro e as oito horas, repartidas, na maior parte dos casos, em mais do que um contacto com os jovens em contextos informais, facto que permitiu completar e esclarecer os primeiros depoimentos, auxiliando, assim, a sua supervisão, a par do relativo acompanhamento do curso das suas trajectórias de vida. Todas as entrevistas foram registadas em gravação, transcritas integralmente no formato original, nelas salvaguardando-se as gírias, incorrecções lexicais e de sintaxe, as repetições, pausas, cadências e entoações. Contabilizando também os reencontros somaram-se mais de 80 horas de relatos. Por motivos deontológicos assegurou-se o anonimato dos biografados, facto que resultou na substituição dos seus nomes por outros na dissertação.

⁶⁰ Conde (1993: 214) sustenta que nos relatos de vida devem incluir-se “dois eixos ou enfoques” - um relativo à “factualidade dos acontecimentos que decorrem numa vida e outro relativo às simbólicas (representações, valores; imagens, orientações e projecções).”

⁶¹ Cf. Pais, 1986: 22-32; Ruquoy, 1997: 91; Bertaux, 1993b: 149; Gagnon, 1993a: 40; 1993b: 189, 193; Poirier e Raybaut, 1995: 79; Lessard-Hérbert e outros, 1994: 32-45; Quivy e Campenhoudt, 1992: 100.

Hiernaux (1997: 169-170), respeitando quer a respectiva estrutura e organização discursiva, quer os tempos de recordação e reflexão sobre as questões lançadas. Exerceu-se, quando necessário, uma função de orientação e controlo de modo a evitar a dispersão excessiva, ora repartindo com os jovens a iniciativa de abordar os temas previstos no guião, ora solicitando o aprofundamento de intervenções superficiais e pouco esclarecedoras (Poirier e Raybaut, 1995: 11-24, 98; Ruquoy, 1997: 93-95; Digneffe, 1997: 217). Seguimos, por isso, Conde (1994: 60) quando sugere que “(...) a interlocução biográfica deve primeiro deixar a memória correr livremente ao sabor do que quer e pode lembrar para, depois, confrontando-a também com as suas próprias imagens, procurar fazer falar os silêncios, fornecendo-lhe de empréstimo pontos de ancoragem susceptíveis de preencher mais densamente uma rememoração lacunar”.

Construído com base no corpo teórico atrás exposto e analisado, em conjunto com o resultado das conversas exploratórias estabelecidas com jovens que viveram em Macau, o guião das entrevistas integrou, numa parte introdutória, breves perguntas de caracterização fundamentais para traçar o perfil sociodemográfico dos biografados (idade; estado civil; habilitações literárias, ocupação, estatuto profissional dos próprios e seus progenitores; local de residência - presente e o anterior à instalação no território chinês nos casos em que a mudança ocorreu depois do regresso), etc.⁶²

Além destas, contemplou-se uma bateria alargada de questões ‘âncora’, termos de Conde (1994), agregadas numa sequência temporal composta por uma tríade de marcos cronológicos da trajectória biográfica dos jovens: um primeiro relativo à fase da vida que antecedeu a partida para Macau; um outro centrado na estadia no meio de acolhimento; e um terceiro demarcado pelo regresso a Portugal. Parte substancial da pesquisa privilegiou intencionalmente o segmento de vida gozado no sudeste asiático, dado o propósito basilar de reconstruir os principais contornos da deslocação e do estabelecimento dos jovens em Macau, bem como de averiguar em que medida e de que modo o ensaio migratório colaborou para a reestruturação das suas pertenças e referências identitárias - neste sentido trata-se de “entrevistas centradas num tema”

⁶² Quando partimos para a realização de entrevistas “teste” transportávamos um guião ainda embrionário constituído por questões suscitadas quer em interfaces informais com jovens e adultos que participaram no fluxo para Macau, quer no âmbito de consultas bibliográficas sobre a presença secular de portugueses no sudeste asiático, assim como outras experiências migracionais. Sem comportarem a profundidade e exaustividade mais tarde adquirida, estes encontros permitiram aferir acerca da compreensão e pertinência das perguntas colocadas; estabelecer indutivamente os eixos fundamentais de análise; e ainda adicionar elementos atípicos e situações imprevistas inicialmente secundarizadas, mas que resultaram em problemas centrais da pesquisa, indo ao encontro do defendido por Lalanda (1998: 882), Digneffe (1997: 212), Ruquoy (1997: 97), Maroy (1997: 117, 121) e Almeida e Pinto (1990: 62-68) ao realçarem o trabalho de terreno como o mais inspirador e profícuo à exploração e formulação de novas hipóteses.

algo circunscritas a uma experiência ou vivência específica (Ferrarotti, 1985: 108-109; Poirier e Raybaut, 1995: 47).

Ainda assim, recuo e avanço espaço-temporal, tomando Macau por referência, contribuíram para melhor contextualizar o itinerário geográfico, social e cultural; determinar a sua relevância no seio das biografias analisadas, com base numa perspectiva longitudinal; e apurar as características dominantes dos que adoptaram aquele destino migratório, auxiliando-nos a localizar os jovens nos respectivos lugares de classe, a sinalizar indicadores de condições e estilos de vida, a par de indícios de possíveis trajectórias de mobilidade social associadas à permanência no território. Também a identificar a configuração e amplitude dos seus mapas vivenciais ao nível de pertenças culturais, sociais, sociabilísticas, em conjunto com prováveis alterações das mesmas enquanto habitavam na China e após regressarem a Portugal. Ademais, partíamos do princípio de que tais variáveis condicionariam o modo com os jovens reconstruíram e interpretaram a sua passagem por Macau, convergindo com a afirmação de Machado Pais (2001: 93), baseando-se em Schutz, de que “não existem experiências isoladas”, tendo estas de ser compreendidas, interpretadas, no âmbito dos contextos que as enquadram e dinamizam. Estamos, pois, em pleno acordo com o autor quando acrescenta que “(...) qualquer experiência recebe o seu significado de experiências passadas que conduzem a experiências presentes. Ou seja, não conseguiríamos experienciar a vida da forma que a experienciamos se não tivéssemos tido as experiências que tivemos.”

Quanto ao tratamento da informação, os relatos de vida foram alvo de uma análise de conteúdo do tipo temático-categorial, suportada por um leque abrangente de categorias (a par das respectivas dimensões, variáveis e indicadores) seleccionadas dedutivamente a partir do corpo teórico e problemática formulados; e indutivamente, com base nos achados empíricos, estabelecendo-se, por isso, uma estreita relação entre teoria e empiria (Thomson e Taylor, 2005: 339; Munõz, 1992: 52-53).⁶³ Este processo implicou um exercício de fragmentação dos conteúdos de cada narrativa, seguido de reorganização e sistematização temática, ou “técnica de *bricolage*” - expressão de Pais (2001: 102-105) - em função do esquema categorial delineado. Daí resultou uma

⁶³ Sobre a análise de conteúdo cf. Lessard-Hérbert e outros (1994: 120), Vala (1990: 101-128), Bardin (1991, 105-106), Ghiglione e Matalon (1993: 197-251), Munõz (1992: 52-53). Embora no arranque da investigação se tenha ponderado a possibilidade de proceder a uma análise tipológica das biografias, materializada na sua des(agregação) em distintos padrões - de perfis sociodemográficos, modos de integração em Macau e consequências da estadia -, concluiu-se, como se verá adiante, não serem as diferenças encontradas suficientemente expressivas para efectuar tal agrupamento.

composição analítica e interpretativa renovada e operacional susceptível de facilitar a inteligibilidade intrabiográfica - apreciação vertical; bem como a comparação interbiográfica - apreciação horizontal (Ghiglione e Matalon, 1993: 245). Capaz de conferir, em concomitância, coerência às trajectórias biográficas mediante a descoberta de relações e correlações entre “pedaços de vida”, entre o que se mostra e o que se esconde, entre continuidades e rupturas (Pais, 2001: 102-105).

A par da análise do que se relatou, isto é, do conteúdo dos discursos verbais - decomposto, na presente exposição, sob a forma de segmentos textuais ilustrativos das inferências retiradas por via de um mecanismo de exemplificação - não fomos indiferentes ao modo como se relatou, igualmente sugestivo na abordagem biográfica (Miguel, 1996: 65). Assim sendo, ponderaram-se também os “discursos silenciosos” (Poirier e Raybaut, 1995: 16-18), “códigos apresentativos” (Fiske, 2001: 95) e toda a “armadura simbólica” (termos de Goffman, 1993: 75)⁶⁴ accionada pelos indivíduos no acto comunicativo, a saber: expressões faciais, gestualidade, entoações ou inflexões da voz, ênfases, insinuações, hesitações, dissimulações, omissões, afirmações espontâneas (Cicourel, 1970: 93; Spink, 2002: 130; Poirier e Raybaut, 1995: 55; Eco, 1989: 8; Pais, 2001: 109; Lalanda, 1998: 871; Miguel, 1996: 12, 14, 65). Situávamo-nos, então, na linha de Ferrarotti (1985: 97) para quem “(...) o entrevistador não só ouve o que o entrevistado diz, como, além disso, vê como diz, capta a atmosfera da relação, as dificuldades do fluxo de comunicação, anota as contradições manifestadas, descobre os sentimentos e opiniões, verdadeiros e íntimos, que se escondem por trás de atitudes e sentimentos assumidos apenas exteriormente e para o público”, dando conta, em suma, da “capacidade expressiva” do interlocutor (Conde, 1994: 42).

Visou-se, desta forma, que a análise de conteúdo cumprisse duas elementares funções: heurística, de descoberta e exploração de novas questões e “redes causais”, por exemplo, entre características demográficas, vinculações socioculturais e duração da estadia, na sua relação com os modos de integração, representações sociais e permutas culturais; assim como de “administração de prova” segundo a qual, por meio da análise sistemática do material empírico recolhido à luz de um modelo teórico preciso, se confirmariam ou infirmariam as hipóteses de investigação adiante trabalhadas, retirando-se as correspondentes deduções lógicas ou inferências (Lessard-Hérbert e outros 1994: 120; Bardin, 1991: 30).

⁶⁴ O autor distingue (1993: 12, 15, 67, 75) as expressões “transmitidas” (símbolos verbais intencionais) das “emitidas” (toda a acção significativa, geralmente não verbal e não intencional).

5. A triangulação da pesquisa

“(…) A unidimensionalidade do pensamento não é adequada para compreender a polidimensionalidade da vivência” (Maffesoli, 1987: 168), nem a unidimensionalidade metodológica capaz de abranger a pluridimensionalidade de um percurso de vida, acrescentaríamos. Tendo estes pressupostos presentes, optou-se por desenvolver uma “pesquisa sincrética” e “multivocal”, termos de Canevacci (1996: 42), apesar da centralidade detida pela narrativa biográfica na presente investigação enquanto veículo primordial de recolha da informação e de aproximação ao objecto de estudo.

Dito de outro modo, “triangularam-se” os relatos orais dos jovens com depoimentos de informantes-chave, indivíduos que à semelhança dos biografados possuem um grau de conhecimento considerável sobre a temática em apreço, mostrando-se aptos e disponíveis a precisar e complementar as questões levantadas ao longo da investigação. É o caso dos progenitores de uns quantos biografados; professores que leccionaram em Macau, a par de outros profissionais cujas funções laborais foram ali exercidas; jovens e adultos portugueses ainda residentes no território aquando da nossa deslocação ao mesmo; jovens jornalistas chineses vinculados à Rádio Macau à data da visita àquela instituição; e funcionários de alguns organismos públicos locais como a Direcção de Serviços Estatísticos.

Complementaram-se esses dados com a consulta de publicações científicas, imprensa especializada, documentos oficiais, designadamente estatísticos, e “material biográfico secundário” (Ribeiro, 1995: 130; Kohli, 1993: 174) associado à permanência dos jovens na sociedade de acolhimento. Um manancial extremamente autorevelador de testemunhos pessoais e/ou familiares acerca deste segmento biográfico, parte dele ainda hoje investido de enorme carga afectiva. Vídeos, fotografias, trabalhos escolares, poemas, cartas, cadernos de aulas elementares de cantonês, um sem número de bens pessoais trazidos de Macau e de locais vizinhos, muitos deles repositórios de histórias e memórias - indumentárias, adereços, mobiliário, objectos decorativos entre outros elementos simbólicos - conjugados com textos e comentários sobre o território exibidos em blogs e redes sociais como o Facebook, constituem exemplos de fontes escritas e visuais examinadas no decurso da pesquisa (embora sem a profundidade e sistematização depositadas nas entrevistas), que permitiram cruzar e confrontar instrumentos de trabalho.

A investigação incluiu também trabalho de campo desenvolvido em Portugal uma vez que a totalidade dos biografados já havia regressado ao país quando entrevistados. Através de alguns dos contactos estabelecidos, integrámo-nos em redes sociais formadas (não exclusivamente) por jovens portugueses que viveram em Macau, daí resultando a possibilidade de participar informalmente numa série de encontros promovidos por e para quem passou pelo território. Tal proximidade levou-nos a submergir mais e mais nos seus quotidianos, estilos de vida, disposições, representações e a melhor apurar quer as marcas deixadas por Macau nas respectivas biografias, quer o modo como no presente se manifestam.

Por último, mas não menos importante, estivemos cerca de trinta dias em Macau, local onde a experiência migratória em análise decorreu. No âmbito dos limites temporais da estadia e com o auxílio de mediadores (já conhecidos ou que viemos a conhecer depois de instalados) recolheu-se um amplo e relevante volume de material sobre a passagem dos portugueses pelo território a que dificilmente se acederia sem sair de Portugal. Para além da consulta de documentos estatísticos e da reunião dos depoimentos de informadores privilegiados, registaram-se ainda, por via de observação directa⁶⁵, indicadores adicionais acerca das condições e modos de vida usufruídos pelos migrantes portugueses naquela sociedade; presença e saliência de signos lusófonos; padrões de interface com a população local e suas referências culturais, entre outros. Não tendo a nossa presença apresentado uma orientação verdadeiramente “etnográfica” dada a ausência do carácter de permanência, continuidade, interconhecimento e proximidade a (e num) dado espaço e cultura (Caria, 1997: 126-127), acabou por evidenciar, em certas circunstâncias, alguns dos seus contornos.

Com o *voyeurismo* ou o “olhar bisbilhoteiro” dos fenomenólogos (Pais, 1986: 38) procuraram-se sinais ‘do Macau’ relatado pelos biografados (assim como de contrastes entre a realidade descrita e aquela por nós encontrada), experimentando os sabores, inspirando os odores, contactando com as gentes, percorrendo os locais tidos como de referência para a população portuguesa em geral e o segmento juvenil em particular. Espreitámos edifícios que albergaram portugueses no passado, estivemos em casa de conterrâneos ainda instalados na cidade (entre as quais a do jovem português que nos hospedou). Visitámos o liceu oficial português Infante D. Henrique, a Universidade Aberta, a Rádio Macau, os Clubes Militar e de Jazz, espaços culturais

⁶⁵ Num sentido restrito pode definir-se como uma “observação visual e auditiva, não envolvendo interações verbais específicas com o observador (...)” (Costa, 1990: 136).

nocturnos na zona das Docas (os bares Signal e o Opiárium), a discoteca Fortuna, as pastelarias Vencedora, Caravela e o Bolo de Arroz, o Barril, o Fernando na Taipa, petiscámos em tascas chinesas sugeridas pelos biografados (como o Caixote do Lixo). Entrámos em templos, percorremos jardins, o mercado vermelho, as tendinhas, os *tintins*⁶⁶, calcorreámos ruelas de Macau, espiando residências de chineses, explorámos as ilhas da Taipa e Coloane, perdemo-nos metafórica e literalmente no Porto Interior.

Presenciámos uma das efemérides mais importantes do calendário chinês, a festividade do Outono⁶⁷ (ou festa do “Bolo Lunar”) e participámos na despedida de solteira de uma jovem natural de Hong Kong, num bar de *Karaoke*, a convite de uma amiga chinesa do português que nos cedeu a casa. Vivemos em Macau o tufão York, um dos mais fortes registados na região, experiência propícia a uma verdadeira “observação participante” - sobre esta ocorrência veja-se a exemplar descrição do jornalista José Pedro Castanheira (2000: 32-33).

Em conjunto com os depoimentos recolhidos em Portugal e fontes de informação complementares, a estadia em Macau, designadamente o contacto com o universo físico, social e cultural referido nas narrativas revelou-se um contributo inestimável para enriquecer e melhor fundamentar a pesquisa. Entendemos que este cruzamento de ferramentas permitiu, como assinala Maroy (1997: 151), assegurar uma maior fiabilidade dos relatos proferidos pelos biografados, tendo constituído, por isso, uma importante estratégia de validação teórico-metodológica.

Para concluir a exposição acerca dos procedimentos metodológicos utilizados, apraz-nos fazer três observações a respeito da análise biográfica concretizada. Desde já realçar a receptividade, espontaneidade e entusiasmo dos entrevistados em torno do desafio proposto de relatarem as suas vidas, em particular o capítulo biográfico passado em Macau. Uma experiência sobre a qual a maioria nunca tinha reflectido tão aprofundadamente, revelando, por isso, um imenso desejo de “contar-se”, diria Bertaux (1993b: 160), de partilhar memórias, representações, emoções e inclusive confidências.

Em segundo lugar, apesar do intenso exercício de reflexividade empreendido pelos jovens, estávamos cientes que realidade experimentada e contada nem sempre

⁶⁶ A designação chinesa é “*Lan-Kuoi-Lau*” e remete para os espaços onde os comerciantes vendem antiguidades e quinquilharia (Barreira, 1994: 137).

⁶⁷ Nesta comemoração exalta-se a chegada da nova estação do ano e agradecem-se às divindades o fim das colheitas e a sua comercialização. Parte substancial da população é atraída para a praia de Hac Sá, em Coloane, com o propósito de admirar a lua cheia, deslocando-se com lanternas de papel ou plástico de variadas cores e feitios. Também em Hong Kong, onde nos encontrávamos nessa data, se cumpre este ritual com a ‘peregrinação’ à “Peak Tower”.

têm exacta coincidência (Miguel, 1996: 9-94; Conde, 1994: 42; Lalande, 1998: 874). Especificando, a percepção do vivido não só tende a ser afectada por códigos de representação associados a pertenças sociais, culturais e geracionais, aspecto anotado em anteriores capítulos, como a partilha dessas percepções sob a forma de relatos biográficos é, as mais das vezes, alvo de um mecanismo de filtragem inerente à reconstrução e interpretação subjectiva da realidade vivida. Daí que sejam lembrados factos, pessoas, momentos e sentimentos, esquecendo, desprezando ou omitindo outros (Miguel 1996: 15, 39, 71). E também por isso constroem-se efabulações, ficções e pequenas distorções, conscientes ou irreflectidas. Ponderaram-se todos estes elementos enquanto parte integrante da verdade dos biografados porquanto colaboram para apreender o sentido por eles atribuído às suas biografias (Kohli, 1993: 182-183; Poirier e Raybaut, 1995: 22, 148; Muñoz, 1992: 95). Ajusta-se aqui o princípio de W. J. Thomas, citado por Merton (1968: 515) e Minayo (2002: 96) de que “se os indivíduos definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências”.

Por último, e como anota Miguel (1996: 21, 42), sublinhe-se o carácter aberto e inacabado dos relatos biográficos que apenas cobrem parcelas abreviadas de trajectórias de vida cujas dimensões factuais e simbólicas se revelam incomensuráveis.

6. Jovens portugueses residentes em Macau nos anos 80 e 90 do século XX: caracterização do grupo empírico

O grupo empírico sobre o qual assenta esta pesquisa é constituído por doze jovens, equitativamente representados em termos de género, com idades compreendidas entre os dezassete e os trinta e dois anos⁶⁸. Todos eles integraram o fluxo Portugal-Macau entre o início dos anos 80 e finais da década de 90, tendo aí permanecido por um período de tempo significativo - variável entre os três e os quinze anos - que em diversos casos igualou ou superou o fruído no país de origem ou referência.

À data dos primeiros encontros, à excepção de um dos jovens - divorciado e com uma filha - os demais eram solteiros, residindo em Portugal, na área da Grande Lisboa, seis com os progenitores; um só com os irmãos; um com amigos; e quatro com os namorados. No presente, dois ainda coabitam com pais, quatro casaram e outros quatro vivem em união de facto. Um quarto dos jovens vive hoje fora do país, mais concretamente em Amesterdão, Tânger, Tanzânia e Goiânia (Brasil).

A comprovar a complexidade dos vectores subjacentes à definição da condição juvenil observou-se não serem os biografados mais velhos a usufruir de maior grau de independência financeira face aos progenitores, nem de autonomia residencial. Do mesmo modo, verificou-se que a saída de casa dos pais não teve, para alguns, o auto-sustento como seu correlato e vice-versa: enquanto Madalena, por exemplo, estudante de vinte e quatro anos, coabitava com o namorado, ambos vivendo da mesada dos progenitores, contrariando, assim, a ideia de que casamento e união de facto seriam sinónimos de emancipação económica; Tomás, com a mesma idade, tornou-se independente financeiramente depois de inserido no meio laboral mas permaneceu no seio da unidade familiar primária. Em ambos os exemplos mostram-se bem patentes as “autonomias parcelares ou contraditórias”, termos de Schmidt (1990: 654-656), que caracterizam o processo de transição para a vida adulta, como atrás problematizado.

Do conjunto dos entrevistados, somente a mais nova, com 17 anos, não ingressara ainda na universidade. Os restantes possuem formação escolar de nível superior, completa ou incompleta, nas mais diversas áreas de estudo: Gestão de

⁶⁸ Incluíram-se, deliberadamente, alguns jovens adultos, de modo a contemplar as narrativas daqueles que viveram a adolescência em Macau no início da década de 80 do século transacto, quando o surto de trabalhadores qualificados para o território começou a adquirir maior expressividade, mas também dado o intento de assegurar a diversidade de sub-coortes juvenis no seio do grupo empírico.

Empresas, Engenharia Agrónoma, Comunicação Social, Direito, Antropologia, Arquitectura, Desenho de Moda, Desenho/Pintura, Produção/Realização. Os que iniciaram a vida activa trabalham como profissionais liberais, embora só um o faça em regime parcial.

Quanto às credenciais escolares e competências profissionais dos progenitores dos jovens, a larga maioria é diplomada (um pequeno número possui o grau de mestre), desempenhando funções laborais qualificadas ou de ‘topo’ em instituições públicas ou privadas (em regime de assalariado ou por conta própria). Constan no grupo economistas, juristas, engenheiros, médicos, uma Bióloga, uma Assistente Social, uma Relações Públicas e um Jornalista, categorias que denotam a feição qualificada e especializada do trajecto Portugal-Macau, caracterizado pela predominante (embora não exclusiva) ‘migração de quadros’, como já sublinhado. Lembram, em diversos aspectos, as ‘elites’ britânicas estudadas por Musgrove (1963, cf. Peixoto, 2004) que a partir de finais do século XIX participam em percursos centrífugos de mobilidade geográfica com o pretexto de desenvolver a sua formação escolar e profissional.

O cruzamento destas variáveis (nível de escolaridade, situação na profissão e actividade laboral dos próprios e seus pais), com alguns indicadores de condições e estilos de vida recolhidos no decorrer da investigação (recursos, práticas, consumos, disposições), permite-nos enquadrar o grupo doméstico dos jovens, em termos de localização na estrutura social, nos lugares que reportam quer a duas categorias de classe intermédias - “Empregados Executantes” (EE) e “Trabalhadores Independentes” (TI) (pessoal dos serviços, comércio e administrativos), assalariados ou isolados - apesar da diminuta representação de ambas no conjunto interpelado; quer a posições um pouco mais elevadas ocupadas pelas novas classes médias diplomadas e/ou especializadas, caso dos “Profissionais Técnicos e de Enquadramento” (PTE) (especialistas de profissões técnicas, científicas e culturais) em regime assalariado; quer ainda aos lugares de topo que integram os “Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais” (EDL) (quadros superiores da administração pública, directores e quadros superiores de empresas), sejam patrões, isolados ou assalariados, em conjunto com “Profissionais Técnicos e de Enquadramento” (PTE), patrões ou isolados.⁶⁹

⁶⁹ Baseamo-nos na matriz “ACM” de construção do indicador individual e familiar de classe (Almeida e outros, 2006: 95-117; Costa e outros, 2000: 9-43; Machado e outros, 2003: 49-52), que retoma e actualiza a já clássica tipologia de classes e fracções de classe usada pelos mesmos autores em finais dos anos 80 (Almeida e outros, 1988: 14-15, 42). Anote-se ainda que, constituindo a profissão e a situação

Capítulo 4

Estabelecimento dos portugueses em Macau: contextualização histórica e social

1. Perspectivas sobre a chegada a Macau no século XVI e a ambiguidade estatutária do território

Há cerca de 450 anos, no âmbito do ciclo imperial português e em plena época de apogeu lusitano, chegavam com o desbravar de novos mares e desconhecidas terras os primeiros portugueses ao extremo oriente, instalando, na sequência de outras como Goa e Malaca, uma feitoria na província de Guandong (Cantão) situada na região do delta do Rio das Pérolas. Macau, península geograficamente privilegiada quer para as trocas comerciais com países do sudoeste asiático, quer para a difusão do catolicismo e expansão da cultura lusa por toda a Ásia - sobretudo através do serviço prestado pelos jesuítas (Guimarães, 1996: 242) - transformou-se, naquele tempo, não só no principal veículo de comunicação entre Portugal e a China, como também em palco de importantes contactos entre os, então percepcionados, 'universos' ocidental e oriental.

Sobre o estabelecimento dos portugueses em Macau entre 1552 e 1557 encontram-se, no essencial, três perspectivas discordantes⁷⁰. A versão histórica oficial da China é a de que, impulsionados por motivações imperialistas, os portugueses ocuparam o território pela força no século XVI, tendo ali permanecido mediante o suborno das autoridades chinesas e utilizado idênticas estratégias no período subsequente (cf. Lima, 1999: 127).

Nas fontes chinesas subsiste também a tese de que os portugueses desembarcaram em Macau com o propósito de secar mercadorias que se haviam molhado numa tempestade, convertendo aquele local em residência definitiva (Santos e Gomes, 1998: 26-30; Oliveira, 1998: 48-49). Wu Zhiliang (1996: 673) dá-nos conta

na profissão, assim como o nível de escolaridade, variáveis basilares na determinação dos lugares de classe dos indivíduos - as quais podem ser complementadas com outras como a "posição hierárquica" e o "ramo de actividade" - a tentativa de averiguar qual a localização dos jovens no sistema de distribuição levanta alguns problemas de operacionalização já que uma das características da condição juvenil diz precisamente respeito a uma inserção parcial ou incompleta (ou mesmo não inserção) no mercado de trabalho. Frente a esta dificuldade, Machado e outros (2003: 53-54), assim como Costa e outros (1990: 194-195) sugerem contorná-la mediante o recurso à família de origem enquanto unidade de análise, tendo em conta que, observam os últimos, "(...) no grupo doméstico se partilha um conjunto decisivo de recursos e de condições de existência, que dele se estruturam princípios organizadores básicos do sistema de disposições e que aí se geram boa parte das estratégias e orientações de vida".

⁷⁰ Para uma apreciação detalhada a respeito do enquadramento histórico da instalação portuguesa em Macau cf., por exemplo, Moisés Silva Fernandes (1998: 299-331).

desta visão, registando o seguinte: “No 32.º ano (1553) do Reinado de Jianjing, os estrangeiros que ancoraram os seus navios em Macau pediram terras emprestadas a pretexto de ter os seus navios danificados pela tempestade e mercadorias molhadas. Subornado, o adjunto de Aitau (encarregado de assuntos marítimos), Wang Bai, acabou por autorizá-lo. De início, fizeram apenas umas dezenas de cabanas de palha, mas passados alguns tempos, construíram casas de madeira e de pedra à medida que os comerciantes que procuravam lucros fáceis transportavam para lá tijolos e outros materiais de construção, tomando forma duma povoação, que atraiu muitos navios estrangeiros que aí ancoraram à custa de outros portos, que caíram em desuso”.

Do lado de Portugal alega-se, ao invés, que Macau foi oferecido aos portugueses em 1564, pelo Imperador Ming, como recompensa ao auxílio por eles prestado na defesa da cidade contra a invasão de piratas (Silva, 1993; Conceição, 1988: 8-11), muito embora Correia de Oliveira (1998: 41) afirme não haver qualquer documento que o certifique e considere ter-se, provavelmente, tratado de uma instalação accidental e informal. Na verdade, Macau foi durante séculos um território aforado (Guimarães, 1996: 269), por conseguinte, caso constituísse uma oferta a Portugal tal não obrigaria o país, durante tanto tempo, ao pagamento de um quantitativo anual (500 taéis) às autoridades chinesas como contrapartida da sua permanência (Conceição, 1988: 9, 23; Santos e Gomes, 1998: 31). Daí que para vários historiadores esta crença sobreviva hoje no domínio simbólico da “mitologia do império” (Guimarães, 1998: 31-32).

Independentemente das perspectivas sustentadas, a presença de portugueses neste pequeno recanto piscatório, logo transmutado em entreposto comercial e civilizacional dada a sua localização estratégica, favoreceu a edificação das primeiras capelas e habitações. Até finais do século XIX, Macau viria a ser partilhado por uma dupla de “comunidades” distintas, a portuguesa e a chinesa, coexistentes mas endocentradas devido às diferenças simbólico-culturais então anotadas por ambas as populações (Amaro, 1988: 4). Se bem que a dominância cultural do povoado era e continua a ser sinófona, logo começaram a propagar-se signos de ocidentalidade, contribuindo paulatinamente para a coabitação de diferentes tradições e costumes, arquitectura, credos religiosos, gastronomia, língua e linguagens (Hongzhao, 1996: 688).

A despeito da política proibitiva do comércio marítimo empreendida pela China ou “de porta fechada ao exterior” como alguns lhe chamam (Hongzhao, 1996: 685), a postura das autoridades chinesas perante a passagem e paragem de portugueses no território e respectivos interesses económicos foi quase sempre tolerada, desde que,

lembra Calvet de Magalhães (1999: 13-14), último Cônsul de Portugal em Cantão, acautelada a suprema soberania chinesa - “Para a China, mesmo após o Protocolo e o Tratado Luso-chinês de 1887, Macau continuou sempre a ser considerado como um território chinês sob Administração portuguesa”. Prevaleceu, assim, o consentimento tácito para que a mesma condição se mantivesse, considerando as múltiplas vantagens daí retiradas pelas duas partes.

Aos chineses convinham os tributos pagos pelos estrangeiros para equilibrar as finanças locais e suportar o dispendioso aparato militar canalizado para a defesa marítima da Província de Guangdong que envolvia Macau. Ademais, a mediação portuguesa das transacções comerciais entre a China e outros países constituía um factor igualmente aliciente para os chineses, não só em virtude das avultadas receitas daí decorrentes, mas porque o território passava, por essa via, a figurar como uma “janela para o mundo”, entreaberta às referências culturais produzidas no ‘ocidente’ e reveladora das suas (Hongzhao, 1996: 699). Quanto aos portugueses, viam alcançados os propósitos imperialistas de ordem política, económica e cultural, dinamizando o seu comércio externo no ‘orient’, em paralelo com a propagação do catolicismo e lusofonia na região (Zhiliang, 1996: 675, 683).

Importa ainda assinalar que o estatuto político-jurídico de Macau variou ao longo do tempo em função de diferentes contextos histórico-políticos e, sobretudo, consoante o modo preponderante de relacionamento, em cada período, entre as autoridades portuguesas e chinesas. Como refere Maltez (1998: 208) muitas foram as designações atribuídas a Macau desde que os portugueses acercaram o território no século XVI: “De assentamento a cidade, de estabelecimento (textos constitucionais de 1822, 1826 e 1838) a domínio (expressão do Acto Colonial de 1931), de província ultramarina (designação da lei ordinária de 1836) a colónia (expressão oficial, a partir de 1910), para voltar a ser província (revisão constitucional de 1951), até que, em 1976, de forma neutral e provisória, (...) ficou apenas território.”

Boaventura Sousa Santos e Conceição Gomes (1998: 7, 28-61) subdividem em cinco fases a configuração da “soberania do território”. Na primeira, do século XVI a meados do século XIX, prevalece uma divisão da soberania assumida e consentida, materializada na partilha do exercício do poder administrativo e judiciário.

De 1846 até 1949 vigora o segundo ciclo que integra a severa governação de Ferreira do Amaral (entre 1846-49), pautada pela implementação de políticas de austeridade em acentuado contraste com a anterior linha de compromisso. Políticas

que desafiam a soberania chinesa sobre Macau (com a recusa do pagamento do ‘foro de chão’ e o encerramento das alfândegas chinesas) e acabam por resultar no assassinato do governador em 1849 (Oliveira, 1998: 140-142).

Entre 1949 e 1974 a China conhece um novo quadro político com a implementação em 1949 da República Popular, em conjunto com movimentos nacionalistas contra as ocupações estrangeiras que já vinham de trás, caso da Revolta dos Boxers em 1900 (Lima, 1999: 17; Oliveira, 1998: 155). É uma fase de conflitos e desentendimentos luso-sinófonos: Portugal não reconhece o Governo de Mao Zedong e a política comunista chinesa apoia os movimentos independentistas das, ao tempo, colónias portuguesas, o que leva ao corte das relações diplomáticas entre os dois países. Cabral e Lourenço (1993a: 30; 1993c: 526-527), por seu turno, reportam-se ao ciclo anterior e a parte deste - contemplando o arco temporal que vai de 1846 a 1967 - como “período colonial” cujo término foi decretado pelos tumultos do chamado ‘1,2,3’, incidente que resultou na perda de legitimidade da Administração portuguesa⁷¹.

Num quarto ciclo, de 1974 a 1987, as relações diplomáticas entre Portugal e a China são retomadas (e consagradas em 1979 pelo Acordo de Paris). No seguimento do processo de descolonização africana negocia-se a transferência da tutela administrativa portuguesa sobre Macau para a China - decretada para Dezembro de 1999, acto formalmente reconhecido com a Assinatura da Declaração Conjunta em 1987 pelos Primeiros-Ministros de ambos os países, Cavaco Silva e Zhao Ziyang.

O quinto e último intervalo, de 1988 a 1999, representa o período preparatório à adequada transição de poderes sobre o território, no qual se estabeleceram os princípios políticos e constitucionais nucleares da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

⁷¹ Na génese do “1,2,3”, desacato ocorrido nos três primeiros dias de Dezembro de 1966, esteve a insurreição de um grupo de moradores de Macau que, tendo iniciado sem licença as obras de uma escola na ilha da Taipa, viram-na embargada pelo Administrador do Concelho das Ilhas. A intervenção da polícia levou a que alguns simpatizantes da política revolucionária (estudantes e associações pró-Pequim) como a Comissão da Taipa e a Associação de Chineses de Macau, ávidos de um pretexto para levar avante a Revolução Cultural até ao território com o apoio do partido comunista, apresentassem às autoridades portuguesas um rol de reivindicações: um pedido público de desculpas pela repressão da polícia e pela perturbação desencadeada, o pagamento de uma indemnização às vítimas dos incidentes, a libertação dos chineses detidos, a punição do comandante da polícia e de outros representantes da Administração, a devolução de emigrantes ilegais à China, etc. (Lima, 1999: 65-71; Santos e Gomes, 1998: 47-48; Castanheira, 1999: 19-25, 33-54; Magalhães, 1999: 14-18). O “1,2,3” teve como consequência quase uma dezena de mortos (chineses), alguns feridos e outros tantos presos, para além da humilhação da Administração portuguesa, forçada a satisfazer as exigências do governo de Pequim. Os desentendimentos apenas foram ultrapassados com o recurso às “redes de mediação informal” que, como referem Cabral e Lourenço (1993a: 28, 31; 1993c: 527-530) constituíram um traço intrínseco à governação de Macau.

Lima (1999: 21-22) observa que a posição político-institucional chinesa face a Macau nunca foi a do seu reconhecimento como colónia. Em 1949, a reclamação da soberania do território difundia-se num jornal de Xangai: “Macau é território chinês e não uma possessão de Portugal”. Em 1955 esta perspectiva via-se corroborada no *Diário do Povo*: “Macau é território chinês. O povo chinês nunca esqueceu Macau, nem esqueceu o direito que tem de reclamar a recuperação deste território das mãos de Portugal... O facto de Macau ainda não ter sido devolvido à China não significa que o povo chinês possa tolerar uma prolongada continuação da ocupação de Macau”. Aliás, a condição singular de Macau no quadro das possessões ultramarinas portuguesas tornou-se clara quando em 1972, a pedido da China, o Comité Especial da ONU para a Descolonização retirou Macau (assim como Hong Kong) da lista de territórios coloniais, assim legitimando o posicionamento chinês. Pretendia-se conceder um tratamento excepcional a dois casos também eles ímpares decorrentes da assinatura dos chamados “Tratados Desiguais”⁷². Por conseguinte, estabeleceu-se que a questão da devolução de Macau (e de Hong Kong) seria resolvida autonomamente, em sede e altura próprias (Santos e Gomes, 1998: 51-52; Oliveira, 1998: 179).

Macau permaneceu, assim, até Dezembro de 1999 como «[...] cidade-Estado tutelada por dois Estados» e sujeita a uma regulação jurídica plural (Santos e Gomes, 1998: 5-51, 491-501) estatuto ilustrado pela expressão «Fórmula Macau» proposta por K. C. Fox (Cabral e Lourenço, 1993a: 24-35; 84-96; 1993b: 409-416; 1993c: 524-546). Imperava uma “soberania partilhada” ou “dividida” como assinala Gonçalves Pereira (1991, referido por Santos e Gomes, 1998): “(...) a soberania portuguesa nunca foi plenamente exercida no território, impondo a China sempre restrições ao seu pleno exercício; a China sempre interferiu internamente em Macau; as relações entre Portugal e a China caracterizam-se em geral, pelo seu pragmatismo político”, acrescenta o jurista.

⁷² O Tratado de Nanquim, assinado em 29 de Agosto de 1842 pela China e a Grã-Bretanha, formalizou o fim da primeira Guerra do Ópio, decretando o seguinte: “O pagamento, pela China, de uma indemnização de guerra à Inglaterra; a abolição do sistema comercial monopolístico de Cantão; a abertura de cinco portos [Amoy, Cantão, Fu-Tcheu, Ning-Po e Xangai] ao comércio e residência de cônsules e comerciantes britânicos e suas respectivas famílias; a cedência da ilha de Hong Kong à Inglaterra; o tratamento de igualdade na correspondência; tarifas alfandegárias fixas para o exercício do comércio em regime liberal” (cf. Guimarães, 1996: Epílogo). O facto de a China não ter cumprido as exigências contempladas no Tratado de Nanquim gerou a segunda Guerra do Ópio cuja derrota chinesa resultou na rectificação, em 1858, do anterior acordo através do Tratado de Tien-Tsin. É de acrescentar o Tratado de Amizade e Comércio de Pequim (1887), o primeiro a ser assinado entre Portugal e a China.

2. Perfil sociodemográfico dos portugueses no seio da população residente

A propósito do número de portugueses radicados no território neste período histórico e não obstante a diversidade e discrepância de fontes, contam-se entre 500 a 900 habitantes em 1563/64 (Amaro, 1988: 25; 1997: 19; Oliveira, 1998: 50; Cónim e Teixeira, 1998: 90). Em 1625 estima-se a presença de aproximadamente 800 indivíduos entre os mais de 10.000 residentes na cidade, somatório que se mantém algo estável até à década de 30 da centúria seguinte, começando a partir de então a declinar em virtude da refração das trocas comerciais, sobretudo com o Japão (Hongzhao, 1996: 687).

A persistência desse decréscimo na transição do século XVII para o XVIII teve algumas repercussões na estrutura demográfica de Macau, colaborando para a diminuição da população estrangeira em geral e da portuguesa em particular, muito pouco expressiva por comparação com a chinesa - nascida na China continental ou em Macau - já francamente maioritária na altura. Predominância que se prolongou nos séculos subsequentes, oscilando entre os 95% e os 97% (Santos e Gomes, 1998: 9; Amaro, 1997: 197; Yan, 1996: 639). Tomando como referência os anos de 1991 e 1996, somavam-se, respectivamente, 3.625 (1%) e 3.852 (0,9%) naturais de Portugal naquela península.⁷³ Quanto à população com ascendência portuguesa; portuguesa e chinesa; portuguesa, chinesa e outra era de 3% no início da década de 90, estando aqui abrangidos não só os quadros portugueses requisitados de Portugal, como também os macaenses luso-asiáticos (cf. www.dsec.gov.mo; Amaro, 1997: 197; Yan, 1996: 639; Silva, 2004: 17).

⁷³ Presume-se ter sido maior a dimensão da 'comunidade' de migrantes portugueses em Macau no arco temporal em estudo, porquanto os valores acima referidos não contemplam os muitos portugueses nascidos nas ex-colónias que daí se deslocaram directamente para o território ou ali chegaram após passarem por Portugal. Desconhece-se o seu peso por integrarem a sempre imprecisa categoria 'outros', que totaliza à volta de 3,5% da população (para além dos naturais de países africanos, estarão, porventura, também incluídos migrantes da Indonésia, Birmânia, Singapura, Laos, Camboja, etc.). Ainda de acordo com os dados oficiais (Intercensos96: 92), os naturais de Macau, China continental e Hong Kong representavam em 1996, 94,2% do total de habitantes, a estes adicionando-se 1,2% de nascidos nas Filipinas e 0,2% na Tailândia (cf. www.dsec.gov.mo).

População residente em Macau segundo a naturalidade (1867-1996)

Ano/Naturalidade	China	%	Macau	%	Portugal	%	Outras	%	Total
1867	71842	100	0	0	0	0	0	0	71842
1871	66267	92.4	0	0	0	0	5463	7.6	71730
1878	63532	93.3	3602	5.3	874	1.3	78	0.1	68086
1896	74568	94.8	3106	4.0	792	1.0	161	0.2	78627
1910	71021	94.9	2571	3.4	1030	1.4	244	0.3	74866
1920	79807	95	2330	2.8	1486	1.8	361	0.4	83984
1927	152738	97.2	0	0	0	0	4437	2.8	157175
1950	183105	96.9	3113	1.6	953	0.5	1725	0.9	188896
1960	160764	95	5119	3.0	2258	1.3	1158	0.7	169299
1970	240008	96.5	6636	2.7	820	0.3	1172	0.5	248636
1981	118177	48.9	96117	39.8	1461	0.6	25974	10.7	241729
1991	179028	50.3	142697	40.1	3625	1.0	30343	8.5	355693
1996	195192	47.1	182476	44.1	3852	0.9	32608	7.9	414128

Fonte: *Macau e a sua população, 1500-2000, Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos*, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, 1998 (Recenseamentos Gerais da População, 1867 a 1991 e Intercensos/96). Cf. www.dsec.gov.mo

Entre os séculos XVI e XVIII, o colectivo português instalado em Macau era, grosso modo, formado por elementos do sexo masculino que para ali partiam sozinhos: se inicialmente a Corte não permitia o embarque de mulheres, mais tarde os homens quiseram poupá-las aos riscos da viagem, pelo que só em finais do século XIX começam a acercar o território em maior número para acompanhar os cônjuges nas respectivas comissões de serviço, comissões cuja duração oscilava entre os seis e os dez anos (Amaro, 1988: 9, 37; 1997: 34-36; Maltez, 1998: 213; Hongzhao, 1996: 685).

Em termos de composição socioprofissional tratava-se de representantes civis e militares do Reino⁷⁴, membros do clero e ordens religiosas, adjudicatários e rendeiros dos vários monopólios da coroa, comerciantes e mercadores privados, marinheiros e artífices, escravos, marginais, exploradores e aventureiros (Hongzhao, 1996: 687). Uns, depois de cumpridos os objectivos da deslocação, retornavam a Portugal para não mais voltar a partir; outros dirigiam-se para distintas paragens impelidos por novos desafios; alguns, de tal modo seduzidos pelos encantos físicos e culturais encontrados naquela zona geográfica, deixaram-se ficar, perdendo paulatinamente os laços com o país de origem.

⁷⁴ Pelas suas competências políticas, económicas, culturais e militares, indivíduos com este perfil são referenciados nos estudos sobre movimentos de população como integrando a “migração de cérebros” da época (Peixoto, 1999: 12-14).

3. Configuração do movimento Portugal-Macau nos anos 80 e 90 do século XX

“Quando se parte como senhor não se veste a pele dolorosa do emigrante”

Eduardo Lourenço em A Nau de Ícaro (1999: 45)

3.1 Factores macro-sociais no quadro dos mecanismos geradores e reprodutores da partida

Nas duas últimas décadas do século XX, o fluxo de portugueses com destino a Macau adquiriu contornos específicos, tornando-se mais visível no dealbar dos anos 80 como resultado da conjugação de quatro factores primordiais:

O primeiro prende-se com o já mencionado restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a China em 1979 - no chamado período pós-maoista - no seguimento da assumpção do poder por Deng Xiaoping e o início da política de abertura ao exterior por ele empreendida. Relações que apesar de suportadas por vínculos históricos de quatro séculos e meio haviam sido duramente afectadas durante as três décadas de governação de Mao Tse Tung, cuja autoridade nunca gozou do reconhecimento por parte de Salazar (Fernandes, 2000: 6; Lima, 1999: 31). Por conseguinte, tal como referido aquando da discussão teórica sobre os mecanismos explicativos dos movimentos migratórios, os laços histórico-políticos entre países, ‘ex-coloniais’ e suas ‘ex-colónias’ por exemplo (Massey e outros 1997: 263), figuraram no presente estudo como um forte impulso à deslocação de portugueses para o território.

O exponencial progresso económico de Hong Kong que conduziu, por arrastamento, ao crescimento de Macau e sua conversão em segundo porto franco chinês (Ngai, 1997: 61) surge como motor adicional a considerar. Um destino, então, mais atractivo por comparação com os períodos históricos em que fora por alguns considerado “uma cidade esquecida e pobre nas franjas de um Império anacrónico” (José, s/d: 62). O território debatia-se, assim, com a necessidade de assegurar e dar continuidade à modernização dos sectores privado e público, ambos em acentuada expansão, com destaque para as áreas da construção e obras públicas, telecomunicações, banca, comércio, turismo, saúde, educação, entre outras, sendo o aumento de 150% dos efectivos do aparelho administrativo entre 1980-1988 assinalado por Isabel Barreto (1989: 363) um evidente indicador dessa tendência.

Procurava-se, pois, responder de forma adequada às alterações estruturais, à época em curso, em torno de um par de eixos centrais. Apostar, por um lado, na terciarização da economia aliada à promissora projecção externa de Macau, em larga medida assente no turismo e jogo - daí ser conhecido como 'Las Vegas do Oriente' - deles resultando uma ampla fatia das receitas públicas (Maltez, 1998: 207; Ngai, 1997: 62). Acompanhar, por outro, a profunda recomposição da malha social decorrente quer da entrada de gigantescas vagas de imigrantes provenientes da China continental (Pinto, 1994: 111), quer da formação de uma classe média local, empresarial e intelectual, caracterizada por um perfil mais instruído, cosmopolita e exigente ao nível das suas aspirações socioeconómicas. Note-se que até aos anos 60 a população chinesa de Macau decompunha-se, no essencial, em dois grupos: um de comerciantes prósperos, outro de trabalhadores manuais de origem rural (Amaro, 1997: 151, 174; Guimarães, 1996: 279; Santos e Gomes, 1998: 122; Cabral e Lourenço, 1992: 12-19; 1993a: 88-89; 1993c: 541-546).

Porém, não obstante a progressiva afirmação de uma elite chinesa e macaense, Macau continuava a carecer, e muito, de trabalhadores qualificados, défice que começara a sentir-se com grande acuidade a partir da cedência de Hong Kong aos ingleses em 1842, quando a transferência dos interesses britânicos para aquela ilha levou diversos quadros macaenses a assumir na cidade vizinha o papel de intermediários entre a população local e o poder britânico, contribuindo, assim, para o empobrecimento do território em termos de pessoal credenciado.

Aliava-se a este aspecto a condição singular de Macau, cidade chinesa governada por portugueses, e sobretudo o facto de a língua portuguesa - idioma oficial no território com estatuto de exclusividade na esfera administrativa, legislativa e jurídica - ser dominada por não mais do que 3% dos residentes (Ngai, 1997: 73; Trigoso, 1995: 25-26; Qing, 1995: 377; Rangel, 1995: 725-726; Rocha, 1997: 52).

Este conjunto de factores justificava, por isso, a mobilização de recursos humanos de Portugal, na sua maioria apetrechados de níveis assinaláveis de formação escolar e especialização profissional, aos quais estava destinada uma expressiva parcela de assentos intermédios, bem como os lugares de direcção e decisão mais prestigiados em diversas instituições privadas e públicas (Amaro, 1997: 199; Santos e Gomes, 1998: 74). É neste contexto que se contabiliza o incremento galopante, na

ordem dos 786%, de naturais de Portugal na Administração de Macau ao longo dos anos 80 (Barreto, 1989: 363).⁷⁵

Com efeito, até à data da devolução de Macau à China, cerca de três quartos dos cargos governamentais eram ocupados por portugueses, encontrando-se os profissionais chineses, regra geral, arredados das posições de topo (Amaro, 1997: 199; Cabral e Lourenço, 1993a: 19; Santos e Gomes, 1998: 74). Segundo Barreto (1989: 357), mesmo aqueles habilitados a concorrer aos lugares disponíveis na Administração não viram até 1985 as suas credenciais validadas pelo sistema, situação que apenas se inverteu no ano seguinte através da oportunidade de se vincularem profissionalmente. Quanto aos macaenses, embora repartissem com os portugueses parte substancial das posições intermédias do sector público (Cabral e Lourenço, 1993a: 209), não lhes eram geralmente confiados os cargos cimeiros na esfera governativa, assumidos tão só por três “filhos da terra” nos últimos trinta anos de Administração portuguesa em Macau: um como secretário-geral, dois como secretários adjuntos (Fernandes, 2000: 14; Amaro, 1997: 199; Santos e Gomes, 1998: 74).⁷⁶

O perfil socioprofissional dos progenitores dos biografados, assim como as funções por eles desempenhadas, confirmam a significativa representação dos portugueses no somatório de ‘competências’ instaladas no território: de um total de dezanove indivíduos, sete exerceram cargos de topo no Governo ou de direcção em organismos públicos como o Instituto Emissor, o Laboratório de Engenharia e o Hospital Conde São Januário, ocupando os restantes posições de nível superior ou intermédio em sectores variados: jurídico (advogados, juízes); económico, obras públicas e turismo (economistas, empresários, gestores, engenheiros, consultores, coordenadores de projectos de desenvolvimento e infraestruturas; saúde (médicos,

⁷⁵ Todavia, a despeito da forte representação de portugueses no vértice da Administração, a sua presença em termos de pessoal efectivo nunca aí foi dominante. Em 1980 somavam 3,2%, face a 61,3% de ‘filhos da terra’ e a 23,7% de nascidos na República Popular da China. É certo que em 1988 aquele valor quase quadruplicou (11,4%), indicando a sua crescente afluência, ao longo da década de 80, a Macau, número que poderá ser mais elevado caso no grupo de 8,2% relativos à categoria “outras nacionalidades” estejam incluídos portugueses naturais de outros países, por exemplo os nascidos nas ex-colónias que com o processo de descolonização se mudaram para o território chinês. No entanto, o somatório de 58% de naturais de Macau e de 22,1% de oriundos da República Popular da China conferem uma dimensão acentuadamente local ao aparelho administrativo (Barreto, 1989: 359-360).

⁷⁶ Este facto é assinalado sob a forma de crítica a diversos representantes portugueses do governo de Macau por, em proveito das suas próprias redes sociais e de influência, não terem apostado na formação, valorização e promoção dos quadros locais, de modo a favorecer a ascensão socioprofissional dos últimos (Gomes, 2006: 31-38). Cremos por isso que, tal como os chineses credenciados, os macaenses terão sofrido algumas das consequências negativas do ‘capital social’ detido por muitos migrantes portugueses que tenderiam a ‘colonizar’ os lugares de maior prestígio no seio dos seus círculos de confiança e solidariedade, conferindo-lhes um tratamento preferencial e excluindo tanto quanto possível desse ‘nicho’ de pendor etnicizado aqueles que não faziam parte do seu agregado de pertença.

inspectores sanitários); educativo e social (professores, assistentes sociais; comunicação social (jornalistas)⁷⁷. Se alguns foram requisitados, nomeados ou pessoalmente convidados para um assento específico, a maioria participou em concursos públicos com o intuito de aceder a uma das vagas disponíveis no ramo profissional visado mediante um contracto a prazo, mantendo um vínculo laboral com Portugal.

Os incentivos fornecidos por macro-actores como o Estado português e o Governo de Macau (assim como por empresas privadas) a muitos dos potenciais interessados em ali praticar a sua actividade profissional materializaram-se num enquadramento institucional de base sólida, facilitando não só todo o processo burocrático e logístico implicado na relação contratual, saída de Portugal e instalação no meio hospedeiro, como ainda concedendo um conjunto de benefícios sociais e económicos aos candidatos. O que, por outras palavras, traduz uma política migratória, do lado emissor e receptor, altamente estimulante à partida e a uma estadia bem-sucedida.

Mesmo para os que partiram sem qualquer garantia profissional, a oferta de trabalho qualificado, pública e privada, era naquela época de tal modo ampla que lhes permitiu inserir-se facilmente no mercado de trabalho pouco tempo depois de chegarem. Por esse motivo, aos funcionários institucionalmente enquadrados acoplavam-se migrantes portugueses independentes, ávidos por tentar a sua sorte, permanecendo esta, grosso modo, assegurada até meados da década de 90. Foi nessa mesma linha que os cônjuges de alguns portugueses contratados, quase sempre o elemento feminino do casal disposto a acompanhar o marido e os filhos, iniciaram ou retomaram a vida activa em Macau, à semelhança do que sucede noutros fluxos migratórios (cf. Padilla, 2006: 16). Estavam, pois, longe de representar “the baggage of male workers”, expressão de Cohen (1997) lembrada por King (2002: 97) para ilustrar a condição passiva e de dependência que amiúde se lhes atribui.

⁷⁷ Como referido numa outra ocasião (Pessoa, 2000: 158-159), não nos foi possível traçar, a partir de uma base quantitativa extensiva, o perfil sociodemográfico dos portugueses que residiram em Macau ao abrigo da Administração. Para além da inexistência de dados quantitativos sistematizados sobre essa presença foi-nos negado o pedido de consultar os mais de 7.000 processos relativos aos funcionários que exerceram comissões de serviço no território nas décadas em estudo, arquivados no já extinto Gabinete de Macau, com o argumento de tratar-se de informação confidencial.

A minha mãe foi porque o meu pai foi. Foi à procura de qualquer coisa, depois logo se via. [...] Mas nessa altura não era complicado, tanto não era que passados dois ou três meses já estava a trabalhar no turismo. Catarina

Após acordada a devolução de Macau à China com a assinatura da Declaração Conjunta, começaram paulatinamente a fechar-se portas aos técnicos portugueses, em virtude da “política das três localizações” - língua, leis e quadros (Silva, 2004: 96). Até essa altura, o forte dinamismo do universo laboral motivava a mobilidade intra e intersectorial dos trabalhadores permitindo, inclusive, a sua fácil transição de organismos públicos para privados (e vice-versa), a par do desempenho de funções distintas em ramos de actividade diversos, durante a estadia.

[...] o meu pai deixou de trabalhar para o Estado [...] por causa de uma intriga política [...] e decidiu que ia para a privada, então abriu um escritório [...]. Quis lá ficar porque era fácil. Eu lembro-me que nós mudámos para o prédio ao lado, pegámos nas trouxas todas e levámos, [...] não tínhamos nada. Em dois dias tínhamos tudo, tínhamos colchões, tínhamos camas, tínhamos roupeiros, eles compraram porque era fácil e as coisas eram baratas. Catarina

Articulados, todos estes factores conjunturais e estruturais (de cariz político, histórico, económico, social e cultural) propiciavam, para usar os termos de Portes e Böröcz (1989, citados por Peixoto, 1999: 30-31), um “contexto favorável” à migração de quadros técnicos especializados portugueses com destino a Macau. Terra de oportunidades, a província chinesa beneficiava, assim, da sua presença e *know-how*, fruindo os migrantes, por seu turno, do desenvolvimento e das condições de vida excepcionais que o território lhes proporcionava.

Registe-se, porém, não serem as condicionantes migratórias mencionadas suficientes para explicar a deslocação de portugueses rumo àquela sociedade. As aspirações e o enquadramento biográfico dos protagonistas do trajecto, durante muito tempo secundarizados nas macro-análises dos fluxos populacionais, sobressaíram como elementos de equivalente importância à sua compreensão.

3.2 Factores micro e meso-sociais: as motivações dos protagonistas da deslocação e a influência das redes de interconhecimento

Conquistar ou consolidar estabilidade financeira e melhorar as condições de existência da família nuclear; desempenhar diferentes e mais aliciantes funções laborais, assim como progredir na carreira; desbravar o 'exótico' e 'misterioso' oriente; fugir de problemas, obrigações sociais e familiares para usufruir de maior liberdade; dar início a um novo capítulo biográfico, constituem exemplos dos diversos factores que levaram os pais dos jovens integrados no presente estudo até Macau nos dois últimos decénios da administração portuguesa do território, à imagem de tantos outros portugueses em idade activa que para ali rumaram na mesma altura ou já depois da transferência de poderes, alguns ainda lá se encontrando como atesta Adelino Gomes (2006: 31-38).

Muitos transportavam consigo os sonhos e expectativas comuns a uma pequena burguesia em ascensão, as mais das vezes apetrechada de razoáveis níveis de formação escolar e especialização profissional susceptíveis, como atrás referido, de satisfazer uma sociedade sedenta de recursos qualificados. Aspirações alimentadas por relatos de triunfos alcançados por amigos e/ou conhecidos ao tempo instalados no território ou já regressados a Portugal, autenticando as promessas de uma escalada social tão célere quanto acentuada e de mais difícil concretização caso não partissem.

3.2.1 Estímulos financeiros, profissionais e suporte institucional

Tivemos oportunidade de assinalar que as diferenças salariais entre países emissores e receptores destacam-se em vários estudos sobre migrações como um dos factores mais influentes na decisão de partir, aspecto bem patente nas reflexões sobre a emigração portuguesa (Silva e outros, 1984: 19, 99, 175; Neto, 1993: 55; Peixoto, 1993: 291). Essa diferença revelou-se muito expressiva quando comparadas as remunerações auferidas pelos pais dos jovens em Portugal e aquelas em Macau oferecidas, duas vezes superiores no pior dos cenários. Não é por isso casual a frequência com que se recorre à metáfora 'árvore das patacas' para representar Macau como um destino migratório propício ao enriquecimento fácil, verdadeiro trampolim de

ascensão social para a população portuguesa e de outras nacionalidades que por lá passou ou ficou (Amaro, 1997: 143).

Além da aliciante salarial, o baixo custo de vida da cidade e o facto de a mesma ser unanimemente considerada um ‘paraíso fiscal’ prenunciavam um saldo entre os ganhos e os gastos assaz positivo, quer em termos individuais, como argumentariam os defensores da Teoria da Escolha Racional, quer familiares, precisariam os promotores da Nova Teoria das Migrações. Ademais, a maioria dos migrantes portugueses participava num fluxo institucionalmente enquadrado, ora pelo Estado português e o Governo de Macau, ora por organismos privados. O mesmo é dizer que saía de Portugal com uma relação contratual já estabelecida, usufruindo de facilidades logísticas à chegada, bem como de vantajosas condições de trabalho e de vida.

[...] a questão porque quiseram ir foi o dinheiro. Acredito porque o salário era praticamente o dobro do que era cá [...]. Tomás

[...] sabíamos que nos davam a casa com mobília e com tudo, no contrato da minha mãe isso vinha tudo especificado, portanto não estávamos com problema nenhum, nem era preciso levarmos tralha nem nada. Rita

Entre as várias regalias proporcionadas, em especial, embora não exclusivamente, aos funcionários públicos, estavam contempladas a cedência de habitação; o pagamento da deslocação aos contratados e demais membros da família nuclear, bem como da sua estadia num hotel na fase de instalação, enquanto aguardavam a atribuição de alojamento; o eventual custeamento de uma ou mais visitas a Portugal nos períodos de férias. A alguns daqueles a quem seriam confiados os cargos de maior prestígio disponibilizava-se carro, motorista e empregada doméstica, tornando mais tentadores ainda os atractivos da sociedade hospedeira.

Concordamos, por conseguinte, com Peixoto (1999: 30) e Pires (2003: 90-92) quando constatam que os migrantes qualificados, sobretudo aqueles ancorados numa segura plataforma institucional, dispõem à partida de uma situação privilegiada e de tratamento diferencial, com sentido positivo, face aos migrantes desqualificados, estes mais vulneráveis perante os riscos e incertezas encontrados no destino, se bem que tal não signifique ausência de dificuldades de integração por parte dos primeiros. Em todo o caso, os custos de insegurização associados quer às rupturas implicadas no

trajecto migratório, quer às reparametrizações espaciais, sociais e culturais inerentes à inserção dos migrantes num contexto físico, social e cultural percebido como altamente contrastante com o de partida, viam-se, de algum modo, financeiramente recompensados e, inclusive, mitigados perante o suporte formal e, como se analisará de seguida, informal, que o grosso dos biografados e seus familiares viria a beneficiar.

[...] O meu pai é macaense [...], para aquilo que o meu pai fazia e aquilo que a minha mãe fazia [...] as condições que eram oferecidas em Macau [...] de vida, [...] de ordenados e até mesmo em termos de família...o meu pai achou que era a melhor altura para ir para Macau. Em Portugal não se estava muito bem e em Macau havia muito mais condições e para mais sendo ele macaense - a minha avó era chinesa e tenho familiares chineses - e era uma maneira de nós conhecermos a nossa família, éramos miúdos - [...] e termos uma experiência única de viver na China. Domingos

[...] Sem dúvida que fazíamos uma vida muito mais desprendida e [...] despreocupada [...], é verdade que não havia impostos e que pelo facto de estares desenraizada e do outro lado do mundo tens de ter compensações [...]. [...] mas estava muito impregnado nas pessoas aquela ideia [...] muito estereotipada, estupidamente, de que Macau era a árvore das patacas e que quem tinha ido para Macau tinha ido para se apoderar de um estado material qualquer que não era possível em Portugal. [...] de facto os meus pais nunca tiveram esse espírito. A ida para Macau teve muito a ver com um espírito aventureiro, aliás nós viajámos sempre todos, ao passo que tínhamos amigos que não viajavam e vinham [...] para Portugal porque tinham as férias pagas e ficavam lá a juntar o dinheirinho [...]. Os meus pais naturalmente tinham um mealheiro que se calhar conseguiram mais depressa do que conseguiriam cá, mas [...] antes de ir já tinham um mealheiro também. Teresa

Se a quase totalidade dos biografados considerou que os progenitores conferiram primazia aos estímulos financeiros e profissionais no rol de factores impulsionadores da deslocação para Macau, depoimentos como os anteriores acrescentam-lhes outros, de ordem simbólico-cultural: o reencontro com familiares⁷⁸,

⁷⁸ Domingos distinguiu-se dos demais biografados por ser o único a dispor de vínculos familiares em Macau (avó, tios e primos), dado o facto de o seu pai ter ali nascido e vivido até aos quinze anos. O itinerário para o sudeste asiático significava, para os elementos deste núcleo doméstico, a melhoria de

o fascínio pelo mítico ‘Oriente’, a atracção pela diferença cultural, a possibilidade de contactar com gentes, modos de vida e lugares desconhecidos por via da experiência migratória.

3.2.2 Conhecimento da situação e redes sociais

À luz da sua teoria dos grupos de referência, Merton (1968: 424) “admite que os indivíduos que comparam a sua sorte com a de outros têm algum conhecimento da situação na qual se encontram aqueles outros...”. Aplicando este pressuposto à mobilidade geográfica, tem-se defendido não só que a opção pela deslocação para um dado destino sofre, amiúde, processos de contágio social por parte de migrantes já envolvidos nessa ou noutras teias migratórias, como se torna mais firme quando se dispõe antecipadamente de um volume razoável de informações credíveis sobre o meio receptor (Pires, 2003: 92).

A avaliar pelos relatos dos biografados, não foi indiferente para os seus progenitores a percepção das mais-valias que a passagem por Macau lhes poderia propiciar nos diversos domínios atrás assinalados (económico, laboral, estatutário, sociocultural, identitário), benefícios estes veiculados em grande medida por terceiros que haviam estado ou ainda permaneciam em Macau. Tal veiculação ocorria, quer através da exibição directa de indicadores de trajectórias sociais ascendentes (progressão na carreira, aquisição de património móvel e imóvel, incremento dos níveis de capital cultural, etc.); quer por via de descrições pormenorizadas e apelativas em torno das condições e modos de vida desfrutados naquela sociedade, bem como de certas curiosidades ali encontradas, algumas ilustradas através de imagens visuais.

Havia uma amiga da minha mãe que conhecia gente que tinha ido e a minha mãe tinha uma grande amiga, colega de curso, que estava lá [...] eles tinham para aí uns três ou quatro colegas que estavam lá a trabalhar e aquilo era uma comunidade pequenina. [...] antes de nós partirmos [...], uma amiga da minha mãe [...] disse logo: - Vocês não vão só por dois anos [...], toda a gente que

condições de vida, realização pessoal e profissional, descoberta de uma realidade cultural, mas não só. Simbolizava, designadamente para o pai do jovem, o “regresso a casa”, o reencontro com um passado repleto de afectos, pessoas e lugares, o retorno às origens e o reavivar de memórias que desejava partilhar com a mulher e filhos, já que, durante anos, se limitaram a povoar os seus imaginários.

vai para lá acaba por ficar a vida toda [...]. Nós tínhamos uns ex-vizinhos [...] que também tinham estado em Macau muito tempo e que nos mostraram fotografias [...] contavam histórias das coisas mais caricatas [...] das baratas voadoras e dos ratos que eles viam [...], dos cinemas em que os chineses estavam lá a fumar, a beber e a falar [...]. Aquilo parecia-me um asilo de loucos, mesmo. Acho que foi também por isso que criei essa ideia [...]. Tomás

[...] um amigo do meu pai que foi para lá trabalhar com a mulher e os filhos [...] dizia-lhe: «- Vem para aqui que isto é porreiro, são umas oportunidades engraçadas [...]». Lembro-me [...] de uma fotografia que o amigo do meu pai mandou pelo correio, do mercado vermelho, que são aqueles ovos de codorniz podres metidos em terra e a legenda era assim: - «Toma lá um cheirinho a ovos podres para te ires habituando! [...]».[...] O meu pai [...] tinha um amigo e colega de curso que era Secretário de Estado numa coisa qualquer em Macau e ele foi como assessor dele. Catarina

[...] no início do Verão de 83 a minha mãe disse-nos que o Gil e outros amigos dela iam para Macau, que era uma série de pessoas com quem ela se dava na altura, [...] e a tinham convidado a ela para ir também [...]. Rita

Os depoimentos acima apresentados atestam que a partida simultânea e/ou a presença de portugueses no território com quem os progenitores dos jovens detinham relações de alguma proximidade tiveram, à semelhança de outros móveis, a sua quota-parte de influência na efectivação do trajecto Portugal-Macau na maioria das situações analisadas, neles aguçando a vontade de participar no mesmo ensaio. Não tanto laços de parentesco - pouco expressivos nesta pesquisa, embora a sua relevância seja notada em outros fluxos (cf. Padilla, 2006: 9) - quanto elos profissionais e de amizade. E a despeito do reverso da medalha que o ‘comunitarismo’ tem para os indivíduos em termos de controlo social (Bauman, 2001; Portes, 2000) - como se discutirá à frente - essa rede de contactos formal e/ou informal, de consistência variável, funcionou como importante ‘bolsa de apoio’ afectiva, escolar, profissional, social e cultural para o grosso dos jovens e familiares, alicerce mais relevante ainda para os que integravam famílias monoparentais, caso de Rita que partiu com a irmã, mãe e amigos desta.

Confirma-se, assim, na presente investigação o destaque concedido por vários autores às redes sociais no incentivo à mobilidade e na mediação da partida para uma

dada sociedade. Ademais tendem a funcionar como um factor centrípeto de integração dos recém-chegados, cooperando para a diminuição dos “custos migratórios” resultantes do vasto número de constrangimentos com frequência enfrentados pelos migrantes quando se instalam nos países receptores. Desde logo, as “preocupações, medos e incertezas” antecipatórias a que alude Jackson (1991: 110), subsequentemente a nostalgia da perda, dos desenlaces familiares e sociabilísticos, as dificuldades reais em encontrar casa e trabalho (caso não estejam assegurados), em adaptar-se social e culturalmente, a elas adicionando-se as sensações de vazio ou confusão identitária, o desafio de adquirir um novo sentido de lugar, de enraizamento e de identidade sem as âncoras tradicionais (Bendit, 2011b: 141-142; Sarup, 1994: 97-98; Portes, 1999a: 25, 29-32, 88-90; 2000; Pires, 2003; Peixoto, 1999: 15; Padilla, 2006: 5-12; Jackson, 1991, Bertaux-Wiame, 1993; Amaro, 1985: 360; Silva e outros, 1984).

Isabelle Bertaux-Wiame (1993: 268) considera mesmo que todo o fluxo migratório é sustentado por uma teia de conhecimentos: os “(...) emigrantes nunca estão sós. Sempre estão situados em alguma rede de relações sociais que, ao mesmo tempo os guia e suporta, lhes proporciona oportunidades e os protege dos riscos. Em uma palavra, os controla”, afirma a autora. Foi precisamente essa orientação, suporte, protecção e controlo que viemos a encontrar nos relatos compilados.

3.2.3 “Momentos decisivos” e passado migratório

A par dos factores supramencionados encontraram-se outros, nem sempre explícitos, susceptíveis de terem contribuído para consolidar a decisão tomada pelos pais dos jovens de participar no trajecto para Macau. Destacaram-se sobretudo dois.

O primeiro prende-se com os chamados “momentos decisivos”, conceito proposto por Giddens (1997: 105, 132, 186) - também realçado por Pena Pires (2003) numa das suas abordagens sobre a problemática migratória - o qual remete para acontecimentos, constrangimentos ou momentos de transição (positivos ou negativos) que atravessam as trajectórias individuais e/ou familiares, alterando ou invertendo o seu rumo, quebrando rotinas, conduzindo, em suma, a uma redefinição de projectos, sistemas identitários ou estilos de vida.⁷⁹

⁷⁹ Embora as mais das vezes associados a conjunturas ou episódios críticos, de foro pessoal, Pena Pires (2003: 74-75) lembra que podem também apresentar uma feição económico-social, política e ambiental.

Se o excerto de Domingos atrás reproduzido indica que a eleição de Macau como destino migratório traduziu o desejo do seu pai de “reconciliação com o passado”, para os progenitores de outros a saída de Portugal reflectiu uma necessidade de ruptura com o mesmo, providenciando uma oportunidade de viragem biográfica, de participar em novas experiências profissionais, regenerar o circuito de amizades e refazer a vida num local onde pudessem estabelecer-se e eventualmente enraizar-se. Objectivo perseguido por alguns dos que, no âmbito do processo de descolonização e expatriação forçada das antigas províncias ultramarinas, ficaram sem lar, vendo as suas âncoras sociais e culturais coartadas.

Nesta medida, situações de mudança estatutária, económico-profissional e/ou familiar (como a dissolução de laços afectivos ou matrimoniais) terão criado condições propícias a que acolhessem com simpatia o projecto migratório de se instalarem no sul da China, itinerário repetido três vezes por um biografado, de forma descontinuada, no espaço de uma década (1983-1985; 1987-1989; 1991-1992).⁸⁰

Da primeira vez fomos todos, depois os meus pais divorciaram-se lá e entretanto o meu pai veio e nós um bocadinho depois viemos também; depois voltámos para Macau: eu, a minha mãe e as minhas irmãs, que era o agregado familiar, [...] ficámos e viemos embora; depois estivemos cá um ano os quatro e da última vez só eu e a minha mãe é que voltámos para Macau. Duarte

Convergemos em pleno com Rui Pena Pires (2003: 75) ao registar que quando os indivíduos enfrentam, pelos mais diversos motivos, sentimentos de insegurização no decurso da fase de ponderação da partida, as incertezas e receios associados ao projecto migratório tendem a apresentar uma amplitude bastante menor face àquela que apresentaria caso os mesmos se encontrassem em contextos sociais ou vivenciais mais aprazíveis e estáveis.

Para além dos “momentos decisivos”, apercebemo-nos de um outro factor coadjuvante à opção pela mobilidade geográfica e que se prende com a manifestação, por parte de uma expressiva parcela dos progenitores dos jovens, de identidades

⁸⁰ Situações de divórcio foram mencionadas por dois jovens (Rita e Duarte) como elemento adjuvante à deslocação de terceiros para Macau. Julgamos, todavia, que terá porventura interferido nos seus próprios trajectos, já que a separação dos progenitores precedeu a partida de um e o regresso de outro. Atendendo à já anotada distinção, na apreciação das causas migratórias, entre “motivos reais” e “declarados”, nem sempre coincidentes (Pires, 2003: 64; Jackson, 1991: 55), admitimos como hipótese o facto de uns poucos motivos reais serem revelados de forma indirecta, como imputados a outrem, caso haja pudor ou inibição no seu auto-reconhecimento.

pautadas por desenraizamentos ou enraizamentos múltiplos, pela intersecção de múltiplas pertenças, por disposições abertas à vivência de novas experiências, ao risco e à aventura. Também o desejo de mudança, de partir, mostrou-se em alguns casos de tal modo acentuado que Macau acabou por surgir como uma entre várias hipóteses possíveis⁸¹, assim lembrando a reflexão de Bauman sobre a imprevisibilidade e indefinição dos movimentos do vagabundo face ao próximo destino, em virtude da ausência de sentido de identidade espacial (Jones, 1999: 3-19; Urry, 2001a: 2).

[...] o meu pai estava a trabalhar numa empresa de construção civil, estava sempre na Tailândia [...], já estávamos um bocado fartos e entretanto mandou o currículo para a Austrália e para Macau [...], entretanto surgiu uma oportunidade e fomos. [...] foi um bocado o espírito do meu pai, [...] se lhe tivessem dito Austrália ou outro sítio qualquer ele ia na mesma. Madalena

[...] antes de irmos viver para Macau estivemos para ir viver para Cabo-Verde [...]. [...] em 80 os meus pais foram em trabalho para Cabo-Verde, tiveram lá seis meses e quando voltaram já vinham com ideia de casa [...]. [...]. Mas de repente, em dois anos não foi Cabo-Verde mas Macau. Sofia

Subjacente a esta vocação para a mobilidade terá estado a familiaridade dos progenitores dos jovens com países estrangeiros e/ou com contextos pautados pela diversidade cultural. Motivações económicas, académicas (frequência de cursos de nível pós-graduado); profissionais (seminários de média duração, programas de formação avançada, cooperação e ajuda ao desenvolvimento, destacamentos, missões ou comissões de serviço); confinadas com factores como os 'momentos decisivos' supramencionados, haviam já conduzido estes indivíduos, com ou sem os restantes membros do agregado doméstico, a outros destinos e ao envolvimento em fluxos internacionais e intercontinentais, de padrões variados.

[...] nasci em Angola. A minha família é toda de Angola: pais, tios, primos [...] depois fomos para o Brasil, vivemos lá nove anos, depois estivemos três anos em Portugal - um ano no Porto e dois anos em Lisboa - e depois fomos para Macau. [...] [no Brasil] morei em Bota-Fogo, [...] Flamengo e [...]

⁸¹ Predisposição notada por Bertaux-Wiame (1993: 271-272) no estudo sobre migrações internas francesas, onde concluiu ser o destino muitas vezes secundarizado perante a aguçada vontade de migrar, não importa para onde.

Resende, andei sempre a saltar de um lado para o outro, morei no Rio de Janeiro e em São Paulo [...]. [Mudávamos de casa] porque o meu pai estava sempre a arranjar empregos um bocadinho melhores [...]. [ele] [...] é mais instável, talvez por causa da vivência de Angola [...] como perderam o lar, [...] nunca se identificaram muito com sítio nenhum, então andaram sempre de um lado para o outro e nós acompanhámos sempre. Madalena

A larga maioria contava mesmo com um historial expressivo de passagens e paragens por várias cidades e países (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor, também Macau, Brasil, E.U.A., Japão, Inglaterra, França constituem exemplos), além de Portugal⁸². Por conseguinte, os “espaços de vida” que ao longo do tempo enquadraram as suas trajectórias estavam longe de confinar-se a apenas uma referência geográfica, social e cultural. A partida para Macau não representava, assim, para uma parcela de jovens e seus progenitores, o primeiro destino de acolhimento, nem o contacto inaugural com uma realidade distinta da de origem, a qual, em virtude da idade com que dela partiram, uns poucos biografados não gozaram sequer da oportunidade de registar visualmente. Consistia, antes, numa ‘remigração’ individual ou familiar, se assim podemos chamar-lhe.⁸³

[...] olhando para trás [...] tenho que avaliar o ter nascido em Lisboa, o ter ido com 6 meses para África, o ter regressado de África com 9 anos, portanto é a infância passada em África, o ter estado entre os 9 e os 14 em Portugal e depois ter estado em Macau. [África] marcou-me de uma maneira diferente [...], imagina os primeiros sabores que tu te lembras, [...] os primeiros cheiros das coisas, a primeira vez que vais nadar, [...] que andas de bicicleta, [...] que pegas num gafanhoto, isso é África que é muito bonito. Domingos⁸⁴

⁸² Uma breve nota sobressai destes registos: tendo em conta que dois jovens são naturais de países africanos, jamais poderíamos identificar, como denominador comum a todos os biografados, Portugal com “sociedade de origem”. Embora correntemente se confunda, em pesquisas sobre movimentos de população, o local de partida com o de origem (designações tantas vezes utilizadas como sinónimos), urge sublinhar que nem sempre se apresentam como realidades coincidentes.

⁸³ A questão da recorrência migratória é abordada por João Peixoto (1998; 1999) ao debruçar-se sobre as perspectivas teóricas formuladas acerca dos fluxos populacionais, clássicos e contemporâneos. São inúmeras as expressões usadas para traduzir essa realidade: “novas deslocações”; “deslocações que articulam vários pontos”; “espaços de vida multipolares”; “múltiplas combinações de espaços de vida individuais”; “movimentos (...) repetitivos” (Zelinsky, 1971: 226); “múltipla inserção geográfica das biografias individuais” (Hägerstrand, 1957); diversos espaços de “implantação” dos indivíduos (Beltramone, 1975: 519); “migrações múltiplas” (Davanzo e Morrison, 1981).

⁸⁴ O historial familiar de mobilidade de Domingos remonta aos seus antepassados. A avó paterna, uma chinesa cuja família detinha negócios nas Filipinas, partiu adolescente com alguns parentes para Hong

Os meus pais viveram dois anos em Angola. O meu pai viveu sempre em trânsito porque o pai dele era oficial de cavalaria ou era coronel [...], cumpriu comissões de serviço fora, [...] foi o último governador de São Baptista de Ajudá [...]. O meu pai foi para São Baptista de Ajudá bebezinho, estiveram em Timor, estiveram na Guiné, estiveram numa série de sítios, portanto o meu pai andou sempre a saltar de um lado para o outro, sem esquecer o facto que, mesmo em Portugal, nunca estiveram numa casa fixa porque o meu avô esteve num quartel em Portalegre [...]. O meu pai [...] nasceu em Águeda, estiveram em São Baptista de Ajudá, depois viveram em Portalegre, depois o meu avô voltou a ir-se embora e o meu pai - havia lares para os filhos dos oficiais - viveu em Oeiras onde fez o liceu. Depois os meus avós voltaram e foram para Vendas Novas e o meu pai passou uns tempos em Vendas Novas. Andou sempre de um lado para o outro. [...] eu nasci em Coimbra. O meu pai estava a acabar o curso ainda em Lisboa e a minha mãe vivia connosco em casa dos meus avós. Vivi em Coimbra até ter um ano e meio ou dois, depois fui viver para Paço de Arcos até ter quatro anos. Dos quatro aos seis vivi no Alentejo, porque o meu pai, nessa altura, foi trabalhar para o Alentejo como jurista para a Câmara de Beja, além de exercer privada [...]. Depois dos seis aos quinze vivi ininterruptamente em Paço de Arcos. Catarina

Além dos itinerários de âmbito internacional contemplados nas trajectórias biográficas dos jovens e seus progenitores, demos ainda conta de inúmeros registos de mobilidade interna, local ou inter-regional, alguns marcados por contrastes físicos sociais e culturais entre as sociedades de partida e chegada não despiciendos. Considerando, a esta luz, que todo o projecto de mobilidade geográfica incorpora uma componente de risco⁸⁵ ou “insecurização” (Peixoto, 1999: 30, 84; Pires, 2003: 74-75)

Kong no âmbito da segunda grande guerra. As invasões japonesas levam-nos até Macau (neutral durante o conflito) onde veio a conhecer o português com quem casaria mais tarde. O pai de Domingos nasce em Macau - sendo por isso considerado macaense por uma dupla via, a da naturalidade e a da descendência luso-chinesa - e aos quinze anos visita Portugal nas férias, com os restantes membros do agregado, as quais terminam ensombradas pela morte do avô paterno do biografado. Os tios e a avó regressam a Macau, o pai opta por instalar-se sozinho em Portugal, tendo como únicas referências alguns familiares do primeiro casamento do progenitor, e mais tarde contrai matrimónio com uma portuguesa, mãe de Domingos. Dando continuidade a uma predisposição familiar de algum nomadismo, rumaram para África em meados dos anos 60 do século transacto (tinha o jovem seis meses), estabelecendo-se em Angola quase uma década. Com o processo de descolonização retornam a Portugal onde se instalam cinco anos. Segue-se Macau por um período de tempo indeterminado. Domingos fica quinze anos e regressa sozinho a Portugal uma vez que os seus pais se mantiveram no território.

⁸⁵ O risco constitui para Giddens (1997: 26) um elemento fundamental das sociedades contemporâneas. Segundo o autor, “viver na «sociedade do risco» significa adoptar uma atitude calculista em relação às possibilidades de acção abertas, positivas ou negativas, com as quais, enquanto indivíduos e globalmente, somos confrontados de modo contínuo na nossa existência social contemporânea”.

e permanecendo os cenários de inserção na sociedade hospedeira, amiúde, uma incógnita, sujeitos a diversas contingências - inclusive para quem participa em trajectos institucionalmente enquadrados e dispõe de informações precisas sobre o destino migratório, a par de sólidas âncoras sociais e profissionais - é plausível que ensaios anteriores de mobilidade tenham não só acentuado nos pais dos biografados a intenção de voltar a migrar, como também contribuído para a suavização da partida no que respeita às rupturas, perdas e readaptações inerentes.

3.3 Sentimentos e reacções dos jovens face ao projecto migratório em Macau

O confronto, mais ou menos informal, dos biografados com a possibilidade ou a certeza da partida para Macau gerou sentimentos e reacções divergentes. Em alguns casos essa questão levantou-se meses ou mesmo anos antes de efectivar-se, mas por não estarem asseguradas todas as condições contratuais previstas - a garantia de um espaço habitacional e/ou de uma vaga para o cargo profissional a desempenhar por um ou ambos os progenitores - acabou por ser adiada e cair no esquecimento dos jovens. Até ser novamente recuperada.

[...] [Os meus pais] candidataram-se os dois mas cada um disse que só ia se o outro também fosse [...]. Eles telefonaram a dizer ok, que estava tudo bem mas que voltavam a contactar porque nos iam arranjar uma casa e passaram-se três, quatro meses e nunca mais ninguém falou e se lembrou daquilo. Já tínhamos continuado a nossa vida normal...[...] um dia telefonaram para lá a dizer que já tínhamos casa e que podíamos ir quando quiséssemos. Foi assim um choque [...]. Tomás

[...] Eu e a minha irmã mais nova estávamos muito contentes porque acabámos por não ter raízes nenhuma em Portugal e para nós ir embora outra vez era outra aventura, pronto, óptimo! [...]. Nós gostávamos [de mudar de casa], eu [...] não me importava nada [...] era tão pequena que não me fazia confusão, mas com a minha irmã mais velha foi mais complicado porque já estava naquela fase de ter os amigos, já tinha uma idade diferente. Para [ela], era mais que irritante! [...] como tem mais seis anos do que eu, já foi o suficiente para eles mudarem mais umas quantas vezes de casa. Madalena

Lembro-me que o meu pai nos juntou a todos na sala, tipo concílio familiar [...] e disse: «- Vamos para Macau, querem ir?» E nós dissemos: «- Não!» E ele disse: «- Está bem, vamos!» (risos). Naquela altura, uma miúda com quinze anos e catorze não tem hipótese de escolha absolutamente nenhuma, tens que ir para onde os teus pais vão. [...] nessa idade estás enturmada, [...] tens os teus grupinhos de amigos [...] e se te vais embora saís de cenário e achas que acaba tudo. Catarina

Sensações de agrado, entusiasmo, surpresa, expectativa e curiosidade contrapuseram-se a estados de tristeza, inquietude, angústia, apreensão ou perda, estes vividos com maior intensidade pelos jovens mais amarrados aos espaços e redes sociais de interacção quotidiana, com destaque para quem se encontrava no início da juventude. Uns poucos, acostumados à itinerância geográfica, à renovação das amizades, ao reajustamento a novas realidades e a contrastes culturais e sociais, encararam o trajecto para Macau como mais um ensaio aliciante⁸⁶. Outros mostraram-se receptivos à mudança de país dada a interferência de factores repulsivos, ligados à sociedade emissora (a passagem por uma fase de inadaptação escolar, sentimentos de exclusão no seio dos círculos de sociabilidade mais próximos); e/ou de factores atractivos, relativos ao meio receptor ou tão só à experiência de migrar face à qual criaram expectativas positivas. Mas para a maioria, a perspectiva de deixar Portugal foi sentida como um choque.

A migração para o sudeste asiático e consequente inserção num contexto espacial, social e cultural estranho e imprevisível representava desde logo a alteração profunda dos seus “espaços vida”, regra geral confinados à zona de residência, a par das rotinas quotidianas. Significava ainda o enfraquecimento de vínculos familiares (com os avós, tios, primos e em alguns casos também com um dos progenitores e/ou irmãos que não partiriam), bem como a dissolução dos coesos laços de amizade detidos na altura, como veio amiúde a verificar-se - a acentuada distância física entre Portugal e Macau impedia os usuais interfaces, a partilha de vivências e cumplicidades por meio das quais se cimentavam os laços afectivos. De facto, o

⁸⁶ Caso de Madalena, cujo regresso a Portugal (Porto) após nove anos vividos no Brasil lhe despertou acentuados sentimentos de estranheza, com destaque para atitudes de fechamento e desconfiança dos portugueses, bem como para o estilo pedagógico, autoritário e repressivo, da escola frequentada, assaz contrastante com o relacionamento íntimo e afectuoso estabelecido com os professores brasileiros. Domingos, já adolescente, aguardava ansiosamente o encontro com os familiares chineses radicados no destino migratório, os quais representavam uma parte das suas raízes e da sua identidade cultural.

afastamento dos amigos (da escola, bairro e actividades extracurriculares) figurou como o corte mais sentido pelos biografados, ou não fossem aqueles, repita-se, uma referência central e incontornável nos universos juvenis, assim como um eixo privilegiado de estruturação identitária nessa fase da vida (Costa e outros, 1990: 199; Pais, 1990: 157; 1996a: 43, 90-94; 1996b: 204-206; Lopes, 1997: 29, Conde, 1990: 688-690; Schmidt 1990: 647).

Nesta medida, estamos em pleno acordo com Pires (2003: 74) quando afirma que “Migrar significa partir de um mundo conhecido e rotinizado para um outro desconhecido, onde algumas das mais elementares rotinas da vida do dia-a-dia têm de ser reconstruídas, onde o mais banal dos contextos tem de ser reconhecido, onde algumas das mais correntes formas de interacção têm de ser reaprendidas. Por outras palavras, emigrar implica um custo de insegurização devido à desparametrização do quotidiano do migrante”, conduzindo amiúde a situações de incomunicabilidade, inadaptação e exclusão, em especial em sociedades nas quais os indivíduos não detêm quaisquer elos sociais e simbólicos (Sarup, 1994: 93-94; Portes, 2000: 143; Peixoto, 1993: 279; 1998: 26-27; Muñoz, 1992: 63; Neto, 1993: 40; Lopes, 1999: 199).

A avaliar pelos depoimentos dos jovens, a perspectiva de deixar Portugal constituiu, usando os termos de Giddens (1997: 105, 132, 186), um “momento decisivo” nas suas trajectórias biográficas. Como mencionado anteriormente, nos estudos sobre migrações os “momentos decisivos” integram o rol de factores explicativos ou adjuvantes das deslocações (cf. Pires, 2003: 75), muitas delas ocorrendo na sequência de situações que, por si só, já acarretam a desestruturação ou reestruturação da vida dos indivíduos. No entanto, julgamos poder encarar igualmente o itinerário geográfico como um desses episódios críticos de mudança por excelência. Mostrou sê-lo para os jovens porquanto sentiram os inúmeros desajustes e reajustes nele implicados - ao nível do *habitat*, espaço de residência, meio escolar, círculos de sociabilidade, hábitos, condições de existência e estilos de vida - como verdadeira ameaça à sua estabilidade identitária e segurança ontológica. Tanto mais quanto alguns viviam, em simultâneo, outras transições (desestruturação da unidade familiar com o divórcio dos pais, mudança de casa, de escola, etc.). Assim, se para os progenitores de uns poucos biografados certos “momentos decisivos” figuraram como causa da partida para Macau, a sua opção pela partida representou, para os filhos, um momento de viragem.

Aliás, no quadro do movimento populacional em análise, sublinhe-se que os verdadeiros protagonistas da deslocação não foram os jovens. Mesmo tendo a decisão dos pais resultado de uma ponderação dos custos/benefícios do projecto migratório para o agregado familiar, na linha da Teoria “Nova Economia das Migrações”, em lugar de confinar-se a uma lógica individualista de contabilização dos ganhos/perdas pessoais daí decorrentes, como sustentado pela Teoria da Escolha Racional, os depoimentos recolhidos indicam ter a maioria dos biografados encarado o ensaio migratório como uma imposição (daí dever questionar-se o carácter voluntário do itinerário, no que lhes diz respeito).

[...] O meu pai veio dois ou três meses antes e disse como facto consumado que iríamos para Macau [...]: «- Vamos!». «- Não, desculpem, eu não vou a lado nenhum, fico em casa dos meus tios, os meus tios adoptam-me e eu não vou para Macau», por isso foi uma reacção tão má como isso. Eu acho que o que se passou na minha cabeça com aquela idade foi, para já, que ele não tinha o direito de dispor da minha vida sem mais nem menos e no fundo ele acabou por fazer isso porque me disse como facto consumado que daqui a três meses vamos [...]. [...] eu tinha os meus amigos já há algum tempo, [...] eram aquelas pessoas que eu conhecia, com que me identificava e com que eu estava habituada a fazer coisas, tinha a minha vida completamente à volta de onde vivia e da escola e [...] não me passaria pela cabeça naquela altura, de repente, largar tudo e ir-me embora. Ainda por cima para um destino onde eu não fazia ideia onde é que era, não fazia a mínima ideia do que é que era e por dois anos à partida, na altura não aceitei bem a ideia. Teresa

Alinhamos com Giddens (1997: 178), entre outros autores, no reconhecimento de competências agenciais aos indivíduos para conduzir a sua trajectória biográfica, contornando ou resistindo aos obstáculos encontrados mediante estratégias e valências pessoais e sociais, da mesma forma que defendemos não serem as crianças e jovens meros receptáculos passivos dos parâmetros de socialização incutidos pelos adultos (Caputo: 1995: 28; Duveen, 2002). Parece-nos todavia claro que, registadas aqui diversas situações nas quais a possibilidade de escolha entre partir para Macau ou

ficar em Portugal nem foi sequer colocada aos biografados, a margem de manobra dos mesmos encontrava-se neste contexto deveras limitada face à autoridade parental.⁸⁷

Terá sido em parte para compensar essa imposição que os progenitores de quase todos os jovens converteram uma série de signos visuais e iconográficos sobre Macau - como as fotografias das Ruínas de São Paulo, do Hotel Lisboa, do mercado vermelho, do *jet-foil*, a par de outros como os gastronómicos e linguísticos - em instrumentos preciosos de “socialização antecipatória”⁸⁸ face a algumas características físicas, sociais e culturais do meio receptor, procurando despertar nos filhos o interesse pela sociedade que viriam a habitar e seduzi-los acerca das vantagens da partida.

[...] fomos uma ou duas vezes a um restaurante chinês que havia em Coimbra que foi onde eu aprendi a dizer «*fui*» e «*soi*» que era «copo» e «água» [...]. Os meus pais levaram-nos lá de propósito antes de irmos embora. [...] Ia na expectativa de um mundo completamente desconhecido. Tinha uma referência de muita cor, de muito movimento, se calhar da existência de um movimento nocturno que era diferente, isto através das fotografias, porque eu ainda me lembro de imagens dos primeiros livros de Macau, de capa preta [...]. [...] lembro-me de ter ficado seduzida por ser uma cidade onde se realizava um Grande Prémio, são imagens fortes que correspondiam à realidade porque de facto aquelas fotografias do livro existiam, de uma maneira completamente diferente, de um mundo surpreendente. Sofia

⁸⁷ A aplicação, às crianças, da teoria dos “grupos silenciosos” formulada por Sibley (Saramago, 1994: 154, 170) visa precisamente exprimir o diferencial de poder existente entre os mais novos e os agentes de socialização formais, condição de subalternidade que alguns autores estendem também aos jovens (Feixa, 1993: 47; Caputo, 1995: 19). Ainda assim, anotámos um caso em que as condições da partida para Macau foram negociadas - a irmã de Madalena, na altura com 18 anos, exigiu fazer-se acompanhar do namorado; e um outro em que a recusa de integrar pela terceira vez o fluxo foi aceite - saturadas das recorrentes deslocações Portugal-Macau-Portugal, as irmãs de Duarte optaram por ficar com a avó (a mais nova encontrava-se com problemas de saúde), tendo o jovem migrado apenas com a mãe.

⁸⁸ À luz da teoria funcional dos grupos de referência, Merton (1968: 347-348, 356-358, 476-477) define o conceito de “socialização antecipatória” como a conformidade do actor social, não por relação às normas, referências e expectativas do endogrupo, o grupo primário, imediato, mas face às do extragrupo, constituindo, por isso, uma espécie de preparação ou ensaio à sua adequada inclusão e aceitação nesse novo meio. “Para o indivíduo que (através de uma espécie de socialização antecipatória) adopta os valores de um grupo ao qual aspira, mas ao qual não pertence, esta orientação pode servir as duplas funções de ajudar sua ascensão dentro daquele grupo e de facilitar seu ajustamento depois que ele se tornou parte do mesmo” afirma o autor.

[...] tanto para mim como para os meus irmãos [...] era o máximo [...]. Nós tínhamos todas as referências de Macau. Antes de chegarmos [...] já tínhamos dentro do nosso imaginário um castelo enorme que era Macau. Domingos

A par de retratos específicos sobre Macau, também as ilustrações de livros infantis que remetiam para a China ou países vizinhos (caso das bandas desenhadas do Asterix e Obelix), estimularam o desenvolvimento das primeiras fantasias dos jovens sobre a sociedade hospedeira. Entreviam um lugar movimentado e densamente povoado, imaginavam chineses com chapéus de cone vestidos de igual; ricochós; casas de palhota de pequena dimensão e extensos campos de arroz; sonhavam com belas praias de água azul e límpida com palmeiras e guarda-sóis de palha, expectativas idealizadas nem sempre coincidentes com a realidade encontrada.

Mais realistas eram as representações construídas pelos jovens prestes a juntar-se a um dos progenitores já instalado e cujos relatos via telefone ou carta sobre as condições de vida usufruídas na sociedade de acolhimento e seus encantos (alojamento, escola, actividades extracurriculares, lazeres, viagens, bens de consumo, gastronomia, etc.) traduziam um belíssimo trabalho de persuasão, conseguindo, assim, alimentar nos filhos algum entusiasmo pela partida e legitimar a opção tomada.

«- Isto é fantástico! O vosso liceu tem computadores e piscina, tem aulas de natação e depois vamos passar férias à Tailândia e temos um *chauffeur* que vos pode levar para onde vocês quiserem!». E nós começámos a ficar animadas porque era o atractivo do diferente, que tem sempre a sua força. [...] Ele também descrevia a casa, fazia-nos aliciante. Por exemplo, eu sempre tinha dormido num quarto com a minha irmã e ele dizia: «- Agora vão ter um quarto para cada uma!» E depois ia contando coisas: «- [...] vivemos no vigésimo sétimo andar! [...] Tens um quarto com uma vista fantástica! Temos uma empregada filipina, há uns pratos muito bons!». Catarina

Quanto à preparação da deslocação para Macau, enquanto uns dispuseram de meses para se organizarem, outros não perderam tempo, apenas o suficiente para resolver assuntos burocráticos, seleccionar os bens a transportar e fazer as malas.

[...] eu estava na casa de banho e a minha mãe entra [...] e disse: «- Olha Madalena, o Gomes⁸⁹ morreu, vamos para Macau.» E eu disse: - «Ok!» (risos). [...] nós íamos sempre assim um bocado à maluca (risos). Era sempre assim de repente, eles decidiam de um dia para o outro: «Ok, vamos!» Fazíamos as malas, não levávamos quase nada, levávamos a roupa só, porque lá davam-nos casa mobilada, então fomos mesmo assim um bocado à deriva. Madalena

[...] eu estava com o Miguel [...] em Tentúgal e telefonei à minha mãe a dizer que ia hoje no comboio [...] e ela disse-me: «- Ah! Ainda bem que vens porque tens de tratar do passaporte porque vamos para Macau [...]». Era tudo muito repentino [...], para lá íamos com a bagagem que tínhamos, para cá há sempre tralhas: móveis, televisões, as coisas todas que uma pessoa tem lá e que dão muito mais trabalho [...] é uma autêntica indústria de encaixotamento de tralhas. Duarte

Pouco volumosas, as bagagens consistiam as mais das vezes em escassas peças de vestuário e objectos pessoais, o essencial para satisfazer as necessidades básicas na fase de instalação, pois contava-se adquirir na sociedade de acolhimento aquilo de que viessem a carecer depois de hospedados. Os que não dispunham de habitação própria em Portugal ofereceram ou confiaram parte dos seus haveres (móveis, objectos decorativos, roupa, brinquedos, livros, discos) a familiares ou amigos; os restantes deixaram o património em suas casas que, desocupadas ou emprestadas a alguém, aguardavam o seu regresso. As despedidas, essas variaram entre discretos festejos e separações sofridas. A perspectiva de retorno verbalizava-se com um lacónico mas sentido “Adeus, até à próxima!”.

⁸⁹ A morte de um amigo do pai da jovem com quem estava prevista a realização de um negócio promissor foi decisiva para que o percurso migratório se concretizasse.

Capítulo 5

Jovens portugueses em Macau

“Desembarco após quase uma hora de mar, percorro lentamente um lúgubre corredor na fila compacta dos passageiros, apresento o Passaporte. Macau!... Pousa a mala à saída da estação portuária. Vai-se me adensando no nariz um cheiro exótico, um cheiro adocicado e amolecedor, unânime e persistente, como os que se respiram nas lojas dos ervanários. É o cheiro do Oriente.”
(Altino do Tojal, 1987: 29)

1. Primeiras impressões e imagens do território

“Chegada a Macau, sensação aterradora e agonizante, sentimento de tristeza e saudade. Para trás um passado: amigos, familiares, certezas. Para a frente o mistério, a incerteza, O DESAFIO: Deixar penetrar em mim o fascínio oriental, deixar que console o meu desconsolo, deixar que alivie a minha dor. Aperceber-me de como é maravilhoso conhecer novas terras, novas gentes, enfim culturas... Começar a respeitar costumes, crenças, superstições... Sentir esta terra como sendo minha. Aprender a amá-la... Chegado o dia da despedida, quer me sinta vencedora ou vencida, uma parte de mim chorará e sempre recordará os bons, maus, óptimos ou péssimos momentos de vivência neste pedacinho da Ásia
Susana Veloso (em *Mensagem d’os Putos*, revista dos Finalistas [do Liceu Nacional Infante D. Henrique “novo”] nº 2, p. 17 s/d)

Não sendo directa, a viagem de longo curso rumo a Macau realizada na época em que os jovens partiram - a inauguração do aeroporto internacional do território remonta apenas a finais de 1995 - implicou uma ou mais escalas em cidades europeias (em alguns casos também asiáticas), daí que a maioria recorde a curta estadia fruída a meio caminho em hotéis de prestígio como o *Sheraton* ou o *Meridian* de Zurique, Paris, Genebra e Frankfurt.

Ficámos ao pé do Arco do Triunfo, foi assim uma noite gira no hotel, era aquela [...] idade em que adoras ficar em grandes quartos de hotel e abres os frigoríficos, mexes nos canais todos de televisão, depois a chave era um cartão [...]. Tomás

Embora efémera, a viagem reveste-se de acentuada relevância simbólica no quadro analítico em apreço porque não se confina à mera ilustração do percurso

geográfico realizado, antes representa a inauguração de um capítulo da vida dos jovens migrantes com vasto potencial de transformação ontológica e identitária. Ademais, estabelece dois importantes eixos nas suas trajectórias biográficas: um de carácter temporal, demarcando o passado do presente e futuro vizinho; outro de feição espacial, delimitando a sociedade emissora da receptora sob a forma de um elo que tão depressa tende a separar os indivíduos da primeira, quanto a vinculá-los à segunda.

Entendemo-la como um “rito de passagem”, expressão de Van Gennep (1960) a que diversos autores se reportam (Jenkins, 1996: 144-145; Fortuna, 1999: 75) - definido como um momento biográfico crucial, sinalizador de um processo simbólico de transição, pessoal e social, de uma condição ou estatuto a outro em matéria, neste caso concreto, de condições e estilos de vida, sociabilidades, pertenças, matrizes e espaços de referência.

A tríade dimensional que o conceito de “rito de passagem” comporta parece-nos, pois, de grande utilidade para ilustrar a trajectória Portugal-Macau. A “separação do contexto ou posição actual” é aqui caracterizada pela saída de Portugal onde os jovens deixaram a casa, escola, família, amigos, pertences, certos hábitos e rotinas. A “transição ou liminalidade entre um estatuto antigo e um novo” iniciou-se ainda numa fase cronológica anterior à “separação”, remetendo para a interiorização da partida, o processo de “socialização antecipatória” caso ensaiado, os preparativos da viagem, prolongando-se ao trajecto de avião e às escalas em outros países. Por último, a “incorporação” ou “agregação” de uma renovada condição social, reenvia-nos para a instalação em Macau, bem como para a consequente dinâmica de reestruturação identitária decorrente da progressiva acumulação de experiências e vivências numa sociedade, habitação, escola, círculo social e ambiente cultural distintos.

A passagem por Hong Kong precedia a entrada em Macau, sendo da então ‘colónia’ britânica que se efectuava a travessia de barco, o chamado *jet-foil*, em direcção ao destino migratório. A quase totalidade dos jovens e demais membros do núcleo doméstico tiveram à saída do aeroporto alguém para os receber e prestar assistência: representantes do Governo; colegas de trabalho, amigos ou conhecidos dos pais; um dos progenitores se previamente estabelecido, ou outros familiares, confirmando o atrás mencionado enquadramento institucional e/ou social do movimento geográfico. Mas não só. Também a posse de um estatuto mais ou menos distintivo, proporcional à maior ou menor importância do cargo profissional a ocupar

pelo protagonista da deslocação, revelava-se à chegada. Lugares de direcção gozavam, regra geral, de tratamento especial.

Lembro-me perfeitamente de chegar ao aeroporto de Hong Kong, de termos uma limusina à nossa espera e os Representantes da Saúde [...]. Sofia (filha do então Director do Hospital Conde Januário).

Independentemente da época do ano em que se deslocaram, o primeiro impacto ao pisar solo asiático foi físico-sensorial. Quase sem excepção, os jovens aludiram ao embate climatérico provocado pelas elevadas temperaturas e intensa humidade da região, ainda hoje lembrando o bafo quente, a transpiração persistente, o cansaço e a indisposição agravada por uma viagem extenuante⁹⁰. Ao clima acoplavam-se muitos outros elementos que contribuía de forma ora intimidatória ora fascinante para gerar nos jovens perplexidade ou mesmo, como bem ilustra o excerto abaixo transcrito, a sensação de “choque cultural” - termo introduzido por Oberg em 1960 para designar o sentimento de confusão e desorientação provocado pela exposição a uma nova cultura (cf. Hutnik, 1991: 110). Ainda em Hong Kong, constituem exemplos a futurista arquitectura, as cintilantes imagens da sociedade de consumo, o acelerado ritmo urbano, o seu ambiente cosmopolita. A partir de então, começaram a pressentir-se os fortes contrastes entre as sociedades de partida e de acolhimento.

[...] eu acho que a minha primeira má sensação ou má reacção [...] foi também muito física porque na altura eu achei: «- Isto é tudo muito esquisito. Estou aqui no meio desta humidade, não consigo respirar, mas então como é que isto é possível? Para onde é que me trouxeram?». Teresa

[...] foi uma excitação [...] estava uma criança nesse dia. Olhava para aqueles prédios muito grandes, muito bonitos, com um ar muito cosmopolita, tudo cheio de gente, as ruas, de carros, tabuletas de publicidade, uns prédios fantásticos [...] «Uau!, isto é incrível!» Estava fascinada! Catarina

⁹⁰ Comungámos de idêntica experiência quando visitámos Macau cuja viagem durou cerca de 24 horas: Lisboa - Amesterdão (3 horas); escala em Amesterdão (5 horas); Amesterdão - Hong Kong (13 horas); aeroporto de Hong Kong - terminal do *jet-foil* de Hong Kong (1 hora de autocarro); terminal de *jet-foil* de Hong Kong - terminal de *jet-foil* de Macau (1 hora e 30 minutos de barco para efectuar 60 km).

Apanhámos uma camioneta [...] do aeroporto para o *ferry*, tudo em pé com as malas [...]. [...] era assim um barco estranho cheio de chineses a comerem umas massas, sopas de massa, numa espécie de frasco de esferovite, andavam com pauzinhos a comer aquilo, a fazer um barulho esquisito. [...] na altura toda a gente andava com *bips* e começavam a aparecer os telemóveis, [...] e eu não sabia o que era aquilo por isso achava estranho. Tomás

À medida que os jovens se aproximavam de Macau, tudo o que os seus sentidos captavam, então altamente despertados e estimulados, era percebido como distante das suas matrizes de referência primárias: o colorido do território; a invulgaridade dos inúmeros paladares e odores activos na cidade, a incenso, papéis queimados e peixe seco⁹¹; a singularidade dos sons, como o tinir dos ‘pauzinhos’ tocando as tigelas, as peças de *Mahjong* jogadas umas contra as outras, o metal dos ‘espanta espíritos’ estremecido pelo vento, os panchões rebentados nas festividades. De facto, “(...) the experience of moving often to a new home is most felt through the surprises in sensation: different smells, different sounds at night, more or less dust”, assinala Ahmed (1999: 342).

[...] O cheiro de Macau é o cheiro das ruas, é o cheiro das zonas de mercado, de peixe seco e das lulas secas e das galinhas e do peixe vivo, é o cheiro do incenso, montes de coisas misturadas, dos papéis queimados que eles queimam lá para os mortos, essa sensação do cheiro é uma coisa que marca um bocado [...], é o cheirinho de Macau, a pessoa quase consegue lembrar. Madalena

[...] à noite fomos jantar com esses tais amigos dos meus pais que nos levaram a um restaurante chinês e aí talvez tenha começado a achar alguma piada às coisas porque eu nunca tinha provado comida chinesa, eles pediram [...] rã, eu nunca tinha provado rã. Achei super engraçado [...]. Teresa

[...] lembro-me que o barulho das pessoas a comer em Macau é diferente porque são os pauzinhos, as tigelas, há uns barulhinhos diferentes [...]. Rita

[...] o que mais me impressionou foi o calor e o cheiro [...]. Estava habituado aos cheiros de África que ainda os mantenho, mas aqueles cheiros eram de

⁹¹ A percepção subjectiva de um Macau assaz odorizado poderá atribuir-se quer à intensidade dos cheiros percebidos quer ao facto de os jovens terem eventualmente sido socializados em ambientes algo “desodorizados”, expressão de Fortuna (1999: 93-102), tornando-os por isso mais sensíveis aos mesmos.

outro tipo [...]: enquanto em África cheirava a terra e a fruta e ao odor das pessoas, [...] em Macau os cheiros são subtis, são adocicados, são cheiros muito especiais [...]. [...] chegámos a Macau de noite e eu não conseguia dormir porque queria ver tudo aquilo que eu imaginava que era e depois a maior parte das coisas não eram [como as imaginava]: começou-se a revelar muito mais interessante [...]: havia uma parte de Macau muito parecida com o que nós vemos nos filmes de New Orleans: prédios de arquitectura colonial mas com as grades [...] e as varandas em ferro [...] a zona da Baía da Praia Grande é lindíssima, Macau [...] excedeu as minhas expectativas. [...] na altura eu pensei: «- Mas que raio, pensava que isto era diferente!» O meu pai tinha-me dito: «- Atenção que aquilo é muito pequeno», mas também era maior do que aquilo que ele dizia que era [...]. Domingos

Também o sobrepopoamento urbano e a elevada densidade populacional, uma das maiores do mundo - os dados oficiais referentes a 1991 registam a presença de quase 400.000 habitantes em cerca de 18 Km², à volta de 20.000 por Km²; a compleição física e fisionómica dos habitantes, seus modos de estar e expressões culturais; a vibração da cidade animada pela vivacidade dos vendilhões e o frenesim de pessoas, carros, motociclos, bicicletas e ricochós; os estilos arquitectónicos; a tecnologia de ponta; a cor do mar, castanho e lodoso; assim como as devastadoras consequências das tempestades de Verão ofereciam, em simultâneo, aos recém-chegados, o que Fortuna (1999: 6), num outro estudo, designou de “paisagens olfactivas, sonoras e visuais”, “ambientes vividos e atmosferas sensíveis” que “(...) mobilizam capacidades cognitivas e sensoriais diversas”, acordando os jovens para um vasto manancial de elementos a contemplar, inalar, auscultar, tactear e saborear. Os primeiros tempos ali vividos foram sobretudo de descoberta através do olhar distanciado de quem ainda se encontra social, cultural e territorialmente desamarrado, não reconhecendo o meio de acolhimento como seu. Os biografados sentiam-se “estrangeiros”.

[A sensação era] espectacular, uma vontade de descobrir o que é que vai acontecer a seguir, na próxima esquina o que é que me vai surpreender, porque tu és surpreendida [...] a todo o minuto, a qualquer hora, mesmo. Sofia

[...] apanhámos esse autocarro que estava pejado de chineses [...], havia um chinês com uma galinha viva, porque os gajos iam ao mercado comprar galinhas vivas. Lembro-me que com o meu irmão também fui para o mercado [...] e foi a estranheza total. Nós andávamos por aquelas ruas, era o cheiro, era o calor, era tudo e aí percebi que fazia mesmo parte [...] do pacote... Catarina

Era tudo realmente muito diferente, desde tu ires ao mercado, e aquilo é tudo muito estranho, há muita cor, há muita... não é violência, [...] mas há um grande sentido de movimento: tu entras no mercado, as pessoas gritam, [...] cortam o peixe quase à estalada, as galinhas voam por todo o lado, tu não tens quase sítio para te mexer, toda a gente se mexe quase em cima de ti, carregam coisas à cabeça, [...] para onde quer que fosse havia pessoas a passar, umas de bicicleta, outras de rícochó, os carros [...]. [...] é um sentido de confusão que tu cá não tens, é tudo muito mais ordenado, há muito mais espaço, tu aqui não sentes que estão mil pessoas em cima de ti [...]. Teresa

Acompanhados pelos irmãos, pais e/ou colegas destes há mais tempo estabelecidos - cujas orientações e intermediação com os habitantes locais foram determinantes para amortecer “o impacto da mudança cultural”, palavras de Portes (1999a: 91) - percorreram *ex-líbris* da cidade como as Ruínas de São Paulo, o Largo do Leal Senado e ruas adjacentes, tacteando os espaços de referência dos migrantes portugueses, verdadeiras âncoras da sua identidade sociocultural, caso do Clube Militar.⁹²

Integrando o conjunto das mais emblemáticas marcas físicas e simbólicas da presença lusa em Macau, o Clube Militar, requintado centro associativo, cumpria duas funções elementares que geralmente motivam a criação de associações de migrantes (a

⁹² Edifício arquitectónico de traça colonial e um dos centros nevrálgicos da ‘comunidade’ portuguesa em Macau, o Clube Militar foi fundado em Abril de 1870 por um grupo de oficiais sob a forma de associação privada sem fins lucrativos designada de “Grémio Militar de Macau”, tendo como propósito tornar-se num espaço de convívio, lazer e conhecimento, este estimulado pela criação de uma biblioteca com livros militares, científicos, entre outros. Embora nos primeiros estatutos, datados de 1871, o Grémio admitisse apenas como sócios oficiais militares (do exército, marinha, reformados e aspirantes) ao fim de pouco tempo passou a agregar também civis. Em 1951 a instituição substituiu a denominação de Grémio por Clube Militar e qualquer pessoa maior de dezoito anos podia associar-se desde que tida pela Direcção como “amiga da cultura, tradições e costumes portugueses”. Os objectivos do Clube assentavam na promoção da cultura lusa no território mediante a disponibilização de espaços para os associados - salas de convívio, leitura e jogo, bar, restaurante de gastronomia portuguesa, uma biblioteca - a par da organização de várias actividades (recepções sociais, conferências, exposições, excursões, etc.). Entendemos que o uso da nomenclatura ‘Clube’, de conotação algo distintiva, em detrimento de ‘Associação’, de pendor mais popular, é indicativa do privilegiado posicionamento social dos seus membros como pudemos confirmar ao longo da investigação. Para um aprofundamento da sua história cf. <http://home.macau.ctm.net/~cmm/>.

par da defesa de interesses colectivos). Cultural, permitindo reviver e preservar na sociedade hospedeira referências do país de origem (ou partida), ao nível da língua, imprensa escrita, gastronomia; e sociabilística, promovendo o interconhecimento entre conterrâneos que, no interior daquele espaço físico e sociocultural bem demarcado, cultivavam os seus vínculos intracomunitários e a identidade lusófona⁹³.

Neste clube formaram-se e firmaram-se as redes sociais mais influentes no seio da ‘comunidade’ portuguesa, beneficiando aqueles que as integravam do capital associado - acesso privilegiado a um rol permanente de informações sobre a sociedade que habitavam em matéria política, económica, laboral, social e artístico-cultural. Tratava-se ainda de um local de convívio e de lazer intrageracional porquanto tendia a atrair vários membros da unidade doméstica, em especial adultos e crianças que aí confraternizavam, liam, tomavam refeições, bebiam café, jogavam cartas, pingue-pongue, bilhar, *snooker* e matraquilhos.

Embora poucos, houve quem se aventurasse para lá dos habituais roteiros turísticos e lusófonos, calcorreando os cantos e recantos do que apelidaram “mundo chinês”, vagueando pelas ruas a pé e/ou de autocarro, deambulando pelos jardins, espreitando templos, mercados, *tintins*, na tentativa de espiar as vivências da população local. “Primeiro estranha-se, depois entranha-se” diria a este propósito Fernando Pessoa, e na verdade aquela realidade entranhou-se a tal ponto que até os jovens (como Teresa) mais resistentes ao projecto migratório se renderam aos atractivos de Macau.

⁹³ No estudo sobre associativismo e integração de jovens de origem africana em Portugal, Grassi (2008b: 749-768) dá conta, para além da vertente de dinamização cultural das associações de imigrantes, da sua vocação assistencialista, isto é, de apoio a situações de precariedade social. Apesar de a investigação concluir acerca da fraca participação dos jovens inquiridos nas associações que os representam - sobretudo a partir dos anos 90, fruto de um aumento da suspeição face à idoneidade dos seus dirigentes - destaca-se a relevância destes organismos não só como fonte de informação e esclarecimento dos imigrantes acerca dos seus direitos de cidadania, mas também enquanto canais de mediação institucional das populações imigrantes com instâncias políticas e económicas - quer das respectivas sociedades de origem, quer das de acolhimento - procurando, assim, encontrar respostas para as suas necessidades socioeconómicas. Segundo a autora, tal interlocução é designada por Woolcock (1999) de capital social de «conexão», o qual comporta um sentido vertical.

2. Alojamento provisório em hotéis, casas atribuídas e zonas residenciais

Ao chegar a Macau, uma das experiências comuns à quase totalidade dos biografados, e que os marcou sobremaneira, diz respeito à vivência de uma temporada num hotel - entre três e dezoito meses - enquanto aguardavam o encaminhamento para uma casa cedida pela Administração, ainda ocupada por funcionários prestes a abandonar a cidade ou em fase de remodelação (o mesmo sucedeu com vários profissionais portugueses vinculados ao sector privado, também beneficiários de alojamento).⁹⁴

Os Hotéis Metrópole, Matsuia, Beverly Plaza e a Pousada do Governo elevaram-se, assim, à condição de primeira morada dos jovens interpelados e de muitos outros conterrâneos que passaram por Macau. Caracterizados pelo frenesim de entradas e saídas de portugueses, uns acabados de chegar, outros prontos a mudar-se para o alojamento atribuído, estes espaços espelham o constante movimento de pessoas, centrípeto e centrífugo, que animava e ainda hoje anima o território. Importa anotar não ter sido aleatória a distribuição dos indivíduos pelos hotéis de Macau, antes reflectindo a ponderação dos estatutos socioprofissionais detidos pelos recém-chegados, como atestam Cabral e Lourenço (1993a: 49).

Rotulados de “não-lugares” por Augé (1998: 83), que os integra no rol de locais de transição e passagem tidos como não identitários, não históricos e não relacionais, os hotéis que hospedaram os jovens surgem representados por alguns deles como lugares de facto, nos quais investiram temporariamente a sua identidade pessoal e social - Madalena celebrou, inclusive, aí o seu 11º aniversário. Para além de cumprirem o papel primário de albergaria, as unidades hoteleiras funcionaram ainda como um ritual de iniciação, menos às gentes e culturas locais do que às condições de existência privilegiadas prestes a ser adoptadas. As eloquentes descrições dos biografados em torno desta experiência revelam, em nosso entender, não só o efeito de idade por eles assinalado, como também o efeito de escalada social imediata, acusando um significativo contraste entre os modos de vida passado e presente.

⁹⁴ Tendo família em Macau, Domingos e o respectivo agregado ficaram apenas duas noites num hotel, por conta própria, hospedando-se de seguida em casa da avó chinesa até encontrada uma residência satisfatória. Sendo o único entrevistado cujos pais migraram sob um regime de mobilidade 'independente', à partida mais incerto, não gozou na fase de instalação das regalias facultadas ao grosso dos migrantes portugueses institucionalmente enquadrados, se bem que no domínio sociocultural dispusesse de uma aparente vantagem face àqueles - o suporte de familiares paternos.

Eu estava encantada, cheguei ao hotel e adorei, ainda por cima ficámos num *duplex*, com sala lá em baixo e o quarto lá em cima, então fartei-me de escorregar pelo corrimão, toquei nas campainhas todas, chamei o empregado três vezes, era mesmo excitação de miúdos. Rita

Eu na altura adorava hotéis (risos). Era espectacular [...] tinha televisão com TV cabo, com os canais todos [...]. [...] em Portugal só havia RTP e ali tinha os canais ingleses de Hong Kong, o [...] da TDM, [...] mais três [...] com filmes, era uma maravilha. Não era preciso fazer as camas. Tinha uma coisa espectacular, que era um telefone na banheira [...]. [...] eram dois quartos de hotel e tinha uma porta, género *hallzinho*, com entrada para os dois quartos. [...] era como uma casa. [...] tínhamos lá tudo: frigorífico, máquina de café, talheres, pratos. Era um hotel de quatro estrelas que tinha acabado de abrir. [...] E antes de sair para a escola, íamos lá abaixo tomar o pequeno-almoço, com empregados chineses a servir-nos sumo de laranja, torradas [...]. Tomás

Era completamente diferente, foi um contraste enorme, foi uma novidade a toda a hora porque tu és miúda (e eu falo por mim porque tinha 12 anos) e de repente [...] estás na China a viver num hotel, com empregados chineses, a viveres numa *suite* com televisão, com casa de banho, mas acabas por fazer uma vida normal. Sofia

De igual forma, verificou-se que os hotéis constituíram, na fase de tateio do meio receptor, uma importante plataforma de integração e sociabilidade entre muitos portugueses, adultos, jovens e crianças, acabados de acercar o território, motivando-os a dar os primeiros nós na extensa rede de amizades construída. As solidariedades informais ali tecidas revelaram-se, por isso, capazes de atenuar o embate da chegada e o embaraço que a instalação numa nova sociedade sempre causa.

Estava também a achar imensa piada viver num hotel, nunca tinha vivido num hotel. E não era só eu que estava no Hotel Metrópole, só no meu piso havia mais não sei quantas crianças e eu aí acabei por fazer amizade com outro rapaz [...], mas é normal nas histórias de chegada [a Macau] haver sempre essa confraternização de hotel. Duarte

Não obstante a satisfação partilhada pelos jovens por acederem ao conforto, sofisticação e mordomias até então totalmente estranhas à maioria, a transferência ao fim de uns meses para as casas disponibilizadas foi, grosso modo, bem acolhida. Apesar de as residências conterem amiúde apenas equipamentos básicos e peças de mobiliário estandardizadas, de forma a permitir o investimento pessoal dos novos ocupantes na decoração dos lares de acordo com as suas vivências e preferências estéticas, reuniram, pelas suas características - dimensão, localização geográfica, centralidade, detalhes arquitectónicos, luminosidade, vista, entre outras - a aprovação de todos os biografados, à excepção daqueles que, como Teresa, haviam partido para Macau desagradados.

[...] para agravar mais as coisas meteram-nos numa casa que só tinha dois sofás, uma mesa, dois sítios para meter os colchões nos quartos; [...] não estava realmente mobilada à séria, não tinha sequer cortinados. [...] estava habituada à minha casa com as minhas coisas - de repente chego a uma casa que não tem nada disso [...]. Póim, outro corte! Onde é que estão as minhas coisas? Onde é que está a minha casa? Não tenho uma porcaria de uns cortinados! Um sol abrasador, um calor de morrer, não há cortinados, não há nada! O que é isto? O que é que vai acontecer aqui? Teresa

Reconhecidamente maiores e melhores do que os deixados em Portugal, também a localização, área e qualidade dos alojamentos em Macau permaneciam associados ao grau de distintividade da categoria profissional do progenitor contratado, tal como ocorrera com a selecção dos hotéis onde os instalaram, juntando-se a este critério estatutário a composição numérica do agregado doméstico. Atendendo a que as casas no território não eram por tradição espaçosas, dada a reduzida dimensão média das famílias nucleares chinesas em virtude das restrições impostas à natalidade com a lei do ‘filho único’, caso necessário adaptavam-se determinados imóveis à estrutura alargada de algumas famílias portuguesas.

Depois do hotel conseguiram fazer obras numa antiga enfermaria de leprosos, perto do hospital e nós ficámos com o primeiro andar [...] tínhamos uma casa impecável [...] muito grande [...] porque nós éramos muitos. Tinha uma sala excelente [...], um corredor grande [...]. [...] depois [...] mudámos para uma antiga farmácia do Estado [...]. [...] Eram quatro apartamentos, nós ficámos

com [...] dois apartamentos para nós. A casa era muito bonita, toda em pedra e de linhas direitas [...] tinha um encanto muito especial. Ouvia-se o Grande Prémio que se passava mesmo ali ao lado; duma nesga da janela do meu quarto via-se ainda a Baía da Praia Grande [...]. Sofia

A casa era ótima [...]. Nós também estivemos à espera porque eles estiveram a fazer obras na casa porque nós éramos três filhas - normalmente eles dão um quarto por cada filho [...] e era um bocado mais difícil, então arranjam-nos um apartamento com três quartos e um estúdio em que eles partiram as paredes, juntaram as duas casas [...]: tinha escritório, uma sala grande, sala de jantar, quatro quartos, duas casas de banho, garagem [...]. Madalena

Em termos geográficos, a Península de Macau subdivide-se, de forma algo grosseira, em duas áreas urbanísticas, a do Porto Exterior, exposta ao mar, e a do Porto Interior, virada para a China continental, classificada como a zona “dos bairros pobres e das angústias dos imigrantes ilegais” (José, s/d: 70), onde os referentes chineses se revelavam quase exclusivos. O antropólogo e jornalista Carlos Morais José (s/d: 7) descreve-as do seguinte modo: “(...) em Macau existe um lugar chamado Porto Interior. Mais curioso ainda é o facto da sua beleza e autenticidade se opor às modernices impessoais do seu oposto, o dito Porto Exterior. A oposição não deixa dúvidas: de um lado está o Macau do progresso, do comércio em grande, da riqueza bárbara, do betão armado e da insensibilidade. Do outro reside o Macau do tráfico, do encontro de culturas, dos segredos, a cidade tradicional ainda profundamente genuína, as casas de dois andares, os fragmentos de uma cidade destinada à aventura sem limites nem condições conhecidas”.

[...] o Porto Interior é onde há [...] um porto natural onde estás, não digo na China no país real, mas mais perto da China, porque tu olhas para a frente e a China é ali, estás a ver as pessoas que andam ali [...], tens o mar que os separa e é uma zona muito característica porque tens os juncos e os pescadores que vivem dentro dos juncos porque as casas deles são os próprios barcos, e é uma zona que ferve de negócio, de pequenas fábricas, fabriquetas. Domingos

Salvo Domingos que, no seguimento do mês vivido em casa da avó no Porto Interior, habitou um apartamento arrendado pelos pais nessa mesma cinta da cidade, aí

optando por permanecer quando se emancipou em termos económicos e residenciais dois anos depois de desembarcar em Macau, atraído pelas suas particularidades, não foi nesta última área mas na do “progresso” e da “riqueza bárbara”, termos de Morais José (s/d: 70), que a maioria dos biografados residiu.

A par das casas senhoriais privilegiadamente situadas na Penha e junto à Baía da Praia Grande, destinadas aos mais altos representantes do governo e a uns quantos profissionais de topo, refira-se um conjunto de complexos habitacionais disseminados por Macau, ilhas da Taipa e Coloane (nestas, em especial, a partir dos anos 90), que hospedavam um significativo número de portugueses, muitos deles funcionários da Administração. Destaque-se o *Tac-Fai* e o *Hoi-Fu*, mas também o *Jade Garden*, *Ocean Garden*, *Kings Court*, *Queens Court* e *Caravel Court*, alguns de construção recente e luxuosa.

Projectado nos anos 80 por Manuel Vicente, prestigiado arquitecto português que em Macau deixou vasto património, o *Tac-Fai* localiza-se numa área central por de trás das Ruínas de São Paulo (um dos monumentos mais antigos do território) e nas imediações do hospital Conde São Januário, do cemitério e dos bombeiros. De cor branca e amarela é formado por dezoito pisos com dois fogos por andar. Foi a primeira morada de Duarte (no 1º piso); a segunda de Rita (no 12º) após uma curta e má experiência na zona da Barra (dado o odor nauseabundo proveniente de um matadouro próximo); e era perto dele que Madalena vivia. Parece haver consenso a respeito da parca representação chinesa e macaense neste edifício durante o período de tempo em que os biografados o habitaram, salvo aqueles vinculados à Administração. O *Hoi-Fu*, por seu turno, considerado até finais dos anos 80 como uma das construções mais sumptuosas de Macau, integra quatro torres de 30 pisos, cada uma com quatro fogos. Nele residiram uns quantos biografados: Alice, durante toda a estada em Macau; Duarte após a passagem pelo *Tac Fai*; assim como Rita, cujo relato comportou os maiores elogios em torno do alojamento onde permaneceu mais tempo, um *duplex* nos 29º e 30º andares de considerável dimensão, composto por seis quartos (incluindo o da empregada doméstica), quatro casas de banho e uma sala espaçosa, bem distinto do modesto rés-do-chão ocupado num dos bairros populares de Lisboa.

No meu prédio, por acaso, havia bastantes portugueses porque era tudo no prédio dos Serviços [...]. Eu tinha uma professora da minha escola, [...] a minha vizinha também era da minha escola, houve uma altura que me dei com

ela, mais ou menos; havia pessoas do meu prédio que eram portuguesas e professores e alunos da minha escola [...]. Alice

Conhecia todos os vizinhos portugueses e costumávamos ir a casa uns dos outros. João

[...] lembro-me especialmente da Beatriz, porque a mãe dela trabalhava no Instituto Emissor e também tinha aí uma casa, [...] foi a minha primeira amiga porque tinha exactamente uma casa nesse mesmo edifício [...]. Teresa

[...] nessa altura vivia aí a Sara, a tal minha primeira amiga [...], a Helena [...], a Salomé [...], tínhamos imensos amigos a viver lá no prédio. Um outro amigo que a minha mãe conhecia cá de Portugal [...], depois havia a Kicas que era outra amiga minha e que vivia no 10º andar - nós vivíamos no 12º. [...] também o Rodrigo morava no meu prédio [...]. [...] nesse Verão [...] em 84, quando o meu pai lá foi, ele dizia que aquilo era um inferno, que não se podia estar naquela casa porque toda a gente lá entrava. [...] quando mudámos para o *Hoi Fu* [...] eu dava-me mais com as pessoas do meu prédio: a Rebeca [...] vivia no 17º, os Norton viviam no 7º andar [...] eu passava em casa dos Norton, depois ia a casa da Cuca. Depois a Salomé morava no *Tac-Fai*, entretanto mudaram também para o *Hoi Fu*, nós morávamos no L e eles [...] no K que era mesmo ao lado [...]. Viviam os Ferreira [...] no 25º, a Carolina foi viver depois para outro bloco [...] mas ainda viveu no 13º durante muito tempo, portanto no nosso prédio havia imensos colegas da escola a viver. Rita

Percebe-se com nitidez, dos excertos acima transcritos, que a maioria dos biografados teve vizinhos portugueses com quem travou amizade, laços prolongados muito além dos limites residenciais porquanto frequentavam a mesma escola (em alguns casos também a turma) e interagem no âmbito das actividades extracurriculares e de lazer, daí a sua configuração “multiplex” (Portes, 1999a: 15-16, 111; 2000: 154). Aliado a tantos outros eixos unificadores que se analisarão adiante, a presença expressiva de crianças e jovens portugueses em determinados complexos habitacionais encorajou-os ao desenvolvimento de sociabilidades do tipo intra-comunitário, assentes num expressivo sentido de união, pertença e “vizinhança” (Back, 1996: 31). Assentes, diria Granovetter (1973: 1361-1378), em “laços fortes”, a avaliar pelos elevados níveis de intimidade, intensidade afectiva e tempo investidos

nessas alianças. Gerava-se, nos escalões etários inferiores, uma intensa confraternização, não bairrista mas *predista*, pautada por verdadeiros corrupios inter-domiciliares. Paulo Filipe Monteiro (1994: 22) estava certo quando, ao estudar os modos de integração de luso-americanos numa região dos E.U.A., escreveu que embora os migrantes lamentem a falta das pessoas estimadas, “rapidamente (...) criam e desenvolvem no país de destino outras redes que com o tempo acabam por tornar anacrónicas as referências iniciais”.

Assinale-se, todavia, que apesar do comunitarismo característico das relações sociais estabelecidas pelas crianças e jovens portugueses nas urbanizações referidas induzir à representação destes espaços residenciais como “enclaves imigrantes”, em bom rigor julgamos inadequado categorizá-lo desse modo. Não se encontrou no Macau retratado pelos biografados, pelas fontes documentais consultadas e por nós visitado, um *Portugal Town*, nem tão pouco uma aglomeração espacial visível e bem demarcada dos migrantes portugueses (cf. mapa anexo).

A maior parte dos edifícios por eles habitados também alojava chineses e macaenses, em particular funcionários públicos igualmente beneficiários de casa cedida pela Administração (Cabral e Lourenço, 1993a: 49, 111; 1993c: 555) - a par de indivíduos provenientes da Europa, E.U.A., Austrália e outros países asiáticos como a Tailândia e Filipinas - não sendo por isso seu privilégio exclusivo. Antes coabitavam com uma amálgama de populações, culturas e tradições (Hongzhao, 1996: 698), compartilhando com os habitantes locais o tecido urbano e social do território, facto confirmado em directo no decurso do trabalho de campo ali efectuado. Admitimos, sim, o uso da expressão ‘quase enclave’, já usada por Peixoto (1999: 218) para ilustrar a propensa vivência endocentrada de trabalhadores qualificados no estrangeiro.

Outro aspecto não somenos importante a considerar na análise dos alojamentos habitados pelos biografados prende-se com os trajectos de mobilidade residencial efectuados por muitos deles ao longo da estadia em Macau, algo recorrente em vários agregados (quatro dos jovens ensaiaram-nos três vezes), estando estes as mais das vezes correlacionados com a mobilidade profissional dos progenitores - promoções, exonerações, alteração de funções, de área de trabalho ou ainda transição do sector público para o privado e vice-versa (facto que indicia, em simultâneo, o dinamismo do mercado laboral no território naquela época)⁹⁵. Recomposições do núcleo doméstico

⁹⁵ Durante os cinco anos vividos em Macau Madalena manteve a mesma morada, assim compensando a itinerância que até aos onze anos lhe deu a conhecer um pouco dos continentes africano, americano e

estiveram, de igual modo, na origem de mudanças de residência quer por via do seu alargamento (nascimento de irmãos ou entrada de novos elementos - padrasto/madrasta e respectivos filhos), quer da sua contracção (como a dissolução de laços conjugais). Não tendo estas experiências causado alterações profundas nas rotinas dos jovens, nem nos seus “espaços de vida”, estimulavam a capacidade de reajustamento a novos lugares e vizinhanças, bem como de desapego dos precedentes, contribuindo a longo prazo (e a par de outros factores) para a construção de identidades familiarizadas com a mudança, o efémero, o provisório, ainda para mais formatadas no quadro de uma estadia também ela temporária e de uma fase da vida particularmente transitória.

européu. Mas nem por isso a necessidade de mudança deixou de se fazer sentir no seio familiar: *“Foi o nosso recorde por incrível que pareça e não sei como é que aconteceu, mas claro que a minha mãe tinha que estar a mudar a casa todos os meses [...] para sentir que estava a mudar de ambiente.”*

3. O meio escolar

Assim como a procura de alojamento e trabalho não constituiu uma preocupação para o grosso dos profissionais portugueses que acercou Macau nos anos 80 e 90, o mesmo se aplica à inserção dos filhos num estabelecimento escolar: até ao término do secundário o ensino ministrado em português estava garantido poupando-os à tarefa, por vezes complexa, de compatibilizar pautas de referência linguísticas, culturais e valorativas distintas - as da sociedade de origem e/ou partida e as da de acolhimento, enfrentada por tantas outras crianças e jovens migrantes (Portes, 1999a: 98-105). Aliás, desde finais do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX criaram-se instituições portuguesas sob alçada da Administração visando difundir a lusofonia no território, bem como acautelar a formação escolar e profissional dos portugueses ali radicados (Cónim e Teixeira, 1998: 90; Silva, 2004: 23-24).

O pré-escolar fazia-se geralmente no Infantário da Guia; a primária na Escola Oficial Pedro Nolasco da Silva (“Central”) ou ainda nos Colégios de Santa Rosa de Lima e Salesianos D. Bosco, este último, de Jesuítas, que incluía também o ciclo de estudos seguinte. Contudo, a maioria dos biografados completou o preparatório e o secundário no Liceu Nacional Infante D. Henrique - “Liceu de Macau” - instituição pública de ensino: seja no liceu ‘velho’ situado até 1985 junto à Baía da Praia Grande (em cujo terreno foi projectado o Banco da China), onde uma parcela significativa dos jovens adultos estudou; seja no liceu ‘novo’ que o veio substituir, passando a integrar o Complexo Escolar de Macau construído numa zona urbana renovada próxima do terminal de *ferry*. O edifício reunia em blocos contíguos a Escola Preparatória José Gomes da Silva, a Escola Secundária Infante D. Henrique, a par da Escola Luso-Chinesa Luís Gonzaga Gomes, frequentada somente por macaenses e chineses.

Poucos, apenas os que prosseguiram a via de estudos económico-social, então designada de “área C”, indisponível no Liceu português - passaram pela Escola Comercial Pedro Nolasco na qual os “filhos da terra” prevaleciam, estabelecimento católico de língua portuguesa cujos programas curriculares se guiavam pelas directrizes das escolas portuguesas. Um ano antes da transferência de poderes, a Comercial deu lugar à Escola Portuguesa de Macau (EPM), a única que ainda no presente reproduz o modelo português (ao nível do pré-escolar, básico e secundário). O ‘novo’ Liceu de Macau, conhecido por Liceu do “Taveira” porque projectado pelo Arquitecto com o mesmo nome, colheu adjectivos consensuais: bonito, colorido,

muito amplo e apetrechado de notáveis infraestruturas - salas de aulas equipadas com as mais modernas tecnologias, um auditório, três ginásios e uma piscina “quase olímpica” - oferecendo espaços destinados à prática de modalidades desportivas diversas, tais como natação, futebol, atletismo, andebol, voleibol, basquetebol, dança jazz, ginástica rítmica e ballet. Figurava como uma instituição modelo, em acentuado contraste com as escolas frequentadas pela grande parte dos biografados em Portugal até partirem para o território.

A escola [em Portugal] tinha péssimas condições, [...] não tinha telhados por isso quando chovia era um lamaçal, a comida era má. Na altura as escolas estatais eram muito más [...]. [...] Foi um choque, um espanto quando vi aquela escola!!! Foi [...] feita pelo Taveira e parecia umas Amoreiras em miniatura. Tinha ar condicionado, corredores, tinha piscina, campos de futebol, campos de basquete, tinha imensas salas. Tinha uma sala com ecrã gigante e tínhamos um auscultador para ouvir a professora a falar. Tinha assim grandes condições, mesmo. E depois tinha um ginásio grande e outros mais pequeninos. Não tinha mesmo nada a ver. [...]. Tomás

A despeito de, como vimos atrás, a generalidade dos biografados ter tomado contacto com portugueses da sua idade no hotel onde estiveram instalados, nos edifícios habitados e no Clube Militar, foi essencialmente na escola, epicentro de sociabilidades e afectos por excelência que consolidaram amizades, como vem salientado nos estudos sobre juventude atrás referidos. Regra geral, aqueles que acercaram Macau no decurso da adolescência fruíram nos liceus “velho” e “novo” de uma recepção calorosa, entusiasta e informal, ajustando-se com relativa facilidade a um universo vocacionado para o acolhimento hospitaleiro dos pares vindos de Portugal e favorável ao inter-conhecimento estudantil generalizado. A minguada expressão quantitativa de jovens portugueses residentes, confinados a uma área territorial de modestas dimensões, aliada quer a uma enorme sede de novidade e portugalidade, quer a uma postura de distanciamento face à população local, como se aprofundará adiante, não só restringia o leque de amigos a nichos quase sempre formados por conterrâneos, como convertia os recém-chegados num foco de atenção para aqueles já instalados. Enorme era a ânsia de reciclar vínculos e referências, bem como de permanecer ao corrente das culturas juvenis abraçadas pelos jovens radicados em Portugal, ao nível de práticas, consumos e sensibilidades estéticas. Assim, aqueles que desembarcavam

todos os anos no território significavam vitalidade, renovação, desintoxicação cultural e sociabilística figurando, em simultâneo, como mediadores por excelência das sociedades de partida e chegada. “Cheiravam” ainda a Portugal, diria Bauman (referido por Jones, 1999: 3).

[...] quando chegava alguém de Portugal era sempre uma grande festa, era alguém novo, porque era sempre aquele tédio, [...] eles achavam que Macau era horrível, então tinha de haver alguma coisa nova para ir lá animar aquilo [...] essa pessoa era sempre o centro das atenções e cenas assim [...]. Alice

[...] lembro-me perfeitamente de entrar no Liceu - aquilo tinha um portão grande, [...] um muro e as pessoas costumavam estar ali sentadas à entrada - e [...] reparar que toda a gente estava a olhar para mim [...] e eu amuadíssima a pensar: «- porque é que estão a olhar para mim? São parvos, [...] não quero conhecer ninguém [...], não quero que falem comigo porque eu não me estou a adaptar [...] e hei-de ir-me embora!!!». Mas as pessoas vinham ter comigo, vinham-me perguntar: «- És nova cá? Quando é que chegaste?» [...]. Teresa

Aos poucos travaram conhecimento com colegas de turma, estabeleceram amizades e iniciaram namoros, integração tanto mais rápida quanto maior o suporte adquirido por parte dos jovens mais populares. Popularidade decorrente de factores de vária ordem: social, porquanto usufruíam da distintividade socioprofissional dos progenitores; etária, por pertencerem aos escalões juvenis superiores; temporal, ao contabilizarem anos de permanência na cidade, exibindo elevados níveis de aclimação relacional e funcional, objectivados na posse de uma extensa rede de sociabilidade, no domínio instrumental do cantonês, na demonstração de familiaridade para com a realidade geográfica e sociocultural de Macau (e países vizinhos), assim assumindo uma certa soberania sobre o meio de acolhimento; a par de traços pessoais, com destaque para uma agradável aparência física e postura desenvolta.

[...] arranjei logo um namorado [risos]. Ele era todo influente em Macau [...], as miúdas gostavam todas dele e então [...] fiz logo montes de amigos [...] [...] no Verão acabei por fazer montes de amigos novos outra vez porque tinham acabado de chegar de Portugal [...] e como não conheciam ninguém e eu já lá estava, era a mim que me apresentavam as pessoas para eu ir guiar por

Macau. [...] era um bocado cíclico: quem já lá estava fazia as boas vindas a quem vinha e acabávamos por criar novas amizades [...]. Madalena

Note-se, em complemento, como tão pertinentemente registou Merton (1968: 356) ao debruçar-se sobre os processos de transição intergrupais, que o facto de as dificuldades pessoais e sociais decorrentes do “duplo processo de romper velhas afiliações grupais e de construir novos laços grupais” terem sido vividas, em simultâneo, por recém-chegados, sintonizados por sentimentos de estranheza perante uma realidade física, social e cultural desconhecida, assim como pela partilha da condição de *outsiders* face aos colectivos juvenis já formados, não só desencadeou cumplicidades susceptíveis de mitigar aquilo que os diferenciava em termos de interesses, disposições e preferências estéticas, como auxiliou a inclusão no novo meio. O testemunho de uma das biografadas exemplifica-o bem.

[...] conheci uma miúda [...] vizinha do prédio também [...] era uma tipa muito gorda, muito complexada, que me disse muito mal das pessoas. [...] Fim de Agosto, Setembro e começam as aulas, vou para o liceu e aí foi a estranheza total [...] tinha essa amiga Chia [...] mas que não tinha muito a ver comigo, [e] fiz a minha primeira amiga que era a Cláudia [...]. [...] eu estava com ela e de repente dá o segundo toque. Com esse toque marado que nós nem nos tínhamos apercebido, [...] olhámos uma para a outra e desatamos a rir de cumplicidade e ficámos amigas, eu já me cheguei a ela e ela chegou-se a mim. [...] foi uma coisa instintiva [...], nós estávamos fora porque já estava tudo enturmado, eram pessoas que se conheciam há mais tempo [...]. mas foi esta a minha grande amiga durante o primeiro ano e foi fantástico. [...] era uma coisa engraçada [...] eu era uma miúda da “Linha” e fui para o liceu de sabrinhas e minissaias, e ela era de Lisboa e já nessa altura ouvia os Pop dell’Art, vestia-se toda de preto e eu era uma menina betinha e ficámos amigas. Catarina

Mas nem todos os jovens atribuem, como a anterior, a sua aproximação inicial aos conterrâneos a uma empatia interpessoal imediata - apesar de esta se ter criado com o passar do tempo, fruto de vivências partilhadas. Antes à “inevitabilidade” de se relacionarem com outros migrantes portugueses, no quadro de um processo de integração já formatado para o endocomunitarismo. A alusão a relacionamentos “forçados” ou “impostos” indica que ao longo da estadia em Macau, e sobretudo na

fase de instalação, ocorreu o que chamaríamos *socialidade de subsistência*, de pendor circunstancial, instrumental e situacional, por contraponto à “socialidade electiva”, baseada numa selecção pessoal (Maffesoli, 2000: 121).

[...] não havia muita escolha porque estavas em família, numa comunidade nova, completamente estranha, o que é que podes fazer? Tinhas um Liceu à disposição onde andava toda a gente, o que havia estava ali, portanto ou te isolavas ou adoptavas aquilo que te tinham posto à frente, no fundo acabas por te adaptar à realidade. Sofia

[...] tens de começar a ser um bocado flexível a conhecer pessoas e a não te agarrares àquela ideia de que é a mesma coisa do que em Portugal, porque não é. Tu não escolhes um grupo, o grupo existe, porque são aquelas pessoas que existem. Claro que te dás mais com uma porque simpatizas mais com uma do que com outra, mas acabas por alargar muito mais o teu circuito de amizades a pessoas [...] que se calhar, se fosse cá, tu nem prestarias muita atenção. [...] tive por imposição que conhecer muitas pessoas [...] com idades [...], com maneiras de ser [...], com passados em Portugal muito diferentes. Teresa

[...] em geral nós tínhamos todos de nos aturar uns aos outros: estávamos todos ali em vinte quilómetros quadrados e tínhamos que conviver, pelo bem e pelo mal, e acho que havia uma relação assim de conformismo quase: «- posso não gostar muito de ti mas tenho que ser tua amiga, não há mais ninguém...» [...] acho que a maior parte das pessoas tinham um convívio quase assim, um bocado forçado, forçado mas [...] embora as pessoas pudessem não ter nada a ver umas com as outras tinham uma relação tão sólida... Madalena

Posto isto, consideramos que a participação dos jovens portugueses no trajecto migratório para Macau, com todos os reajustamentos físicos, sociais e culturais implicados, juntamente, ainda no plano espacial, com as alterações de residência por alguns experienciadas no meio de acolhimento, a par, no plano das sociabilidades, da anual reciclagem da população escolar em virtude da chegada de conterrâneos e partida de outros, moldou-os para a mudança. Por outro, os relatos biográficos revelam com clareza que a passagem por Macau também formatou os jovens para a diferença, quer extracomunitária, a analisar de seguida, quer intra-comunitária apesar de, quando comparada com a primeira, esta emergir para a maioria como insignificante.

4. A população residente em Macau sob o olhar dos jovens portugueses

Constatou-se no subcapítulo precedente que a instalação dos jovens portugueses em Macau acarretou a profunda reestruturação dos seus “espaços de vida”, passando o enquadramento físico, social e cultural das suas vivências e actividades quotidianas a ser outro: dispunham de uma nova casa, área residencial, meio escolar e de recreio. Ao mesmo tempo, o itinerário geográfico lançou-os na renovação das redes de amizade a qual, à luz dos relatos analisados, surge intimamente associada às representações sociais por eles construídas quer acerca da população local no seu todo, quer do segmento juvenil - chinês, macaense e português - face a duas dimensões elementares: simbólico-cultural, traduzida em matrizes de referência, padrões de orientação e sentimentos de pertença; assim como material, associada a condições e estilos de vida.

Procedeu-se ao exame de tais representações, partindo de dois pressupostos nucleares. O primeiro, de que os retratos e auto-retratos elaborados pelos jovens foram moldados pelos seus vínculos culturais e sociais; pelo quadro histórico, político e sociocultural em que estavam inseridos; bem como pelos interfaces diários estabelecidos com conterrâneos e locais, interfaces igualmente influenciados por essas mesmas representações. O segundo, de que os retratos e auto-retratos desenhados, porque formatados pelas ditas pertenças culturais e sociais, em conjunto com os macro e micro contextos de interacção social, são de igual modo susceptíveis de os desvendar. Tendo, então, presente a dinâmica entre representações sociais e identidades procurou-se averiguar em que medida e em que moldes tais representações - enquanto âncoras de afirmação identitária - espelham os processos de “identificação” (igualização, associação) e “identização” (diferenciação, dissociação) dos jovens portugueses na sociedade hospedeira (termos de Tap referidos por Pinto (1991) atrás explicitados).

4.1 A dialéctica entre representações sociais e identidades

«Teorias práticas do senso comum», «saberes sociais», «categorias de pensamento que expressam a realidade», «formas ou modalidades de conhecimento prático», «sistemas de significação», «percepções estruturadas da realidade» consubstanciam, entre tantas outras, definições sumárias do conceito de representação social (Jodelet, 2002: 114; Vala, 1993b: 359).

Produzidas pelos indivíduos em contextos de interacção, as representações sociais configuram grelhas de descodificação, interpretação, categorização e explicação da realidade (não constituindo, porém, essa realidade) partilhadas por elementos de um dado grupo, daí o seu carácter social (Vala, 1993b: 355-357). Com efeito, servem de orientação às acções e relações interpessoais, sendo com base nelas que se atribuem significados e classifica o meio envolvente simplificando-o, ou seja, tornando-o inteligível (Jodelet, 2002: 119-125).

Ao afirmar que nada classifica melhor alguém do que as suas próprias classificações, Bourdieu (1996: 135) deixa patente tanto a estreita associação entre representações sociais e identidades, quanto a propensa vocação reveladora das primeiras no que respeita às afiliações dos indivíduos. Concretizando, ao serem tendencialmente modeladas por pertenças sociais e referências culturais associadas a esses vínculos - o "*habitus*", diria Bourdieu (1979), isto é, disposições interiorizadas no decurso do processo de socialização; bem como informadas pelos padrões valorativos e normativos dominantes no contexto histórico, político e sociocultural mais vasto em que os indivíduos se enquadram, as representações sociais - tal como as práticas sociais - comportam um enorme potencial para os revelar (Vala, 1993b: 357-363; Almeida e outros, 2006: 95-117).

Por outras palavras, ao representarem um dado 'objecto', os indivíduos localizam-no, mas localizam-se em simultâneo (social, cultural e historicamente) uma vez que o investem da sua identidade no que respeita a condições de existência e sentimentos de pertença, heranças e aquisições culturais, valores, crenças, saberes e interesses, experiências, estratégias e trajectórias, permitindo em paralelo que outros os localizem no decurso dos interfaces quotidianos. Daí que uma mesma realidade possa ser alvo de representações sociais diferentes em função das também diferenciadas inserções sociais, culturais e históricas de quem a representa (Vala, 1993b: 364, 380).

Contudo, uma vez que as afiliações identitárias dos indivíduos tendem a ser múltiplas (de género, etárias, sociais, culturais, etc.); compósitas, em virtude da pluralidade de disposições evidenciadas e de papéis desempenhados (Lahire, 2005), assim como relacionais e mutáveis, já que estruturadas e reestruturadas em diferentes cenários de interacção (e produção), é de reconhecer o carácter processual, relacional e contingente das representações sociais quer no espaço quer no tempo - histórico e biográfico - como já Moscovicci assinalara (Jodelet, 2002: 118).

4.2 Retratos da população local: homogeneização interna e diferenciação externa

Duas imagens 'tipo' sobressaíram dos retratos desenhados pelos biografados em torno dos habitantes locais. A primeira, de homogeneização interna, assaz vincada nos primeiros tempos vividos em Macau e por alguns jovens já alinhavada antes da partida para o território, materializou-se na hiperbolização de uma gama de atributos - traços fenotípicos e antropofísicos (baixa estatura, cabelo escuro e liso, olhos amendoados), conjugados com parâmetros simbólico-culturais e condições sociais - considerados transversais ao grosso da população asiática presente. Uns e outros imputavam-se a todos aqueles que os jovens portugueses identificavam como pertencendo a uma dada categoria populacional (macaense, chinês, asiático, oriental), independentemente da variedade interna de perfis e de os indivíduos e/ou grupos abarcados por essas hetero-atribuições se reconhecerem ou não nas mesmas. Na linha do que se referiu na discussão teórica, o retrato dos sujeitos singulares ficava, assim, refém de classificações grupais estereotipadas (Elias e Scotson, 2000: 131-133).

[...] ao início era tudo a mesma coisa, sabia lá distinguir um chinês de Xangai de um chinês de Cantão ou de um chinês de Pequim, sabia lá eu distinguir um malaio de um filipino e de um tailandês [...]. Catarina

Se este processo de classificação padronizado, redutor e indiferenciado de um 'outro' asiático - registado por Eça de Queirós (1997: 32-33) em finais do século XIX (publicado em livro na centúria seguinte) e mais recentemente por Mackerras (1991: 246-251) - permitia que os jovens portugueses 'organizassem' a realidade circundante conferindo-lhe inteligibilidade; reflectia, em adição, um olhar idêntico ao que vem sendo criticado por autores como Goody (2000: 9-22), Said (1990: 56), entre outros nomes associados aos estudos pós-coloniais, no quadro das suas análises sobre as representações prevalecentes no (e do) 'ocidente' sobre o 'oriental'. Tratam-se, pois, de estereótipos, alguns perdurando há décadas ou séculos por via da sua transmissão intergeracional sob a forma de narrativas ou velhos mitos, desde cedo assimilados sem serem questionados, porque compartidos por diversos indivíduos próximos entre si. Essa comunhão alargada de crenças colectivas justifica, segundo Elias e Scotson, (2000: 127-128), a conformidade às mesmas, bem como o seu carácter axiomático, logo impermeável a factos e argumentos demonstrativos da sua falsidade. Quando

produzidos no seio das populações sobre os quais recaem, sobretudo através de ideologias alimentadas por elites políticas e sociais, tais mitos visam conservar, a partir de heranças e referências supostamente partilhadas, mecanismos de identificação colectiva, a par da coesão nacional.

Intimamente associada ao retrato de homogeneização interna construído, evidenciou-se uma segunda imagem ‘tipo’, de diferenciação externa, traduzida na propensa representação da população local em geral e, juvenil em particular, como assaz distinta da portuguesa com base nos mesmos critérios físicos, culturais e sociais. A relevância atribuída a essas dissemelhanças pelos jovens interpelados no âmbito das interacções estabelecidas (e mais ainda no das que ficaram por estabelecer) converte-as, assim, em separador étnico.

Diz-nos Kuper (1997: 227) que as diferenças culturais [e sociais, aditaríamos] podem ser minimizadas ou maximizadas por indivíduos com distintas pertenças, consoante optem por valorizar elementos de similitude enquanto base de associação ou, ao invés, escolham enfatizar as divergências como escusa à aproximação. Foi precisamente a tendência para a enfatização das diferenças entre os portugueses - jovens e adultos - e a maioria dos pares chineses e macaenses que se observou nas narrativas auscultadas, em concomitância com a desvalorização de eventuais parâmetros unificadores - geracionais, de género, classe, estatutários, religiosos, disposicionais ou outros.

[...] desde a maneira como eles aprendem a língua e a escrita, [...] à maneira como eles veem a família, como se comportam em sociedade, as deferências todas que eles têm com o próximo - porque são muito hierarquizados, muito senhores de respeitar a tradição [...], o modo de estar, a maneira como vivem o dia-a-dia, como vão às compras, como estão no mercado, a relação deles com os animais. [...] sentia[se] uma diferença de comportamento sociocultural nítida entre a comunidade portuguesa e os chineses e os macaenses [...] Sofia.

[...] cinema chinês só fui uma vez e foi uma experiência alucinante [...] estava toda a gente a fumar [...], toda a gente a comer, ouvias assim uns barulhos de sacos de plástico e depois toda a gente a falar alto, então quando havia uma cena de sexo: - «uhan, aihon!», [...], tudo a falar! [...] quando acabou o filme aquilo à volta era uma lixeira, as pessoas fizeram um piquenique, [...] era um sítio onde estavam a conversar, estava a dar um filme porreiro, fumavam um

cigarrito, bebiam uma cervejinha ou uma Coca-Cola, comiam uma sandes. Os chineses têm uma forma de estar no cinema diferente, muito diferente. Tomás

Adjectivos como diferente, distinto e estranho empregaram-se com recorrência pelos biografados nas apreciações tecidas sobre a população local, designadamente chinesa que, aos seus olhos, herdara um passado histórico diferente, sofrera processos de socialização ancorados em diferentes princípios e gramáticas sociais, exibia diferentes símbolos, abraçava diferentes valores, crenças e padrões de conduta, comunicava numa língua diferente, exprimia-se em função de diferentes linguagens sociais e culturais, evidenciava formas de estar diferentes, interesses culturais diferentes e diferentes sensibilidades estéticas. Diferenças que depreendiam serem-lhes igualmente imputadas pelos habitantes chineses e macaenses, em especial por parte dos jovens.

4.2.1 Diferenças culturais: língua e padrões de orientação

De entre o leque de dissemelhanças culturais elencadas evidenciaram-se as de nível linguístico. De facto, o grosso da população local comunicava em cantonês (85,8% em 1991), o dialecto mais usado no seio da família, redes de amizade e vizinhança, nas esferas escolar e laboral, bem como no espaço público, não obstante também se falasse mandarim, fukienense, a par de outros reportados às demais proveniências geográficas dos imigrantes presentes (Santos e Gomes, 1998: 85-86; Silva, 2004: 17-18).

Embora o português tenha figurado até 1992 como a única língua oficial de Macau (Cabral e Lourenço, 1993a: 217) - passando desde então a repartir com o chinês esse estatuto com a garantia, já no contexto da RAEM, de perdurar pelo menos até 2050 - na década de 90 apenas 1,8% de residentes o indicavam como primeiro idioma.⁹⁶ A percentagem daqueles que o compreendiam enquanto língua corrente ou secundária nunca ultrapassou, estima-se, os 3% da população, facto em muito atribuído à ausência de uma política linguística favorável à sua implementação generalizada no sistema de ensino em Macau (Rocha, 1997: 52).

⁹⁶ *Dados de Macau: Geografia e População* em <http://www.macau.gov.mo/macauinfo/p-geodemo.html>

Em consonância com Jorge Rangel (1995: 726), docente universitário e Secretário Adjunto para a Administração, Educação e Juventude em Macau entre 1991 e 1999, Cláudio Ló (1992: 32), então professor de língua portuguesa a alunos chineses, argumenta que apesar da ‘apetência’ destes para assimilar idiomas estrangeiros, a metodologia utilizada no ensino do português, bem como os manuais disponíveis para o efeito mostravam-se, no arco temporal em análise, inadequados e pouco apelativos à sua aprendizagem⁹⁷. Tanto mais quanto as regras ao nível da fonética, léxico, sintaxe, forma de escrita, pronúncia das palavras, sistema morfológico e sistema gramatical sintagmático divergem inteiramente das normas da língua chinesa. Ademais, o parco número de professores bilingues qualificados e vocacionados para levar a cabo, junto de jovens e adultos, uma apropriada formação em português não ajudou a reverter esta situação (Silva, 2004: 28-29).

Aludiu-se, em concomitância, ao relativo desinteresse da população local na aquisição desta competência linguística, não só porque considerada pouco útil nos seus quotidianos (Yan, 1996: 644; Rangel, 1995: 726; Ló, 1992: 32) - salvo para aqueles vinculados à máquina administrativa ou a perspectivar fazê-lo - como até mesmo dispensável nos interfaces com os portugueses, inclusive no domínio das transacções comerciais concretizadas as mais das vezes através do recurso à linguagem gestual e ao inglês, idioma de mediação por excelência (Maltez, 1998: 209) e o segundo ensinado na China (Cabral e Lourenço, 1993b: 415). Face a este quadro, Sousa Rocha (1997: 52) regista a perplexidade dos portugueses quando, ao visitarem Macau, não encontram falantes da ‘língua de Camões’ no seio dos habitantes locais.

“Nalguns aspectos, Macau não mudou desde há 40 anos. Os portugueses e os chineses continuam de costas voltadas. Portugal pouco ou nada diz aos chineses, por muito que custe admitir aos responsáveis da nossa Administração. Em praticamente

⁹⁷ Ainda assim, vale a pena conhecer as razões apontadas para a aprendizagem da língua por parte de 224 dos 300 frequentadores de um curso de português que responderam um inquérito aplicado em 1993. A quase totalidade inscreveu-se por iniciativa própria e somente 8% por imposição do serviço. Por ordem de importância foi assinalado o desejo de dominar mais um idioma; comunicar com os portugueses; ser bilingue; obter uma promoção profissional; e aumentar o conhecimento sobre a cultura portuguesa (cf. Mário Filipe, 1995: 359-369). Tais respostas indicam que a relação estabelecida por estes indivíduos com a língua portuguesa assentava não só em motivos de carácter instrumental-utilitário, se bem que preponderantes, mas também de ordem relacional-afectiva, como o estudo de Silva (2004: 3) realizado uma década mais tarde confirma. Atente-se que a partir de 1987, a aprendizagem do português por algumas franjas da população local tornou-se particularmente visível, residindo parte da sua explicação no processo de localização de quadros do sector público contemplado nos trabalhos de preparação da transferência da tutela administrativa de Macau, decretada para 1999, sendo de destacar os cursos de língua portuguesa vocacionados para os trabalhadores chineses e macaenses (Cabral, 1993b: 416). A formação linguística (bilingue), a par da profissional, mostrava-se urgente de modo a assegurar a qualificação dos recursos humanos que substituiriam os portugueses de regresso a Portugal.

nenhum táxi, loja comercial ou hotel se encontra um chinês que fale português (...). Os chineses falam o inglês e não o português porque, no seu pragmatismo, escolheram a língua que mais facilmente lhes permite os pequenos ou grandes negócios (...)", anotava em finais dos anos 90 o professor e jornalista César Rodrigues (1998: 56-59).

[...] eu falava em português as coisas que eu queria, ela [empregada doméstica] respondia-me em chinês e nós entendíamo-nos apesar de não estarmos a perceber o que é que cada um estava a dizer [...]. Duarte

[Comunicava com os primos chineses] com simpatia, [...] mímica, sorrisos, um bocado atrapalhados [...] mas acabávamos por ter aquilo que queríamos. Mas não dava para conversar [...]. Eram risinhos, tropelias e pouco mais. Domingos

Por seu turno, os biografados evidenciavam idêntico distanciamento face ao principal dialecto local, interagindo entre si na língua materna - em casa, na escola e nos espaços públicos. A maioria não estudou formalmente cantonês, então apartado dos programas curriculares das escolas portuguesas frequentadas, daí considerar-se que o estímulo à sua assimilação parece ter estado longe de constituir uma prioridade das políticas educativas na época delineadas. Somente a partir de 1998, quando uma larga parcela das famílias portuguesas e migrantes isolados que ali se estabeleceu nos anos 80 e 90 já se encontrava em Portugal ou preparava o seu regresso com o aproximar da devolução da Administração do território à China, a língua chinesa passou a integrar o leque de disciplinas opcionais da escola Portuguesa de Macau, tornando-se acessível aos jovens que permaneceram.

É certo que ao longo do arco temporal em análise tomaram-se algumas iniciativas, no âmbito da governação portuguesa de Macau, com vista a incrementar o bilinguismo nos serviços públicos, oferecendo-se aos funcionários portugueses interessados, sobretudo a quem, no âmbito do seu desempenho, estabelecesse um contacto próximo e regular com a população local (caso dos médicos, enfermeiros, juristas, professores de língua portuguesa a estudantes chineses, entre outros), a oportunidade de frequentar cursos de cantonês canalizados para a respectiva área profissional - o chamado 'chinês funcional' - como os documentos cedidos por uma médica portuguesa apresentados em anexo atestam. Nesse contexto criou-se, em 1985,

a CILC - Comissão para a implementação da língua chinesa e, dois anos depois, a Comissão para a generalização do bilinguismo na Administração (cf. Silva, 2004: 27-28, 32).

Os meus pais [...] sempre tiveram muita curiosidade em aprender isso, o meu pai aprendeu cantonês e a minha mãe aprendeu mandarim [...]. O meu irmão acho que no último ano teve aulas para aprender a escrever [...]. Eu queria aprender a língua só que por outro lado também era muito difícil. Leonor

Não tirei nenhum curso de chinês porque na altura do [Governador] Melancia havia lá cursos de chinês que acabaram quando o Rocha Vieira foi para lá, por questões de contenção de despesas...como se Macau não tivesse dinheiro, ou tivesse problemas financeiros... Os meus pais acho que tiraram um curso de chinês mas ficaram na mesma porque era eu que lhes explicava geralmente o que é que eles tinham de dizer...Eu ou os meus irmãos. Tomás

Os excertos transcritos denotam, porém, que a curiosidade e predisposição de uns poucos migrantes portugueses para a aprendizagem formal da língua chinesa mostravam-se, amiúde, insuficientes à incorporação razoável da mesma, cuja complexidade reúne largo consenso intergeracional - tanto mais quanto a ausência de um projecto de integração duradouro ou definitivo no meio de acolhimento tornava tão grande esforço e investimento pessoal algo inútil. Como enfatiza Ninélio Barreira (1994: 53-59) trata-se de uma dificuldade enfrentada pela maioria dos europeus em virtude da sua estrutura ideográfica, da vasta extensão de vocabulário e da imensa variedade de tons que cada vocábulo comporta. Dá como exemplos a palavra *Tchong* com vinte e seis significados, e *Hâm* traduzida por chupar, chorar, vagar ou gostar consoante a entoação seja aspirada ou acentuada, lenta ou arrastada, breve ou longa, etc. A título de curiosidade, a leitura de um jornal implica o conhecimento de entre 1.500 a 3.500 caracteres.

Por conseguinte, os jovens interpelados limitaram-se a interiorizar expressões elementares para se desenvencilharem nos seus intercursos diários no quadro dos contactos travados com habitantes locais (funcionários de estabelecimentos comerciais e de restauração, motoristas dos transportes públicos, empregadas domésticas, etc.), fazendo um uso meramente instrumental do dialecto. Transcreveram-se de forma romanizada as frases mais comuns: *Tchou San* - bom dia; *Mkoi* - obrigada/se faz favor;

Mkoi Sá - muitíssimo obrigada; *Touché* - obrigada (agradecimento de um presente); *Quetó Tchín?* - quanto custa? *Panghiau* - amigo; *Pinto há?* - onde é? *Chekoi* - sempre em frente; *Iau pin* - à direita; *Có pin* - à esquerda; *Oh leng* - coisa bonita; *Oh leng loi* - pessoa bonita; *Saicó* - pequeno; *Taicó* - maior; *Pipi* - bebé; *Lau pô* - senhora; *Cinzen* - senhor; *Lapsap* - lixo; *Tinvá* - telemóvel). A comunicação entre portugueses e, sobretudo, chineses revelava-se, assim, breve, básica e superficial, apontando-se de forma unânime a barreira linguística como o maior entrave à sua aproximação.

A língua era um factor fundamental. [...] falando a mesma língua é mais fácil meteres conversa. [...]. A minha mãe uma vez apanhou um táxi para ir para o hospital, [...] ela disse o nome [...] em chinês e ele não percebia, ela voltava a dizer e ele não percebia e a minha mãe começou: “tinoni, tinoni, tinoni” a fingir que estava mal. [...] Às vezes era assim que a gente comunicava. Tomás

“A comunidade portuguesa (...) nunca impôs a sua língua à população local; as comunidades em presença, embora coexistindo lado a lado e respeitando-se, viveram, durante muito tempo, por imposição das circunstâncias, como que fechadas sobre si mesmas e de acordo com as heranças culturais que, apesar de tudo, aqui e ali se foram interpenetrando. Daqui deriva que, além da pequena comunidade portuguesa, ali radicada ou nascida, muito poucos eram os outros habitantes que falavam e aprendiam o português, sendo também poucos os portugueses que falavam e escreviam o chinês” remata a este propósito Jorge Rangel (1995: 725).

Além do factor linguístico, a percepção por parte dos jovens portugueses de pronunciadas diferenças ao nível dos padrões de orientação que pontuavam a socialização dos pares chineses e de muitos macaenses contribuiu para o distanciamento entre eles mantido. O registo de tais discrepâncias segue a mesma linha das múltiplas observações que, de tempos remotos à actualidade, são partilhadas por estudiosos das relações entre chineses e europeus instalados em Macau ou noutras regiões da China (Amaro, 1988: 4; 1997: 29-30; Santos e Gomes, 1998: 144).

No que respeita à religião professada, enquanto o grosso dos jovens portugueses e alguns macaenses, em particular os luso-descendentes, tinham como referência o catolicismo e as igrejas como local de culto, a maior parte dos chineses de Macau alinhava noutros credos, figurando o budismo como a confissão religiosa prevalecente, em conjunto com uma série de crenças populares, exteriorizadas em templos e nas

ruas. Os dados oficiais relativos a 1991 apontam para 6,7% de católicos com nacionalidade chinesa no total de residentes (Cónim e Teixeira, 1998: 289). Quase todos os biografados aludiram ao modo peculiar com que uma parcela não despreciada da população local vivia as respectivas devoções, aparentando manter uma conexão individual e directa com as divindades, bem como uma relação de proximidade aos antepassados, homenageados através de vários rituais simbólicos imbuídos de júbilo: visitas ao cemitério, atribuição de oferendas tais como réplicas de dinheiro e objectos apreciados pelo defunto em vida, pedaços de papel queimados como dádiva, cestos com comida depositados em diversas artérias da cidade (cf. imagens anexas). Homenagem afectiva na óptica de uns, claramente instrumental, na opinião de outros.

[...] eles vão ao templo e não se sentam ali como numa igreja a rezar [...], acendem um incenso [...], depois vão ao pé de uma figura, [...] mas não é como nós, não vão a uma quarta-feira e todos se sentam para ouvir o padre, são eles próprios que fazem o culto sozinhos, não há ninguém que os dirija, [...] às tantas tens mais a sensação que eles estão a meditar do que propriamente a cumprir a Avé Maria cheia de graça [...]. [...] há o dia dos mortos em que eles vão todos para os cemitérios sempre com comida e vão conviver com os antepassados. [...] é uma coisa muito típica da cultura deles e que nós não temos; nós temos o dia dos finados em que as pessoas vão levar uma flor ao cemitério aos seus antepassados, mas para eles é uma coisa alegre. [...] os cemitérios são uma coisa agradável [...] vão lá almoçar com os antepassados, e vão todos contentes num grande granel com as crianças todas, [...] tudo numa festa, porque eles realmente acreditam que estão ali, não para chorar os antepassados, mas para conviver com eles. Teresa

Havia um sítio muito giro para passear [...], o cemitério chinês [...]. [...] não era um ambiente de tristeza, mas pelo contrário vias os chineses [...] com a família toda a comer com o morto e iam jogar às cartas na campa do morto e contavam anedotas, como se ele estivesse lá. [...] eles compravam o dinheiro da morte para depois queimarem [...] era engraçado. Eu achava lindíssimo, [...] eles encaravam a morte de uma forma muito mais aberta [...] porque assumiam o facto do outro ter partido, não se punham a choramingar mas acreditam muito na vida após a morte [...]. [...] vão para lá e vão cantar para estar lá ao pé dele e ele está ouvi-los e está-se a divertir com eles. Tomás

[...] é verdade que os chineses são uma desilusão porque tu estás à espera de encontrar um povo muito espiritual e acabas por encontrar um povo totalmente materialista [...]. Mas o espiritualismo deles era muito: «- Está bem, eu dou isto ao Deus para ele me dar um carro amanhã!» [...] quando estão a queimar o papelinho aos mortos estão a pensar o que é que os mortos lhes vão dar a seguir, percebes? Um vai receber o carro, o outro vai ganhar um *max six* ou uma coisa do género. Acho que o misticismo perdeu-se muito pela indústria e pelo materialismo. Madalena

Ainda no universo das crenças e cultos populares frisou-se a forte permeabilidade dos habitantes locais a superstições (sem distinção de género, idade e níveis de capital sociocultural), e sua interferência quer na tomada de decisões importantes quer em resoluções corriqueiras da vida quotidiana. Destacou-se a numerologia⁹⁸ (com elevado peso na selecção das datas mais apropriadas para determinadas celebrações); o acatamento das orientações do *Feng-Shui*⁹⁹ - designado por “medicina do espaço”; a par do recurso a elementos simbólicos benfazejos colocados nas esferas doméstica, laboral e comercial com vista a apaziguar os espíritos dos mortos, afastar almas penadas, obter protecção familiar, social, financeira, profissional, na saúde e bem-estar, a saber: paus de incenso, fitas vermelhas com dizeres auspiciosos, espelhos oitavados, pequenos altares decorados com figuras sagradas, entre outros, signos também por nós registados aquando da pesquisa efectuada em Macau (cf. imagens anexas).

Eles são muito supersticiosos [...]. [...] em qualquer casa chinesa havia um espelhozinho [...] redondo para afastar os espíritos. Os próprios espíritos maus que quisessem entrar dentro de casa, eram tão maus e tão feios que ao verem-

⁹⁸ A associação dos números a certos presságios decorre da fonética coincidente entre significativo e significado. Sendo idêntico o som emitido quando se pronunciam em chinês as palavras quatro e morte deduz-se que aquele carácter possui a carga negativa da expressão para a qual remete. Nessa mesma lógica, o número 3 simboliza vida; o 8, fortuna; o 9, fertilidade, prosperidade e longevidade. Não por acaso, diz-se que os chineses endinheirados investem avultadas quantias nas matrículas dos carros com uma numeração venturosa, ostentando um elevado posicionamento social facilmente reconhecido.

⁹⁹ Conhecimento milenar reportado ao ‘oriente’, cujos termos se traduzem respectivamente por vento e água, dedica-se à organização do espaço e ao equilíbrio das correntes energéticas que nele circulam. Em termos práticos materializa-se quer na escolha dos locais mais adequados para a implementação de infraestruturas (como consta ter ocorrido no projecto de construção do aeroporto de Macau) bem como para a aquisição de imóveis (habitações, estabelecimentos comerciais), quer na harmonização do seu interior em termos de luminosidade, tipo de materiais, forma e cor dos objectos decorativos. Partindo do pressuposto de que os espaços constituem prolongamentos do corpo humano, crê-se que a aplicação correcta dos princípios do *Feng-Shui* a uma casa, local de trabalho ou outro traga benefícios aos seus ocupantes em vários domínios da vida.

se ao espelho tinham medo deles próprios e então fugiam [...]. [...]. Os números é uma coisa horrível: o 7 [...] é um número óptimo, o 4 é o número da morte. E depois há coisas esquisitas, [...] porque aquilo tem tudo a ver com o som. [...]. O 4 em si é um número mau, péssimo. João

[...] Há bocado estávamos a falar do *Fung-Soi*, [...] uma vez por alguma razão o meu pai foi ao domicílio ver uma doente [...] e foi com uma enfermeira que era chinesa mas tinha estudado em Londres [...], já tinha uma cultura europeia assimilada [...]. [...] o meu pai esteve a ver a doente e percebeu logo que ela precisava de tomar este medicamento durante uns dias e ficava bem [...]. A enfermeira disse-lhe: «- Não é nada disso! Olhe para a cama, não pode estar assim... *tatata, tatata* [imita o ruído dos móveis ao serem arrastados]... não admira que esteja doente!» [...]. Então obrigou a própria senhora a mudar a cama de sítio, e entretanto a senhora lá ficou bem. O meu pai sabe que foi o medicamento que lhe receitou que a fez ficar bem e a enfermeira pensa que foi pelo facto de ter mudado a mobília de sítio que ela ficou bem. [...] todos os homens de negócios lá tinham sempre um [...] conselheiro que falava com os espíritos [...] e recomendava onde é que podiam investir [...], se era uma má altura para isto e para aquilo. Os chineses são bastante supersticiosos: a forma como a casa está mobilada, como é que a cama está colocada. Há uns desenhos que mostram isso, se calhar até tenho lá em casa. [...]. É assim uma coisa estranha. [...] era giro, no hotel onde eu estive durante os primeiros três meses não havia o andar número 4, passava do 3º - um andar inteiro sem porta - para o 5º, porque o 4 era o número do azar, [...] ninguém iria querer ficar no andar número 4. E o 7 é o número da sorte: se vias um carro na rua com muitos setes o tipo era rico [...] porque tinha comprado aquela matrícula. Havia tipos que [...] pagavam para ter um número telefone com muitos setes [...]. Tomás

No âmbito do retrato de homogeneização interna e diferenciação externa elaborado pelos jovens portugueses ao nível do eixo simbólico-cultural frisou-se, em concomitância, o orgulho dos chineses na sua história, civilização e cultura milenar, a fidelidade aos costumes, tradições e referências herdadas do passado, a forte coesão e lealdade familiar, não só durante a vida mas também após a morte, como anotado, em conjunto com a obediência à autoridade patriarcal. A instituição família mantinha-se como um dos pilares sagrados em torno da qual os quotidianos da população se estruturavam, beneficiando os idosos do mais elevado estatuto na hierarquia da

sociedade e do agregado doméstico em particular. Serenos, espirituais, sábios e activos (cuidavam dos netos, cantavam em pequenos coros, praticavam *Tai-chi* nos jardins, passeavam os pássaros em gaiolas), fruía de reconhecimento social, deferência e afeição, tratamento considerado largamente contrastante, segundo os biografados, com o padrão de negligência a que os mais velhos tendiam a ser votados em Portugal.

A propensa impenetrabilidade, inexpressividade e auto-disciplina dos habitantes locais complementa os atributos unanimemente mencionados, convergindo com a imagem patente em diversas obras, entre as quais as do consagrado escritor macaense Gonzaga Gomes (1994: 137), publicadas nos anos 50 e 60 do século XX. “Os rígidos costumes chineses proíbem quaisquer exageradas exteriorizações de sentimentos afectuosos entre parentes e tal abstenção coaduna, de resto, com o feitio pouco expansivo deste povo (...)”, afirma, a propósito dos rituais preconizados por altura do Ano Novo e do modo contido como o celebravam no espectro da intimidade.

Em estreita relação com os parâmetros anteriores acrescentaram-se adjectivos suplementares na caracterização da população local. Pacífica, paciente, perfeccionista, pragmática, consumista, materialista, ambiciosa, muito trabalhadora e empreendedora, revelando uma excelente ‘vocação’ para o negócio e o comércio em especial, de tal modo que a esfera de trabalho configurava, para muitos, um prolongamento da domiciliária. A adição transgeracional e transclassista aos mais diversos géneros de jogo, do *Mahjong* aos jogos de azar, faz parte do rol de traços assinalados, prática que, entre outras, os biografados se entretinham a observar.

Os chineses [...] comiam dentro das lojas, [...] muitas lojas não fechavam para o almoço, [...] punham só uma corda na entrada e estavam a comer no balcão, tu tocavas à porta, eles acabavam de comer e tiravam a cordinha para entrarem. E é se não estivessem a comer no balcão enquanto estivessem a atender [...]. O chinês é um excelente comerciante, mesmo. Havia sempre sítios abertos a qualquer hora [...]. Eles são bons negociantes [...]. Em qualquer parte do mundo tu sabes quando chega determinada hora que [...] o único sítio onde poderás comer será [...] um chinês [...] no dia 1 de Janeiro deste ano em Lisboa o único restaurante aberto que eu vi foi um chinês. Tomás

[...] estes meus vizinhos [...] passavam horas a jogar *Mahjong* à noite, horas! Tu só ouvias o barulho das pedras, eles aos gritos, mas levam aquilo a sério. [...]. Eu acho que há duas características muito engraçadas que tu te apercebes

que agora me estavam completamente a fugir; a primeira é o jogo [...]. [...] eu montes de vezes punha-me à varanda a ver ajuntamentos de pessoas, sentadas no muro a jogar uma espécie de umas damas [...] horas e horas e depois estão dois a jogar e os outros todos à volta a apostar, é uma coisa fenomenal, é engraçadíssimo. [...] E a infinidade de casinos que há por Macau inteiro, desde casinos ilegais [...], a história do *trot* [...], das corridas de cães que também jogam e jogam à séria, e eles realmente vibram com o jogo, é uma coisa que tu notas imediatamente, salta-te à vista. [...] no Liceu português [...] os macaenses [...] faziam imenso aqueles jogos de espíritos [...]. Na cantina estavam sempre a jogar a essa coisa do copo a mexer [...]. Outra coisa muito, muito, muito óbvia nos chineses é exactamente isso, é o jogo da fortuna, da sorte e mesmo a sina, eles ligam imenso a isso, tu vês uma data de pessoas que leem a sina, por todo o lado, por isso eles acreditam muito nisso. Teresa

[...] o que eu vi em Macau foi uma sociedade em plena fase de capitalismo selvagem [...]; sobretudo os macaenses e os chineses mais novos, eram e são ainda uns consumistas do caraças, completamente materialistas [...] é o que se está a passar também na China actual que na altura ainda não se notava muito, que é uma coisa completamente desenfreada [...]. Catarina

Se para o grosso dos jovens, os traços elencados constituem marcadores inatos, essenciais, inerentes aos habitantes chineses e macaenses, remetendo para uma (suposta) forma ‘natural’ de ser, estar e viver, na senda da abordagem primordialista da identidade cultural¹⁰⁰, houve quem os encarasse como não generalizáveis e, inclusive, mutáveis, fruto da alteração dos contextos políticos, económicos e sociais que atravessaram a longa história da China, assim dando conta dos efeitos de processos de mudança social na renovação de matrizes valorativas e comportamentais dos indivíduos (Almeida e outros, 2006: 95-97; Atkinson, 2010: 15-16).

De facto, várias são as vozes para além das auscultadas a assinalar as reformas empreendidas nos dois últimos decénios do século XX - processo ainda em curso e de grande intensidade - materializadas na crescente abertura do país ao exterior e sua participação em fluxos de escala internacional, na liberalização do mercado, a par da

¹⁰⁰ Recorde-se que à abordagem primordialista contrapõe-se a perspectiva situacional, segundo a qual as classificações reportadas a indivíduos ou grupos são dinâmicas e relacionais em lugar de naturais. Nesta concepção, pertenças e referências culturais tendem a ser (ou não) evidenciadas consoante a relevância que os próprios e/ou terceiros lhe conferem, daí o carácter mutável e negociável da identificação étnica.

aposta na escolarização, urbanização, terciarização, desenvolvimento tecnológico, massificação das indústrias da comunicação e lazer (Mackerras, 1991: 246-251; Cabral e Lourenço, 1993a: 136; Amaro, 1997: 202). Mudanças estruturais com forte eco na recomposição social da população e, por arrastamento, nos seus padrões de orientação e consumo, condições, estilos de vida e expectativas de mobilidade social de sentido ascendente.

Em Macau, “é excessiva a arrasadora plantação de casinos, cujo fundamento está a alterar apressadamente a mentalidade de jovens e adultos, numa corrida desenfreada à novidade do dinheiro aparentemente fácil e rápido, como objectivo e valor principal de vida, abandonando estudos, família e actividades profissionais”, afirma Hélder Fernando (colunista na imprensa de língua portuguesa HOJE Macau), em entrevista a Adelino Gomes (2006: 31-38).

Idêntica perspectiva é partilhada por observadores da sociedade chinesa de Macau e de outras regiões da China continental ao registarem não só o ímpeto consumista e o desejo de comodidades por parte de estratos cada vez mais alargados da população, com destaque para as gerações mais novas que habitam nos grandes centros urbanos e no litoral, detentoras de maior poder de compra, instrução e acesso a canais exteriores de informação e comunicação, como também a adesão às modas, modelos e estilos de vida ‘importados’ do ocidente, sobretudo de países europeus e norte-americanos. Adesão atribuída ao facto de os chineses se encontrarem subnutridos do ‘outro’ em virtude do propenso isolamento enfrentado até aos anos 80 do século transacto. Ainda assim, foi-se notando desde meados do século XIX algum ‘contágio’ estrangeiro tanto em Macau, em larga medida por influência dos ingleses de Hong Kong, quanto noutras zonas do país, através de contactos tímidos estabelecidos com visitantes provenientes de vários cantos do mundo, em especial da Europa (Amaro, 1997: 155-159; Freitas, 1941: 18-54). Na época contemporânea tal ‘contágio’ cultural aumentou, advindo do cruzamento de circuitos vários - turismo, imigração, *media* tradicionais e novas tecnologias da comunicação e informação (Mackerras, 1991: 256-267).

Porém, a persistente associação de modernização e desenvolvimento socioeconómico a ocidentalização - mais concretamente à penetração unívoca de parâmetros culturais ocidentais - conduziu as facções políticas nacionalistas chinesas, juntamente com segmentos da população civil mais agarrados às raízes e tradições, a demonstrar forte resistência e desconfiança perante o que consideram tratar-se de uma

invasão cultural estrangeira, isto é, “*Westoxication*” (intoxicação ocidental), termos de Featherstone (1990: 11). Rejeição em muito fomentada nas décadas de 60 e 70 do século XX, no âmbito da Revolução Cultural (Xinran, 2003: 219-222). Na verdade, temem que por via dessa contaminação se perca uma pretensa identidade nacional ‘chinesa’, se assim lhe podemos chamar, bem como a destruição da coesão social e da estrutura cultural - “esse conjunto organizado de valores normativos que governa o comportamento comum aos elementos de uma dada sociedade ou grupo”, garantindo a conformidade às expectativas legitimadas (Merton, 1957, referido por López e Scott, 2000: 25) - estrutura sobre a qual a mesma coesão assenta (Bond, 1991: 57-115).

“*China syndrome*” é a designação proposta por Appadurai (1990: 305-307) para ilustrar tal receio, que deixa transparecer da parte de quem o partilha um modo estático e essencialista de conceber a identidade nacional ao pressupor que esta se baseia menos em sentimentos de pertença do que em parâmetros culturais inalteráveis. Ou seja, reprodutíveis segundo idênticos moldes de geração para geração¹⁰¹. Desconsidera-se, nessa óptica, ser a influência cultural recíproca, a avaliar pela incessante penetração em todo o mundo de bens produzidos, consumidos e exportados pela China e outros países asiáticos que, à semelhança dos signos reportados ao ‘ocidente’, passam por mecanismos de recontextualização local, regional e nacional.

A propósito, recorde-se que a apreensão com o risco de aniquilação de particularismos culturais, fruto da disseminação de padrões transnacionais vistos como dominantes e uniformizadores, constitui uma das principais questões a animar o ainda aceso e complexo debate em torno das dinâmicas da globalização e do binómio global/local (Chissudovsky, 1998 referido por Kendall e outros, 2009: 2). Preocupação sentida não apenas fora, mas também dentro do ‘ocidente’ - Santos (2001: 60) anota que “a França”, por exemplo, olha a globalização como “uma ameaça ‘anglo-americana’ à sociedade e cultura francesa e às de outros países europeus”. No entanto, contra-argumenta-se ser tal receio infundado porquanto se verifica que dos fluxos e interpenetrações globais não resulta homogeneidade cultural, antes o contacto e familiarização dos indivíduos com um maior número de expressões

¹⁰¹ Aplicando os pressupostos teóricos discutidos no Capítulo 2, consideramos que a despeito de um crescente número de jovens chineses, em particular os que habitam nas grandes cidades, se identificar, no domínio das práticas sociais, estilos de vida, consumos e sensibilidades estéticas, com uma vasta gama de signos juvenis globalizados, europeus, norte-americanos, etc., tal não significa que se sintam vinculados ao ‘ocidente’ no domínio simbólico. O culto da afiliação cultural de origem poderá ocorrer mesmo que os vectores sobre os quais assenta sejam diferentes daqueles transmitidos por agentes de socialização formal (família e escola), porque alvo de transformações socioculturais e de contactos (in)directos mantidos com indivíduos orientados por padrões de orientação distintos dos seus.

simbólico-culturais locais (Featherstone, 1997: 84). Neste prisma, segundo o qual o local se globaliza e o global se realocaliza, nunca estaria em causa a capacidade da população chinesa (como a de qualquer outra) para manter as suas especificidades e reinventar uma cultura própria a partir da negociação entre produção local e global, uma vez que a assimilação cultural, quando ocorre, tende a ser recontextualizada em termos de apropriação e exteriorização quotidiana, em função do perfil sociodemográfico diferenciado dos intervenientes, seus recursos económicos e socioculturais, interesses, projectos e aspirações.

Por conseguinte, Simões (2002: 22-39, baseando-se em Pieterse, 1995) esclarece que as reacções negativas face à globalização cultural derivam, grosso modo, do facto de se confundirem pressões hegemónicas no sentido do unitarismo e uniformidade com as consequências pouco unitárias e homogéneas das mesmas, pois o que na realidade se observa (além da realocação do global já referida) é a “globalização da diversidade”, pela “mistura entre formas culturais diversas”. Expressões como “sincretismo”, “terceiras culturais” e “novas etnicidades” ilustram-no de forma exemplar.¹⁰²

4.2.2 Diferenças sociais e de estilos de vida

A par das diferenças culturais realçadas, o retrato da população chinesa e macaense elaborado pelos jovens portugueses apontou para disparidades de nível social. Não obstante a existência de diferenciais socioeconómicos no seio do colectivo português, a escrutinar mais à frente, as dissemelhanças ‘internas’ eram sentidas como francamente menores face às registadas entre a população portuguesa e as demais, em especial a chinesa, tornando-se aquelas quase irrelevantes perante a acentuada relevância destas.

Aludiu-se à elite intelectual chinesa e macaense associada às famílias tradicionais de Macau; a uma classe média embrionária em consolidação - funcionários públicos e profissionais liberais; bem como a uma franja empresarial abastada que em muito vinha beneficiando da expansão de sectores como a construção civil, o ramo hoteleiro,

¹⁰² Para uma análise mais pormenorizada desta discussão cf. Hall (1992: 300-308), Wieviorka (1998, 891; 2002a: 59; 2002b: 110-113), Appadurai (1990: 307), Featherstone (1990; 1997), Fortuna (1999: 12-17, 116), Mattelart (1997: 303-317), Petrella (1997: 81-103), Hannerz (1990), Santos (2001: 31-97), Simões (2002: 13-47) entre outros.

a indústria do jogo e do turismo em geral e cujos elevados níveis de “capital económico” - amiúde reportados a actividades ilícitas, com destaque para a ligação a sociedades secretas, redes de prostituição, casinos e clubes nocturnos, tráfico de droga e exploração laboral - não tinham correspondente em termos de “capital cultural”. Porém, a população local viu-se consensualmente representada por um amplo segmento social carenciado e pouco escolarizado, dele fazendo parte inúmeros imigrantes ilegais e refugiados provenientes da China continental e de outros países, mão-de-obra barata vítima de abusos na esfera do trabalho, bem como de desumanas condições de vida (Cónim e Teixeira, 1998: 504).

[...] o que nós conhecíamos dos chineses era o quê? Era o homem que trabalhava nas obras, porque tu não vias um português a trabalhar nas obras; era a empregada doméstica; os chineses que viviam naqueles prédios muito maus, mesmo, na zona do Porto Interior. Claro que havia chineses ricos [...] donos de discotecas, uma certa máfia talvez. mas [...] não eram pessoas com estudos, que tivessem vencido na vida pelo método legal. [...] subiram na vida [...] por causa dos casinos, *night clubs*, prostituição [...]. Madalena.

Também na esfera social os jovens tenderam a tomar a parte pelo todo, imputando à população local uma série de comportamentos que, à semelhança dos atributos antes assinalados, se entendiam não tanto enquanto expressão de situações existenciais e condições de vida particulares, ou mesmo de convenções sociais mutáveis com o correr do tempo (Elias, 1989), antes como práticas culturais correntes e essenciais, próprias daquele povo e realidade específica.

[...] eles tinham uma vivência da casa completamente diferente da nossa. [...] não usavam ar condicionado, faziam correntes de ar, tinham sempre a porta aberta. Eles não gostavam muito da casa, não cozinhavam muito em casa, não estavam muito em casa, gostavam era do carro, o carro é que era! Era no carro que eles mandavam as quecas, era no carro que passeavam, que iam aos restaurantes. A casa era um bocado para dormir.” [as casas] eram diferentes das nossas, eram pirosas, eram utilitárias, eles não ligavam, não se esmeravam muito com a casa [...]. Catarina

[...] [os chineses] têm o hábito de ter as portas abertas. [...] têm sempre a grade [de ferro] fechada e a porta de madeira escancarada e quando eu estava à espera do elevador via tudo o que se passava lá em casa: os sapatinhos, os guarda-chuvas pendurados nas grades. As casas não têm decoração nenhuma, [...] via-se assim uns beliches enfiados na sala, uns banquitos. Rita

Eu não estive em casas chinesas mas via [...]. [...] vivem dez pessoas numa casa pequenina. Vês as pessoas a entrar e a sair e nem imaginas onde é que toda aquela gente dorme. Mesmo nos prédios, deixavam as grades fechadas e as portas abertas e dava para espreitar. Geralmente as casas eram... muito cheias, cheias de coisas pequeninas... Muito incenso, umas velas. [...] não era uma coisa assim muito cuidada [...]. [...] via neles uma utilização mais prática do espaço: trabalham, vão lá, dormem ou comem ali e depois saem. Tomás

Baseando-se nas imagens das casas chinesas espiadas - através de janelas e portas mantidas abertas para as ventilar - e só muito excepcionalmente visitadas, alguns biografados descreveram-nas como pouco cuidadas em matéria de mobiliário e decoração, daí deduzindo o relativo desapego da população chinesa ao espaço domiciliar, bem como o papel meramente funcional que lhe conferiam. Cabral e Lourenço (1993a: 111) aludem ao desinvestimento do interior dos alojamentos por parte dos macaenses cujo projecto de vida passava pela emigração e que concebiam, por isso, as suas casas como morada provisória, reportando-o a um efeito de transitoriedade espacial concreto. Consideramos no entanto, sem discordar dos antropólogos, que os comentários dos jovens em torno das habitações de estratos carenciados da população chinesa fazem entrever no referido desprimor doméstico um forte efeito social, em larga medida fruto das precárias condições de vida enfrentadas por esses indivíduos.

O mesmo se aplica a diversas práticas dos habitantes locais qualificadas (ou seja, interpretadas), pelo grosso dos biografados, de pouco salubres à luz dos princípios valorativos e normativos segundo os quais foram socializados e que ainda hoje norteiam as suas condutas e grelhas de avaliação. Arrostar após a ingestão de alimentos, libertar gazes em público, cuspir para o chão ou em escarradores, colocar os restos de comida nos tampo das mesas dos restaurantes em lugar da borda dos pratos, massajar os pés durante ou depois das refeições integram exemplos coadunados, segundo os jovens, com o que entendiam ser justificações culturais localmente atribuídas - a

necessidade (tornada preceito) de libertar o organismo de tudo aquilo que lhe fosse prejudicial.¹⁰³

[...] em termos de higiene [...] para a cultura ocidental é capaz de ser um bocado...Lembro-me de ouvir várias vezes dizer: - «Ah, os chineses são uns porcos!». E tirarem os sapatos e mexerem nos pés à mesa, isso fazem buéda vezes [...]. Macau é um bocado sujo, [...] e cheirava [...] um bocado mal. [...] tentou-se controlar um bocado isso através de várias campanhas de educação cívica [...], havia prospectos e *posters* na rua a explicar que não deviam cuspir na rua. Alice [cf. imagem em anexo]

Cospem muito para o chão, são um bocado porcos, mas antigamente não era para o chão: [...] quando cheguei a Macau, nos restaurantes ainda tinham uma escarradeirinha [...] ao lado das mesas, o que é um nojo, é [...] horrível de se ver mas que é higiénico, é um hábito que eles têm, porque [...] engolirem a expectoração [...] é veneno, é porcária, é doença. [...] aquilo que nós consideramos porcária e não consideramos porcária é [...] muito relativo. Rita

[...] não sei se posso generalizar [...] mas os chineses de Macau eram relativamente porcos. Havia muitas coisas que me chamaram logo a atenção: [...] haver escarradores nos elevadores da maior parte dos edifícios [...] e ia um chinês a escarrar para dentro do escarrador. Na rua, meia volta escarravam [...] e assoavam-se para o chão, sem qualquer lenço e depois limpavam com a mão. Arrojavam, mas o arrotar [...] não se pode associar com falta de educação, até inclusivamente a classe alta arrota porque é um sintoma de satisfação, [...] um sinal de boa educação. [...] havia pequenas coisas de que eu não me apercebia, achava que eles eram estranhos, mas a pouco e pouco comecei a pensar que tinha de entender um bocado isso. [...] a comida é muito oleosa porque é toda feita passando pelo *Hook* [...], tu inclusivamente se comeres como eles ficas toda besuntada [...]. [...] há ali certo tipo de coisas que segundo os nossos conceitos são porcária, são falta de educação, só que é um bocado a nossa maneira de olhar as coisas misturada realmente com as pessoas, se calhar, terem falta de educação ou serem porcas. Teresa

¹⁰³ As considerações tecidas pelos biografados acerca dos comportamentos elencados conduzem-nos à consagrada obra de Norbert Elias (1989: 18, 160), “o Processo Civilizacional” e, em especial, às críticas dirigidas pelo autor a asserções abusivas formuladas por teorias sociológicas herdeiras do pensamento de Darwin, defensoras da analogia entre evolução das sociedades (processo civilizacional) e uma concepção positiva e universal de progresso.

Constatou-se ainda que, se os sentimentos de estranheza dos jovens portugueses face às diferenças sociais e culturais percebidas revelaram-se acentuados à chegada ao destino migratório, mitigaram-se paulatinamente com o prolongar do tempo de coabitação com a população de Macau. Para aqueles que se deslocaram para o território no decurso da infância, familiarizando-se desde muito cedo com as referências, regras de conduta e modos de vida locais, estranha era a estranheza que estes despertavam nos portugueses recém-chegados, porquanto haviam passado a integrar os seus palcos de interacção naquele contexto físico e sociocultural preciso.

Eu habituei-me, como eu praticamente nasci em Macau [...]. Eu até poderia achar estranho era ouvir alguém a dizer mal daquilo. [...] o meu modelo de vida era aquele, estava perfeitamente habituado, até achava estranho se algum chinês não fizesse alguma destas coisas, é engraçado. Quando [os portugueses] chegam é estranho, é completamente diferente de cá [Portugal], por isso é normal que as pessoas cheguem lá e estranhem determinadas acções que os chineses têm, mas depois as pessoas habituem-se e já não fazem mais confusões nenhuma. João

Por seu turno, os jovens portugueses auto-posicionaram-se num patamar algo elevado da estrutura social de Macau. Como já sumamente anotado, os progenitores da maioria possuíam credenciais académicas assinaláveis, ocupavam cargos laborais prestigiados e bem remunerados, usufruíam várias regalias (alojamento, cobertura de despesas habitacionais correntes) e beneficiavam de capital simbólico enquanto representantes da ‘elite administrativa’, de prevalência portuguesa até finais de Dezembro de 1999 (Amaro, 1997: 199; Santos e Gomes, 1998: 74).¹⁰⁴

[...] todos os portugueses que estavam ali, mais ou menos todos, [...] eram de uma classe social relativamente privilegiada, [...] talvez por isso tudo tinham também uma vida um bocado mais irreal, não só por estarem fora de casa, mas também por terem um poder de compra [...] relativamente elevado. [...] [...] no Liceu cá [...] sempre tive nas minhas turmas todas pessoas de classes sociais muito díspares, e ali [...] eu não notava isso [...]. Eu não sabia explicar

¹⁰⁴ Embora nem todos os migrantes portugueses ocupassem lugares de direcção e chefia, não se encontrou, nos relatos analisados, referência a superiores hierárquicos chineses e macaenses a quem aqueles tivessem de reportar, facto que contribui para dar conta da feição assimétrica das relações de poder estabelecidas em diversos sectores profissionais, públicos e privados, do território.

se era por causa da classe social, se era do rendimento dos pais que ali era realmente tão favorável que as pessoas tinham um poder de compra acima do que eu conhecia [...]. Teresa

[...] na fase em que nós chegámos a Macau [1982] havia uma comunidade portuguesa [...] muito pequena mesmo, em que todos nos conhecíamos [...]. Éramos os filhos de membros do Governo, de pais que tinham casas, uma vida tranquila, que viajávamos, [...] que tínhamos carros pretos [...] do Estado, [...] motoristas que nos iam levar e pôr, tínhamos uma vida diferente do comum macaense que nos rodeava, que viviam todos como sardinha em lata, que dormiam por turnos [...]. Tínhamos uma distinção em termos de qualidade de vida e de posicionamento social muito diferente, sem dúvida. Sofia

Favoráveis condições de existência e a posse de avultado poder de compra motivavam-nos a abraçar um estilo de vida hedonista pautado pelo conforto e bem-estar. Tomavam amiúde refeições fora de casa; muitos eram sócios de clubes de ingresso condicionado - Militar, Naval e os de Ténis¹⁰⁵, assim como de hotéis, caso do Hayat, onde podiam aceder a serviços de carácter tradicionalmente extraordinário - ginásio, piscina, *jacúzi* e massagens - prestados num espaço cuja frequência permanece também ela associada a contextos e momentos de excepção, como sucede em certas experiências turísticas, por exemplo. A conspicuidade das suas práticas de lazer e de ocupação dos tempos livres tornava-se, então, evidente, tomando por referência as reflexões de Veblen (1998) e Bourdieu (1979) a respeito.

Normalmente almoçávamos juntos: [...] saíamos da escola e ia toda a gente almoçar com os pais, porque aquilo era sempre perto. [...] ao fim-de-semana [...] toda a gente ia a Coloane, para as ilhas almoçar [...]. Rita

Quando havia fins-de-semana prolongados ia com os meus pais a Hong Kong ou até à China. Quando havia uma semana com feriados e com pontes, íamos até à Tailândia. Macau era o local onde a gente vivia e estava a estudar, mas era o ponto de passagem para viajar. Tomás

¹⁰⁵ Os clubes de Ténis situam-se ambos na praia Grande e o Naval na praia de *Shoc Van* marcada pela vigorosa afluência de portugueses, ao invés da de *Axa*, visitada sobretudo por ‘locais’.

Aos fins-de-semana era usual escaparem-se, acompanhados da família ou amigos, para a vizinha Hong Kong - “Nova Iorque do Oriente” - considerada um oásis pelas suas inúmeras propostas de entretenimento e consumo susceptíveis de proporcionar a ruptura temporária com os ritmos e rotinas familiares, sociais, laborais e escolares dos quotidianos vividos em Macau (mesmo não sendo estes demasiado constrangidos e regulados), bem como de satisfazer de forma substancial o desejo de prazer, aventura e evasão que os indivíduos tendem a procurar nas práticas lúdicas empreendidas (Elias e Dunning, 1992: 161; Ferreira, 1995: 95; Abreu, 1995: 89). Estas deslocações, pendulares ou de curta duração, constituíam um programa de eleição para crianças, jovens e adultos atraídos por parques temáticos e de diversão como o Ocean Park, o Jardim Zoológico, espectáculos culturais (música clássica, ópera chinesa, teatro de marionetas, bailado), pelos restaurantes e bares de Lan Kwai Fong, a par de catedrais de consumo como o Stanley Market na Península de Kowloon onde adquiriam inúmeros bens a preços convidativos (*gadgets*, brinquedos, instrumentos musicais, aparelhagens de som, material fotográfico, vídeos, câmaras de filmar, televisores, etc.).

[...] no nosso tempo não havia cafés em Macau como cá há cafés e então era um bocado essa onda de *coffee shops* de hotéis [...] nós tivemos muito menos escolha porque havia só um ou dois sítios para ir, não havia mais. [...] E porque é que Macau também atrofiava tanto? [...]. Primeiro que nós tivéssemos um Centro Cultural demorou muito tempo. Tu querias ir a um bom espectáculo, a uma boa exposição, a um bom bailado, [...] às compras, tu tinhas de ir a Hong Kong, porque em Macau tinhas meia dúzia de lojecas, [...] os armazéns chineses e [...] as tendinhas [...]. [...] sempre que acontecia alguma coisa nós íamos [...] porque não era comum acontecer. Isto porque os portugueses [...] demoram sempre muito tempo a fazer as coisas e quem me dera a mim que [...] tivessem desenvolvido e investido e implementado uma cultura em Macau como os ingleses fizeram em Hong Kong, [...] é um contraste muito muito grande. Sofia

Ademais, a maioria começou a ter como padrão dominante de férias viajar com alguma regularidade pelo continente asiático, prática (a par de outras) ocasional ou mesmo impraticável para muitos dos migrantes portugueses até à sua instalação em Macau porquanto as deslocações para o estrangeiro por motivos culturais e de lazer

estavam, naquela época, apenas ao alcance de segmentos muito prósperos da população. Daí que as férias dos jovens interpelados, antes da partida para o território, fossem as mais das vezes fruídas dentro de Portugal, em casas arrendadas ou emprestadas por familiares e amigos ou em parques de campismo. Prática também impraticável, segundo os biografados, para o grosso dos jovens locais.

Se é certo que a esfera dos lazeres e, em particular, a possibilidade de viajar com propósitos lúdicos sofreu um processo paulatino de deselitização¹⁰⁶, retirando à elite aristocrática o monopólio da exclusividade da partida, parece-nos necessário, todavia, relativizar a sua massificação, a avaliar pelos estudos e estatísticas disponíveis para o arco temporal aqui abarcado. Em meados da década de 90, Paula Abreu (1995: 77-78) realçava a feição distintiva do turismo internacional de jovens porque abraçado, em larga medida, por indivíduos cujos progenitores possuíam níveis de capital escolar, cultural e económico consideráveis, permanecendo por isso inacessível à generalidade dos elementos desta coorte demográfica. No mesmo sentido apontam os dados da Direcção Geral do Turismo a respeito da população portuguesa em geral: no ano de 1992 apenas cerca de 3% estiveram de férias no estrangeiro; em 1996, o valor rondava os 5,2%. Estava-se (e ainda se está) muito longe de ver aplicado à experiência turística um carácter 'ordinário' e, menos ainda, de convertê-la num "direito de cidadania", como sugerido por Urry (cf. Fortuna, 1995: 39; 1999: 49, 69).

Parafraseando d'Epainay (referido por Ferreira, 1995: 98) "o campo dos lazeres vê prolongados até si as condições em que assentam os lugares sociais e estatutários que os indivíduos detêm na esfera da produção, mediante as suas opções lúdicas". O mesmo é sustentar, na senda de Bourdieu (1979) e, mais recentemente, de Atkinson (2010: 19-20), a associação entre espaço social e simbólico, também extensível ao universo das viagens, as quais - consoante os diferenciados modos de viajar, destinos eleitos, distâncias percorridas, transportes utilizados, duração das estadias, motivações subjacentes, significados atribuídos pelos próprios e por terceiros às incursões efectuadas, mais-valias adquiridas - continuam a desenhar clivagens, nem sempre claras e lineares, entre grupos sociais, sejam eles formados com base em recursos

¹⁰⁶ Para isso em muito contribuiu a industrialização, a proliferação de vias ferro e rodoviárias e o acesso mais democrático a meios de transporte como o automóvel e mais tarde o avião; a consolidação da legislação laboral e dos direitos dos trabalhadores, sobretudo depois da segunda grande guerra (em matéria de horários de trabalho, tempos livres, salários e subsídios de férias, não obstante a recente inversão observada em Portugal neste domínio); a multiplicação de trajectórias de mobilidade social ascendente; o aumento exponencial da esperança média de vida (e com ela a possibilidade de dedicar, depois da reforma, uma parcela do tempo livre ao lazer e turismo); a par do desenvolvimento da indústria hoteleira ao nível das infraestruturas de alojamento e de estratégias turísticas promocionais.

económicos e/ou culturais, na idade, género ou variáveis adicionais (Dumazedier, 1962, 1991; Reimer, 1995: 126; Estanque, 1995: 125; Andrade, 1993: 56-57; Fortuna, 1995: 15; 1999: 50; Abreu, 1995: 77-78).

Dispondo do capital financeiro requerido, aliado a uma forte disposição para viajar e/ou fazer turismo, os portugueses residentes em Macau tendiam à maximização de factores estruturais e contextuais favoráveis à sua efectivação, como a privilegiada localização geográfica do território no interior da Ásia, a razoabilidade do preço das viagens em matéria de voos e alojamento, o baixo custo de vida dos países visitados, a par da fruição de múltiplas pausas laborais e escolares intercalares, de curta e média duração, proporcionadas pelo elevado número de feriados, locais e nacionais, portugueses e chineses, celebrados. A duração das digressões efectuadas oscilou entre os cinco dias e os seis meses.¹⁰⁷

A Tailândia - Bangkok, Chiang Mai e em especial as ilhas Pucket e Cosamui (estas eleitas pelos jovens do Liceu Infante D. Henrique para comemorar o fim do ciclo secundário com colegas e professores) - liderava os destinos seleccionados pelo grosso dos portugueses, sendo seguida, sem ordem de importância, pela Índia (Bombaim, Goa

¹⁰⁷ No quadro dos estudos sobre turismo, tipologias de viagens e perfis de turistas, a sistematização do debate sobre os princípios de diferenciação entre viagem e prática turística, turista e viajante é facultada, entre outros, por Fortuna (1999: 47-48), Andrade (1993: 52) e Curtis e Pajaczowska (1994: 202-214). De acordo com os últimos, tal diferença remete para uma hierarquização assente nos “degraus de encarceramento, os graus de perigo e o valor da experiência que delas deriva”. Neste prisma, a viagem pressupõe a participação na realidade visitada, a proximidade e envolvimento com os habitantes e as expressões culturais locais, comportando um acentuado potencial transformador - “o *self* é transformado pela experiência da alteridade encontrada numa dialéctica da diferença”. A prática turística, por seu turno, tende a caracterizar-se por uma apreciação algo distanciada e superficial dos ambientes, gentes e culturas, as mais das vezes mediada por suportes visuais mecânicos e instantâneos (máquinas fotográficas e câmaras de filmar). Daí ser definida por Hannerz (1990: 242) como um “spectator sport”. Na óptica de Urry e Crawshaw (1995: 49; 2001a: 2) aquilo que os turistas vêem ou observam é, amiúde, socialmente organizado e construído pela indústria turística, em especial pelos discursos e imagens formulados no seu seio por fotógrafos, escritores de guias de viagens, operadores e agentes turísticos, proprietários de estabelecimentos hoteleiros, profissionais dos *media*, deles resultando um “conhecimento pictórico” do destino eleito, como paisagens, monumentos, expressões culturais, etc. (Abreu, 1995: 79-86). Não obstante a distinção acima enunciada cujo debate ultrapassa largamente esta breve síntese, entendemos, em sintonia com John Urry, que a experiência turística não conduz necessariamente à confirmação circular da identidade pessoal decorrente de um suposto contacto preferencial com o familiar. Dito de outro modo, o turista não está livre da transformação gerada pelo encontro com a alteridade. Por mais superficial, ligeira, controlada, encenada, artificializada ou manipulada seja a experiência turística ela não deixa de contribuir para a reestruturação da identidade pessoal porquanto mobiliza, por vezes reflexivamente, dimensões valorativas, estéticas, simbólicas e sensoriais. Embora, no entender de Urry (2001a; 2001b) e Urry e Crawshaw (1995: 47-48) todos os sentidos sejam estimulados - pelo clima, gastronomia, sonoridade e cheiros - o autor destaca a componente visual, defendendo que o consumo turístico configura um processo de recolha e descodificação de signos geralmente captados através do olhar. Concordamos, por isso, com Fortuna (1999: 68) quando afirma ser “(...) também no desenrolar do acto turístico que os indivíduos concretizam criadoramente a auto-destruição das suas identidades”, subversão subsidiária de dois processos complementares - o “descentramento” (por meio do qual se desprendem das matrizes identitárias convencionais) e o “recentramento” (através da eleição de focos de referência renovados).

e Deli), Nepal (Catmandu), Filipinas (Manila e as ilhas Boracay), Malásia (Malaca e Kuala Lumpur), Taiwan, Vietnam, Coreia do Sul, Sri-Lanca, Japão e Singapura, (cf. mapa em anexo). A eles juntavam-se os périplos realizados pela China continental (Zhuhai, Cantão, Pequim e Xangai) e, embora menos frequentes, também pela Europa e demais continentes. Macau, ou antes, o aeroporto de Hong Kong, constituía, então, uma plataforma familiar para diversos migrantes portugueses, jovens e adultos, que ali se cruzavam, facto bem patente na seguinte citação.

[...] tinha chegado a Milocas que era uma amiga da minha mãe [...], estava a mãe da Nini, estava uma data de gente no aeroporto, tinham chegado [...]. Ainda ficámos à espera do Joaquim e do irmão que iam chegar nesse dia mas entretanto não deu tempo [...]. [...] entrámos lá para dentro e estavam imensos amigos nossos: [...] o Gil ia para a Tailândia, o Tomé [...] para Itália, a Cristina e o não sei quantos iam também para a Tailândia e depois para não sei onde, a Rosa ia para o Vietname, olha, imensa gente ali a apanhar aviões com diferenças de meia hora no aeroporto [...]. Rita

A modalidade predominante de viagem abraçada pelos portugueses caracterizava-se, de acordo com os jovens, pela instalação em *resorts* onde usufruíam dos três “S’s” referidos por Gray (1970) - “sea, sun and sand” (mar, sol e areia): despendiam uma larga parcela dos dias na praia a apanhar sol, nadar, praticar desportos náuticos (*windsurf*, *surf*, mergulho e vela), passear e contemplar belas paisagens, confraternizar com os pares, a desfrutar de massagens ou de adicionais comodidades promotoras de bem-estar, valorizando sobretudo a componente lúdica e hedonista da estadia. Aos anteriores aditaríamos um quarto ‘S’ (search), dada a propensão para explorar os recantos das ilhas ou vilas que os acolhiam, deixando-se perder e surpreender pelas suas especificidades culturais. Com frequência, as motas alugadas pelos jovens serviam de veículo para tais investidas.

Tratava-se de um formato equivalente ao que Hannerz (1990: 241-243), recorrendo à expressão de Paul Theroux, classifica de “home plus”, muitas vezes promovido por agências credenciadas, pautado por elevados índices de conforto e securização. Nestes itinerários, amiúde concretizados com a família, buscava-se prazer, diversão e descontração, minimizando potenciais riscos perturbadores da estadia: instalavam-se em cómodos hotéis, comiam em restaurantes de qualidade superior e

recorriam à orientação de guias locais para que lhes garantissem uma “experiência organizada do desconhecido” (Abreu, 1995: 74, 85-87, baseando-se nos trabalhos de Lee e Crompton, 1992; e em Cohen, 1972). Experiência tendencialmente traduzida no contacto com cenários artificiais ou de “autenticidade encenada”, expressão de MacCannell (1989) definida, nas palavras de Fortuna (1995: 31; 1999: 62), por um espaço de mediação entre a “fachada” e os “bastidores”, entre o autêntico e o encenado, “uma pseudo-região de bastidores da realidade que mostra e torna acessível aquilo que é julgado legítimo, a maior parte das vezes de acordo com critérios puramente comerciais.”

No entanto, as viagens realizadas pelos jovens (e adultos) portugueses não se esgotaram na variante anterior, nem tão pouco se resumiram à vivência de um só ‘tipo’ de experiência. Também se aludiu à prática de uma modalidade de turismo cultural, com uma forte componente cognitiva e participativa, assente no propósito expreso e consciente de ampliar conhecimentos sobre uma dada região, população e cultura, quer por via da “contemplação”, solitária ou colectiva, de tais realidades (Urry e Crawshaw, 1995: 56)¹⁰⁸; quer do interface informal com autóctones, casualmente pautado por momentos de intensa sociabilidade; quer ainda através da imersão em algumas vivências locais (Curtis e Pajaczkowska, 1994: 202; Andrade, 1993: 63-71), evidenciando-se nessas ocasiões uma postura idêntica àquela reportada por Urry e Crawshaw (1995: 55) ao “flâneur” ou “viajante”.

Assim sucedia nos percursos menos convencionais, apartados da indústria turística, rumo ao Nepal, Índia, norte tailandês, interior da China ou outros destinos, efectuados ora com os pais, ora com os irmãos e/ou amigos quando alcançada alguma autonomia, (por volta dos dezasseis, dezassete anos). Neste último caso, apesar de limitada em orçamento, a jornada não comportava limites em matéria de experimentação, exploração e risco (a prática de desportos radicais como *trekking* e

¹⁰⁸ John Urry (2001b: 3) e Urry e Crawshaw (1995: 55-56) distinguem a contemplação turística “romântica” - solitária, privada e prolongada, que não se quer ver perturbada pela presença de terceiros e por meio da qual é estabelecida uma relação de “semi-espiritualidade” com o objecto alvo de admiração - da “colectiva”, esta partilhada com outros turistas cuja participação é requerida para conferir uma atmosfera de convívio ao lugar de contemplação. Ao olhar “romântico” e “colectivo”, os autores (1995: 55-56) acrescentam outros três: “espectador”, actividade partilhada, pautada pela contemplação de relance de signos diversos; “ambientalista” caracterizado por uma perscrutação colectiva, prolongada e didáctica com o fim de vigiar e inspeccionar; e “antropológico” que, tal como o “romântico” é solitário e de imersão prolongada, porém, enquanto este se traduz num olhar deslumbrado, de estupefacção, aquele materializa-se na imersão activa. Urry e Crawshaw referem-se ainda ao “antiturismo” o qual “supõe um confronto poético com os «recantos obscuros» habitados pelos despojados e pelos marginas das cidades e vilas, [com vista a] conhecer a experiência de uma vida supostamente «real» e «autêntica», desobstruída das imagens visuais dominantes do lugar em questão.”

rafting, a par do teste de drogas como o ópio, mencionados por dois biografados são disso exemplo) Regra geral, pernoitavam em alojamentos económicos (muitas vezes precários, sem saneamento básico), alimentavam-se em restaurantes de rua e deslocavam-se de comboio ou autocarro, assentando parte do atractivo deste formato de viagem na possibilidade de romper com as comodidades usufruídas nos quotidianos de Macau (cf. imagens anexas). Seguiam a própria intuição ou as pisadas de conterrâneos pioneiros no desbravar de tais percursos e que, ao despertarem a curiosidade dos pares sobre os roteiros a efectuar, fornecendo informações e sugestões de valor inestimável, funcionavam como uma espécie de agência informal de viagens, revelando-se também nesta esfera um precioso auxílio.

Alguns roçaram o que Curtis e Pajczkowska (1994: 204) designam de “*going native*”, considerando a profundidade dos níveis de participação e envolvimento com as gentes, culturas e espaços visitados. Qualquer desconforto sentido pelos jovens era em larga medida compensado pelo espírito de aventura, diversão, descontração e liberdade experimentado, dele obtendo algum alívio da vigilância comunitária empreendida num pequeno território densamente povoado como Macau. A viagem configurava assim, como concluiu Santos (1999: 123), ao debruçar-se sobre a prática de *inter-rail*, “um espaço de realização pessoal” para os jovens protagonistas.

Note-se que a apreciação dos mapas individuais de viagens dos jovens interpelados revela uma razoável diversidade, intra e interpessoal, em dois planos fundamentais -recorrência e formas de viajar. Por um lado, o número de deslocações e de lugares visitados não foi o mesmo para todos eles: uns conheceram vários países, cidades e vilas no seu interior, outros somam um leque mais modesto de destinos, havendo ainda quem tenha repetido itinerários independentemente do total contabilizado. Por outro lado, a variedade de modalidades de viagem experimentada por cada indivíduo em termos de destinos, propósitos da deslocação, meios de transporte, alojamento, actividades desenvolvidas, índices de proximidade aos autóctones e suas expressões culturais torna complexa a tentativa de ilustrá-la através de um só perfil ou categoria como as contempladas nas tipologias clássicas. Tanto o somatório de trajectos concretizados, quanto a participação num formato ‘tipo’ ou compósito de roteiro dependeu de múltiplas variáveis, a saber: a duração da estadia em Macau; a fase da vida em que se encontravam; os recursos financeiros familiares ou pessoais possuídos e canalizados para viajar (quase todos os jovens realizaram biscates com o fito de custear consumos e práticas de lazer como as viagens); e sobretudo os

interesses e disposições individuais, os dos membros do núcleo familiar e do grupo de pares, em conjunto com os respectivos níveis de cosmopolitismo.

Em todo o caso, habitarem já numa sociedade que não a de origem (ou referência) e com esta fortemente contrastante a respeito da língua, religião, crenças, tradições, símbolos, património arquitectónico e, inclusive, de sabores e odores, como atrás assinalado, facilitou a adaptação às diferenças encontradas nos destinos visitados minorando sentimentos de estranheza e de insegurança ontológica que, para indivíduos socializados num único contexto sociocultural durante a totalidade ou uma vasta parcela da sua trajectória de vida, ou em cenários culturalmente mais homogéneos, revelar-se-iam, porventura, bastante significativos.

Aliás, e como se discutirá adiante, o facto de as identidades de alguns jovens terem, pouco a pouco, assimilado em certas dimensões laivos de asiaticidade como resultado da estadia naquele continente -influência visível, por exemplo, na fotografia de um jovem português sentado num restaurante à beira de uma estrada no interior do Rajastão que anexamos - revela que, não sendo 'locais' também não se sentiam tão estrangeiros quanto a maioria dos turistas ocidentais (amiúde agrupados em excursões) com quem acidentalmente se cruzavam nesses países e dos quais faziam questão de distinguir-se em termos visuais e comportamentais.

Face ao exposto, ao contrário do que sucede com tantos jovens migrantes e filhos da emigração posicionados em situação de desvantagem sociocultural face aos pares autóctones a respeito de oportunidades, recursos materiais e direitos de cidadania - à habitação, trabalho, segurança social, escola e lazer (Bendit, 2011b: 142-150; Grassi, 2008a: 163-164), a par de situações de exclusão e estigmatização enfrentadas - os biografados reconheceram beneficiar de condições vivenciais que estavam muito além das partilhadas pelo cidadão chinês e macaense comum, jovem ou adulto, radicado no território. Entendiam, por isso, poder apropriar-se de práticas, consumos e bens tão distintivos quanto distintos daqueles abraçados pelo grosso do segmento juvenil local, sentindo-se privilegiados face ao mesmo. Daí descreverem-no como culturalmente diferente e socialmente desigual.

4.2.3 Diferenças no modo de ser, viver e afirmar a juventude

As diferenças culturais e sociais acima apontadas reflectiram-se, à luz dos relatos compilados, no modo ‘diferenciado’ de ser jovem, de viver e afirmar a juventude evidenciado pela generalidade dos jovens portugueses, chineses e macaenses residentes em Macau, sobretudo no que concerne a valores, referências, linguagens, símbolos, interesses, preferências estéticas, níveis de autonomia e liberdade usufruídas.

Enfatizou-se a avidez de consumo de bens materiais, a par de comportamentos de ostentação e vaidade levados a cabo, em particular, pelos macaenses, a quem se atribuiu um investimento excessivo na imagem exterior, consubstanciado num visual cuidado e no uso de roupa e adereços de marca¹⁰⁹. ‘Ostentação estilística’ reveladora, na óptica dos biografados, de matrizes valorativas diferentes das suas, bem como da necessidade e/ou vontade de demonstrarem participar em percursos de mobilidade social ascendente, na linha do que Livolsi (1989: 39) concluiu noutro contexto analítico.

[...] os macaenses eram muito diferentes de nós. [...] eles eram muito pirosinhos, andavam com os ténis, com as meias com os pompons, com os porta-chaves a cair do bolso, os rapazes sempre com o pente a sair do bolso. [...] os chineses são muito vaidosos, penteiam-se muito, ou melhor os macaenses [...]. [...] os chineses vão [...] para a discoteca dançar e todos com o cabelo cortado da mesma maneira e dançam da mesma maneira. [...] eles tinham todos permanente em cima, [...] e aqui lisinho, curtinho e depois [...] com o cintinho com o logótipo da Charles Jordan a aparecer [...]. Sofia

¹⁰⁹ Na obra *o Signo* (1997: 38-39), Eco recorda a distinção clássica entre signos “comunicativos” (a palavra, sinais rodoviários, etc.) e “expressivos” (um automóvel, uma casa, um vestido). De acordo com tal distinção, os primeiros, “«dizem que» imediatamente e sem equívocos”: “emitidos intencionalmente (...) [estão] destinados a transmitir uma informação, logo a comunicar”. Os segundos, por sua vez, “«servem para» e só num momento se usam para «dizer que»”: “emitidos espontaneamente, mesmo sem a intenção de comunicar, e reveladores de uma qualidade ou disposição do espírito (...) seriam compreendidos por intuição, escapariam à codificação”. Numa outra obra, Eco (1989: 13) considera esta base de diferenciação sógnica complexa e discutível, argumentando que tal como “há uma infinidade de sinais que aparentemente se emitem para dizer qualquer coisa, mas que de facto têm uma função prática”, outros poderão à primeira vista desempenhar uma dada função, mas na verdade o objectivo é transmitir uma mensagem. O caso das indumentárias é bem elucidativo, pois não obstante a sua funcionalidade - “servem” para proteger o corpo - veiculam informações e condicionam a comunicação, convertendo-se por isso em acto comunicativo.

Demonstração simbólica que os biografados julgavam desnecessária para si próprios, dado estarem cientes (e beneficiarem) da distintividade inerente ao estatuto sociocultural detido em Macau. Por esse motivo, muitos vestiam-se nas “tendinhas” do largo do Leal Senado, trespassando a ideia de desapego material e indiferença por etiquetas. Negligenciavam intencionalmente a aparência (ou, antes, aparentavam negligenciá-la), convergindo com tantos indivíduos cujo poder simbólico é-lhes reconhecido pela posição privilegiada ocupada num determinado ‘campo’ como tão bem analisou em inúmeras ocasiões Pierre Bourdieu (1979; 1994; 1996). Tal negligência indicia ainda o propósito de alguns jovens se descolarem do epíteto de ‘trânsfugas’ amiúde aplicado à escalada social, considerada célere e fácil, dos portugueses que passaram por Macau, revelando em simultâneo quão limitada era a margem para ‘representar’ um estatuto não possuído no seio do colectivo português, já que a sua acanhada dimensão e o interconhecimento generalizado entre conterrâneos tornava algo estreita a distância entre ‘fachada’ e ‘bastidores’ (cf. Goffman, 1993: 29-202): todos se conheciam e tudo se sabia.

Estávamos-nos marimbando, até andávamos cada vez mais porcos, se calhar, porque em Macau não havia uma necessidade de afirmação do nível social das pessoas [portuguesas] porque toda a gente vivia bem [...]. [...] tínhamos orgulho em não precisar dessas coisas. Para quê? Nós tínhamos todos um nível igual, éramos todos iguais [...]. Os macaenses tinham uma necessidade maior... vestiam-se todos com roupinha de marca e tinham todos uns hábitos muito estranhos. [...] [eles] importam-se muito com a imagem, com o ter o carro bonito, a mota bonita [...]. São muito materialistas. [...]. Depois [...] andavam com o cabelo muito espetado [...] e usavam biqueiras, [...]. [...] a maior parte, eu acho que não gostava mesmo do nosso modo de estar. Nós não tínhamos nada dos conceitos deles de andar com calcinha e com pentezinho atrás, achávamos aquilo ridículo, da mesma forma que eles achavam ridículo nós andarmos com as calças todas rotas e com aquele ar de *junkys* e de sair à noite e andar a beber copos, muito miúdos [...] e a frequentar os *night clubs* [...]. Madalena

Nos excertos anteriores como em outros, o modo como os biografados se reportam aos pares chineses e macaenses, aliado aos adjectivos usados para os

descrever, mostram com clareza que não os encaravam como padrão de referência. As opções estéticas do grosso dos jovens locais em termos de indumentárias, adereços e penteados, inspiradas, regra geral, em modelos anglo-saxónicos veiculados, entre diversos meios, pelas televisões inglesa e cantonense de Hong Kong - como assinalam Cabral e Lourenço (1993b: 415) a respeito dos macaenses - viam-se avaliadas negativamente à luz dos parâmetros estilísticos abraçados pelos portugueses interpelados, tendo sido qualificadas de “pirosas” e de “muito mau gosto”. O mesmo se aplicava a algumas das suas diversões predilectas, caso do *Karaoke*, bem como ao apreço por sucessos musicais convertidos em versão cantonense ou considerados datados. Tais opções figuravam, assim, como factor adicional de diferenciação e distanciamento mútuo, não fosse o estilo um dos mais relevantes marcadores das fronteiras juvenis como analisado anteriormente (Clarke, 1976: 178-180; Clarke e outros, 1976: 54-55; Feixa, 1993: 96).

Os macaenses eram meio chineses porque não tinham os mesmos precedentes culturais que nós [...], nós fazíamos um esforço enorme para saber o que é que se passava em Portugal, tentávamos ouvir a música que as pessoas da nossa idade ouviam em Portugal. Eles [...] era o berro do *karaoke* [...] Catarina.

Nós, portugueses, éramos completamente diferentes porque éramos um grupinho mais ou menos concentrado, ou [...] vários grupinhos dependendo um bocado das faixas etárias [...]. [...] enquanto nós [...], quando apareceu o *Karaoke* íamos [...] esporadicamente numa de curtir, os chineses vão [...] porque gostam e se sentem bem e porque vibram com aquilo. Sofia

Em paralelo, os biografados também não se reconheciam como padrão de referência para a larga franja do segmento juvenil local. No caso dos macaenses da chamada “geração emergente”, nascidos entre finais dos anos 60 e meados de 80, constatavam estarem mais próximos do eixo sinófono, “vivendo num meio cultural virado essencialmente para a cultura chinesa”, palavras de Cabral e Lourenço (1993a: 175). Sentiam, por isso, que tanto a vinculação afectiva dos jovens portugueses a Portugal e aos signos de portugalidade disponíveis em Macau, quanto as suas

preferências musicais¹¹⁰ e estéticas - estas, uma mistura de influências lusófonas e globais importadas, sobretudo, das culturas juvenis mais em voga na sociedade portuguesa - pouco ou nada lhes diziam. Pressupunham que tal como os chineses mais abastados, os ‘filhos da terra’ acalentavam o sonho de partir para países já associados à diáspora macaense, como os E.U.A., Canadá, Inglaterra e Austrália, a par do Brasil (Silva, 2004: 21), concebendo Portugal como mera plataforma para migrar e a obtenção de nacionalidade portuguesa como um passaporte de saída - instrumento dispensável com a consagração da Lei Básica da RAEM em finais de 1999, na qual se reconhece a liberdade de circulação, dentro e fora das fronteiras nacionais, a todos os residentes em Macau (cf. artigo 33º <http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp>).

Quanto à ligação dos jovens portugueses ao meio de origem e/ou referência - não raras vezes transmutada em idealização - cultivava-se directamente por ocasião das épocas festivas e períodos de férias ali passados; no decurso das visitas esporádicas de familiares a Macau; e, em simultâneo, através dos conterrâneos recém-chegados ao território que transportavam as narrativas e modas então difundidas em Portugal: êxitos discográficos e cinematográficos, novidades literárias, estéticas e gírias juvenis¹¹¹, objectos de uso e consumo como os cigarros SG e até mesmo pastilhas Gorila. Todos estes signos continham para a maioria inestimável valor, sendo ouvidos, lidos, visionados, usados, fumados e mastigados, como se ouvissem, lessem, visionassem, usassem, fumassem e mastigassem um pouco do país.

Aceder aos mesmos significava não só poder participar, embora à distância, naquela que entendiam ser a sua geração sociodemográfica, como ainda representar, no interior do agregado juvenil português de Macau, determinadas subculturas juvenis popularizadas em Portugal (e ‘disputar’ o melhor lugar nessa representação). Como se o ficar à margem dessas linguagens pusesse em causa os respectivos sentimentos de pertença quer à sociedade de origem ou partida, quer aos círculos juvenis portugueses que aí se formavam e com os quais se identificavam (os ‘vanguardistas’, ‘freaks’, ‘betinhos’, ‘surfistas’, etc.).

¹¹⁰ Ouviam o *pop/rock* anglo-saxónico das décadas de 80 e 90 (Foreigner⁴, Madona, Duran-Duran, Cure, Smiths, Joy Division, mais tarde os Pixis, entre vários outros), e alguma música portuguesa (Heróis do Mar, GNR, Rádio Macau, Xutos e Pontapés).

¹¹¹ Tal como as indumentárias marcam épocas históricas, gerações demográficas e colectivos sociais, o mesmo sucede com certas expressões linguísticas também usadas no processo de identificação e diferenciação grupal. *Bjeca* (cerveja), *Castelo de São Jorge* (“porra”), *Estás a reinar* (brincar) integram exemplos de referências importadas de Portugal durante a estadia dos biografados em Macau.

[...] [De visita a Portugal nas férias] ficava fascinada por um certo tipo de pessoas que não havia em Macau. Achei eu na altura que eram pessoas empreendedoras, ousadas, destemidas. Admirava muito aquelas pessoas, assim uma coisa mais *freak*, [...] aquela onde de ir para fora, ir acampar [...] Rita.

Havia os gajos que chegavam lá, os tipos novos, e toda a gente queria ouvir as histórias do Bairro Alto¹¹² e da 24 [de Julho], então havia uma vontade de conhecer a nossa cidade, que não tínhamos conhecido. Tomás

[...] se calhar os meus estímulos direccionaram-se para outros interesses: eu estando em Macau e tendo família chinesa nunca abdiquei de ler os meus livros e de seguir o que se passava em Portugal e no resto do mundo em termos de som, de cinema - se bem que em termos de cinema foi muito difícil porque era praticamente inexistente, ou teatro - mas em termos das coisas que se passavam por cá. Mas não fui uma pessoa que chegou a Macau e foi atrás do mundo chinês, não [...]. Domingos

O papel de mediação e actualização no que respeita à realidade política, económica e sociocultural vivida em Portugal era complementado por meios de comunicação social, como a Teledifusão de Macau (TDM),¹¹³ a Rádio Macau que emitia música portuguesa, a imprensa escrita (de destacar os jornais Expresso, o 7, a Bola, mais tarde também o Público e o Independente), em conjunto com algumas bibliotecas escolares, a livraria portuguesa inaugurada em 1985 e o Instituto Português do Oriente criado em 1989 com o fito de divulgar e preservar os signos portugueses naquela região. Referências adicionais cimentadas ao longo dos mais de quatrocentos anos de permanência de portugueses em Macau, caso do património museológico e arquitectónico - igrejas, edifícios, a calçada portuguesa, ruas com nomes portugueses - proporcionavam, de igual modo, a proximidade ao país.

¹¹² O Algarve e o Bairro Alto encabeçavam a listagem das principais referências espaciais partilhadas pelos biografados, o primeiro, como destino de férias de Verão; o segundo, um dos mais atractivos focos de convivalidade juvenil nocturna na cidade de Lisboa.

¹¹³ Em 1984, ano em que foi inaugurada, a TDM dispunha de um canal bilingue, sendo apenas uma pequena parte do horário de emissão dedicado à programação portuguesa segundo critérios de selecção “duvidosos” na óptica dos biografados. Somente na década de 90, quando o canal português e o chinês se autonomizaram, foi possível aceder com regularidade à grelha televisiva de Portugal, que os jovens portugueses alternavam com o canal inglês de Hong Kong, muito apreciado pela qualidade dos desenhos animados, filmes e documentários apresentados.

Acresce ainda a recriação de diversas dimensões da sociedade de partida na de acolhimento, como a celebração das festividades e outras efemérides assinaladas de acordo com a calendarização portuguesa nas quais os jovens marcavam presença com os pais, irmãos e/ou amigos, a par da frequência de espaços de convivialidade marcados pela lusofonia, a saber: clubes sociais (Militar, Civil, de Ténis, de Jazz), hotéis (Lisboa), pastelarias (Bolo de Arroz e Caravela), e restaurantes (a Caçarola, o Fernando na ilha de Coloane, o Barril e o Papatudo). As refeições confeccionadas em casa giravam quase sempre em torno da gastronomia portuguesa, mesmo para as famílias que optavam pelo serviço ao domicílio prestado pela Marinha - as conhecidas ‘marmitas’. Por conseguinte, mediante um processo de “etnicidade linear” atrás definido (Portes, 1999a: 42-43, 106-108; 1999b: 465-466) alimentava-se a identidade nacional e o sentimento de ser-se português (e/ou jovem português) em solo asiático, comportamento que Maltez (1998: 218) qualifica de paradoxal: “Aqui ficámos porque quisemos fugir de Portugal, procurando Portugal fora do próprio Portugal”.

[...] a empregada chinesa que nós tivemos não cozinhava comida chinesa porque a minha mãe ensinava-lhe a fazer bifés, cozido ou certas coisas e acabávamos por nunca comer comida chinesa em casa. Mas se nós quiséssemos ela fazia, mas normalmente [...] a minha mãe ensinava-lhe a fazer as coisas mais ao nosso gosto. Alice

[...] houve um concerto dos Xutos e Pontapés [1989] que foi o primeiro concerto de portugueses [...]. Podia lá ir a Ágata que nós fazíamos uma festa desde que fosse lá uma presença portuguesa [...]. [...] sempre que alguém vinha de férias a Portugal trazia um S.G Ventil para levar às pessoas que estavam lá.... Havia um bocado aquela nostalgia, [...] uma necessidade da presença de Portugal. [...] houve muitos concertos portugueses e claro que todos os portugueses estavam lá desde os de 80 anos até aos de 3. Madalena

Ia a tudo o que havia, havia era muito pouco [...]. Sempre que ia lá alguém de Portugal cantar, um concerto, toda a gente ia [...], até a Lena de Água vi, a gente não perdia um concerto! [...]. Depois havia o Festival Internacional de Música, [...] de Jazz e a essas coisas toda a gente ia. Rita

Imperdíveis e irreproduzíveis eram as iniciativas culturais lusófonas ao nível das artes plásticas e performativas, em conjunto com os concertos de grupos de música *pop/rock* e ligeira que só raramente transitavam em digressão até Macau (Xutos e Pontapés, Rádio Macau, Heróis do Mar, GNR, Lena de Água e Rui Veloso integraram o leque de convidados), porventura como resultado de uma combinação de variáveis: distância e custos inerentes, o facto de não constituírem uma prioridade em termos de política cultural e de possuírem um valor simbólico algo reduzido para os habitantes locais¹¹⁴. Ao invés, detinham enorme simbolismo para o grosso dos migrantes portugueses ali radicados, produzindo um extraordinário efeito de aglomeração e sociabilidade intra e inter-geracional, dada a comparência assídua de jovens e adultos.

A afirmação de que “as pessoas deslocam-se com as suas culturas” (Held e outros, 1999: 285) adquire, neste contexto, todo o sentido. Assim se mitigavam os dezoito mil quilómetros de distância que os separavam de Portugal e se saciava uma imensa sede de portugalidade notoriamente transgeracional e endocomunitária. Nesta medida, enquanto dispositivo espacial e cultural, o país de origem e/ou referência constituía um dos vectores estruturantes da identidade colectiva dos jovens portugueses, preenchendo os seus imaginários como uma espécie de “lugar sacralizado” (Sarup, 1994: 96), mesmo para aqueles que aí detinham vínculos sociais ténues. Tratava-se, todavia, de uma valorização ancorada não tanto em raízes ou experiências vividas antes da partida para o sudeste asiático, mas sobretudo nos laços que se visavam estabelecer na fase de regresso a Portugal.

Ainda no quadro das representações sobre os modos contrastantes de viver a juventude em Macau, as jovens chinesas mereceram destaque por parte das raparigas portuguesas interpeladas. Qualificadas de infantis, fúteis, reservadas e pudicas, assinalou-se também o facto de serem alvo da supervisão cerrada dos pais e irmãos (em especial dos mais velhos) no que concerne a relações afectivas e actividades lúdicas, não obstante a existência de indicadores que, no âmbito de dinâmicas de recomposição social, apontam para a relativa emancipação da ‘mulher chinesa’ nesse período, com o correspondente acréscimo da sua participação na esfera pública (sobretudo laboral e escolar) e o aumento dos seus direitos de cidadania (Cabral e Lourenço, 1992: 21-22).

¹¹⁴ A possibilidade de preservação das pautas culturais dos migrantes nas sociedades de acolhimento depende não só da vontade individual, mas também do “valor simbólico” que as mesmas aí detêm, como observado por Machado Pais (1995: 36) na análise da relação de proximidade que a população brasileira instalada em Portugal estabelece com a sua cultura de origem.

[...] quando se começa a sair à noite em Macau [...], não há uma discoteca normal, era só *night clubs* onde havia raparigas a despirem-se, então nós convivíamos com aquilo de uma forma muito natural [...] com 15 e 16 anos [...]. [...] Os jovens chineses não se viam muito nesse tipo de ambiente [...] só as pessoas mais velhas. Eles deviam achar estranho como é que miúdos [...] portugueses podiam frequentar esses sítios [...]; já viste aquela imagem das raparigas muito colegiais chinesas [...], são muito miudinhas [...] talvez por isso era mais difícil dar-mo-nos. Madalena.

[...] em Macau não havia discotecas, era só *night clubes*. A vida nocturna era um bocado agreste [...]. [...] não era um ambiente em que [...] a sanidade mental prevalecia [...]. Mesmo essa própria promiscuidade de que já falámos, de tu não teres discotecas normais e bares como todos os jovens portugueses que cresceram com isso [...]: nós tínhamos um sítio para onde ir que era uma esplanada [...] e daí íamos para aquele sítio onde víamos tudo e convivíamos com tudo. Sofia

O défice de liberdade dessas jovens contrastava, então, com aquela usufruída por uma extensa parcela de portuguesas da mesma idade que desde relativamente cedo começou a sair à noite e a cirandar por Macau, convivendo com os amigos nas ruas, jardins, miradouros, tascas chinesas e em clubes nocturnos como os dos Hotéis *Royal* e *Hayat* cujo ambiente foi-nos descrito como desadequado aos mais novos por remeter para a presença de membros de seitas e redes de prostituição existentes no território. Aí bebiam, fumavam, dançavam, namoravam, iniciando-se em práticas simbólicas que a maioria das raparigas chinesas e macaenses só mais tarde viria a experimentar.

Na verdade, beneficiavam da confiança e segurança que o capital social detido pelos progenitores lhes proporcionava. Estes partiam do princípio que a pequena dimensão do território, a segurança urbana, conjugada com presença de conterrâneos com quem estabeleciam densas relações intracomunitárias constituíam um garante à adequação da conduta dos filhos às normas sociais vigentes, crença, tantas vezes cega, na eficácia do controlo e coerção comunitários - funções que à semelhança da de suporte social e mobilização de recursos Coleman enfatiza (cf. Portes 1999a: 107-108; 2000: 141-143).

[...] ninguém tinha qualquer tipo de medo de que os filhos fossem assaltados, ou se perdessem ou que alguém lhes fizesse mal, porque realmente o território era seguro. Naquela altura não havia qualquer tipo de violência e os chineses [...] não te faziam qualquer tipo de mal, não nos abordavam numa atitude negativa, nada disso. Os pais conheciam os pais dos outros amigos, começou-se a criar um clima de mais segurança, por isso, se calhar tivéssemos começado a ter muito mais liberdade. A minha liberdade [...] e o meu nível de abertura [...] em relação a espectáculos, divertimentos, aumentou imenso em Macau. Teresa

Tu sentias-te protegido, [...] sabias que ninguém te ia assaltar na rua, que ninguém ia ser esfaqueado, [...] era uma segurança tão excessiva que te levava um bocadinho para a irresponsabilidade excessiva. Achavas que tudo o que tu fizesses, nunca te ia acontecer nada. Nunca acontece nada a ninguém em Macau. Então as pessoas metiam-se na droga, [...] não tinham consciência que [...] ao segundo chuto já podiam ficar agarradas [...]. [...] é um bocado naquele espírito de descoberta da juventude. [...] os dias duravam tanto tempo [...] havia às vezes alturas em que te passavas, em que procuravas muito fazer outras coisas. [...] apanhei a minha primeira bebedeira para aí aos 14 anos e nós bebíamos imenso. Comecei a fumar também para aí aos 13 [...]. [...]. A única coisa que havia mesmo era as relações humanas, então tínhamos de nos distrair de alguma maneira [...] e a distração era fazermos essas maluqueiras todas. Acho que a heroína [...] foi fatal para quase todas as gerações de Macau mas nunca serviu de lição para ninguém porque os que ficavam mal [...] voltavam para Portugal e nunca havia lá exemplos [...]. Madalena

Crença geradora de um efeito contraproducente, porquanto motivou diversos jovens portugueses a testar os limites da liberdade outorgada e a subverter convenções sociais, convertendo-as em entretenimento, caso das múltiplas transgressões, esporádicas ou recorrentes, efectuadas grupalmente, ou seja, práticas de *sociabilidade transgressora*: pequenos furtos que não de subsistência; fugas à polícia; uso de transportes públicos sem pagar e provocação de distúrbios no seu interior; realização de telefonemas internacionais de estabelecimentos comerciais, fazendo-os passar por chamadas locais então gratuitas; consumo precoce, desregrado e extemporâneo de álcool e drogas. Apesar da sua expressão episódica, também a vandalização de um espaço comercial (o McDonald's), a par do assalto ocorrido em 1990 a uma casa de migrantes portugueses.

[...] no dia-a-dia andávamos de autocarro e fazíamos a vida negra aos motoristas [...] (risos) entrávamos todos ao molho, [...] ninguém pagava e [...] púnhamos cassetes de música [...] a partir!! [...] ficava toda a gente aos gritos a pedir para pararmos. Para eles nós devíamos parecer autênticos doidinhos [...], só fazíamos asneiras. [...] na geração dos mais velhos [...] tinham muito a mania dos táxis - a minha geração também fazia muito isso, fugir dos táxis sem pagar; roubar capacetes, roubar motas, roubar carros para dar umas voltinhas [...]. Havia assim umas maluquices radicais mas acho que era geral. [...] houve outra situação em que tivemos de fugir da polícia, [...] porque eu ia na mota sem capacete [...] nós fizemos mesmo daquelas fugas policiais, [...] íamos assim a abrir, a passar sinais vermelhos, escondemo-nos dentro de uma garagem e a polícia à nossa procura por todo o lado. Madalena

Havia uma altura em que [...] eu e alguns colegas, quando não tínhamos a primeira aula encontrávamo-nos antes [...] e comprávamos uma garrafinha de Brandy [...], íamos para o McDonald’s, pedíamos uma Coca-Cola, deitávamos aquilo lá para dentro, e depois íamos a beber [...] para a escola. [...]. Em Filosofia e Psicologia, as professoras fizeram alguns testes para nos conhecerem melhor. Coincidiu exactamente com esses dias em que decidimos apanhar uma bebedeira. E na altura tornámo-nos os favoritos das professoras. Davam-nos umas frases para comentarmos e nós fizemos grandes divagações. Uma das professoras até veio falar connosco, a dizer que tinha ficado surpreendida com os nossos textos!!! (risos)” Tomás

A análise do processo de (auto)reflexão dos jovens sobre os comportamentos descritos fez sobressair alguns dos factores causais convencionais, assim como outros com menor visibilidade nas abordagens teóricas sobre transgressões juvenis (Griffin, 1993: 98-129, 201-202; Cashmore, 1984: 103; Andersson, 2003: 85). Destacou-se, desde logo, a idade, e em particular a rebeldia, indisciplina e irreverência com frequência reportadas àquela fase da vida - daí que psicologia da adolescência atribua a certas infracções protagonizadas pelos jovens um carácter ‘geracional’, universal e ahistórico (Griffin, 1993: 21). Também o desejo de diversão, evasão, excitação, catarse emocional, sensações que tais práticas, nutridas no risco, experimentação, desafio normativo e institucional, proporcionavam, como anotado em vários estudos sobre o lazer (Elias e Dunning, 1992: 161) e juventude (Pais, 1990b: 605-607, 626-628; 1996a:

120-121; 148-149; 2000: 224; 2001: 22, 70, 82; Abreu, 1995: 72). Sensações que os lazeres correntes, sobretudo quando convertidos em rotina, já não satisfaziam.¹¹⁵

Acresce a relevância das sociabilidades, em concreto, a intenção de manter ou adquirir *capital* simbólico junto dos pares por meio dos atributos veiculados por certas práticas (coragem, atrevimento, ousadia), de conservar a afiliação a uma dado circuito juvenil, bem como de afirmar essa pertença identitária, diferenciando-a das demais. Diferenciação inter e intrageracional - quer face ao segmento adulto enquanto símbolo de autoridade e da cultura dominante, quer por relação a jovens infractores, mais novos ou velhos cuja ‘imagem de marca’ assentava em outro tipo de transgressões, quer ainda relativamente aos pares da sua geração demográfica que não alinhavam nas mesmas práticas. Diferenciação intra e intercomunitária - face aos jovens portugueses e locais que, ao contrário deles, cumpriam as prescrições sociais e culturais consagradas.

Em complemento, as transgressões cometidas comportavam uma dimensão de classe, socioestatutária, mas não no sentido de prejuízo ou privação como tradicionalmente realçado, ou seja, de precariedade económica, desemprego, degradação de condições de vida e defraudação de expectativas fruto da discrepância entre capacidade aquisitiva e propensão para o consumo, esta estimulada em sociedades onde a identidade pessoal e social é tributária do que se possui. Antes permaneciam conotadas com privilégio e distinção, traduzindo a crença numa (relativa) impunidade e intocabilidade de grupo sociocultural (transgeracional, enfatize-se) pelo facto de os migrantes portugueses representarem a elite administrativa de Macau, ocuparem cargos profissionais de relevo, deterem capital de portugalidade e disporem de redes de influência susceptíveis de os ilibar, se necessário. Redes que, segundo os biografados, beneficiavam em simultâneo chineses e macaenses situados no topo da pirâmide social - a íntima associação enfatizada por Giddens (2000: 77-88) entre acção e poder adquire aqui toda a pertinência.

[...] cada vez que havia confusões havia sempre alguém que era filho de alguém [...]: por muitas asneiras e disparates que fizessemos toda a gente se safava. [...] os jovens chineses que fizessem uma asneira ou que andassem a

¹¹⁵ No texto “A sociedade perante o lazer” Dulce Magalhães (1991: 171-174) usa a expressão “rotina do lazer” com vista a ilustrar a propensão de muitos jovens (independentemente do seu posicionamento social) para a adopção recorrente das mesmas práticas de entretenimento, fornecendo a “impressão de falta de alternativa”, de ausência de escolhas mais apelativas, facto também mencionado por jovens integrados no presente estudo. De acordo com a autora, “Não se sabe o que fazer, não porque não se faça nada, não porque não haja nada para fazer, mas porque se repetem, cada vez mais, as mesmas duas ou três vivências de lazer que a imaginação já cristalizada pelo hábito constringe a seguir.”

roubar carros se calhar eram presos e a nós [...] nunca acontecia nada. [...],
mas se fossem filhinhos do Stan Le O safavam-se [...]. Rita

De acordo com Morais José (s/d: 24), tal sensação de impunidade era partilhada por muitos adultos que, em seu entender, evidenciavam extrema “segurança de classe”, expressão colhida de Saint-Maurice (1997: 123, 148). “Então como as crianças mal-educadas, julgam que tudo lhes é permitido. Sentem-se impunes como nabos e ainda por cima não existe uma alta autoridade qualquer para lhes puxar as orelhas. (...) Nem sequer vale a pena dizer-lhes nada: provavelmente riam-se, com aquele ar de desprezo de quem tem o presidente na barriga e o governo no bolso. Como são todos iguais, encontram-se nos mesmos cabarets, sentem as costas quentes e bem protegidas. Dão-lhes carros pretos, secretários e criadas, logo, julgam-se os reis deste e do outro mundo”, afirma o primeiro autor em jeito de sátira.

Aos factores supramencionados adicionaram-se razões suplementares, apesar de nem todas consensuais. Para uns, os excessos cometidos resultavam de elevados níveis de segurança e insaciabilidade gerados pela vivência num protótipo de sociedade exemplar em termos funcionais, pautada por qualidade de vida e bem-estar, onde se julgava estarem todas as esferas, sociais e pessoais, sob um controlo (quase) estrutural.

[...] começou a haver uma cultura de droga [...] por aquilo ser pequeno, pelo tal ócio, por [...] ser um sítio perfeito de mais. [...] Era perfeito em termos práticos: não tens dificuldades, tens tudo o que queres, [...] tinhas uma vida como ela teoricamente deve ser: a estudar, a curtir. Os jovens em geral que viveram em Macau não se podem propriamente queixar [...]. Duarte

[...] lá era tudo muito fácil, tinham acesso a tudo, tinham dinheiro, [...] depois era toda a gente muito rebelde: vamos experimentar, vamos fazer coisas e [...] muitas vezes implicava fazer experiências que depois não se controlavam. Rita

Na opinião de outros, tais condutas constituíam uma reprodução intergeracional, reflectindo o ambiente ocioso, mundano e corrupto vivido no segmento adulto, ao mesmo tempo servindo de estratégia para dele se alienarem. Ambiente materializado em teias clientelares e troca de favores, na adição ao jogo, em relações extraconjugais, no consumismo exagerado, na intriga e maledicência, colocando em evidência um marcado contraste entre os valores “ideais” preconizados no seio da comunidade

portuguesa e os valores “reais” adoptados dentro e fora dela. Retrato de algum modo coincidente com o que já nos anos 20 do século XX a imprensa americana desenhava de Macau, representando o território como “um antro de vícios e deboches” (Oliveira, 1998: 166). A asfixia comunitária e espacial, decorrente de uma mobilidade física limitada pela curta extensão da península e sua relativa insularização, foi também realçada, em conjunto com as dificuldades enfrentadas por alguns portugueses de integração numa sociedade que não a de referência, de lidar com a diferença cultural e de ultrapassar os obstáculos a ela associados, como a incomunicabilidade linguística.

[...] só o facto de nós estarmos fisicamente limitados àqueles 16 Km², [...] já é difícil porque tu vives numa cidade em que tu não tens oportunidade de pegar no teu carro e sair [...]. A única coisa que tu podes fazer [...] é ir à Taipa que é atravessar uma ponte ou a Coloane que é atravessar outra ponte, porque de resto ou saís do país [...] - de barco que é uma hora, são 60 Km, [...] e depois de avião - portanto Macau atrofia, Macau não é fácil. [...] havia pessoas que se adaptavam mais [...] ou menos facilmente à [...] diferença da cultura, ao facto de tu teres de falar por gestos, [...] de estares sempre a confrontar-te com uma mentalidade chinesa que te tenta entender ou não, a maior parte das vezes nem te tentam entender, [...] decidem servir-te mas nem fazem grande questão [...]. [...] Havia muitas conturbações que interferiam no ambiente familiar [...]. [...] houve ali muita irreverência, muita precipitação que era o reflexo do comportamento dos adultos [...]. [...] não era um ambiente em que [...] a sanidade mental prevalecia [...]. Sofia

Lembro-me da Quica a gozar comigo: - «Tu és uma betinha, devem ser virgens com certeza». Porque elas eram muito mais sabidas, aquilo era muito mais promíscuo, namoravam uns com os outros [...]. Catarina

À luz dos relatos reunidos, os motivos acima elencados aliados ao elevado poder de compra possuído pelos jovens portugueses e ao facto de o território se encontrar próximo do chamado “triângulo dourado” (Birmânia, Laos e Tailândia), famoso pela produção e tráfico de estupefacientes, justificam os casos de toxicodependência ocorridos no seio do colectivo juvenil português. O consumo de droga reflectia não apenas a busca de prazer e exaltação, a par do desejo de “aumentar performances”, quebrar regras e convenções (Pais, 2000: 226-227), compensar carências várias, fruir

experiências extraordinárias capazes de romper com a realidade 'ordinária' e afirmar pertenças grupais mediante aquele ritual simbólico. Servia, em concomitância, de veículo simbólico para se escaparem artificialmente da península de Macau e dos constrangimentos intra e intercomunitários. Função de fuga e libertação assinalada por diversos autores ao abordarem esta problemática (Willis, 1976: 107-111; Cashmore, 1984: 102). Recorrendo à sugestiva metáfora do bambu - matéria-prima de eleição no território - ainda que este voltasse à posição inicial após vergado por tufões climatéricos, políticos e sociais, como anotam Cabral e Lourenço (1993c: 524-525), os casos de dependência relatados apontam os limites da sua resistência pois em certas circunstâncias o bambu quebrou sem mais voltar a endireitar.

[...] não acho que seja uma terra saudável do ponto de vista do relacionamento pessoal. Havia problemas de drogas, [...] gente muito depressiva. Havia muita gente que ia para Macau porque tinha problemas de divórcios ou de coisas mal resolvidas em Portugal, agarravam a oportunidade. Depois era um meio muito fechado, [...] as pessoas sabiam muito umas das outras e tu eras quase forçada a conviver com as pessoas. [...] não acho que seja uma terra saudável porque, de alguma forma, éramos todos um bocado prisioneiros daquilo, é um espaço limitado, tu não tens a liberdade que tens aqui, a liberdade de espaço. Catarina

Importa, por fim, salientar não se terem encontrado nas narrativas auscultadas indícios de sentimentos de pertença alusivos a uma identidade geracional, transversal e inclusiva da generalidade dos jovens residentes em Macau (independentemente das suas vinculações socioculturais); nem de uma ou mais subculturas juvenis de feição supra'étnica', à imagem quer das culturas de género e de classe, quer das de "fusão", estas estudadas por autores portugueses em trabalhos sobre juventude (Martins, 1997: 231; Contador, 1998). Foi possível, sim, identificar certas «semelhanças morfológicas ou de superfície» (Pais, 1990b: 639) ao nível de práticas, consumos e disposições abraçadas pela população juvenil no seu conjunto que, como aprofundado na discussão teórica, sinalizam homologias inter-individuais e grupais inerentes à participação nessa fase da vida que é a juventude.

[...] os jovens chineses, entre eles, têm uma maneira um bocado portuguesa [...] de estar: eles foram todos para casa do Niki, estiveram lá todos a falar, a beber umas cervejas e até estavam a fumar uns charros e eu não esperava nada

ver chineses a fumar charros. Fiquei assim a ver, tipo, que estranho! [...] Claro que eles também fazem as mesmas coisas, mas [...] não estava à espera de ver aquela situação e deles com um à vontade e com um comportamento idêntico ao que eu teria, se calhar, num grupo de amigos portugueses. Madalena

Aludiu-se à frequência regular de espaços comuns como salões de jogos e o McDonald’s¹¹⁶ - chamadas “zonas de contacto” (Pratt citado por Back, 1996: 23) ou “regiões abertas” (Maffesoli, 2000: 37); à co-presença em festividades locais e espectáculos realizados no território (o Grande Prémio de Macau, o festival de música clássica estreado em 1989, a par dos de *jazz* e *rock*); à eleição das mesmas modalidades desportivas; à formação de bandas musicais amadoras; ao apreço por motas; ao consumo de álcool e marijuana, entre adicionais afinidades que dão conta de um património partilhado de práticas culturais juvenis, embora (aparentemente) “moduladas” por esquemas de significação e mapas interpretativos distintos (Pais, 1990b: 591), daí terem sido desenvolvidas separadamente pelos jovens portugueses e os locais. Partilha susceptível de desencadear reacções de surpresa, quando percebida, como bem ilustra o excerto acima reproduzido, porquanto colocava em causa a suposta exclusividade de algumas das disposições cultivadas por elementos do colectivo juvenil português, levando a questionar o retrato de diferenciação construído sobre o ‘outro’.

¹¹⁶ Em Macau, o primeiro McDonald’s surgiu em finais da década de 80, numa das principais artérias da cidade, a Rua do Campo, representando o não isolamento dos habitantes face uma das mais sugestivas marcas da sociedade de consumo e da cadeia de globalização.

5. Das representações às relações sociais entre os portugueses e a população local

Do passado ao presente, Macau vem sendo descrito como um laboratório de consensos onde, apesar de conveniências duais e preconceitos recíprocos e salvo pontuais circunstâncias, as autoridades portuguesas e chinesas se relacionaram de modo cooperante e conciliador (Guimarães, 1996; Conceição, 1988: 10; Qing, 1995: 378; Hongzhao, 1996: 688-699; Zhiliang, 1993: 603; Amaro, 1997: 205). Portugal reconhecia a soberania chinesa sobre Macau; a China tolerava a presença portuguesa no território, aceitando que aí exercesse o poder administrativo.¹¹⁷ De acordo com Guimarães (1996: 280), “Os moradores de Macau, portugueses, chineses, governantes e governados, todos contribuíram para este entendimento. (...). Ao longo do tempo alimentaram quezílias, apoiaram-se, provocaram-se, amotinaram-se e festejaram. Sempre prevaleceu, contudo, uma sólida capacidade para distinguir o essencial do acessório, quando se tratou de defender o interesse comum e manter a integridade do compromisso mútuo. Uma sábia associação de inteligência, respeito pela tradição, confiança, laços afectivos e referências morais e culturais postas em comum alimentou esta relação especial”.

No seio dos biografados há quem entenda, porém, ser esse acordo, assente em cânones político-administrativos, forçado, oportunista e teatralizado, movido por um “jogo de conveniências” - termos de Gonçalves (1998: 223), Assessor do Governo de Macau entre 1988 e meados de 1997. Apreciação que não poderia deixar de nos reenviar para as reflexões em torno da encenação quotidiana, teatralidade social, “interacção dramática” e representação pública de papéis levadas a cabo por autores como Maffesoli (2000: 7, 15), Mayol (1996: 51), Ferrarotti (1985: 45) ou Goffman (1993: 29-202) e para a dicotomia “fachada/bastidores” proposta pelo último.

Eles estão forçados, é uma coisa que não é natural, [...] há sorrisos de ambas as partes mas as coisas que os movem são completamente diferentes, [...] conseguem estar à mesma mesa a jantar e almoçar e até a rirem-se, mas se calhar, [...] as coisas não têm piada nenhuma mas estão todos a rir-se porque faz parte de toda a coreografia. Domingos

¹¹⁷ Baseando-se em Beatriz Basto Silva (1997), Lima (1999: 125) recorda que Mao Zedong referiu um dia que “Portugal foi o único país da Europa que permaneceu na China sem lhe ter feito guerra.”

Embora se defenda que através da sua presença a Administração portuguesa em Macau beneficiou a população chinesa e macaense nos domínios económico e político (Amaro, 1997: 161) - mesmo não possuindo sobre ela poder executivo - considera-se também que as políticas empreendidas (ou a ausência delas) não asseguraram equidade social nem o exercício pleno e efectivo de cidadania à maioria dos habitantes (Zhiliang, 1993: 599; Morais José, s/d: 8; Santos e Gomes, 1998; Cabral e Lourenço, 1993b: 410; 1993c: 531)¹¹⁸. Tal ‘défice democrático’ materializou-se num assinalável diferencial de acesso ao poder e à justiça: para além da atribuição dos mais elevados cargos públicos aos migrantes portugueses, como já assinalado, os residentes locais fruía níveis de protecção muito distintos perante a lei e não dispunham dos mesmos recursos socioculturais e relacionais para apresentar reivindicações, fazer valer os seus direitos e ver os seus problemas resolvidos.

Em determinados sectores havia alguma cumplicidade entre os macaenses e os portugueses, porque os macaenses trabalhavam para os portugueses, mas [...] também se pode dizer que havia macaenses que não se abriam aos portugueses porque pensavam: - «Quem são estes gajos que vieram lá do fim do mundo tomar conta desta brincadeira [...]» Sofia

Recorrendo à pertinente distinção proposta por Santos e Gomes (1998: 140) entre “sociedade civil íntima” e “sociedade civil estranha”, conclui-se que as orientações políticas veiculadas no período de governação portuguesa do território tenderam a beneficiar a primeira, ou seja, a elite político-administrativa e empresarial que se encontrava numa situação de grande proximidade do governo (formada por muitos dos oriundos de Portugal e pelos chineses e macaenses mais influentes), acedendo com facilidade aos instrumentos necessários para a satisfação dos seus interesses; em detrimento da segunda composta por uma esmagadora parcela da população, em especial chinesa que, com parcas ou sem valências escolares, culturais e financeiras, dificilmente acedia ao Estado, permanecendo, por isso, numa posição de subordinação e dependência dos mediadores da “sociedade civil íntima”.¹¹⁹

¹¹⁸ Tal não obistou, acrescentam Cabral e Lourenço (1993c: 534-535), que a população chinesa (ou parte dela) gozasse de privilégios, como os derivados do monopólio do jogo e do comércio.

¹¹⁹ Ainda assim, Calvet de Magalhães (1999: 13) realça o importante papel desempenhado pelo Leal Senado, órgão político incumbido de representar os interesses locais, na tentativa de resolução das tensões geradas entre as autoridades chinesa e portuguesa ao longo dos tempos.

No domínio jurídico, por exemplo, não só dependiam de associações comunitárias informais vocacionadas para prevenir e solucionar conflitos, como se sujeitavam a um trabalho nem sempre rigoroso de intermediários bilingues, facto que os colocava numa situação de verdadeira “desvantagem simbólica”, expressão de Cabral (2000: 886).¹²⁰ Reforçando esta perspectiva, Zhiliang (1993: 599) alude à inexistência de um sistema válido de segurança social, destacando quer o caso dos trabalhadores destituídos de regulamentação laboral e de uma lei sindical para as negociações colectivas; quer o dos reformados e idosos cujo apoio se manteve, até aos anos 80, à mercê de organizações não-governamentais.

Note-se que o acentuado distanciamento característico das relações encetadas pelos mais altos mandatários da Administração com a população local, quase sem voz no estabelecimento das prioridades governativas, configura, de acordo com Santos e Gomes (1998: 6-16, 86, 113-121, 140-146, 355-356, 495-500), um traço transversal às sociedades coloniais ou do tipo colonial, à semelhança do que Rex (1988: 65, 94-95) já antes observara. Traço que se anexa, assim, àqueles elencados por autores como Furnivall e Smith nos seus estudos sobre contextos de dominação colonialista pautados pela diversidade cultural e clivagem social, no seio dos quais os indivíduos vinculados a diferentes colectivos vivem lado a lado, apenas interagindo no âmbito de transacções efectuadas no espaço público, sendo nítido o défice de vida social comum, assim como de instituições, valores e motivações partilhados (cf. Kuper, 1997: 220-222; Rex, 1988: 57-58; 1997a: 207). Características também encontradas no presente estudo e que inferimos, na senda de Ngai (1995: 41) e Dicks (1984: 104, citado por Santos e Gomes, 1998: 47), serem de algum modo o reflexo do autismo político-institucional registado.

5.1 Interfaces no espaço público, vizinhança e meio laboral: “consenso funcional” e endocentramento mútuo

A quase totalidade dos jovens interpelados caracterizou a interacção quotidiana mantida com os habitantes de Macau nos espaços públicos como distante, superficial e

¹²⁰ De acordo com Santos e Gomes (1998: 12-14, 87-89, 222-232, 494-498) a prática judiciária em Macau decorreu em língua portuguesa até 1996, ou seja, as leis constitutivas do Código Penal, Civil, entre outros, publicavam-se apenas em português e a maioria dos operadores jurídicos (magistrados, advogados, notários e outros funcionários) era europeia sem domínio do chinês, idioma de referência para cerca de 98% da população (a tradução simultânea nos julgamentos e o acesso dos julgados a tradutores intérpretes ilustra uma conquista bastante tardia dos cidadãos).

destituída de conflito. Fortuitos e rudimentares, os interfaces detinham as mais das vezes um carácter instrumental, isto é, uma dada intencionalidade, visando a satisfação de propósitos e necessidades. A esta luz predominava o que Giddens (1992: 62) chama “alheamento cortês”; Wulff (1995a: 13) “distância amigável”; e Goffman (1993: 208), “indiferença civil” ou “consenso funcional”, expressões alusivas a um tipo de coabitação em que as divergências com o ‘outro’ e representações negativas sobre ele formuladas permanecem, grosso modo, fora da arena pública. Não foram poucos, contudo, os depoimentos recolhidos a dar conta de depreciações mútuas ocorridas na fachada dessa mesma arena, como atestam os fragmentos textuais transcritos.

[...] às vezes até me sinto um bocado mal porque acho que foi uma fase, se calhar, um bocado parva da adolescência, de irreverência e eu acho que nós até gozávamos um bocadinho da ingenuidade e da diferença cultural dos chineses. Nós fazíamos trinta por uma linha, mas trinta por uma linha (risos), coitados dos chineses!!! [...] desde no Ano Novo andarmos com galinhas nos táxis (risos), [...] íamos na macacada a dizer coisas em chinês, coisas mesmo de putos parvos, a curtir e a gozar com os chineses, a gamar coisas nas lojas [...], gozávamos porque eles eram diferentes. Ouve lá... chegava o Natal e nós, portugueses da Silva, éramos açambarcados por chineses à nossa volta com a luzinha da árvore de Natal dentro do carro!!! E já tinham a ventoinha no Verão e já andavam com a bagageira aberta, [...] e já paravam durante meia hora a puxar o lustre ao carro, portanto nós só podíamos rir deste tipo de coisas [...]. [...] havia de certa forma uma postura de superioridade dos portugueses em relação aos chineses, [...] a sério! Naturalmente há excepções, mas de uma maneira geral creio que sim, nós às vezes éramos um bocado brutos. Sofia

[...] fui antipática com eles durante uma data de tempo [...] quando era miúda, [...] fazia parte de uma rebeldia que [...] tinha mais a ver com a idade e com excesso de liberdade do que [...] com o facto de eles serem chineses [...]. Lembro-me de [...] estarmos no elevador e começarmos a comentar os sapatos de um chinês [...]. Neste tipo de coisas éramos pouco cuidadosos, é uma falta de educação, eu hoje reconheço. [...] se calhar, se o senhor fosse português nós não dizíamos aquilo [...] porque ele percebia. [...] havia também esse lado de sermos malcriados, inconvenientes e desagradáveis [...]. [...] gozávamos, mas eu gozava com tudo, era muita pespiveta. [...] Imagina: estávamos num café [...] e dizíamos [sobre o empregado]: «- Estúpido, não liga nenhuma,

sacana do chinês!» [...]. Se calhar, [...] em Lisboa [...] tinha feito o mesmo com os portugueses só que não dizia alto [...]. Éramos mais descuidados, mais chiqueirosos porque também não tínhamos o medo que teríamos cá, do homem [...] nos pregar duas palmadas [...]. O facto de serem chineses e [...] não perceberem português facilitava uma certa forma de destratar as pessoas. [...]. Havia um certo hábito de tratar mal os chineses [...] no sentido de menosprezar [...]. [...] aqueles com quem se lida é o taxista, é a empregada da loja, e o que havia era [...] alguma arrogância que tinha mais a ver com o facto de as pessoas terem um certo poder económico e viverem relativamente bem. [...] as pessoas que lá estavam de repente ficavam ricas, percebes? E então agiam um bocado, tipo: - «eu tenho dinheiro, tenho poder». Não digo que fosse toda a gente, mas [...] gente estúpida [...] que chega lá [...] pensa que domina a situação quando na verdade dominavam um tipo de situação, dominavam as regras daquele joguinho da comunidade portuguesa. Rita

Havia também uma certa ingenuidade neles [chineses] que [...] foram perdendo [...] com o péssimo trabalho que os portugueses lá fizeram [...] eu senti isso com o tempo. Os chineses iam-se tornando mais desconfiados [...], no princípio, havia uma segurança total nas ruas, ias a qualquer sítio e pedias para telefonar [as chamadas locais eram gratuitas], mas depois os portugueses começavam a abusar, telefonavam para Portugal da tasca, o [proprietário] não tem dinheiro [...] e de repente tem uma conta brutal ao fim do mês de telefonemas para Portugal. Houve ali qualquer coisa que bateu mal. Tomás

Os discursos reunidos indicam que, longe de contrariarem a prática discriminatória exercida pelos representantes do aparelho administrativo, as atitudes de arrogância, desprezo e gozo adoptadas por alguns portugueses face aos chineses e macaenses, sobretudo mais carenciados, reproduziram-na e reforçaram-na. Postura transgeracional, hoje repudiada pelos biografados em jeito de censura consensual (e de autossanção)¹²¹, exprimindo a vergonha e a culpa que, como sustentaria Elster (referido por Scott, 1995: 91), a consciência de ter infringido uma norma social amiúde causa. Abusos de poder, ofensas verbais, satirização de práticas assentes em diferenças

¹²¹ Apesar do pendor apologético que as histórias e relatos de vida tendem a comportar, objectivado na ocultação de possíveis actos socialmente censuráveis ou repreensíveis (Ribeiro, 1995: 132), verificou-se, ao invés, que os jovens interpelados não se coibiram de descrevê-los com detalhe.

culturais (como o modo de falar, vestir, comer e estar), integram exemplos elencados, a que a população respondia ora com indiferença, ora com animosidade reactiva.

[...] alguns adultos em lojas diziam: «- Mas não percebe o que eu estou a dizer???» [...] na altura em que eu falava melhor chinês, percebia que os chineses também faziam troça de ti e diziam o que lhes apetecia porque tu não percebias, mandavam-te para aqui e para aqueloutro. Duarte

Expressos, no caso particular dos jovens, sobretudo sob a forma de entretenimento e diversão, tais comportamentos decorriam, no entender dos biografados, não só de um ‘efeito idade’ e de “segurança de classe” - os mesmo factores apontados como justificativos para as transgressões cometidas - mas ainda de uma “incongruência de *status*” (Gonçalves, 1996: 224) que se estendia ao (ou reproduzia do) segmento adulto, esta traduzida no desfasamento entre elevadas posições socioeconómicas, quase sempre meteoricamente adquiridas, e níveis reduzidos de cosmopolitismo cultural. Por outras palavras, vendo concretizadas num curto espaço de tempo as aspirações profissionais, económicas e estatutárias que motivaram a partida para Macau, inebriavam-se com a distinção, privilégios e sensação de protecção proporcionados pelos cargos exercidos e o facto de representarem a elite administrativa do território. Alguns integravam o leque das mais distintas personalidades políticas, jurídicas e empresariais de Macau ou beneficiavam da participação no núcleo familiar ou sociabilístico desses indivíduos, aproveitando-se da relativa imunidade étnico-social que o estatuto profissional e capital de portugalidade lhes proporcionava para envolver-se em situações de corrupção, falta de transparência e favoritismo, assim como para exercer uma autoridade nunca antes usufruída. Destratavam e subjugavam chineses e macaenses mediante a conversão de diferenças culturais numa hierarquia de poder vertical em prejuízo daqueles.

Sinal de “novo-riquismo”, “provincianismo” e défice de formação, as contundentes críticas de Carlos Morais José (s/d: 10-25) aguçam-se por relação aos migrantes que acercaram o território ao longo de toda a década de 90, “portugueses de terceira (...) dispostos a tudo para serem homens de sucesso”. “Nos últimos anos, a figura do português que vem para Macau é cada vez mais a do medíocre, o cinzentão, a quem é preciso pagar favores políticos e cuja subserviência mete nojo. (...) são os comportamentos ridículos de quem se passeia pelo Oriente como se estivesse na

cidadezeca portuguesa que acaba de abandonar, isto apesar de fazerem exigências de cidadãos do mundo, habituados à vida cosmopolita de Paris, Bruxelas, cujo centro conheceram superficialmente à custa da CEE.” Reportando-se ao segmento adulto feminino, o autor afirma mais à frente: “De um momento para o outro, são umas senhoras muito importantes, só que, como nunca o foram, não sabem portar-se como tal: aderem de imediato à trica do burgo, tratam mal as empregadas, falam com os chineses sem a menor consideração nem respeito. No limite, utilizam a posição social para exigir descontos de dez patacas nos cortes das sedas foleiras com que aparecem vestidas nas recepções oficiais.”

Idênticos são os depoimentos de jovens auto-identificados como pertencendo ao ‘núcleo duro’ do colectivo português estabelecido em Macau nos anos 80, época por eles considerada como a “idade de ouro da comunidade” - expressão furtada a Back (1996: 39, 57) - porquanto o agregado de pertença apresentava uma dimensão assaz reduzida, os migrantes que o compunham haviam sido criteriosamente seleccionados por convite ou concurso para exercer cargos prestigiados no território, conheciam-se bem, conviviam entre si e a maioria respeitava a população local. Traços ameaçados, complementam, pelo défice de formação cívica e social de muitos conterrâneos que acercaram Macau a partir dos anos 90 com o “(...) olhar encadeado pelo brilho do dourado e das patacas”, palavras de José (s/d: 69). Quer profissionais qualificados, predominantes em termos numéricos, quer trabalhadores pouco escolarizados canalizados para o desempenho de funções laborais desprovidas de reconhecimento social, cuja ambição desmedida, usura e atitudes de desrespeito face aos habitantes locais não só criaram mal-estar social intracomunitário quase decretando a ‘morte da comunidade’, termos de Back, como colaboraram para denegrir a imagem dos portugueses perante a população local, fomentando a sua animosidade. Tal demarcação entre migrantes portugueses mostra-se, assim, muito idêntica àquela manifestada pelos “estabelecidos” face aos “outsiders”, descrita nas reflexões de Elias e Scotson (2000: 126-127) noutra contexto empírico.

[...] nos últimos anos, aqueles que iam para Macau eram muito estúpidos, a maior parte, eram pessoas com [...] um nível diferente [...]. [...] acham-se muito superiores e nós nunca tivemos essa sensação de superioridade. [...] têm uma atitude tão estúpida em relação aos chineses, tratam-nos tão mal: [...] como empregados, [...] burros [...]. [...]. [Em Macau] era impossível ver um

homem a trabalhar nas obras [...], só que agora [...] já estavam [...] não sei quantos calceteiros portugueses lá no Largo do Leal Senado [...]. Eu fiquei a olhar para aquilo e pensei: - «Quem são estas pessoas?» [...] «Isto não há em Macau!». Não é que eu seja muito preconceituosa, [...] mas ali nunca tinha visto pessoas daquelas, com as calças com manchas de tinta e com aquele ar do «Oh boazona!» [...] Havia também as pessoas que iam mais à aventura [...] depois arranjavam um emprego lá. [...] advogados [...] que também tinham uma atitude em relação aos chineses que eram nojentos [...]. Chamavam-lhes de porcos porque não compreendiam [...]. No meu tempo não havia esse tipo de atitudes, de certeza que não. Madalena

[...] havia lá muitos novos-ricos [...] muita gente que foi para lá porque não arranjava emprego em Portugal [...] e foi para Macau para ganhar a vida e agarrar a árvore das patacas e que nunca saiu de lá, estava lá agarrado ao dinheiro e que ainda lá está [...] para tentar sugar ao máximo. E esse tipo de pessoas tinha uma mentalidade... Às vezes chegavam lá e eram os reis do mundo [...]. [...]. Encontrei lá as pessoas mais interessantes que eu conheço e também [...] as pessoas mais estúpidas [...]. Acredito que os macaenses teriam uma péssima ideia dos portugueses baseada em experiências [...]. [...] eu acho que os portugueses que estão lá agora são os piores de todos. [...] são novos-ricos [...] vão para lá só para o dinheiro e chular até ao máximo, encher os bolsos [...] nunca conseguiram nada em Portugal e então vão para lá para negociatas e arranjam maneira de trazer coisas para cá para vender, depois maltratam os chineses, tinham uma atitude de colonizadores. Tomás

Tais condutas permanecem ainda vivas na memória daqueles que como os biografados já regressaram a Portugal, e dos que permaneceram em Macau após a transição de poderes, como bem ilustram alguns testemunhos ali recolhidos por Adelino Gomes (2006: 36), caso de Manuela António, Presidente da Casa de Portugal: «[Não tenho saudades] de um certo tipo de portugueses que ia passando por Macau, ao ritmo a que mudavam os governos em Portugal, sempre com imenso sacrifício pessoal, sempre incomodados com os cheiros de Macau, sem conseguirem entrar no Mercado de S. Domingos ou no Mercado Vermelho, sempre ansiosos por regressarem, até saberem que tinham a próxima comissão renovada, por tudo o que nos faziam sentir vergonha e de que não podíamos pedir desculpa às outras comunidades.» Em conversa com o mesmo jornalista (2006: 35), Henrique de Senna Fernandes, um dos mais

consagrados escritores macaenses corrobora a representação anterior: “Dávamo-nos muito bem com os portugueses [ironiza]. Aqui até um sargento era uma pessoa importante. Mas eram muito antipáticos, com aquela mania da superioridade”. E acrescenta: “O português só vê o português. Vocês estiveram cá e não viram que o macaense vive uma vida de contactos sociais, de festas e tudo o mais. Só olhavam para os portugueses, para a administração. Isso é que vos interessava. Até os escritores [portugueses que escreveram sobre Macau]: só falam de portugueses. Camilo Pessanha não reconheceu o filho, bastardo. Quem foi a macaense com quem ele teve relações? Quem o acompanhou nos últimos momentos? Uma chinesa. Ninguém o refere”.

Por seu turno, no quadro dos relacionamentos de vizinhança prevalecia a indiferença mútua com espaço para a cordialidade, esta objectivada em saudações circunstanciais aquando dos encontros fugazes em zonas comuns e locais de passagem dos edifícios habitados - elevador, patamares e porta de entrada, classificados por Augé (1998: 83) de “não lugares”. Tratava-se de uma modalidade de “comunicação fática”¹²² alimentada por curtas trocas de palavras ou frases: - “Bom dia!”, “Boa tarde; como está?”; - “Tchou san!”, em cantonês. Interações contrastantes com o intimismo cultivado entre vizinhos portugueses, em particular, jovens.

Nós tínhamos um porteiro que era um chinês muito engraçado e da primeira vez que lá fomos ele veio ter connosco a dizer: «- Bom tempo! Muito sol! Boa tarde, boa tarde!» [imita a pronúncia]. E nós respondemos: «- Boa tarde!» [...] ao fim de uns dias lá estava ele à entrada: «- Bom tempo! Muito sol! Lisboa!» [...] era das únicas palavras portuguesas que ele sabia dizer. [...] ele dizia-nos umas coisas em chinês, nós, em português, ríamos todos. Não percebíamos nada do que ele dizia e ele não percebia nada do que lhe dizíamos. Ele era assim um porteiro engraçado. [...] [O vizinho chinês] Era um velhote fantástico de sessenta e tal anos [...]. Ele era muito simpático e falava um bocadinho de português [...]: «- Amanhã não tem escola! - Tem, tem, não tem escola porquê? - Tem tufão, não tem escola amanhã, não vai à escola amanhã! Era um chinoca muito engraçado, eu gostava imenso dele e falava-lhe sempre: - A menina está boa ou não está? E eu dizia: - Olá, está bom?». Catarina

¹²² Define-se por “(...) actos de comunicação que não contêm nada de novo, nenhuma informação, mas que utilizam os canais existentes apenas para os manter abertos e utilizáveis” (Fiske, 2001: 29).

[...] a relação [com os vizinhos] [...] era um bocado indiferente: não tentavam conhecer-te, tu também achavas estranho tentares conhecer. Teresa

No que concerne às interacções estabelecidas com chineses e macaenses no meio laboral, quer pelos progenitores dos biografados, quer pelos jovens que mais tarde trabalharam em Macau, raramente apresentaram forte densidade, dada a propensa sobrevalorização de parâmetros diferenciadores em detrimento de eixos unificadores, aliada à postura endocentrada dos portugueses, mas também da população local. Os laços referidos, residuais mas nem por isso insignificantes, firmaram-se com colegas de trabalho tidos como “ocidentalizados”, graduados em Hong Kong, E.U.A., Inglaterra ou Portugal, assentando em afinidades socioprofissionais, culturais e disposicionais. Todavia, com o fim do ciclo migratório e o regresso a Portugal a quase totalidade desses contactos perdeu-se ou enfraqueceu-se.

Nesta medida, apesar de os locais de trabalho, tal como certos espaços públicos, terem figurado como plataformas de encontros interculturais, atendendo a que as funções exercidas pelos migrantes portugueses implicavam, amiúde, o contacto com pares, subordinados, clientes e utentes locais, apenas em circunstâncias pontuais se extravasaram os ‘muros do ofício’. De acordo com os jovens interpelados, quando ocorriam, parte substancial desses encontros resultava não tanto de afectos partilhados, antes do tácito “comprometimento entre os serviços”, troca de favores e cumplicidades fundadas em interesses mútuos. Constituem exemplos as recepções sociais organizadas no palácio do Governador, as mais das vezes circunscritas à elite político-empresarial de Macau, reunindo portugueses, macaenses e chineses bem posicionados na estrutura social do território que investiam estrategicamente em tais redes de interconhecimento na expectativa recíproca de obter determinados recursos e benefícios (políticos, económicos, financeiros, laborais, jurídicos, sociais). Facto que nos reenvia para o conceito de “capital social” atrás definido e para as transacções materiais e simbólicas por ele mediadas (Portes, 1999a: 16-24; 2000: 134-158; Padilla, 2006: 12). Sobre este propósito Amaro (1997: 161) refere a existência de uma “espécie de pacto entre os chineses ricos e as autoridades portuguesas, pacto este que logrou manter em equilíbrio as duas principais comunidades residentes no território”.

Posto isto, o carácter predominantemente instrumental dos relacionamentos estabelecidos entre portugueses e a população de Macau explica de algum modo o facto de estes ficarem quase sempre confinados à esfera pública, elegendo-se, amiúde,

os restaurantes para reuniões laborais ou sociais, sem que a preservação das distâncias interpessoais fosse ameaçada. No entender dos jovens, a esfera doméstica figurava, sobretudo para os chineses, como uma espécie de refúgio familiar e lugar de intimidade, mais do que de sociabilidades, quase sempre vedado à entrada de terceiros. Aliás, foi em grande medida com base neste argumento, acoplado a um outro sobre o centripetismo da população local, que a maioria justificou não ter entrado numa casa chinesa.

Ao deter-se sobre o distanciamento luso-sinófono em matéria de relações interpessoais, César Rodrigues (1998: 56-59) é contundente: “portugueses e chineses vivem paredes-meias, mas insistem desconhecer-se”. “(...) as relações entre a comunidade portuguesa e chinesa, apesar de não serem conflituosas, nunca foram de intimidade ou de grandes afectos.” (...). “Durante os nove anos em que vivi em Macau e tive como colegas algumas dezenas de chineses, nunca qualquer deles me convidou a mim ou a qualquer outro português, para sua casa. A distância não era de natureza linguística, porque eles falavam português e nós falávamos chinês; era indiscutivelmente um problema de idiosincrasias culturais e comportamentais. Durante o mesmo período, tive vários colegas timorenses (...). O nosso relacionamento com os timorenses era completamente diferente. Havia uma ligação afectiva, uma interpenetração de culturas, de sentimentos e de interesses (...).”

Atendendo a que as modalidades de inserção dos migrantes nas sociedades receptoras são tributárias de inúmeras variáveis, entre as quais a maior ou menor receptividade dos autóctones à sua presença e participação em quadros de interacção local, inferimos dos relatos examinados que o endocentrismo atribuído ao grosso da população chinesa e macaense figurou como elemento adjuvante ao comunitarismo de uma extensa parcela de migrantes portugueses, dissuadindo eventuais tentativas de aproximação caso por esta desejada.

Era uma comunidade um bocado fechada... nós também éramos fechados entre nós. Éramos dois mundos à parte. [...]. E havia ali uma rivalidade estúpida com os macaenses. [...] os próprios chineses não são um povo muito... expansivo. Não é muito de mostrar os sentimentos, nem de vir assim falar com as pessoas. Os chineses são mais fechados. Os portugueses também, estavam lá todos na sua comunidade, numa postura de colonizadores. [...] [...] os chineses não percebiam o português e às vezes diziam-lhe coisas... [...]

tratavam-nos um bocado mal. [...]. Os chineses não gostavam mas fechavam-se e engoliam uns sapos. E os macaenses sentiam-se um pouco reprimidos porque nem eram chineses, nem eram portugueses. [...]. Os chineses não gostavam deles porque eram mestiços e filhos de portugueses. Tomás

Esta justificação converge com aquela veiculada, desde tempos remotos à actualidade, em vários círculos políticos, académicos e literários, em especial no ‘ocidente’, onde a “impenetrabilidade da alma chinesa”, a “atitude exclusiva” e o “sinocentrismo” se apontam como traços refractores a uma maior abertura da população ao exterior (Amaro, 1997: 31-32; Gomes, 1996: 55; José, s/d: 82). Não por acaso subjaz ao epíteto “Império do Centro” ou do “Meio” a “tese da centralidade da cultura do Celeste Império”, segundo a qual a China é apresentada “(...) como um centro cósmico e os países vizinhos como países selvagens” (Yan, 1996: 642).

No século XIX, Eça de Queirós (1997: 44-45) aludia nos seus escritos ao “horror, de instinto e de razão, fisiológico e raciocinado” nutrido pelos chineses face aos primeiros europeus instalados em Macau, cujo rótulo “bárbaros selvagens” há muito aplicado aos estrangeiros bem elucida (Dias, 1993: 84; Amaro, 1988: 4, 37; 1997: 33, 112; Freitas, 1941: 9). Idêntica expressão - *Kwai-lou*, traduzida por “diabo branco”, era no arco temporal em estudo ainda usada com recorrência por alguns habitantes de Macau quando se reportavam aos portugueses, tendo jovens e adultos plena consciência da sua negativa conotação.

No início da década de 40 do século XX, José de Freitas (1941: 9) corroborava a ideia da inacessibilidade das matrizes valorativas e expressões culturais chinesas aos visitantes ocidentais, afirmando: “Na opinião de vários escritores especializados, uma viagem de estudo à China, durante seis meses ou um ano, é raras vezes proveitosa. A terra é de tal maneira impenetrável ao ocidental que, missionários e viajantes, lá vivendo dez e vinte anos, perdidos nos confins das províncias mais afastadas do litoral, consultando Confúcio, declaram, sinceramente, nada compreender da velha mentalidade chinesa”. E em meados do mesmo século, o comentário de um professor americano radicado há 50 anos na China feito a Calvet Magalhães, então cônsul português em Cantão, não diverge de sentido: “Na China não acredite em nada sem ver primeiro, e depois de ver continue a não acreditar”. “Sempre foi difícil, quanta vez impossível, nós ocidentais, entendermos as *cousas* da China. Depois de ver, do

testemunho do olhar, continuamos a não conhecer, a ignorar. Mas a avançar na exaustiva tentativa de entender”, acrescenta (cf. Abreu 1998: 155).

De entre os vectores convocados na explanação dessa postura endocentrada sobressaem os seguintes: geopolíticos, assentes no fomento do isolacionismo de um território com vasta dimensão e contornos bem definidos, abrigo de mais de um quinto da população mundial; económicos, ancorados no fomento da auto-suficiência com vista a assegurar a independência face ao exterior; culturais, fundamentados no culto do orgulho do povo chinês numa história e herança cultural milenares; e também ético-filosóficos, baseados em preceitos morais confucionistas profundamente enraizados na sociedade chinesa desde há vinte e cinco séculos, e ainda muito vivos em finais da última centúria em determinadas franjas sociais (Goody, 2000: 213; Amaro, 1997: 110), os quais apelam à descrição, fechamento, contenção emocional e afectiva em prol da conquista de equilíbrio interior. “As crianças chinesas são educadas para controlar as emoções, são orientadas para as dissimular e até suprimir. Raramente iniciam uma conversa com alguém que não conhecem e comunicam sobretudo com pessoas de família ou amigos”, observa o antropólogo Pedro Pires (1998: 122) dando conta do que entende configurar uma socialização formal espartana, assaz conservadora, recebida desde a infância.

Contribuindo para o propenso ‘sinocentrismo’ da população, os parâmetros elencados desempenharam um papel fundamental na organização social chinesa, promoção da coesão nacional e unificação do país. O factor cultural, em concreto, terá concorrido para limitar a lusificação da população chinesa de Macau (Rodrigues, 1998: 56-59; Amaro, 1988: 3-4), ou seja, a apropriação de signos de portugalidade, contrastando com o que ocorreu com os habitantes de outros territórios outrora tutelados pelo Estado português (caso das ex-colónias africanas, destituídas de uma língua nacional para além da portuguesa). Considera-se que esse mesmo motivo explica em parte a predisposição de muitos migrantes chineses para a formação de enclaves étnicos nas sociedades de acolhimento, no interior dos quais procuram preservar padrões culturais herdados e a ser endogâmicos, acrescenta Ana Maria Amaro noutra obra (1997: 138).

Tumultos de carácter nacional e, sobretudo, internacional que ao longo dos tempos massacraram, feriram e humilharam a identidade nacional chinesa complementam o rol de móbeis apontados como susceptíveis de ter despelotado, directa ou indirectamente, atitudes de desconfiança e insegurança face aos

‘estrangeiros’. A nível interno, são de referir, no decurso do século transacto (entre 1927 e 1949), não só as duas décadas de guerra civil entre nacionalistas dirigidos por Chiang Kaishek e comunistas comandados por Mao Zedong, selada com a vitória dos últimos por via da instauração da República Popular da China; como ainda a Revolução Cultural (1966-76), motivada pelo propósito de consolidar as directrizes políticas do Partido Comunista chinês, e cujas manifestações de luso-animosidade por parte de chineses e macaenses, materializadas em revoltas populares contra representantes políticos portugueses ao tempo presentes em Macau mostraram-se acentuadas (Wen Tsun, 1990, citado por Amaro, 1997: 198).

A nível externo, por seu turno, destacam-se as investidas perpetradas desde meados do século XIX por potências estrangeiras no âmbito de violentos projectos expansionistas, pautados por forte opressão política e exploração económica (Maltez, 1998: 208; Lima, 1999: 129; Oliveira, 1998: 135, 162). É o caso das Guerras do Ópio entre a Grã-Bretanha e a China (1839-1842, 1856-1858), dos vexatórios tratados “injustos” ou “desiguais” impostos por países ocidentais, seguidos das invasões japonesas nos anos 30 do século XX, delas resultando um balanço desastroso para a China: estimam-se entre 12 e 20 milhões de civis chacinados, inúmeras mulheres estupradas e amplos fluxos de migrações forçadas.

Nestes cenários de usurpação, fragilidade e insegurança social, agravados pela miséria e epidemias (Freitas, 1941: 54-68; Castells, 1998: 321), desenvolveram-se movimentos xenófobos e nacionalistas de feição extremista como reacção à prepotência de países ocidentais (detendo as sociedades secretas grande protagonismo), como a sangrenta Revolta dos Taiping (1851-1864) e a Guerra dos Boxers (1899-1901), ambas representando uma reacção desesperada, cultivada ideologicamente, de busca de unidade nacional e de afirmação cultural e geopolítica do país face a ameaças externas (Lima, 1999: 17; Oliveira, 1998: 155; Freitas, 1941: 72).

5.2 (Des)encontros no meio estudantil: da coabitação ao gregarismo sociocultural

Os jovens portugueses que se deslocaram para Macau durante a infância tiveram na escola alguns colegas chineses e macaenses, em particular aqueles cujos pais pretendiam ver formados à luz da lusofonia. Nesta fase da vida a distinta vinculação cultural revelou não comportar, como apurado no período subsequente, um peso tão

sectário ao nível da convivência escolar, já que as crianças interagiam entre si de forma harmoniosa como se no início do processo de socialização as suas diferentes pertenças, assim como os preconceitos e estereótipos a elas associados, não tivessem tido ainda tempo de se desenvolver, afirmar e rebelar. O convívio processava-se nas chamadas “margens de autonomia”, isto é, em contextos criados pelos mais novos algo salvaguardados dos mecanismos externos de (re)produção de identidades (Saramago, 1994: 167; Caputo, 1995).

No decurso do secundário, como atrás assinalado, o grosso dos jovens migrantes que chegava de Portugal estudou no Liceu Nacional Infante D. Henrique antigo e/ou novo, ambos pautando-se por um “ambiente exclusivamente lusófono” (Cabral e Lourenço, 1993a: 173): os estudantes portugueses prevaleciam em termos numéricos, fruía de uma formação veiculada em português, mediada por docentes portugueses e concretizada à imagem dos currículos elaborados na sociedade de partida.

Chineses propriamente ditos não, porque havia as escolas chinesas que há ‘n’, e os colégios [...], o Liceu normal foi feito como uma escola para portugueses, normalissimamente, com colegas macaenses em que uns tinham mais ou menos dificuldade na expressão oral. Sofia

Por seu turno, a população juvenil local optava, regra geral, pela frequência de estabelecimentos de ensino chineses (ou anglo-chineses no caso das famílias mais abastadas), neles tendo o cantonês como idioma de aprendizagem e os programas nacionais como base curricular, gozando de uma socialização formal fiel àquela promovida pelo sistema de ensino chinês. Ainda assim, há registo da presença de “filhos da terra” no Liceu Infante D. Henrique, parte deles dando seguimento a uma instrução primária completada em língua portuguesa. Uns, por razões de ordem afectiva, geralmente fruto da herança lusófona transmitida por via da consanguinidade, paterna ou materna. Outros, por razões de ordem instrumental, objectivadas quer em aspirações pessoais e/ou familiares de um dia vir a trabalhar na Administração pública de Macau - sendo o domínio do português uma importante mais-valia pelo menos até meados dos anos 90 (Cabral e Lourenço, 1993a: 61-77, 104, 169; 1993c: 535); quer no intuito de emigrar para Portugal ou demais países de expressão lusófona com vista à

formação académica e/ou exercício profissional. Outros ainda, por motivações de dupla feição, relacional-afectiva e instrumental-utilitária.¹²³

Atendendo a que os enquadramentos institucionais, em conjunto com variáveis sociodemográficas e culturais, interferem na composição dos circuitos de sociabilidade dos indivíduos (Costa e outros, 1990: 199), questionávamo-nos se o Complexo Escolar de Macau ter-se-ia assumido como plataforma privilegiada de permutas simbólico-juvenis, enquanto espaço de formação e encontro tanto entre os jovens provenientes de Portugal e a minoria local inscrita no novo Liceu Infante D. Henrique, quanto entre os primeiros e os pares macaenses e chineses da escola Luso-Chinesa adjacente.

Aos migrantes portugueses que ali estudaram oferecia-se a oportunidade, por via da instituição escolar, de aproximação à população juvenil local não disponibilizada aos alunos do antigo Liceu, porque deles espacialmente apartados. Segregação bem representada pelo muro contíguo ao portão de entrada, o qual circunscrevia em termos simbólicos o perímetro da “our area” (Back, 1996: 101). Um muro - onde muitos estudantes se sentavam nos intervalos escolares, de costas para escola e olhar dirigido para a rua - que ao configurar uma zona de fronteira, cultural neste preciso caso, metaforicamente escondia, protegia, separava o interior do exterior, delimitando o ‘eu’/‘nós’ dos ‘outros’, ou seja, os jovens portugueses e o módico somatório de macaenses que se encontrava dentro, do largo segmento juvenil local que estava fora.

Embora no Complexo Escolar as escolas secundárias portuguesa e luso-chinesa nele integradas permanecessem fisicamente demarcadas por dois claustros distintos - ainda que ligados por corredores - ambas munidas de salas de aula, cantina e bar

¹²³ Os dados divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos de Macau (Revista Macau em Números, 1998) referem que em 1996/97 se encontravam 8.539 alunos de língua materna chinesa a estudar português nos estabelecimentos de ensino em Macau: 532 em escolas luso-chinesas de educação pré-escolar; 2.120 em escolas luso-chinesas de ensino primário; 627 na Escola Secundária Luso-Chinesa; 4.890 em escolas privadas de língua veicular chinesa, com apoio do Centro de Difusão de Línguas; 370 em escolas oficiais de língua veicular portuguesa. A estes adicionavam-se mais 6.000 alunos inscritos em cursos de língua portuguesa no Instituto Português do Oriente e em instituições de ensino superior, entre outros. O investimento na lusofonia encontra-se bem patente nas entrevistas realizadas por Margarida Duarte (1995: 32) a jovens macaenses e chineses radicados em Macau. De acordo com a autora, “Os pais colocaram-nos no ensino português por variadas razões, a maior parte das quais lhes são desconhecidas. Habitados às regras da obediência, não fazem perguntas. Tang Hang, filho de pais chineses que não falam uma palavra de português, entrou para a escola portuguesa aos três anos (...). À Carolina Cheong, os pais projectaram um emprego na Função Pública. Daí os estudos em língua portuguesa. Ela, no entanto, prefere seguir os estudos em Inglaterra. (...) Em casa de Paloma Pun fala-se chinês, embora a mãe fale português e trabalhe como tradutora. Estudou em português porque a família nunca pensou em sair de Macau e as hipóteses de emprego eram maiores. (...) O pai de Filipe Rozan obriga-o a falar em português. Reconhece os benefícios mas custa-lhe. O chinês é muito mais fácil e é nessa língua que se entende com os colegas, os amigos, a namorada...”. Por seu turno, os estudantes inquiridos por Silva (2004: 120-121) justificam o interesse pela língua portuguesa do seguinte modo: “vantagem para encontrar emprego, ter nacionalidade portuguesa e ter familiares portugueses”.

autónomos (à semelhança do que ocorria nas instalações do ciclo preparatório), existiam recintos partilhados por todos os estudantes, tais como anfiteatros, pavilhões gimnodesportivos e uma ampla zona de recreio, facto que fazia decrescer a probabilidade de os jovens chineses e macaenses serem olhados ‘por cima do muro’ pelos portugueses.

Todavia, a co-presença física e as potenciais áreas de intercâmbio cultural disponibilizadas, mesmo constituindo pré-requisitos mínimos à convivência entre a população estudantil presente, tenderam a ser desperdiçadas porquanto a proximidade espacial raramente resultou em trocas culturais e simbólicas. Ao invés, tais dimensões mantiveram-se deslaçadas: os jovens tendiam a apropriar-se de determinadas zonas da escola como território do seu grupo de pertença, este formado com base na idade, turma e ano escolar frequentado, assim como em laços culturais, afinidades sociais e disposicionais. Apesar de reconhecerem a feição lusocêntrica das suas redes de sociabilidade e de afecto, os jovens portugueses também não sentiam nos pares chineses e na maioria dos macaenses o desejo de nelas participar, nem tão pouco o de os incluir nos respectivos núcleos sociais, tendo-lhes sido atribuída uma vocação igualmente centrípeta, já apontada por Perez (1998: 200-201) por relação aos bolseiros macaenses a estudar em Lisboa. Tratava-se, por conseguinte, de um gregarismo mútuo. O distanciamento interpessoal entre os jovens portugueses, chineses e o grosso dos macaenses continuava, assim, a pautar os quotidianos escolares.

Em relação aos chineses não havia nenhuma relação [...]. [...] acho que não havia confrontos, nem no bom nem no mau sentido do termo. Estudavam em pontas separadas da escola, ou noutras escolas, podiam frequentar os mesmos sítios, mas não os conhecíamos. [...] Curiosamente nunca conheci nenhum chinês lá e conheci poucos macaenses. [...] havia diferentes escolas dentro do Complexo Escolar: a parte portuguesa e a parte luso-chinesa. A luso-chinesa tinha aulas misturadas em chinês e português, onde estavam os chineses e macaenses. [...] a escola portuguesa tinha só portugueses e também alguns macaenses. Aquilo era mesmo separado: a parte chinesa tinha farda obrigatória. [...] todas as escolas chinesas tinham farda e a portuguesa era a única que não tinha. [...]. Aquilo era assim um edifício feito ao comprido: do lado esquerdo estavam os portugueses e do lado direito estavam os chineses. [...] onde estavam os chineses, acho que o ar condicionado quase não funcionava. Uma vez eu fui lá explorar aquilo. Estava há um ano na escola e

não conhecia [...] porque o bar está ao pé de nós, está tudo do lado dos portugueses. [...]. Havia alguma discriminação: uma vez que estava cada um do seu lado, quando chegava a altura dos intervalos, ficava cada um perto das aulas [...]. Acho que a própria escola não fomentava a mistura, mais, até tentava afastar para evitar intrigas. Tomás

[...] era um sentimento de uma quase não existência: eles estão lá, mas não há um contacto, eles fazem parte das pessoas com quem tu te cruzas na rua, não tens aproximação. [...] os chineses estão lá mas é como se não estivessem [...]. [...] os macaenses é que têm contacto quer com uns, quer com outros e [...], durante muito tempo, acho que não tiveram um contacto satisfatório com ninguém, pelo menos [...] nesse período em que éramos mais novos. Duarte

Na Luso-Chinesa eram mesmo só chineses [...]. [...] era um bocado ridículo porque eles andavam fardados e nós andávamos à vontade [...]. Se calhar, o facto de eles andarem fardados e andarem ali do outro lado constringia um bocado, não chegávamos a aproximar-nos. [...] eles não conviviam connosco nem nós [...] com eles, era assim uma relação mesmo indiferente. Madalena

À semelhança do que ocorria em diversos espaços públicos, sobretudo nos de lazer como os salões de jogos, no Complexo Escolar de Macau, uma vasta camada da população estudantil portuguesa ignorava os pares chineses e macaenses, personagens “evaporadas” dos seus palcos de interacção (expressão de Marsal citada por Miguel, 1996: 12, 27, 55), ou mesmo “não pessoas” (Goffman, 1993: 182) de tão fraca a importância que, pelo menos aparentemente, lhes conferiam. Era como se os olhassem sem vê-los (Fortuna, 1999: 115), quando olhavam. Predominava, neste contexto, o que Lofland (1998: 238-240, citada por Fortuna e Silva, 2001: 441) designa de “tolerância negativa”, em contraste com o conceito de “tolerância positiva”. Se este ilustra “uma apreciação favorável das diferenças e promove situações de reconhecimento e interacção social”, aquele traduz “indiferença e distância e surge sempre que, embora encontrando-se num mesmo espaço confinado (...) as pessoas não interagem nem comunicam entre si ou segregam-se e invisibilizam-se simbolicamente”.

Os excertos transcritos indicam, então, que o culto da lusofonia no liceu português - tanto ao nível linguístico quanto do modelo escolar implementado - figurou como um dos principais vectores de comunhão e estruturação da identidade dos

estudantes que o frequentavam, distanciando-os dos pares da escola Luso-Chinesa. Ademais - seguindo o esquema de pensamento adoptado por políticas educativas de feição ‘multiculturalista’¹²⁴ - se o programa curricular desta última incluía língua portuguesa e história de Portugal, país estranho aos alunos nela inscritos (Ló, 1992: 29) - por seu turno, os curricula do pólo português não contemplavam disciplinas de história de Macau ou da China, nem tão pouco o ensino de chinês - o que só veio a ocorrer a título optativo, no 5º ano de escolaridade, pouco antes da transição de poderes, em 1999. Competência esta que em cenários de imigração convencionais (e não de expressão próxima da ‘colonial’) é as mais das vezes estimulada como instrumento básico de integração e requerida como direito e dever de cidadania.

A ausência de iniciativas escolares e/ou lúdicas promotoras do convívio entre a população estudantil vinculada aos dois estabelecimentos de ensino, juntamente com a aplicação de regulamentos distintos em ambos, constituíram factores institucionais de segregação que se aditavam àqueles baseados na distância sociocultural e no modo diferenciado de viver a juventude enfatizado pelos biografados. Destacou-se a obrigatoriedade do uso de uniforme no pólo luso-chinês, norma cujo propósito tende a ser o de uniformizar as aparências com vista a esbater as diferenças sociais e culturais patentes entre os estudantes, bem como o de criar um sentimento de pertença à instituição frequentada, distinguindo os inscritos dos demais. A despeito da tentativa de estendê-la ao ‘novo’ liceu português - como ocorrera no ‘antigo’, onde as batas amarelas identificavam os alunos do ciclo preparatório e as cinzentas, os do secundário - após um curto período de tempo esse ensaio saiu gorado com o sucesso da ‘guerra contra as fardas’ alcançado pelos jovens portugueses através de

¹²⁴ Sheng Yan (1996: 639-641) considera “impraticável” o monoculturalismo individual e social em sociedades pautadas pela diversidade cultural, defendendo que os indivíduos devem ser motivados a conhecer o outro, bem como a adicionar às suas pautas cognitivas e valorativas as grelhas dos pares com quem coabitam por meio daquilo que designa por “comunicação cultural transversal”, isto é “intercursos socioculturais” ou “intercâmbios de pensamentos, sentimentos e informações entre pessoas com culturas distintas”. Autores como Wieviorka (2002a: 23), Lévi-Strauss (1996: 36) e Rex (1997a: 215) partilham a mesma ideia, sustentando ser o desconhecimento do ‘outro’ a principal causa de categorizações redutoras, atitudes racistas e “descodificações aberrantes” - termos de Eco (referido por Fiske, 2001: 109-110), ou seja, interpretações inadequadas de comportamentos, linguagens, signos e convenções. Porém, como bem anota Phoenix (1998: 868), a familiaridade face a outras culturas não deriva necessariamente em apreço interpessoal e grupal. Associando o ideal multicultural ao domínio da educação pressupõe-se que a erradicação ou atenuação de tais preconceitos pode induzir-se por meio da aprendizagem intercultural, encorajando o respeito por outras culturas, à semelhança do que já foi introduzido nos E.U.A. sob a designação de “multiculturalismo cívico” proposta por Lacorne (Wieviorka, 2002a: 111). Contudo, os opositores a esta política ressaltam o facto de tais iniciativas poderem gerar um processo unidireccional de examinação do outro, tornando-o exótico e acabando por reproduzir representações negativas a seu respeito, sublinhando ainda o carácter simplista de qualquer tentativa de sistematização de uma dada cultura em prol do seu ensinamento (cf. Phoenix, 1998: 868).

contestações verbais e diversas artimanhas, de forma a contornar uma imposição que sabiam não ter tradição nas escolas oficiais em Portugal, sua referência¹²⁵.

A subversão de normas institucionais, em particular, a rejeição veemente do uniforme comportava sentidos latentes, configurando um comportamento de “resistência” (Clarke e outros, 1976: 49-50) de múltipla feição: geracional, cultural e socioestatutária. Considerando ser por meio de uma dada imagem exterior quotidianamente investida que, em conjunto com outros signos, práticas e consumos, os jovens sinalizam as suas múltiplas filiações, a uniformização das aparências associada ao uso de farda surgia aos estudantes portugueses como uma tentativa de camuflar marcas da sua identidade pessoal e social, cultivadas como modo de afirmação (e diferenciação) de pertenças: a uma geração demográfica; a um agregado cultural; a uma subcultura juvenil ou subgrupo de convivialidade. Homogeneizada essa imagem, a exteriorização das especificidades identitárias por ela representada via-se estrangulada naquele meio. Por conseguinte, mais do que um elemento figurativo, o uso de uniforme nas escolas chinesas e na luso-chinesa, esta paredes meias com o liceu português, colaborou em muito para que os jovens locais fossem percebidos como um segmento internamente indiferenciado e distinto do português, formalizando o distanciamento sociocultural e reforçando a coesão social dos indivíduos integrados no último. Coesão estrutural, organizacional e culturalmente induzida, termos de Merton (1968: 402-403).¹²⁶

Cabe ainda referir que não obstante o carácter episódico dos descatos juvenis inter-étnicos nos quotidianos estudantis de Macau, estes ocorreram, atingindo o cume máximo em 1988 aquando dos confrontos entre rapazes portugueses e macaenses do Liceu português integrado no Complexo Escolar (com estes geraram-se situações de maior proximidade mas também hostilidade), aos últimos juntando-se macaenses e chineses da escola Luso-Chinesa adjacente. Detalhadamente descritos por três biografados que os presenciaram, tais confrontos configuraram uma autêntica batalha campal com local e hora marcada.

¹²⁵ Adicionavam vestes garridas ao uniforme - calças de pinças ou saia pelo joelho de cor azul e camisa branca com riscas verticais - ou mandavam confeccioná-lo com base em figurinos arrojados.

¹²⁶ O autor regista três tipos e graus de coesão social: culturalmente induzida, resultando de normas e valores comuns assimilados por membros do grupo; organizacionalmente induzida, resultando da concretização de objectivos pessoais e grupais através de actividades que implicam a interdependência de vários elementos do grupo; estruturalmente induzida, resultando, por exemplo, dos contrastes entre intragrupos e extragrupos, conflitos com outros grupos e semelhantes.

Instigados por pretextos vários como intrigas, ciúmes e ofensas verbais, mais do que exprimirem o desejo de clarificar a vinculação dos jovens a um dado (sub)grupo juvenil caracterizado por práticas, consumos, referências e opções estéticas específicas, antes tornaram manifesta a camuflada fricção entre elementos dos principais conjuntos populacionais presentes - português, chinês e macaense - resultante da relativa ‘disputa’ de poderes espacial, cultural, social e simbólico que a ambiguidade do estatuto jurídico e político do território, duplamente cortejado pela China e Portugal, induzia na sua população (Cabral e Lourenço, 1993a: 29-31, 84-89; 1993b: 410-411; 1993c: 540-541; Fernandes, 2000: 4-5; Magalhães, 1999: 13¹²⁷). Daí Santos e Gomes (1998: 47) constatarem que “(...) em Macau, onde a Administração portuguesa nunca despertou nem o respeito nem a estima da população chinesa, não será, certamente, nada difícil desencadear um sentimento anti-português e anti-estrangeiro em geral”.

[...] havia um macaense que queria bater num amigo meu e começou a dizer: «- Vocês não são desta terra, pá, vão-se embora! Os portugueses não deviam estar cá!». E o meu amigo (...) disse: - «Então tens passaporte como? Diz lá, diz lá, diz lá?». [...] havia assim alguns confrontozinhos raciais [...]. [...] chegou a haver uma tareia de portugueses contra macaenses e chineses. Aquilo foi uma coisa estrondosa: à porta do Liceu estavam todos os portugueses do Liceu, todos os macaenses e [...] chineses, tudo à tareia!!! [...] eles eram muito conflituosos em relação a nós, principalmente os macaenses [...] tinham um bocado aquele problema de não serem nem portugueses nem chineses [...]. Qualquer coisinha que tu fizesses já era suficiente para eles te fazerem uma espera à porta do Liceu porque sentiam-se muito discriminados [...]. [...] aquilo era engraçado: as tareias com esses chineses era uma coisa combinada, eles marcam a hora, o sítio [...]. [...] a seguir a essa, marcámos uma para o Jardim de São Francisco às 8 horas só que [...] o Reitor soube [...], apareceu lá [...] e proibiu-nos de andar à tareia (risos). Madalena

[...] os portugueses sabiam dizer as palavras feias em chinês, os macaenses [...] em português, [...] às vezes eles chamavam-nos coisas e nós percebíamos [...]. Os palavrões mais habituais era «*Tinei bon hein*» [...] - «Vai foder a cona da tua mãe!» Isso era mesmo para começar qualquer coisa [...] se calhar

¹²⁷ Calvet de Magalhães realça o importante papel desempenhado pelo Leal Senado, órgão político incumbido de representar os interesses locais, na tentativa de resolução das tensões geradas entre as autoridades chinesa e portuguesa ao longo dos tempos.

nós também lhes respondíamos em português para que não compreendessem... Eles estavam lá, [...] e tinham a mania que teriam mais direito às coisas do que nós porque [...] eles é que são de Macau. [...] Tomás

Aceitando o princípio de que as relações sociais estabelecidas por jovens de diferentes origens culturais sofrem a influência de ideologias políticas vigentes - apesar de os indivíduos não serem receptáculos passivos das mesmas - não surpreende, pois, que as imagens elaboradas pelos jovens portugueses acerca dos macaenses e chineses (e porventura as destes face àqueles), a par do tipo dominante de relacionamento entre eles mantido, tenha sido por elas afectado. Espelha-o tanto a reivindicação, no âmbito da discussão acima retratada, da soberania dos “filhos da terra” sobre Macau face aos ‘intrusos’ provenientes de Portugal, quanto a objecção à mesma através da qual se lembrou a utilidade dessa presença para os muitos habitantes locais que se apropriavam de forma instrumental da nacionalidade portuguesa. Tal contenda revelou, assim, um forte sentido de pertença cultural susceptível de suplantar eventuais afinidades partilhadas (geracional, de género, social, escolar), frisando ainda a sua componente relacional. Com efeito, é no decurso do processo interactivo de comparação intergrupual e de confronto com a alteridade que os indivíduos se apercebem, mediante o já examinado mecanismo de “identificação” e “identização”, dos atributos que os associam e dissociam dos outros (Tajfel, 1978: 66-67), bem como dos sentimentos despertados por tal (des)vinculação. “(...) ethnic identities are commonly constructed in interaction with and reaction to other groups and institutions”, escreve Wood (1998: 232) sobre este propósito.

Imputou-se sobretudo aos macaenses a maior responsabilidade pelo mal-estar criado, dada a postura reactiva dirigida aos portugueses, como corroborado por Cabral e Lourenço (1992: 20; 1993a: 111-112; 1993c: 555). Animosidade latente reportada ao estigma da dupla auto e hetero exclusão luso-sinófona compartilhado pelos “filhos da terra”, fruto da sua identidade híbrida, “ambivalente e potencialmente problemática” (Cabral e Lourenço, 1992: 11-12; 1993a: 59-60, 111-112)¹²⁸. Culturalmente ligados a pelo menos dois fortes universos de referência (asiático/europeu; chinês/português),

¹²⁸ Esta ambiguidade é ilustrada através do poema de Cecília Jorge que os autores reproduzem: «Macaense/que te (in)defines/Pelo não ser bem/que também não és, bem.../um mais ou menos/entre dois polos que se atraem/e repelem/Pela diferença/no desconhecimento/divergente.»

muitos viviam nas margens e à margem dos mesmos, experimentando a sensação de “vacating identity”, diria Back (1996: 125).¹²⁹

[...] os macaenses [...] olhavam para nós como mais uns portugueses que vêm para Macau [...] nunca nos deram oportunidade de verem se somos pessoas porreiras, para nos darmos com eles, [...] sempre se separam muito de nós, o meio deles era um meio muito eremita, muito hermético, muito fechado, em que nós não tínhamos grande acesso. Mas como tínhamos um mundo tão vasto para descobrir [...], nunca nos incomodámos muito com isso. Domingos

Tomando como exemplo os macaenses do Complexo Escolar de Macau, enquanto os que estudavam na Escola Luso-chinesa encontravam-se mais próximos da cultura sinófona, embora não sentindo pertencer-lhe totalmente; por seu turno, os do Liceu Infante D. Henrique, ainda que conectados à lusofonia, estavam cientes das limitações inerentes a essa conexão, expressa entre outros aspectos pelo domínio arresado do português por parte da maioria: “Em Macau, quando se referem aos macaenses, certos portugueses dizem que eles não dominam bem a língua portuguesa, enquanto certos chineses afirmam que eles não falam bem o cantonês”, afirma Sheng Yan (1996: 645) reiterando esta perspectiva.

Ademais, defendendo na linha de Cabral e Lourenço (1993a: 177) que a linguagem permite, a par de outros sinais exteriores (como o uniforme escolar), que as pessoas se identifiquem entre si e sejam identificadas por terceiros, o facto de alguns macaenses do Liceu Infante D. Henrique comunicarem em cantonês nos intervalos das aulas, fazendo-o de forma natural ou estratégica em jeito de “resistência cultural” (Martins, 1997: 53, 200), levava diversos pares portugueses a classificá-los equivocadamente de chineses (equívoco também gerado pela posse de traços fisionómicos asiáticos), classificação na qual os “filhos da terra” não se reconheciam porque na realidade não o eram (Ngai, 1997: 64). Com base nos mesmos critérios de hetero-identificação (linguístico e fisionómico) multiplicavam-se os registos de descoincidência entre identidades imputadas e auto-reclamadas, como discutido em capítulos anteriores a partir do conceito de “mistaken identity” proposto por Jenkins

¹²⁹ Idêntica responsabilidade é-lhes imputada por um deputado chinês, segundo o qual as razões que dificultaram a aproximação do Estado português à sociedade civil chinesa incluem a barreira linguística e a soberba dos macaenses: “(...) pensam que por terem sangue português são superiores e continuam a ter um comportamento como se fossem os reis daqui.” (Santos e Gomes, 1998: 401).

(1996: 5). É o caso daqueles jovens que passavam por macaenses sem o ser: por um lado, chineses que por motivos instrumentais ou outros conseguiam exprimir-se em língua portuguesa; por outro, portugueses, nascidos em Portugal e socializados na lusofonia, com a ascendência asiática estampada no rosto.

Posto isto, a redobrada discriminação luso-sinófono partilhada por uma parcela de jovens macaenses, amiúde acompanhada de estereótipos depreciativos, como anotado, terá contribuído quer para o endocentrismo dos “filhos da terra”, quer para o desenvolvimento de um processo de “etnicidade reactiva” (Portes, 1999a: 42-43, 106-108; 1999b: 465-466) por meio do qual procuravam aligeirar ou contornar o seu complexo de “singularidade negativa” (Cabral e Lourenço, 1992: 11-13; 1993a: 59-60, 95-96). Se bem que, para tal reactividade, concorria também a consciência de integrarem a facção genuinamente natural de Macau, aliada à reconhecida utilidade das suas competências, em particular dos macaenses bilingues, requisitados com frequência enquanto intermediários luso-chineses. Este papel atesta a situacionalidade do capital cultural e identitário cuja relevância real e simbólica se altera consoante as circunstâncias, assim como o lugar ocupado no “campo” onde se circula. Não integrando o grupo socioeconómico imperante no território, era na esfera dos “circuitos de comunicação (legal e linguística)” que assentava o “monopólio étnico” e o “privilégio macaense” (Cabral e Lourenço, 1993a: 209-218; 1993b: 538).

5.3 Amizades e afectos interculturais: contingência e excepção

A despeito de a “lealdade primordial” dos jovens portugueses (expressão de Portes, 1999a: 105), pender para os conterrâneos, alguns biografados assinalaram a presença pontual de macaenses na sua “rede de *philos*”¹³⁰. Eram lusodescendentes, integravam famílias tradicionais bem posicionadas na estrutura social de Macau (os Senna Fernandes, Ritchie, Colasso, Nolasco) e tinham o eixo identitário lusófono como base de socialização formal, eixo cultivado como marca distintiva face à identidade cultural dos macaenses sinófonos¹³¹ e da população chinesa preponderante no território

¹³⁰ Termo usado pelos Gregos para designar os entes queridos integrados no circuito de amizades de um indivíduo e cujos vínculos assentavam sobretudo na partilha de condições sociais (Giddens, 1997: 81).

¹³¹ Os militares portugueses que no passado casaram com chinesas de estratos desfavorecidos tenderam a aculturar-se aos referentes culturais do cônjuge, cortando paulatinamente os laços com o país de origem e contribuindo, nesta medida para consolidar a dimensão sinófono do património legado aos filhos.

em termos quantitativos (Costa, 2003, referido por Silva, 2004: 56). Frequentavam escolas portuguesas, comunicavam em português, guiavam-se pelos princípios do catolicismo¹³², partilhavam interesses com pares portugueses e em termos fisionómicos nem todos revelavam o lado asiático da sua ascendência. Com base em afinidades culturais, socioestatutárias e disposicionais, os biografados consideravam-nos ‘aportuguesados’, lembrando as palavras proferidas por Anabela Ritchie, antiga presidente da Assembleia Legislativa, a Adelino Gomes (2006: 32-33): “Aqui em Macau, do outro lado do mundo, há uma comunidade que é fiel a Portugal e aos seus mais elevados valores, gente que também sente, fala, canta e reza em português”.

Sobressai, mais uma vez, neste contexto, o carácter impreciso, não essencial, relacional e comparativo da identidade cultural, porque variável em função de diferentes trajectórias, projectos e estratégias familiares e/ou individuais; investimentos simbólicos; plataformas de interacção; a par de processos de auto e hetero-atribuição (Pinto, 1991; Phoenix, 1998: 872; Wood, 1998: 224; Saint-Maurice, 1997: 11-31, 132, 158; Jenkins, 1996: 65). De facto, apesar da propensão algo generalizada dos jovens interpelados para retratar o segmento juvenil local como um colectivo indiferenciado, a categoria ‘macaense’ (tal como a ‘chinês’) abarcava indivíduos com diversificados perfis socioculturais, uns privilegiando o eixo lusófono das suas pertenças e referências identitárias, outros sinófono, britânico, ou mesmo uma mistura de todos eles.

Exemplos adicionais de sociabilidade dos biografados com macaenses decorreram da curiosidade mútua em torno dos respectivos modos de vida e especificidades culturais (como as crenças populares). Pouco representativa mas muito significativa, também a experimentação de sentimentos de não identificação com os elementos do endogrupo motivou a aproximação de jovens portugueses aos “filhos da terra”. Este processo de auto-exclusão ou, para usar os termos de Les Back (1996: 66-68), de “absentismo voluntário”, traduzia uma reacção individual de acentuada discordância face à postura “colonialista”, encapsulada, hedonista, frívola, mesquinha e fiscalizadora de vários portugueses presentes no território. Reacção sujeita, como bem salientam Elias e Scotson (2000: 128), às “punições” de conterrâneos, na linha do que ocorre em agregados fechados face aos membros inconformistas.

¹³² Na Escola Comercial, instituição de ensino católica onde predominavam os macaenses, organizavam-se retiros espirituais extracurriculares que, reunindo estudantes em torno da mesma confissão religiosa, promoviam a permuta de experiências e referências culturais entre “filhos da terra” e portugueses.

Bastante singular no âmbito dos demais, um dos testemunhos obtidos ilustra de forma exemplar essa demarcação, bem como a implicação das componentes cognitiva, avaliativa e emocional nos processos de (des)vinculação dos indivíduos a determinados grupos (Tajfel, 1978: 63), materializando-se a última em considerações e sentimentos negativos. Semelhantes dinâmicas de “identização” entre conterrâneos em cenários migratórios, as mais das vezes assentes em factores sociais e disposicionais, registaram-se por relação aos imigrantes brasileiros residentes em Portugal (Padilla, 2006); à população cabo-verdiana estabelecida no país (Saint-Maurice, 1997; Contador, 1998); e aos estudantes oriundos dos PALOP de passagem pelas universidades portuguesas (Pessoa, 2003: 106-107).

[...] amigos [portugueses] de Macau não tenho muito boas recordações. [...] não me dei muito bem com eles, gostava mais de estar com os macaenses [...] em Macau [...] não se pagam impostos, ganha-se muito mais, as coisas são mais baratas e é uma vida completamente diferente [...]. É mais aquele consumismo, [...] já havia telemóveis, era tudo muito mais difundido e muito mais rápido do que aqui [...]. Subia-lhes à cabeça, [...] achavam-se superiores aos outros e como é um meio pequeno toda a gente sabe tudo de todos [...], às vezes torna-se um bocado difícil viver assim. [...] [eram] tipo colonizadores, [...] não conscientemente mas parecia que: «-nós é que mandamos aqui, [...] e vocês fazem o que agente quer [...]». [...] não gostava dessas atitudes e afastava-me mais. [...] gostavam de intrigas [...] e eu nunca tive paciência para isso [...]. [...] eu nunca tive nenhum problema com nenhum chinês e tive bastantes com portugueses [...]. Conflitos de escola e de amizades [...]. Eu acho que a maior parte das pessoas [...] não crescem como pessoas em Macau [...]. [...] há lá pessoas que são pouco escrupulosas e vivem para chatear os outros e [...] como é um meio muito pequeno afecta sempre toda a gente [...]. [...] cultivam muito isso de serem hipócritas [...]. [...] a maior parte dos portugueses diziam sempre: - «Ah, eu não gosto nada de Macau, isto é uma merda!» (desculpa!), «[...] Portugal é que é bom!». [...] eles, por exemplo, encontram-se num centro comercial, [...] passam as tardes nas máquinas, não fazem nada. [...] ou vão às compras ou vão a Coloane [...] têm assim uma vida uma beca fútil, [...] é mais naquela de gastar dinheiro [...]. [...] a maioria das pessoas, não todas, [...] viviam bastante para isso do grupo e eu sou isto e eu sou aquilo. [...]. [...] eles costumam sempre ir para a Tailândia [...] e não visitam outros sítios [...]. [...] a Tailândia é bonito mas [...] parece que eles

não têm muita imaginação: uma pessoa está ali na Ásia, tem oportunidade de ir visitar tantos sítios e eles iam sempre para a Tailândia e Tailândia. Alice

No que concerne aos jovens chineses, nem mesmo com os representantes dos estratos mais cultivados e abastados da sociedade hospedeira, caso dos filhos das 'elites' política, intelectual e empresarial, se desenvolveram laços de amizade, a avaliar pelos relatos biográficos analisados. Realidade distante de outras pautadas pela diversidade cultural, onde se consolidam fortes alianças e afectos entre migrantes e habitantes locais posicionados no mesmo patamar social, seja ele alto, intermédio ou baixo (cf. Saint-Maurice, 1997: 2; Machado, 2007).

Apenas dois biografados assinalaram ter mantido contactos esporádicos com pares chineses, ambos remetendo para a prática de artes marciais - *Taiken Du* e Judo - marginais ao circuito lusófono. Todavia, à semelhança do padrão dominante de interface estabelecido pelos progenitores com colegas e subordinados de origem chinesa no universo laboral - cordiais mas meramente profissionais e quase sempre confinados a esse meio - também aqui tenderam a restringir-se ao contexto desportivo referido. Inclusive para um deles que, no âmbito da participação em campeonatos de Judo, se deslocou com a equipa a Hong Kong e Tóquio (cf. fotografias anexas). Apesar dos momentos de convívio partilhados nessas viagens à revelia da barreira linguística e de outras linguagens estranhadas, o regresso a Macau e ao comunitarismo lusófono ditava a expressão contingente do relacionamento intercultural, o qual esteve longe de adquirir a proximidade, intensidade e continuidade das interacções sociais firmadas entre jovens portugueses, características que, na óptica de Blau (1974: 620-623), sustentam a integração social dos indivíduos em grupos coesos.

[...] na minha turma ninguém falava português. [...] era durante duas horas seguidas estar ali a fazer exercícios [...] nem dava muito para falar, mas falava com eles mais ou menos por gestos, mas não tinha assim grandes relações com eles. [...] No primeiro Verão em Macau não vim passear a Portugal, fui estagiar a Tóquio. [...]. Fui com os meus colegas do Judo, todos chineses, e durante duas semanas andei só a conviver com chineses. Creio que na altura era politicamente correcto estar um português com eles. [...]. [...] há um pormenor muito giro, sempre que se tirava uma fotografia eles [...] sorriam e faziam um V com as mãos. [...] e punham a perna assim numa posição esquisita, [...] meio levantadinha, como nos filmes. [...] [...] estava à vontade,

até fui praxado lá no meio [...] eram assim aquelas brincadeiras muito ingénuas, prenderam-me com uma série de tecidos do Judo à cama, tiraram fotografias, depois entretanto fizeram o mesmo a outro, foi divertido. Tomás

Outras alianças de carácter algo excepcional foram protagonizadas por jovens adultos que permaneceram em Macau depois de concluído o ensino secundário ou para lá migraram (estreando-se ou repetindo o trajecto) sem o enquadramento institucional, familiar e sociabilístico que pautou o grosso dos itinerários efectuados nas décadas de 80 e 90. Ora, a presença reduzida no território de migrantes portugueses “isolados” em idade universitária ou em início de carreira, aliada a uma postura de maior abertura face à realidade circundante, terão empurrado tais jovens para fora do círculo comunitário, levando-os a relacionar-se com macaenses e chineses “ocidentalizados”, as mais das vezes vinculados à mesma área de estudo ou esfera profissional.

No que respeita ao campo da intimidade, relações conjugais e amorosas, militares e marinheiros portugueses, entre outros europeus, que no passado partiram sozinhos para Macau estabeleceram alianças com chinesas, indianas, malaias, tailandesas, japonesas - correspondendo à política de povoamento territorial ao tempo empreendida, sendo os macaenses o testemunho vivo dessa miscigenação como realçam Amaro (1988: 14-30; 1997: 45-68) e Cabral e Lourenço (1992: 16; 1993a: 66). Os homens representavam diversos estratos sociais; as mulheres as camadas mais desfavorecidas.

Da análise dos arquivos históricos e registos paroquiais do século XIX, Amaro (1988: 28-38) apurou que de 1822 a 1870 - ou seja, no espaço de meio século - celebraram-se em Macau cerca de três dezenas de matrimónios entre ‘portugueses do Reino’ e mulheres de ascendência chinesa, alianças socialmente desaprovadas nos respectivos contextos culturais. Mas sobretudo no chinês no seio do qual o fomento da endogamia constituía prova de lealdade a uma herança cultural milenar, contribuindo para perpetuar a linhagem, como analisado por Ngai (1997: 67), Director Adjunto de Administração e Vice-Presidente do Instituto Cultural de Macau em 1997, e por Cabral e Lourenço (1992: 10-11, 21; 1993a: 119-157). Segundo os dois antropólogos, a preferência da população chinesa na escolha do cônjuge recaía quase sempre no grupo cultural de pertença, denunciando preconceitos étnicos que afectaram em simultâneo, e durante muito tempo, as relações afectivas entre chineses e macaenses, apesar de se ter

verificado uma suavização desta tendência sensivelmente a partir da segunda metade do século transacto, sobretudo nos anos 80 e 90.

Idêntica alteração não se observou, porém, para os casamentos entre portugueses e chineses cujo carácter de raridade se acentuou quando as tropas portuguesas começaram a debandar de Macau após 1975 e os migrantes que a partir de então acercaram o território passaram quase sempre a fazer-se acompanhar dos membros do núcleo doméstico. “A figura tradicional na geração cessante do polícia, ex-soldado, casado com a ex-tancareira, não tem a mesma presença na geração controlante. Os quadros portugueses não são tão propensos a estabelecer laços matrimoniais locais, até porque trazem frequentemente os seus cônjuges que também estão envolvidos em actividades produtivas no território”, constata Cabral e Lourenço (1992: 20).

Confluindo com esta observação Castanheira (2000: 68-70) sublinha a escassa representação de famílias sino-portuguesas no Macau contemporâneo¹³³, aliada à persistente unidireccionalidade dos matrimónios no que respeita ao género: “Contam-se pelos dedos”... afirma, e nesses casos unem geralmente homens portugueses a mulheres chinesas ou macaenses¹³⁴. “Às vezes, as mulheres [ocidentais] olham para os chineses com algum racismo. Ou então com alguma vergonha e complexo”, acrescenta o autor. Por seu turno, “o homem chinês acha que a mulher ocidental é muito aberta e tem receio que não lhe seja leal ou fiel”. Pode daqui inferir-se que as mulheres portuguesas, assim como os homens chineses, mostravam-se mais atreitos a estereótipos negativos refractores de alianças fora do endogrupo cultural por comparação com os conterrâneos de sexo oposto.

As narrativas das jovens interpeladas no presente estudo corroboram a ideia anterior, sugerindo que o protótipo do homem chinês, jovem ou adulto, era fisicamente pouco atraente, bem como demasiado tímido e conservador em matéria comportamental. Por seu turno, as respostas fornecidas a Duarte (1995: 33) por alguns

¹³³ Os dados oficiais impedem-nos de contabilizar com rigor os casamentos entre migrantes portugueses e cidadãos chineses realizados em Macau nas duas décadas em estudo porquanto a variável utilizada nos boletins é a nacionalidade dos cônjuges, sem complemento de informação sobre a naturalidade. Tendo em conta que 27,2% da população detinham nacionalidade portuguesa, da qual apenas 0,9% natural de Portugal, deduzimos que a maioria dos “nacionais de Portugal” casados com “nacionais da República Popular da China” eram chineses e/ou macaenses em lugar de migrantes portugueses, como se poderia à primeira vista depreender. Somente as Estatísticas Demográficas de 1998 incluem a “naturalidade”, referindo que nesse ano uma das dezasseis nubentes nascidas em Portugal contraiu matrimónio com um homem natural da China, não havendo registo de alianças entre homens portugueses e mulheres chinesas (cf. Conim e Teixeira, 1998: 103; e *Resultados Globais do Intercensos 96 - DSEM*).

¹³⁴ Não por acaso Silva (2004: 105) concluiu que a aproximação à lusofonia no contexto da RAEM por estudantes que integram famílias bi ou multilingues é amiúde efectuada por via paterna.

jovens macaenses e chineses do sexo feminino e masculino, questionados sobre a possibilidade de encetar relacionamentos afectivos com portugueses, apontam na mesma direcção: “Os rapazes acham que as raparigas portuguesas não os olham, embora eles achem que algumas delas são bonitas. As raparigas, mais observadoras, dizem que os rapazes portugueses são mais *gentlemen* com as namoradas, do que os chineses e os macaenses. E são também mais românticos”. Opinião partilhada por uma jovem chinesa residente em Hong Kong que tivemos a oportunidade de informalmente entrevistar.

Menos excepcionais e altamente reprovados no interior da ‘comunidade’ portuguesa eram os envolvimento subterrâneos ou de “concubinato” entre homens portugueses e mulheres asiáticas, em particular chinesas (na linha do que acima se assinalou, o inverso raramente ocorria), referidos quer por autores como Cabral e Lourenço (1992: 14-15), quer pelos biografados, em concreto os do sexo feminino.

[...] aconteceu com milhares de portugueses [...] que os pais se separavam [...] normalmente era sempre o pai que trocava a mulher por uma chinesa. O que as chinesas tinham de muito diferente - [...] havia muito poucas excepções - é que eram mulheres totalmente submissas, tu acordavas e já tinhas o pequeno-almoço na cama, sabes? Não te deixavam fazer nada [...]. Madalena

Havia muitos homens [...] que depois tinham uns casos com chinesas. [...] As chinesas têm os seus encantos, são bonitas. [...] como eles não as entendiam, elas não os entendiam a eles, a coisa funcionava à maravilha, eram uma espécie de escravas sexuais. [...] aquilo cheirava a sexo que tresandava. Elas querem dinheiro e queriam um passaporte para sair dali. [...]. Havia muita coisa feia [...] do ponto de vista das relações afectivas e das taras sexuais em Macau. Não digo que não haja um tipo qualquer que se perca de amores por uma chinesa e vice-versa [...]. Mas havia muito [...] este lado um bocado promíscuo, obsceno. [...] Lembro-me de um caso de um tipo, que era meu vizinho, que era casado. Depois apaixonou-se por uma chinesa fantástica, lindíssima, super estilosa, que vivia à conta dele, o tipo estava babado! Separou-se da mulher, foi um grande drama e depois a tipa pirou-se, com o dinheiro todo que ele tinha numa conta, para a China, e ele ficou de rastos. Passado um ano, gastou o dinheiro todo, voltou, pediu perdão e o tipo disse que sim. Toda a gente gozava com este homem. Catarina

Baseando-se em representações estereotipadas da “mulher asiática” e do “homem europeu”, bem como nos papéis a elas associados, quase todas as biografadas realçaram a componente instrumental dessas relações em detrimento da afectiva, assim lembrando a imagem de “desvirtuosismo” do estilo de vida dos portugueses que habitaram em Macau no passado e para a qual concorreram os relacionamentos extraconjugais travados com escravas indianas, japonesas, malaias e chinesas (Amaro, 1988: 20). No entender das jovens, por um lado, os irresistíveis encantos físicos e comportamentais das mulheres asiáticas - sensualidade, beleza, doçura, delicadeza, exotismo e obediência (fruto da condição de inferioridade da mulher, em especial, na sociedade tradicional chinesa) - prometiam servir as fantasias sexuais dos homens europeus e assegurar o cumprimento das tarefas domésticas, assim correspondendo ao protótipo da “companheira perfeita”.

Eram, pois, vistas pelas migrantes portuguesas como “destruidoras de lares” porquanto estiveram na origem de divórcios de vários casais de passagem pelo território. Por outro lado, os atractivos dos homens europeus - poder socioeconómico, cultural e simbólico - renunciavam satisfazer a ambição das mulheres asiáticas para quem, ainda de acordo com as jovens entrevistadas, a relação representava prestígio, sustento e, na eventualidade de casarem, abertura ao mundo exterior, figurando como um duplo passaporte, social e geográfico, aspecto também anotado por Cabral e Lourenço (1992: 13-16; 1993a: 61-62).¹³⁵

¹³⁵ A possibilidade de conquista de um estatuto social distintivo por via do matrimónio é referida pelos antropólogos como tendo constituído, até finais da década de 60, um dos principais incentivos ao casamento de macaenses com portugueses, permitindo que aqueles se apropriassem de uma “identidade europeia” de outra forma não obtida. Na opinião do autor, tais alianças multiplicavam as oportunidades de inclusão profissional na Administração de Macau, contribuindo para a conquista de um “monopólio étnico” e reduzindo, em paralelo, as hipóteses de se associarem à população chinesa.

6. (Des)agregação intracomunitária e eixos estruturantes das sociabilidades no segmento juvenil português

Se olhado de fora e, em concreto, se colocado diante da população juvenil local, o segmento de jovens migrantes portugueses surgia aos olhos dos biografados como pouco diferenciado, em virtude da dupla (sobre)valorização quer das dissemelhanças culturais, socioestatutárias e disposicionais notadas face aos demais jovens presentes, quer das afinidades culturais e socioestatutárias percebidas entre conterrâneos. Habitavam uma sociedade que não a de origem ou referência, usufruíam de uma socialização formal na mesma língua e matriz de orientação, beneficiavam de condições e estilos de vida favoráveis, a par de capital simbólico. Viviam, em suma, uma experiência migratória com contornos similares, partilhando o estatuto de residentes temporários, dado o cunho de passagem da estadia em Macau e a existência de um projecto de retorno a Portugal, país a que se sentiam sentimentalmente ligados. Embora a prorrogação reiterada do grosso dos contratos de trabalho dos seus progenitores tenha conduzindo a estadas prolongadas, o fluxo foi entendido como provisório, inclusive para os que partiram por tempo indeterminado, e a instalação desfrutada em função dessa perspectiva de transitoriedade. Tal convicção cooperou para firmar um padrão adaptativo de dominância centrípeta, porventura distinto caso os jovens e sua família visassem inserir-se em definitivo naquele meio.

Nesta medida, convergimos com Jackson (1991: 10) e Pires (2003: 104-105) na defesa de que a duração da estadia integra o leque de variáveis a afectar o formato de instalação dos indivíduos na sociedade receptora, em especial, complementaríamos, quando a mesma se revela assaz contrastante com a de partida. Citando Vermeulen, o sociólogo português constata não ser “invulgar que os imigrantes, sobretudo quando encaram a sua estadia como temporária, se definam inicialmente pela oposição com o país de acolhimento”. “A adopção (...) de uma orientação instrumental em relação à sociedade de imigração, favorece uma auto-exclusão do espaço identitário novo” afirma. Ademais, a orientação de prevalência etnicizada da inserção dos jovens em Macau dava continuidade àquela cultivada pelos portugueses que os precederam no itinerário (padrão institucionalizado, aliás, no universo escolar). “Encontrando os novos imigrantes, à chegada, um ambiente de integração já construído em termos étnicos, é mais provável que reconstruam a sua integração na ordem interactiva pela participação nesse meio (...)” acrescenta o autor.

Enquanto eu lá estive os chineses viviam num mundo completamente à parte, aliás [...] os portugueses é que viviam num mundo à parte, [...] no seu clusterzinho das leis portuguesas, da Administraçãozinha, da comunidade [...], era uma coisa um bocado fechada [...]. Uma pessoa que viesse de fora [...] achava que era uma comunidadezinha muito colonialista. [...]. Durante um tempo [...] andava preocupada com a minha vidinha, com os meus colegas, e com os meus namorados [...], andava excessivamente ocupada, nem sequer tinha tempo para pensar nos chineses nem em coisa nenhuma. [...] [os chineses] cozinhavam muita bem, tinham uns templos muita giros, era tudo muita colorido [...], mas era só o lado estético do chinês. [...] a vida dos chineses e a vida de Macau, cuja maioria eram chineses, passou ao lado de muita gente, a mim passou-me completamente ao lado: eu tinha a noção de que havia um outro Macau que me era desconhecido - coisa que se calhar houve pessoas que nem tiveram essa noção - e apreciava isso, mas sempre com um certo fascínio, mas com um olhar de quem não percebe mesmo. Rita

[...] têm-se contactos bastante frequentes mas parecem dois tipos de modos de vida que não dá para conciliar, [...] de facto não havia um contacto muito profundo, e é um afastamento um bocado de parte a parte: são os portugueses que têm tendência para estar em grupo, são eles que também, têm, nalgumas situações alguma animosidade contra os portugueses [...]. Duarte

[...] se calhar as pessoas estavam um bocado nas tintas, às tantas é uma atitude de defesa de ambas as partes. Não consigo realmente dizer-te que se tu falasses a língua, se tu tentasses aproximar-te de algumas pessoas que isso não poderia acontecer [...]. [...] acho que também é uma falta de interesse da parte dos portugueses que são uma minoria e [...] os chineses reagem um bocado também a isso [...] pela barreira da língua e [...] por se aperceberem que os portugueses se calhar também não fazem grandes esforços. Teresa

Em conjunto, os factores assinalados desencorajaram a criação de amizades com pares chineses e a maioria dos macaenses, no sentido atribuído por Putnam (2000; 2002) ao termo ‘bridging’ no âmbito da análise efectuada ao capital social. Desencorajamento, salvo raras excepções, não contrariado pela força da acção individual cujas relações de pendor comunitarizado se pautavam, recorde-se, pelo interconhecimento generalizado entre portugueses, por sociabilidades densas e intensas

solidificadas quotidianamente e por um sentido de pertença comunitária acentuado (Elias e Scotson, 2000; Bauman, 2001; Pires, 2003; Delanty, 2003). Tendência ilustrada pelo conceito ‘bonding’ (Putnam, 2000; 2002), também extensível à coorte adulta, a avaliar pelos relatos dos biografados acerca dos relacionamentos dos progenitores, em parceria com aqueles recolhidos por Gomes (2006: 31-38) a elementos do colectivo português radicados no território no contexto da RAEM, a maioria bastante saudosa do ambiente familiar e acolhedor encontrado no seio da ‘comunidade’ portuguesa no período que antecedeu a transferência do poder administrativo para a China. Familiaridade própria de agregados compactos (Wirth, 1997: 52), incentivada pelo número reduzido, em termos absolutos e relativos, de conterrâneos presentes num espaço físico de tão exíguas dimensões.

Macau tem essa particularidade em que tu conheces toda a gente, os portugueses. [...] desde a pessoa que tem menos dez anos do que tu, até à pessoa que tem mais dez anos do que tu [...]. Teresa

É verdade que já toda a gente sabia que ia chegar um médico que era Director do Hospital e que tinha seis raparigas, porque Macau era uma cidade muito pequena e sabíamos sempre quem ia chegar, o que é que vinha fazer, para onde é que vinha, quantos filhos tinha [...], de que idades. Sofia

[...] como toda a gente se conhecia, era impossível não conheceres as pessoas, havia muito mais mistura do que há aqui e ao mesmo tempo que havia esse lado negativo que é o facto de toda a gente se meter um bocado na vida uns dos outros, havia um lado positivo que é teres que cultivar uma certa tolerância, também é uma coisa que se vai aprendendo. [...] havia uma pessoa com quem eu não falava habitualmente que até tinha estado com ela e tinha sido engraçado. Catarina

O comunitarismo das sociabilidades cultivadas pelos jovens migrantes portugueses acentuou-se em larga medida devido à “multiplexidade” desses laços (Portes, 1999a: 15-16, 111; 2000: 154). Ou seja, integrados numa mesma rede social, hiperconcentrada diríamos, os indivíduos encontravam-se ligados entre si por diversos vínculos em simultâneo e reuniam-se em múltiplas esferas de acção - lúdica, escolar e residencial: eram amigos informais, colegas de escola, pares em actividades

extracurriculares, filhos de amigos, conhecidos e/ou colegas de trabalho dos pais, alguns até vizinhos, partilhando práticas, referências e lugares, daí resultando uma forte condensação de afectos. Alianças contrastantes com aquelas firmadas antes da partida para o território e após consumado o regresso a Portugal, de feição “uniplex” - ou de “heterogeneidade multiforme” nas palavras de Blau (1974: 620-623) - pautadas pela pertença a vários, dispersos e descentrados círculos de amizade que não se cruzam com regularidade porque associados a contextos de interacção diferenciados.

[...] as nossas vidas e a nossa amizade não passavam só pelo Liceu [...] muitas das vezes íamos para casa de uns e outros ouvir música e ler [...]. Até acordávamos mais cedo para ir para o liceu e antes de chegarmos [...] íamos passando por casa de uns e de outros para irmos todos em bando. [...] Macau em termos de vivência [...] é completamente diferente de Portugal e do que era Portugal em 81 e 82. Era muito parecido com [...] África: as pessoas davam-se muito mais, os jovens andavam sempre em bando, [...] acabávamos por dormir em casa uns dos outros [...]. Domingos

Consciente e consistente foi, por isso, clara a demarcação promovida pelos biografados entre o que consideravam ser o *ingrup* (os jovens portugueses) e o *outgrup* (os jovens chineses e o grosso dos macaenses). Fronteira perceptível não apenas ao nível do conteúdo discursivo, mas também da forma gramatical empregue. Especificando, se por um lado, o uso persistente da primeira pessoa do plural (‘nós’) em detrimento do singular (‘eu’), nele diluído, denota a relevância do grupo de pares e o pendor fortemente grupalista das vivências dos jovens portugueses em Macau a desfavor de uma maior individualização - “peer dependence” sustentaria Liechty (1995: 190) reportando-se em concreto ao ‘efeito idade’; por outro, a aplicação frequente da terceira pessoa do plural (‘eles’) à população juvenil local revela com idêntica nitidez a partilha de uma identidade colectiva assente nas já mencionadas afinidades socioculturais que, acopladas ao ‘efeito idade’, conferiam ao grupalismo fomentado no seio do colectivo juvenil português acentuada visibilidade.

Por conseguinte, conclui-se que o vector cultural presidiu o grosso dos laços sociais firmados, assim encabeçando o rol de variáveis estruturadoras das sociabilidades juvenis portuguesas. Parâmetros adicionais como condições socioeconómicas e estilos de vida, idade, género, apenas em situações de excepção,

como exposto, se sobrepuseram à vinculação comunitária, favorecendo o estabelecimento de pontes com jovens locais. Contudo, no contexto intracomunitário, algumas dessas variáveis geraram subdemarcações juvenis. Daí que deslocando o olhar de fora para dentro do colectivo português e procedendo à comparação entre os seus elementos, o auto-retrato de indiferenciação elaborado pelos biografados se relativize.

Dito de outro modo, apesar de as muralhas anotadas deterem uma feição ‘eticizada’ (ao nível linguístico, simbólico-valorativo, das sociabilidades e práticas sociais), é de clarificar que no seio da ‘comunidade’ portuguesa também existiam fronteiras delimitadoras de subgrupos de jovens em co-presença. Constituíam, porém, fronteiras mais imprecisas, permeáveis e flutuantes que não impediam o reencontro frequente dos indivíduos em quadros comuns de interacção (residenciais, escolares e lúdicos), mesmo entre os que não partilhavam afinidades disposicionais e estilísticas ou cuja partilha não havia ainda sido descoberta. Também não obstavam à acumulação, intercepção e conciliação de vinculações plurais, não lineares: à ‘comunidade’ portuguesa, a um escalão etário, instituição escolar, segmento social ou subcultura juvenil. Por isso, perante distintas circunstâncias, os jovens identificavam-se ora como a “juventude portuguesa de Macau” que se distinguia da local; ora como membros de subgrupos distintos no interior do colectivo português, forjando por meio deles pertenças e disposições que nem sempre se manifestavam como parte integrante de um sistema uniforme, coerente e generalizável, na linha dos pressupostos defendidos por Pierre Bourdieu (1979) acerca do habitus de classe. O mesmo concluiu Lahire (2005) ao aprofundar mais ainda os limites e potencialidades deste conceito.¹³⁶

Convergirmos, nesta medida, com Phoenix (1998: 861), Fortuna (1999: 2) e Merton (1968: 313, 369-371) quanto à imprecisão do binómio *ingroup/outgroup*: “Não há nada fixado a respeito dos limites separando os intragrupos dos extragrupos, os grupos a que o indivíduo pertence, dos grupos a que não pertence. Eles mudam conforme a situação muda.” (...). “(...) mudanças de situação podem afectar as definições individuais e dos outros, sobre a afiliação ao grupo. Pois desde que as proporções de interacção social não são uniformemente distribuídas entre os membros do grupo, qualquer acontecimento constante que aumente a interacção entre alguns e

¹³⁶ As posições sociais relativas ocupadas pelos indivíduos no campo social e as disposições que os mesmos abraçam são, de acordo com Lahire, por vezes dissonantes, dissonância atribuída a processos de mobilidade social, a redes sociais diversificadas e a influências contraditórias decorrentes da pertença a famílias de “classes-cruzadas”. Porém, Atkinson (2010: 14-15) sustenta que Pierre Bourdieu já havia dado conta dessa aparente incoerência explicando-a através dos conceitos de “capital social” e “trajectória”, ou seja, reconhecendo a “singularização do habitus” como atrás mencionado.

reduza a interacção entre outros, tenderá à formação de subgrupos”, afirma o último autor a este propósito. De entre as divisórias intracomunitárias mencionadas pelos biografados salientaram-se desde logo as etárias e escolares, consideradas assaz relevantes na estruturação das relações de amizade e também de algumas práticas e referências juvenis adoptadas em Macau. De facto, verificou-se que a idade, a escola, ano e turma frequentados constituíram vectores (des)agregadores, gerando delimitações de transponibilidade mutável no seio do colectivo juvenil português¹³⁷. No decurso da infância e início da juventude o relacionamento estreito entre indivíduos afectos a distintos escalões etários só esporadicamente ocorria, daí o grupo de amigos ser as mais das vezes composto por pares da mesma idade ou com uma variação muito pouco expressiva. Os do escalão abaixo ou acima integravam diferentes circuitos, caso dos irmãos mais novos ou velhos dos biografados (e respectivas amizades), com quem não partilhavam cumplicidades e confidências, embora se conhecessem e cruzassem com regularidade nos espaços públicos para onde a maioria confluía - meio escolar, clubes, McDonald’s, praia, piscinas, a par das esplanadas, bares e discotecas que iam surgindo em Macau ao longo do tempo - aí delimitando os seus territórios de forma nem sempre explícita. Assim, enquanto alguns desses lugares figuram como marcos intemporais - transgeracionais e transdisposicionais - de diversão e convivialidade, porquanto cunharam os encontros de quase todos os jovens portugueses que passaram por Macau nos decénios em estudo, outros configuram referências datadas, logo, circunscritas a um determinado período histórico e biográfico dos indivíduos que o viveram na sociedade de acolhimento¹³⁸.

O convívio entre jovens de idades diferenciadas ocorria também em contextos festivos - efemérides locais, nacionais e lusófonas, concertos, festas escolares ou de

¹³⁷ Apesar de os Liceus Infante D. Henrique serem referência para a maioria dos estudantes portugueses, alguns também passaram pelo Colégio D. Bosco e Escola Comercial aí formando grupos de amigos ou integrando-se nos existentes, ainda que mantendo laços de amizade com os conterrâneos do Liceu.

¹³⁸ Na década de 80 constituem exemplos a Esplanada, em frente ao Hotel Lisboa, a Lucy, junto ao Liceu português ‘velho’, assim como os já referidos clubes nocturnos dos Hotéis Hayat (o Green Parot) e Royal, a par do bar dançante Loucune. Nos anos 90 a oferta de espaços cresce e diversifica-se. Destacou-se a pastelaria Montanha Russa, a Caravela e, um pouco mais tarde, o Bolo de Arroz. Na primeira metade da década, as sociabilidades nocturnas portuguesas animavam-se nos clubes Skylight (no Hotel Presidente), China Pop, Kroatec (no edifício Jai-Alai), na discoteca do edifício Sítio e ainda no Clube de Jazz que, dado o carácter específico da música divulgada, manteve-se um lugar de culto intergeracional cuja dinamização foi assegurada, entre outros, por sócios portugueses que ali trabalharam de forma rotativa, em regime de voluntariado. A partir da segunda metade, os jovens desdobravam-se entre os bares Talkers e Pirreto’s, as *boites* Mundial, Cocktchai (no Hotel Central), Fortuna (no Hotel com o mesmo nome) e Papalace. Em 1998, a construção de uma área de lazer num novo aterro, idêntico às Docas de Alcântara em Lisboa, permitiu a inauguração de cerca de duas dezenas de bares, sendo o Opiárium o eleito dos portugueses. Propostas adicionais integravam o bar da Guia (no Hotel Mandarin Oriental), o UFO, o Embassy e o novo Clube de Jazz, desde 2000 também localizado nesta zona.

aniversário. Alguns destes eventos organizavam-se pelo e para o colectivo juvenil português, produzindo um efeito congregador susceptível de diluir separadores etários, socioestatutários, estilísticos ou outros de maior visibilidade no quotidiano.

[...] em Macau essa questão das diferenças de idades nota-se porque até uma certa idade dificilmente tu te davas com os mais velhos - [...] eu conhecia os amigos da minha irmã que eram todos da idade dela [...] mas não lhes telefonava para sair nem eles me convidavam a mim, convidavam a minha irmã - só quando havia assim festas grandes. Rita

As idades eram cruciais para que houvesse divisão. Eu acho que em Macau a questão da geração¹³⁹ era muito importante, mesmo, porque as pessoas davam-se todas com as pessoas da mesma idade [...]. Depois havia as pessoas que andavam no D. Bosco que se calhar já eram outro grupo de portugueses [...]. [...] eu tenho 24 anos e já não me dava mesmo com as pessoas de 25 [...]. [...] a idade, quase que de ano a ano fazia diferença. Às vezes ia à discoteca com a minha irmã e os amigos [...]. [...] havia divisões, mesmo dentro das faixas etárias [...], claro que eu não me dava com todas as pessoas que tivessem [...] a idade que eu tinha na altura. Havia assim o grupo das pessoas que eram mais *in*, [...] o grupinho das marronas [...] mas não era tão distinto porque nós acabávamos por nos dar todos uns com os outros [...]. Madalena

[...] aquilo era mais ou menos por anos, nem é por idades, mas havia uns tipos que estavam no 10º, outros no 11º, outros no 12º. Geralmente os gajos que estavam no 12º ano estudavam à noite e trabalhavam durante o dia portanto eram já um grupo mais ou menos diferente porque raramente se cruzavam com os outros. [...] do 10º para o 11º ano era muito semelhante mas do 9º para o 10º já era uma quebra maior e daí consecutivamente. [...]. O meu irmão tinha os amigos dele e eu tinha os meus, ele conhecia os meus amigos e eu os dele, havia sítios como a Esplanada, algumas tascas [...] que eram pontos de encontro para toda a gente, mas o meu irmão [...] tinha o grupo dele e nós tínhamos o nosso, havia realmente gerações diferentes. Tomás

¹³⁹ Note-se que o sentido atribuído pelos biografados ao termo ‘geração’ remete para delimitações etárias e/ou escolares estabelecidas no domínio das relações interpessoais e circuitos de sociabilidade, e não tanto no das práticas sociais e matrizes de referência, uma vez que a amplitude das coortes referidas nem sempre se mostrava suficientemente acentuada para as diferenciar (salvo, claro está, para os indivíduos que se encontravam mais próximos dos limites inferior ou superior do colectivo juvenil).

A aura, regra geral, reconhecida pelos mais novos aos jovens com idade superior à sua - figuras modelares de quem copiavam referências, práticas e consumos - tornava a transposição dos muros etários (no sentido ascendente) altamente desejada.¹⁴⁰ Por vezes tal ocorria, sensivelmente entre os 13 e os 15 anos, por via da participação em “ritos de iniciação” como sair à noite, frequentar discotecas e bares, fumar, beber álcool e maquilhar-se (no caso das raparigas), ritos facilitados para quem tinha irmãos mais velhos. Foi pelas suas mãos e debaixo dos seus olhos que uns quantos se estreadam nas diversões nocturnas em Macau e incursões de fim-de-semana a Hong Kong, antecipando experiências que os primogénitos e filhos únicos só mais tarde viriam a conhecer. Os namoros intergeracionais contribuíram de igual modo para romper fronteiras etárias, misturando as amizades do par e arrastando-os para programas lúdicos conjuntos, quase sempre orientados pelas preferências dos jovens da coorte superior. A possibilidade de conviver com conterrâneos mais velhos continha, assim, um significado de conquista pessoal e social, favorecendo a aquisição de elevados níveis de poder simbólico junto daqueles com a mesma idade. Estimulava também a diversificação de interesses, como veio a suceder nas sociabilidades intergeracionais geradas em contextos de formação escolar avançada (para jovens que frequentaram cursos de especialização), assim como profissionais (para os que abraçaram uma ocupação a tempo parcial durante ou após terminado o secundário).

O Liceu de lá faz-me lembrar uma beca [...] aquelas escolas americanas, tipo estereotipadas, [...] ter *popular girls* e ter os do 12º ano que são os grandes e [...], tem assim estatutos, [...] e também é um bocado por grupos [...]. Alice

[...] lembro-me perfeitamente da distinção entre poder sair à tarde com os meus amigos ou de quando comecei a sair a primeira vez à noite com as minhas irmãs mais velhas e a ir para a discoteca e os diferentes grupos e as diferentes festas. Acabou por ser sempre muito marcado porque havia vários grupos consoante as faixas etárias, mas lá está, eu por ter irmãs mais velhas [...] fui de alguma forma precoce e dei-me até com pessoas bastante mais velhas do que eu [...]. [...] se tens um namorado que pertence ao grupo dos mais velhos depois dás-te com os amigos dele. Sofia

¹⁴⁰ Aspecto evidenciado por Madalena ao recordar o quanto os colegas mais novos a veneravam; por Duarte ao observar quão “fixe” era ir ao Liceu Infante D. Henrique, onde estudavam os irmãos mais velhos; e por Sofia, quando descreve as primeiras saídas nocturnas realizadas na companhia das irmãs.

[...] como o Tiago era mais velho e acabei por namorar com o Tiago dava-me com pessoas que eram Arquitectos e *Designers* [...]. Inclusivamente, no último ano de estar lá, tirei o primeiro ano do curso de Educadora Infantil e eram pessoas bem mais velhas do que eu, [...] dei-me bastante bem com elas, [...] também era um grupo muito engraçado, desde pedagogos, a psicólogos, pessoas um bocado diferentes [...] por isso tu acabas por te dar com um leque muito grande de idades e de formações e de maneiras mesmo de estar lá a viver - uns que já trabalham, outros que ainda estão a estudar, outros que ainda nem têm idade para pensar em trabalhar. Teresa

Quanto aos vectores de identificação socioeconómicos e estatutários - cuja importância na estruturação das alianças juvenis vem sendo constatada, entre outros, nos estudos reportados à abordagem 'classista' da juventude discutida num dos capítulos anteriores - não constituíram, à luz das narrativas analisadas, o principal eixo de (des)agregação dos jovens portugueses em Macau, o mesmo sucedendo a respeito do género, tendo em conta a feição mista dos núcleos de convivialidade, quase sempre formados por rapazes e raparigas. De facto, o perfil qualificado e especializado de uma larga parcela dos profissionais portugueses que se deslocou para o território entre o início dos anos 80 e meados de 90 do século XX, tornava menos contrastantes e, por isso, também menos relevantes, os diferenciais estatutários existentes quer em matéria de posições ocupadas no campo laboral - uns pertenciam à classe política, outros preenchiam lugares de direcção ou chefia em organismos públicos ou privados, uns poucos integravam segmentos medianos; quer do volume e estrutura de capitais possuídos; quer ainda dos consumos e práticas de lazer desenvolvidos. Diferenciais muitas vezes transpostos através da partilha de comodidades entre aqueles que as possuíam e os que delas estavam destituídos, como o relato transcrito indicia.

[...] o Hayat era uma espécie de centro recreativo de que muita gente era sócio, havia piscinas, jacúzi, ginásio e ao fim de semana uma das grandes coisas era ser sócio do Hayat ou ser amigo de alguém sócio do Hayat. Duarte

Porém, menor relevância para a maioria não significa irrelevância para uma minoria. Sobretudo para alguns dos que não ocupavam os lugares cimeiros da pirâmide comunitária portuguesa e se ressentiam por não desfrutar de idênticas (ou de tantas) regalias, entre as quais, reconhecimento social. Reconhecimento amiúde proporcional à

notoriedade das categorias profissionais dos progenitores e suas redes de influência, usadas pelos jovens quando necessário esgrimir forças no quadro intracomunitário. Não por acaso, as alcunhas que abundavam no meio estudantil português - expressivos “referentes simbólicos” (Martins, 1997: 203-204) inspirados em idiossincrasias físicas, comportamentais, sociais e culturais dos indivíduos - para além de constituírem um mecanismo de inter-reconhecimento e redefinição identitária, operavam, em paralelo, como “(...) instrumentos de hierarquização de prestígio” (Pais, 2012: 185-204) susceptíveis de denunciar a (des)consideração que os jovens colhiam junto dos pares.¹⁴¹

Neste prisma terá feito diferença viver nos extremos da estrutura social comunitária. Diferença positiva, ser-se filho do Governador de Macau, de um Secretário Adjunto ou do melhor médico português do território, bem como apresentar, mesmo sem ostentar, os correspondentes sinais distintivos - habitar num alojamento de boa qualidade e grande dimensão numa zona privilegiada; possuir carro com motorista, ou mota no caso dos jovens; concretizar extravagâncias regulares ao nível de práticas e consumos; realizar um vasto número de viagens pelo continente asiático, Portugal e outros países longínquos. Diferença negativa, ser-se filho do cozinheiro da cantina do Liceu ou de uma fadista como consta no excerto reproduzido, dada a atipicidade de tais profissões face ao padrão dominante e o défice de benefícios e apreço social associados.

[...] tive sempre em turmas em que havia muitos filhos de gente muito importante - mas no 7º ano comecei a dar-me muito com a Carolina [...] que também estava lá só com a mãe. A mãe dela era Fadista, mas achavam as pessoas que ninguém vai para lá para ser Fadista, por isso, [...] aquela deve ser alguma galdéria que anda para aí [...]. Depois a Luísa foi para a minha turma, [...] tinha vindo da Comercial e tinha tido um filho com 14 anos. [...] E dava-me também com a Nini, [...] foi para lá também só com a mãe, portanto foi logo uma afinidade muito grande [...], andávamos sempre juntas [...]. Rita

¹⁴¹ Recordaram-se as seguintes: “Dentinhos” (dentes saídos), “Bebé” (baixa estatura), “Papírica” (filho do proprietário de um restaurante com o mesmo nome), “Buterfly” (orelhas salientes), “O.T” (olhos tristes), “Cagalhão” (soberba), “Caracol” (muito molengão), “Cenoura” (tom arruivado do cabelo e uso de roupa cuja marca tinha essa designação), “Perversos” (postura liberal), “Gasta muito”, “Mercenário”, “Bráulio”, “Loulai”, “Oratólis”, “Barilis”, “Marmita”, “Catau”, “Peléu”, etc. Amaro (1988: 59) reporta-se igualmente ao uso de hipocóristicos na sociedade macaense, anotando que no século XIX apenas se atribuíam aos indivíduos do sexo masculino. Tais “nominhos”, património legado dos pais para os filhos, podiam, assim, sobreviver durante largas gerações nas árvores genealógicas de cada família.

O mesmo fragmento biográfico reenvia-nos para divisórias juvenis intracomunitárias relativas à configuração da estrutura familiar. Com efeito, alguns jovens inseridos em agregados monoparentais tendiam a relacionar-se entre si por destoarem do modelo ‘tipo’, biparental, prevalecente no seio da ‘comunidade’ portuguesa, e sentirem o peso da discriminação que recaía sobre essa estrutura ‘atípica’. Peso redobrado quando ao monoparentalismo se acoplava o ‘invulgar’ estatuto profissional do progenitor com quem viviam. Segundo os biografados, tal discriminação gerava-se quase sempre no núcleo adulto mais ortodoxo (e não tanto no juvenil), onde era manifesto o desdém por perfis que fugiam a uma pretensa ‘normalidade’ - fossem eles elementos do exogrupo ou endogrupo cultural - pois correlacionavam atipicidade familiar e socioprofissional com rebeldia e “comportamentos desviantes”, na senda de concepções teóricas gizadas em torno da delinquência juvenil como a Teoria da Privação e a tese de “broken home” (Griffin, 1993: 106, 141)¹⁴². Assim se explica o ímpeto de alguns pais para supervisionar as amizades dos filhos visando confiná-las aos ‘semelhantes’ se bem que, com frequência, tais tentativas de reprodução de sociabilidades saíam goradas pela capacidade de agência e resistência dos jovens, facto verificado em outros estudos (Reimer, 1995: 122) e bem patente no depoimento abaixo transcrito.

[...] a Dora, que era filha do Presidente do Leal Senado [...] tinha sido minha amiga desde sempre [...]. [...] a minha directora de turma foi falar com os pais da Dora a dizer que eu era uma má influência [...], porque era muito rebelde [...] e vivia sozinha com a minha mãe [...] então os pais dela proibiram-na de se dar comigo. [...] no 8º ano ela estava em riscos de chumbar, e eu [...] sempre boa aluna, [...] lembro-me que a professora de francês foi falar com os pais [...] a dizer que não percebiam como é que a Dora se dava tanto comigo - o que foi um choque para eles porque ela continuou a dar-se comigo [...]. [...] fez-me muita confusão o facto das pessoas não saberem lidar, por um lado por eu viver numa família que não era normal - eu não tinha lá o pai, portanto a minha mãe devia ser alguma galdéria que estava para lá sozinha, não é? Porque ninguém ia para lá sem o marido, para tão longe com duas filhas (que horror!!!), sem ninguém saber quem era o meu pai [...]. [...] o facto dos pais

¹⁴² Tal conjuntura repercutiu-se negativamente na apreciação da vivência em Macau por parte de uma das jovens interpeladas, facto mais tarde superado quer por via da renovação de presenças portuguesas na sociedade hospedeira; quer através da aquisição do poder simbólico conferido àqueles cujo tempo de vida e de permanência no território já somava alguns anos.

serem importantes, de terem ou não carro com motorista, nessa altura isso fazia sentido e comecei a perceber que ao nível da escola - professores e contínuos - [...] começou a ser um obstáculo eu estar lá só com a minha mãe. [...] de vez em quando havia problemas: [...] a minha mãe estava sempre a ser chamada à escola [...]. E lembro-me de ter sempre isso presente: essa coisa do meu pai é... e a minha mãe é..., no meu caso, isso não se aplicava. Rita

Os comportamentos e sentimentos expressos anteriormente conduzem de forma incontornável à dupla face do comunitarismo em contextos migratórios representada por Alejandro Portes como uma “faca de dois gumes”, “uma rua com dois sentidos, em que os recursos obtidos através dos membros de uma mesma comunidade ou de uma mesma rede social, apesar de serem aparentemente «gratuitos», escondem, de facto, custos implícitos”, afirma o autor na linha do que há já muito notara Simmel (1902; 1964, cf. Portes, 1999a: 19; 2000: 148-149). Por outras palavras, se ao conceito de ‘comunidade’ subjaz o pressuposto de coesão e solidariedade entre conterrâneos - como atestam os biografados a respeito da realidade de Macau - urge complementá-lo com a referência aos indesejáveis efeitos colaterais dessa mesma coesão. Os chamados “custos ocultos da sociabilidade”, expressão de Portes (1999a: 93), cujas “pressões no sentido da conformidade são o preço a pagar pelo apoio da rede étnica”. Pressões tanto maiores, quanto mais fechados, fortes e densos os relacionamentos encetados.

Tais custos, também analisados sob a forma de “capital social negativo” (Portes, 2000: 146-152), objectivaram-se, por um lado, numa acentuada vigilância informal, espécie de “panóptico” - conceito importado de Foucault (2001) - traduzido no rígido controlo normativo e coerção social empreendido por alguns migrantes portugueses aos pares do endogrupo, com vista a fazer corresponder os seus padrões de actuação à ordem valorativa e a convenções tacitamente instituídas. Essa inspecção processava-se mediante olhares intrusos, ubíquos e invisíveis capazes de converter a comunidade portuguesa de Macau num espaço cerrado “(...) vigiado em todos os seus pontos, (...) onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registados, (...) onde cada indivíduo é constantemente localizado (...)” (Foucault, 2001: 163), coartando a liberdade e privacidade individual. Tratava-se da “principal sanção do grupo solidário” para usar as palavras de Moore (citado por Jones, 1999: 9).

[...] havia uma coisa que me desagradava profundamente [...] uma vivência colonialista, [...] em circuito fechado, [...] meter-se muito na vida uns dos outros, fazer intrigas, [...] que era uma coisa de que eu fugi e ao fugir rejeitei um bocado essa vivência do grupo de amigos que era muito restrita. Catarina

Por outro lado, o elevado custo do comunitarismo reflectia-se ainda num ambiente social de intriga e maledicência, não fosse uma parcela dos circuitos de convivialidade alimentada por mexericos e boatos - “depreciações em segredo” como diria Goffman (1993: 203). Mas ao contrário do que Portes sustenta, em Macau tais pressões não afectavam apenas os migrantes portugueses menos distintos, destituídos de meios para enfrentar processos de estigmatização, antes atravessando a generalidade de subgrupos socioprofissionais e etários. Apontou-se quanto muito uma propensa disparidade de género, sendo o feminino um alvo não exclusivo mas privilegiado, tendência também presente em vários estudos sobre o universo juvenil, como o de Griffin (1993: 144) onde se constatou que condutas julgadas ‘normais’ ou aceitáveis se empreendidas por rapazes, classificavam-se de promíscuas no caso das raparigas.

[...] um dia [...] disse: - «Não aguento mais, estou farta disto, [...] as pessoas não podem estar a falar de mim assim!». [...] acho que me mantive um bocado à margem dessas coisas todas porque [...] tinha uma vida porreiríssima, tinha os amigos que eu gostava [...]. [...] a mãe da Sara às vezes comentava que a mãe do não sei quê dizia: - «E a Madalena já tem namorado [...] se calhar até já perdeu a virgindade [...]» [...] as pessoas falavam muito sobre a vida umas das outras, às vezes até podia não ser para dizer mal, mas era uma necessidade [...] lá o que tu vives mais intensamente são as relações humanas [...]. A mim chamavam-me leviana [...]. [...] Com o meu pai também houve alguns problemas no Laboratório e ele demitiu-se entretanto. Madalena

[...] o meu pai era uma pessoa que nunca se irritava, que não dizia palavrões. Macau, quer tu queiras quer não, transtorna-te, e o meu pai, por causa da sociedade, dos conflitos, de problemas que teve [...] exonerou-se do cargo que tinha e que exercia com toda a responsabilidade. Sofia

Morais José (s/d: 11) não se coíbe de frisar a representação partilhada em unísono pelos jovens: “A pequena aldeia portuguesa de Macau é maledicente, porque,

na realidade, ninguém tem nada de verdadeiramente interessante para fazer, isto apesar de estarem todos interessados em amealhar o máximo de dinheiro possível. Somos a classe média administrativa, uma espécie de aristocracia decadente mas sem valores nobres (...). Estamos uns contra os outros, antes de mais, porque até aqui cobiçámos a galinha do vizinho. Vimos a pensar no que deixámos e no que havemos, a dezoito mil quilómetros de distância, de assegurar.” O autor confessa, inclusive, ter sentido “vergonha de ser português” num meio social onde “(...) a divisa parece ser: «quem inveja sempre alcança», na qual a palavra inveja pode ser substituída por outras muito próximas como «intriça», «difama», «escarnece» e outras (...)”, postura que atribui à “pequenez da terra e das cabecinhas”. Postura opressiva cujas consequências, em especial no meio adulto, se manifestaram no desgaste de relações, incompatibilidades profissionais, exonerações e, nuns poucos casos, na antecipação do regresso a Portugal.

A análise do fenómeno da intriga em meio comunitário levada a cabo por Elias e Scotson (2000: 121-133) na obra “Os estabelecidos e os outsiders” é bastante elucidativa da natureza e motivos subjacentes a esta prática, considerada de “interesse colectivo” para os participantes de um dado grupo ou comunidade e cuja estrutura reflecte o conjunto de normas e crenças colectivas aí predominante. Na óptica dos autores, a “fofoca” constitui por vezes um veículo dissimulado de discussão apetecível de temas ou problemas constrangedores para quem os lança e que de outra forma seriam dificilmente abordados, bem como uma forma de entretenimento e diversão para narradores e seus ouvintes. Apresenta-se também como um instrumento de procura de valorização do ‘eu individual’ e/ou do ‘nós grupal’ em detrimento de terceiros (procura tanto mais acentuada quanto maior a insegurança e ameaça que estes geram naqueles), sobretudo quando imbuída de um registo de censura face aos elementos de dentro ou fora do núcleo de pertença que infringem as regras sociais tacitamente aceites. À semelhança de um espelho invertido, a crítica do desvirtuosismo do ‘outro’ transgressor funciona, assim, como um auto-elogio do suposto virtuosismo do ‘eu/nós’ cumpridor. Ademais, acrescentam Elias e Scotson (2000: 124-130), apesar de os mexericos puderem despertar, nos indivíduos sobre os quais recaem, sentimentos de rejeição, colaborando, de facto, e com frequência intencionalmente, para que a exclusão social suceda; desempenham, em simultâneo, um papel inclusivo, quer no sentido em que animam e reforçam (por oposição) as relações de proximidade estabelecidas entre os elementos tidos como “virtuosos”; quer porque fazem apelo, por

via do controlo e coerção implicados, à adequação aos padrões normativos, valorativos e estilos de vida comunitários que asseguram a coesão dos seus membros.

Ainda no âmbito das divisórias intracomunitárias juntam-se, por fim, aos anteriores, separadores disposicionais. Se bem que as fronteiras associadas à idade, escola e ano escolar frequentado promovessem como que a primeira triagem para a formação de subgrupos juvenis, estes compartimentavam-se um pouco mais a partir de disposições comuns objectivadas em interesses, práticas, consumos e opções estéticas específicas, em suma, expressões simbólico-culturais diferenciadas e diferenciadoras cujos rótulos hetero-conferidos consubstanciam (Livolsi, 1989: 42; Pais, 1996a: 93-95; 2001): “betinhos” (eram de todos os que exibiam um visual mais cuidado, revelando apetência por desportos tradicionalmente distintivos - ténis, vela e equitação); “motoqueiros” (com uma dominante representação masculina, tinham nos motociclos a sua imagem de marca identitária e manifestavam atitudes provocatórias); “vanguardas” (vestiam-se de preto, ouviam música jazz e “alternativa”, fumavam marijuana e haxixe, apreciavam cinema europeu, literatura, artes plásticas e visuais); “*freaks*” (cultivavam uma estética despreocupada e um estilo de vida boémio à semelhança daquele reportado à geração *beat*¹⁴³ - alguns deles inspiravam-se em obras de escritores consagrados como Kerouak e Getwix - consumindo como os “vanguardas” drogas leves e revelando igual apreço por “cultura cultivada”; “marronas” (raparigas estudiosas, de conduta exemplar); “surfistas” (adeptos de *surf* sem o praticar em Macau dada a inexistência de ondas, importavam de Portugal e outros países a estética associada a esse grupo de referência ao nível do tipo de corte e tom aclarado de cabelo, a par do uso de roupas desportivas).

Nós, o meu grupo, acho que éramos os únicos que andavam por lá com as câmaras a passear. [...]. Os macaenses gostavam de carros. [...]. [...] éramos um grupo mais ou menos grande. E na altura éramos chamados de vanguardas. [...]. Vestíamos-nos de preto e - espero não chocar ninguém - fumávamos ganzas. E havia um grupo de gajos que de vez em quando nos queriam bater porque nós éramos vanguardas. [...]. Era esse pessoal das motas e tal. Eles embebedavam-se e depois queriam andar à porrada. Tomás

¹⁴³ Subcultura juvenil com acentuada visibilidade nos anos 50, caracterizada por uma vivência boémia em muito preenchida por viagens “on the road”, assim como por uma postura de rebeldia adversa às normas sociais instituídas e à cultura dominante (Feixa, 1993: 106).

Tomando em consideração a análise efectuada, é de concluir o presente subcapítulo tecendo três comentários. Em primeiro lugar, os subgrupos de jovens portugueses formados em Macau, assim como as práticas, estilos e disposições abraçadas, nem sempre foram estruturados pelo eixo 'classe social' na linha do que se observa noutros contextos juvenis. Jovens, contemporâneos, cujos pais ocupavam cargos profissionais de idêntico nível estatutário e remuneratório participaram em distintos subnúcleos de convivialidade, revelando diferentes interesses e opções estilísticas; da mesma forma que certos círculos juvenis integraram indivíduos com recursos socioeconómicos algo diferenciados (apesar das variações não serem percebidas como relevantes), unidos pela partilha de preferências lúdicas, estéticas ou outras, facto também registado nas reflexões de Reimer (1995: 138-144) sobre práticas e consumos da população jovem.

Em segundo lugar, constatou-se que ao longo da estadia em Macau as disposições dos jovens se alteraram com a idade; transformações nas suas condições de vida; mudanças nos níveis de capital escolar, cultural e económico; a influência de pares e a reciclagem anual do colectivo juvenil português; a diversificação e aumento da oferta cultural no território; em conjunto com a introdução de novas modas chegadas de Portugal e de outros cantos do mundo. Razão pela qual nem todos se mantiveram fiéis aos mesmos círculos de sociabilidade - que também se (des)faziam - nem tão pouco às mesmas preferências em matéria de actividades lúdicas e apropriações simbólicas.

[...] havia pessoas que me interessavam pelo facto de serem misteriosas, [...] discretas e *low profile* e cada vez mais essa ideia me encatava [...], eram as pessoas a quem eu não chegava porque me achavam uma tonta [...]. [...] de repente mudei completamente de vida [...] nessa altura então já estava lá mais gente, já era mais fácil a pessoa passar despercebida. Também deixei de me chamar Quica para passar a chamar-me Rita. [...] a minha relação com Macau melhorou bastante porque consegui afastar-me um bocado desse lado mais pequenino de confusão [...]. Rita

[...] eu tive várias fases de melhores amigos em Macau [...], porque as pessoas que estiveram lá no início não ficaram os quatro anos [...]. [...] muitas das pessoas que estiveram em Macau não chegaram [...] e não se foram embora todas na mesma altura. As pessoas foram chegando, foram-se indo

embora, estavas lá a meio, ao fim de dois anos e vinha uma pessoa nova, depois as pessoas que tinham começado contigo iam-se embora, [...] por isso houve sempre um grande movimento dos portugueses. Sofia

Tal renovação, notória na trajectória de Rita, estendeu-se, inclusive, ao investimento numa nova apresentação e representação de si. Identificada por um diminutivo ao longo de quase toda a estadia na sociedade hospedeira, no último ano a jovem optou por substituí-lo pelo nome próprio, substituição acompanhada de uma estratégica alteração do modo de ser, estar e viver no território, a partir de então consonante com aquele exibido pela 'alteridade', ou seja, por jovens cujo estilo venerava e dos quais contava obter respeito e aceitação dado o contributo positivo dessa pertença grupal para a sua identidade (Goffman, 1993: 93; Tajfel, 1978: 64). Recorreu, assim, a um processo de "socialização antecipatória" já atrás explicitado.¹⁴⁴ "Eminentemente relacional e interactiva perante a crescente complexificação das sociedades, a identidade moderna mostra-se contingente e remete-nos para uma estrutura pessoal, afectiva e cognitiva que é progressiva e continuamente (re)construída pelos sujeitos" afirma Fortuna (1999: 24), posição que incondicionalmente partilhamos e tivemos oportunidade de invocar na problematização teórico-conceptual.

Por fim, as narrativas escrutinadas indicam que nem as fronteiras etárias, escolares, sociais, culturais, disposicionais ou outras percebidas no interior do segmento juvenil português - objectivadas na vinculação dos jovens a distintos núcleos sociabilísticos; à adopção de uma dada imagem ou estilo; à eleição de determinadas práticas de lazer - nem mesmo a vigilância e sanção social exercidas sobre (e pelos) conterrâneos, fizeram os jovens portugueses perder o forte sentido de comunhão identitária e pertença comunitária, de uma forma geral por todos eles partilhado.

¹⁴⁴ Opção que, a avaliar pela sua narrativa biográfica, terá estado relacionada com a intenção de se demarcar de um passado com o qual deixara de identificar-se e de assinalar um novo subcapítulo de vida. No presente, só os que a conheceram em Macau por um "nominho" a identificam dessa forma.

7. Intercâmbios culturais: referências simbólicas, práticas e consumos

Tanto as narrativas de vida analisadas, quanto a documentação histórica, antropológica e sociológica consultada, apontaram para a ausência de uma vivência social comum expressiva entre os migrantes portugueses e os habitantes de Macau, sobretudo chineses, fruto dos factores políticos, históricos, sociais e culturais atrás escrutinados. Para muitos dos oriundos de Portugal, o contacto com as expressões culturais locais, longe de concebido como proveitoso e enriquecedor constituía, usando as palavras de Hannerz (1990: 243), “um custo necessário a manter tão baixo quanto possível”, já que procuravam no projecto migratório pouco ou nada mais do que “home plus” e “higher income”. Sintetizando, “uma casa de substituição é novamente criada com a ajuda de compatriotas, em cujo círculo o indivíduo se torna encapsulado”. Mas este gregarismo vai muito além do arco temporal estudado. Segundo a antropóloga Ana Maria Amaro (1997: 51) aqueles que desde o século XV acercaram o território tenderam a “(...) formar pequenos grupos de vincado etnocentrismo quase sempre mal disfarçado”, corroborando os relatos partilhados por quase todos os biografados.

[...] há portugueses que viveram em Macau ignorando completamente os chineses, desprezando-os até [...] tratando os chineses como chineses. [...] que não se integraram em Macau e que não aceitaram a cultura chinesa. [...] havia pessoas que assim que tinham oportunidade vinham de férias a Portugal que não participavam nas [...] tais manifestações culturais, não faziam questão de ir ao Ano Novo chinês, [...] de ter a laranjeira à porta de casa [...]. Sofia

[...] há pessoas que foram a Macau e que se calhar nunca passaram as Portas do Cerco para ir à China, [...] é só chegar ao fim da rua, carimbar o passaporte e passar para a China, [...] há pessoas que nunca se integraram, que nunca conseguiram compreender nem a maneira como os chineses viviam, nem os paladares [...], foram só por motivações económicas. Domingos

Separados por quase dois séculos é interessante notar que os excertos acima transcritos assemelham-se às observações registadas por Eça de Queirós (1997: 39-40) sobre os muitos estrangeiros que desde tempos remotos visitaram a China revelando enorme falta de apetência para descobrir o país nas suas mais diversas vertentes - geográfica, social e cultural. “Viajantes que se tenham alongado para o centro da

China, e observado alguns modos e costumes das classes cultas, e espreitado aqui e além, através das fendas das portas, um pouco da vida íntima, da família, das ideias, das crenças, podem ser contados pelas pontas dos dedos. Os próprios residentes estrangeiros de Pequim, formando o pessoal das legações, não penetram na sociedade chinesa, vivem enclausurados dentro dos muros das residências, como os antigos judeus nos ghettos, e só se familiarizam com os aspectos externos, ruas, lojas, frontarias de templos e perpassar das multidões”, anota o escritor.

Contudo, como frisado na reflexão teórico-conceitual, a preponderância de uma modalidade ‘tipo’ de adaptação dos migrantes ao meio receptor - pendendo no caso em análise para o comunitarismo, ou seja, para o “reforço da etnicidade” em matéria de sentimentos de pertença, eixos de identificação simbólico-culturais e sociabilidades - não significa que esse padrão seja exclusivo, amiúde compatibilizando-se com práticas assimilativas em certos domínios; absoluto, uma vez que a sua intensidade pode variar, oscilando entre os níveis forte, médio e fraco; temporal e contextualmente estável, dada a possibilidade de sofrer mudanças no decurso do ciclo migratório e biográfico, bem como consoante os diferentes contextos ou situações em que os migrantes se encontram. Também não se estende necessariamente à totalidade de elementos associados a uma população migrante e ao conjunto de esferas sociais: por um lado, opções individuais e tendências colectivas dominantes nem sempre coincidem; por outro, diferentes dimensões da sociedade são investidas de processos integrativos distintos (Pires, 1993: 103; Machado, 1992: 124; 1994: 117; 2002: 32).

Se a longa presença dos portugueses em Macau não foi indiferente a uma parcela da população local, facto que a sua participação em alguns subsistemas portugueses e respectiva apropriação de signos de portugalidade, seja por razões instrumentais, relacionais e afectivas, ou outras (curiosidade, abertura a novas experiências e referências) confirma, o mesmo se aplica a uns quantos portugueses ali estabelecidos face aos signos de asiaticidade. Isto é, práticas e expressões simbólicas reportadas à sociedade hospedeira, com as quais permaneciam em contacto regular num espaço público confinado a 16 Km² em 1980 e a pouco mais de 20 km² na década de 90 (Ngai, 1997: 61) - delas não podendo alhear-se por completo, ainda que fosse esse o desejo inconfessado de muitos. Daí o recurso ainda que funcional a serviços locais, a participação em algumas vivências do ‘exogrupo’ e a socialização espontânea e informal à luz das mesmas, em conjunto com a incorporação de referências a ele associadas, ao que Portes (1999a: 97-108) chama “assimilação segmentada”.

Encontramo-nos, por isso, em plena sintonia com Pena Pires (2003: 95) ao concluir que “enquanto suporte da transição entre ordens sociais constitutiva do processo migratório, o carácter centrípeto das fases iniciais da integração não impede, por si só, a possibilidade de uma progressiva inclusão em quadros de interacção autóctones. Em primeiro lugar, porque, nas sociedades modernas desenvolvidas, a autonomia nos quadros de interacção da população imigrante é limitada pelo carácter sistémico alargado das componentes mais instrumentais da vida social, quer no plano económico quer no plano socioinstitucional (escola, saúde...). Em segundo lugar, porque a aprendizagem social entretanto realizada facilita a progressiva inclusão em novos espaços de sociabilidade”.

7.1 Nacionalidade e nomes pessoais

A obtenção de nacionalidade e passaporte portugueses por parte de uma vasta camada da população local consta como uma das mais relevantes apropriações de signos de portugalidade. Em 1991 as estatísticas oficiais davam conta de 101.245 registos num total de 355.693, aproximadamente 28,5%, quase um terço dos residentes no território (Santos e Gomes, 1998: 70-71, 156, 168)¹⁴⁵, quantitativo alargado para 110.000 em 1999 (Fernandes, 2000: 7). Se se subtraír do conjunto os cerca de 10.000 luso-descendentes (portugueses naturais de Portugal e/ou de Macau), mantêm-se elevada a cifra de cidadãos locais detentores de nacionalidade portuguesa.

Contudo, à semelhança da assimilação linguística, associa-se esta prática não tanto a um sentido de pertença afectivo-relacional a Portugal e à lusofonia, antes a uma ligação utilitária motivada pelos decorrentes benefícios - probabilidade acrescida de acesso a um lugar na Administração pública¹⁴⁶ e autorização para sair do território

¹⁴⁵ Em finais dos anos 90, Rocha (1997: 50) referia um somatório idêntico por relação aos detentores de passaporte português, mas outras fontes apontam totais diferentes: Maltez (1998: 208) anota 180.000; Lima (1999: 242) 80.000. Acrescente-se, quanto à posse de nacionalidade portuguesa por parte da população de Macau, que os dados dos Censos de 1991 foram recalculados mais tarde pela Direcção de Serviços de Estatística e Censos, passando a aplicar-se o princípio *jus sanguinis* da lei da nacionalidade chinesa em detrimento do *jus solis* da lei portuguesa, daí resultando apenas 3,36% de indivíduos integrados naquela categoria, percentagem bastante inferior à já registada. Ainda hoje polémica, a questão da nacionalidade levantou inúmeros problemas quando das negociações que precederam a transição de poderes sobre Macau porquanto o governo chinês recusou a atribuição de dupla cidadania aos chineses e macaenses naturais do território, coagindo-os a optar por uma delas (Silva, 2004: 18-19).

¹⁴⁶ Confirma-o o estudo de Barreto (1989: 357-359) sobre o número de efectivos da Administração, no qual se apurou que em 1988, 8.458 funcionários detinham nacionalidade portuguesa (73,6% do total): desses 6.515 eram naturais de Macau, 1.311 de Portugal e 198 da China.

(Amaro, 1997: 15, 51; Santos e Gomes, 1998: 167; Cabral e Lourenço, 1992: 17; Silva, 2004: 18-21). Vinculação objectiva e subjectiva encontram-se, assim, dissociadas.

Referiu-se, em paralelo, a lusificação de nomes chineses empreendida voluntariamente por alguns jovens e adultos locais. Designados de 'aliases', consistiam na tradução fonética das identificações dos indivíduos para outra língua, com vista a facilitar as relações interpessoais e evitar equívocos dada a extrema dificuldade em pronunciar correctamente os vocábulos chineses. Idêntica conversão, desta feita para inglês, ocorria em Hong Kong e em certas zonas turísticas da China continental¹⁴⁷. Segundo Cabral e Lourenço (1993a: 193) diversos macaenses também recorriam ao uso de um 'aliás' chinês embora estes não o concebessem "(...) como uma fonte de identidade própria, mas sim como uma forma de sociabilidade e de deferencialidade para com os seus anfitriões chineses".

Estima-se que os detentores de um 'aliás' português em Macau encontravam-se algo familiarizados com as referências culturais lusófonas e/ou detinham maior proximidade aos migrantes portugueses (Hongzhao, 1996: 691), integrando o parco somatório de falantes da língua de Camões - funcionários públicos ou indivíduos com aspiração a tal, a par de estudantes locais inscritos em escolas portuguesas; bem como uma parcela dos católicos radicados no território - à volta de 7% - os chamados "cristãos novos" cujo número foi crescendo desde os anos 60 do século XX (Cabral e Lourenço, 1992: 15; 1993a: 65). "Se os chineses se isolaram e fecharam, em grande parte, aos padrões do Ocidente, em Macau, foram muitos, ao longo dos séculos, aqueles que se converteram ao Catolicismo. Estes eram obrigados, então, a sujeitar-se aos novos padrões culturais dos europeus. Era-lhes exigido que passassem a usar novos nomes, novos trajes, e a seguir novos modos de vida, e até de pensar" anota Amaro (1997: 31).

Mais recentemente, isto é, nas duas décadas em estudo, libertos de uma aculturação forçada aos signos de portugalidade ou a outros presentes em Macau, os habitantes chineses e macaenses tendiam a tirar partido da diversidade cultural do território servindo-se dela em função do dinamismo dos seus vínculos, relações, afectos, interesses e necessidades: frequentavam templos e igrejas (os católicos, por exemplo, casavam pela igreja sem deixar de festejar o evento à luz da tradição local); recorriam à medicina clássica e 'alternativa'; visitavam restaurantes chineses,

¹⁴⁷ Num estudo sobre etnicidades juvenis no Reino Unido, Back (1996: 65) observou o mesmo da parte de jovens anglo-asiáticos.

macaenses, portugueses e outros; participavam em celebrações nacionais, locais e lusófonas. Refira-se, inclusive, a inserção de chineses no rancho folclórico da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau (ATFPM) (Silva, 2004: 60). Análoga mescla de referências, práticas e consumos estendia-se a uma parcela dos migrantes portugueses presentes, jovens e adultos. Os progenitores dos biografados, assim como os jovens em início de carreira que, por via da profissão exercida, interagiam regularmente com a população chinesa (juristas, profissionais de saúde, jornalistas) convertiam, de igual modo, para língua chinesa o seu nome e morada laboral, inscrevendo-os em cédulas profissionais, cartões-de-visita e anúncios de jornal para agilizar o contacto interpessoal, mostrar abertura e interesse no interface e multiplicar as hipóteses de atrair novos clientes (cf. imagens anexas). *Ká Loi ci* constitui o “aliás” chinês adoptado por uma jovem advogada portuguesa que viveu mais de uma década em Macau, sendo ainda hoje consultada por chineses ali residentes e em Hong Kong.

7.2 Terapias ‘alternativas’ e crenças populares

No domínio da saúde e do bem-estar físico e espiritual, referiu-se a adesão de migrantes portugueses à prática de *Tai-Chi* nos jardins de Macau, à imagem de inúmeros residentes locais a quem se juntavam. Em adição, se a presença de médicos e enfermeiros provenientes de Portugal assegurava, no território, um acompanhamento idêntico ao que fruiriam no país, tal não os desincentivou de recorrer à acupunctura, massagens, plantas medicinais, mezinhas e bálsamos para tratar maleitas várias, motivados pela curiosidade, influência de terceiros, genuína confiança nesses serviços e, inclusive, troca de favores. Usavam-nos em exclusividade ou complementaridade com os tratamentos convencionais e, se eficazes, passavam a integrá-los nas suas matrizes de referência, quer durante a estadia no meio hospedeiro, quer após o regresso a Portugal, divulgando-os no seio das respectivas redes de interconhecimento.

[...] eu parti um pé, tive uma ruptura de ligamentos e o pai dessa rapariga [...] queria ajudar-me [...] porque queria pedir ao meu pai um emprego para a mulher dele [...].[...] eu ia lá todos os dias, durante para aí duas semanas,

fazer o tratamento ao pé com aqueles produtos do quente e frio [...] assim com uns cheiros mesmo característicos chinês, [...] tipo *Tiger Balm* [...]. Madalena

Acupunctura sei que a mãe de um amigo meu fazia, tinha um médico todo ‘xptó’, daqueles que eram tipo do exército chinês [...], tinha a categoria última do Kung Fu e para além disso era endireita!!!! E o gajo fazia-lhe assim [ilustra expressivamente]...esticava-a, dava-lhe massagens, tratava das minhas lesões e desse meu amigo. Uma vez tive um pé magoado e [...] resultou!!!! Duarte

A minha mãe e o meu pai faziam [*Tai-Chi*] e eu gostava de ir ver. Iam para o Jardim de São Francisco, fizeram durante muito tempo [...]. Alice

Em matéria de cultura popular, a despeito das múltiplas credices abraçadas por diversos habitantes de Macau terem despertado sensações de estranheza ao grosso dos migrantes portugueses, muitos, independentemente do género, idade e/ou estatuto socioprofissional, deixaram-se contagiar. Recorriam às premonições de adivinhos, acatavam conselhos de mestres de *Feng-Shui*, usavam amuletos ou objectos decorativos à luz da simbologia popular chinesa, entre exemplos adicionais. Uns, por interesse na diferença cultural e/ou pelo folclore associado aos signos e rituais observados; outros, sobretudo os que se relacionavam com chineses e macaenses nos quotidianos laborais, por respeito às suas crenças; outros ainda por mera conveniência dados os proveitos potenciados pela sintonização com certas matrizes culturais locais; havendo, para além dos anteriores, quem fizesse mesmo fé nos presságios associados.

A minha mãe [...] estava no serviço e dizia às funcionárias que tinha que fazer qualquer coisa e elas diziam: - «Ai Dr.^a não faça porque só dá sorte fazer no dia X, às tantas horas e se estiver bom tempo e se o sol estiver raiado» e a minha mãe acabou por passar a conviver e a respeitar [...] o espaço que a envolvia e onde se inseria profissionalmente e humanamente todos os dias. [...] acabava por cumprir um bocado aquilo que seria a regra cultural. Sofia

[os meus pais] iam com a intenção de tomar a sério as indicações e recomendações do mestre de *Feng-Shui*. [...] a dada altura ele disse ao meu pai que ele tinha que cortar a barba mas deixar o bigode, e ele lá cortou a barba e deixou o bigode. E o escritório dele... foi lá ver e tinha que pôr um espelho [...] e ele punha. [...] ele dizia «*Why not?*» Porque isso é importante [...] se

tens clientes chineses e se tens esses pequenos símbolos, eles também se sentem mais confiantes, fazia parte do *package* e o meu pai é ateu e completamente céptico. Era um bocado aquela, pelo sim, pelo não... Catarina

[...] muita gente relacionada com negócios e empresas - chineses com certeza - mas mesmo os portugueses já se costumavam a habituar e antes de terem de tomar alguma decisão qualquer importante na sua vida iam sempre ao bruxo ou à bruxa, ou aos que liam as mãos... e pessoas com altos níveis culturais [...]. Mas conheci muita gente lá em Macau que consultou esse tipo de coisas, até por uma questão de curiosidade, de ir ver como é. João

Também neste domínio os macaenses, tradutores intérpretes por excelência, assumiram um papel privilegiado na introdução dos portugueses a algumas dessas práticas e na intermediação aos conselheiros. “Mostrando a sua lendária capacidade de adaptação, os portugueses foram rapidamente convertidos às manias macaenses. Nos períodos de maior aflição o negócio dos bruxos é um vê se te avias”, escreve Moraes José (s/d: 25, 56) confirmando a predisposição notada pelos jovens interpelados.

7.3 A esfera cultural e do lazer

A apropriação de referências culturais do ‘exogrupo’ por parte dos migrantes portugueses terá adquirido particular visibilidade na esfera pública do lazer. Foi, aliás, neste campo, que os jovens biografados mais contacto tiveram com vivências locais - nos jardins de Sam Cat Shoun, São Francisco e Lulimiock, em templos, miradouros, mercados, lojas, praias, salões de jogo, restaurantes, tascas, esplanadas, discotecas, entre adicionais palcos de entretenimento diurno e nocturno apartados em maior ou menor grau do centripetismo da socialização formal na qual estavam enredados - em larga medida devido à prevalência do exterior face à domesticidade em termos de ocupação dos tempos livres, práticas lúdicas e convívio¹⁴⁸. Cultivavam, sempre que

¹⁴⁸ A análise dos modos de entretenimento dos jovens portugueses em Macau baseou-se na tipologia de usos dos tempos livres construída por Pais e outros (1994: 70) a partir de uma matriz de Lalive D’Epinay assente em três critérios basilares: o lugar, privado (interior) ou público (exterior), onde as actividades são empreendidas; o nível de envolvimento e investimento dos indivíduos na concepção das mesmas, predominantemente activos (protagonistas e interventivos) ou passivos (receptores e cujo grau de intervenção é reduzido ou nulo); por fim, a configuração prevalecente da actividade desenvolvida (as mais das vezes híbrida), seja ela vocacionada para a sociabilidade, expressividade ou informação.

possível, uma vida e sociabilidade de rua, privatizando-a, na senda do que vem sendo observado noutras pesquisas sobre juventude (Pais, 1990b: 623-624), e convertendo-a num “lugar praticado” como diria Certeau (2000: 202). A pequenez do território, os elevados níveis de segurança urbana, a liberdade auferida, o grupalismo das amizades e as aprazíveis condições climatéricas durante quase todo o ano a isso convidavam, revelando que as opções por certas formas de entretenimento a desfavor de outras sofrem a interferência não só de variáveis convencionais como a idade, género, estado civil, condição perante o trabalho, posições sociais e disposições pessoais, como também das infraestruturas disponíveis, em conjunto com as características do contexto de acção que as enquadra, físicas e socioculturais (Pais, 1990b: 640; Lopes, 1997: 51-53) e cuja relevância no presente estudo obrigou a contemplar.

Nós em Macau também fazíamos muito uma vida de rua, passávamos horas e horas nos jardins, toda a gente tinha mota por isso havia muita facilidade em teres mobilidade, o táxi também era muito barato [...] tínhamos uma vida muito livre, era uma vida muito desprendida, [...] depois havia muito aquela coisa de nos conhecermos uns aos outros - portugueses [...]. Sofia

Uma das coisas que tanto eu como os jovens da altura acabámos por encontrar em Macau, foi ter uma liberdade tal que a casa nunca foi uma coisa muito importante: passávamos muito pouco tempo em casa, ficávamos até altas horas da manhã a cirandar por Macau e a passear pelos jardins, pela baía. Domingos

À excepção dos equipamentos desportivos existentes, fruto do avultado investimento governamental no desporto - prioridade espelhada, em complemento, na atribuição de subsídios às franjas mais carenciadas da população para a prática gratuita de certas modalidades (Zhiliang, 1993: 601) - infraestruturas de lazer como parques de diversão, salas de espectáculo e exposições, bares e discotecas, eram inexistentes ou escassas até meados dos anos 80. As propostas de entretenimento permaneciam, no essencial, direccionadas à coorte adulta - casinos e clubes nocturnos de hotéis (Ngai, 1997: 72). Aos poucos a oferta de espaços e eventos aumentou e na década de 90 o território dispunha do Fórum Macau (cultural e desportivo) construído em 1985, bem como de três salas de cinema: o Jai Lá, onde os filmes eram legendados em chinês; a dos padres Salesianos, pautada por uma programação “conservadora e censurada”; e o Cineteatro que apesar de privilegiar a divulgação das produções de Hollywood,

organizou em 1991 um ciclo de “Cinema de Qualidade” dedicado ao cinema europeu. No domínio da música, além dos espaçados concertos de música ligeira e *pop/rock* português e estrangeiro, realizavam-se pontualmente espectáculos de música clássica, jazz e ainda óperas chinesas aos quais os migrantes acorriam. Ainda assim, as críticas sobre a deficitária oferta de “cultura cultivada”, em quantidade e qualidade, foram consensuais.

[...] teatro praticamente não existia, [...] cinema, o que existia, era controlado pela Igreja e os filmes [...] eram censurados. [...]. Eu lembro-me de em 83 se ter feito um ciclo [...] onde foi passado “o Kilas o Mau da Fita” [...] e foi um choque para a comunidade macaense, porque no filme diziam-se asneiras. Era uma sociedade muito [...] conservadora. Domingos

Tal escassez conduziu muitos jovens portugueses a tirar partido de aspectos dos quotidianos da população chinesa e macaense como matéria-prima para, sob a forma de actividades de lazer com fins “(auto)expressivos” (Conde, 1996b: 122), romperem com as suas próprias rotinas. Atestam-no as crónicas, histórias e poemas publicados em revistas escolares e jornais (cf. imagens anexas); as letras de músicas compostas e tocadas por aqueles que formaram grupos amadores; os vídeos caseiros realizados, a par das fotografias e quadros exibidos em mostras de artes plásticas e visuais, actividades propiciadoras de diversão e evasão, concorrendo em concomitância para o seu desenvolvimento pessoal, função há muito salientada em estudos sobre o lazer (Pronovost, 1993: 39; Dumazedier, 1962: 26-28). Por meio delas apropriavam-se de fragmentos da realidade habitada, exteriorizando sentimentos face à mesma fossem eles curiosidade, admiração, estranheza, surpresa, solidão, ou outros, imprimindo nessas “artes de fazer” marcas de vivências, trajectórias e identidades pessoais e sociais (Certeau, 2000).

Realidade cuja diversidade cultural mostrou-se, na óptica de alguns biografados, particularmente profícua ao estímulo de disposições criativas que, noutras plataformas de acção, poderiam, porventura, ter permanecido latentes. Tanto mais quanto, por um lado, os rendimentos familiares permitiam que a maioria adquirisse os suportes tecnológicos, audiovisuais, cénicos e musicais necessários à criação; por outro, o capital social possuído no seio da ‘comunidade’ portuguesa favorecia o acesso fácil a “mecenias” (institucionais e individuais) dispostos a apoiar tais processos de produção e

divulgação através de múltiplas vias - disponibilização de espaços, apoios financeiros, atribuição de prémios, publicitação nos *media* portugueses do território, aquisição de peças de arte, entre outras garantias clientelares e de sustento comunitário. Apoios vistos como de excepção face à precariedade do panorama de financiamento, dinamização e suporte de iniciativas culturais que os biografados conheciam em Portugal, pautado pelo “malthusianismo da criação”, expressão de Michel de Certeau (1995: 201-202). Macau representou, por isso, muito mais do que um espaço de consumo ou de recepção passiva de programas lúdicos, uma vez que diversos elementos do colectivo juvenil português assumiram razoável protagonismo e envolvimento nas formas de entretenimento desenvolvidas, direccionadas para a sociabilidade, evasão, aventura, expressividade e criatividade, tendo como fonte de inspiração ou pano de fundo a sociedade hospedeira.

[Em Macau] Ia para a rua filmar. Tinha duas amigas que andavam a tirar o curso de fotografia e gostavam de tirar fotografias. Tomás

A apropriação de expressões culturais reportadas ao meio de acolhimento através do lazer concretizava-se, em simultâneo, no âmbito da visita regular a tascas e restaurantes chineses (Xangai, perto da praia de Axa, Vencedora, Oriental, Lorcha, Micado, Caixote do Lixo¹⁴⁹); macaenses (Pinóquio, Galo, Solimar), indianos, japoneses, filipinos, coreanos, vietnamitas, tailandeses e paquistaneses. Testavam ementas variadas, substituíam os talheres por *fait-shis* (pauzinhos), bebiam cerveja Tsing Tao, Saquê (bebida alcoólica originária do Japão), *lemon-chá* ou chá. Nestes contextos iam além da funcionalidade social da assimilação cultural, rompendo com a “resistência à experimentação”, termos de Jackson (1991: 115), e tornando seus pedaços da cultura ‘local’, antes atribuídas ao ‘outro’ asiático.

[...] os meus pais tentaram sempre evitar isso, ambientes só de portugueses, eles gostavam mais [...] [de estar] ligados ao meio onde estão inseridos e não estar sempre a comer a comida portuguesa, porque lá era o que se comia. [...] gostávamos mais de variar, ir ao japonês e ao tailandês e experimentar coisas novas, [...] queríamos aproveitar ao máximo aquela experiência porque não ia acontecer outra vez. Alice

¹⁴⁹ Nome inspirado no facto de os clientes terem de se levantar para afastar as mesas e cadeiras dispostas na rua sempre que o carro do lixo passava.

Ao fim de dois anos [...] lembro-me de ter pena de não ter começado a aprender chinês, [...] comecei a amadurecer e [...] a perceber que era uma experiência única e uma oportunidade única de conhecer um povo que é muito diferente de ti e aí comecei a ter uma curiosidade [...], a tentar entender um pouco [...] a religião Budista, [...] os hábitos mesmo deles, que realmente eram diferentes dos nossos. [...] o facto de tu deixares de estar só no circuito dos portugueses [...] e começares a ir almoçar aos sítios onde os chineses almoçam [...], começares a perder-te mesmo na zona mais chinesa e pensares: «- Agora vi aqui este sítio onde eles estão a servir [...] este Shaumin, [...] vou-me sentar aqui nesta mesa, nestes bancos, tudo porco e vou experimentar, [...] só há chineses à minha volta [...], vou comer com os pauzinhos [...]» Teresa

Com os meus pais fomos apenas uma vez a um restaurante desses mesmo chinês, em que só tinha o menu em chinês e o meu pai pediu a um colega dele chinês para escrever uns pratos em chinês. [...] mas depois nunca mais porque comemos umas coisas muita estranhas. Tomás

Acresce ainda a frequência assídua de casas de máquinas (destacaram-se as do Edifício Sítio e do Hotel Lisboa), revelando pelo jogo uma afeição idêntica à dos pares chineses e macaenses¹⁵⁰. Disposição sem distinção de género no seio do segmento juvenil português - apesar da tradicional associação ao universo masculino; e intergeracional, já que extensível aos portugueses adultos, pese embora a preferência destes por outro tipo de jogos (*Bridge, Mahjong*) e de locais para jogar (caso do bingo e dos casinos igualmente visitados por jovens mais velhos). Entretenimento, diversão, competição, evasão e o fito de ganhar a sorte para investir em viagens e/ou bens de consumo figuravam entre os principais móbeis para jogar.

[...] nós chegávamos a ir para as máquinas muito pequeninos, portugueses e chineses. Havia uma casa de máquinas por de trás da Rua do Campo, mas há tantos, tantos salões de jogos que é uma coisa impressionante. [...] há um grande salão de máquinas no Hotel Lisboa e nós chegávamos a passar lá uma tarde inteira de Sábado, desde o fim do almoço, quando nos encontrávamos, até irmos jantar cada um para sua casa e éramos capazes de gastar nessa altura umas 100, 200 patacas [...]. Era o dinheiro que nós tínhamos, era tudo para

¹⁵⁰ O Tétris, Mário Bros, Streetfighter, Grande e Pequeno e as *slot machines* eram os jogos de eleição.

rebrantar nas máquinas, era impressionante. 100 patacas são 10 Euros, gastar isso com oito anos nas máquinas é muito dinheiro. João

[...] tenho amigos meus que ficaram completamente, idiotamente viciados nos jogos do casino e também íamos muito às casas de máquinas. Duarte

A despeito do propenso desconhecimento do significado e simbolismo atribuídos pelos autóctones às festividades populares celebradas ao longo de todo o ano em Macau, Hong Kong e demais territórios chineses - a que autores como Castanheira (2000: 59-60) se reportam - quase todos os portugueses compareciam nos eventos, apropriando-se de certos rituais cumpridos pelos pares chineses e macaenses. Aliciados pela vertente estética, lúdica e espírito de confraternização subjacentes, em conjunto com o sentido de cortesia e ‘dever moral’ ligado às lógicas de boa convivência e autoridade tacitamente instituídas¹⁵¹, participavam na Festa do Bolo Lunar deslocando-se a jardins e às praias de Coloane sob o pretexto de admirar a lua, transportando lanternas de papel; e marcavam presença nas Corridas dos Barcos Dragão, enquanto assistência ou competidores, os últimos integrando equipas formadas por colegas macaenses e chineses ou aquela representativa da Casa de Portugal. Por altura do ano novo chinês, celebrado entre Janeiro e Fevereiro numa data móvel decretada pelo calendário lunar, algumas famílias portuguesas cumpriam a tradição local adquirindo laranjeiras anãs, as crianças e jovens rebrtavam panchões (foguetes) e solicitavam *lâi-sis* aos adultos - oferendas em dinheiro guardadas em envelopes vermelhos - através da ladainha: *Kung Hei Fat Choi lai see dao loy*/Bom ano Novo! Dás-me um *lâi-si*? (cf. figura anexa).

Kung Hei Fat Choi lai see dao loy [...]. Os chineses ofereciam *lâi-sis* uns aos outros [...] e para nós era uma maravilha, fartávamo-nos de fazer dinheiro [...]. Era giro porque os próprios pais e amigos começavam também a oferecer *Lâi-sis*, não entre si, mas aos miúdos como se fosse mais uma prenda. Tomás

¹⁵¹ Segundo Fornäs (1995: 8), as relações de poder entre indivíduos assentam em diversas dimensões, “permanecendo umas relacionadas com as hierarquias que derivam de categorias sociais como o género, idade, classe e etnicidade e outras conectadas com dois grandes sistemas - o Estado e o mercado - que, através de meios burocráticos ou económicos, accionam vários graus de influência sobre as instituições por meio das quais as pessoas vivem e são socializadas.”

Por curiosidade as pessoas acabam sempre por ir atrás [...] quando veem a banda passar e acabam [...] por participar e de ir meter também o incenso nos pagodes chineses e ir ao casino jogar e [...] ir aos cemitérios [...]. Domingos

Os níveis de cosmopolitismo ou comunitarismo de cada indivíduo reflectiam-se, neste domínio, na maior ou menor disponibilidade revelada para desbravar novos espaços de lazer e experimentar práticas e consumos tradicionalmente reportados ao 'exogrupo', dos quais permaneciam arredados até à instalação em Macau (por exemplo, assistir às populares corridas de cavalos, galgos e grilos, diversão sem tradição em Portugal).

Também uma franja da população chinesa e macaense dedicava parte do seu tempo livre à apreciação de signos lusófonos como os gastronómicos, reservando lugares em restaurantes como o Fernando para saborear bacalhau 'à lagareiro', 'bitoque', carne de porco à alentejana, sardinhas, frango e febras assadas, amiúde acompanhando-os com vinho de Portugal. Nessas ocasiões, era a sua vez de trocar os *fait-shis* por talheres. Aquando do trabalho de campo desenvolvido em Macau testemunhámos, inclusive, a rendição expressiva à doçaria portuguesa em pastelarias como o Bolo de Arroz, apreço por outros autores também notado (Silva, 2004: 60). Ademais, uns compareciam nas comemorações públicas lusófonas realizadas no território, havendo ainda quem prezasse programas televisivos emitidos no canal português da TDM, da mesma forma que diversos portugueses se deleitavam com a programação dos canais chineses da televisão de Hong Kong - a preferência dos biografados ia para séries e filmes de animação. Era o caso de empregadas domésticas de portugueses - chinesas, filipinas e tailandesas - que assimilaram práticas e consumos desenvolvidos por membros do agregado familiar, como o primeiro excerto abaixo transcrito elucida. Aliás, salvo mais um ou outro exemplo excepcional, estas funcionárias foram as únicas pessoas exteriores ao endogrupo comunitário a entrar no domicílio dos portugueses e a conhecer mais de perto os seus hábitos e modos de vida. Não obstante o profundo fosso interclassista que as separava dos patrões, aliado às dificuldades de comunicação, contornadas através do recurso ao inglês, à linguagem gestual ou ao auxílio de tradutores intérpretes informais - colegas bilingues da escola ou do trabalho a quem se telefonava quando necessário - referiu-se o desenvolvimento de relações de afecto e de sentimentos paternalistas face a empregadas, não raras vezes detentoras de um estatuto ilegal no território. Algumas acompanharam, inclusive, as

famílias portuguesas no seu regresso a Portugal, como ocorreu com diversas mulheres filipinas hoje residentes no país que chegaram precisamente sob esse registo (Brandão, 2012).

[...] até uma certa hora emitiam [a TDM] em chinês e depois em português e uma das telenovelas que passavam era a “Cinha Moça” dobrada em chinês e eu lembro-me que [a empregada chinesa] adorava aquilo, via sempre [...]. [...] uma das grandes mudanças foi que ela no início comia umas sopas chinesas ao pequeno-almoço e nos últimos anos já comia torradas e bebia café. Rita

[...] a primeira empregada chinesa que nós tivemos [...] adorava os meus pais e então ia visitar-nos muitas vezes: [...] ficávamos todos sentados na sala - ela não falava português, nós não falávamos chinês - ela levava-nos lá aqueles bolinhos da lua ou então uns bombons e ficávamos todos assim a olhar uns para os outros [...]: - «Então Konon? E pipi? Grandes, grandes?» [- E os filhos? Grandes, grandes?]. Ela dizia: - «Sim, sim». Era uma conversa [...] um bocado palerma mas era divertido, pronto, achávamos imensa piada. Madalena

Estamos, por isso, em pleno acordo com Sarup (1994: 98) quando, citando Bennington, assinala que “todas as fronteiras (...), ao mesmo tempo que são barreiras, são também lugares de comunicação e troca”. Foram-no em Macau, em domínios distintos e com níveis de profundidade variáveis para cada indivíduo, em função da combinação de diversos factores: a idade e a fase da vida em que se encontravam; a presença ou ausência de suporte institucional (laboral e/ou familiar) e sociabilístico, a par da densidade de vinculação a essas redes; os laços mantidos com Portugal e a lusofonia; o tempo de permanência no território, aliado à subscrição ou rejeição de um projecto migratório duradouro e consistente; o historial pessoal e/ou familiar de mobilidade geográfica, as expectativas quanto às trajectórias pessoais e sociais futuras.

Capítulo 6

Adeus Macau! Razões, sentimentos e desafios do regresso a Portugal

“De mala na mão, diante da estação portuária (...), alongo sobre Macau um último olhar, no corolajo húmido da tarde. A cidade parece-me tão inabordável como no primeiro dia. A minha chave não lhe abriu a alma. (...). Tal como à chegada, um cão fareja-me as calças (...) e também desta vez o exame lhe desagrada (...). Não me impregnei devidamente do cheiro oriental; o meu cheiro ainda é o bárbaro cheiro europeu; continuo estrangeiro. Os olhos do cão repetem inamistosos: “Que vieste cá fazer?” e eu volto a considerar boa a pergunta. Que vim cá fazer?” ... Que viemos nós, portugueses, cá fazer?... Agora, para mim, é o regresso a casa; amanhã sê-lo-á para alguns mais; não tardará que o seja para todos.”
(Altino do Tojal, 1987: 381)

Revisitando pesquisas sobre a dinâmica emigratória portuguesa constata-se que uma parcela aponta para o estabelecimento definitivo dos migrantes nas sociedades de acolhimento, sobretudo no caso de movimentos transoceânicos, convertendo, assim, em mito a crença cega no seu regresso a Portugal (Monteiro, 1993: 324-330; 1994: 7-28; Lourenço, 1999: 50; Gonçalves, 1996: 261-262; Amaro, 1985: 356)¹⁵². De facto, “(...) milhares e milhares dos nossos compatriotas - e em particular os seus filhos - são felizes lá fora, ou pelo menos, já estão inseridos na trama dos povos que os acolheram que a ideia mítica do regresso a Portugal só a isso se resume. Insinuar o contrário é mentir ou querer iludir-se (...)”, afirma a propósito Eduardo Lourenço (1992: 126).

Os resultados da investigação de Monteiro (1994: 15) sobre portugueses radicados nos E.U.A. sintonizam-se com essa mesma tese: “(...) contrariamente à imagem que geralmente fazemos dos emigrantes, (...) os emigrados portugueses apresentaram uma forte integração na sociedade americana: «comem comida americana vulgar», «dançam aos sons de música americana, muito raramente cantando as suas velhas baladas portuguesas», investem muito nas suas casas e respectivos equipamentos, trazem os filhos nas escolas americanas, participam activamente na vida sindical, fazem festas e enterros segundo os ritos americanos, muitos trocam a nacionalidade portuguesa pela americana”.

Quanto ao percurso migratório aqui analisado, é sabido que no passado mercadores e militares portugueses, a maioria de baixa condição social, se

¹⁵² Um dos traços distintivos das migrações transoceânicas é o seu pendor de “povoamento”, ao invés da propensa reversibilidade das intra-europeias (Lopes, 1996: 76-77; Garcia e outros, 1998:17-46). Também Silva e outros (1984: 51) assinalam a tendência das primeiras para o estabelecimento definitivo, não deixando porém de afirmar que “(...) a emigração para o continente americano conheceu sempre ao longo do tempo um movimento de retorno”.

estabeleceram em Macau para não mais voltar a Portugal: constituíram núcleos familiares autónomos por meio de enlances com chinesas, macaenses, tailandesas, malaias e indianas (sendo muitos macaenses fruto dessas relações, como mencionado), alcançaram estabilidade profissional e assimilaram as matrizes culturais locais em detrimento ou complemento com as suas referências primárias (Amaro, 1988; 1997). A distância geográfica entre as sociedades de partida e chegada, assim como a morosidade das deslocações contribuíram paulatinamente para a quebra dos vínculos sociais e culturais originais, induzindo a edificação de um plano de instalação definitiva no território.

Sabe-se também que uns quantos portugueses atraídos para Macau no último quartel do século XX ou depois da transferência de poderes em Dezembro de 1999 ainda hoje ali se encontram sem data de regresso marcada, tendo optado por fazer (ou ir fazendo) naquele e daquele espaço o “seu projecto de vida”, como o artigo de Adelino Gomes publicado na revista Pública em 2006 confirma¹⁵³.

Todavia, no cômputo geral das partidas para o território no decurso dos anos 80 e 90, as ocorrências de não retorno a Portugal revelaram-se pouco expressivas, como antes assinalado. Assim, embora o grosso dos biografados tenha visto o regresso ao país de origem (ou referência) protelado, no essencial, por via da renovação dos acordos de trabalho dos progenitores, todos o davam como certo o que ocorreu passado um período de tempo algo longo, variável entre os três e os quinze anos no nosso estudo, chegando mesmo a ultrapassar, para alguns, aquele fruído em Portugal antes da deslocação para o sudeste asiático.

1. Motivos e motivações para regressar

À semelhança dos factores que determinaram o seu início, o termo do ciclo migratório dos biografados em Macau foi ditado por razões várias, expressas de modo isolado ou complementar: a cessação dos contractos laborais dos progenitores com a

¹⁵³ Este artigo baseou-se em entrevistas a portugueses e macaenses de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 29 e os 83 anos, todos eles profissionais qualificados posicionados em lugares de chefia ou direcção. Quando inquiridos, a maioria residia em Macau há várias décadas (os 40 anos constituem a idade média de chegada ao território). Registaram-se verdadeiros consensos intergeracionais entre os depoimentos fornecidos ao jornalista e os relatos aqui reunidos quanto a questões tão diversas como os factores que aliciaram os portugueses a escolher aquele destino (e aí permanecer); o padrão dominante de relacionamento com a população local; o balanço da prestação da Administração portuguesa; e os aspectos mais e menos positivos da vida no território nessa época.

entidade empregadora (pública ou privada); o finalizar do ensino secundário dos jovens e a perspectiva de ingresso numa universidade portuguesa, sendo que durante toda a década de 80 e nos primeiros anos da de 90 a oferta universitária no território se afigurava extremamente exígua quer em termos de estabelecimentos de ensino, quer do leque de áreas de estudo disponíveis¹⁵⁴. Como alternativa restava-lhes a inscrição na Universidade da Ásia Oriental em Macau, o prosseguimento dos estudos em Hong Kong, ou o desenvolvimento de uma actividade profissional na sociedade de acolhimento como alguns, poucos, acabaram por fazer. Aliás, a possibilidade de se candidatarem ao sistema de ensino superior em Portugal ao abrigo do “contingente de Macau”, privilégio que praticamente lhes garantia um lugar no curso e faculdade eleitos, constituiu um dos elementos atractivos do regresso¹⁵⁵.

Também o aumento das incertezas quanto ao futuro político, económico, social e cultural do território geradas com o aproximar da data da sua devolução à China, a par de motivos de ordem pessoal, social ou familiar (fuga a situações de mal-estar no meio laboral e/ou na sociedade de Macau; a doença ou morte de um parente próximo; a dissolução dos laços conjugais no decurso da estadia, etc.), contribuíram para firmar a decisão de partir, quase sempre tomada pelos pais dos jovens e, mais raramente, pelos próprios. Na maior parte dos casos, a concretização dos propósitos migratórios (de índole económica, profissional, estatutária e cultural) assinalava de forma natural que a hora de regressar chegara, como vem sendo anotado noutros estudos sobre o retorno (Amaro, 1985: 353, 372; Silva e outros, 1984: 181- 182).

[...] a maior parte dos portugueses da minha idade estavam a estudar, viviam em casa dos pais e depois de acabar o Liceu vieram para Portugal. Eu abdiquei dos estudos em Portugal visto ter tido a oportunidade de entrar dentro de uma estação de televisão. Domingos

¹⁵⁴ Tal exiguidade motivou chineses e macaenses mais endinheirados a formar-se em universidades na Europa, E.U.A., Taiwan e Hong Kong (Zhiliang, 1993: 601). Segundo Oliveira Dias (1993: 857), até 1988 existia no território apenas a Universidade da Ásia Oriental (privada), a qual não era mais do que uma instituição replicada de Hong Kong: dali provinham os professores, os alunos e planos curriculares, estes estruturados com base num modelo anglo-saxónico, afirmando-se o inglês como a língua predominante de ensino. O panorama educativo começa a alterar-se somente em finais de 80 e início de 90, quando a Universidade da Ásia Oriental dá lugar a três instituições de ensino superior: duas públicas, a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau, e uma privada, a Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau), passando a partir de então a desenvolver-se uma oferta educativa razoável de nível graduado (cf. Silva, 2004: 33-35).

¹⁵⁵ Mas não só: deu origem, em simultâneo, a um movimento inverso, atraindo para Macau jovens portugueses que ali tinham familiares ou conhecidos - sobretudo quando as médias de entrada nos cursos desejados eram elevadas e o número de vagas disponíveis reduzidas - uma vez que ao fim de um ou dois anos podiam beneficiar do mesmo ‘contingente’ na candidatura à universidade.

Vim porque os meus pais acharam que já estavam há tempo suficiente em Macau. As pessoas geralmente vão para lá e estão sempre a adiar mais um ano, mais um ano, mais um ano. - “Então quando é que vamos?” Vão abanando a árvore das patacas, mais um aninho e tal. Mas decidiram que já era tempo demais, [...], fizemos lá algum dinheiro, comprámos cá uma casa boa em Telheiras e agora organizámo-nos cá. João

Regra geral, demos conta de uma avaliação retrospectiva indiscutivelmente positiva sobre a experiência migratória, considerando os já referidos estilos e condições de vida adquiridos, aliados às relações de amizade, cristalizadas e duradouras, estabelecidas com conterrâneos. É certo que os níveis de apreço variaram de jovem para jovem tendo sofrido, para cada um deles, oscilações ao longo do capítulo biográfico ali passado, assim como face a distintas dimensões do meio de acolhimento. Oscilações tributárias de trajectórias pessoais igualmente flutuantes, fruto de (des)inserções sociais, culturais, escolares e laborais, reconfigurações da unidade familiar, entre factores adicionais intervenientes no modo mais ou menos aprazível com que gozaram a estadia em Macau. Períodos de satisfação e expectativa alternaram com outros de desilusão e descontentamento sem que houvesse uma sincronização dos mesmos com as várias etapas do ciclo migratório (chegada-instalação-partida).

Tal como a perspectiva de sair de Portugal colheu emoções e reacções tão díspares quanto ambíguas por parte dos biografados, o mesmo sucedeu com a perspectiva de voltar. Um pequeno número assinalou ter sido “tirado a ferros” de Macau por se encontrar numa fase da vida pautada por estabilidade identitária e afectiva, aliciantes projectos profissionais, alguma independência económica e, sobretudo, pelo gosto de permanecer numa sociedade onde beneficiava dos múltiplos privilégios já sumamente referidos ao longo deste trabalho. Tratava-se de um sentimento partilhado com alguns progenitores que, em sintonia com os jovens, viam mais uma vez as suas identidades ‘encaixotadas’ pela partida. Embora, a bagagem migratória e turística possuída colaborasse em parte para suavizar as inquietações inerentes ao processo de mobilidade geográfica, ainda assim não os poupava de lidar de novo com toda a logística implicada no movimento de regresso; de gerir as “desparametrizações” e “reparametrizações” físicas, sociais e culturais a ele associadas; de enfrentar interrogações quanto ao futuro pessoal, familiar, social, escolar, profissional. Em suma, de redireccionar a respectiva trajectória biográfica.

Outros sentiam-se algo divididos no que à sua identidade sociocultural e espacial respeitava pois nutriam fortes vínculos afectivos a Macau e Portugal, lugares onde foram socializados por diferentes referências e padrões culturais; desfrutaram de importantes experiências; estabeleceram laços de amizade de grande densidade e que sob inúmeros aspectos lhes deixaram marcas. Duplos ou mesmo múltiplos, os sentimentos de pertença desses jovens ‘repartidos’ levavam-nos a desejar permanecer “in-between space” (Ahmed, 1999: 330), a meio caminho entre Macau e Portugal. Liminaridade entre elos geográficos e afectivos coincidente com a liminaridade do intervalo biográfico em que se encontravam, balizado pela infância e a adultez.

[...] bastante cedo a pessoa começa a ter a noção que aquilo [...] não é o teu lugar e embora tu gostes de lá estar, convém entre aspas que vás para o teu lugar para te ires habituando. Duarte

Por um lado eu gostava de Portugal porque queria conhecer bem [...] a minha terra, e Lisboa, mas por outro [...] ficava com muita pena de sair de Macau porque tinha lá os meus amigos e a escola, [...] sempre estive muito dividido. [...] Não me custou muito porque apesar de eu gostar de Macau foi na altura que [...] a maior parte dos meus amigos estavam todos a vir [...]. Por outro lado, foi o sítio onde eu sempre vivi e é sempre um bocado chato [...]. João

Para a maioria, o há muito acalentado regresso a Portugal foi aceite com entusiasmo, fruto de motivos vários, uns relacionados com as lacunas ou fragilidades de Macau (chamados factores “repulsivos”); outros com os encantos e oportunidades que Portugal lhes prometia (factores “atractivos”), estando estes na base do já anotado fascínio nutrido pelo país, bem como das imagens romantizadas sobre ele edificadas ao longo do tempo vivido no meio hospedeiro.

A intenção de acompanhar os amigos e/ou namorados que regressavam na mesma altura e/ou de seguir aqueles que o haviam feito mais cedo constituiu um dos maiores aliciantes da partida. Não só se confirmava, assim, o teor provisório da estadia para muitos dos jovens portugueses presentes, como mais uma vez se evidenciava a importância das redes sociais na pluralidade de facetas do movimento geográfico. Neste âmbito, ao contrário do que sucedera aquando da saída de Portugal, a apreensão face à ruptura dos vínculos afectivos com os amigos não se colocava dada

a convicção de um próximo reencontro em Portugal. Na verdade, “todos acabariam por voltar”.

[...] ao princípio fazia-me confusão [...] pensar que deixava os amigos cá, ia começar a conhecer algumas pessoas lá e depois passado dois anos aquelas pessoas ficavam lá ou iam-se embora e nunca mais as veria e os amigos que eu tinha deixado cá também já não existiriam. Eu acho que a determinada altura me comecei a aperceber que talvez não fosse bem assim, porque quatro anos ainda foram bastante tempo, comecei a conhecer algumas pessoas com quem me dei mesmo bastante bem e pensei sempre: «- Há-de haver aqui pessoas que eu depois hei-de continuar a manter [...]». Sofia

Acrescentou-se o desejo de matar saudades de familiares - caso de um dos progenitores que não os acompanhara para Macau, irmãos já reinstalados, avós, tios e primos; o propósito de ver rejuvenescidos os respectivos círculos de amizade; a possibilidade de aceder quer a um vasto e diversificado leque de propostas de formação escolar e profissional, quer a novos espaços lúdicos e de convivialidade juvenil, quer ainda a eventos culturais, em particular os de carácter cultivado e ascético (cinema, música, teatro, fotografia). A estes juntava-se o interesse em explorar geográfica e culturalmente um país que não chegaram a conhecer em profundidade, assim como a intenção de aí criar raízes. Também o intento de adquirir autonomia, liberdade, de “migrar para o anonimato” (expressão de Jones, 1999: 10), objectivo cuja probabilidade de concretizar-se aumentava com a instalação numa cidade de maior dimensão e menor densidade ao nível das relações sociais, na esteira das conclusões de Simmel e Wirth (referidos por Fortuna, 1997: 10).

Estava a trabalhar no Instituto Cultural de Macau e até gostava [...], mas lembro-me de todos os dias ter aquela satisfação de saber que estava ali provisoriamente porque me ia embora e porque ia estudar outras coisas e isso [...] facilitou um bocado o meu regresso. [...] pensava que finalmente ia conhecer pessoas que se interessavam pelas mesmas coisas que eu [...]. [...] como vinha cá no Verão, tinha consciência que durante o ano perdia imensas coisas, concertos, etc. [...] tinha ataques imensos de infelicidade [...] porque tu tens muito mais consciência das coisas que perdes do que das coisas que ganhas de imediato [...]. Eu acho que era um sentimento partilhado quase por

toda a gente de que Portugal era muita bom e a gente queria vir todos para Portugal [...]. [...] se calhar tenho lacunas enormes em termos de cinema, de música, mesmo de livros, porque lá chegavam outro tipo de coisas. Se queres que eu te despeje nomes de filmes horrorosos americanos sei-os todos, mas os filmes da história do cinema europeu sei muito pouco e alguns dos clássicos mais importantes. Muitas vezes estão me a falar de coisas que eu não faço ideia e tenho pena [...]. [...] fazia-me infeliz que as pessoas me falassem nos filmes da Cinemateca e que eu tivesse ido à Cinemateca uma vez, percebes? Achava que era muita burra, muita ignorante e vivia infeliz com isso [...]. Rita

Sentia-me bem a viver lá, mas [...] aquilo é um bocado saturante. Sentes-te bem lá, de facto estás bem, mas queres te ir embora passado pouco tempo de lá chegares porque aquilo é claustrofóbico, acabas por andar sempre com as mesmas pessoas e não tens a mesma sensação de liberdade que se calhar cá tens, sentes-te um bocado enclausurado. [...]. Era um discurso que se fazia lá muitas vezes: - «Isto é uma merda, isto é sempre a mesma merda, estou farto disto, quero ir-me embora para Portugal», se bem que não conheci assim tantas pessoas que estivessem mesmo infelizes de lá estar. Duarte

De facto, à luz dos relatos auscultados, uma parcela significativa dos jovens começara, passado um tempo, a sentir-se entediada de viver em Macau, de permanecer confinada a um espaço exíguo, constrangida ao convívio diário com os conterrâneos, de estar limitada a uns poucos locais de sociabilidade, bem como a uma oferta lúdica e cultural considerada escassa. Não obstante a atmosfera familiar, acolhedora e relaxada colhida no seio da ‘comunidade’ portuguesa, saturava-os a sua “pequenez”. Pequenez real, em virtude do diminuto somatório de migrantes portugueses presentes, e em simultâneo, simbólica, dado o lusocentramento acentuado, a par do referido ambiente panóptico povoado de “olhares sem rosto” (Foucault, 2001: 176) atentos ao desenrolar de qualquer acontecimento e prontos à fabricação de intrigas e boatos.

Eu detesto pessoas intriguistas, nunca gostei, mas em Macau [...] uma pessoa tem que ter muito cuidado com tudo aquilo que faz para não cair nas bocas do mundo porque aquilo sabe-se tudo, é impressionante. Parece que há informadores, [...] as coisas correm com uma rapidez, [...] toda a gente sabe da vida particular toda uns dos outros, nesse aspecto não é muito bom. João

No terceiro ano que eu lá estive gostei muito mas ao mesmo tempo começava a sentir-me um bocado a saturar porque estava farto de Macau, exactamente daquele ambiente mesquinho, de coscuvilhice. [...]. Ouvia o pessoal todo falar do Bairro Alto [...] e do campismo que fizeram não sei onde, eram uma série de histórias do meu próprio país e eu tinha de saber o que era. Tomás

Importa assinalar que à semelhança do percurso Portugal-Macau ensaiado anos atrás, o trajecto de regresso foi, para vários biografados, timbrado já não por um “rito de iniciação” mas de despedida: acompanhados de amigos ou familiares, aproveitaram a condicionante das escalas da viagem para visitar mais um destino em terras asiáticas ou europeias (Índia, China, Tibete, Inglaterra e Escócia integram os exemplos referidos), protelando assim a chegada a Portugal, como se o encerrar daquele ciclo migratório e biográfico ameaçasse fechar a porta a novos projectos de mobilidade geográfica.

2. A instalação em Portugal e os ajustes à realidade portuguesa

A despeito da vontade expressa pelos jovens de regressar a Portugal; da proximidade simbólica detida face ao país; do facto de terem sido formal e informalmente socializados no quadro da lusofonia; e ainda de aí beneficiarem de um suporte familiar e social razoável, não foram poucas as dimensões às quais tiveram de ajustar-se.

Enquanto diversos parâmetros da realidade encontrada corresponderam ou superaram as representações sobre ela construídas, outros reavivaram algumas das sensações de estranheza experimentadas no período de instalação em Macau, fazendo-os sentir em determinadas circunstâncias uma espécie de “*aliens* residentes” (expressão de Sarup, 1994: 98), pois não dominavam os códigos verbais, visuais e/ou comportamentais partilhados pelos portugueses com quem interagem¹⁵⁶. Se tal lacuna tende a ser socialmente aceite quando evidenciada por cidadãos estrangeiros, idêntica tolerância nem sempre se alonga àqueles que falam a mesma língua e aparentam ter sido socializados no mesmo espaço.

¹⁵⁶ Problema com particular interesse em contextos migratórios (inclusive nos movimentos realizados no interior das fronteiras nacionais como os êxodos de zonas rurais para as urbanas ou vice-versa), remete para o conjunto de códigos que os indivíduos não dispõem ou deixaram de possuir.

[...] foi-me mais difícil adaptar-me a Lisboa do que a Londres porque uma coisa é ser-se estrangeiro em Londres, ninguém te conhece e tu perguntas as coisas e as pessoas acabam por te ajudar. Aqui em Portugal as pessoas estranhavam muito: «- como é que este fulano fala português e não conhece nada disto, não sabe quanto é que custa um bilhete de metro ou de eléctrico, onde é que fica a rua tal...». Domingos

[...] achava que os portugueses eram esquisitos, [...] muito diferentes. Uma pessoa vem cheia de experiências e [...] de coisas para contar e as pessoas estão-se marimbando para a tua vida, [...] parece que às vezes havia relações que eram só por interesse, [...] não havia amigos verdadeiros. Estávamos habituados àquela relação intensa de Macau, chegas cá e as relações não são nada intensas [...]. Lá não era preciso telefonar a ninguém, as pessoas encontravam-se [...]. Achava que isto era uma atrasadeira mental: estava tudo fechado, sempre, as lojas. [...] não sei se era psicológico e nós mentalizámo-nos que isto era uma porcaria, ou se era de facto, mas eu sentia diferença. [...] o nível de vida lá é muito bom, não é só por uma questão financeira, mas ajuda muito: tu lá nunca pensas se tens dinheiro para isto ou para aquilo, é uma preocupação que não existe e tens a possibilidade de conhecer sítios espectaculares [...]. Gostava mesmo daquilo. O convívio também é muito bom e o tempo que tu tens para tudo: aqui em Portugal [...] tens de tirar um dia inteiro para fazer o Bilhete de Identidade [...]. Eu acho que cá as pessoas acabam por viver muito pouco e lá vivem-se tantas coisas ao mesmo tempo. Eu estive 5 anos certos em Macau e se eu agora te for dizer parece que eu vivi 10 vidas lá, percebes? Foi tão intenso e tão marcante [...], foram coisas incríveis [...]. Cá tenho a ideia que o tempo passa mais devagar mas não dá tempo para nada na mesma, as pessoas têm muito mais dificuldades. Lá uma pessoa sente uma liberdade de espírito maior, também [...]. Madalena

Daí estarmos em total concordância com Jones (1999: 18) quando afirma que “regressar à ‘comunidade’ pode ser tão duro como migrar para uma nova”.

2.1 Ritmos de vida: reorganização temporal, espacial e sociabilística

Uma das principais dimensões à qual os jovens tiveram de adaptar-se aquando do seu regresso prende-se com o acentuado contraste percebido entre o ritmo de vida a que estavam habituados em Macau e o das cidades portuguesas, com destaque para Lisboa onde a maioria se instalou. Naquele território o tempo aparentava ter uma cadência diferente, isto é, maior extensão e durabilidade. Parecia correr mais lentamente pois permitia-lhes desfrutar de quotidianos descomprimidos e descontraídos se bem que pontuados por múltiplas actividades - estudavam, conviviam com amigos, abraçavam um vasto rol de actividades extracurriculares e práticas de lazer, gozando ainda da oportunidade de estar com a família, sendo que para além dos serões em conjunto, almoçavam frequentemente com os progenitores ao longo da semana.

[...] passear na rua, os meus pais não se importavam... Na primária eu ia e vinha sozinha da escola a pé, quando cá em Portugal isso não acontecia [...] sentia-se uma segurança diferente [...]. [...] cá as coisas tornavam-se muito mais diferentes, tudo, os horários de trabalho, horas livres [...]. A minha mãe, [...] ia almoçar a casa, cá ela nunca pode almoçar em casa. Lá há isso, toda a gente vai almoçar a casa e toda a gente volta e está um bocado em casa antes do jantar [...], enquanto em Portugal é mais aquela, em que cada um almoça no seu lado [...] lá há muito mais tempo livre. [...] é diferente o ritmo. Alice

Para essa sensação de tempo dilatado - ou melhor dizendo, de tempo não desperdiçado por constrangimentos geográficos e de (des)organização social - contribuíram diversos factores. Destacou-se a exígua superfície de Macau, território cuja mobilidade fácil tornava muito curtas as distâncias entre os lugares que compunham o mapa de vida dos seus habitantes e muito rápidas as deslocações de um canto ao outro - a pé, de bicicleta, mota, autocarro ou táxi. Ao invés, em Portugal foi dado a conhecer aos jovens um espaço sobrecarregado pelo peso da sua razoável dimensão, de uma circulação demorada, complexa e dissuasora à deambulação na esfera exo-domiciliar, para mais sendo assaltados por sensações de desprotecção e insegurança urbana. Distância espacial que os distanciava dos núcleos familiar e de sociabilidade, agravada pela necessidade de conciliação de disponibilidades e

organizações do quotidiano distintas. As ruas de Macau enquanto locais correntes de encontro e diversão cediam parte substancial da sua relevância às habitações e/ou ao bairro de residência em Portugal, sobretudo para os que voltaram ainda adolescentes.

Aludiu-se ainda à existência, em Macau, de uma estrutura pública organizada, pouco burocrática e ágil, em especial quando acudia à população portuguesa que tendia a ver os seus problemas resolvidos de forma célere e eficiente. Referiu-se em simultâneo a relativa dispensa quer de obrigações domésticas - dado contarem (quase) diariamente com funcionárias para as tarefas do lar; quer de compromissos familiares e sociais, como visitar ou cuidar de parentes próximos, uma vez que se encontrava no meio de acolhimento apenas a família nuclear. Assim sendo, à luz da concepção de 'qualidade de vida' partilhada pelos jovens, esta revelava-se deteriorada numa série de vectores com o regresso a Portugal, daí resultando o reajustamento a ritmos e rotinas bem diferentes daqueles adoptados em solo chinês.

2.2 Desagregação familiar e emancipação social

O fim do ciclo migratório no sudeste asiático acarretou para um número considerável de jovens a desagregação provisória do respectivo grupo doméstico, em conjunto com a abertura de uma janela de oportunidades de emancipação pessoal e social. Se o movimento rumo à sociedade hospedeira conduziu à partida sincronizada de todos (ou quase todos) os membros do agregado, sendo que o profissional requisitado fazia-se geralmente acompanhar do cônjuge e filhos; por seu turno, o trajecto de retorno ocorreu as mais das vezes a conta-gotas, separando pais, filhos e irmãos, quando não alguns casais, fruto da saída de Macau de um ou mais elementos e do prolongamento da estadia dos demais. Caso os progenitores mantivessem o exercício da profissão no território, os jovens tendiam a regressar à medida que estavam aptos a ingressar na universidade ou, mais raramente, quando factores que não os escolares acendiam o desejo de voltar, para tal obtendo a concordância parental.

[...] eu vim cá ter com o meu irmão que já cá vivia [...]. Os meus pais ficaram em Macau com as minhas irmãs mais novas. O meu pai [...] acabou por ficar mais ano e meio e depois regressou definitivamente. A minha mãe não sentia curiosidade nem vontade de regressar, não havia grandes sentimentalismos

[...]. [...] nós [...] tínhamos, pelo facto de estarmos longe, assim como os Açores e a Madeira, umas entradas específicas para a universidade [...]. [...] coincidiu com a altura da Sara estar praticamente para fazer o 12º ano, portanto a minha mãe disse: - «[...] já agora fico mais um ano». Sofia

Por conseguinte, tornou-se prática algo corrente a deslocação isolada de jovens com idade igual ou superior a dezassete anos, cujo término do ensino secundário não coincidira com o dos irmãos mais velhos, já estabelecidos em Portugal, nem com o dos mais novos, ainda a estudar em Macau, nem ainda com a cessação dos contractos dos progenitores (ou, tão só, com a sua vontade de regressar). A esta luz, uns viam partir os irmãos, a eles juntando-se mais tarde com ou sem os pais; outros testemunhavam a inauguração do retorno por parte de um progenitor, ficando com o resto da família no meio de acolhimento; outros ainda encabeçavam o movimento de regresso, permanecendo sós em Portugal até que os restantes familiares voltassem, o que em alguns casos derivou no afastamento bastante prolongado dos membros do agregado doméstico (chegou a atingir uma década no de Domingos, por exemplo). Embora não possamos falar de uma correlação estatística, a reunião de toda a família em Portugal tendeu a ser mais morosa, no presente estudo, nos agregados mais numerosos. Sublinhe-se que apesar de habituados a lidar com situações de despedida decorrentes do movimento para Macau, de itinerários geográficos anteriores e ainda das reciclagens anuais de portugueses no território, de acordo com uns quantos jovens a sua separação dos pais e/ou irmãos foi encarada com muita dor.

Vim sozinha. A minha irmã já cá estava, o meu irmão também: [...] a minha irmã entrou três anos antes de mim na faculdade, o meu irmão um ano antes, [...] no último ano em que eu estive em Macau estava só eu e os meus “pais”, e depois vim eu e eles ainda ficaram mais um ano [...]. Rita¹⁵⁷

Aqueles que iniciaram o processo de reinstalação em Portugal ou vieram juntar-se aos irmãos conheceram múltiplos desafios e um acréscimo de responsabilidades. Passaram a assumir o comando da própria vida sem supervisão parental, gerindo compromissos sociais, obrigações escolares, tempos livres e de lazer, bem como

¹⁵⁷ Destaca-se aqui o caso particular desta jovem porquanto o regresso de Macau implicou separar-se temporariamente da mãe e do padrasto (chama-lhe “pai”) com quem coabitava há vários anos, assim como reaproximar-se do pai biológico com o qual passou a viver em Portugal, reestruturação que conferiu alguma complexidade ao regresso e à readaptação aos novos quotidianos.

tarefas domésticas das quais a maioria havia estado alheada no decurso da estadia em Macau. Sentiam-se, em paralelo, constrangidos à resolução autónoma de problemas vários, coleccionando desempenhos e encargos que os guiavam no percurso de transição para a vida adulta, ainda que a quase totalidade o fizesse beneficiando - logo, dependendo - do suporte económico mensal conferido à distância pelos pais. Salvo uns quantos jovens que se mantiveram um “subgrupo de luxo” (expressão de Reis, referida por Peixoto, 1999: 127), preservando em Portugal condições e estilos de vida idênticos aos possuídos no sudeste asiático, regra geral o acentuado desafogo económico de outrora dava lugar a alguma contenção ao nível de práticas e consumos não essenciais, como a aquisição de bens materiais e o envolvimento regular em programas lúdicos algo dispendiosos, caso da toma frequente de refeições fora de casa, a par da concretização de visitas ao estrangeiro, um pouco mais refreadas. Alteração para a qual alguns vinham sendo alertados com o aproximar do fim do ciclo migratório.

Nos últimos anos já andávamos um bocado preocupados no sentido de ter de ajustar o estilo de vida que tínhamos [...]: comer fora todos os dias, falar ao telefone durante horas, não ter esse tipo de preocupações, ter uma casa muita grande [...]. Eu lembro-me de os meus ‘pais’ começarem a dizer: - «Vocês nem pensem que se vão para lá pregar ao telefone e levar estes maus hábitos de cá [...] porque lá o telefone é muita caro!» E a minha mãe ia ganhar menos de metade do que estava a ganhar lá [...]. Até eu me ter habituado a que a mesada era mais curta foi complicado. [...] o teu nível de vida baixa, tens menos dinheiro, não vais passar férias à Tailândia na maior [...]. Rita

Tinha oportunidade de viajar e [...] de ter coisas que eu cá sabia que era óbvio que não podia ter porque não tinha as mesmas capacidades financeiras: bens materiais...as coisas lá são muito mais acessíveis e muito mais baratas. [...] lá havia Toys ‘R’ Us [...], grandes armazéns e nós éramos crianças adorávamos [...]. [...] lá [...] uma pessoa pode mesmo ter o que quiser [...]. [...] quando voltei para Portugal notei muito mais que não podia ter as coisas que podia ter lá, enquanto que o meu irmão [...] foi com dois anos e [...] teve dificuldade a reabituá-lo outra vez a estar cá, porque cá é tudo mais caro, é diferente. Alice

[...] o espaço lá é muito mais barato em termos de casa para alugar, [...] em termos do dinheiro que se ganha lá e com o comércio que existe, e sendo Macau um porto franco, tu acabas por ter acesso a coisas que cá em Portugal

se calhar são artigos de luxo ou [...] quase inatingíveis. [...] um jovem [...] na altura com 18 anos podia comprar [...] uma boa máquina fotográfica, isso era praticamente impossível em Portugal: ou se tinha fortuna de família ou muito dinheiro [...] singrar e comprar coisas e viajar que é outra coisa que todos nós fizemos [...] e que em Portugal não seria possível. Domingos

Depoimentos como os anteriores revelam com clareza as variáveis que concorreram para a relativa deterioração do poder de compra do núcleo familiar da maioria dos jovens regressados a Portugal. Ao acréscimo do custo de vida no país (tornava-se oneroso o que era acessível no sudeste asiático) somavam-se despesas correntes antes não contabilizadas, em conjunto com o emagrecimento das remunerações parentais para o valor padrão dos respectivos escalões profissionais (no caso dos funcionários públicos). Se bem que estranhando e lamentando a adequação a modos de vida mais contidos, os biografados resignaram-se: por um lado, consciencializaram-se que as condições excepcionais de existência gozadas em Macau haviam ficado confinadas àquele espaço e tempo; por outro, aperceberam-se que o património e nível de vida alcançados através do percurso migratório eram, ainda assim, assaz superiores aos detidos antes de nele participarem.

Em compensação, os jovens que se estabeleceram em Portugal sem os progenitores adquiriram liberdade e privacidade relativamente cedo para desfrutar a seu belo prazer da fase da vida que é a juventude com tudo o que esta envolve em matéria de práticas, consumos, experiências, sociabilidades, afectos, diversões e, inclusive, transgressões, longe dos preceitos e controlo parental. Eram os próprios a estabelecer as suas regras e cronotopias ou a optar por passar sem elas. Todavia, tal conquista estremeceu com o retorno dos pais a Portugal e a reunificação familiar, obrigando-os a abdicar de hábitos consolidados e a efectuar novos ajustes às suas rotinas e normas de convivência (voltar a dar satisfações e a obter permissões), facto sentido como um retrocesso no já iniciado trajecto de emancipação social. Retrocesso que reafirma a feição descontínua, intermitente e reversível do percurso de transição para a adultez, como abordado na discussão teórica. Curioso é notar, no presente estudo, não ter tal descontinuidade sucedido, como habitual, com o regresso dos jovens à casa dos progenitores, antes com a reapropriação, por parte destes, de um espaço assumido pelos jovens como seu, o seu lar.

3. Sociabilidades e redes sociais

3.1 As amizades de infância e os 'amigos de Macau'

Tivemos oportunidade de registar que a deslocação dos jovens portugueses para Macau resultou numa série de rupturas, entre as quais a quebra ou enfraquecimento de vínculos sociais. Do conjunto de amizades deixadas no país quando partiram, muito poucas sobreviveram ao tempo e à distância, sobretudo para aqueles cuja ausência foi mais prolongada. Reinstalados em Portugal, alguns reuniram-se com primos, vizinhos e amigos de infância e/ou adolescência, mas não raras vezes tais encontros redundaram em desapontamento dada a ausência de afinidades e perda de cumplicidades. Dominava a impressão de que esses pares permaneciam exactamente iguais, como parados no espaço e no tempo, sentimento anotado em outros estudos sobre o regresso de jovens migrantes à sua terra natal (Jones, 1999: 12; Gabriel, 2006: 37-42).

O tempo passou e os amigos de Portugal não eram amigos verdadeiros, eram colegas que é diferente. Eles moram todos no mesmo sítio, continuam todos iguais, se eu quiser procurá-los sei que os encontro no mesmo café. [...] Quando eu cheguei a Macau apercebi-me que não tinha assim amigos verdadeiros com quem eu pudesse vir e estar mesmo à vontade, ser eu próprio, sem ter de estar a desempenhar um papel. Desempenhamos sempre um papel, mas sem ter de estar a desempenhar um papel assim conscientemente. Tomás

[...] fez-me muita confusão quando voltei, [...] vi [...] e vivi coisas completamente diferentes e [...] eles estavam na mesma, [...] eram os mesmos, saíam para os mesmos sítios, viviam nos mesmos sítios, iam ao mesmo café. Eu detestei aquilo, já estava noutra onda, tinha descoberto outras coisas e queria descobrir outras coisas, não queria aquilo. [...] eles diziam que eu vinha muito diferente, que já não era a mesma pessoa. [...] sentia que não tinha nada a ver com eles, se alguma vez tinha tido, e que mesmo que não tivesse ido para Macau, ia descobrir que o meu caminho tinha que ser outro. [...] gostos musicais, maneira de vestir, maneira de pensar, interesses pessoais, era tudo diferente. [...] eles achavam que nos vestíamos de uma maneira diferente [...]. Toda a gente africalhou um bocadinho, vestíamos assim umas coisas indianas e uns casacos chineses, [...] que eles nunca tinham visto e achavam aquilo tudo muito esquisito [...]. Catarina

De acordo com os biografados, a quase totalidade dos 'velhos' amigos mantinha os mesmos interesses, referências, preferências estéticas, práticas, rotinas, locais de eleição e estilos de vida, revelando identidades (aparentemente) estagnadas, assaz contrastantes com as pronunciadas mudanças que eles próprios sentiam ter experienciado ao longo da estadia em Macau. Na verdade, a passagem mais ou menos prolongada pelo sudeste asiático, com todos os desafios, vivências, influências, aprendizagens e conhecimentos acumulados não só estimulou a sua capacidade reflexiva, como interferiu em larga medida na reestruturação das respectivas identidades (aspecto que se aprofundar de seguida). Conduziu-os, por exemplo, à apropriação de parâmetros culturais para além dos lusófonos e euro-americanos, conjugada com a renovação de hábitos, opções lúdicas e estilísticas - caso do vestuário, adereços e penteados, a par de gostos musicais, dialectos juvenis, entre outros.

O facto de algumas dessas opções causarem enorme estranheza àqueles de quem eram tão chegados no passado - porventura interpretadas como demonstração de que os jovens regressados haviam deixado de fazer parte dos 'seus' - aliado ao descrédito, desvalorização e cobiça que as histórias e experiências partilhadas sobre o contacto com distintos povos, modos de vida e formas culturais tendiam a colher nesses circuitos de convivialidade, traduziu-se num afastamento mútuo, natural para uns, deliberado para outros. Segundo os que voltaram para Portugal na década de 80, início da de 90, tais circuitos constituíam uma pequena amostra de uma sociedade ainda muito conservadora, no seio da qual a abertura face à diferença apenas começou a dar sinais visíveis na viragem do século XX para o XXI.

[...] em Macau deixa-se de brincar muito cedo, aliás, eu acho que nem se chega a brincar porque quando eu fui [...] ainda brincava aos polícias e ladrões, à cirumba, às esconderijas e quando cheguei a Macau ninguém brincava, as pessoas [...] são mais crescidas. [...] Eu sentia que quando vinha a Portugal de férias que as pessoas não tinham nada a ver, [...] as miúdas da minha idade eram tão miudinhas, tão miudinhas e eu achava que já era tão mais crescida que elas [...] a nível de vivência que eu já tinha tido, talvez pela intensidade das relações humanas [...]. E depois as pessoas ficavam todas a olhar muito, porque depois comecei logo a pintar o cabelo de várias cores [...], cá em Portugal [...] sentia que isto estava muito mais atrasado [...], a nível das pessoas que eram mais conservadoras, muito mais, achava muita estranho. [...] eu vinha sempre com um penteado diferente ou com uma coisa diferente e

[os meus primos] achavam sempre estranho..., mas a nível de relação começou a tornar-se mais difícil, nunca mais consegui estar bem com os meus primos. [...] deixámos mesmo de nos dar e eu comecei a dar-me com os amigos de Oeiras [...] os meus primos já não tinham nada a ver comigo [...], eu mudei um bocado, cresci [...] e eles estavam na mesma. Madalena

[...] quando vinha contava histórias e [...] ficavam a olhar para mim como se eu fosse mentirosa ou estivesse armada em boa, e não era nada essa a minha intenção. A única coisa que eu queria era partilhar coisas que eu tinha aprendido e visto com eles. [...] as pessoas eram mais fechadas, não viam para além do mundinho a que estavam habituadas, percebes? Então desisti. Rita

[...] a maior parte das pessoas não sabe distinguir um chinês de um japonês, isto é uma coisa básica [...] e uma pessoa que viveu lá consegue perceber [...]. [...] quando eu dizia que tinha ido àquele sítio [...], a maior parte das pessoas nem sequer acreditava ou [...] achava que eu estava a dizer isso para me armar em boa [...], quando na realidade [...] só queria partilhar a minha experiência, [...] mas houve quem interpretasse isso de uma forma má [...]. Alice

As narrativas reunidas denunciam as fragilidades do modelo “home as familiarity” assinaladas por Fortier (2000: 3-7) ao registar (tomando como exemplo o caso de homossexuais) que os indivíduos cujos comportamentos, modos e estilos de vida não confinam com os padrões dominantes, podem sentir-se mais desconfortáveis, incompreendidos e marginalizados no interior de fronteiras físicas e culturais originais - na sua casa, bairro ou país - do que fora delas, mesmo sem o domínio da língua, códigos e costumes desses locais. Daí que o grosso dos biografados tenha investido na preservação da rede de contactos forjada em Macau porquanto dela recolhia a segurança ontológica necessária para aligeirar as vulnerabilidades enfrentadas na dinâmica de retorno e no processo de reinstalação na sociedade portuguesa. Mais uma vez, aqueles que já se encontravam no país figuraram como um importante suporte e fonte de capital social para os recém-chegados, proporcionando-lhes uma série de recursos e benefícios decorrentes de tal ligação afectiva (e também instrumental), como analisado em capítulos anteriores (Portes, 1999a: 16-24; 2000: 133-158; Punch, 2007: 102-103; Padilla, 2006: 4-17; Scheibelhofer, 2007: 332-323).

Faziam-no segundo moldes que em muito lembram os rituais de entrada de conterrâneos no seio da ‘comunidade’ portuguesa de Macau. Para além do auxílio fornecido em termos de orientações práticas, agora sobre Lisboa ou outras cidades, actualizavam-nos acerca de espaços de lazer, práticas, consumos, estilos e códigos juvenis, informação fundamental à recriação de vínculos sociais e ao desabrochar de novos sentimentos de pertença, provando que a solidariedade desenvolvida no destino migratório se mantivera e transportara para Portugal. Tal solidariedade gerou-se, inclusive, entre jovens regressados que nunca se cruzaram no território ou que não desenvolveram fortes alianças, pelo simples facto de possuírem um passado recente de mobilidade geográfica no mesmo meio hospedeiro e partilharem uma “identidade de habitat”, expressão já definida. Nesta medida, apresentavam-nos aos seus amigos e introduziam-nos em renovados círculos de sociabilidade, acelerando e facilitando a sua inclusão grupal e contribuindo, em simultâneo, para a multiplicação de relações em ‘formato rede’ (Maffesoli, 2000: 35). Ainda que de ora em diante muitos dos laços firmados se revelassem “fracos” em intimidade e intensidade - enfraquecimento associado à desmultiplicação dos indivíduos por vários núcleos de interconhecimento (Granovetter, 1973; 1361-1378; Blau, 1974: 623; Portes, 2000: 143-144), potenciavam fortemente o acesso a um mais vasto e diversificado universo de conhecimentos, informações, influências e oportunidades de mobilidade.

Fiz amigos muito rapidamente porque conheci uma rapariga de Macau que [...] me ambientou - são sempre as pessoas de Macau que nos dão as dicas.
Madalena

[...] a Júlia veio três ou quatro anos antes de mim, [...] fez amigos e quando eu vinha estava cá com ela [...], os amigos dela passaram a ser meus amigos também. Dava-me com a minha irmã, com a Júlia e os amigos de Macau [...], com os amigos dos amigos de Macau, [...] essa gente toda estava aí e todos eles tinham amigos novos, já feitos na faculdade com quem eu passei a dar-me também. [...] o Lucas que era de Macau, [...] foi para a mesma turma que eu, passei a dar-me quase sempre com o Lucas e com os amigos dele [...]. Rita

[...] as pessoas que vieram de Macau e que estiveram, como eu estive, muitos anos lá, cresceram lá e tiveram muitos amigos em comum... Chegámos a Portugal e o ciclo de pessoas acaba por ser o mesmo, os laços mantêm-se e

conheço amigos dos amigos de Macau, [...] pessoas que nunca saíram de cá, nunca viajaram, mas o que nos une são os amigos de Macau e que fazem com que o ciclo se volte a fechar. Domingos

Aperceberam-se, contudo, que o culto diário, espontâneo e livre tão característico das sociabilidades em Macau via-se, em Portugal, contrariado pela dispersão geográfica dos pares no que respeita às suas múltiplas esferas de acção e referência - residencial, escolar e/ou laboral, lúdica. Saírem de casa sozinhos com a certeza de rever, em qualquer lado e a qualquer hora, uma cara conhecida tornava-se, a partir de então, improvável, obrigando à marcação atempada de programas e à compatibilização de vidas, agora bastante desencontradas. Ainda assim, a convergência de muitos jovens instalados em Lisboa para a mesma área de diversão nocturna - o Bairro Alto¹⁵⁸, acabou por proporcionar encontros acidentais capazes de fazer reviver a sensação de proximidade e familiaridade a que estavam acostumados no território chinês.

[Em Macau] Passávamos mais tempo fora de casa. Fazíamos muita coisa, mesmo, em oposição ao que fazia antes de ir para lá, [...] tinha os dias todos preenchidos. [...]. Andava em qualquer lado à vontade, a qualquer hora do dia e não me sentia absolutamente nada ameaçado. [...] podia passear e levar a câmara atrás, coisa que em Portugal não podia fazer - se andasse com a câmara era provável que me assaltassem. [Em Portugal] Passei mais tempo em casa também, porque primeiro os meus amigos moravam todos mais longe [...]. Na altura, em Macau, mesmo morando relativamente longe seria barato um tipo apanhar um táxi ou podia ir a pé, ou apanhar um autocarro, aqui era um pouco mais complicado. [...] portanto encontrávamo-nos de vez em quando aos fins-de-semana, combinávamos ir a casa uns dos outros gravar umas músicas ou [...] ir para o Bairro Alto. [...] farto-me de encontrar no Bairro Alto amigos meus de Macau, pessoas que conheci lá [...]. Tomás

¹⁵⁸ Apesar de o escalão etário coberto pelos inquiridos apresentar uma amplitude de quinze anos e não obstante a variedade de áreas de diversão nocturna existente em Lisboa quando os mesmos regressaram de Macau, como a “24 de Julho”, as “Docas de Alcântara” e o “Bairro Alto”, demos conta de uma clara preferência pela última, já conhecida por uns nas visitas ao país durante as férias e descoberta por outros apenas depois do regresso. É curioso notar que, se no presente, esta zona histórica da cidade se encontra muito ‘gentrificada’, tendo-se convertido num espaço de eleição de jovens dos mais variados estratos sociais e com disposições culturais diversificadas, até meados dos anos 90 permanecia associada a uma pequena/média burguesia intelectual e a uma elite artística boémia que conferia ao bairro um ambiente alternativo, vanguarda e cosmopolita harmonizado com a sua vertente mais popular. Estando os biografados habituados a lidar com contrastes culturais e sociais, sentiam-se ali confortáveis, tanto mais quanto o Bairro Alto faz recordar algumas zonas de Macau ao nível da topografia, de uma certa degradação patrimonial, da vivência quotidiana dos residentes e da agitação nocturna.

[...] tenho conhecido pessoas que estiveram em Macau, por exemplo no Bairro Alto [...]. [...] reconheci uma rapariga que eu conhecia de vista de lá e [...] vi que as pessoas com quem ela estava eram também de Macau [...]. Alice

Aos poucos substituíam por outras uma parcela das actividades abraçadas em Macau pautadas por uma forte componente de expressividade e sociabilidade - prática de modalidades desportivas, passeios a pé, bicicleta e mota, realização amadora de filmes e ensaios musicais, organização de festas, para além da frequência de clubes recreativos e casas de jogos. Faziam-no em função quer de gostos e disposições que se renovavam com a idade, recentes socializações e amizades; quer da oferta lúdica e cultural disponível; quer ainda das potencialidades e condicionantes das cidades portuguesas habitadas (clima, topografia, infraestruturas, (in)segurança urbana, mobilidade, etc.). A maioria satisfaz o desejo de aceder a eventos ligados às mais diversas artes (plásticas, performativas e cinematográficas), colmatando aquela que entendiam ser uma das principais lacunas do panorama lúdico de Macau. Quando dispunham de uma parcela de tempo livre mais extensa que a habitual, muitos jovens ocupavam-no com viagens domésticas, percorrendo cidades, vilas e aldeias do norte ao sul e do interior ao litoral português - tal como sucedia ao visitarem o país nas férias - com o fito de saciar a sede de diferentes espaços, gentes e expressões culturais, mostrando terem preservado o olhar curioso e exploratório tão estimulado no sudeste asiático. Disfrutavam, em suma, da realidade que tanto preencheria os seus imaginários durante a ausência migratória, com a vantagem de estarem libertos da controladora e coerciva vigilância comunitária.

[...] por isso é que eu queria vir cá sempre, ia sempre imenso ao cinema, ver espectáculos, peças de teatro e viajava sempre por Portugal. Quando eu conheci mais Portugal foi nos anos em que vim cá de férias, ia [...] de comboio para aqui e para ali [...] para conhecer. Eu fui para lá com 10 anos...[...] quando vinha cá no Verão as pessoas falavam-me de coisas que eu não conhecia, então tentava sempre compensar isso com viagens. [...] eu vinha cá no Verão e ainda durante uns anos fui acampar [...]. Rita

Nos encontros entre ‘amigos de Macau’ - no duplo sentido de afecto tanto ao local que os viu e fez crescer quanto às amizades aí travadas - dedicavam-se não raras vezes à reconstrução saudosa das sensações e episódios mais marcantes do ciclo

biográfico ali fruído: amores e desamores, desentendimentos e reconciliações, intrigas sociais, experiências sexuais, saídas nocturnas e transgressões, produções artístico-culturais amadores, comemorações locais, festas escolares e particulares, assim como as viagens. Aspectos algo hostis desvaneciam-se com o tempo, a distância e um balanço retrospectivo demasiado rico já que, em convergência com os seus progenitores e tantos outros portugueses jovens e adultos que passaram por Macau, a quase totalidade dos biografados recorda o período ali gozado com um dos melhores, senão mesmo o melhor, da sua vida.

[...] criaste amizades que são para a vida porque são coisas que unem mesmo as pessoas. [...] vivi coisas fortíssimas em conjunto com estas pessoas, e a experiência de tu ires para um sítio radicalmente diferente do teu país de origem e teres referentes culturais que depois também não são os que as pessoas daqui têm... Catarina

[...] para te definir Macau naquilo que foi mais significativo para mim foi sem dúvida os amigos e as pessoas com quem eu lidei lá. Não tenho a menor dúvida que Macau é acima de tudo as pessoas que eu tive [...]. Rita

Fiz amizades muito sólidas, muito boas, com uma cumplicidade que é uma palavra que o Vicente usa muito em relação às pessoas de Macau... [...] tu podes ver uma pessoa de Macau que não vês há vinte anos ou que nunca conheceste bem mas que há uma química qualquer que funciona sempre. A nível humano acho que foi o mais importante [...]. Madalena

Por isso mesmo, tais ocasiões serviam de algum modo para dividir a dor da privação, isto é, “the sharing of the loss, rather than the past as a sharing” (Ahmed, 1999: 330). Perda de lugares, estilos de vida e, sobretudo, do ‘nós’ comunitário que o regresso a Portugal implicara sem, contudo, coartar os laços afectivos ali criados e fortalecidos pela cumplicidade decorrente da vivência simultânea de uma tripla transitoriedade: espacial, sociocultural e biográfica. Mas não era só o passado partilhado, nem a dor associada à sua perda que juntava os ‘amigos de Macau’. Compartiam, em paralelo, no país que os reacolhia, as dificuldades, perplexidades, desafios, novidades e proveitos do tempo presente, de forma a contribuírem para o sucesso individual e colectivo do processo de integração.

Ainda assim, no colectivo de biografados, houve quem considerasse que muitos dos jovens regressados se mantiveram, em especial na fase de instalação em Portugal, demasiado presos ao ciclo biográfico vivido no sudeste asiático e confinados às redes de amizade associadas, postura refractora ao aproveitamento do tão almejado país que romantizavam, bem como à participação nos múltiplos circuitos de sociabilidade agora disponíveis. Sinal de “excesso de passado” - expressão roubada a Eduardo Lourenço (1999: 71) - nas trajectórias presentes? Sinal, que as conclusões de Merton (1968: 356) sobre as vinculações grupais ajudam a compreender. Assinalou-se atrás que, segundo o autor, a inserção dos indivíduos num novo grupo vê-se facilitada quando este está ainda a formar-se, porquanto a experiência da vinculação é simultaneamente ensaiada por outros em idêntica situação. Porém, como Merton sugere tal não acontece perante um núcleo já existente, facto que tende a motivar a “intensificação dos velhos laços os quais se encontram embebidos de desproporcionados grandes afectos”. Daí a “resistência a um súbito ‘desmame’ de um grupo”, acrescenta.

[...] houve uma espécie de síndrome de várias pessoas [...] que ficaram muito agarradas a Macau, às recordações, estavam sempre com pessoas de Macau e ainda hoje, se calhar, continuam a dar-se. [...] dava-me a impressão que faziam um esforço por só se darem com pessoas de Macau. Parecia que tinham dificuldade em comunicar com os “Tugas”, porque ainda há pessoas que dizem: «- Ah!! cambada de Tugas!». [...] [eu] tentei que para além de Macau me ter marcado, alguma coisa me marque no presente [...]. Duarte

Não por acaso, volvidos anos da reinstalação em Portugal ainda se promovem convívios entre jovens que tiveram Macau como morada: uns, mais regulares e de carácter algo restrito apenas destinados ao círculo próximo de amigos; outros, ocasionais, extensíveis a familiares e redes de sociabilidade de maior abrangência. Neste âmbito, com o pretexto de celebrar a entrada no ano novo chinês sob o signo do tigre, realizou-se há cerca de três anos no Teatro da Luz a primeira grande festa de jovens portugueses representativos dos vários grupos etários ou ‘sub-gerações’ da ‘comunidade’ portuguesa de Macau no arco temporal em estudo. O sucesso da “*Tiger Balm party*”, em cuja organização estiveram dois biografados, ditou a repetição anual de outras duas, a “*Búfalo party*” no Teatro da Comuna e, recentemente, a “*White Rabbit*”, de volta ao Teatro da Luz (cf. <https://www.facebook.com/bufalo.six>).

Contabilizaram-se nos dois primeiros festejos mais de 500 presenças e no último 886, número que beneficiou da divulgação em redes sociais na *internet*, a par da via clássica ‘boca a boca’.

À semelhança das festas do Liceu de Macau, reuniram-se no mesmo espaço subgrupos de jovens portugueses e uns poucos macaenses ‘lusificados’ que, nos quotidianos vividos no território, se (des)agregavam por idades, anos escolares, estatutos sociais, composição do agregado familiar e disposições, constituindo tais eventos imperdíveis oportunidades para desafiar tais vectores de “identificação” e “identização”. Enquanto observadores participantes registámos não só a aproximação espontânea de pares que conviveram durante o ciclo migratório, como demos conta de alguma abertura quer face a jovens apartados da(s) “rede(s) de *philos*” a que pertenceram; quer a outros que ali residiram em períodos descoincidentes dos seus; quer ainda aos que, como nós, sem qualquer ligação directa ao território, compareceram porque arrastados a participar no espírito de afecto ainda hoje característico do relacionamento entre os muitos jovens regressados. Nos três últimos casos o mote para o contacto lançava-se com a pergunta da praxe: “- Em que ano viveste em Macau? E em que turma andavas?” De salientar o reencontro de jovens que se viram pela última vez na sociedade chinesa, em alguns casos velhas paixões interrompidas pelo retorno a Portugal e cuja possibilidade de serem revividas, resolvidas ou tão só recordadas gerou grande emoção e ansiedade. Quais “condensações instantâneas” pautadas pela “pulsão de estar junto” - termos de Maffesoli (2000: IV, 23-28) usados para retratar as ‘tribos’ juvenis contemporâneas - as festas realizadas apresentaram um cunho fortemente revivalista nas quais se ouviram e dançaram as músicas em voga no período vivido em Macau (previamente votadas no sítio da internet criado para a inscrição dos participantes), traduzindo-se em verdadeiras catarses grupais intergeracionais, animadas pela revalorização dos vínculos à anterior sociedade de acolhimento e ao agregado juvenil lusófono nela formado. Contribuíram, assim, para preservar a memória colectiva em torno do ciclo migratório mediante a “celebração de experiências partilhadas” (Back, 1996: 98; Featherstone, 1997: 92-93), bem como para exaltar o “(...) sentimento unificador que transporta para o presente a imagem do ausente”, de seu nome saudade (Pais, 1998: 56). Saudade de um espaço, de um tempo histórico e biográfico, de um estatuto social e cultural privilegiado, de laços fortes de sociabilidade, de uma condição juvenil por alguns perdida, por outros em vias de se perder.

3.2 Os novos circuitos de sociabilidade: desafios e oportunidades

Se a reunião dos biografados com o núcleo de amigos a que estavam ligados na fase anterior à partida para o sudeste asiático pautou-se, as mais das vezes, pelo desencanto, por seu turno, a possibilidade de renovação de amizades nas esferas escolar, profissional, de vizinhança, em espaços de lazer e locais de férias produziu, na maioria, um certo deslumbramento. Este facto, aliado à saturação da ‘multiplexidade’ das relações sociais firmadas no destino migratório, conduziu a que com o passar do tempo alguns desses laços fossem secundarizados depois de adquiridos novos. Para uns, ‘os amigos de Macau’, assim como os vínculos interpessoais estabelecidos por seu intermédio, deixaram de representar o único ou mesmo o mais importante foco de convivialidade; para outros, a sua importância tornou-se intermitente em função das circunstâncias, por vezes das necessidades. A relativização ou alternância dessa valorização no decorrer da trajectória biográfica dos jovens não só nos reenvia para a já mencionada feição instrumental das sociabilidades, como espelha o dinamismo próprio das identidades, no espaço e no tempo, mediante o qual determinadas pertenças culturais e alianças sociais se dissipam, suavizam e reacendem.

Do mesmo modo, se o capital de diferença acumulado ao longo da estadia no sudeste asiático esteve na base do distanciamento dos jovens face às amizades firmadas antes do percurso migratório, foi esse mesmo capital que constituiu uma das principais mais-valias para a entrada em novos núcleos sociais depois do regresso. Capital económico, cultural e turístico sustentado por elementos vários, como objectos, narrativas, vídeos e um volumoso acervo fotográfico os quais, segundo Andrade (1993: 63), representam a “prova do feito realizado” proporcionando a valorização estatutária dos jovens na sociedade de origem e/ou referência.

À chegada a Portugal, os biografados satisfizeram-se com uma rede ainda limitada de contactos, alguns enfrentando uma certa dificuldade de penetrar sozinhos em novos nichos sociabilísticos. Procuraram aproximar-se daqueles com quem partilhavam interesses e disposições, fossem idênticas áreas de estudo e/ou trabalho, preferências estéticas, gostos musicais, cinematográficos, literários, ligados às artes plásticas ou fotografia, ao desporto, natureza e património, a viagens dentro e fora de Portugal, preocupações ecológicas e humanitárias, entre outros. Em simultâneo, mostraram-se receptivos à interacção com jovens vinculados a (sub)culturas juvenis com as quais não haviam contactado anteriormente, motivados pela curiosidade sobre

o outro, o desejo de adquirir apetências e valências sociais distintas, assim como de aceder a renovadas propostas lúdicas que passaram a adicionar ao leque de programas diurnos e nocturnos concretizados com o até então principal grupo de pares - os ‘amigos de Macau’. Aos poucos os seus núcleos de convivialidade dilataram-se e diversificaram-se. As alianças agora criadas assentavam em afinidades que iam muito além de uma experiência migratória, proveniência geográfica e passado histórico comuns, da partilha linguística, padrões de referência, poder simbólico, condições e estilos de vida ou ainda do sentimento de serem e se sentirem estrangeiros num território que não o seu. Para a maioria, ao invés do que ocorrera na sociedade chinesa, as amizades travadas em Portugal resultavam de uma eleição, não de uma “imposição”.

Ademais, como atrás analisado, enquanto em Macau as disparidades sociais e culturais apresentavam tonalidades algo esbatidas - porque o aguçado sentimento de pertença intracomunitário tendia a diluir o eventual endoclassismo juvenil, mas também dado o facto de os portugueses presentes gozarem, em maior ou menor grau, de inúmeras regalias e prestígio social; em Portugal, pelo contrário, aperceberam-se de contrastes significativos no seio da população juvenil. Na linha do que anotariam os teóricos associados às abordagens interaccionistas, como Goffman (1983: 2-4) ou Mead (1990) (cf. Scott, 1995: 97-102), por exemplo, acerca da mediação simbólica das interacções, este marcado escalonamento fazia-se acompanhar de parâmetros específicos, padronizados, susceptíveis de, sob a forma de estruturas incorporadas, situar social e culturalmente os indivíduos. Todavia os elementos sógnicos que compunham a “fachada pessoal”¹⁵⁹ de jovens com quem os biografados passaram a interagir - modo de trajar, falar, de se exprimir, comportar e divertir - ganhavam uma relevância simbólica com a qual não estavam familiarizados, porquanto não possuíam os mapas de significação requeridos para descodificar e interpretar tais formas de reconhecimento e apresentação. Mas não eram só eles a debater-se com a dificuldade de classificar os pares. Também as suas “fachadas pessoais” causavam estranheza a terceiros por não constarem nos catálogos das culturas juvenis dominantes no país.

Socorrendo-nos da reflexão promovida por Fortuna e Silva (2001: 440) em torno das zonas de intermediação geradas pelas relações entre culturas globais e locais,

¹⁵⁹ Goffman (1993: 34-36) define fachada como “o equipamento expressivo de tipo padronizado, empregue intencional ou inconscientemente pelo indivíduo durante o seu desempenho”, sendo a fachada pessoal composta pelos “distintivos que indicam a profissão ou a categoria profissional; o vestuário; o sexo, a idade e as características raciais; as dimensões físicas e a apresentação; a atitude; a maneira de falar; as expressões faciais; os movimentos do corpo, etc.”

podemos dizer que se encontravam perante “relações sociais de estranhamento”. De acordo com os autores, “o estranho é a imprevisibilidade personificada que veio surpreender o quotidiano, sobretudo o quotidiano cidadão. Sem ser um de nós, mas também não sendo um dos outros, com quem nos habituamos a lidar, o estranho é uma categoria terceira (...). O estranho é o diverso incógnito perante o qual se suspende qualquer avaliação apriorística. Sem estatuto definido, o estranho reenvia-nos, assim, para uma atitude expectante e tolerante que não se confunde nem com o crédito concedido aos amigos, nem com o descrédito conferido aos inimigos.”

O melhor exemplo dessa relação social de estranhamento sobressaiu no retrato do ambiente social da Faculdade de Agronomia onde uma biografada se licenciou. Estabelecimento que apesar de integrar diversos estudantes sem terra e ‘sem nome’, caracterizava-se pela sobre-representação de uma população algo tipificada, mais concretamente, descendentes de uma elite latifundiária unidos por laços de parentesco e/ou de proximidade inter-familiar.¹⁶⁰ Nesse meio, a ‘distinção’ dos jovens assentava mais em credenciais herdadas (o sobrenome e o património legado de geração em geração) do que em competências adquiridas por via académica e/ou profissional como sucedia na comunidade portuguesa de Macau, território de conquistas. Não só a jovem sentia embaraço em identificar-se com uma das duas grandes facções de estudantes, como percebia a incapacidade dos colegas em encaixá-la num dos polos: por um lado, encontrava-se mais próxima da ‘massa anónima’ porque destituída de um sobrenome conhecido ou de notoriedade social herdada; por outro achegava-se à ‘elite’ ao possuir como ela (embora não os dela) um conjunto de proveitos distintivos - capital económico, cultural e turístico, uma postura aberta e versátil, um estilo original de vestir e uma mota com matrícula estrangeira, de modelo inexistente em Portugal.

É de registar ainda que, para alguns biografados, a renovação de laços de sociabilidade, práticas e interesses fez-se acompanhar pela alteração do modo como passaram a apresentar-se e a ser abordados por terceiros, à semelhança do que havia já

¹⁶⁰ A prevalência daquilo que a entrevistada designou por “meninas bem”, vestidas de “saias de macho e sapatos de berloques”, comunicando com uma entoação peculiar - “à tia” - lembra em muitos aspectos a juventude “dourada” analisada por Sedas Nunes (1968: 105-110), assim como os filhos dos “velhos residentes” da Coutada do Conde estudados por Pais (1996a: 135-149), cujos membros pertencem à chamada burguesia tradicional ou estabelecida, situam-se no topo da pirâmide social, frequentam os mesmos espaços, revelam idênticas preferências estéticas e lúdicas, modos de estar, etc. Dispondo de elevados rendimentos e gozando de condições excepcionais de existência, levam a cabo práticas sociais e lúdicas distintas e poucas reservadas. As suas redes de conhecimento e convivialidade nascem, desenvolvem-se e consolidam-se no seio de um intra-grupo assente em vínculos inter-familiares ou de parentesco, vocação centrípeta fortemente fomentada e controlada pelos progenitores mediante rígidos e eficazes processos de socialização, com vista à reprodução das matrizes de actuação dominantes.

ocorrido com uma das jovens quase no fim da estadia. A substituição do diminutivo ou um dos apelidos que até então os identificava pelo nome próprio ou outro sobrenome constitui o exemplo que mais fortemente denuncia o propósito de inaugurar um novo capítulo biográfico com o regresso e, porventura, de se dissociarem da imagem a que estavam colados. De novo observa-se o princípio de que as identidades não constituem entidades (embora amiúde representadas como tal) mas processos relacionais e estratégicos (Gabriel, 2006: 43; Scheibelhofer, 2007: 326; Hall, 1992; Phoenix, 1998).

[...] há uma maneira das pessoas me chamarem, [...] que só as pessoas de Macau é que me chamam e que eu não gosto nada que é “Mádá” [Madalena Alves], [...] em vez de me tratarem por Madalena. Cá em Portugal, por exemplo, adoptei outro sistema que é Madalena Oliveira para não dar confusão [...], se calhar fiz isso um bocado de propósito para diferenciar [...]. Madalena

[...] as pessoas que me conheceram em Macau, principalmente nos primeiros anos [...] chamam-me todas Quica e só essas pessoas é que me chamam Quica [...], todas as pessoas cá em Portugal me chamam Rita [...]. Rita

Outro aspecto a assinalar prende-se com o facto de as amizades desenvolvidas pelos biografados em Macau tenderem a concentrar-se, como vimos, em uma só rede social ou núcleo de convivência alargado, concentração geradora de ligações e sentimentos muito fortes entre conterrâneos. Em Portugal, pelo contrário, as alianças interpessoais tornaram-se mais alargadas, difusas e descentralizadas, quase sempre correspondendo cada vínculo a um só tipo de relação ou quadro de interacção - residencial, escolar, extracurricular e laboral no caso dos jovens no activo - daí o seu carácter “uniplex”. De ora em diante, os vizinhos, colegas da universidade e do trabalho, as redes de amizade de Macau, os amigos dos amigos deixavam de ser “uma e a mesma coisa”, antes circuitos de sociabilidade distintos, intra e interclassistas, à volta dos quais os jovens passaram a gravitar. Transitavam de uma realidade pautada por “cenários sociais relativamente interligados entre si”, para uma outra onde dominava a segmentação e dispersão de afectos e ambientes (Giddens, 1997: 77 citando Berger; Wirth, 1997: 53-56), nela evidenciando-se uma multiplexidade extremamente contida senão mesmo nula. Desdobravam-se, assim, numa variedade de apresentações consoante o cariz dos encontros e dos contextos de interacção, estabelecendo “lealdades múltiplas” e explorando com cada uma delas a sua

pluralidade disposicional, na linha do que, entre outros, Maffesoli (2000: 108, 204-207), Liechty (1995: 167), Lahire (2005), sustentam. Estas lealdades plurais no domínio colectivo estão, a nosso ver, longe de significar perda identitária ou o que Erich Fromm (referido por Giddens, 1997: 175) designa por “conformidade autoritária”, definida pela persistente anulação, por parte dos indivíduos, da sua identidade pessoal, a favor da assimilação de características de um dado grupo com vista à inserção no mesmo, assim como a responder positivamente às expectativas neles colocadas. Pelo contrário, antes indicam a expressão diversificada e, sobretudo, idiossincrática, das pertenças e referências dos jovens regressados, cujo valor acrescentado se sublinha (Guibernau e Rex, 1997: 4).

Regra geral, também a natureza dos contactos interpessoais se alterava¹⁶¹. Apesar de uns quantos depoimentos fazerem recordar, em jeito de crítica, aquilo que Simmel (referido por Fortuna, 1997: 9) entendia serem as novas formas de sociabilidade metropolitana, caracterizadas pelo refúgio na individualização, na criação de distâncias sociais e no anonimato, a par de relações de estranhamento e atitude *blasé*, ao mesmo tempo dão conta da participação dos jovens em “comunidades afectivas”. Na óptica de Maffesoli (2000: 17, 33-35, 102-107, 176) baseando-se no conceito de Weber, estas traduzem-se em alianças fluídas marcadas pela instantaneidade e contingencialidade, circunscritas no tempo e sem ligações a um local específico, não obstante o elevado sentido de identificação e comunhão emocional, afectiva e sensitiva, investido em tais momentos de congregação ‘tribal’ (Wirth, 1997: 53; Featherstone, 1997: 101).

¹⁶¹ O sentimento de alguns jovens quanto à diferença de intensidade das amizades criadas em Macau e Portugal lembra a distinção proposta em finais do século XIX por Tonnies (1995: 511-517) entre duas entidades sociais ‘tipo’. A “comunidade” (*Gemeinschaft*) define-se por fortes níveis de afectividade, remetendo para o domínio das relações directas, primárias, permanentes, íntimas, informais, estreitas e familiares típicas das aldeias pré-industriais, caso da família e a vizinhança; a “sociedade” (*Gesellschaft*) caracteriza-se pela “neutralidade afectiva”, reenviando-nos para o domínio público e formal, cujas ligações tendem a ser mecânicas, racionais, artificiais, passageiras, sem substrato, constituindo exemplos as empresas ou o próprio Estado das sociedades urbanas industriais (cf. Elias, 1989: 16).

Capítulo 7

Repercussões do percurso migratório na identidade dos jovens portugueses

Diz-nos Canevacci (1996: 43) que “(...) a viagem é a grande metáfora da identidade, e ao seu fim não voltamos à forma anterior”¹⁶². Assim sendo, depois de concluída a digressão real e simbólica que a passagem por Macau representou para um conjunto de jovens portugueses cujos progenitores adoptaram o território como morada temporária nas décadas de 80 e 90 do século XX, no decurso da sua infância e/ou adolescência, que balanço fazer deste itinerário geográfico?

Enquanto se encontravam em Macau, poucos foram os jovens a aperceber-se das repercussões que a experiência migratória estava (ou viria) a ter nas suas trajectórias biográficas nos domínios socioeconómico, simbólico-cultural, sociabilístico, em suma, identitário. Naquela época, ora subestimavam os ganhos da estadia - caso tomassem por termo de comparação os conterrâneos instalados no território que fruía de idênticos privilégios, condições e estilos de vida; ora sobrestimavam as perdas a ela associadas - caso adoptassem como grupo de referência os jovens residentes em Portugal que, segundo os biografados, beneficiavam de muitas outras regalias.

O processo de reflexão em torno do ciclo migratório vivido no sudeste asiático e a atribuição de sentido ao mesmo tendeu a ocorrer já longe do contexto geográfico e temporal que o enquadrava. Somente após o regresso a Portugal a maioria dos jovens tomou consciência do valor, auto e hetero-atribuído, associado à passagem por Macau. Outrora encarada como problemática e desenraizadora, a experiência migratória é hoje por eles avaliada como extremamente enriquecedora (não obstante os aspectos menos favoráveis registados), na senda do que se anota em adicionais exemplos de mobilidade geográfica tidos como um privilégio (Ahmed, 1999: 336), um “grande bónus” (Hoffman, 2000: 3).

Tenho de confessar que se calhar só percebi a importância de ter vivido em Macau já cá e de como lá era muito mais fácil ter-se vivido. [...] quando confrontei o meu percurso de vida com o de outras pessoas cuja adolescência

¹⁶² Os contributos da viagem para a transformação identitária, em particular para o modo como os indivíduos se relacionam com o espaço, os outros e o mundo, são assinalados por Curtis e Pajaczkowska (1994: 199-214). Testemunho paradigmático desse contributo é, na óptica de Sarup (1994: 98), a biografia de Eva Hoffman, escritora e editora judia de origem polaca que aos 13 anos se instalou com os pais no Canadá (cf. depoimentos da migrante em “Conversation with Eva Hoffman: Between Memory and History: a Writer’s voice”, <http://globetrotter.berkeley.edu/people/Hoffman/>, 5 de Outubro, 2000).

foi passada em Portugal, percebi que tinha sido privilegiada em muitíssimas coisas, com todas as coisas que eu perdi pelo facto de lá ter estado [...]. Rita

[...] o negativo foi eu ter estado afastado de muitas coisas que se passaram não só em Portugal como na Europa e noutras partes e que não chegavam a Macau, mas serve um bocado como as prendas que uma pessoa vai desembulhando depois do Natal. Imagina o que é vires a descobrir um novo realizador, que não é nada novo mas que é novo para mim, [...], tipo o Peter Greenway que é o máximo, eu adoro e foi uma paixão ter descoberto. Domingos

[...] aqui as pessoas tinham uma vida mais difícil e sentia-me com sorte, [...], por ter oportunidade de ter estas coisas todas. [...] era justo que toda a gente pudesse ter tido essa experiência porque foi tão bom, tão bom! Madalena

Essa avaliação de sentido positivo decorreu de uma dinâmica duplamente comparativa: temporal, isto é, entre passado e presente; bem como relacional, ou seja, entre o 'eu' e o 'outro'. Dito de outro modo, resultou da percepção do contraste entre as condições existenciais, modos de vida e oportunidades desfrutados pelos próprios antes da partida e aqueles usufruídos em Macau e posteriormente em Portugal, findo o ciclo migratório; aliado ao confronto da sua trajectória biográfica quer com a dos pares que haviam integrado o seu círculo de convivialidade no período precedente à deslocação para o território, quer com a daqueles com quem travaram amizade depois do regresso.

1. Ascensão social e reconfiguração do poder simbólico

De entre a diversidade de factores que, grosso modo, motivaram o movimento do núcleo familiar dos jovens portugueses para Macau, realçou-se a expectativa de ver incrementados os recursos materiais e socioculturais dos membros do agregado. De facto, chegados à sociedade de acolhimento, as narrativas de sucesso que haviam seduzido os progenitores dos biografados tornaram-se suas, dadas as avultadas remunerações auferidas, o baixo custo de vida encontrado, a fruição de benefícios vários (espaço habitacional, isenções fiscais, etc.), a par dos novos estilos de vida adoptados, sobretudo em termos de consumos e práticas de lazer, donde o saldo entre

os ganhos e os gastos mostrou-se desde logo deveras positivo. Tendo presente esta conjuntura postulávamos que, à imagem de outros percursos de mobilidade geográfica, o efeito primeiro ou mais evidente deste fluxo nas trajectórias dos jovens interpelados prender-se-ia com a reactualização ou consolidação dos seus lugares na estrutura social (Jackson, 1991: 46, 106; Punch, 2007; Silva e outros, 1984: 105, 118; 133-137, 211; Wulff, 1995b: 78; Amaro, 1985: 363; Lopes, 1999: 75).

Como precisado no capítulo anterior, é certo que - tomando por referência indicadores como os níveis salariais, o poder de compra e padrões de consumo adquiridos pela generalidade dos portugueses em Macau - a reinstalação em Portugal acarretou, para um largo segmento, a redução dos rendimentos familiares, a perda de alguns privilégios sociais, a par da ponderação de despesas e restrição a consumos considerados supérfluos. Ainda assim, os relatos biográficos revelam com evidência que a situação económica e estatutária da respectiva unidade doméstica floresceu substancialmente com a permanência no sul da China por comparação com a condição de origem, em concreto, aquela desfrutada em Portugal na fase que precedeu o ciclo migratório.¹⁶³

Por um lado, a ocupação de cargos laborais intermédios, de chefia ou direcção no território proporcionou aos progenitores dos jovens o desenvolvimento de percursos ascensionais notórios em matéria de estatutos socioprofissionais: muitos dos que saíram de Portugal como “Empregados Executantes” (EE), “Trabalhadores Independentes” (TI) e “Profissionais Técnicos e de Enquadramento” (PTE) transitaram, aquando do regresso, para os lugares cimeiros que contemplam os “Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais” (EDL). No caso dos funcionários públicos, regra geral, todos eles escalaram a pirâmide administrativa num intervalo de tempo bem mais curto do que o previsto caso permanecessem no país, apropriando-se de um elevado poder hierárquico correspondente aos novos assentos profissionais. Por outro lado, terão sido poucos a despedir-se de Macau sem um valioso ‘pé-de-meia’ capaz de lhes assegurar índices de bem-estar¹⁶⁴ apazíveis, se bem que variáveis de pessoa para pessoa em função das receitas mensais obtidas, da duração da estadia, dos

¹⁶³ Baseando-se na análise do quadro migratório nacional até meados da década de 80, Silva e outros (1984: 107) concluem serem os países não europeus os que proporcionavam aos migrantes portugueses a acumulação de maiores poupanças, constatação que a presente investigação não infirma, apesar da fraca representação de Macau enquanto destino migratório nos fluxos intercontinentais estudados.

¹⁶⁴ Embora reconheçamos, na esteira de Ferreira de Almeida (1993: 829), o carácter impreciso desta expressão dada a diversidade de modelos vivenciais reclamados ou idealizados pelos indivíduos consoante as suas distintas carências e ambições (tempo de lazer, saúde, poder económico, tranquilidade, segurança urbana, etc.) utilizámo-la neste contexto como sinónimo de condições sociais de existência.

projectos de vida delineados, assim como das poupanças acumuladas, daquelas aplicadas em domínios rentáveis ou ainda convertidas em capital cultural e turístico.

[...] Havia muita gente que nem sequer viajava, [...] estava claramente a juntar dinheiro para chegar cá e comprar uma casa e viver melhor [...], acabaram mesmo por enriquecer porque havia mesmo muito trabalho. [...] na Administração uma pessoa com o cargo da minha mãe que era funcionária pública [...] ganhava muito mais do que aqui, lá não se paga impostos e era um paraíso nesse sentido. [...] nunca nos contivemos de forma nenhuma, [...] viajámos imenso, curtíamos imenso, tínhamos tudo, não tínhamos preocupações financeiras, quando voltássemos logo se via. [...] O que tinha antes era naturalmente diferente. Mudou muita coisa, mudou e tenho a profunda consciência de que o facto de ter ido para lá [...], da minha mãe ganhar muito mais dinheiro lá do que estava a ganhar cá ajudou. Rita

O investimento, por parte da maioria, das economias amealhadas em património imobiliário - um dos principais alvos a atingir pela generalidade dos migrantes de volta à sociedade de origem ou referência (Baganha e Góis, 1999: 237, 242; Silva e outros, 1984: 129, 143; Amaro, 1985: 361) - designadamente a aquisição de habitação própria por quem ainda não a possuía (quase metade no presente estudo) e/ ou de casas secundárias nos arredores de Lisboa (Sintra, Oeiras, Cascais e Estoril), Ribatejo, Alentejo e Algarve, figurou com um dos mais visíveis sinais de êxito material do núcleo doméstico regressado. Note-se que o capital económico obtido foi, no essencial, canalizado para seu usufruto e não tanto para o da rede de parentesco mais alargada como ocorre em vários fluxos cujas remessas destinadas à sociedade de origem ou partida muitas vezes se repartem no apoio a irmãos, progenitores, entre outros, com o intuito de os auxiliar a melhorar as suas condições de vida, e/ou proporcionar o subsequente reagrupamento familiar no país de emigração (Padilla, 2006: 13).

Depois de terem voltado os meus pais andavam à procura de uma quintazinha para realizar um antigo sonho do meu pai, com uma horta e umas laranjas e [...] compraram um terreno. Tomás

Indicador adicional da prosperidade financeira e incremento da capacidade aquisitiva alcançada pelo agregado familiar dos jovens interpelados - em complemento

com seu o potencial revelador de padrões de consumo, preferências estéticas e da passagem algo duradoura por terras do ‘Oriente’ - é o quase inesgotável manancial de bens trazido de Macau (a Administração disponibilizava aos funcionários públicos contentores para o transporte, por via marítima, do património acumulado ao longo do ciclo migratório). Mesas, cómodas, estantes, armários, cadeiras, poltronas, arcas, camas, toucadores, serviços de porcelana; tapetes e tapeçarias; molduras, candeeiros, gaiolas de pássaros, leques, estatuetas (pequenos budas, animais ou figuras indígenas esculpidas) e outros objectos artesanais ou decorativos; joalheria, estojos de pintura chineses, antiguidades e obras de arte contemporânea; vestuário e sedas; instrumentos musicais, brinquedos, bicicletas e motocicletas; electrodomésticos, suportes tecnológicos como televisões, laser vídeos e vídeo gravadores, aparelhagens, leitores e inúmeros CD’s, máquinas fotográficas, câmaras de filmar, computadores e *gadgets* (*karaokes*, *walkmans*, jogos electrónicos), constituem testemunhos vivos do espólio assinalado pelos biografados e por nós apreciado em algumas das habitações visitadas. “Em Macau comprava-se o futuro”, dizia um dos jovens, e esse futuro voou para Portugal com o regresso.

Macau fazia uma diferença em relação a Portugal incrível. Era a roupa...Eu lembro-me que chegava e as minhas primas ficavam assim a olhar para as minhas coisas, [...] aparelhos electrónicos, *Walkman*... [...] olhavam porque era estranho. [...] cá já havia, só que poucas pessoas tinham acesso. Madalena

A nível tecnológico era tudo muito mais avançado do que cá em Portugal. Vale a pena comprar [...] televisões, electrodomésticos, computadores [...]. Além de ser muito mais barato, chegavam lá coisas que eram novidade e que aqui [...] chegavam seis, sete anos depois. [...] eu tenho o *Game Boy* para aí desde os seis anos e eu vinha para cá nas férias [...] e ficava toda a gente maluca, ninguém sabia o que era aquilo e durante quatro, cinco anos ainda me perguntavam: - “Então trouxeste o *Game Boy*?” E eu já não ligava muito àquilo [...]. [...] tinha milhares de brinquedos e tenho. Ainda hoje quando os meus pais fazem lá jantares em casa e há casais que levam miúdos pequenos, eles adoram ir lá porque tenho cestos e cestos e cestos cheios de brinquedos [...]. E havia uma grande dificuldade para as pessoas que nos queriam oferecer coisas nos anos porque nós tínhamos tudo, estávamos muito mal habituados:

[...] - «Então o que é que tu queres, pá?» - «O que ele quer??? Ele tem tudo!!!!
[respondiam os pais]» [...]. João

Eles [os amigos] chegam a minha casa, geralmente olham para a minha televisão e dizem: «ihhh, tantos comandos!» O comando da televisão, mais o [...] do vídeo, [...] da aparelhagem, [...] do CD, [...] do gravador de cassetes, [...] do laser disquete. Temos tantos comandos que já não sabíamos que fazer deles, precisávamos de uma gaveta para esconder aquilo tudo. Tomás

Em paralelo, o visual exótico dos móveis, peças decorativas e demais signos de asiaticidade, aliados à sonoridade *high tech* dos equipamentos tecnológicos de vanguarda trazidos de Macau - naquela época, dificilmente passíveis de ser adquiridos em Portugal (e menos ainda exibidos por jovens) porque demasiado caros ou mesmo indisponíveis no país - operavam como instrumento de afirmação identitária e diferenciação sociocultural, contribuindo para a obtenção de notoriedade social no seio dos respectivos circuitos de relacionamento, como sucede com tantos migrantes portugueses, inclusive menos qualificados escolar e profissionalmente, aquando da sua reinstalação no país ou no quadro das visitas efectuadas em períodos de férias.

Tal património cumpria, nesta medida, a dupla função, manifesta e latente, referida por Merton (1968: 125, 136-137) baseando-se na análise funcional do padrão cultural de consumo ostensivo elaborada por Veblen em finais da década de 20. Proporcionava, por via directa, a satisfação de necessidades associadas a uma utilidade socialmente consignada; e conferia aos seus usuários, por via indirecta, a consideração e o reconhecimento estatutário decorrentes da sua posse. Ou não estivesse esta panóplia de objectos investida de um forte “valor sócio ou simbólico”, dado o carácter de originalidade, sofisticação e raridade¹⁶⁵ implicado; para além do respectivo “valor de troca” (custo) e do “valor de uso” (utilidade) (Baudrillard, 1995a; 1995b). Convergimos, por isso, com Merton, quando constata que a “riqueza [seja ela material ou imaterial, acrescentaríamos] é honorífica”.

Note-se, porém, como observou Gonçalves (1996: 256; 2000: 166-167) que a distintividade alcançada pelos migrantes regressados a Portugal nem sempre tem idêntica correspondência nos destinos migratórios antes habitados, e geralmente não lhes é outorgada, no país de origem (ou referência), pelos grupos situados no topo da

¹⁶⁵ Sobre o binómio raridade/reprodutibilidade cf. Benjamin (1992: 74-113) e Conde (1996b: 117-188).

pirâmide social. Ao estudar as representações sobre eles tecidas pela população local, o sociólogo conclui que embora havendo amplo respeito pela sua coragem, espírito de sacrifício, capacidade de trabalho, empreendedorismo e ambição, os níveis de poder simbólico auferidos diminuem na proporção da distância social mantida entre o colectivo que representam e as demais franjas da sociedade. Com bem realça o autor, aos olhos dos que não partiram, em particular daqueles que ocupam os estratos mais elevados e escolarizados, a prosperidade material dos migrantes tende a ser desvalorizada quando não é convertida em capital escolar e cultural - como sucedeu com muitos dos que participaram nos fluxos migratórios portugueses ocorridos entre os anos 60 e 80, a eles atribuindo-se o já definido conceito de “incongruência de *status*” (Silva e outros, 1984: 82). A mesma dissonância aplicar-se-á, de igual modo, a uns quantos portugueses regressados de Macau, a avaliar pelas críticas dirigidas aos que para ali se deslocaram com o mero propósito de amealhar patacas e de quem quase todos os jovens interpelados procuraram demarcar-se.

A esta luz, considerando que as condições de existência dos indivíduos nos reenviam para um espaço tridimensional baseado no volume e estrutura de capitais detidos, assim como na sua evolução ao longo dos tempos (Bourdieu, 1979: 128; 1996: 131; Atkinson, 2010: 13-14), não pode o percurso ascensional destes jovens e respectivos agregados medir-se apenas pelo avolumar de receitas financeiras, a aquisição de bens móveis e imóveis, em conjunto com a melhoria do estatuto socioprofissional dos progenitores. Daí a necessidade de se contemplar, em simultâneo, na apreciação desse percurso, a posse, uso e aplicação de valências complementares tais como as simbólico-culturais.

Mas também elas foram trazidas de Macau, especialmente, no que aos biografados diz respeito, sob a forma de recursos cognitivos, culturais e turísticos adquiridos no decurso da estadia e das múltiplas digressões efectuadas pelo continente asiático. Tais recursos, traduzidos em narrativas (em torno de conhecimentos, curiosidades e experiências), imagens (fotografias e vídeos) e ainda signos de asiaticidade (objectos, práticas, consumos, valores e crenças) colaboraram para que a maioria preservasse em Portugal a aprazível conspicuidade social ou ‘aura’ já fruída no meio de acolhimento ainda que, de ora em diante, assente em parâmetros suplementares. Aliás, a percepção de que o ‘capital de diferença’ e ‘raridade’ afecto ao património transportado de Macau - na época, considerável - lhes proporcionaria, em Portugal, distinção social nos correspondentes universos de circulação, gerando o que

chamaríamos *efeito 'Oriente'*, incentivou alguns jovens a remexer nos baús asiáticos para deles recuperarem o espólio de que estavam desprovidos quando saíram do país e ao qual nem sempre prestaram atenção na sociedade hospedeira.

Há sempre um certo fascínio de saber como é que é Macau porque as pessoas ouvem falar. De um modo geral todas têm interesse em saber [...] histórias, querem saber se é mesmo assim, se não [...]. [...] toda a gente quer saber as coisas do outro lado do mundo. [...]. Era sempre engraçado quando eu vinha porque eram as novas modas e as coisas que ainda não tinham cá aparecido e sempre que eu vinha era sempre um bocado o alvo e o centro das atenções entre os meus amigos de cá e primos por causa disso. João

Cá em Portugal há uma grande curiosidade em saber como é que foi a experiência de Macau: perguntavam-me como é que é [...] e muitas vezes eles até pensam que nós íamos trazer mais *Walkmans* e mais coisas do que acabamos por trazer. Porque acham que viemos da China e que aquilo é a árvore das patacas e por isso temos de vir cheios de coisas [...]. Duarte

Note-se que se existem determinados 'tipos' de capital cuja relevância tende a manter-se estável no tempo e no espaço (bem como em certos "campos", para usar o conceito de Bourdieu), outros comportam um valor mutável com a alteração dessas e de variáveis adicionais, facto que a presente pesquisa permitiu empiricamente confirmar. É o caso do capital de portugalidade que em Macau, no arco temporal em estudo, proporcionava notoriedade social, tendo deixado de apresentar em Portugal, por razões óbvias, tal importância e significado. Também a cotação das qualificações técnicas e académicas de nível superior - um dos mais significativos vectores de hierarquização social em matéria de "recursos, poder e oportunidades" (Costa e outros, 2000: 29-41) - começara a relativizar-se em certos nichos atravessados pelos jovens regressados, os quais reflectiam o aumento da escolarização e profissionalização daqueles situados nos segmentos intermédios e superiores da estrutura da sociedade portuguesa de finais do século XX, em particular nos principais centros urbanos. Ainda assim, muitos dos portugueses que desempenharam, em Macau, cargos políticos, jurídicos e empresariais de relevo (por vezes alvo de forte mediatismo) viram perdurar em Portugal a sua capacidade distintiva com base em parâmetros socioprofissionais.

2. Apropriação de signos de ‘asiaticidade’

Ao estabelecer como um dos objectivos prioritários de investigação a análise do modo como a passagem por Macau contribuiu para a recomposição da identidade dos jovens portugueses regressados, ponderava-se, para além dos eventuais ganhos financeiros e sociais do trajecto migratório, a hipótese de influência cultural como consequência da instalação algo prolongada num território pautado pela diversidade de populações, modos de vida, línguas e linguagens - embora de dominância chinesa. Influência cultural que se supunha especialmente expressiva para os jovens por se encontrarem num período de formação, afirmação e permeabilidade identitária por excelência, no qual a exploração, experimentação e assimilação de referências tende a ser assinalável. Admitíamos, então, reunirem condições propícias à incorporação de signos conectados com o espaço onde decorreu uma extensa parcela do seu processo de socialização primária e/ou secundária, independentemente da feição local, regional, nacional, global, ou melhor dizendo, glocal, dos mesmos. A ocorrer, entendíamos que tal apropriação sofreria não apenas um ‘efeito de idade’ mas oscilaria com variáveis de igual relevância como o tempo de permanência no território; o maior ou menor suporte político-institucional conferido aos migrantes portugueses; os níveis de vinculação a Portugal, à lusofonia e à rede de conterrâneos; o padrão dominante de interface com a população chinesa e macaense, aliado à extensão e profundidade da sua participação nos quotidianos locais.

Estamos em pleno acordo com Costa e outros (1990: 198-200) quando afirmam que “sociabilidade é socialização e contágio”, sendo a primeira definida por “contactos não anónimos, repetidos e duradouros, que se estabelecem no quadro de distintas referências, como as familiares, as de amizade, as profissionais, as de vizinhança, as de associação”. Atendendo às conclusões anotadas sobre o propenso lusocentrismo dos jovens portugueses em Macau, a par da escassez de alianças firmadas com o segmento juvenil local, indagávamo-nos se o ‘contágio’ cultural poderia dispensar sociabilidade e imersão profunda em esferas de interacção que não as da ‘comunidade’ portuguesa.

Concluimos afirmativamente, defendendo na esteira de Merton (1968: 313, 361-393) que embora o extragrupo remeta para núcleos sociais com os quais não se desenvolvem relações de afectividade e intimidade, tal não obsta a que em determinados domínios (padrões simbólicos, valorativos e comportamentais) ele se converta em modelo de referência. Essa influência chega mesmo a ser entendida como

inevitável por parte de indivíduos que se sentem uma minoria em determinados contextos culturais, a avaliar pelo depoimento de um dos entrevistados de Les Back (1996: 159): “It’s like if you are white living in a black area you’ll have a little black in you, and if you are black living in a white area you will have a little white in you.”

Assim, apesar de termos detectado, por parte dos portugueses em geral e dos jovens em particular, uma modalidade de inserção na sociedade hospedeira tendencialmente disjuntiva, ou seja, “eticizada” (Pires, 2003: 100), assente numa distância cultural intercomunitária acentuada e saliente, verificou-se que esse endocentrismo não foi contudo suficiente para impedir a incorporação, de abrangência e intensidade variáveis, de signos de asiaticidade. Dinâmica que confina, aliás, com uns quantos registos assimilativos ocorridos ainda no decurso da estadia no sudeste asiático, como especificado noutro capítulo. Referências hoje materializadas, por exemplo, em estilos juvenis, dietas alimentares, estéticas domiciliárias, produções artístico-culturais, credices e credos religiosos, combinadas com signos de portugalidade, europeidade, americanidade ou mesmo uma mistura de todos eles mediante um processo de “descontextualização e des-simbolização” sígnica, seguido de recontextualização, reutilização e resemantização (Canevacci, 1996: 53; Clarke, 1976: 177). Sendo certo que se olhados isoladamente tais signos pouco dizem sobre a passagem dos jovens migrantes por Macau - porque também usados por indivíduos sem quaisquer vínculos ao território - uma visão de conjunto atesta que a asiaticidade entrou no ‘espaço de vida’ da maioria, povoando os seus quotidianos muito para além daquilo que as cadeias de globalização possibilitavam e motivavam aquando do seu regresso a Portugal.

Com base nestas considerações, constatou-se que em matéria de apropriação linguística - pautada, em Macau, pela aprendizagem informal e seu uso instrumental - a assimilação foi limitada, contextual e fortuita. Ainda assim, uma das biografadas decidiu, já depois do retorno, estudar mandarim na Missão de Macau em Lisboa, com vista a satisfazer a curiosidade pela língua despertada no território mas apenas consolidada em Portugal. No decurso das entrevistas alguns jovens serviram-se de forma espontânea e avulsa dos poucos vocábulos incorporados no meio hospedeiro desde então utilizados com regularidade mesmo longe do cenário asiático, a saber: *mintói* (edredão), *pipiqueis* (*bips* - aparelhos receptores de mensagens), *lai-sis* (envelopes vermelhos com ofertas em dinheiro), *tchuian* (bonecos desmontáveis), tendo-se destacado as palavras ligadas à gastronomia - *fái-tchi* (pauzinhos), *pui-min*

(massa de confecção rápida que se come em caldo numa taça), *shaumin* (massa frita com lula, camarão, ou carnes variadas) e *dimsum* (massa recheada de marisco, carnes ou queijo, cozida a vapor em cestas de verga). Mais do que uma manifesta “identidade de *habitat*”, os reportórios linguísticos exibidos, ao integrarem também gírias juvenis - “bué”, “beca”, “fixe”, “foleiro”, “porreiro”, “yá”, bem como uma ou outra expressão de ‘classe’, convocaram tempos históricos e biográficos, lugares sociais e geográficos, desvendando as múltiplas filiações dos interlocutores - geracional, social e cultural.

Quanto à imagem exterior - indumentárias e adereços - “linguagem silenciosa” (Liechty, 1995: 178) mas assaz expressiva mediante a qual os indivíduos oferecem àqueles com quem interagem uma dada representação de si e dos seus grupos de pertença, figura, à semelhança de outros signos, como sinalizador de “identificações” e “identizações”, ou seja, enquanto um código individual e colectivo de afirmação, reconhecimento e estranhamento pleno de sentido e significado.¹⁶⁶ Assim sendo, debruçámo-nos sobre este código de apresentação (nos encontros estabelecidos com os biografados e através das fotografias e vídeos disponibilizados).

Observou-se que na fase de reinstalação em Portugal alguns jovens transportaram o estilo *negligé* cultivado em Macau, despreocupação própria de quem, consciente da fruição de uma certa distintividade, ignora, despreza ou transgride convenções (Bourdieu, 1979). Porventura, manifestando também preocupação em distanciar-se de eventuais epítetos negativos atribuídos por pares ‘sociais’ cujos posicionamentos dispensaram a via migratória, e que não raras vezes conotam os percursos ascensionais dos migrantes e respectiva ostentação de riqueza com ‘novo-riquismo’, olhando este segmento como uma espécie de ‘usurpador’ da ‘sua’ classe. Outros personalizaram a aparência inspirados pelos vários ambientes percorridos no sudeste asiático, apresentando-se com vestes originais perante os catálogos pouco diversificados, à época comercializados em Portugal, como saias indianas, jaquetas de cetim achinesadas com motivos florais, camisas nepalesas usadas por fora das calças, sandálias de couro e adornos artesanais (cf. imagens anexas). Numa das viagens à Índia no início dos anos 90, uma das jovens colocou um brinco no nariz que ainda hoje conserva, antecipando-se à moda dos *piercings* anos mais tarde seguida por jovens portugueses. Como os próprios classificam, tratava-se de um estilo próximo do *freak* já

¹⁶⁶ Cf. Maffesoli (2000: 108), Clarke e outros (1976: 52), Clarke (1976: 177-179), Hiernaux (1997: 159); Mayol (1996: 48), Sigurtá (1989: 23), Fiske (2001: 38, 97, 108), Eco (1989: 13-15), Pais (1990b: 631, 1996a: 100-103), Giddens (1997: 57, 58); Jenkins (1996: 50).

cultivado durante a estadia em Macau, que não só certificava terem sido contagiados culturalmente, como também contribuía para a preservação de uma marca distintiva face aos jovens portugueses adeptos de estéticas mais clássicas e/ou menos glocalizadas. Como sucedeu por relação a tantas outras dimensões, tal contágio tornava-se perceptível mediante o contraste objectivo entre as opções estilísticas desses últimos e as suas (por seu turno, idênticas às de alguns amigos regressados de Macau).

[...] durante uns anos achei que não me vestia como as pessoas de cá, mas enquanto lá estive [...] nunca tive consciência que também eu tinha alguma influência do estilo local [...]. Rita

Com o passar do tempo, essa orientação estética com laivos de asiaticidade foi-se desvanecendo para exteriorizações mais subtis. No presente, as preferências da maioria dos biografados, “sem uma ancoragem clara em qualquer território” (Hannerz, 1990: 237), não evidenciam um padrão definido e mostram-se menos devedoras da passagem pelo continente asiático do que da apropriação, por intermédio de canais diversos (revistas, televisão, sítios na internet, cadeias de roupa internacionais, etc.), de parâmetros estilísticos diversificados e globalizados que os próprios misturam e harmonizam. Tais escolhas, reflectem, por conseguinte, a interpenetração de múltiplas escalas de influência - globais, regionais, nacionais e locais - reflexo de simultâneos e complementares processos de “globalização do local” e de “localização do global” a que tantos autores se reportam.¹⁶⁷

A nível gastronómico, a absorção cultural pode considerar-se significativa, ou não fosse este um dos vectores que reuniu em Macau índices de assimilação mais elevados por parte dos jovens migrantes, disposição mantida na actualidade. Em Portugal aderem à culinária de vários países asiáticos, frequentando com regularidade restaurantes chineses, macaenses, indianos, nepaleses e japoneses (na verdade, já o faziam antes da sua relativa popularização no seio da sociedade portuguesa). No âmbito do trabalho de campo realizado acompanhámos, inclusive, um dos biografados às Caldas da Rainha para conhecer o primeiro espaço tailandês a abrir portas no país,

¹⁶⁷ Cf. Featherstone (1997: 88-98), Giddens (1992: 50-96; 1997: 19-20), Hall (1992: 302-304), Giard (1996: 244), Feixa (1993: 60), Bennett (2002: 52), Simões (2002: 40), Wulff (1995b: 66-71), Urry (2001b), Appadurai (1990), Friedman (1990), Robertson (1990: 19), Back (1996: 4), Fortuna (1999: 15), Liechty (1995), Santos (2001: 31-90), Fortuna e Silva (2001: 432-436).

ensaio decepcionante para o próprio dada a abissal diferença por ele registada face aos sabores testados na Tailândia onde “jamais se serviria um prato com ananás enlatado”.

Estivemos também presentes no casamento de outra jovem interpelada cujo jantar decorreu no restaurante Mandarim Estoril, afamado pela sua fidelidade à “verdadeira” gastronomia chinesa ou, pelo menos, à que os portugueses se acostumaram a degustar em Macau, Hong Kong e demais territórios chineses visitados. A escolha deste local e ementa em particular, em conjunto com a eleição da auspiciosa cor vermelha quer para o convite de casamento, cuja ilustração reporta claramente para o contexto asiático (cf. figura em anexo); quer para o vestido de noiva, à imagem das nubentes chinesas adeptas da tradição, atestam que as marcas de asiaticidade pontuam os quotidianos dos biografados e alguns dos momentos com maior relevo nas suas vidas.

No decurso de umas quantas refeições ‘chinesas’ partilhadas com jovens regressados de Macau, estes evidenciaram uma franca disponibilidade para testar os paladares mais exóticos dos menus e uma razoável familiaridade face ao contexto cultural associado a tais espaços, através da demonstração de três valências: linguística, dando uso, nas interacções com os empregados, às parcas expressões aprendidas em cantonês; comportamental, manuseando de forma hábil os *fait-shis* (pauzinhos) e cumprindo certos rituais levados a cabo por uma expressiva parcela da população chinesa de Macau (caso da substituição da água e vinho pelo chá); por último, gustativa, evidenciando a capacidade já mencionada e reiterada por Barreira (1994: 64) de distinguir a gastronomia supostamente ‘autêntica’ confeccionada na China das “cópias pálidas” (termos de Giard, 1996: 243) e descaracterizadas elaboradas em Portugal. Inautenticidade apenas detectada por quem, como eles, passou por aquele país, afirmam orgulhosamente os jovens.

[...] sou capaz de fazer um *shaumin* em casa, [...] vou a restaurantes chineses, mas não gosto da comida chinesa de cá, ninguém gosta [...]. Madalena

[...] eu como arroz com tudo, ou melhor, como tudo com arroz. [...]. Eu estive em Erasmus na Escócia e [...] um dia apercebi-me que [...] comia sempre arroz. Fazia de várias maneiras, [...] refogado, [...] com cenoura [...] picante, [...] com frutas e acabei por ficar um pouco com o vício do arroz. Tomás

Vulgarizou-se em simultâneo o uso doméstico de utensílios específicos para confeccionar ementas ‘asiáticas’, em particular o *Hok* e cestas de verga nas quais se cozinham os alimentos a vapor. Aludiu-se ao consumo frequente de arroz (base da dieta alimentar chinesa), se bem que as preferências vão para os já mencionados *pui-min*, *shaumin* e *dimsam*¹⁶⁸, este comprado congelado em supermercados chineses a que alguns jovens e seus familiares acorrem de tempos a tempos (no Centro Comercial da Mouraria ou junto ao Liceu Camões em Lisboa). Regra geral preparam ensaios criativos salpicados com iguarias tradicionalmente associadas aos vários contextos culturais por onde passaram (incluem soja, bambu e cogumelos) e de muitos outros que o processo de globalização coloca no presente ao seu dispor (Featherstone, 1997: 83-92), daí resultando verdadeiras cacofonias gastronómicas, desterritorializadas e reterritorializadas um pouco à imagem da sua estética pessoal e da dos seus domicílios. Tal mistura leva-nos ao encontro de linguagens culturais mescladas cujo produto ultrapassa a soma das partes e cujas designações se multiplicam de forma quase proporcional ao vasto somatório de autores que as estudam: “bricolage” (Lévi-Strauss mencionado por Clarke, 1976: 177), “policultura” (Hewitt), “sincretismo” (Gilroy e Alund), “hibridismo” (Gilroy), “crioulização” (Drummond e Hannerz, citados por Wulff, 1995b: 63, 77-78), a estes juntando-se o de “novas etnicidades” (Back, 1996: 159), “terceiras culturas” (Featherstone, 1990), “mestiçagem” (Burke, 1999, referido por Wiewiorka, 2002a: 86), ou ainda “marronização” (Canevacci, 1996: 28).¹⁶⁹

Com o intuito de melhor representar a realidade em estudo propõe-se aqui um par de novos vocábulos, os neologismos *ocidental/ocidentalização*, particularmente elucidativos não tanto de um dilema cultural entre “raízes e rumos” (“roots and routes”, termos de Gilroy, citados por Fortie, 2000: 6 e Martins, 1997: 24), vivido por diversos jovens migrantes e deles descendentes, amiúde repartidos entre duas ou mais culturas em termos linguísticos, valorativos, comportamentais a que se sentem motivados ou coagidos a vincular-se por diferentes agentes de socialização (como a família, escola, redes de amizade). Antes procuram traduzir o entrosamento de referentes reportados a universos espaciais, culturais e simbólicos cada vez mais difíceis de delimitar. Sublinhe-se, contudo, que na óptica de autores como Urry (2001a:

¹⁶⁸ Prato muito solicitado nos *Yam-sha*, famosos pequenos-almoços chineses servidos em restaurantes de Macau e Hong Kong, acabando por funcionar também como almoço ou mesmo ceia.

¹⁶⁹ A marronização da cultura significa, na apreciação do autor, a fusão de diferenças culturais e modos de vida, visões do mundo e preferências estéticas, representando, em concomitância, a fuga à ordem cultural estabelecida e a preconceitos étnicos.

4) estes produtos sincréticos não procedem da transformação de culturas puras, autênticas, intactas e imunes a influências exteriores, portadoras de uma essência clara, apesar de serem por muitos representados como tal (inclusive pela maioria dos biografados como acima registado). Idêntica perspectiva é adoptada por Simões (2002: 24, 36-39) - baseando-se em Morley e Robins (1995: 129-130), assim como em Pieterse (1995) - segundo o qual o sincretismo cultural assenta em culturas já de si sincréticas, facto que complexifica a tarefa de identificar os elementos ‘originais’ de uma dada expressão cultural cuja autenticidade é sempre relativa.

A respeito das habitações dos jovens regressados de Macau, universos simbólicos por excelência que, pelo investimento ou desinvestimento de quem neles habita, configuram desde logo narrativas biográficas (Certau e Giard, 1996: 204), desvendando voluntária ou involuntariamente condições e modos de vida, padrões estéticos e valorativos, raízes e ambições socioculturais, referências geracionais e disposicionais, constatou-se permanecerem repletas de testemunhos da passagem pela Ásia, como atrás assinalado. Quais caracóis, com a casa às costas, os biografados aludiram à transposição quase integral do recheio dos espaços habitados em Macau para os portugueses, assim como às semelhanças entre os domicílios daqueles que passaram pelo território, em termos de conteúdo.

As nossas casas são todas iguais, é a conclusão a que eu chego. A qualquer casa de Macau que tu vás tens o armário chinês, tens a estante chinesa, é tudo chinês, os móveis todos. Madalena

Conjugados com peças adquiridas em Portugal, os artefactos trazidos do sudeste asiático e de outras zonas geográficas espelham mais uma vez a dialéctica entre local e global, assim como a simbiose entre produtos massificados e artesanais. A alguns desses objectos foi mesmo dado um renovado uso e significado, num cenário igualmente novo, que em muito se distingue da função, sentido e cenário convencional de produção e consumo como atestam os depoimentos abaixo transcritos, ambos exemplos emblemáticos de processos de “descontextualização e des-simbolização” seguidos de recontextualização, reutilização e resignificação empreendidos (Certau, 2000: 39-41; Canevacci, 1996: 29, 53; Feixa, 1993: 97).¹⁷⁰ Tratou-se justamente de

¹⁷⁰ Já Weber observava que “os mesmos significantes/comportamentos têm significados diversos e os significados equivalentes têm por referência significantes/comportamentos diversos” (Caria, 1997: 135).

“embalar a ordem tradicional dos ‘móveis’ para, em seguida, recolocá-los num ambiente doméstico diferente, com outra ordem” (Canevacchi, 1996: 35).

Ah! Uma coisa gira! Temos lá uma coisa que os meus pais tinham comprado nos *Tintins* [antiquários e lojas de velharias], [...] uma jarra muito gira que entretanto colocaram em cima da mesa, aquilo parecia [...] um bule, e foram uns chineses que explicaram que aquilo era um urinol (risos). Tomás

[...] trouxe uns daqueles papelinhos que eles queimam para os mortos que são papeis lindos e como eu estou em arte utilizo para trabalhos [...] e tenho a preocupação de pôr uma coisa bonita virada para a porta de casa que é um hábito que eles têm. Não é uma coisa só bonita, é uma coisa que te traga felicidade e te traga coisas boas. Madalena

De igual modo, e como abordado no capítulo anterior, as credices populares que orientavam e coloriam os quotidianos chineses de Macau, alastrando-se a espaços atravessados ou frequentados por portugueses - ruas, edifícios residenciais, locais de trabalho e a escola - contagiaram uns quantos biografados e seus progenitores, independentemente do género, idade, estatuto socioprofissional e duração da estadia. Chegaram mesmo a interferir e condicionar as suas vidas (e ainda hoje o fazem), desafiando a ideia de que a susceptibilidade a superstições e profecias é apanágio de franjas sociais pouco escolarizadas e desfavorecidas. Constituem exemplos a numerologia, o uso de amuletos (espelhos oitavados), a auscultação ocasional das premonições do *I-Ching* (oráculo chinês) e o acatamento de orientações do *Feng-Shui*.

Tenho a superstição dos números que é um bocado por causa dos chineses. [...] nunca viajo de avião ao dia 4 nem [...] no lugar 4 ou 24 ou que acabe em 4. [...] tento sempre trocar de lugar, [...] com os números eu sou mesmo assim, detesto. [...] quando vejo uma matrícula de carro 4444, penso: «- Coitado, tem a vida arruinada!», [...] não é por gozo, é mesmo superstição, [...] acredito não sei porquê. [...] o 8 e o 9 são ótimos, adoro ter o número telefone 8, fiquei mesmo contente e disse: - «Ah, tem imensos 8!». [...] por acaso o meu cunhado morreu [...] dia 14 numa 4ª feira [...] toda a gente interiorizou [...] a ideia do 4, 4ª feira, 14, ficou tudo naquela... [...]. Madalena

[...] sempre me fascinou e perturbou [...] eles serem tão supersticiosos. Eu se calhar herdei um bocadinho da superstição deles [...]. No outro dia tinha de escolher um código qualquer [...] e o Lucas disse-me 4444 e eu disse 4 não, 4 é o número da morte em Macau e mesmo que eu não acredite nisso, sei lá, prefiro o 8 que é o número da sorte. [...] o meu número da porta é o 84 e a mim agrada-me que sejam os dois e que se equilibrem. De vez em quando lembro-me disso, ou de não dormir com os pés [...] para a porta [...] Rita

Eu tenho sangue chinês e [...] já tenho feito os meus números aqui em Portugal... por exemplo, já é o segundo telemóvel que compro e é uma cegada ter de dizer: «- Olhe quero este modelo e esta cor mas tem que ser com estes números e não quero nem este, nem este, nem este» e fica tudo sem perceber nada. É-me natural [...] não uso nem 4 nem 5 porque o 4 é a morte e o 5 é não, o 5 é um número negativo [...]. Se tiver que escolher em números ou em coisas que vá fazendo que tenham a ver com números [...], podes ter a certeza que 4 é um número onde eu não me sento, o dia 4 é um dia em que em princípio não faço coisas - se tiver de fazer viagens e puder optar entre o dia 3, 4 ou 5 vou dia 3, no dia 4 não vou! Domingos

[...] gosto bastante de procurar aquele número para aquela determinada coisa. Tenho sempre presente a ideia da capicua que dá sorte, e o número 4 que é o número da morte. [...] ainda agora vivi dois anos na Holanda e tinha o meu espelhinho oitavado posto estrategicamente do lado de fora da casa para que os maus espíritos não me entrassem. Eu gosto de queimar o meu incenso [...] é quase como uma vela, é uma presença mística, mas que eu não cultivo com aquele seguimento rígido e tão crente como eles. Sofia

Às credices populares acresce o recurso, casual ou regular, às chamadas medicinas alternativas (com ou sem o complemento das terapêuticas clássicas), a frequência de aulas de *Yoga*, *Tai-chi*, *ChiKungo*, sessões de *Reiki* e meditação, massagens *Shiatsu*, entre outras práticas algo desprezados pela quase totalidade dos jovens aquando da estadia em Macau pelo facto de se orientarem, naquele período, por parâmetros lusófonos e euro-americanos, bem como por referências tradicionalmente reportadas ao segmento juvenil. Práticas e consumos susceptíveis de atrair, antes da viragem de século, apenas uma minoria de portugueses com acesso privilegiado ao exterior, dada a circulação restrita dos mesmos no país aliada à estranheza e

desconfiança gerada por tais realidades plenas de mistério e misticismo. Sentimentos que aparentam ser actualmente menos extensivos, intensivos e ostensivos em virtude da propensa relocalização de mercadorias, filosofias de vida e serviços promotores de saúde e bem-estar associados ao ‘oriente’ e cuja crescente visibilidade em termos de oferta e procura valeria a pena, numa subsequente pesquisa, analisar.

Para além dos referidos, signos adicionais de asiaticidade que lembram o passado migratório dos jovens em Macau povoam de forma difusa, intermitente e personalizada algumas das suas vivências em Portugal, manifestando-se em opções tão diversas como o uso ocasional de cabaias chinesas (antes de virarem moda em certos nichos do universo feminino português); a selecção das palavras Macau, Xangai ou outras alusivas à passagem pela Ásia para códigos e endereços electrónicos; o ‘baptismo’ de animais domésticos com termos asiáticos (*Saké*, por exemplo, nome de uma bebida japonesa); a oferta e recepção de *lai-sis* no Natal. Em paralelo, é com empatia que a maioria visiona filmes, séries e documentários sobre Macau, China e países vizinhos.

Tal como em Macau sacralizavam, pelo valor de raridade e capital de diferença associado, referentes lusófonos, afirmando por meio deles as respectivas afiliações culturais, pelos mesmos motivos valorizam em Portugal signos vários de asiaticidade, como se com o passar do tempo procurassem manter vivo quer o sentido de pertença e de lugar que ainda os vincula ao território chinês (sentimento intensificado com a aproximação do regresso), quer a dimensão *ocidentalizada* da sua identidade que o finalizar daquele capítulo migratório ameaçou dilacerar. Revelam, assim, não ser em ‘casa’ mas longe dela que a afeição à mesma se cultiva e manifesta com maior acuidade, apesar de, ainda no destino migratório, a curiosidade, fascínio e admiração por umas poucas referências, práticas e valores reportados àquela sociedade se tenha feito sentir, facto que os textos e poemas alinhavados, imagens fotografadas e filmes realizados naquela época confirmam (cf. documentação anexa).

Atribuindo ao comunitarismo que os enredava (institucionalmente fomentado, recorde-se) e ao ciclo de vida em que se encontravam - a juventude, a justificação para a indiferença, incompreensão e subaproveitamento da realidade sociocultural da sociedade de acolhimento, os jovens lamentam hoje com “suplemento de nostalgia”, diria Lourenço (1999: 46), não terem despertado mais cedo para o conhecimento dos modos de vida locais, bem como para a apropriação das inúmeras expressões simbólicas que o peso da distância, perda, saudade e reflexividade tornou hoje tão atraentes e desejáveis.

Não por acaso, na linha das conclusões de Conde (1994: 43-46, baseando-se em Bruner, 1987: 32) sobre a abordagem biográfica, registou-se nos relatos compilados o recurso frequente a um tipo de discurso subjuntivo que invoca um universo de “possibilidades *à posteriori*”, em concreto, aquilo que sob diferentes tempos biográficos, condições existenciais, enquadramentos sociais e institucionais, os jovens poderiam ter ou não realizado, conhecido e apreendido quando instalados em Macau. Especificando, “se” ali tivessem residido noutra fase da vida, sem suporte comunitário, institucional e privilégios sociais, a sua participação em “quadros de interacção local” e na dinâmica de intercâmbio cultural com a população chinesa e macaense havia sido, provavelmente, superior, declaram.

[...] quando se é novo está-se mais preocupado com outras coisas, eu acho que a maior parte das pessoas [...], embora possa até dizer que aprendeu imensas coisas, em termos de conhecimentos não aprendeu nada da cultura chinesa, mas em termos de forma de estar, se calhar, aprendeu um bocado [...]. Duarte [...] logo pela manhã quando íamos para o Liceu estavam os velhotes todos chinesinhos a fazer o *Tai-chi*, aquela ginástica matinal que sempre me tentou [...] se fosse hoje [...] sabia fazer *Tai-chi* e tinha aquela predisposição para envolver o espírito com o corpo. [...] uma das mágoas [...] que eu tenho em relação a Macau é de não viver com esta idade, [...] curiosidade e [...] atracção quase que natural de interpretar diferentes culturas [...]. [...] desprezei características que agora me chamariam a atenção de imediato e que tinham muito interesse em compreender. [...] tenho uma idade diferente e uma postura diferente [...], admirando-os bastante, eu posso dizer que sou uma apaixonada pela língua e pela cultura oriental, por isso agora tenho uma preocupação de os entender cada vez melhor. Eu estou a fazer o curso de mandarim na Missão de Macau e eu gostava muito de ter tempo [...] de frequentar as aulas de cultura chinesa, [...] é uma curiosidade que continua a crescer, como se no tempo em que eu lá vivi tivesse havido um despertar e agora há uma tentativa [...] de alimentar esse conhecimento [...]. Sofia

Havia esse lado de admiração [...]. Era o facto de ser uma coisa exótica para mim [...], mas nos últimos anos [...], lembro-me de ter começado a apreciar a cultura chinesa de outra forma: [...] era mais curiosa em relação aos hábitos, às tradições, à vida dos chineses e lembro-me de tentar perceber. [...]. Havia uma série de coisas que eu achava piada, o facto dos tipos se vestirem todos de

branco, as cerimónias de inaugurações das lojas, a cor vermelha e dourado que são as cores festivas por excelência, as coisas do Ano Novo chinês [...]. Rita

Embora ao longo da sua permanência em Macau tenha confluído com os pares portugueses no desenvolvimento de um propenso padrão de integração lusificado e euro-americanizado, um dos biografados, Domingos, manifesta hoje uma razoável familiaridade com a história, credos, padrões valorativos e costumes abraçados pela população chinesa, assim como uma apropriação significativa de signos de asiaticidade quer ao nível dos parâmetros acima assinalados, quer de outros como o religioso. No contexto de uma paragem de seis meses na Índia (viagem que precedeu o regresso a Portugal, motivada pela necessidade de recolhimento, evasão e escape decorrente de um “momento decisivo” como foi a ruptura dos seus laços conjugais, conviveu com monges tibetanos exilados, entre os quais o líder espiritual Dalai-Lama, aprendeu técnicas de meditação e adoptou os princípios budistas como filosofia de vida sustentando que, ao contrário da moral cristã segundo a qual foi socializado, plena de preceitos coercivos e punitivos, o budismo “é um credo que dá mas não exige”.

À luz do seu relato biográfico, esta influência surge favorecida pela conjugação de três variáveis - temporal, espacial e cultural, porquanto não só contabiliza uma presença assaz prolongada no território (quinze anos), como detém laços de parentesco com macaenses (o pai) e chineses (a avó, tios e primos paternos), os quais lhe facilitaram uma maior proximidade às expressões culturais locais e vizinhas.

Assinale-se por fim que apesar de diferenciadamente influenciados, os biografados tornar-se-iam também, eles próprios, veículos privilegiados de transmissão social e cultural no que respeita às referências asiáticas transportadas - cognitivas, valorativas, estéticas e comportamentais - difundindo-as junto de familiares, amigos e conhecidos estabelecidos em Portugal. Convertiam-se, à imagem de tantos migrantes regressados, em mediadores entre as sociedades de partida e chegada, bem como em agentes de mudança e inovação (Amaro, 1985: 368; Silva e outros, 1984: 126).

3. Perfis cosmopolitas: consumos, práticas, sociabilidades e mobilidades

Socialmente reconhecida como a repercussão mais visível do percurso migratório de portugueses em Macau, a melhoria das condições materiais de existência dos jovens interpelados não foi, como vimos, a única, nem por eles a mais valorizada, nem tão pouco a que com maior intensidade interferiu na redefinição das suas identidades. Associada ao processo de incorporação de signos de asiaticidade, demos conta de uma clara e algo generalizada disposição, amiúde reportada a perfis cosmopolitas (ou, diríamos antes, cosmopolitizados, sendo que a adjectivação ilustra melhor o carácter dinâmico e não substantivo ou essencial desse perfil). Disposição corporizada na abertura a linguagens, matrizes valorativas e modos de vida que não os seus; numa postura itinerante e camaleónica ao nível da deambulação por vários circuitos de sociabilidade; assim como em geografias de vida dilatadas e diversificadas em termos de referências simbólicas, sociais e espaciais, traços que os biografados atribuem em larga medida à sua participação na experiência migratória em análise.

3.1 Sobre o cosmopolitismo

A génese do termo “cosmopolita” (Kosmopolities) remonta à Grécia antiga, definindo-se por “cidadão do mundo” (Turner, 2002: 57) ou, como sugere Kant (citado por Beck, 2002:18), “cidadão de dois mundos - ‘cosmos’ e ‘polis’”, indicando, assim um sentido vasto de pertença susceptível de complementar ou mesmo transcender (o que não significa anular) os vínculos primários dos indivíduos: culturais - a língua, a religião, os valores e adicionais referências no seio das quais foram socializados; sociais - a família, o círculo mais próximo de amigos, a vizinhança; e geográficas - o bairro, a cidade e o país de origem.

São diversas as abordagens ao conceito e suas variantes (cosmopolitismo, cosmopolitização)¹⁷¹, de entre as quais se salientam as seguintes: ético-filosófica,

¹⁷¹ Para Kendall e outros (2009, 153-157) se o termo ‘cosmopolita’ aplica-se ao indivíduo e respectivo estatuto identitário; por seu turno, o ‘cosmopolitismo’ reporta tanto à postura do indivíduo cosmopolita quanto às “circunstâncias históricas, políticas e materiais” que estiveram na base da sua formação. Definições distintas são propostas por Beck (2002: 17-18, 24-26): em seu entender “cosmopolitanism is a large, ancient, rich and controversial set of political ideas, philosophies and ideologies”. (...). Cosmopolitanization, on the other hand, is a frame of reference for empirical exploration for globalization from within, globalization internalized”. O autor (2002: 29-30) especifica: “(...) it means

enquanto ideal humanista de equidade e solidariedade social, aceitação e respeito pela diferença cultural; político-jurídica, materializada num projecto de cidadania universal, com os direitos, deveres e responsabilidades associados (Beck e Sznaider, 2006: 6; Weenink, 2008: 1091); sociológica, traduzida numa concepção teórico-metodológica inclusiva sobre o social, adversa a qualquer lógica de polaridades exclusivas e que, independentemente do objecto de estudo, não se confina aos horizontes do Estado-nação, transcendendo-o, porquanto o que nele ocorre é cada vez mais reflexo ou resultado de processos globais que se localizam e “internalizam” (Beck, 2002: 19-23); sócio-identitária, corporizada em reportórios valorativo-comportamentais interculturais e interclassistas, logo, dialogantes com a ‘alteridade’, a par de um sentido de pertença glocal; cultural, objectivada num “fenómeno transcultural” que a partir das redes e interdependências geradas pelas dinâmicas de globalização possibilita o acesso dos indivíduos à diferença, através da produção, distribuição e consumo de bens, imagens, práticas, valores, modos e filosofias de vida que se internacionalizam (Kendall e outros, 2009: 1-9).

Tradicionalmente define-se cosmopolitismo por contraposição a localismo, seja o binómio aplicado a perfis de indivíduos e respectivos papéis sociais, na linha de Merton ou, como proposto por Tonnies e Durkheim, a tipos de sociedades (Thomson e Taylor, 2005: 329). Na óptica de Merton (1968: 485-486), o localista tende a confinar os seus interesses ao círculo comunitário - família, vizinhança e um núcleo confinado e estável de amigos. “Estritamente falando ele é provinciano”. Por seu turno, o cosmopolita expande o seu olhar para fora da comunidade. “Se o tipo local é paroquial o cosmopolita é ecuménico.” Aquele tem origens tipicamente locais, está deveras enraizado no meio onde desde sempre, ou há muito, habita e não pretende dele sair pois crê não se adaptar a outro *habitat*. Ao invés, este possui um planisfério pessoal alargado em termos de socializações e sociabilidades, apresenta um passado de vivências noutros lugares e revela acentuada predisposição para a mobilidade geográfica, sendo a sua residência “apenas uma entre muitas”. Segundo o autor (1968: 393), ambas as posturas reflectem-se na estrutura das relações sociais em que cada indivíduo participa, estando o cosmopolita “equipado de prestígio”. Estudos recentes tendem a enfatizar não tanto a relação de oposição entre cosmopolitismo e localismo

that the key questions of a way of life, such as nourishment, production, identity, fear, memory, pleasure, fate, can no longer be located nationally or locally, but only globally or glocally (...). Sobre os contributos da Antropologia em torno deste conceito cf. Raport e Stade (2007: 223-235).

mas a sua processualidade e complementaridade (Beck, 2002: 19) - “o local, singular e familiar são precondições essenciais para um cosmopolitismo efectivo e afectivo” assinalam Kendal e outros (2009: 4), constituindo nessa medida “duas faces da mesma moeda” (Thomson e Taylor, 2005: 328-332).

Corrente é também a associação do cosmopolitismo identitário a indivíduos detentores de recursos materiais e simbólicos favoráveis ao desenvolvimento dos atributos característicos dessa orientação. Exemplo clássico do perfil cosmopolita é o de jovens aristocráticos britânicos, assim como daqueles vinculados à burguesia europeia e norte-americana endinheirada que lhes seguiram as pegadas para integrar, sobretudo entre os séculos XVII e XIX, a chamada ‘*Grand Tour*’ (cf. o testemunho de Goethe escrito no século XVIII em “Viagem a Itália”, 2001). Digressão de médio ou longo prazo pelos grandes centros de produção artística ocidental - em especial, França e Itália - tinha como propósito explícito proporcionar a estes jovens um período emblemático de formação escolar, social e cultural complementar, mediante o contacto com a ‘inteligência’ local e a ‘alta cultura’ europeia nos domínios da literatura, artes plásticas e performativas, juntamente com a aprendizagem de línguas estrangeiras.

Na época contemporânea aditam-se outras categorias, por exemplo, os ‘viajantes regulares’ assinalados por Calhoun, ou ainda as elites transnacionais - académica, artístico-cultural, política e empresarial - em particular, mas não apenas, ocidentais (Beck, 2002: 17; Castles, 2005: 84), em múltiplos aspectos idênticas aos “*uber-citizens*” estudados por Kanter que os define como indivíduos ricos em conceitos, competências e conexões (Skrbis e outros, 2004: 119-120). Porém, no âmbito de pesquisas onde a relação entre cosmopolitismo disposicional e posições sociais tem sido problematizada, identificaram-se traços de perfis cosmopolitizados em segmentos populacionais diversos. É caso das novas classes médias e, inclusive, de alguns imigrantes de baixa condição social, assim como de refugiados socializados no quadro de matrizes comportamentais e valorativas que não as de origem, cujas experiências e trajectórias biográficas viabilizaram a ampliação de referências identitárias e alianças interpessoais, assim como o desejo de diversificá-las (Skrbis e outros, 2004:119-120).

Acresce que hoje, mais do que nunca, as oportunidades de traspôr fronteiras familiares, sociais, comunitárias e de conhecer formas culturais diversas encontram-se ao alcance de franjas da população muito além de minorias abastadas, a avaliar pela pluralidade de canais e instâncias formais e informais de socialização disponíveis, tanto por via indirecta - mantendo os *media* tradicionais e as novas tecnologias da

comunicação e informação considerável relevância; quanto por via directa, com destaque para as “culturas móveis” (Urry, 2001b: 5) que, no contexto dos processos de globalização e transnacionalização cultural contemporâneos, dispensam os indivíduos de se deslocar das suas esferas residenciais rumo aos tradicionais focos de produção desses parâmetros (Hannerz, 1990: 244-249; Giard, 1996: 242-243; Amit-Talai, 1995: 231; Appadurai, 1990: 30; Fortuna, 1995: 16; 1999: 51; Liechty, 1995: 167; Petrella, 1997). Concordamos, porém, com Featherstone (1997: 84-89) quando verifica não ser linear que a globalização e, mais concretamente, a intensificação de fluxos culturais resulte no acréscimo de sensibilidade e abertura à diferença, assegurando a formação de uma disposição cosmopolita. De acordo com o autor, “uma maior familiarização com o ‘outro’, quer em termos de modos de relacionamento interpessoal, quer de imagens e perspectivas que os outros têm do mundo ou das diferentes ideologias, pode sempre dar origem ao sentimento perturbador de se estar a ser absorvido, ou vir a sê-lo. Face à ameaça da desordem cultural, este sentimento pode levar a que os indivíduos se refugiem na segurança da sua etnicidade, tradicionalismo ou fundamentalismo (...)”. Facto corroborado, complementa-se, pela disseminação em diversos pontos do globo de ideias extremistas contra a diversidade cultural, a imigração e o estrangeiro, incluindo nas sociedades ditas desenvolvidas e democráticas.

3.2 Cosmopolitismo disposicional e seus atributos

Na presente pesquisa, o sentido conferido ao conceito “cosmopolita” levou-nos a cruzar as perspectivas teóricas sobre o cosmopolitismo identitário com os contributos de Lahire (2005) acerca das disposições individuais. Na verdade, a problemática do cosmopolitismo surge implícita nos relatos compilados com um duplo significado: num primeiro plano, manifesta-se como uma ‘disposição’, ‘orientação’, ‘atitude’, ‘prática’ ou ‘competência’ associada a uma abertura consciente - seja ela intelectual, relacional, afectiva, estética - dos indivíduos ao mundo e às diferenças culturais [também sociais e espaciais], a par do desejo de conectar com aqueles que se entende serem o ‘outro’ (Urry, 2000: 7-8; Skrbis e outros, 2004:117-127, Hannerz, 2000: 103; Weenink, 2008: 1091). Num segundo plano, apresenta-se como uma forma de capital simbólico, isto é, um recurso sociocultural (Hannerz, 2000: 239-240).

Apesar dos pertinentes problemas levantados por Kendall e outros (2009: 14-21) a respeito da análise empírica do cosmopolitismo, caso da indeterminação (a que realidade se reporta?); identificação (quem é cosmopolita?); atribuição (quais as determinantes de uma disposição e cultura cosmopolita?); e governação (que resoluções políticas decorrem ou promovem o cosmopolitismo?), parece haver algum consenso em torno dos indicadores ou atributos que nos permitem operacionalizá-lo com vista a descortinar, no seio de padrões identitários cada vez mais complexos e ambivalentes, a presença de uma disposição cosmopolita.

À semelhança de qualquer outra disposição, parte-se do princípio que um indivíduo pode exteriorizar uma vocação cosmopolita no seu dia-a-dia de diversos modos e em distintas esferas de interacção, pública e privada, com diferentes níveis de intensidade e face a uma enorme variedade de parâmetros: valores, atitudes, práticas, padrões de consumo, preferências estéticas, relações sociais e afectivas, etc. Pressupõe-se, assim, que esta disposição é objectivável, o que permite complementar analiticamente as reflexões conceptuais acerca do cosmopolitismo, criticadas por se revelarem teorizações demasiado “abstractas” e ainda pouco testadas no domínio empírico (Kendall e outros, 2009: 10-12, 155; Skrbis e outros, 2004: 116-117). Estamos, pois, em sintonia com a máxima Kantiana de que “observações sem conceitos são cegas; conceitos sem observação são vazios” (cf. Beck, 2002: 24).

3.2.1 Ecletismo cultural e sociabilístico

De entre os principais atributos amiúde elencados como indicadores de uma orientação cosmopolita e que, tomados em consideração, constatou-se serem partilhados pelo grosso dos biografados aquando do regresso a Portugal - de forma avulsa ou conjunta, superficial ou intensa, esporádica ou recorrente, transitória ou duradoura, acusando por isso distintos graus de cosmopolitização identitária - destaca-se desde já, uma postura que transcende a vida comunitária, as amarras locais e as referências socioculturais originais ou dominantes no meio onde os indivíduos se inserem. Tal postura manifesta-se na valorização da diferença cultural em termos comportamentais, simbólico-valorativos, estéticos e sociabilísticos, aliada ao intento de deixar-se por ela transformar através da troca social. Há como que uma vontade

expressa de transitar do familiar para o desconhecido, do vulgar para o invulgar, do convencional para o heterodoxo, dos centros para as margens.

[...] sabendo como sou, acho que [a experiência migratória em Macau] me trouxe principalmente [...] uma grande vontade de conhecer pessoas que não sejam só o meu género de pessoas. Acho que me tornei muito mais tolerante em conhecer pessoas diferentes, em apreciar a diferença [...] a nível dos sítios, a nível das culturas [...]. [...] se nunca tivesse saído daqui não saberia apreciar tanto como se calhar sei hoje. Depois trouxe-me se calhar um gosto pela aventura, [...] um bichinho da viagem, mas não a viagem de ir só durante um mês por ano mas mesmo de partir, de voltar a conhecer coisas novas. Teresa

Em convergência com o traço anterior, junta-se a consciência de fazer parte de um espaço global com as interconexões, potencialidades, condicionantes sociais, culturais, económicas e políticas inerentes, a par da propensão para abraçar valores inclusivos assim como para examinar de forma deliberada, profunda e contínua, mediante o conhecimento que dispõem a esse respeito, disposições, práticas quotidianas, regras e convenções sociais, modos de vida e representações sobre si e os outros, reavaliando-os e reformando-os (Urry, 2000: 9-12; Giddens, 1992: 29, 41). Aliás, a reflexividade surge, na óptica de vários autores, como elemento crucial na distinção entre o cosmopolitismo considerado 'banal', 'mundano', 'domesticado', 'involuntário', 'irreflectido' e um padrão supostamente 'autêntico' que pressupõe consciência de acção, sentido de responsabilidade e capacidade de autocrítica (Urry, 2000: 8; Beck, 2002: 28-35; Skrbis e outros, 2004: 116-117; Rapport, 2007: 231).

[...] acho que o resultante de ter vivido [...] em culturas diferentes deu-me a tolerância que acho que é o mais bonito e a consciência de ser um ser universal. É uma idade de consciências, portanto uma idade em que fui tomando consciência de várias coisas [...]. Domingos

Eu também não arroto, [...] acho uma porcaria, detesto ouvir, agora para eles é sinal de satisfação, deve-se arrotar no fim da refeição [...]. Mas [...] cá andas a passear com os bebezinhos e com as criancinhas ao colo para elas arrotarem [...] porque depois de comer o organismo pede mesmo um arroto [...] e depois a partir de certa altura dá-se-lhes uma palmada na boca cada vez que eles

arrotam, também é um bocado incoerente, não é? [...] Acho que fui estudar Antropologia por ter estado em Macau, tenho a certeza absoluta. Foi o facto de aquilo ser diferente e de eu querer perceber melhor as diferenças, ter percebido que o mundo era tão grande, que as coisas são tão relativas [...]. [...] Se eu não estivesse lá estado não faço ideia como seria [...]. Decididamente é um aspecto muitíssimo importante e muito presente na forma como eu sou e como eu vejo as coisas, [...]. [...] Macau já sou eu. Macau há-de ir comigo para onde eu for porque vai muito naquilo que eu sou [...]. Rita

Acresce ainda a apresentação de um gosto eclético, materializado na apreciação de uma variedade de opções estéticas, espaços e práticas de lazer, consumos e repertórios culturais (musicais, gastronómicos, cinematográficos, literários, etc.) que a maioria dos biografados não hesita auscultar, degustar, cheirar, observar, disposição já anotada no subcapítulo anterior aquando da análise da incorporação de signos de asiaticidade, os quais são pelos jovens mesclados com tantos outros. Não por acaso, os perfis cosmopolitas representam-se, amiúde, como “omnívoros culturais” (Peterson, 2005). É, por conseguinte, nessa apropriação tão diversificada quanto embaralhada que os biografados exteriorizam a feição duplamente singular e plural das suas identidades, fruto da multiplicidade de experiências, influências e parâmetros acumulados ao longo das suas trajectórias de vida (Lahire, 2005: 15-22) - sejam herdados, interiorizados nos cenários migratórios ou ainda adquiridos por via da participação num mundo globalizado ou “distendido”, termo de Giddens (1992: 50) - convertendo-os num poderoso instrumento de circulação social. Mobilidade que, por seu turno, contribui mais ainda para distender, em lugar de se limitar a reproduzir, as suas referências.

[...] recuso-me a achar que a imperial, a bica e o ovo a cavalo é que me dão aquela satisfação [...]. [...] atrai-me mais aquela coisa frita que não sei bem o que é, aquele sumo que até é muito estranho e que só posso beber por palhinha [...], cativa-me muito mais essa diferença [...]. Sofia

Relativamente à esfera das amizades e redes de interconhecimento, a disposição cosmopolita dos jovens regressados evidencia-se e tende a reforçar-se, por duas vias complementares. Por um lado, através da disponibilidade demonstrada para interagir e dialogar com o ‘outro’, onde se incluem indivíduos cujos passados biográficos divergem dos seus e com os quais nem sempre partilham um conjunto harmonioso de

disposições - o *habitus* de classe (Bourdieu, 1979; 1980), quanto muito, certos interesses mais ou menos avulsos enfatizados nesses encontros. Segundo Kendal e outros (2009: 1) para o ‘cosmopolita’ as diferenças apresentam-se “como uma oportunidade para a conexão, mais do que um pretexto para a separação”. Por outro lado, mediante o fomento de uma espécie de itinerância sociabilística, eclética, sintonizada com gostos, práticas e consumos também eles heterogéneos. Na verdade, afirmam e aparentam sentir-se confortáveis em diversos tipos de ambientes - conforto proporcional ao crescente (re)conhecimento das gramáticas simbólicas e regras sociais reguladores das interacções estabelecidas nesses contextos específicos - deambulando com relativo à vontade e “sentido da situação”, como diria Bernard Lahire (2003: 47), por inúmeras redes e “tribos” juvenis, expressão de Maffesoli (2000: iv, 23-35), nelas investindo de modo algo camaleónico as suas identidades emaranhadas, plurais, processuais, sincréticas, dotadas de avultada plasticidade.¹⁷² Semelhantes conclusões sobre emigrantes portugueses regressados são retiradas por Gonçalves (1996: 18) ao afirmar que “jogando numa multiplicidade de posições e de espaços sociais, os emigrantes adquirem uma adaptabilidade, uma versatilidade e uma polivalência deveras notáveis.”

A participação dos jovens nesta dinâmica designada por Maffesoli (2000: 202) de “borboleteamento”¹⁷³ reflecte não só o seu fácil ajustamento à fluidez do tempo presente, como deixa transparecer uma considerável conquista de autonomia identitária, de liberdade individual para decidir com quem e onde estar, assim como o que fazer (dentro dos limites do volume e estrutura de capitais detidos, embora, as mais das vezes, tendam a potenciá-los). As redes de sociabilidade pelas quais borboleteiam comportam jovens portugueses e de distintas nacionalidades que os biografados conheceram nas esferas escolar, laboral ou de lazer, dentro ou fora de Portugal, ainda hoje mantendo contacto. Caso de estudantes Erasmus inscritos nas suas universidades, por alguns prontamente integrados nos respectivos círculos de amizade, a quem

¹⁷² Apesar de os jovens regressados de Macau não representarem uma cultura juvenil demarcada, reúnem características que lembram os jovens “Modernos” radicados na cidade de Buenos Aires estudados por Urresti (1994: 235-260), como a aparência “cool”, a “indefinição ou ambiguidade” identitária, a propensa mobilidade entre circuitos juvenis, a inquietude e tolerância, o gosto pela novidade e experimentação, o descomprometimento generalizado e a distintividade social, muito embora também se distingam em aspectos vinculados da “boémia vanguardista” de Urresti - o culto narcísico da imagem, da extravagância e ostentação - não encontrados de uma forma expressiva nos biografados.

¹⁷³ Este “vaivém” entre distintas “tribos” ou micro-grupos constitui, para o autor, o modelo dominante de sociabilidade contemporânea designado de “grupalismo” ou “neotribalismo”, pautado por agregações empáticas, proxémicas, efémeras e cambiantes, sem objectivos ou projectos definidos já que o propósito é a fruição colectiva do momento presente, das emoções e afectos temporária e intensamente partilhados.

revelaram o país e inúmeras expressões da cultura lusófona, como tivemos oportunidade de testemunhar em várias ocasiões. Hospitalidade retribuída quando os próprios e/ou os seus amigos visitam as cidades onde aqueles residem, amiúde usufruindo de estadia e companhia, benefícios estes mais uma vez afectos ao capital social possuído.

A postura receptiva dos jovens face ao 'estrangeiro' denota não só empatia pela condição de 'outsider' já por si experimentada - e de certo modo revivida no decurso desses contactos - como objectiva a configuração cosmopolita e transnacional das suas identidades cujos traços coincidem com os dos intelectuais transnacionais identificados por Konrad (1984: 208-209, citado por Hannerz 1990: 245): "(...) those (...) who are at home in the cultures of other peoples as well as their own. They keep track of what is happening in various places. They have special ties to those countries where they have lived, they have friends all over the world (...)." Transnacionalidade que, em simultâneo, confere sentido ao facto de um terço dos biografados estabelecer relações afectivas ou mesmo viver maritalmente com pares naturais de países que não Portugal.

Pensamos ter ficado claro que a disponibilidade para 'ouvir, observar, intuir e reflectir' sobre o 'outro', com vista à compreensão dos correspondentes códigos e sistemas de significado, constitui um dos atributos apontados a uma orientação cosmopolita (Hannerz, 1990: 239-242, 248; Turner, 2002; Urry, 2000: 7-8). Todavia, constatou-se que o interesse e a atracção pela diferença demonstrados pelos jovens interpelados veem-se relativizados quando se esconde, por detrás do seu espírito de abertura, certa perplexidade e incompreensão - Hannerz (1990: 248) usa mesmo o termo "irritação" - face aos pares portugueses e de outras nacionalidades relutantes em participar em experiências distintas das usuais ao nível de práticas, consumos, locais de lazer e sociabilidades, evidenciando segurança ontológica somente no seio de referências culturais, sociais e espaciais conhecidas - recorrendo aos contributos de Pierre Bourdieu (1980: 102), diríamos que revelavam um *habitus* de classe assaz consistente e resistente à novidade e mudança. Fazem-no, porventura, porque não beneficiaram, ao longo das suas trajectórias biográficas, de condições propícias à diversificação dos padrões de orientação formalmente inculcados (ou delas não tiraram partido), em virtude da eventual circulação contínua em cenários sociais dotados de forte homogeneidade e coerência, daí resultando uma socialização focada na mesmidade, logo pouco atreita à sensibilização para se exporem e apreciarem a diferença, hipótese a confirmar numa pesquisa futura.

[...] eu achei muito estranho [...] as pessoas não quererem vir comigo ao Bairro Alto. [...]. E eles [amigos da faculdade] achavam um bocado esquisito que eu tanto fosse ao Chicos¹⁷⁴ como ao Bairro Alto sempre com o mesmo sorriso e a divertir-me [...], porque eles não eram capazes de fazê-lo. [...] eu era muito mais aberta a coisas diferentes, até porque em Macau o estilo era para toda agente, o que havia toda a gente fazia. [...] se eu conheço o Bairro Alto e acho muita giro, porque é que eles não gostam? E se eu acho também de vez em quando engraçado ir ao Chicos e estar lá com eles porque é que eles não fazem o mesmo? [...] eu era muito mais alargada em termos de flexibilidade e se calhar por isso consegui dar-me com eles, mais do que eles se adaptarem ao meu circuito. [...] é muito difícil para mim aceitar as pessoas que não conseguem ver para a frente ou para os lados [...]. Teresa

O conservadorismo deduzido de comportamentos como aquele acima descrito tende, na óptica do grosso dos biografados, a privar tais jovens da “riqueza de troca, de socialização cruzada e transformadora (...)” obtida, como assinalam Costa e outros (1990: 200), à medida que se passa do núcleo familiar para os amigos e das relações de amizade intraclassistas para as interclassistas”, assim como, complementaríamos, das sociabilidades comunitarizadas para as interculturais, ecléticas, logo, cosmopolitizadas. Porém, em nosso entender, a incompreensão face ao ‘paroquialismo’ de terceiros não faz mais do que evidenciar os limites da (sua) própria orientação cosmopolita.

Por fim, é de acrescentar aos atributos reportados aos perfis ‘cosmopolitizados’, uma acentuada propensão para a mobilidade, seja ela ‘imaginativa’, ‘virtual’ ou ‘corpórea’ (Urry, 2007: 7), também identificada nos jovens interpelados. Aceitamos não constituir a permanência geográfica, por si só, obstáculo ao desenvolvimento de uma disposição cosmopolita, do mesmo modo que consideramos, na senda de Fortuna (1999: 123) e Hannerz (1990: 241), não ser a mobilidade física (em concreto o acto de viajar) garante da posse dessa orientação. Na verdade, “pode ser-se um cosmopolita sem sair de casa e um local que viaja pelo mundo” sustentam Thomson e Taylor (2005: 338), caso daqueles que, deslocando-se por trabalho ou lazer, procuram nos espaços visitados a familiaridade gozada na sua esfera de residência e “algo mais” (serviços, comodidades e níveis de bem-estar de que não dispunham anteriormente), daí a referência à já mencionada expressão “home plus” de Theroux (Hannerz, 1998: 241-243).

¹⁷⁴ Bar situado na Av. D. Carlos I associado a uma clientela juvenil socialmente privilegiada.

Ainda assim, concebemos a mobilidade geográfica - não apenas os itinerários migratórios mas também turísticos - como uma das alavancas com maior potencial ao desenvolvimento do cosmopolitismo disposicional, sendo que a oportunidade de contacto com outras realidades socioculturais e de interacção com quem nelas habita poderá constituir um forte estímulo cognitivo, cultural e sensorial (Fortuna, 1995: 14), incrementando a familiaridade face à diferença, incentivando a reflexividade e, por arrastamento, processos de auto-transformação. Mesmo a experiência turística, tantas vezes pautada pela aproximação superficial, instrumental e folclorizada dos visitantes aos habitantes locais e suas expressões culturais, potencia a formação de “(...) um conjunto de disposições sociais que integram um espírito de abertura à relação com os outros, a disponibilidade de correr riscos e, por último, a capacidade para reflectir sobre as diferenças estéticas entre meios sociais, culturais e naturais distintos” (Lash e Urry, 1994: 256 citados por Abreu, 1995: 83).

Mas para além de conferirmos à mobilidade espacial o sentido de possível ‘meio’ promotor de uma orientação cosmopolita, consideramos que a propensão para a mesma integra um dos vários traços que, conjugados, revelam essa disposição (no sentido de ‘resultado’) e cuja relevância salta à vista na quase totalidade dos relatos compilados como se analisará de seguida. Posição idêntica é partilhada por Hannerz (1990: 240): “cosmopolitans are usually somewhat footloose, on the move in the world”, regista.

3.2.2 Geografias biográficas: Portugal, porto de abrigo; o mundo como referência

Embora diversos estudos sobre o retorno nos levem a conceber este movimento como o encerrar de um processo aparentemente não retomado (sobretudo porque tendem a circunscrevê-lo no espaço e tempo em que ocorre, em lugar de situá-lo no quadro mais vasto da trajectória biográfica de quem nele participa), tal nem sempre acontece. Na presente investigação verificou-se que o regresso dos jovens à sociedade de origem e/ou da qual haviam partido para Macau esteve longe de representar o fim dos itinerários migratórios nas histórias de vida da maioria, bem como de satisfazer qualquer propósito de sedentarização, antes anunciando um novo ciclo de deslocações.

De facto, depois de reinstalados em Portugal e não obstante a vinculação ao país em matéria de parâmetros identitários primários - linguísticos, familiares, sociabilísticos e afectivos - os biografados revelam partilhar um certo desprendimento,

mais do que desenraizamento, face ao mesmo, não se vendo presos, nem tão pouco constrangidos a permanecer dentro dos seus limites geográficos. Portugal tornara-se pequeno demais para imaginários evasivos, deixando de se apresentar como o único nódulo espacial de referência, mesmo para aqueles que, saturados de Macau, ansiaram um dia pelo regresso. Ao fim de um tempo estavam tão entediados com diversos aspectos da realidade portuguesa quanto no passado estiveram com outros relativos ao território chinês. Parafraseando Chatwin (2000: 16) “senti[am] na alma a inquietação do viajante”, invadindo-os o desejo de voltar a partir, de percorrer e abarcar o mundo.

[...] Macau deu-me uma grande inquietude, [...] só de pensar que passo o resto da minha vida em Lisboa dá-me aqui uma coisa má, não quero. Quero conhecer coisas, quero viajar e acho que depois de ter vivido em Macau eu sou capaz de viver em qualquer sítio do mundo, [...] deu-me uma grande capacidade de adaptação [...], abriu-me os horizontes de forma incrível. Rita

[...] sei que sou portuguesa da ponta dos cabelos à ponta dos pés. [...] há uma coisa que te puxa sempre muito para o teu país que é a maneira como expressas as tuas ideias e [...] [a] que eu mais gosto [...] é em português [...]. [...] em relação a coisas que nos são muito queridas ou identificadoras como a saudade, como usar essas palavras e sentir esses sentimentos, acho que sou muito portuguesa, por isso Portugal será sempre [...] o meu país [...] mas não o país que eu tenha de viver fisicamente, onde eu tenha de estar sempre presente. [...] desde a minha primeira viagem, do meu primeiro corte com Portugal, [...] custa-me muito pensar que vou ficar num sítio para sempre. É com alguma dificuldade que eu imagino as coisas para sempre [...]. Teresa

Eu sempre gostei toda a vida de conjugar o verbo “ir” e continuo a gostar [...]. Achei que já fiz o que tinha a fazer em Portugal que era o cursinho e agora, ala que se faz tarde. Sofia

Mais do que lealdades locais, regionais ou nacionais, vislumbra-se nos excertos transcritos um sentido de afiliação múltipla materializado na vinculação dos jovens a escalas territoriais diversas e disseminadas. Uns quantos sugerem mesmo sofrer de uma espécie de “poligamia espacial”, permanecendo “casados com vários lugares em

diferentes mundos e culturas” (Beck, 2002: 24), neles encontrando o conforto e calor afectivo amiúde atribuído ao lar (Sarup, 1994: 94; Giddens, 1997: 175).

À semelhança de tantos outros conterrâneos que, como eles, passaram por Macau, os biografados experimentaram quase sem excepção (a maioria repetidamente) novos percursos migracionais de média e longa duração, as mais das vezes intercalados com estadias em Portugal - porto de passagens e paragens mais ou menos duradouras - daqui resultando a multiplicação de partidas e chegadas, presenças e ausências, separações e reencontros. O vocábulo “para sempre” apartava-se dos dicionários pessoais de vários jovens que aparentam integrar na perfeição o leque de figuras metafóricas contemporâneas analisadas por Bauman (citado por Jones, 1999: 2-3; Skrbis e outros, 2004: 116), unidas pelo “horror de permanecer amarradas e fixas”.¹⁷⁵

O historial de mobilidade de alguns mostrou-se assaz expressivo, caso de Teresa, licenciada em Agronomia que, para além de Portugal, viveu em sete países: China, Paquistão, Brasil, Moçambique, Reino Unido, Bélgica e Tanzânia onde se encontra no presente. Representa, por isso, um padrão emblemático de desterritorialização e reterritorialização identitária, vivência em trânsito e “pertença itinerante” (Back, 1996: 249), pessoal e familiar, dela revelando plena consciência quando desafiada a detalhar o planisfério migratório dos elementos do seu agregado doméstico.

É um pouco difícil lembrar [todos os países em que vivemos] [...] com esta “família de ciganos”... Demasiada mobilidade diria. Teresa

Outrora receada, a deslocação para o estrangeiro passara a ser imensamente almejada, significando conquista de liberdade, reciclagem de conhecimentos, referências e amizades, diversão, aventura, escape, a par de experiências académicas e/ou laborais enriquecedoras. Prosseguir a formação escolar de nível graduado e/ou pós-graduado, bem como desenvolver uma actividade profissional noutra país, por vezes como resposta à parca oferta de emprego ou a situações de trabalho precário em Portugal, constam entre as primordiais razões declaradas para voltar a atravessar as

¹⁷⁵ Se o “peregrino” constitui a alegoria daquilo que Bauman considera ser a estratégia pessoal dos tempos modernos, pelo facto de empenhar-se incansavelmente num projecto de construção identitária com vista a obter a segurança e equilíbrio interior susceptíveis de conferir ordem a um mundo de incertezas; por seu turno, o excursionista, o turista, o jogador e o vagabundo encarnam personagens paradigmáticas da época contemporânea, caracterizando-se pela aversão à fixidez, a busca de novas experiências e a familiaridade com o imprevisível. Braidotti (1998: 9) assinala outros exemplos: os trabalhadores itinerantes, estrangeiros ilegais, “prostitutas transfronteiriças”, viajantes em trânsito, etc.

fronteiras nacionais (nem sempre coincidentes com os motivos reais como atrás anotado). Mas também gostos e desgostos de amor motivaram uma parcela dos itinerários.

Se a hipótese de reemigrar chegou casualmente às mãos de uns por via de redes de amizade e profissionais, outros buscaram oportunidades com determinação, persistindo mesmo após tentativas goradas - como a de iniciar a carreira diplomática (Rita) ou de realizar um curso de pós-graduação no Texas (Tomás). De entre os percursos efectuados no exterior constituem exemplos a integração em projectos de cooperação e desenvolvimento; a fruição de bolsas de mestrado e doutoramento; a participação em programas de intercâmbio estudantil, com destaque para o Erasmus, aproveitado pela maioria e por alguns retratado como algo próximo de uma modalidade de turismo subsidiado: mais importante do que os benefícios de estudar noutro país, era a vantagem de poder dilatar as respectivas geografias espaciais, culturais, sociabilísticas e prolongar, tanto quanto possível, a sua condição juvenil (Pessoa, 2002: 84-85).

Vivi em Barcelona sete meses, fui pelo Erasmus. Já estava farta de estar aqui, [...] [a vivência no sudeste asiático] dá-te sobretudo uma grande necessidade de andares em trânsito, estás muito tempo parada no mesmo sítio já te estás a aborrecer, não gostas. [...] vais para o outro canto do mundo fazer milhares de viagens intercontinentais, viajas, percebes que o mundo é grande e não queres morrer estúpido, queres ver o mais possível, saber o mais possível. Logo que vim pensei: «- Isto é ridículo, estive no Oriente, vi coisas que não têm nada a ver com a minha civilização, tenho que ir ver a Europa», então, estive em França, [...] Bélgica, [...] Holanda, [...] Suécia, [...] Áustria, [...] Itália [...]. Viajei muito em Portugal. Depois vivi em Barcelona e [...] fui a muitos sítios, [...] Madrid, [...] Itália [...] e agora outras aventuras se seguirão. Sofia

[...] cada vez que tenho oportunidade para ir para qualquer lado vou a correr. [...] fiz o Erasmus na Escócia e estive lá a viver três meses ou quatro [...] logo que soube [...] fui-me candidatar para ir viver fora. Outra das coisas que tem de certeza a ver com o facto de ter vivido em Macau é que não aguento estar em Lisboa [...] ou mesmo em Portugal sem sair: tenho uma necessidade enorme de falar inglês, [...] de ir viver para outro país [...]. [...] Lisboa é a minha cidade, [...] Portugal é o meu país, não tenho a menor dúvida mas não

aguento, [...], preciso imenso de viajar e de conhecer coisas novas. [...] agora estou a candidatar-me ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para fazer a carreira diplomática e uma das coisas que me leva a fazê-la é precisamente a possibilidade de tu mudares de sítio [...]. Rita

Diversas foram as sociedades que os acolheram: Barcelona, Trieste, Londres, Oxford, Cambridge, Edimburgo, Glasgow, Paris, Berlim, Amesterdão, Maastricht, Bruxelas, Tânger, Islamabad, Nova Iorque, São Paulo, Goiânia, Tanzânia e até de novo Macau. Curiosamente, tal como os pais da quase totalidade dos jovens haviam sofrido a influência de redes sociais quer quanto à tomada de decisão de migrar, quer no que respeita aos locais de acolhimento eleitos, esse mesmo papel de intermediação desempenhava-se agora pelos filhos, tendo sido por meio do seu impulso que outros jovens - namorados, amigos, colegas da universidade - sem precedentes pessoais ou familiares de mobilidade espacial, se estreadam na dinâmica migratória.

[...] a minha irmã acabou o curso e foi outra vez para Macau trabalhar, vem no Verão este ano. [...] o ex-namorado dela que não tem nada a ver com Macau, mas de tanto ouvir falar resolveu ir também - ainda por cima era amigo do Tomé, cuja mãe tinha estado em Macau [...]. Rita

[...] eu fui de férias para passar o Natal com os meus pais como ia todos os anos. [...] cheguei a Macau e tive aquela sensação que eu já não tinha há montes de tempo [...] sentia [...] aquela segurança, o tal conforto, sentia-me bem, [...], eu própria [...]. «- [...] não quero voltar para Portugal!» e [...] não voltei, desapareci outra vez, deixei tudo à toa. [...] não estava a planear nada, nem levei nada [...] fui lá passar quinze dias [...] e fiquei lá um ano, mas foi assim um bocado de repente.” Madalena (Macau: 1987-1992 e 1996-1997).

Aqueles que voltaram a Macau já como protagonistas do movimento, estatuto do qual estavam desprovidos no primeiro ensaio, sentiram-se atraídos pelas irresistíveis condições profissionais e, sobretudo, de vida, sumamente mencionadas ao longo deste trabalho, que anos atrás aliciaram os progenitores a partir e ali mantêm ainda hoje uma parcela de portugueses (Gomes, 2006: 31-38). Destacou-se o desempenho de funções laborais promissoras, remunerações elevadas, poder de compra acima da média, extenso tempo livre e de lazer, possibilidade de viajar a baixos custos pela Ásia. Mais

do que qualquer outro destino, Macau surgia aos olhos desses jovens em início de carreira como o lugar de eleição para conquistar algumas das maturidades sinalizadoras da transição para a adultez, em particular, emancipação residencial e financeira, mesmo tratando-se de uma autonomização provisória e reversível como a que caracteriza o modelo actual de transição para a fase adulta anteriormente analisado (Pais, 2000: 220). Ao fim de um tempo, condicionantes individuais e estruturais ou a combinação de ambas ditaram, à semelhança do que ocorrera no passado, o regresso a Portugal.

A configuração das deslocações inter e intracontinentais realizadas, independentemente das especificidades das cidades receptoras, das idiossincrasias dos seus habitantes e da maior ou menor convergência de situações e modos de vida entre os jovens migrantes e as populações residentes revelou-se, regra geral, bastante distinta da que caracterizou o percurso efectuado pelos vários elementos do seu núcleo doméstico para Macau, em termos financeiros, culturais, sociais, de suporte institucional e de adaptação ao espaço de acolhimento. A maioria não possuía, no destino, âncoras familiares, sociabilísticas, nem tão pouco distintividade étnico-social, passando a habitar numa “zona livre da comunidade” (Bauman, 2001: 57), o que significa ter deixado de usufruir dos seus benefícios mas também de sofrer os respectivos constrangimentos.

A ‘libertação’ da estrutura comunitária e respectivo centripetismo motivou o empreendimento de uma modalidade de integração de carácter mais assimilativo que disjuntivo (ao invés do que acontecera na sociedade chinesa), padrão favorecido pela predisposição reflectida dos jovens para submergir com maior profundidade no meio hospedeiro. Posto isto, envolveram-se com a população local e/ou de nacionalidades que não a portuguesa, alargando e diversificando as redes de interconhecimento; assim como apreciaram as diferenças culturais, incorporando referências associadas à sociedade receptora, caso da língua (italiano, espanhol, francês, alemão, etc.).

[...] eu já sabia um bocadinho da língua [Italiano], a língua é fácil de aprender e aí não cometi nenhum erro, estive lá três meses e tal mas passado um mês já falava, e gostei bastante, basicamente dei-me só com italianos, não fiz aquela coisa de me dar só com estrangeiros [...]. Duarte

[...] quando foi o Erasmus, muita gente tinha medo de ir viver para fora, não sabiam como é que iam reagir com a família, se iam ter saudades do país e eu

só via nisso uma experiência nova, os meus familiares e amigos ou iam lá visitar-me ou então: «- Esperem um bocadinho!» Era só [...] um semestre e nós vamos estar a aprender e a conhecer coisas diferentes e uma das coisas positivas de ter estado em Macau foi ter criado um pouco aquele bichinho de viajar. Tomás

Exacerbada em Macau como principal causa do distanciamento intercomunitário, a barreira linguística deixava de erguer-se, tanto mais quanto dominavam o inglês ou outros idiomas de uso internacional. Ademais, a posse de recursos cognitivos, formativos e informativos - em especial, acentuada familiaridade com cenários de forte contraste sociocultural - facilitou o ajuste aos novos destinos, diminuindo os custos de insegurização associados. Custos, tendencialmente menores em sociedades cujos ambientes se pautavam por modos de territorialização não local, como anota Pires (2003: 92) ao reflectir sobre o processo adaptativo dos migrantes. Por isso os jovens saíram de Portugal sem os receios comuns ao primeiro ensaio, autoconfiança contrastante com a apreensão de contrariedades pouco ou nada acostumados a lidar com as desvinculações, revinculações e sensações de estranheza espacial, cultural e social despoletadas pelas dinâmicas migracionais. Porventura, como sugere Jones (1999: 20), porque socializados no seio da família para permanecer, não para partir, entrave de que os biografados estiveram isentos em virtude da concordância ou mesmo incentivo parental obtido - os valores intergeracionais perfilhados a esse respeito legitimavam (e ainda legitimam) as deslocações.

Dispondo do próprio historial migratório e dele tendo beneficiado largamente - pode dizer-se, usando os termos de Bourdieu, que o mesmo contribuiu para dilatar o seu “campo objectivo e subjectivo de possibilidades”¹⁷⁶ - os progenitores dos jovens entendem-na como um investimento com retorno garantido para o desenvolvimento pessoal e social dos filhos dadas as qualidades neles estimuladas. Desembaraço, autonomia, responsabilidade, aquisição de competências linguísticas, escolares, profissionais e sociabilísticas veiculadoras de uma melhor capacidade de resposta e adaptação aos desafios, incertezas, riscos e iniquidades de um mundo globalizado, fluido e cada vez mais competitivo.

¹⁷⁶ O “campo objectivo de possibilidades” traduz o leque de acções e movimentos objectivamente concretizáveis no espaço social, atendendo ao capital e às experiências possuídas pelos indivíduos. Por seu turno, o “campo subjectivo de possibilidades” remete para o conjunto mais estreito ou alargado de acções ou posições consideradas, de forma consciente, pelos indivíduos como passíveis de ser por eles alcançáveis no processo de tomada de decisão (cf. Atkinson, 2010: 14).

Tal perspectiva vai ao encontro da de Mc Gaig (1996: 100 citada por Ahmed, 1999: 337) quando escreve: “In a era when global vision is an imperative, when skills in intercultural communication, linguistic ability, mediation, diplomacy, and the management of diversity are critical, global nomads are better equipped”. Assim sendo, o cosmopolitismo identitário dos jovens, aqui entendido enquanto disposição, convertia-se também numa forma de capital, isto é, num recurso accionado espontânea ou estrategicamente, em conformidade com o que tem sido assinalado em outros estudos (Thomson e Taylor, 2005: 330-338; Weenink, 2008: 1089).

Os jovens que se encontram hoje em Portugal (designadamente os que regressaram no seguimento da participação em novos fluxos e os dois biografados que não re-emigraram findo ‘o ciclo Macau’) reportam esse relativo sedentarismo a forças centrípetas de vária ordem: escolar (frequentam um programa de estudos); profissional (desempenham funções laborais aliciantes); afectiva, familiar e sociabilística (vivem, relacionamentos satisfatórios e sentem-se felizes no país). Saciam ou amenizam a necessidade de itinerância por vias outras que não a migração internacional: viagens de trabalho e/ou lazer, passeios de fim-de-semana, inclusive mudança de alojamento - e continuam a cultivar uma orientação cosmopolita nos seus quotidianos através dos valores, consumos, práticas e sociabilidades que abraçam, mantendo como assinala Hannerz (1990: 249) uma postura expansiva face ao mundo para além das suas lealdades originais. Assim se observa o entrelaçar de estrutura e agência, ou seja, entre os elementos estruturais que condicionam e possibilitam a situação presente e as trajectórias futuras dos indivíduos, por um lado - caso das suas posições, disposições e relações; e os elementos que, num dado contexto espaço-temporal, os mesmos indivíduos escolhem e accionam, no seio de um campo de possibilidades extenso ou limitado, para modificar (ou sedimentar) a sua condição social e conduzir os respectivos percursos de vida, por outro. “(...) por conseguinte, a estrutura não deve ser concebida como uma barreira à acção, mas sim como encontrando-se envolvida na sua produção (...)” anota Giddens (2000: 44), sustentando a “dualidade da estrutura” no quadro da chamada Teoria da Estruturação.

[...] a minha ideia sempre foi que isto fosse uma passagem. Eu nunca quis viver em Portugal, só que agora acho que estou a criar raízes aqui e isso está-me a chatear um bocado. [...] já tenho a minha casa, estou bem, estou a viver com o meu namorado, tenho os meus amigos aqui e já me custa um bocadinho

mais, mas ainda ponho a hipótese de sair. Gostava de ir para a Austrália...essa ficou-me atravessada (risos). Madalena

[...]. Se as coisas continuarem como estão, eu acho que me vou voltar a meter na estrada e a viajar e a estudar [...]. [...] estou mais virado para ir para África dar aulas ou para Cuba estudar, ou para a China [...]. Domingos

Mostram-se, no entanto, disponíveis para voltar a participar num projecto migratório atractivo, sobretudo caso ocorram alterações nas condicionantes pessoais, estruturais ou conjunturais que no presente os vinculam a Portugal. Alterações susceptíveis de activar a vocação para partir, confirmando-a e convertendo-a em prática efectiva. Preservam, assim, a disposição para a mobilidade geográfica latente e em mente, uns como uma porta sempre aberta, outros como uma aspiração ou, para usarmos os termos de Lahire (2005: 19), como um “sonho acordado”, tendo, por ora, Portugal como porto de abrigo e o mundo como eixo de referência.

3.2.3 A causalidade múltipla do cosmopolitismo disposicional

Resta-nos sistematizar os factores que geraram e/ou reforçaram o cosmopolitismo disposicional dos jovens portugueses - e cujos indicadores (práticas, consumos, sociabilidades e mobilidade geográfica) se acabaram de analisar - reenviando-nos para uma causalidade múltipla promotora da socialização para a diversidade e diferença sociocultural, bem como para a itinerância espacial.

Destaca-se o convívio dos jovens, desde cedo, com um ou mais contextos migratórios e, sobretudo, o acostumar aos processos de “desparametrização” e “reparametrização” nele(s) implicados. Mas para além do contributo da experiência migratória em geral, é de realçar, em concomitância, o do destino de acolhimento em particular. Partindo do princípio que a identidade, pessoal e social, absorve e reflecte em graus variáveis as especificidades do meio que a enquadra, verificou-se a interferência de traços distintivos de Macau na redefinição das matrizes identitárias dos biografados. Em primeiro lugar, a sua expressão ‘*ocidental*’ resultante da diversidade populacional, linguística, religiosa, patrimonial, artístico-cultural, gastronómica, ou seja, vivencial, onde os signos de asiaticidade e europeidade, americanidade e

africanidade coabitam, da mesma forma que se harmonizam marcas do passado, presente e futuro (Yan, 1996: 639; Rocha, 1997: 49; Ngai, 1995: 35-38; 1997: 68; Zhiliang, 1993: 601). Em segundo, a rotatividade de pessoas que faz de Macau uma plataforma de constantes chegadas e partidas, quer de migrantes estrangeiros (incluindo os portugueses), quer de chineses naturais da China continental, quer ainda de turistas para quem o território foi e/ou continua a ser um local de passagem.

[...] eu achava piada [...], a pergunta que toda a gente fazia sempre antes do Verão e que era: - “Vais para, ou vais a...?” (risos) nunca me fez muita confusão [...]. Macau sempre foi uma coisa um bocado temporária para toda a gente, [...] um bocado superficial, [...] embora as amizades não, eu acho que as amizades foram bastante sólidas, mas acho que a estadia lá [...] eu dizia sempre que era como estar em cima de uma nuvem, [...], podes cair a qualquer momento, não era assim nada de muito concreto. Madalena

[...] uma coisa é tu nasceres numa aldeia e conviveres desde pequena com uma série de pessoas: tu cresces com elas, crias as tuas amizades e inimizades ao longo do teu desenvolvimento [...]; outra coisa é de repente mandarem-te para uma aldeia onde praticamente não há “locais”, [...] com uma data de gente vinda de aldeias diferentes em que tu tens que procurar pontos de contacto com as outras pessoas, sabendo à partida que [...] vêm de sítios muito diferentes e com educações muito diferentes. Como há menos gente dificilmente [...] vais encontrar pessoas que sejam parecidas contigo e que tenham tido uma educação semelhante à tua e isso acho que é complicado de gerir porque obriga-te a seres muito mais tolerante. Rita

Para essa redefinição identitária e culto de uma disposição cosmopolita acresce o estímulo fornecido pelas viagens realizadas no interior do continente asiático as quais proporcionaram ao grosso dos biografados o contacto com lugares, culturas e gentes distintas. Gentes que não abraçavam valores e tradições exclusivos, nem somente um estilo de vida, nem tão pouco uma forma única de ser, pensar e de se comportar, antes evidenciando perfis distintos de uma região a outra, de um grupo social a outro, para não falar de diferenças intra-regionais e intra-classistas. A título exemplificativo, enquanto país a própria China mostra-se internamente diversificada por via da subsistência de vários dialectos (mandarim, cantonês, fukiense, etc.); confissões

religiosas (Budismo, Confucionismo, Taoismo, Catolicismo), mais de cinquenta etnias. Tais contactos colaboraram não só para desmistificar representações distorcidas (mas dominantes), acerca de uma suposta homogeneidade interna e atraso desses países face ao 'ocidente' em matéria de desenvolvimento (Castles, 2005: 103); como também para que os jovens reelaborassem matrizes de orientação, observação e representação consolidadas.

[...] também me apercebi que não existe só o mundo chinês: existe a grande China, [...] o Tibete, [...] a Mongólia que não tem nada a ver com a China nem com o Tibete, [...] a Tailândia e as Filipinas [...]. Domingos

Interligados, os aspectos referidos concorreram, em suma, para acordar os sentidos em torno da diferença sociocultural; estimular a curiosidade por linguagens e parâmetros valorativos distintos; dilatar e diversificar interesses, práticas e consumos; incrementar conhecimentos; reflectir sobre si e o 'outro'; assim como para gerar uma maior capacidade de adaptação ao desconhecido e efémero; ampliar geografias espaciais, culturais e sociabilísticas e aguçar o desejo de continuar a viajar, quando não de re-emigrar, produzindo um efeito multiplicador de percursos subsequentes, atributos reportados aos perfis cosmopolitas, como antes registado.

De tais perfis decorre uma forma de ser, ver e estar no mundo inconformada, aberta e permeável, própria dos muitos que se ausentaram um dia do país de origem e/ou referência (Silva e outros, 1984: 168), de quem foi desafiado a integrar-se em novos contextos vivenciais, a deambular por espaços e a coabitar com populações, hábitos e referências que motivaram uma reactualização profunda do catálogo pessoal e social até à data possuído. Também comum aos destituídos de raízes (Jones, 1999: 17), dada a incapacidade de ultrapassar o desnorтеio do desenraizamento, bem como aos hiper-enraizados ou com raízes difusas por múltiplos lugares, empenhados em expressar e alimentar esse pluri-enraizamento por meio do culto de identidades de configuração glocal. Culto facilitado pela participação no já referido mundo globalizado onde a multiplicação e intensificação de interdependências entre Estados, a crescente circulação de pessoas, bens, mercadorias, capitais, serviços, tecnologia, informação, conhecimentos, ideias e imagens é cada vez mais expressiva, interferindo

em muito na redefinição dos mapas geográficos, relações sociais e processos de identificação cultural dos indivíduos (Urry, 2000: 2-3; Beck, 2002: 17).¹⁷⁷

No que toca, em concreto, à predisposição para a mobilidade geográfica, constatou-se que a instalação em Macau não representou o primeiro ensaio migratório para a quase totalidade dos progenitores dos biografados. Deixa-se, por isso, em aberto a hipótese de uma reprodução familiar de trajectórias migracionais mediante a interiorização de orientações positivas face às mesmas, ou não fosse a família de origem “(...) a principal sede de inculcação da matriz inicial dos sistemas de disposições geradores de práticas, aspirações e representações” (Costa e outros, 1990: 197). Isto é, uma das mais importantes instâncias de socialização, no seio da qual se proporcionam determinadas condições de existência e recursos, transmitem valores e representações, criam competências, apetências e expectativas, formatam comportamentos, delineiam estratégias e projectos de vida (Costa e outros, 1990: 197; Nunes, 1968: 114; Atkinson, 2010: 17-18); ainda que com ela concorram outros mediadores formais e informais. Ou não fossem também, como assinala Lahire (2005: 22), as disposições incorporadas relativamente cedo, no quadro de condições favoráveis, capazes de despertar aquilo que o autor descreve como uma espécie de ‘paixão’, neste caso pela partida rumo a outros destinos.

Com efeito, passado migratório parental e presente migratório individual confinam para reforçar a perspectiva de continuidade ou fidelização a uma predisposição inter-geracional para a mobilidade internacional, mas também interna, a avaliar pela alusão a múltiplos registos de alteração de residência dentro das fronteiras nacionais. Retenha-se que os progenitores e irmãos de alguns jovens residem fora de Portugal (nem sempre juntos no mesmo país) sem que a distância física afecte, na óptica destes, os fortes laços afectivos mantidos - embora o ciclo biográfico em que se encontram, o enquadramento histórico, político, económico, social e cultural das respectivas deslocações, as causas e propósitos da partida, a configuração dos

¹⁷⁷ Na linha de Beck (2002: 17, 23) entendemos a globalização como “um processo dialéctico, não linear, no qual o global e o local não existem enquanto polaridades mas princípios mutuamente implicados que se combinam”. (...). “A globalização é também sobre a localização. Não se pode sequer pensar sobre a globalização sem referir localizações e lugares específicos”, acrescenta o autor, dando conta da complementaridade que o conceito de glocalização proposto por Robertson tão bem exprime. A mesma posição contra dualismos é assinalada por Beck (2002: 36) por relação ao cosmopolitismo: “Identidades e formas de vida cosmopolitas são aquelas que são em simultâneo ética e culturalmente globais e locais”. Para um maior aprofundamento da relação entre globalização e cosmopolitismo (cf. Beck e Sznaider, 2006; Skrbis e outros, 2004: 116, 123-126; Kendall e outros, 2009: 19-22).

movimentos, os modos de integração no destino e os projectos migratórios nem sempre se assemelhem.

[...] nós sempre fomos todos um bocado assim: o meu pai agora está no Bahrein e a minha mãe em Coimbra, a minha irmã estava em Macau, agora vai para o Algarve, eu estou em Lisboa, estamos todos separados, no entanto somos uma família unida, [...] só que é raro estarmos todos juntos. Habitúamo-nos a estar longe uns dos outros. [...] os meus pais têm um casamento normal [...] o meu pai, antes de a minha mãe vir, ainda foi viver um ano para Hong-Kong, depois voltou para Macau e ainda estiveram mais um ano em Macau, depois o meu pai foi para o Bahrein, a minha mãe ainda esteve mais um ano em Macau sozinha e depois veio para Portugal. Madalena

Convergemos em pleno com Jones (1999: 5-6) ao constatar que “as identidades sócio-espaciais dos pais afectam a própria construção identitária dos jovens e seus resultados em termos de envolvimento comunitário ou comportamento migratório”. Assim, acrescenta a autora, “enquanto uma história familiar de enraizamento na área pode encorajar a ficar, uma história de família de migração pode encorajar a migração na próxima geração (...)”, perspectiva partilhada por Jackson (1991: 54) quando sugere que a tradição de mudança ou imobilismo no grupo doméstico e rede de parentesco mais alargada é uma variável a ponderar na análise dos estímulos migratórios.

Por fim, à herança ou contágio dessa predisposição familiar e intergeracional para partir, acrescentaríamos a fase da vida em que os biografados se encontram, já por si pautada por mudanças, transições, um certo nomadismo e “exogamia territorial” (Giard, 1996: 244), a par da abertura à novidade, experimentação, exploração de itinerários e referências identitárias sejam elas valorativas, estéticas, sociabilísticas, escolares, laborais ou outras (Pais, 2000: 220-223; Reimer, 1995: 128; Fornas, 1995: 4)¹⁷⁸. Não por acaso, do conjunto de variáveis cuja ‘selectividade’ ao nível do comportamento migratório se mostra mais acentuada destacam-se as demográficas, em particular, o segmento biográfico (Pires, 2003: 75; Jackson, 1991: 52) - as migrações

¹⁷⁸ Förnas (1995: 2) relativiza, no entanto, essa propensão ao observar que “(...) all young people are not avant-garde innovators: many are incredibly conservative and keep a tight grip on habits and routines, possibly just because they have such an enormous need for some sort of security when both they themselves and the world around them are in a state of enigmatic flux.”

profissionais, por exemplo, tendem a ser mais expressivas para indivíduos com idade inferior a 30 anos, assinala Peixoto (1999: 3, 25; 2004: 17-18).

A esta luz, concluímos este último capítulo, sublinhando que o cosmopolitismo disposicional, à semelhança de outras disposições, poderá comportar uma consistência fraca ou forte, assim como uma durabilidade efémera ou, pelo contrário, prolongada. Para o mesmo indivíduo, é susceptível de variar no tempo, no espaço, por relação a diferentes esferas e parâmetros socioculturais, assim como no âmbito de determinados contextos e circunstâncias. Como sustenta Bernard Lahire (2005: 21-22), deve avaliar-se a actividade de uma disposição enquanto produto da interacção entre essa mesma disposição (componente interna) com elementos do contexto (componentes externas) capazes de estimulá-la ou inibi-la. O autor argumenta que a força/fraqueza, efemeridade/permanência das disposições depende, quer da regularidade com que são actualizadas, porquanto “não incorporamos um hábito durável em poucas horas”; quer das forças e contra-forças (endógenas e exógenas) que elas encontram e enfrentam no sentido de as criar, mobilizar e reforçar ou, de modo inverso, suspender, imobilizar, até mesmo extinguir (Lahire aponta diversos marcos biográficos como favoráveis ou repressivos: o casamento, parentalidade, divórcio, entre alterações adicionais nas esferas familiar, afectiva, sociabilística, profissional e escolar. No quadro da análise longitudinal das trajectórias de vida dos jovens portugueses regressados de Macau, no arco temporal coberto pela presente investigação, apurou-se que o cosmopolitismo disposicional registado mostra-se até à data consistente e persistente. Todavia, apenas uma reavaliação futura das suas geografias espaciais, culturais e sociabilísticas permitirá aferir se, na linha das conclusões de Hannerz (1990: 248), esta disposição comporta nas respectivas biografias um cunho [quase] irreversível.

Conclusões

Com base na longa análise empreendida, julgamos ter cumprido os objectivos propostos quando iniciada a investigação sobre jovens portugueses que viveram com os progenitores em Macau no decurso das décadas de 80 e 90 do século XX.

Resumindo em traços largos o itinerário geográfico Portugal-Macau no arco temporal em estudo, tratou-se de uma migração internacional e intercontinental, de longa distância (cerca de dezoito mil quilómetros) e de duração prolongada, tanto em termos de intenções (no mínimo dois anos), quanto de resultados (entre três a quinze nos casos analisados), tendo o intervalo de tempo de permanência na sociedade hospedeira ultrapassado, para alguns biografados, aquele fruído em Portugal antes da partida para o sudeste asiático. Não obstante a generalizada prorrogação das estadias, a perspectiva de retorno a Portugal luziu quase sempre no horizonte dos migrantes portugueses, mesmo no dos que partiram por tempo indeterminado.

Em conformidade com os resultados de outras pesquisas sobre migrações, na génese do fluxo em apreço subjazem diversas condicionantes que lhe conferem uma feição multifactorial. De entre os factores de ordem 'macro-sociológica' registados sobressaíram, por um lado, os laços histórico-políticos mantidos entre os Estados português e chinês, sobretudo por via da presença dos primeiros desde o século XVI em Macau; por outro, a necessidade de suprir uma acentuada carência de mão-de-obra qualificada à época sentida nos sectores público e privado do território, ambos em franca expansão. Por seu turno, no âmbito dos factores de carácter 'micro-sociológico' elencados, destacaram-se outros móbeis para além das atractivas perspectivas de melhoria das condições socioeconómicas e profissionais dos intervenientes, a despeito da sua relevância generalizada. O desejo de ensaiar novas experiências; a oportunidade de desbravar o mítico 'oriente' e de conhecer diferentes povos, culturas e modos de vida; sentimentos de desenraizamento ou a dispersão de raízes (comuns entre aqueles que haviam regressado das ex-colónias); a procura de um escape para problemas pessoais e/ou familiares, as mais das vezes causados por 'momentos decisivos' integram também o rol de móbeis impulsionadores da decisão migratória empreendida pelos progenitores dos jovens biografados.

A expressiva taxa de actividade dos protagonistas do itinerário e sobretudo as elevadas credenciais escolares e competências laborais da quase totalidade concedem a este movimento geográfico uma configuração socioprofissional predominantemente

qualificada e especializada, distinguindo-o, por isso, dos fluxos tradicionais nos quais estão implicados migrantes com parcas creditações, amiúde provenientes do meio rural, vinculados aos sectores primário e secundário (Peixoto, 1993: 280; Silva e outros, 1984: 78, 82, 86-88; Jackson, 1991: 108). Configuração com laivos de povoamento colonial atendendo ao estatuto político-administrativo de Macau nos dois decénios analisados, pois apesar de considerado parte integrante da China pelas autoridades lusófonas e sinófonas, o território permanecia sob tutela administrativa portuguesa. Em íntima correlação com essa tutela está o enquadramento institucional do grosso das deslocações porquanto uma larga parcela dos profissionais portugueses partiu para Macau com um vínculo contractual ao aparelho administrativo ou a empresas privadas, sendo este acompanhado por várias comodidades de suporte. Comodidades susceptíveis de incentivar a expressiva componente familiar do trajeto.

Se é verdade que a estrutura do agregado doméstico, quando de elevada dimensão, tende a constituir um elemento refractor à concretização de um projecto migratório, em virtude quer da inevitável reestruturação do “espaço de vida” dos seus membros nas vertentes espacial, cultural, sociabilística e afectiva, quer dos avultados custos afectos à deslocação e instalação na sociedade de acolhimento (cf. Peixoto, 2004: 18-19), no movimento Portugal-Macau essa interferência dissuasiva viu-se amenizada. Desde logo porque as despesas do itinerário e de muitas outras reportadas à estadia (alojamento e consumos domésticos correntes), encontravam-se amiúde a cargo da entidade empregadora, aliando-se a esse incentivo o incremento substancial das remunerações auferidas pelos contratados. Também, em virtude da presença de redes sociais no destino, fruto do envolvimento prévio e/ou simultâneo de conhecidos, colegas e/ou amigos na mesma jornada, capazes de colmatar a quebra permanente ou provisória dos vínculos originais através do suporte ontológico proporcionado. E ainda, dada a garantia (in)formal de, a despeito dos contrastes socioculturais esperados (e encontrados) entre a sociedade de partida e a de chegada, poderem dar continuidade a um processo de ‘etnicidade linear’ (Portes, 1999a: 42-43, 106-108; 1999b: 465-466) já empreendido por migrantes portugueses instalados no território, cultivando de forma menos reactiva do que proactiva os signos lusófonos presentes. De salientar o pronto acesso das crianças e jovens a instituições de ensino onde se disponibilizavam programas curriculares replicados de Portugal, leccionados por conterrâneos.

Convergemos, pois, para o segundo objectivo previsto neste trabalho, o de analisar as modalidades de integração dos jovens portugueses em Macau cujo pendor

se revelou etnicizado no grosso dos domínios da vida social considerados. Destacou-se a dominância lusófona do seu processo de socialização formal, em casa e nas escolas frequentadas, a par do propenso comunitarismo das relações de sociabilidade encetadas e das práticas de lazer desenvolvidas, quase sempre em grupo. Aliás, o primado, nos relatos biográficos, do “nós” colectivo - familiar e sociabilístico - a desfavor do “eu” individual (bastante perceptível nos períodos anterior e posterior à estadia em Macau), indica que a instalação temporária no território representou para os jovens muito mais do que uma vivência pessoal, antes uma experiência afectiva e cognitiva compartilhada de forma intensa com “outros significativos” (expressão de Mead, cf. Bertaux-Wiame, 1993: 274). Outros cujos trajectos biográficos e memórias sobre os mesmos se entrosam sob um denominador comum chamado Macau.

Salvo os módicos registos de aproximação a macaenses ‘lusófonos’ com quem comungavam referências culturais como a língua portuguesa e o catolicismo, em conjunto com idênticos posicionamentos sociais, os núcleos de convivialidade a que os biografados pertenciam tenderam a ser constituídos por conterrâneos, como eles, de passagem por Macau. Cunhado pelo interconhecimento generalizado, coesão e solidariedade interpares, tal comunitarismo decorreu da conjugação de múltiplos factores, objectivos e subjectivos. Para além de socializados à luz da mesma matriz cultural a respeito de parâmetros linguísticos, religiosos, valorativos, gastronómicos, entre suplementares afinidades, permaneciam vinculados real e simbolicamente a Portugal, país de origem e/ou partida, de onde importavam uma vasta parcela dos signos juvenis exibidos ao longo da estadia em Macau, aos quais entrelaçavam outros de expressão local, regional e global. Ademais, a escassa representação de migrantes portugueses, conjugada com a pequena dimensão geográfica do território, conduziu à propensa concentração dos laços e afectos num núcleo de sociabilidade alargado, cujo dia-a-dia dos seus elementos se pontuava por encontros regulares e continuados em vários palcos de interacção - vizinhança, meio escolar, espaços de lazer e de actividades extracurriculares - conferindo uma feição “multiplex” às relações interpessoais firmadas.

Acresce a fruição algo generalizada de privilégios sociais e de poder simbólico - não obstante as variações intracomunitárias anotadas pelos poucos jovens que, em termos relativos, deles sentiam menos beneficiar - quer por representarem a autoridade administrativa do território, quer pelo prestígio dos cargos e funções profissionais exercidas por quase todos os seus progenitores. Assim, no âmbito de um tecido social

pautado por uma minoria local abastada, uma larga maioria carenciada e uma classe média ao tempo ainda algo incipiente, o posicionamento dos migrantes portugueses na estrutura da sociedade de Macau mostrava-se claramente distintivo.

Importa, então, relembrar o facto de diversos autores, caso de Bauman (2001: 1-5, 58), caracterizarem os processos de etnicização dos migrantes como comportando, as mais das vezes, uma componente reactiva, exprimindo uma atitude ou estratégia de protecção e auto-defesa de indivíduos cuja situação de fragilidade sociocultural nas sociedades receptoras é acentuada. Nesse prisma, agregam-se por não disporem individualmente de valências económicas, profissionais e informativas significativas. Tanto para enfrentar políticas de integração percebidas como ameaça à sobrevivência das matrizes culturais originais (porque culturalmente homogeneizantes, argumentam os críticos do assimilacionismo clássico); ou como socialmente discriminatórias e iníquas ao nível habitacional, laboral, escolar, de protecção social, entre outras, conduzindo a uma posição de vulnerabilidade que com frequência se alastra aos filhos de migrantes nascidos nos países de acolhimento dos progenitores (Andersson, 2003; Scheibelhofer, 2007). Quanto ainda para lidar com modos de recepção hostis por parte dos autóctones como atrás anotado (Portes, 1999a: 42-43, 106-108; 1999b: 465-466; Pires, 2003; Castles, 2005; Machado, 1992; 1994).

Contudo, à luz dos depoimentos analisados, o padrão adaptativo de pendor etnicizado dos jovens portugueses em Macau esteve longe de comportar a expressão 'reactiva' observada noutros contextos migratórios. Se bem que representando um segmento minoritário em termos quantitativos, os migrantes portugueses não enfrentaram, como problematizado, situações de precariedade social, nem tão pouco foram constrangidos a renegar as suas expressões culturais de origem como moeda de troca para a aquisição de direitos de cidadania. Antes gozaram de condições propícias à preservação das suas referências linguísticas, valorativas, religiosas e, inclusive, ao nível do modelo de aprendizagem formal facultado aos jovens no universo escolar. Ademais, salvo em ocasiões pontuais, os biografados reconheceram não ter sido hostilizados por residentes chineses, macaenses ou de outras nacionalidades. Discriminados sim, quase sempre a seu favor, pelo aparelho administrativo que representavam. Discriminadores também a avaliar pelos excertos reproduzidos.

Estudos caso como aquele aqui analisado demonstram, então, poder o comunitarismo desenvolver-se por migrantes abastados e informados, os quais não se limitam a fruir do suporte comunitário, como sofrem de igual modo os respectivos

efeitos colaterais, em concreto, a vigilância e sanção dos membros da 'comunidade'. Na verdade, o auto-retrato construído pelos jovens portugueses demonstrou que não dispensaram a mobilização das solidariedades comunitárias, convertidas num alicerce social, cultural e afectivo fundamental para diminuir os custos migratórios associados à instalação no novo espaço e saldar positivamente o ciclo biográfico vivido em Macau. Alicerce convertido, na linha das conclusões de Baganha e Góis (1999: 252), numa "armadilha poderosa, «prendendo» os imigrantes e seus filhos a valores culturais e a práticas sociais [tendencialmente] bloqueadoras de uma integração na sociedade de acolhimento (...)".

Argumentou-se que o comportamento centrípeto cultivado resultou menos (ou só por si) do perfil socioeconómico 'tipo' dos migrantes portugueses, do que da larga amplitude dos diferenciais sociais e culturais registada entre eles e uma vasta parcela de residentes locais, no quadro das imagens e retratos sobre os últimos construídos. Em complemento aos já assinalados denominadores comuns encontrados no seio do colectivo juvenil português, realçaram-se contrastes socioculturais consideráveis entre os jovens que o compunham e o grosso dos pares chineses e macaenses, tornando quase insignificantes, aos olhos da maioria dos biografados, as dissemelhanças intracomunitárias existentes em matéria de condições e estilos de vida, preferências estéticas e de lazer, assim como modos de actuação para com os habitantes e expressões culturais locais. Contrastes que sendo alvo de valorização recíproca desincentivaram a criação de laços de amizade fora do grupo cultural de pertença. Concordamos, pois, com Vala (1993b: 363-367) quando assinala que as representações sociais exprimem interesses e valores grupais, diferenciações na estrutura da sociedade, bem como relações desequilibradas de poder e privilégio, ao mesmo tempo marcando o sentido dos relacionamentos interpessoais e intergrupais desenvolvidos.

Constituem exemplos das diferenças percebidas, a língua com a consequente dificuldade de comunicação, se bem que mesmo perante a possibilidade de superar tal barreira por via do recurso ao inglês falado por diversos jovens locais - tais como os descendentes da elite política, cultural e empresarial chinesa com quem, porventura, partilhariam afinidades e habitus de classe - a aproximação raramente (ou nunca) ocorreu. Daí a tónica colocada pelos biografados em factores suplementares, em especial os culturais, como causa de distanciamento, a saber: divergência de padrões comportamentais, valorativos e de orientação, combinada com distintas formas de ser, viver e afirmar a sua condição juvenil. Enfatizaram-se discrepâncias relacionadas com

os níveis de emancipação e liberdade fruídos (muito perceptíveis entre as raparigas portuguesas e as locais), opções estilísticas, referências culturais e interesses lúdicos.

Apesar de uns poucos jovens portugueses terem identificado um conjunto objectivo de disposições partilhadas com alguns pares chineses a respeito de práticas e consumos juvenis, caso do apreço por certas modalidades desportivas, frequência regular de casas de máquinas, consumo de cerveja e marijuana - afinidades que, à semelhança de outras, potenciam o relacionamento entre pessoas ligadas a diferentes núcleos de sociabilidade, sustentando relações entre fronteiras de grupo (Blau, 1974: 620-623) - não valorizaram subjectivamente tal partilha como via de aproximação. A plena convicção de se encontrarem de passagem por Macau e a ausência de um projecto de integração definitiva no território contribuíram, a par das razões supramencionadas, para tal desvalorização e afastamento.

Assim, recorrendo à distinção proposta por Weber (1983: 100-101; 1996: 43) entre relacionamento social “aberto” e “fechado” a estranhos - o primeiro remetendo para situações em que “(...) o seu sistema de ordem não nega participação a quem desejar juntar-se-lhes e estiver em posição de o fazer, [e verificando-se o segundo quando] (...) de acordo com o seu significado subjectivo e com as suas regras limitativas, a participação de certas pessoas for excluída, limitada ou sujeita a condições” - concluiu-se que as sociabilidades dos jovens portugueses em Macau tenderam, salvo exemplos pontuais, a apresentar uma feição fechada à generalidade dos pares locais, em particular chineses. Centripetismo transgeracional, à luz das narrativas auscultadas, uma vez que também reportado ao meio adulto. E o mesmo sucedia, segundo os biografados, no seio das redes sociais formadas por jovens chineses e macaenses, de pendor marcadamente etnicizado. Centripetismo mútuo, objectivado no propenso gregarismo dos estudantes locais e portugueses do Complexo Escolar de Macau, assim como na ausência de vivências sociais comuns fora dos muros da escola.

Mas a despeito da prevalência, nos domínios anotados, de um modo de integração etnicizado, isto é, lusocêntrico, os jovens interpelados não deixaram de participar de forma mais ou menos activa em certas esferas (públicas) da vida social chinesa e macaense. Compareciam nas efemérides do território, replicando alguns rituais cumpridos pelos demais habitantes nessas ocasiões; frequentavam espaços de lazer locais; repescavam paulatina e espontaneamente referências reportadas ao meio de acolhimento - gastronomia, estética e credices populares - sendo progressiva a

diminuição dos níveis de estranheza face ao “outro” cultural. Familiaridade em parte tributária do volume de tempo vivido em Macau.

“Assimilação segmentada”, diria Alejandro Portes (1999a: 97-108), veiculada por um processo de aprendizagem informal, de rua, partilhado entre conterrâneos (instalados e recém-chegados), resultante da coabitação geográfica com chineses, macaenses e indivíduos de outras nacionalidades radicados num território de modestas dimensões; dos interfaces diários, ainda que superficiais e as mais das vezes instrumentais, com eles mantidos em contextos locais de interacção, juntamente com a exposição quotidiana às suas expressões culturais; da convivência com empregadas domésticas de origem asiática na esfera privada e do encontro circunstancial com os porteiros dos prédios onde residiam, numa zona de fronteira entre o privado e o público. Assimilação também decorrente de informações e conhecimentos adquiridos por via de meios de comunicação social como a televisão e a rádio, à margem das instituições convencionais de socialização - família e escola - e dos constrangimentos da estrutura social e comunitária de suporte cuja força centrípeta foi apenas ocasionalmente desafiada pela acção individual e/ou grupal.

Por último, centrámo-nos no terceiro propósito da pesquisa, a saber, o de apurar as consequências da estadia em Macau nas trajectórias e processos de identificação dos biografados, considerando em simultâneo a consistência e durabilidade das mesmas. Efeitos porventura extensíveis a jovens envolvidos em experiências de mobilidade geográfica com contornos similares. Constatou-se que o percurso migratório proporcionou uma melhoria significativa das condições existenciais dos jovens portugueses e respectivo agregado familiar (embora mais acentuada para alguns), tendo funcionado como um passaporte para galgarem a pirâmide social portuguesa. Quer por via da progressão na carreira alcançada pelos progenitores que, na sua maioria, assumiram funções de chefia e direcção após regressarem, na linha do que já haviam conquistado na sociedade de acolhimento; quer por meio da acumulação de capital económico ao longo do ciclo migratório e/ou da aquisição de bens móveis e imóveis socialmente reconhecidos pelos pares. Quer ainda através da apropriação de outros tipos de capital - caso do cultural e turístico, objectivado num manancial de experiências e conhecimentos sobre locais, gentes e culturas, repescados durante a estadia e dos périplos realizados por países asiáticos, do qual a maioria dos jovens da mesma idade com quem se relacionaram aquando da reinstalação em Portugal, entre meados da década de 80 e finais da de 90, estava destituída. Acervo material e

simbólico - hoje avaliado como assaz compensatório face às perdas sentidas no período de tempo vivido longe do país - propiciador de distinção social, dado o seu valor de diferença e raridade.

Todavia, os resultados da passagem por Macau nas biografias dos jovens regressados foram além da redefinição positiva dos seus assentos sociais, repercussões primárias amiúde enfatizadas nos estudos migratórios (efeitos esperados, ou seja, inicialmente equacionados). O contacto algo prolongado com uma diversidade de populações e culturas no decurso do ciclo migratório derivou num processo de influência cultural (repercussões secundárias), materializado na apropriação de parâmetros da sociedade hospedeira e países vizinhos - signos de ‘asiaticidade’ - que, entrelaçados com adicionais expressões de cariz local, nacional, regional e global, vieram conferir uma feição mista e híbrida, isto é, *ocidental* às suas referências e pertencas identitárias, em trânsito reestruturadas.

Desta forma, tal como a lusofonia não foi sepultada em Macau com o retorno de migrantes portugueses, à medida que se aproximava o momento da devolução à China do poder administrativo sobre o território, como amiúde vaticinado, também as expressões culturais associadas ao meio de acolhimento não desapareceram das matrizes de referência dos biografados. Manifestam-se hoje nos seus quotidianos de modo regular ou intermitente, espontâneo ou estratégico em função de diferentes sensibilidades, necessidades, oportunidades e contextos de interacção.

Sobressaiu, ainda, no domínio da reestruturação identitária vivida pelos jovens, o desenvolvimento de uma vincada disposição cosmopolita, exibida ora como resultado de experiências e trajectórias passadas (sobretudo no sudeste asiático), ora como recurso para experiências e trajectórias futuras, em Portugal ou noutros países. Cosmopolitismo disposicional consubstanciado numa aguçada curiosidade e abertura ao desconhecido e à diferença seja ela relativa a espaços, pessoas ou culturas; num expressivo ecletismo ao nível de práticas, consumos e linguagens; numa forte capacidade de inserção em ambientes diversificados fruto e reflexo da familiaridade com (ou disponibilidade para) vários complexos de regras socioculturais; assim como na participação em redes de sociabilidade no seio das quais estabelecem relações algo fluídas, dispersas e de configuração “uniplex” - no quadro de geografias biográficas, espacial, social e culturalmente bastante mais alargadas do que aquelas em que circulavam antes da partida para Macau e enquanto habitavam no território.

Em estreita correlação com os traços anteriores, os jovens migrantes revelaram, após reinstalados em Portugal, uma clara propensão para a mobilidade espacial, isto é, para realinhar em ensaios migratórios visando renovar experiências, conhecimentos e valências, multiplicar oportunidades e opções de vida nas esferas escolar, profissional, sociabilística e, inclusive, afectivo-familiar (comprova-o as relações de amizade e intimidade estabelecidas com indivíduos de nacionalidades que não a portuguesa). A maioria integrou o programa Erasmus de intercâmbio estudantil, completou estudos de nível pós-graduado fora de Portugal e/ou desenvolveu uma ou mais actividades laborais no estrangeiro, adaptando-se com relativa facilidade às especificidades culturais das sociedades de acolhimento. Valeram-se, para tal, de competências culturais e relacionais adquiridas aquando da estadia no sudeste asiático para lidar com línguas e linguagens desconhecidas. Alguns ainda aí se encontram sem projecto e data de regresso marcados.

Esta disposição cosmopolita colhe parte da sua força no ciclo biográfico em que os jovens se encontram, propenso à descoberta, mudança e experimentação, beneficiando em concomitância do enfraquecimento das fronteiras físicas e de outras possibilidades oferecidas pelo mundo globalizado onde habitam, com as profundas transformações que as formas de comunicação e mobilidade contemporâneas vêm produzindo nas estruturas e relações sociais, espaciais e culturais. Porém, elencaram-se factores impulsionadores suplementares. Desde logo, a familiaridade dos biografados com contextos de mudança e contraste cultural, em muito veiculada pela participação no trajecto migratório analisado, sobretudo dadas as desvinculações e revinculações (territoriais, afectivas e socioculturais) implicadas. Mas permanece, em simultâneo, associada a um passado migratório familiar atendendo a que os progenitores de quase todos eles haviam já habitado em outros países antes da partida para o sudeste asiático, revelando uma atitude positiva e de suporte aos projectos de mobilidade dos filhos. Além de adquirida através de experiências pessoais como a passagem por Macau, esta disposição cosmopolita configura deste modo uma herança intergeracional reproduzida e/ou preservada no presente pela acção e trajectória individual dos jovens. Trajectória só parcialmente aqui abarcada e cujo conhecimento fica, por isso - inspirando-me nas palavras de Idalina Conde (1993: 209-210) - “aquém do de uma vida”...

Referências Bibliográficas

- Abell, Peter (2000), "Sociological Theory and Rational Choice Theory", em Bryan S. Turner, (org.), *The Blackwell Companion to Social Theory*, 2ª ed., Oxford, Blackwell, pp. 223-244.
- Abreu, António Graça de (1998), "O Futuro Incerto da China", em Ana Maria Amaro e Carlos Justino (coord.), *Estudos sobre a China*, Lisboa, ISCSP, pp. 153-160.
- Abreu, Paula (1995), "Turismo Internacional de Jovens", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, pp. 69-91.
- Ahmed, Sara (1999), "Home and Away - Narratives of Migration and Estrangement", *Theory, Culture & Society*, London, Thousand Oaks, CA e New Delhi, Sage, vol. 21 (6), pp. 329-347.
- Almeida, João Ferreira, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1988), "Família, Estudantes e Universidade: Painéis de Observação Sociográfica", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 4, pp. 193-221.
- Almeida, João Ferreira e José Madureira Pinto (1976), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.
- Almeida, João Ferreira e José Madureira Pinto (1990), "Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais", em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Almeida, João Ferreira (1993), "Integração e Exclusão Social: Algumas Questões", *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), pp. 829-834.
- Almeida, João Ferreira (1990), *Valores e Representações Sociais em Portugal, Os Próximos 20 Anos*, vol. VIII, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira (2006), Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, "Social Class and Values in Europe", *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 5, nº 2, pp. 95-117.
- Almeida, Miguel Vale (2002), "O Atlântico Pardo: Antropologia, Pós-colonialismo e o Caso 'Lusófono'", em C. Bastos, M. Vale de Almeida e B. Feldman-Bianco (orgs.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, Lisboa, ICS, pp. 23-37.
- Amaro, Ana Maria (1988), *Filhos da Terra*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Amaro, Ana Maria (1997), *Macau: O Final de um Ciclo de Esperança*, Lisboa, ISCSP.
- Amaro, Rogério Roque (1985), "«Ei-los que Voltam» Problemas e Desafios do Regresso dos Emigrantes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, pp. 351-373.
- Amit-Talai, Vered (1995), "Conclusion: The 'Multi' Cultural of Youth", em Vered Amit-Talai e Helena Wulff, *Youth Cultures*, London, Routledge, pp. 223-233.

- Anderson, Mette (2003), "Immigrant Youth and the Dynamics of Marginalization", *Young*, vol. 11(1), pp. 74-89.
- Andrade, Pedro (1993), "Sociologia da Viagem: O Quotidiano e os seus Inter-trajectos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 37, pp. 51-77.
- Appadurai, Arjun (1990), "Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy" em Mike Featherstone (ed.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, London, Sage, pp. 295-310.
- Ariès, Philippe (1988), *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Atkinson, Will (2010), "Same Formula, Different Figures - Change and Persistence in Class Inequalities", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 63, pp. 11-24.
- Augé, Marc (1998), *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- Back, Les (1996), *New Ethnicities and Urban Culture. Racisms and Multiculture in Young Lives*, London, UCL Press Limited,
- Baganha, Maria Ioanis (1990), *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, New York/London, Garland Publishing Inc..
- Bardin, Laurence (1991), *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa.
- Barreto, António (2005), "Apresentação", em António Barreto (org.), *Globalização e Migrações*, Estudos e Investigações, nº 38, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 19-23.
- Barreira, Ninélio (1994), *Ou-Mun, Coisas e Tipos de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Barreto, Isabel (1989), "Evolução dos Efectivos da Administração de Macau: 1980-1988", *Administração*, nº 5, vol. 11 (3º), pp. 353-363.
- Bashi, Vilna (1998), "Racial Categories Matter Because Racial Hierarchies Matter: a Commentary", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, nº 5, pp. 959-968.
- Bastos, José Gabriel Pereira e Susana Pereira Bastos (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Fim de Século.
- Baudrillard, Jean (1995a), *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70.
- Baudrillard, Jean (1995b), *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa, Edições 70.
- Bauman, Zygmunt (2001), *Community: Seeking Safety in an Insecure World*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, Ulrich (2000), "The Cosmopolitan Perspective: Sociology of the Second Age of Modernity", *British Journal of Sociology* Vol. 51, nº 1, pp. 79-105.
- Beck, Ulrich (2002), "The Cosmopolitan Society and its Enemies", *Theory, Culture & Society*, 19(1-2), pp. 17-44.
- Beck, Ulrich e Natan Sznaider (2006), "Unpacking Cosmopolitanism for the Social Sciences: a Research Agenda", *The British Journal of Sociology*, vol. 57 (1), pp. 1-23.

- Bendit, René, Wolfgang Geiser e Ursula Nissen (1994), "Crescer na República Federal da Alemanha: Oportunidade e Risco num Sozialstaat Moderno" em Lynne Chisholm e Eckart Liebau (org. José Machado Pais), *Jovens Europeus, Mudança Social, Educação e Modos de Vida*, colecção Estudos de Juventude, nº 8, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Instituto Português da Juventude, pp. 69-97.
- Bendit, René (2011a), "Introdução" em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 19-36.
- Bendit, René (2011b), "Jovens Imigrantes na Europa: Aprender a Lidar com as Transições Incertas" em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 137-158.
- Bennet, Andy (2002), "Estilos Globais, Interpretações Locais: Reconstruindo o "Local" na Sociologia da Cultura Juvenil", Fórum Sociológico, nºs 7/8 (2ª série), Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, Lisboa, UNL, pp. 49-67.
- Bertaux, Daniel (1993a), "De la Perspectiva de la Historia de Vida a la Transformación de la Práctica Sociológica", em José Miguel Marinas e Cristina Santamarina (org), *La Historia Oral: Métodos y Experiencias*, Madrid, Debate, pp. 19-34.
- Bertaux, Daniel (1993b) "La Perspectiva Biográfica: Validez Metodológica y Potencialidades" em José Miguel Marinas e Cristina Santamarina (org), *La Historia Oral: Métodos y Experiencias*, Madrid, Debate, pp. 149-171.
- Bertaux, Daniel e Isabelle Bertaux-Wiame (1993), "Historias de Vida del Oficio de Panadero", em José Miguel Marinas e Cristina Santamarina (org), *La Historia Oral: Métodos y Experiencias*, Madrid, Debate, pp. 231-250.
- Bertaux-Wiame, Isabelle (1993), "La Perspectiva de la Historia de Vida en el Estudio de las Migraciones Interiores", em José Miguel Marinas e Cristina Santamarina (org), *La Historia Oral: Métodos y Experiencias*, Madrid, Debate, pp. 267-292.
- Blau, Peter M. (1974), "Parameters of Social Structure", *American Journal Review*, 39 (5), pp. 615-635.
- Blumer, Herbert (1969), "The Methodological Position of Symbolic Interactionism", em Herbert Blumer, *Symbolic Interactionism. Perspective and Method*, Englewood Cliffs (Nova Jérсия), Prentice-Hall, pp. 1-60.
- Boëthius, Ulf (1995), "Youth, the Media and Moral Panics", em Johan Fornäs and Göran Bolin (eds.), *Youth Culture in Late Modernity*, London, Sage, pp. 39-57.
- Bond, Michael Harris (1991), *Beyond the Chinese Face - Insights from Psychology*, Hong Kong, Oxford University Press.
- Boudon, Raymond (2003), "Théorie du Choix Rationnel (TRC) ou Médèle Général (MRG)", em Raymond Boudon, *Raison, Bonnes Raisons*, Paris, PUF, pp. 19-55.

- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Social du Jugement*, Paris, Ed. Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Le Sens Pratique*, Paris, Les éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1984), “La « Jeunesse » n’est qu’un mot ”, em *Questions de Sociologie*, Paris, Éditions de Minuit, pp. 143-154.
- Bourdieu (1994), Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre (1996), *Cosas Dichas*, Barcelona, Gedisa Editorial.
- Bourdieu, Pierre (1997), *Razones Práticas. Sobre la Teoria de la Acción*, Barcelona, Anagrama.
- Bourdieu, Pierre (2000), *Esboço de uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.
- Brown, Michael E. (1997), “Causes and Implications of Ethnic Conflict”, em Montserrat Guibernau e John Rex (eds.), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 80-100.
- Bulmer, Martin e John Solomos (1998), “Introduction: Re-thinking Ethnic and Racial Studies”, *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 21, nº 5, pp. 819-837.
- Cabral, João Pina e Nelson Lourenço (1992), “A Questão das Origens: as Relações Interétnicas e a Condição Feminina em Macau”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 11, pp. 9-25.
- Cabral, João Pina e Nelson Lourenço (1993a), *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Cabral, João Pina e Nelson Lourenço (1993b), “Novos Valores e Formas de Vida no Macau dos Anos 90”, *Análise Social*, XXVIII, nº 121, pp. 409-416.
- Cabral, João Pina e Nelson Lourenço (1993c), “O Macau Bambu: um Estudo sobre a Identidade Étnica Macaense e a Sucessão das Gerações”. *Administração*, VI, nº 21, pp. 523-558.
- Cabral, João Pina (2000), “A Difusão do Limiar: Margens, Hegemonias e Contradições”, *Análise Social*, vol. XXXIV (153), pp. 865-892.
- Calvo, Gil (2011), “A Roda da Fortuna: Viagem à Temporalidade Juvenil” em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 39-57.
- Canevacci, Massimo (1996), *Sincretismos - Uma Exploração das Híbridagens Culturais*, São Paulo, Studio Nobel, Istituto Italiano di Cultura-Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.
- Caputo, Virginia (1995), “Anthropology’s Silent ‘Others’: a Consideration of Some Conceptual and Methodological Issues for the Study of Youth and Children’s Cultures” em Vered Amit-Talai e Helena Wulff, *Youth Cultures*, London, Routledge, pp. 19-41.
- Caria, Telmo H. (1997), “Leitura Sociológica de uma Experiência de Investigação Etnográfica”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 25, pp. 125-138.

- Carmo, Hermano e Manuela Malheiro Ferreira (1998), *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-Aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Casal, Joaquim (1997), "Modos Emergentes de Transición a la Vida Adulta en el Umbral del Siglo XXI: Aproximación Sucesiva, Precaridad e Desestructuración" em José Machado País e Lynne Chisholm, *Jovens em Mudança - Actas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery*, Lisboa, ICS, pp. 121-141.
- Cashmore, Ellis E. (1985), *No Future: Youth and Society*, Aldershot, Gower.
- Castanheira, José Pedro (1999), *Os 58 Dias que Abalaram Macau*, Lisboa e Macau, D. Quixote e Livros do Oriente.
- Castanheira, José Pedro (2000), *Macau - os Últimos Cem Dias do Império*, Lisboa e Macau, D. Quixote e Livros do Oriente.
- Castells, Manuel (1998), *La Era de la Información. Economía, Sociedad Y Cultura*, vol. 3, Madrid, Alianza Editorial.
- Castles, Stephen (2005), *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios. Dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*, Lisboa, Fim de Século.
- Cavalli, Alessandro (1997), "The Delayed Entry into Adulthood: is it Good or Bad for Society?" em José Machado País e Lynne Chisholm, *Jovens em Mudança - Actas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery*, Lisboa, ICS, pp. 179-186.
- Certeau, Michel de, Luce Giard (1996), "Os Fantasmas da Cidade", em Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol, *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar*, Petrópolis, RJ, Editora Vozes.
- Certeau, Michel de (2000), em *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*, Petrópolis, RJ, Editora Vozes.
- Chatwin, Bruce (2000), *O Canto Nómada*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Cicourell, Aaron V. (1970), "Generative Semantics and the Structure of Social Interaction", em Aaron V. Cicourell, *Cognitive Sociology, Language and Meaning in Social Interaction*, Harmondsworth, Penguin, pp. 74-98.
- Clarke, John (1976), "Style", em Stuart Hall e Tony Jefferson (eds.), *Resistance Through Rituals, Youth Cultures in Post-War Britain*, London, Routledge, pp. 175-207.
- Clarke, John, Stuart Hall, Tony Jefferson e Brian Roberts (1976), "Subcultures, Cultures and Class: A Theoretical Overview" em Stuart Hall e Tony Jefferson (eds.), *Resistance Through Rituals, Youth cultures in Post-War Britain*, London, Routledge, pp. 9-74.
- Coelho, Beltrão, e Cecília Jorge (1988), *Medicina Chinesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Cohen, Robin (2005), "Globalização, Migração Internacional e Cosmopolitismo Quotidiano", em António Barreto (org.), *Globalização e Migrações*, Estudos e Investigações nº 38, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 25-32.

- Cohen, Ira J. (2000), "Theories of Action and Praxis", em Brayn S. Turner (org.), *The Blackwell Companion to Social Theory*, 2.^a ed., Oxford Blackwell, pp. 73-111.
- Coleman, James S. (1990), "Metatheory: Explanation in Social Science", em James S. Coleman, *Foundations of Social Theory*, Cambridge (Massachusetts), Belknap Press, pp. 1-23.
- Conceição, Lourenço Maria da (1988), *Macau Entre Dois Tratados com a China - 1862-1887*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Conde, Idalina (1990), "Identidade Nacional e Social dos Jovens", *Análise Social*, vol. XXV (108-109), pp. 675-693.
- Conde, Idalina (1993), "Falar da Vida (I)", *Sociologia - Problemas e Práticas*, n° 14, pp. 199-222.
- Conde, Idalina (1994), "Falar da Vida (II)", *Sociologia - Problemas e Práticas*, n° 16, pp. 41-74.
- Conde, Idalina (1996a), "Amadeu, Almada, Dacosta. Atopia em Trajectórias Singulares", *Cadernos de Ciências Sociais*, Vol. 15/16, pp. 133-155.
- Conde, Idalina (1996b), "Cenários de Práticas Culturais em Portugal: 1979-1985", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 23, pp. 117-188.
- Conde, Idalina (1998), "Contextos, Culturas e Identidades", em António Firmino da Costa e José Manuel Viegas, (org.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta editora, pp. 79-118.
- Cónim, Custódio N.P.S e Maria Fernanda Bragança Teixeira (1998), *Macau e a sua População, 1500-2000: Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos*, Macau, Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.
- Contador, António Concorde (1998), "Consciência de Geração e Etnicidade: da Segunda Geração aos Novos Luso-Africanos", *Sociologia Problemas e Práticas*, n° 26, pp. 57- 83.
- Costa, António Firmino da (1990) "A Pesquisa de Terreno em Sociologia", em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 129-148.
- Costa, António Firmino da (1992), *Sociologia* (Colecção «O Que É»), Lisboa, Difusão Cultural.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (1990), "Estudantes e Amigos - Trajectórias de Classe e Redes de Sociabilidade", *Análise Social*, vol. XXV (105-106), pp. 193-221.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro - Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes Sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 34, pp. 9-46.
- Courgeau, Daniel (1980), *Analyse Quantitative des Migrations Humaines*, Paris, Masson.

- Cruz, Manuel Braga, José Manuel Seruya, Luísa Braula Reis e Luísa Schmidt (1984), “A Condição Social da Juventude Portuguesa”, *Análise Social*, vol. XX (81-82), pp. 285-308.
- Curtis, Barry e Claire Pajaczkowska (1994), “‘Getting There’: Travel, Time and Narrative” em George Robertson, Melinda Mach, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis e Tim Putman (eds.), *Travellers Tales: Narratives of Home and Displacement*, London, Routledge, pp. 199-215.
- Dias, Alfredo Gomes (1993), *Macau e a 1ª Guerra do Ópio*, Macau, Instituto Português do Oriente.
- Dias, Maria do Rosário, Jordi Garcés Ferrer e Francisco Ródenas Rigla (1997), “Investigação Transcultural sobre Atitudes Face aos Emigrantes: Estudo Piloto de Lisboa”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 25, pp. 139-153.
- Delanty, Gerard (2003), *Community*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Deleuze e Guatari (1980), *Capitalisme et Schizophrénie: Mille Plateaux*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Dias, Luiz de Oliveira (1993), “Realidade e Perspectivas do Ensino Superior em Macau”, *Administração*, nº 22, vol. VI, pp. 857-863.
- Digneffe, Françoise (1997), “Do Individual ao Social: a Abordagem Biográfica”, em AAVV, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, pp. 203-245.
- Doise, Willem (1986), “Les Représentations Sociales: Définition d’un Concept”, em W. Doise e G. Palmonari (orgs.), *L’Étude des Représentations Sociales*, Paris, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, pp. 81-94.
- Domenach, Hervé e Michel Picouet (1995), *Les Migrations*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Dumazedier, Joffre (1962), *Vers une Civilisation du Loisir?*, Paris, Ed. du Seuil.
- Dumazedier, Joffre (1991), “Préface”, em Roselyne Bouillin-Darteville, Gabriel Thoveron e Françoise Noel, *Temps Libre et Pratiques Culturelles*, col. Création et Communication, Liège, Mardaga.
- Duveen, Gerard (2002), “Crianças Enquanto Atores Sociais: as Representações Sociais em Desenvolvimento”, em AAVV, *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis, Editora Vozes, pp. 261-293.
- Eco, Umberto (1989), “O Hábito Fala pelo Monge”, em AAVV, *Psicologia do Vestir*, Lisboa, Assírio e Alvim, pp. 7-20.
- Eco, Umberto (1997), *O Signo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Eco, Umberto (1991), *Apocalípticos e Integrados*, Lisboa, Difel.
- Eisenstadt, Shmuel Noha (1964), *From Generation to Generation, Age Groups and Social Structure*, Nova Iorque, The Free Press of Glencoe.
- Elias, Norbert (1989), *O Processo Civilizacional*, (vol. I), Lisboa, D. Quixote.
- Elias, Norbert e Eric Dunning (1992), *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel.
- Elias, Norbert e John Scotson (2000), *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro, Zahar.

- Elejabeitia, Carmen (1997), "El Desafío de la Modernidad" em José Machado Pais e Lynne Chisholm, *Jovens em Mudança - Actas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery*, Lisboa, ICS, pp. 65-74.
- Eriksen, Thomas Hylland (1997), "Ethnicity, Race and Nation", em Montserrat Guibernau e John Rex (eds.), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 33-42.
- Estanque, Elísio (1995), "O Lazer e a Cultura Popular, Entre a Regulação e a Transgressão: um Estudo de Caso", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, pp. 123-145.
- Estanque, Elísio (2011), "Cultura Estudantil, «Repúblicas» e Participação Cívica na Universidade de Coimbra" em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 395-414.
- Featherstone, Mike (1990): "Global Culture: An Introduction", em Mike Featherstone (ed.) *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, London, Sage, pp. 1-14.
- Featherstone, Mike (1997), "Culturas Globais e Culturas Locais", em Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 83-103.
- Feixa, Carles (1993), *La Joventut com a Metàfora. Sobre les Cultures Juvenils*. Barcelona, Generalitat de Catalunya, Departament de la Presidencia, Secretaria General de Joventut.
- Feixa, Carles (2011), "Tarzan, Peter Pan, Blade Runner: Relatos Juvenis na Era Global", em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 203-222.
- Fernandes, Moisés Silva (1998), "Enquadramento das Relações Luso-Chinesas entre 1949 e 1966", *Administração*, nº 40, vol. XI, pp. 299-331.
- Fernandes, Moisés Silva (2000), "Após Macau: Perspectivas sobre as Relações Luso-Chinesas depois de 1999", *Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*, Universidade de Coimbra, (Acta031), pp. 1-20. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dbbf194f48_1.PDF.
- Ferraroti, Franco (1985), *Sociologia*, Lisboa, Teorema.
- Ferreira, Claudino (1985), "Estilos de Vida, Práticas e Representações Sociais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, pp. 93-122.
- Ferreira, Pedro Moura (1997), "Transições, Marginalizações e Periferia", em José Machado Pais e Lynne Chisholm (coord.), *Jovens em Mudança*, Actas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery, Lisboa, ICS, pp. 113-119.
- Ferreira, Pedro Moura (2002), "Identidade Juvenil e Processos de Mudança", III Jornadas/Congresso da Revista Arquivo de Beja, pp. 49-54.
- Filipe, Mário (1995), "A Aprendizagem do Português como Língua Estrangeira", *Administração*, nº 28, vol. VIII, pp. 359-369.

- Fiske (2001), *Introdução ao Estudo da Comunicação*, Porto, ASA Editores.
- Fortier, Anne Marie (2000), "Coming Home: Intersections of Queer Memories and Diasporic Spaces", Department of Sociology, Lencaster University, pp. 1-12.
- Fortuna, Carlos (1995), "Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana: Percurso Teórico com Paragens Breves em Évora e Coimbra", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, pp. 11-45.
- Fortuna, Carlos (1997), "Introdução: Sociologia, Cultura Urbana e Globalização, em Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-27.
- Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais - Estudos Sociológicos de Sociologia Urbana*, Oeiras, Celta Editora.
- Fortuna, Carlos e Augusto Santos Silva (2001), "A Cidade do Lado da Cultura: Espacialidades Sociais e Modalidades de Intermediação Cultural" em Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 409-461.
- Fornäs, Johan (1995), "Youth, Culture and Modernity" em Johan Fornäs e Göran Bolin (eds.), *Youth Culture in Late Modernity*, London, Sage, pp. 1-11.
- Foucault, Michel (2001), *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, Petrópolis, Vozes.
- Freedman, Maurice (1979), *The Study of Chinese Society: Essays by Maurice Freedman*, (seleccionado e apresentado por William Skinner), Califórnia, Stanford Press University.
- Friedman, Jonathan (1990), "Being in the World: Globalization and Localization", *Theory, Culture & Society*, London, Newbury Park e New Delhi, Sage, vol. 7 (6), pp. 311-328.
- Freitas, José (1941), *A China Antiga e Moderna*, Lisboa, Cosmos.
- Gabriel, Michelle (2006), "Youth Migration and Social Advancement: How Young People Manage Emerging Differences Between Themselves and Their Hometown", *Journal of Youth Studies*, vol. 9, nº 1, pp. 33-46.
- Gagnon, Nicole (1993a), "Sobre el Análisis de los Relatos de Vida", em José Miguel Marinas e Cristina Santamarina (org.), *La Historia Oral: Métodos y Experiências*, Madrid, Debate, pp. 35-46.
- Gagnon, Nicole (1993b), "Datos Autobiográficos e Praxis Cultural", em José Miguel Marinas e Cristina Santamarina (org), *La Historia Oral: Métodos y Experiências*, Madrid, Debate, pp. 185-196.
- Garcia, José Luís, Cristina Almeida, Helena Jerónimo, José Lopes, Maria Rovisco (1998), *A Emigração portuguesa, Uma breve introdução*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros - Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1993), *O Inquérito*, Teoria e Prática, Oeiras, Celta Editora.

- Giard, Luce (1996) "Cozinhar", em Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol, *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar*, Petrópolis, RJ, Editora Vozes.
- Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1996), *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony, (2000), *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.
- Goethe, Johann W. (2002), *Viagem a Itália*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Goffman, Erving (1983), "The Interaction Order", *American Sociological Review*, vol. 48 (1), pp. 1-17.
- Goffman, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Gomes, Luís Gonzaga (1994), *Macau - Factos e Lendas*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 3ª edição.
- Gomes, Luís Gonzaga (1996), *Curiosidades de Macau Antiga*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 2ª edição.
- Gonçalves, Albertino (1996), *Imagens e Clivagens - Os Residentes Face aos Emigrantes*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.
- Gonçalves, Albertino (2000), "Atitudes e Representações dos Residentes Face aos Emigrantes", *JANUS 2001, PÚBLICO&UAL*, pp. 166-167.
- Gonçalves, Arnaldo (1998), "Macau no Bordejar do Milénio", em Ana Maria Amaro e Carlos Justino (coord.), *Estudos sobre a China*, Lisboa, ISCSP, pp. 223-232.
- Goody, Jack (2000), *O Oriente no Ocidente*, Algés, Difel.
- Granovether, Mark (1973), "The Strength of Weak Ties", *American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380.
- Grassi, Marzia (2007), "Introdução Teórica e Metodológica ao Projecto «Angola em Movimento: Sociabilidades e Trocas Económicas Informais»", *Economia Global e Gestão*, vol. 12 (3), ISCTE-IUL Business School, pp. 9-22.
- Grassi, Marzia (2008a), "Identidades Plurais na Europa Contemporânea: Auto-Percepções e Representações nos Jovens de Origem Africana em Portugal", em Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa, ACIDI, I.P, cap. VIII, pp. 155-172.
- Grassi, Marzia (2008b), "Portugal na Europa e a Questão Migratória: Associativismo e Integração de Jovens de Origem Africana em Portugal", em Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva, *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, ICS, cap. 37, pp. 749-768.

- Gray, H. Peter (1970), *International Travel, International Trade*, Lexington, Heath Lexington Books.
- Griffin, Christine (1993), *Representations of Youth - The Study of Youth and Adolescence in Britain and America*, Cambridge, Polity Press.
- Guerra, Isabel (1993), "Modos de Vida, Novos Percursos e Novos Conceitos", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 13, pp. 59-74.
- Guibernau, Montserrat e John Rex, (1997), "Introduction", em Montserrat Guibernau e John Rex (eds.), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 1-12.
- Guimarães, Ângela (1996), *Uma relação Especial - Macau e as Relações Luso-Chinesas 1780-1844*, Lisboa, CIES.
- Guimarães, Ângela (1998), "Colaboração Luso-Chinesa na Luta Contra a Pirataria - A Crise de 1810", Ana Maria Amaro, Carlos Justino (coord.), *Estudos sobre a China*, Lisboa, ISCSP, pp. 31-73.
- Hall, Stuart (1992), "The Question of Cultural Identity" em Stuart Hall, David Held e Tony McGrew (eds.), *Modernity and its Futures*, Cambridge, Polity Press, pp. 274-316.
- Hannerz, Ulf (1990): "Cosmopolitans and Locals in World Culture", em Mike Featherstone (ed.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, London, Sage, pp. 237-251.
- Held, David, Anthony McGrew, David Goldblatt e Jonathan Perraton (1999), *Global Transformations, Politics, Economics and Culture*, Cambridge, Polity Press.
- Heusch, Luc de (1997), "L'Ethnie: les Vicissitudes d'un Concept", *Archives Europeennes of Sociologie*, vol. 38, nº 2, pp. 185-206.
- Hiernaux, Jean-Pierre (1997), "Análise Estrutural de Conteúdos e Modelos Culturais: Aplicação a Materiais Volumosos", em AAVV, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, pp. 156-202.
- Hongzhao, Huang (1996): "A Formação da Identidade Cultural de Macau", *Administração*, nº 33, Vol. IX, 3º, pp. 685-699.
- Hollands, Robert G. (1997), "As Identidades Juvenis e a Cidade", em Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 207-228.
- Homans, George C. (1964), "Bringing Man Back In", *American Sociological Review*, 29 (5), pp. 809-819.
- Horta, Ana (2000), *Macau na Memória Social Portuguesa*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE.
- Hutnik, Nimmi (1991), *Ethnic Minority Identity, A Social Psychological Perspective*, Oxford, Clarendon Press.
- Jackson, John A. (1991), *Migrações*, Lisboa, Fim de Século.
- Jenkins, Richard (1996), *Social Identity*, London, Routledge.

- Jenkins, Richard (1997), *Rethinking Ethnicity, Arguments and Explorations*, London, Sage Publications.
- Jodelet, Denise (2002), "Les Représentations Sociales dans le Champ de la Culture", *Social Science Information*, 41, n.º 1, pp. 111-133.
- Jones, Gill (1999), "«The Same People in the Same Places?» Socio-Spatial Identities and Migration in Youth", *Sociology*, vol. 33, n.º 1, pp. 1-22.
- José, Morais Carlos (s/d), *Porto Interior*, Macau, Edição do Autor.
- Kendall (Gavin), Ian Woodward e Zlatko Skrbis (2009), *The Sociology of Cosmopolitanism - Globalization, Identity, Culture and Government*, US/UK, Palgrave Macmillan.
- King, Russell (2002), "Towards a New Map of European Migration", *International Journal of Population Geography*, n.º 8, pp. 89-106.
- Kohli, Martin (1993), "Biografia: Relato, Texto, Método", em José Miguel Marinas e Cristina Santamarina (org), *La Historia Oral: Métodos y Experiências*, Madrid, Debate, pp. 173-184.
- Kuper, Leo (1997), "Plural societies", em Montserrat Guibernau e John Rex (eds), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 220-228.
- Kymlicka, Will (1995), *Multicultural Citizenship, A Liberal Theory of Minority Rights*, New York, Oxford University Press.
- Lagree, Jean Charles (1997), "From Sociology of Youth to Sociology of Generation, The French Perspective", 3rd International Symposium on Asia Youth Studies, Shanghai. Disponível em: <http://www.coe.fr/youth/research/frenchsociology.htm>.
- Lahire, Bernard (2003), *O Homem Plural. As Molas da Acção*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lahire, Bernard (2005), "Patrimónios Individuais de Disposições: para uma Sociologia à Escala Individual", *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 49, pp. 11-42.
- Lalanda, Piedade (1998), "Sobre a Metodologia Qualitativa na Pesquisa Sociológica", *Análise Social*, Vol. XXXIII(148), 198 (4º), pp. 871-883.
- Leccardi, Carmen (1997), "Youth and Social Change in the Italian Mezzogiorno. Rupture and Continuity in Cultural Orientations" em José Machado Pais e Lynne Chisholm, *Jovens em Mudança - Actas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery*, Lisboa, ICS, pp. 75-87.
- Lessard-Hébert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin (1994), *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lévi-Strauss, Claude (1996), *Raça e História*, Lisboa, Editorial Presença.
- Lewis, Oscar (1970), *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes Editores
- Liechty, Marc (1995), "Media, Markets and Modernization: Youth Identities and the Experience of Modernity in Kathmandu, Nepal" em Vered Amit-Talai e Helena Wulff (eds.), *Youth Cultures: a Cross-Cultural Perspective*, London/NY, Routledge, pp. 166-197.

- Lima, Fernando (1999), *Macau: as Duas Transições (1985-1987)*, vol. 2, Macau, Fundação de Macau.
- Livolsi, Marino (1989), “Moda, Consumo e Mundo Jovem”, em AAVV, *Psicologia do Vestir*, Lisboa, Assírio e Alvim, pp. 37-50.
- Ló, Cláudio (1992), “O Ensino do Português em Macau”, Administração, edição especial, pp. 29-32.
- Lopes, João Teixeira (1997), *Tristes Escolas - Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano*, Porto, Edições Afrontamento.
- Lopes, João Teixeira (2011), “Modos de Comunicar: Viagens entre o Real-Virtual e o Real-Real”, em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 243-253.
- Lopes, Policarpo (1996), “Emigração e Comunidades Portuguesas no Estrangeiro”, JANUS 97, PÚBLICO&UAL, pp. 76-77.
- Lopes, Policarpo (1999), *Portugal, Holograma da Mobilidade Humana*, Lisboa, Editora Rei dos Livros.
- Lopez, José e John Scott (2000), *Social Structure*, Buckingham, Open University Press.
- Lourenço, Eduardo (1992), *O Labirinto da Saudade - Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Lourenço, Eduardo (1999), *A Nau de Ícaro/Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva.
- Maalouf, Amin (2002), *Identidades Assassinas*, Miraflores, Difel.
- Machado, Fernando Luís (1992), “Etnicidade em Portugal - Contrastes e Politização”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 12, pp. 123-136.
- Machado, Fernando Luís (1994), “Luso-Africanos em Portugal: nas Margens da Etnicidade”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís (1997), “Contornos e Especificidades da Imigração em Portugal”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 24, pp. 9-44.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades - Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, João Ferreira de Almeida (2003), “Classes Sociais e Estudantes Universitários: Origens, Oportunidades e Orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, pp. 45-80.
- Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias (2006), “Jovens Descendentes de Imigrantes nas Sociedades de Acolhimento”, CIES e-Working Paper 13, pp. 1-23.
- Machado, Fernando Luís (2007), “Jovens como os Outros? Processos e Cenários de Integração dos Filhos de Imigrantes Africanos em Portugal”, em António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Príncípia, pp. 169-197.

- Mackerras, Colin (1991), *Western Images of China*, Hong-Kong, Oxford U. Press.
- Maffesoli, Michel (1987), *O Conhecimento do Quotidiano*, Lisboa, Veja.
- Maffesoli, Michel (2000), *O Tempo das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Magalhães, Dulce Maria (1991), "A Sociedade Perante o Lazer, Geração do Lazer ou do Não-sei-que-fazer?", *Revista Sociologia*, FLUP, série I, vol. 1, pp. 165-174.
- Magalhães, José Calvet (1999) "Prefácio. Uma Página Triste da Nossa História", em José Pedro Castanheira, *Os 58 Dias que Abalaram Macau*, Lisboa e Macau, D. Quixote e Livros do Oriente.
- Maltez, José Adelino (1998): "Macau: as Memórias do Futuro", em Ana Maria Amaro e Carlos Justino (org.), *Estudos sobre a China*, Lisboa, ISCSP, pp. 207-220.
- Maroy, Christian (1997), "A Análise Qualitativa de Entrevistas", *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, pp. 117-155.
- Martiniello, Marco (1998), "Wievioka's View on Multiculturalism: A Critique", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 21, nº 5, pp. 911-916.
- Martins, Humberto (1997), *Ami Cunhá Cumpadri Pitécu (uma Etnografia da Linguagem e da Cultura Juvenil Luso-Africana em Dois Contextos Suburbanos de Lisboa)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ICS.
- Martins, Moisés de Lemos (1993), "A Epistemologia do Saber Quotidiano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 37, pp. 79-63.
- Martins, Moisés de Lemos (1996), *Para uma Inversa Navegação, O Discurso da Identidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- Massey, Douglas S. e outros (1997), "Causes of Migration", em Montserrat Guibernau e John Rex (eds.), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 257-269.
- Mattelart, Armand (1997), *A Comunicação Mundo*, História das Ideias e das Estratégias, Lisboa, Instituto Piaget.
- Mauger, Gérard (1989), "La «Jeunesse» dans les «Âges de la Vie», une «Définition Préalable»", *Temporalistes*, nº 11, pp. 3-6.
- Mead, Margaret (1990), *Adolescência y Cultura en Samoa*, Barcelona, Ediciones Paidós.
- Mendes, José Manuel Oliveira (2001), "O Desafio das Identidades", em Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 489-523.
- Merton, Robert, K. (1968), *Sociologia - Teoria e Estrutura*, São Paulo, Mestre Jou.
- Miguel, Jesús M. (1996), *Auto/Biografias*, Colección "Cuadernos Metodológicos", nº. 17, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.

- Minayo, Maria Cecília de Souza (2002), "O Conceito de Representações Sociais Dentro da Sociologia Clássica", em AAVV, *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, pp. 89-111.
- Monteiro (1993), Paulo Filipe, "Emigrantes Imigrados: Da Lousã ao Connecticut, uma Investigação em Dois Tempos", em AAVV, *Emigração/Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX), Algés, Editorial Fragmentos, pp. 323-347.
- Monteiro, Paulo Filipe (1994), *Emigração, o Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta Editora.
- Morin, Françoise (1993), "Prácticas Antropológicas e Historias de Vida", em José Miguel Marinas e Cristina Santamarina (org), *La Historia Oral: Métodos y Experiências*, Madrid, Debate, pp. 81-107.
- Mouffe, Chantal (1994), "For a Politics of Nomadic Identity", em George Robertson, Melinda Mash, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis, Tim Putman (eds.), *Travellers Tales: Narratives of Home and Displacement*, London, Routledge, pp. 105-113.
- Mouzelis (1995), *Sociological Theory: What Went Wrong? Diagnosis and Remedies*, London/New York, Routledge.
- Muñoz, Juan José Pujadas (1992), "El Método Biográfico: El Uso de las Historias de Vida en Ciencias Sociales", Colección «Cuadernos Metodológicos», nº 5, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Neto, Félix (1993), "Os Jovens e o Fenómeno Migratório", em *Nação e Defesa*, nº 65, IDN, pp. 37-60.
- Ngai, Gary (1995), "As Perspectivas de Preservação e Fomento da Identidade Cultural de Macau no Próximo Século", *Administração*, nº 27, vol. VIII, (1º), pp. 35-45.
- Ngai, Gary (1997), "A Identidade Cultural de Macau: A sua Preservação e Desenvolvimento Antes e Depois de 1999", *Administração*, nº 35, vol. X, pp. 61-67.
- Nunes, Adérito Sedas (1968), *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa Moraes Editores.
- Oliveira, Fernando Correia (1998), *500 anos de Contactos Luso-Chineses*, Lisboa, PÚBLICO e Fundação Oriente.
- Oliveira, Catarina (2000), "Chineses em Portugal Comunidade ou Comunidades?", Lisboa, SociNova.
- Padilla, Beatriz (2006), "Brazilian Migration to Portugal: Social Networks and Ethnic Solidarity", Working Paper nº 12, CIES, pp. 1-20.
- Padilla, Beatriz (2011), "Recriando Identidades Juvenis entre Jovens de Descendência Africana na Área Metropolitana de Lisboa" em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 159-180.
- Pais, José Machado (1986), "Paradigmas Sociológicos na Análise da Vida Quotidiana", *Análise Social*, vol. XXII, nº 90, pp. 7-57.

- Pais, José Machado (1990a), "A Construção Sociológica da Juventude - Alguns Contributos", *Análise Social*, vol. XXV, n.º 105-106, (1., 2.), pp. 139-165.
- Pais, José Machado (1990b), "Lazeres e Sociabilidades Juvenis: um Ensaio de Análise Etnográfica", *Análise Social*, XXV, n.º 108/109, pp. 591-644.
- Pais, José Machado (1993), "Nas Rotas do Quotidiano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 37, Junho, pp. 105-115.
- Pais, José Machado (1994a), "Apresentação", em Lynne Chisholm e Eckart Liebau, *Jovens Europeus, Mudança Social, Educação e Modos de Vida*, Colecção Estudos de Juventude, n.º 8, Lisboa, ICS/IPJ, pp. 5-14.
- Pais, José Machado (1994b), "A Vida como Aventura: uma Nova Ética de Lazer", *Actas do Congresso Mundial do Lazer*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais, pp. 99-110.
- Pais, José Machado (coord.) (1994), *Práticas Culturais dos Lisboaetas*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Pais, José Machado (1995), "Latin American Migrants in Portugal: Leisure Activities as the Key to a Puzzle", *World Leisure & Recreation Association*, vol. 37, n.º 3, pp. 36-41.
- Pais, José Machado (1996a), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (1996b), "Levantamento Bibliográfico de Pesquisas sobre a Juventude Portuguesa - Tradições e Mudanças (1985-1995)", *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 21, pp. 197-221.
- Pais, José Machado (1998), "O Enigma do «Fado» e a Identidade Luso-Afro-Brasileira", *Ler História*, n.º 34, pp. 33-61.
- Pais, José Machado (2000), "Transitions and Youth Cultures: Forms and Performances", *International Social Science Journal*, vol. 52, n.º 164, pp. 219-232.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates*, Porto, Âmbar.
- Pais, José Machado (2012), *Sexualidade e Afectos Juvenis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pappámikail, Lia (2011), "A Adolescência Enquanto Objecto Sociológico: Notas Sobre um Resgate" em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (org.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, pp. 81-99.
- Peixoto, João (1993), "Migrações e Mobilidade: as Novas Formas da Emigração Portuguesa a Partir de 1980", em AAVV, *Emigração/Imigração em Portugal*, *Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Algés, Editorial Fragmentos, pp. 278-307.
- Peixoto, João (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal - Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Dissertação apresentada no ISEG para obtenção de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, ISEG/UTL.

- Peixoto, João (1999), *A Mobilidade Internacional dos Quadros, Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Peixoto, João (2000), "A Mobilidade dos Cérebros", JANUS 2001, Lisboa, PÚBLICO&UAL, pp. 134-135.
- Peixoto, João (2004), "As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas", SOCIUS Working papers, Lisboa, ISEG, pp. 2-36.
- Perez, Sandra Núria Basto (1998), "Bolséiros de Macau em Lisboa", em Ana Maria Amaro e Carlos Justino (coord.), *Estudos sobre a China*, ISCSP, pp. 197-203.
- Pessoa, Inês da Costa (1995), *O Público da Culturgest no Universo da Produção e Recepção Cultural*, Dissertação apresentada na UAL para obtenção de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, UAL.
- Pessoa, Inês da Costa (2000), "A Comunidade Portuguesa em Macau nos Anos 80 e 90", JANUS 2001, PÚBLICO&UAL, pp. 158-159.
- Pessoa, Inês da Costa (2002), "Estudantes Móveis: Realidade Nacional e Perfil dos Erasmus Europeus", JANUS 2003, PÚBLICO&UAL, pp. 84-85.
- Pessoa, Inês da Costa (2003), *Estudantes do Espaço Lusófono nas Universidades Portuguesas*, JANUS 2004, PÚBLICO&UAL, pp. 106-107.
- Petrella, Riccardo (1997), "Globalização e Internacionalização - A Dinâmica Emergente da Ordem Mundial" em Robert Boyer e Daniel Drache (dir.), *Estados Contra Mercados - Os Limites da Globalização*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 81-103.
- Phoenix, Ann (1998), "Dealing With the Difference: the Recursive and the New", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, n.º 5, pp. 859-880.
- Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a Produção Social de Identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, pp. 217-231.
- Pinto, José Castro (1994), "A População de Macau (Estrutura e Dinâmica)", *Administração*, n.º 23, vol. VII, pp. 111-129.
- Pires, António Pedro (1998), "Do Casamento Tradicional ao Casamento Contemporâneo", em Ana Maria Amaro e Carlos Justino (coord.), *Estudos sobre a China*, Lisboa, ISCSP, pp. 97-127.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração - Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Pires, Rui Pena (2007), "Fluxos Migratórios: Dinâmicas e Modos de Gestão", em António Vitorino (coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Estoril, Príncípia, pp. 45-63.
- Pires, Rui Pena (coord.), Fernando Luís Machado, João Peixoto e Maria João Vaz (2010), *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Piteira, Carlos Manuel (1999), *Mudanças Sócio-Culturais em Macau - a Questão Étnica do Macaense*, Lisboa, ISCSP-UTL.

- Poirier, Jean, Clapier-Valladon e Paul Raybaut (1995), *Histórias de Vida, Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Portes, Alejandro (1999a), *Migrações Internacionais - Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta.
- Portes, Alejandro (1999b), "Conclusion: Towards a New World - the Origins and Effects of Transnational Activities", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 22, nº 2, pp. 463-477.
- Portes, Alejandro, Luis Guarnizo e Patricia Landolt (1999), "The Study of Transnationalism: Pitfalls and Promise of an Emergent Research Field", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 22, nº 2, pp. 217-233.
- Portes, Alejandro (2000), "Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, pp. 133-158.
- Pronovost, Gilles (1993), "Comprendre la Société: un Bilan Critique de la Sociologie du Loisir" em Gilles Pronovost, Claudine Attias-Donfut e Nicole Samuel (dir.), *Temps Libre et Modernité, Mélanges en L'Honneur de Joffre Dumazedier*, Paris/Saint-Foy, PUQ/L'Harmattan, pp. 31-54.
- Punch, Samantha (2007), "Negotiating Migrant Identities: Young People in Bolivia and Argentina", *Children's Geographies*, vol. 5, nºs 1-2, pp. 95-112.
- Putman, Robert D. (2002) 'Introduction', em Robert D. Putnam, *The Dynamics of Social Capital*, Oxford, Oxford University Press.
- Qing, Yong (1995), "O Ensino das Línguas Chinesa e Portuguesa", *Administração*, nº 28, vol. VIII, pp. 377-383.
- Queirós, José Maria de Eça de (1997), *Chineses e Japoneses*, Lisboa, Cotovia e Fundação Oriente.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rangel, Jorge (1995), "A Língua e a Cultura Portuguesa em Macau e as Instituições ao seu Serviço no Presente e no Futuro", *Administração*, vol. VIII, nº 30, pp. 725-737.
- Rapport, Nigel (2007), "A Cosmopolitan Turn?", *Social Anthropology*, 15, (2) pp. 223-235.
- Rastas, Anna (2005), "Racializing Categorization Among Young People in Finland", *Young - Nordic Journal of Youth Research*, vol. 13(2), pp. 147-166.
- Reimer, Bo (1995), "Youth and Modern Lifestyles", em Johan Fornäs e Göran Bolin (eds.), *Youth Culture in Late Modernity*, London, Sage, pp. 120-144.
- Reynolds, Tracey (2007), "Friendship Networks, Social Capital and Ethnic Identity: Researching the Perspectives of Caribbean Young People in Britain", *Journal of Youth Studies*, vol. 10, nº 4, pp. 383-398.
- Rex, John (1988), *Raça e Etnia*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Rex, John (1997a), "The Concept of a Multicultural Society", em Montserrat Guibernau e John Rex (eds.), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 205-220.

- Rex, John (1997b), "The Nature of Ethnicity in the Project of Migration", em Montserrat Guibernau e John Rex (eds.), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 269-283.
- Ribeiro, Manuela (1995), "As Histórias de Vida Enquanto Procedimento de Pesquisa Sociológica: Reflexões a Partir de um Processo de Pesquisa de Terreno", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 44, pp. 125-142.
- Roberts, Kenneth e Glennys Parsell (1990) "Culturas da Juventude, Transformação Social e a Transição para a Vida Adulta na Grã-Bretanha", *Análise Social*, vol. XXV, nº 105-106, (1., 2.), pp. 167-192.
- Rocha, Rui Manuel Sousa (1997), "Pensar Macau: da Língua Portuguesa", *Administração*, X, n.º 35, pp. 49-58.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz Rocha (1993), "Perspectivas Sociológicas da Interculturalidade", *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), pp. 869-878.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz Rocha (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Roquero, Esperanza (1997), "Efectos de la Movilidad Laboral en el Rito de Passage Hacia el Estado Adulto: El Caso Español" em José Machado Pais e Lynne Chisholm (coord.), *Jovens em Mudança, Actas do Congresso Internacional Growing up Between Centre and Periphery*, Lisboa, ICS, pp. 187-199.
- Ruquoy, Danielle (1997), "Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador", AAVV, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 84-116.
- Said, Edward W. (1990), *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Saint-Maurice, Ana (1997), *Identidades Reconstruídas, Cabo-Verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta editora.
- Sampaio, Daniel (1995), "Escola, Família e Amigos - Alguns Resultados de um Inquérito" em José Machado Pais e Lynne Chisholm, *Jovens em Mudança - Actas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery*, Lisboa, ICS, pp. 121-141.
- Santos, Ana (1999), *Inter-rail. A Odisseia em Comboio*, Oeiras, Celta/SEJ.
- Santos, Boaventura Sousa e Conceição Gomes (1998), *Macau, o Pequeníssimo Dragão*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (2001), "Os processos da Globalização", em Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 31-106.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1990), "Reprodutividade/Raridade: o Jogo dos Contrários na Produção Cultural", em AAVV, *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século, Actas do I Congresso Português de Sociologia*, vol. II, Lisboa, Fragmentos.
- Sarabia, Bernabé e Juan Zarco (1997), *Metodología Cualitativa en España, Cuadernos Metodológicos*, nº 22, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.

- Saramago, Sílvia Sara Sousa (1994), "As Identidades da Infância: Núcleos e Processos de Construção das Identidades Infantis", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 16, pp. 151-171.
- Sarup, Madan (1994), "Home and Identity", em George Robertson, Melinda Mach, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis e Tim Putman (eds.), *Travellers Tales: Narratives of Home and Displacement*, London, Routledge, pp. 93-104.
- Scheibelhofer, Paul (2007), "His-stories of Belonging: Young Second-Generation Turkish Men in Austria", *Journal of Intercultural Studies*, vol. 28, nº 3, pp. 317-330.
- Schmidt, Maria Luísa (1985), "A Evolução da Imagem Pública da Juventude Portuguesa: 1974-84", *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), pp. 1053-1066.
- Schmidt, Maria Luísa (1990), "Jovens: Família, Dinheiro, Autonomia", *Análise Social*, vol. XXV (108-109), pp. 645-673.
- Schmidt, Maria Luísa (1993), *A Procura e Oferta Cultural e os Jovens*, Cadernos de Ciências Sociais, nº 6, Lisboa, ICS/Instituto da Juventude.
- Scott, John (1995), *Sociological Theory*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Segalen, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar.
- Sigurtá, Renato (1989), "Delineamentos Psicológicos da Moda Masculina" em AAVV, *Psicologia do Vestir*, Lisboa, Assírio e Alvim, pp. 51-63.
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Beatriz Basto da (1993), *Cronologia da História de Macau - século XVIII*, vol. 2, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- Silva, Manuela, Rogério R. Amaro, Guy Clause, Custódio Conim, Madalena Matos, Manuel Pisco e Luís M. Seruya (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Silva, Perpétua Santos (2004), *Estudantes de Português na RAEM no Início do Século XXI*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE.
- Simmel, Georg (1955), *Conflict & the Web of Group-Affiliations*, Nova Iorque, The Free Press.
- Simões, José Alberto de Vasconcelos (1999), "A Televisão e as Culturas Juvenis: Os Media na Construção Social da Juventude", *Fórum Sociológico*, nºs 1 e 2 (2ª série), pp. 161-179.
- Simões, José Alberto de Vasconcelos (2002), "Globalização e Diferenciação Cultural: Hegemonia e Hibridismo na Construção das (Sub)culturas Juvenis", *Fórum Sociológico*, nºs 7/8 (2ª série), Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, Lisboa, UNL, pp. 13-47.
- Singla, Rashmi (2004), "Youth Relationships and Ethnicity - a Social Psychological Perspective", *Young - Nordic Journal of Youth Research*, vol. 12(1), pp. 50-70.

- Skrbis, Zlatko, Gavin Kendall e Ian Woodward (2004), "Locating Cosmopolitanism - Between Humanist Ideal and Grounded Social Category", *Theory, Culture & Society*, vol. 21 (6), pp. 115-136.
- Smith, Anthony D. (1997), "Structure and Persistence of Ethnie" em Montserrat Guibernau and John Rex (eds.), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 27-33.
- Smith, Anthony D. (1997), "Structure and Persistence of Ethnie" em Montserrat Guibernau and John Rex (eds.), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 27-33.
- Spink, Mary Jane (2002), "Desvendando as Teorias Implícitas: uma Metodologia de Análise das Representações Sociais", em AAVV, *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, pp. 117-145.
- Stone, John (1998), "New Paradigms for Old? Ethnic and Racial Studies on Eve of the Millennium", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, nº 1, pp. 1-20.
- Tajfel, Henri (1978), "Social Categorization, Social Identity and Social Comparison" em Henri Tajfel (ed.), *Differentiation Between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*, London, Academic Press, pp. 60-76.
- Thomson, Rachel e Rebecca Taylor (2005), "Between Cosmopolitanism and the Locals: Mobility as a Resource in the Transition to Adulthood", *Young - Nordic Journal of Youth Research*, vol. 13(4), pp. 327-342.
- Todd, Emmanuel (1996), *O Destino dos Imigrados, Assimilação e Segregação nas Democracias Ocidentais*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Tonnies, Ferdinand (1995), "Comunidade e Sociedade" em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas, Os Fundadores e os Clássicos*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 511-517.
- Trigoso, Maria (1995), "As Línguas de Macau - A Viagem para o Século XXI", *Administração*, nº 27, vol. VIII, 1º, pp. 25-31.
- Turner, Bryan S. (2002), "Cosmopolitan Virtue, Globalization and Patriotism", *Theory, Culture & Society*, vol. 19 (1-2), pp. 45-63.
- Urresti, Marcelo (1994), "Los Modernos: Una Nueva Bohemia Posvanguardista" em Mario Margulis y otros, *La Cultura de La Noche. La Vida nocturna de los Jóvenes en Buenos Aires*, Espasa Hoy, pp. 235-261
- Urry, John (2000), "The Global Media and Cosmopolitanism", Published by the Department of Sociology, Lancaster University, pp. 1-14.
- Urry, John (2001a), "Mobile Cultures" (draft), Published by the Department of Sociology, Lancaster University, pp. 1-6. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc030ju.html>
- Urry, John (2001b), "Globalizing the Tourist Gaze", Published by the Department of Sociology, Lancaster University, pp. 1-9. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Urry-Global-Media.pdf>.
- Urry, John (2007), *Mobilities*, Cambridge, Polity Press.

- Urry, John e Carol Crawshaw (1995), "Turismo e Consumo Visual", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, Outubro, pp. 47-68.
- Vala, Jorge (1990), "A Análise de Conteúdo" em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 101-128.
- Vala, Jorge (1993a), "As Representações Sociais no Quadro dos Paradigmas e Metáforas da Psicologia Social", *Análise Social*, vol. XXVII (123-124), pp. 887-919.
- Vala, Jorge (1993b), "Representações Sociais: para uma Psicologia Social do Pensamento Social", em Jorge Vala e Maria Benedita Monteiro (eds.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, cap. XIII, pp. 353-384.
- Vala, Jorge (1997), "Representações Sociais e Percepções Intergrupais", *Análise Social*, vol. XXXII (140), pp. 7-29.
- Vala, Jorge, Sheila Khan (1999), "Traços Negros (Aculturação e Identidade de Jovens de Origem Africana)" em José Machado Pais (coord.), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Ambar.
- Veblen, Thorstein (1998), *Theory of the Leisure Class*, New York, Prometheus Books.
- Yan, Sheng (1996), "Questões de Comunicação e Entendimento Cultural em Macau", *Administração*, nº 33, vol. IX (3º) pp. 639-654.
- Weber, Max (1983), *Fundamentos da Sociologia*, Lisboa, Rés
- Weber, Max (1996), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Weber, Max (1997), "What is an Ethnic Group?", em Montserrat Guibernau e John Rex (eds.), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, pp. 15-26.
- Weenik, Don (2008), "Cosmopolitanism as a Form of Capital: Parents Preparing their Children for a Globalizing World", *Sociology*, vol. 42(6), pp. 1089-1106.
- Weinstein, Deena (1995), "Alternative Youth: The Ironies of Recapturing Youth Culture", *Young*, vol. 3, nº 1, pp. 61-71.
- Wieviorka, Michel (1998), "Is Multiculturalism The Solution?", *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, nº 5, pp. 881-910.
- Wieviorka, Michel (2002a), *A Diferença*, Lisboa, Fenda Edições.
- Wieviorka, Michel (2002b), *O Racismo - Uma Introdução*, Lisboa, Fenda Edições.
- Weixin, Fan (1994), *Cem Provérbios Chineses*, Macau/Lisboa, Instituto Cultural de Macau e Fundação Oriente.
- Willis, Paul E. (1976). "The Cultural Meaning of Drug Use" em Stuart Hall e Tony Jefferson (eds.), *Resistance Through Rituals, Youth Cultures in Post-War Britain*, London, Routledge, pp. 106-133.

- Wirth, Louis (1997), "O Urbanismo como Modo de Vida", em Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-65.
- Wood, Robert E. (1998), "Touristic Ethnicity: a Brief Itinerary", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 21, nº 2, pp. 218-241.
- Wolf, Arthur e Huang Chieh-Shan (1980), *Marriage and Adoption in China, 1845-1945*, Stanford, Stanford University Press.
- Wulff, Helena (1995a), "Introduction: Introducing Youth Culture in its Own Right: The State of the Art and New Possibilities", em Vered Amit-Talai e Helena Wulff (eds.), *Youth Cultures*, London, Routledge, pp. 1-18.
- Wulff, Helena (1995b), "Inter-racial Friendship - Consuming Youth Styles, Ethnicity and Teenage Femininity in South London", em Vered Amit-Talai e Helena Wulff (eds.) *Youth Cultures*, London, Routledge, pp. 63-79.
- Zhiliang, Wu (1993), "A Juventude de Macau, uma Geração no Período de Transição", *Administração*, nº 21, vol. VI, (3º), pp. 597-604.
- Zhiliang, Wu (1996), "O Encontro Luso-Chinês em Macau", *Administração*, nº 33 vol. IX, pp. 655-683.

Outras Fontes

- Braidotti, Rosi (1998), "Difference, Diversity and Nomadic Subjectivity". <http://www.cyberkuhinja.com/kitchenmedialab/download/activism/DIFFERENCE.doc>.
- Brandão, Diogo Paiva (2012), "Comunidade Católica Filipina de Lisboa. A Eucaristia como o Centro da Fé", *Jornal Voz da Verdade*, 24 de Junho. <http://www.vozdaverdade.org/site/index.php?id=2683&cont=ver2>
- Carmo, António (1997), "Serena Expectativa da Igreja Católica", em *Macau*, revista do Diário de Notícias, 20 de Dezembro, pp. 92-95.
- Clube Militar de Macau, <http://home.macau.ctm.net/~cmm/>.
- Direcção de Serviços de Estatística e Censos De Macau, INTERCENSOS96 - Resultados Globais, Macau, 97. <http://www.dsec.gov.mo>
- Duarte, Margarida (1995), "Um Futuro em Português", em *Macau (2) Os Desafios da Transição, A Afirmação de uma Identidade Própria*, Caderno do *Jornal Expresso*, 1 de Dezembro, pp. 32-33.
- Gomes, Adelino (2006), "Portugueses Preferem Macau na China", *Revista Pública*, nº 525, 25 de Junho, pp. 31-38.
- Hilton, Isabel (2001), "La Sorpresa China", *El País Semanal*, nº. 1.295, 22 de Julio, pp. 30-39.
- Heng, Ho Wai (1995), "Macau Cresce com os Vizinhos", *Macau (4), Uma Economia de Carneira, Porta Aberta para a China*, Caderno do *Jornal Expresso*, 16 de Dezembro, pp. 5-7.

Hoffman, Eva, (Entrevista concedida a Harry Kreisler), "Conversation with Eva Hoffman: Between Memory and History: a Writer's voice", <http://globetrotter.berkeley.edu/people/Hoffman/>, 5 de Outubro, 2000.

Instituto Nacional de Estatística, <http://alea.ine.pt/html/actual/html/act40.html>

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China - <http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp>

"Macau em Números" - 1998. Revista do Jornal Diário de Notícias.

"Mensagem", s/d, Revista dos Finalistas do Liceu Nacional Infante D. Henrique.

Organização Internacional Migrações, <http://www.iom.int/cms/about-migration>.

Tojal, Altino do (1987), *Histórias de Macau*, Lisboa, Edições Rolim.

Xinran (2003), *Mulheres da China*, Lisboa, Quetzal Editores.

ANEXOS

MATERIAL BIOGRÁFICO

Mapa de Macau



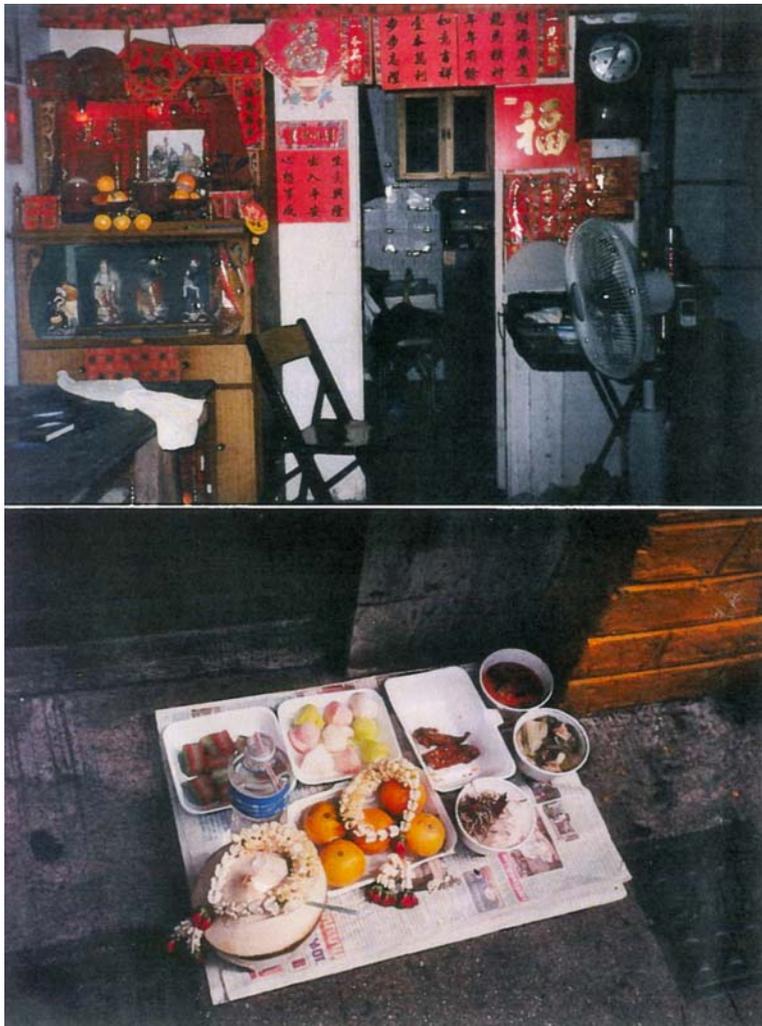
Fonte: <http://www.onlinechinatours.com/uploads/city/city201104265e487.jpg>

Legenda:

- Zonas residenciais de portugueses.
- Liceu oficial português Infante D. Henrique (“antigo”).
- Complexo escolar de Macau - integra o Liceu Infante D. Henrique (“novo”/ “Liceu do Taveira”).
- + Espaços de lazer dos jovens portugueses.

- Tem cefaleias ? = Iau mou t'ao t'ong ?
 Tem tonturas ? = Iau mou t'ao vãn ngan fá ?
 Tem vertigens ? = Iau mou t'ao vãn ?
 Tem febre ? = Iau mou fat siu ?
 Vê bem ? = Tái tak ch'eng ng ch'en ?
 Ouve bem ? = T'eng tak ch'eng ng ch'eng ?
 Cheira bem ? = Man ng man tou ié ?
 Onde tem dores ? = Nei pin tou t'ông ?
 Tem dores ? = T'ong ng t'ong ?
 Tem disfagia ? = T'an ié iau mou k'uan nán ?
 Tem epigastralgia ? = Iau mou vai t'ong ?
 Tem diarreia ? = Iau mou t'ou sé (tou ó) ?
 Tem obstipação ? = Iau mou tai ping ?
 Tem polaquiuria ? = Iau mou p'ang p'ang ó nio (chi chi siu siu) ?
 Tem disuria ? = Óh nio t'ong ng t'ong ? ou Sio ping t'ong ng t'ong ?
 Tem expectoração hemoptóica ? = Tam iau mou hüt ?
 Tem tosse ? = Iau mou k'at ?
 Tem expectoração ? = Iau mou tam ?
 De que cor é a expectoração ? = Tam mat ié sèk ?
 Tem hemoptises ? = Iau mou ngan hüt ?
 Tem precordialgia ? = Sam hau iau mou t'ong ?
 Tem apetite ? = Iau mou vãi hào ?
 Tem emagrecido ? = Iau mou sào tou ?
 Tem palpitações ? = Iau mou sam t'iu ?
 Tem vômitos ? = Iau mou ngão ?
 Tem rouquidão ? = Iau mou sá sêng ?
 Tem hematemeses ? = Iau mou ó hüt ?
 Tem melenas ? = Iau mou ó hák tai ping ?
 Há quanto tempo ? = Iau kei nòi ?
 Quantos anos tem ? = Nei iau kêi tó sòi ?

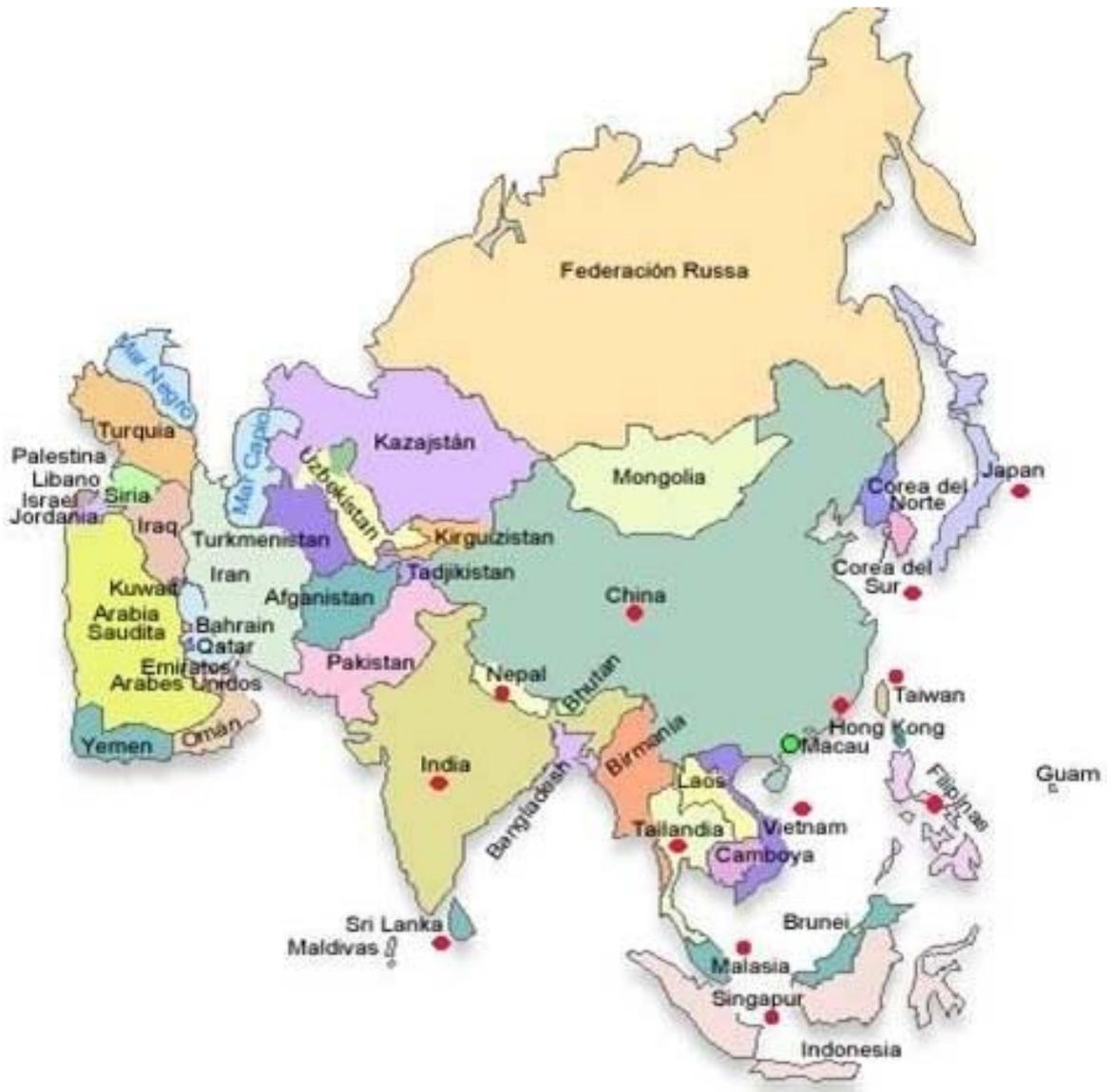
Hipertensão arterial = hüt át kou
 Diabetes = t'ong nio péang
 Úlcera = k'ui iéong / vai k'ui ieong / sap i chi ch'eong
 Tuberculose = fai lou / fai péang / fai kit hát
 Diarreia = t'ou sé / t'ou ó
 Cirrose hepática = k'on ngáng fá
 Doença gástrica = vai p'eang
 AVC = ch'ong fông
 Cancro = sâng ngám
 Doença mental = chéng sân péang / sân k'eang péang
 Bronquite = chi hei kün im
 Insuficiência renal = iau mou sân péang
 Ascite = fók sôí
 Edemas = sôí chông
 Emagrecimento = sáo seók
 Icterícia = vóng t'an péang
 Hepatite = k'ong im
 Reumatismo = fóng sâp
 Catarata = pák nóí cheong



Cultura popular em Macau nos espaços privado e público



Campanha de promoção de saúde pública: anúncio no interior de um autocarro.



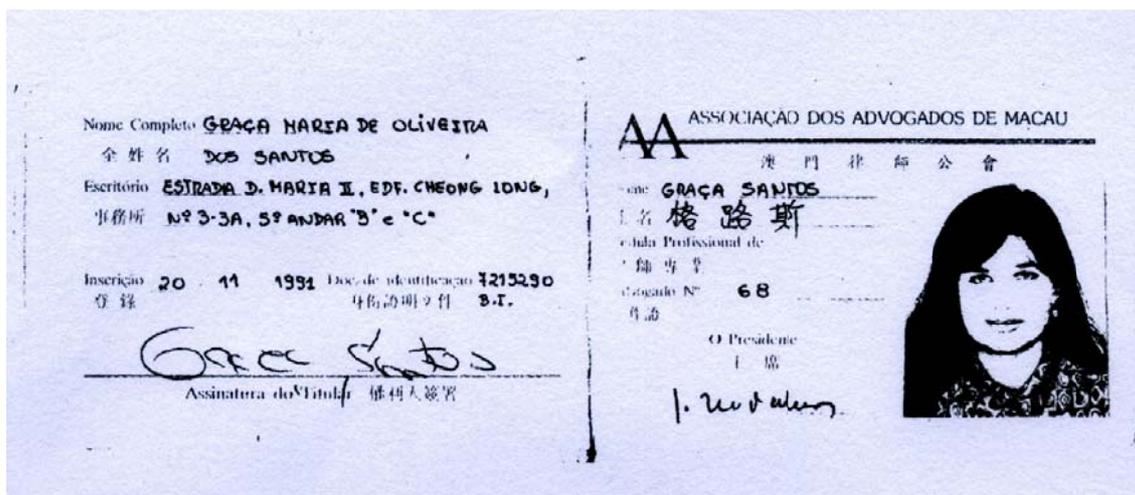
Principais países visitados pelos jovens portugueses durante a estadia em Macau.



Jovem português num restaurante indiano (Rajastão).



Viagem de um grupo de portugueses no tejadilho de um autocarro no Nepal.



Cédula profissional bilingue de uma jovem advogada portuguesa com identificação pessoal traduzida para chinês (“aliás” chinês).



Anúncio bilingue de empresa portuguesa publicado na revista *Mensagem* editada pelos estudantes finalistas do Liceu Infante D. Henrique (“novo”).

Conta **BNU** Jovem
 CONTA CONNOSCO!

O BNU pensa em ti.

Abre uma conta BNU Jovem

Maior taxa de juro. Bónus especial na abertura da conta BNU Jovem

Mais tarde, estarás em posição de vantagem para obter, entre outros apoios do BNU, um empréstimo até MOP 40.000,00.

Se tens entre 12 e 25 anos, abre a tua conta no BNU e começa a preparar o teu futuro.

Informa-te junto dos nossos balcões.



Conta **BNU** Jovem
 大西洋銀行青年特惠儲蓄
 A TUA CONTA MEALHEIRO

AFONSO, GONÇALVES PEREIRA & RATO

艾維斯
 李志高
 陶智豪

ADVOGADOS
 大律師

EDIFÍCIO LUSO-INTERNACIONAL
 SALA 2005
 RUA PEDRO JOSÉ LOBO, N.ºS 1-3
 MACAU
 TEL: (853) 562322
 FAX: (853) 580991
 TELEX: 88796 AGP OM

Anúncios bilingues de bancos e escritórios portugueses na revista *Mensagem* editada pelos estudantes finalistas do Liceu Infante D. Henrique (“novo”).



Casa de uma família portuguesa em Macau (I).



Casa de uma família portuguesa em Macau (II).



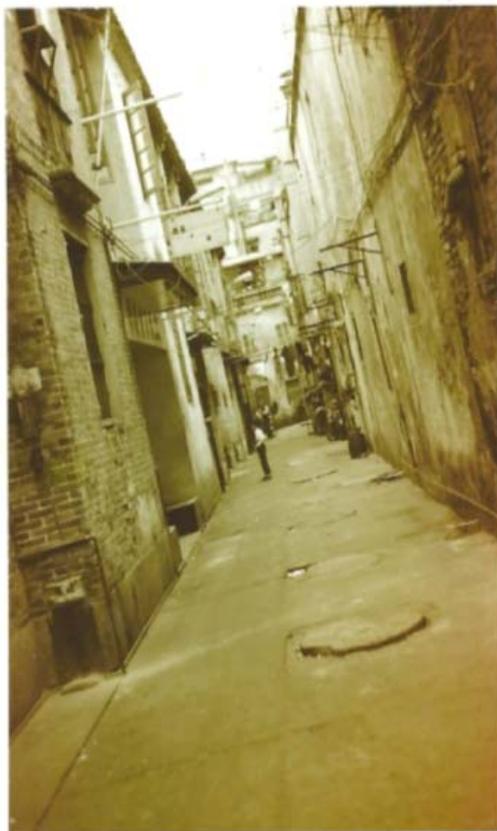
Jovem português e a equipa de judo num campeonato da modalidade em Tóquio.



Lai si com patacas.

Vagueio. Em ruas perdidas onde não me encontro. Vejo mas não me reconheço. É tudo tão estranho, e ao mesmo tempo tão familiar, tão próximo e longínquo. Ajudem-me a encontrar um caminho. Não sei de onde vim, não sei para onde vou. A incerteza é mais que muita. Nos rostos não se espelha qualquer sentimento, é a mais pura alienação a que nos podemos sujeitar. Um caminho? Caminho para ver até onde me posso levar. Posso ver multidões e apenas extrair daí uma maior solidão. Há que continuar, a caminhada é capaz de ser infundável, estas ruas são eternas.

Na esquina, duas crianças brincam. Conservam na boca um sorriso puro, um sorriso natural. Não fazem ideia da que esperam nem de que as espera. Vivem, apenas, sem qualquer preocupação. Ao passar por elas sinto-me demasiado



Princesa 4.1

velho. As suas gargalhadas confundem-me o coração, e eu já não sabia o que era. Sento-me um pouco ao pé de um iniciado, e não me sinto feliz por isso. Vivi demais, ou viverei com os olhos demasiado abertos, e a vida já não trará estímulo. Vagueio agora pela rua do son praclar atenção à direcção. Vagueio, apenas. Esqueço



Princesa 4.1

Excerto de um trabalho escolar realizado por jovens portugueses do Liceu Infante D. Henrique (“novo”).



← Princesa 4.1

Passam-se dias nesta caminhada, tudo à minha volta envelhece, são as pessoas, os hábitos, o próprio conhecimento e até os prédios que tomam um aspecto velho, de um velho que já viveu e que ainda há de viver.

Atravesso ruas intermináveis e tombam eu sou algo de mudança, cresço e envelheço diante de um prédio que já

não as pessoas, os hábitos e o próprio conhecimento muda. Este prédio fascinante, cativante, faz saltar dentro de mim todo um código de sensação. Saltam-se bramidos gerados pelo tempo, por um tempo imaginário, que não se prostra em relação às horas e aos minutos e a todas as convenções desnecessárias que os homens criaram.

De repente a rua enche-se de gente. Gente que eu nunca tinha visto nem tinha imaginado. Gente vinda de todos os reatos, de todos os lugares. A rua deserta já não estava deserta. Uma multidão dava vida ao recanto absoluto que deixava de o ser.

A melancolia desvanecia-se, dando lugar a um invisível movimento. Um movimento infidável, eterno, que parecia ter existido sempre. E o meu estado de espírito mudou radicalmente. Eu sentia que alguma parte daquela terra misteriosa, misteriosa,



← Princesa 4.1

Excerto de um trabalho escolar realizado por jovens portugueses do Liceu Infante D. Henrique ("novo").



Convite de casamento de jovem portuguesa. Evento realizado no restaurante chinês *Mandarin* – Casino do Estoril.

RELATOS DE VIDA/ GUIÃO DE ENTREVISTAS

GUIÃO DE ENTREVISTAS

I - Caracterização sociodemográfica

Idade

Habilitações literárias - próprio e progenitores

Ocupação/profissão - próprio e progenitores

Estado civil/nº de filhos

Local de residência

Número de irmãos

Idade com que partiu para Macau/ano da partida

Nacionalidade do próprio e dos pais

Agregado familiar - com quem vive neste momento

II – Segmento biográfico anterior à partida para Macau

1. Local de residência, tempo de permanência, descrição da(s) casa(s)/
2. Escola(s) onde estudou/descrição da(s) mesma(s)
3. Redes de amizade
4. Quotidianos, rotinas, ocupação dos tempos livres (práticas, consumos, espaços de lazer, locais de férias)
5. Passados migratórios do próprio, pais ou outros familiares (locais, motivos, duração da estadia)
6. Imagens e representações sobre Macau - território, pessoas, culturas (livros, revistas, fotografias, T.V, relatos de terceiros)
7. Deslocação para Macau: factores da partida; cargos/funções a desempenhar pelos progenitores; duração da estadia (antecipação/ adiamento do regresso – motivos)
8. Recordações sobre a decisão da partida (conversas, justificações, negociações). Sentimentos e reacções.
9. Preparação da partida (duração, despedidas, bens transportados/deixados)
10. Redes sociais já instaladas em Macau (familiares, amigos, conhecidos)
11. Informações sobre a nova habitação, a escola, os modos de vida

III – Segmento biográfico vivido em Macau

12. Viagem e chegada ao território (altura do ano, itinerário, primeiras impressões, suporte institucional, familiar, social)
13. Primeiros tempos em Macau (actividades, redes de interconhecimento, espaços de referência)
14. Zonas de Residência, espaços habitacionais e vizinhança (tipo de relacionamento)
15. Espaço escolar (infraestruturas, professores, sistema curricular e de avaliação, colegas).
16. Redes de amizade (primeiros contactos e seguintes, circunstâncias e contextos de interação)
17. Estilos de vida e ocupação dos tempos livres - práticas, consumos, locais de lazer (espaço endo ou exodomiciliar; referências intra/intergeracionais; infraestruturas, oferta cultural, participação em associações ou clubes)
18. Relações afectivas e de amizade com conterrâneos e jovens locais (alianças e divórcios, cenários de interacção)
19. Representações sociais sobre os jovens residentes em Macau (portugueses e de outras nacionalidades): estéticas, interesses, actividades, estilos de vida, modos de viver a juventude. Preservação/alteração dessa imagem ao longo da estadia
20. Atitudes da população local (incluindo os jovens) face aos migrantes portugueses em geral e jovens em particular
21. Tipo de relacionamento estabelecido pelos próprios e seus progenitores com a população local - encontros/desencontros
22. Grau de participação em contextos de interacção local (espaço público e privado)
23. Apropriação de referências culturais locais (língua, religião, gastronomia...)
24. Relacionamento dos jovens portugueses entre si (afinidades de geração, classe social, disposições partilhadas, vinculação a Portugal). Suporte/coerção?
25. Ligação a Portugal: referências culturais; contactos com familiares e/ou amigos; acesso a informação sobre o país através dos meios de comunicação social; visitas ao país, altura do ano; onde se instalavam; locais de referência; ocupação dos tempos livres; redes de relacionamento e sociabilidade; sentimentos.

V – Regresso a Portugal

26. Ano do regresso a Portugal, motivos, com quem regressou; local de residência; sentimentos face ao regresso (expectativas, receios...)
27. Reinstalação na sociedade portuguesa (escola, trabalho, família)
28. Redes de sociabilidade: ‘velhos’ e ‘novos’ amigos, amizades de Macau
29. Estilos de vida, referências culturais, espaços de lazer
30. Balanço da estadia em Macau ao nível socioeconómico, cultural, identitário (aspectos positivos e negativos da experiência)
31. Presença/Ausência de Macau nos seus quotidianos em Portugal
32. Regresso/visitas a Macau – motivos/duração da estadia.
33. Experiências migratórias posteriores (destinos; duração das estadias; modos de integração nas sociedades de acolhimento)
34. Sentido de lugar e sentimentos de pertença